

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA SOCIAL

**TRABALHO INTEGRADO E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO
CAPITAL: UM ESTUDO DE CASO NO SUDOESTE DO PARANÁ**

ROSELAINÉ NAVARRO BARRINHA DA SILVA

NITERÓI
2011

ROSELAINÉ NAVARRO BARRINHA DA SILVA

**TRABALHO INTEGRADO E REPRODUÇÃO AMPLIADA DO
CAPITAL: UM ESTUDO DE CASO NO SUDOESTE DO PARANÁ**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em História Social.

Orientadora: Profa. Dra. Virgínia Fontes

NITERÓI

2011

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	014
1. A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO SOB O CAPITALISMO.....	019
1.1 Introdução.....	019
1.2 Considerações para o estudo da categoria trabalho sobre o capital.....	019
1.3 A dupla forma de ser do trabalho sob o Capitalismo.....	024
1.3.1 O trabalho produtor de valor de uso: trabalho concreto.....	025
1.3.2 O trabalho em sua forma especificamente capitalista: trabalho humano abstrato em gera.....	028
1.3.2.1 O “puro dispêndio de cérebro, músculos e nervos [...]”.....	036
1.4 A razão de ser do trabalho sob o capitalismo: o trabalho produtivo.....	042
1.4.1 O trabalho camponês no capitalismo.....	048
1.5 A razão de ser do trabalho do camponês no capitalismo.....	051
2. A AGRICULTURA PARA O CAPITAL, HISTÓRIA E TEORIA	075
2.1 Introdução.....	075
2.2 Algumas considerações preliminares sobre a razão de ser da agricultura para o capital.....	079
2.3 A conversão da agricultura tradicional em agricultura para o capital: um pouco de história para entender	081
2.3.1 A conversão da agricultura tradicional em agricultura para o capital: os mecanismos práticos da mudança.....	088
2.3.1.1 Mecanismos práticos da Mudança: extensão rural e assistência técnica...	085
2.3.1.2 Mecanismos práticos da Mudança: a pesquisa científica.....	095
2.3.2 A conversão da agricultura tradicional em agricultura para o capital: a resposta do governo no Brasil.....	101
2.3.3 A conversão da agricultura tradicional em agricultura para o capital: um pouco de teoria econômica para entender as funções da agricultura.....	107
2.4 Modernização e Integração da Agricultura à Indústria, Fases Específicas da Inserção do Capital na Agropecuária.....	116
2.4.1 Aprofundamento da Inserção do Capital na Agricultura e Teoria do Agribusiness.....	128
2.4.2 Algumas Considerações sobre a Justificação Teórica.....	137
3. CONSTITUIÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ...	142
3.1 Aspectos gerais.....	142

3.2 As raízes da população.....	149
3.2.1 O caboclo.....	153
3.3 Os primeiros habitantes: índios e caboclos.....	147
3.3.1 A fase da ocupação cabocla.....	154
3.3.1.1 A forma de subsistência do Caboclo no Sudoeste Paranaense.....	156
3.4. A Expropriação Cabocla na Região do Contestado.....	161
3.5 Ocupação oficial do Sudoeste Paranaense e expropriação cabocla.....	162
3.6 - A Ocupação Efetiva ou “Oficial”	167
3.6.1 A imigração do europeu para o sul do Brasil.....	169
3.6.2. A Migração para o Sudoeste Paranaense: as causas.....	172
3.6.3 Transição física da sociedade original para a nova.....	176
3.6.4 A assimilação dos migrantes no Sudoeste do Paraná.....	179
3.7 Expropriação e migração gaúcha para o sudoeste Paranaense.....	180
3.8 A revolta dos colonos.....	181
3.8.1 O contexto.....	184
3.8.2 O desfecho.....	185
4. A ESTRUTURA AGRÁRIA NO SUDOESTE PARANAENSE.....	187
4.1 Questões Metodológicas.....	187
4.1.1 A Pequena Propriedade e as Dimensões da Área.....	187
4.1.2 As relações de trabalho.....	189
4.1.3 A Temática do Capítulo.....	192
4.2 A Agropecuária no Sudoeste do Paraná: Como se Produz? De que Forma se Produz? O que se Produz?.....	195
4.2.1 Estrutura fundiária: 1970-2006.....	198
4.2.2 O produtor do sudoeste paranaense: principais características.....	205
4.2.3 A mão de obra ocupada.....	210
4.2.4 A utilização da terra.....	212
4.2.5 Principais produtos da lavoura temporária.....	217
4.2.6 A tecnificação da agricultura: máquinas e implementos agrícolas em geral	221
4.2.7 Insumos de origem química.....	225
4.2.8 Financiamentos, despesas e investimentos.....	226

5 A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AVÍCOLA NO BRASIL: O MODELO IMPORTADO.....	229
5.1 Introdução.....	229
5.2 O desenvolvimento da avicultura no Brasil: o papel do Estado.....	232
5.3 Integração vertical.....	240
5.3.1 O desenvolvimento da avicultura no Brasil: algumas considerações com relação à dependência genética.....	246
5.3.2 Matriseiros, incubatórios e produção de pintos de corte.....	257
5.3.3 Vacinas e medicamentos.....	258
5.3.4 Produção de rações.....	259
5.3.5 Contratos de parceria avícola com pequenos agricultores.....	262
5.3.6 Fomento agropecuário e a qualidade da matéria-prima.....	263
5.3.7 Abatedouro como principal etapa da integração vertical.....	265
5.3.8 Empresas próprias de transporte.....	267
5.4 A Sadia no Paraná.....	268
6. SADIA S/A: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO.....	271
6.1 Sadia: missão e estratégia.....	271
6.1.1 Para entender a Sadia de 2008.....	272
6.1.1.1 Sadia: 1944 a 1990.....	273
6.1.1.2 Sadia: empresas, atividades industriais e ramos de atuação no início dos anos 90.....	284
6.1.1.3 A distribuição dos produtos Sadia até o início dos anos 1990.....	292
6.1.2 Sadia: de 1990 a 2008.....	295
6.1.2.1 Sadia de 1990 a 2008: a capacidade produtiva.....	299
6.1.2.2 Vendas, marketing e distribuição.....	305
6.1.2.3 Internacionalização.....	316
7. A INTEGRAÇÃO AVÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ.....	323
7.1 Questões metodológicas.....	323
7.1.1 A pesquisa de campo: elaboração e descrição das etapas.....	337
7.2 Desintegrar para Integrar.....	343
7.2.1 A subordinação do camponês à cadeia alimentar da avicultura: as formas básicas da Integração.....	345

7.2.2. Integração vertical e contrato de produção: a “quase integração”	345
7.3 O pequeno produtor do sudoeste do Paraná: sua função para o Capital.....	347
7.3.1 Renda Bruta, custos, renda líquida: a contabilidade do pequeno produtor do Sudoeste do Paraná.....	374
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	386
REFERÊNCIAS.....	392
ANEXOS.....	401

RESUMO

A discussão do processo de valorização do capital tem concentrado os esforços de inúmeros pesquisadores ao longo do século XX. Diversas são as temáticas relacionadas à tal discussão, dentre as quais, as relações de trabalho vigentes na contemporaneidade. Marx evidenciou em *O capital*, as categorias que devem necessariamente estar presentes numa relação de produção especificamente capitalista. De um lado, a força de trabalho deve estar “livre”, desprovida das condições de produção, de outro, as condições de produção devem estar concentradas nas mãos do capitalista. É da combinação destas duas categorias, que essencialmente envolve a compra da força-de-trabalho pelo capitalista e a sua conjugação às condições de produção que resultará a mais-valia, categoria que representa o excedente econômico sob o capitalismo. É a definição das categorias essenciais que envolvem a extração do excedente econômico tipicamente capitalista e, portanto a caracterização da relação de produção/trabalho capitalista que lhe permite definir o que é trabalho produtivo/improdutivo nesta forma de sociedade. Por outro lado, a sociedade contemporânea tem evidenciado a existência de relações de produção que não se “encaixam” dentro do modelo tipicamente capitalista. O caso específico da avicultura, mais especificamente, do pequeno produtor do Sudoeste do Paraná integrado à Sadia é um exemplo típico deste “desajuste”. Neste sentido, nossa preocupação neste trabalho foi de entender essa aparente contradição. Qual a importância deste “pequeno produtor” integrado para o Capital? Qual o espaço que ele ocupa na sociedade capitalista, se ele não pode ser considerado como um trabalhador “produtivo”, do ponto de vista do capital - haja vista não ser um trabalhador livre? A resposta a estes questionamentos exige que resgatemos e participemos do debate acerca da existência/permanência do campesinato sob a contemporaneidade. Para resolver a problemática proposta, dividimos o trabalho em 7 capítulos. O primeiro resgatou na literatura marxista, as categorias do Trabalho Especificamente Capitalista – ou trabalho abstrato, do Trabalho Produtivo/Improdutivo e do Camponês. No segundo capítulo efetuamos um resgate teórico-histórico que nos evidenciasse a razão de ser da agricultura para o capital. Procuramos neste capítulo resgatar os movimentos do capital no sentido de aprofundar o processo de inserção do capital sobre a agricultura, recuperando aos mecanismos empregados no processo. No terceiro capítulo, buscando já apontar para o estudo de caso, resgatamos a colonização do Sudoeste do Paraná, relacionando-a com o desenvolvimento do capitalismo. No quarto capítulo buscamos apreender de que forma a região participou do processo de aprofundamento do capital sob a agricultura a partir da chamada Revolução Verde. No quinto capítulo buscamos a formação do complexo avícola no Brasil, relacionando o seu desenvolvimento ao avanço capitalista no âmbito dos países mais desenvolvidos. Foi esse atrelamento que nos levou ao entendimento da importação do modelo de avicultura vigente nos Estados Unidos para o país. No capítulo sete, tratamos especificamente da relação de produção firmada entre o pequeno produtor do Sudoeste do Paraná e a Sadia. Diante do desenvolvido nos capítulos anteriores buscamos responder as questões que incitaram esta pesquisa. Em resumo, apreender a razão de ser do camponês e do seu trabalho “improdutivo” do ponto de vista do capitalismo, para o Capital.

Palavras Chave: Reprodução Ampliada, Avicultura Integrada, Pequeno Produtor.

ABSTRACT

The discussion of the process of capital growth has concentrated efforts of many researchers over the twentieth century. There are several themes related to such a discussion, among which the relations of the contemporary work force. Marx evidenced in *The Capital*, the categories that must necessarily be present in a specifically capitalist relations of production. On the one hand, the workforce must be "free," devoid of production conditions on the other, the conditions of production should be concentrated in the hands of the capitalist. The combination of these two categories, which essentially involves the purchase of labour force by the capitalist and their combination by the capitalist conditions of production that will result in added value, a category that represents the economic surplus under capitalism. It is essential to define the categories that involve the extraction of economic surplus typically capitalistic and therefore the characterisation of the relationship of production/capitalist work that allows to define what work is productive / unproductive in this form of society. On the other hand, contemporary society has shown the existence of relations of production that does not "fit" within the model typically capitalist. The specific case of poultry, more specifically, the small farmers of the Southwest of Paraná integrated with Sadia is a typical example of this "misfit". In this case, our concern in this work was to understand this apparent contradiction. How important is this "small producer" integrated into the Capital? What is the space it occupies in capitalist society, if he can not be regarded as a worker "productive" in terms of capital - not to be considering a free worker? The answer to these questions requires that we participate and redeem the debate about the existence / permanence of the peasantry in the contemporary world. Proposed to solve the problem, we divide the work into seven chapters. The first rescued in Marxist literature, the categories Specifically Capitalist Labour - or abstract work, Labour Productive / Unproductive and Peasant. In the second chapter we perform a theoretical-historical we identified the reason for agriculture to capital. In this chapter seek to rescue the movement of capital to deepen the process of entering the capital on agriculture, recovering the mechanisms used in the process. In the third chapter, seeking to have point to the case study, we rescued the colonization of the West of Paraná, relating it to the development of capitalism. In the fourth chapter we seek to grasp how the region participated in the process of capital deepening in agriculture from the so-called Green Revolution. In the fifth chapter seeks to complex formation poultry in Brazil, linking its development to the capitalist advance in the more developed countries. It was this linkage that led us to understand the import of poultry model prevailing in the United States for the country. In chapter seven, dealing specifically with the relationship established between the production of small farmers of the Southwest of Paraná and Sadia. Developed before the previous chapters seek to answer the questions that prompted this research. In short, learn the reason for the peasant and his work "unproductive" in terms of capitalism, to the Capital.

Key Words: Expanded Reproduction, Integrated Poultry Farming, Small Producer.

LISTA DE FIGURAS E MAPAS

Figura 01 - Mapa como Ilustração, Localização do Sudoeste Paranaense e Fluxos Migratórios.....	143
Figura 02 - Colonos do Rio Grande do Sul em deslocamento para o Sudoeste do Paraná.....	177
Figura 03 - Revolta dos Colonos no Sudoeste do Paraná – 1957.....	185
Figura 04 - Utilização de Maquinário Agrícola – Sudoeste do Paraná.....	223
Figura 05 - Utilização de Maquinário Agrícola – Sudoeste do Paraná.....	224
Figura 06 - Sadia: Distribuição das Unidades Industriais no Brasil.....	303
Mapa 01 - Cooperativas Agroindustriais e Empresas Avícolas no Sudoeste Paranaense em 2010.....	147

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 -População Residente, Urbana, Rural e Total, em números absolutos, com indicação da participação percentual, segundo os municípios do Sudoeste Paranaense – 2010.....	145
TABELA 02 - Distribuição por Grupos de Área, Área Total e Participação Percentual, 1976- 1995/96 - (área em ha).....	200
TABELA 03 - Estabelecimentos Agropecuários, Número de Estabelecimentos e Participação Percentual, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.....	201
TABELA 04 - Área média dos Estabelecimentos Agropecuários no Sudoeste do Paraná, 1970 a 1995/96 – (em ha).....	203
TABELA 05 - Características dos dirigentes dos estabelecimentos rurais, sexo e grau de instrução, 2006 - Sudoeste Paraná.....	205
TABELA 06 - Dirigentes dos estabelecimentos rurais, número local de residência, 2006 - Sudoeste do Paraná.....	207
TABELA 07 - Condição do Produtor, Participação Percentual, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.....	208
TABELA 08 - Pessoal Ocupado, Classe de Ocupação, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.....	211
TABELA 9 - Uso da Terra no Sudoeste Paranaense, Participação e Variação Percentual, 1970 - 2006 - Sudoeste Paranaense, (área em ha).....	213
TABELA 10 - Principais Produtos da Lavoura Temporária: Soja, Milho, Feijão, Quantidade e Área Colhida, Rendimento Médio, Variação Percentual, 1970 a 2006- Sudoeste Paranaense.....	218
TABELA 11 - Principais Produtos da Lavoura Temporária: Soja, Milho, Feijão, Quantidade e Área Colhida, Rendimento Médio, Variação Percentual, 1980 a 2008 - Sudoeste Paranaense.....	219
TABELA 12 - Arados de Tração Animal e Mecânica no Sudoeste do Paraná - 1970 a 1995/6.....	221
TABELA 13 - Máquinas Agrícolas: Tratores, Arados, Colheitadeiras, Plantadeiras, 1970 -2006 - Sudoeste Paranaense.....	222
TABELA 14 - Uso de Fertilizantes, Segundo Origem, Participação e Variação Percentual, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.....	225
TABELA 15 - Financiamento, Estabelecimentos que Obtiveram Financiamento Segundo a Finalidade, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.....	227
TABELA 16 - Financiamento, Estabelecimentos que Obtiveram Financiamentos Segundo as Fontes, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.....	228
TABELA 17 - Sadia - Participação na Receita Operacional Bruta – 1991.....	290
TABELA 18 - Sadia – Investimentos, 1994 – 2008 (milhões de reais).....	301
TABELA 19 - Sadia - Produção (mil toneladas), 1998-2008.....	304

TABELA 20 - Sadia – Quantitativo de Funcionários, 1994 – 2008.....	304
TABELA 21 - Sadia – Índice de Produtividade dos Funcionários, 1994 – 2008.....	304
TABELA 22 - Sadia – Vendas, 1998 a 2008 - (mil toneladas).....	310
TABELA 23 - Sadia – Vendas, 1998 a 2008 - (R\$ milhões).....	311
TABELA 24 - Sadia - Participação Na Receita Operacional Bruta do Mercado Interno e Externo – 1998 a 2008.....	313
TABELA 25 - Participação na Formação da Receita Operacional Bruta.....	315
TABELA 26 - Sadia - Participação Percentual na Composição da Receita Operacional Bruta, 1998-2008.....	315
TABELA 27 - Sadia - Lucro Líquido. 1998 a 2008 (em R\$ milhões).....	319
TABELA 28 - Sadia – Endividamento, 2001 a 2008, (em R\$ milhões).....	319
TABELA 29 - Sadia - Mercado de Capitais, 2001 a 2001, (em R\$ milhões).....	319
TABELA 30 - Produtores Integrados à Sadia no Sudoeste Paranaense: distribuição por município segundo número de produtores – 2009.....	333
TABELA 31 - Distanciamento Geográfico entre os Aviários dos Produtores Integrados e o Frigorífico da empresa Integradora - Mar/2009.....	334
TABELA 32 - Aviários Integrados à Sadia no Sudoeste Paranaense: distribuição por município segundo número de produtores – mar/2009.....	335
TABELA 33 - Quantidade de Aviários, Capacidade Instalada em m ² , Capacidade de Alojamento (unidade), Participação da Capacidade de Alojamento do Município no Total: por Município - mar/2009.....	338
TABELA 34 - Produtores Integrados de Frango no Sudoeste Paranaense – 2009....	334
TABELA 35 - Produtores Integradas nos 03 Municípios Chave – 2009.....	341
TABELA 36 - Produtores Integrados – Francisco Beltrão e Enéas Marques: Distribuição por Capacidade Instalada e Participação % no Total - Mar/2009.....	342
TABELA 37 - Receita e Despesa de um Aviário de 1200 m ²	379

LISTA DE SIGLAS

ACAR - Associação de Crédito e Assistência Rural
ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural
BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento
BRC – Brasil Railway Company
CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CAI – Complexo Agroindustrial
CAP - Conversão Ajustada Prevista
CEAG – Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina
CEAN - Comissão Estudos da Avicultura Nacional
CNA – Comissão Nacional de Avicultura
CNPSA - Centro Nacional de Pesquisa de Suínos e Aves
CNPSu – Centro Nacional de Pesquisa de Suínos
CIMMYT – Centro International de Mejoramento de Maiz y Trigo
CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda
CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório
CODESUL – Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul
EFSPRG – Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queirós
ETA – Escritório Técnico de Agricultura
FAO – Food and Agriculture Organization
GETSOP – Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPEACS - Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Centro-Sul
IRRI - International Rice Research Institute
ISE – Índice de Sustentabilidade Empresarial
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
PAP – Plano Agrícola e Pecuário
PESAGRO – Pesquisa Agropecuária
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.
SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná

SECEX – Secretaria de Comércio Exterior

SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural

SSP - Sistema de Produção Sadia

UBABEF – União Brasileira de Avicultores e Exportadores de Frango

USAID – United States Agency for International Development

INTRODUÇÃO

A região Sudoeste do Paraná é um daqueles lugares onde podemos verificar com marcada expressividade a ação do desenvolvimento capitalista. A sua formação e sua estrutura agrária, retratam plenamente a ação do referido processo em outras localidades. São os filhos e os netos dos “expropriados” do capital, oriundos de outros espaços geográficos que habitam as terras da região. É isso o que marca a especificidade da constituição dessa terra e da sua gente.

Quem ao acaso visita a região Sudoeste, mas que já esteve por alguma vez no interior do Rio Grande do Sul, terá certamente a impressão de que não está no Paraná, mas sim em terras gaúchas. Esta impressão é reforçada pelo sotaque acentuado que “tu sabes”, é característico daqueles “pagos” e pela presença da cuia sempre convidando para mais uma roda de chimarrão. A cuia de chimarrão faz parte da cultura gaúcha e como tal é dele inseparável, como também do “gaúcho” do Sudoeste do Paraná. É ela realmente sua companheira, a quem ele prometeu fidelidade por toda a vida, ainda que de vez em quando um cafezinho ou um pingadinho¹ lhe leve à traição. Mas, onde adentramos lá está ela, nos estabelecimentos comerciais, bancários, nos órgãos públicos e muitas vezes nos momentos mais improváveis, como por exemplo, na universidade, rodando de mão em mão, disputando atenção com os temas tratados na sala de aula. De repente no meio da discussão alguém pede licença pra falar e pergunta: “Queres uma cuia prof?”.

É assim a gente do Sudoeste do Paraná, surpreendentemente simples, surpreendentemente especial. É essa gente, na verdade a sua parcela mais simples, a que retrata mais expressiva e te os traços gaúchos, que nos recebeu em seus lares para o desenvolvimento da presente pesquisa. O fato de que tenhamos nos estabelecido profissionalmente na região, evidentemente influenciou o nosso interesse por ela, reforçado pelas características do seu povo, em parte já mencionadas acima. Queríamos conhecer a história deste lugar.

¹ Pingadinho no Paraná é o café com leite.

A região tem uma forte presença agropecuária, mais especificamente da chamada “agricultura familiar” e sendo assim, ela possui elevada influencia no desempenho dos demais setores. Tal aspecto, somado às conversas com os colegas da universidade - já estabelecidos há mais tempo no Sudoeste – a respeito das suas pesquisas junto aos “agricultores familiares”; e ainda, o contato rotineiro com o povo que ali vive, em especial com os pequenos produtores rurais que semanalmente aparecem em nossas portas para vender seus “excedentes”, seja a alface, o leite, as frutas, o suco de uva, o vinho, etc., nos chamando de “vizinha”, nos reforçou o interesse acadêmico com relação à região.

Foi esse contexto, e a percepção de que ele está inserido dentro de um processo mais amplo, que o influencia, o marca e o transforma diariamente, que nos deu o objeto e o problema de pesquisa, qual seja: “Apreender de que forma o pequeno produtor agropecuário do Sudoeste do Paraná participa no processo de reprodução ampliada do capital”, haja vista que a produção que tem curso nas unidades familiares que ele ocupa não está assentada numa relação de trabalho especificamente capitalista, ao menos não dentro dos pressupostos teóricos que assumimos – marcadamente marxistas.

Ao definirmos nosso objeto, acabamos por chamar para a tese – ainda que não fosse este o nosso objetivo –, a discussão acadêmica em torno do conceito de campesinato. Não havia como buscarmos a resolução do problema proposto sem que nos inteirássemos um pouco mais sobre tal temática, que versa basicamente em torno da seguinte questão: o pequeno produtor rural pode ser qualificado como camponês ou agricultor familiar? Entendemos que é a resposta a ela que nos indica a(s) forma(s) pela(s) qual(is) o pequeno produtor rural, mais especificamente, o pequeno produtor rural do Sudoeste do Paraná participa do processo de reprodução ampliada do capital. Não questionávamos a sua participação, questionávamos a forma da sua participação. O fato de que a região mantivesse uma estrutura assentada basicamente na pequena propriedade deveria estar fortemente relacionada com isto, ou seja, com a forma pela qual esse produtor adentrava no processo de reprodução ampliada do capital. Esta foi a nossa hipótese central.

Diante disto, começamos a sondar os pequenos produtores da região e verificamos que boa parte deles – pouco menos de 10% - estava ligado a uma empresa de base agroindustrial – a Sadia, estabelecida na região – mais especificamente na cidade de Dois Vizinhos -, desde o final da década de 1970. Este dado nos pareceu bastante significativo, haja vista que se referia a apenas uma empresa, ou seja, se

levássemos em conta o nome de outras empresas que mantêm relação com a pequena propriedade rural, o dado seria ainda mais expressivo.

As duas unidades industriais da Sadia na região – em Dois Vizinhos e em Francisco Beltrão – estão voltadas de forma preponderante para o abate e processamento de carne de aves – frangos, patos e perus. A parte mais significativa, no entanto é a de frango. Por sua vez, a empresa leva adiante o abate e o processamento, a partir de uma base que tem no pequeno produtor agropecuário o seu fornecedor de matéria-prima. Portanto, somando a importância da “agricultura familiar” na região, a expressividade com a qual ela participa enquanto fornecedora de matéria prima à Sadia, e a nossa problemática, entendemos que poderíamos encontrar respostas estudando a Relação de Produção firmada entre o pequeno produtor agropecuário ocupado com a produção avícola – especificamente a de frangos - e a Sadia. Foi desta forma que voltamos o trabalho para o estudo da relação básica de trabalho firmada entre o referido produtor e a Sadia, qual seja a da Integração.

Definida a questão e o objeto central sob os quais se assentariam nossos esforços de pesquisa, estruturamos a tese com vistas a buscar a(s) resposta(s) necessária(s). Para tanto, ela foi dividida em sete capítulos. No primeiro, o objetivo foi recuperar em Marx alguns conceitos centrais que nos auxiliassem na classificação de uma relação de trabalho especificamente capitalista. Resgatamos, portanto a especificidade do trabalho capitalista e de que forma ele pode ser considerado “produtivo” dentro de uma relação de trabalho que lhe é característica. Com este enfoque, buscamos em Marx a sua concepção do trabalho camponês, ou seja, como poderíamos caracterizar a partir dos pressupostos marxistas o trabalho do camponês, bem como, a sua funcionalidade para o Capital. Assentados nos pressupostos que nele elencamos, avançamos rumo à discussão do conceito de camponês e de sua permanência e/ou transformação em outra categoria, revisitando os autores clássicos, Lênin, Chayanov e Kautsky, este último de forma mais complementar. De posse de tal bagagem confrontamos as nossas impressões com a discussão contemporânea que se trava a respeito.

Na seqüência procuramos entender a razão de ser da agricultura para o Capital, qual a sua significância. Para tanto, fizemos um resgate histórico da transformação da chamada agricultura “tradicional” – caracteristicamente marcada pela baixa inserção do capital no processo de produção –, a partir da chamada Revolução Verde. Nosso objetivo era apreender quais os mecanismos utilizados para promover a inserção do capital na agricultura. Foi neste sentido, que agregamos à discussão do processo

histórico que evidencia a modernização da agricultura e o aprofundamento do capital sobre ela – via integração agricultura-indústria -, uma exposição da forma pela qual a teoria econômica destaca a função da agricultura para o capital, bem como, justifica a sua transformação. Essa discussão envolveu, portanto, a obra clássica de Schultz (1965), para dar conta da fase de modernização via Revolução Verde e a Teoria do Agribusiness, que justifica a necessidade da Integração da Agricultura à Indústria, portanto, o aprofundamento do capital sobre a agricultura.

No capítulo terceiro começamos a voltar a nossa discussão para a região do Sudoeste do Paraná. O objetivo era apreender a constituição histórica da região, de seu povo. Queríamos entender de que forma a colonização se deu e como ela se atrelava ao processo mais amplo de desenvolvimento do capital. Foi com esta perspectiva, que pudemos compreender que o Sudoeste do Paraná se construiu como fruto do processo de desenvolvimento capitalista que, por sua vez, levou à expropriação de parte da população rural do Rio Grande do Sul. Daí a característica marcadamente gaúcha da população.

Resolvida a questão da colonização regional, nos perguntamos de que forma o processo de modernização agrícola ocorrido a partir da década de 1960, especialmente, a afetou, haja vista ser ela marcadamente de pequenas propriedades rurais. Nossa preocupação em evidenciar os impactos do referido processo – por exemplo, na forma da produção, nas lavouras plantadas, na própria estrutura agrária -, buscava entender a especificidade com que ele ocorre na região, haja vista que, do ponto de vista geral, a pequena propriedade não comporta adequadamente o pacote tecnológico característico da Revolução Verde. Diante disto, fomos buscar os indícios da ocorrência deste processo na região, bem como os seus impactos. O material que nos referenciou foi basicamente os censos agropecuários divulgados pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. De forma secundária, também nos utilizamos de alguns dados da SEAB – Secretaria da Agricultura e do Abastecimento do Paraná, apenas de forma ilustrativa, para complementar dados que não havíamos encontrado nos Censos do IBGE. Foi portanto esta a temática do quarto capítulo.

No capítulo quinto tratamos - de uma forma geral - da formação do complexo avícola no Brasil. Nossa preocupação foi evidenciar como o seu desenvolvimento histórico se deu através da forte influência do complexo avícola já desenvolvido nos Estados Unidos. Foi ela que trouxe para o Brasil uma avicultura desenvolvida nos moldes da vigente naquele país, na qual o produtor rural assume a condição formalizada

de fornecedor de matéria prima, ainda que esta não seja de fato sua propriedade - o que também seria evidenciado no estudo de caso, desenvolvido no último capítulo.

Descrita a construção do complexo avícola nacional pareceu-nos que era necessário apresentarmos a Sadia, entendermos sua constituição e seu desenvolvimento histórico. Nosso objetivo verificar de que forma ela se transformou na maior exportadora brasileira de frangos do Brasil, com unidades industriais distribuídas por diversas regiões do nosso território, bem como, com uma unidade industrial na Rússia, além dos escritórios de venda distribuídos tanto interna quanto externamente. Queríamos destacar a racionalidade da empresa, e nesta, a movimentação que a levou à referida transformação. A base para tal entendimento foi principalmente os seus relatórios anuais; os materiais de divulgação da empresa junto aos investidores; as memórias do seu fundador – Sr. Atílio Fontana-, expressas numa bibliografia; e trabalhos acadêmicos desenvolvidos a respeito, especialmente o de BELATO (1985).

Por fim, o último capítulo se dedicou ao estudo de caso específico já mencionado. Nele, apresentamos o pequeno produtor do Sudoeste Paranaense envolvido com a produção avícola integrada à Sadia. Não nos limitamos a apresentá-lo nesta relação, mas na sua relação integral com a propriedade, com a sua unidade familiar de produção, evidenciando os valores e a racionalidade que o move. Foi a partir desta base, que empreendemos a compreensão da especificidade da relação de trabalho que ele tem na avicultura integrada. A avicultura integrada é uma das atividades que integra a rotina deste produtor, a sua manutenção não pode ser entendida fora do contexto maior que rege a sua unidade familiar de produção, que a abarca e também a explica. Para entender a referida relação e o seu lugar na reprodução ampliada do capital nos utilizamos basicamente do material levantado na pesquisa de campo, realizada junto à empresa e às unidades familiares, e do modelo contratual sob o qual se assenta tal relação. Foram essencialmente estes os subsídios que, evidentemente, acompanhados do desenvolvido nos capítulos precedentes, nos permitiu apreender a forma por meio da qual o pequeno produtor do Sudoeste do Paraná participa da reprodução ampliada do capital, mesmo permanecendo proprietário dos meios de produção, mais precisamente, de parte deles.

CAPÍTULO I

A ESPECIFICIDADE DO TRABALHO SOB O CAPITALISMO

1.1 INTRODUÇÃO

O autor que primeiro menciona a existência de uma forma de ser do trabalho que é específica ao capitalismo é Marx. Antes dele, diversos outros, dentre os quais Smith e Ricardo, haviam discorrido sob o trabalho. No entanto, por mais que em suas obras já fosse perceptível a dualidade do trabalho sob o capitalismo, ela não foi desenvolvida. Não houve da parte deles a preocupação de estabelecer as condições específicas sob as quais o trabalho, no capitalismo, se colocava como medida de valor. É por isso que tanto Ricardo quanto Smith trataram o aspecto quantitativo do trabalho como a-histórico, isento, portanto, de qualquer especificidade. É tal lógica que permite a Ricardo falar do trabalho gasto para produzir ferramentas necessárias à caça, no período primitivo e do trabalho desenvolvido sob o capitalismo como se estivesse tratando do mesmo trabalho, ou melhor, como se estivesse tratando do mesmo caráter do trabalho. Marx subverte tal suposição. Para ele, o trabalho sob o capitalismo, possui algo que lhe é peculiar, que não pode ser encontrado em qualquer outra época histórica. Tal peculiaridade traz à tona a razão de ser do trabalho para o capitalismo, e por meio dela, o torna produtivo ou improdutivo. Evidenciar esta particularidade e qual a sua implicação é o nosso objetivo.

1.2 CONSIDERAÇÕES PARA O ESTUDO DA CATEGORIA TRABALHO SOB O CAPITAL

Em toda a sua obra Marx explicita que a produção material ocorre permeada pelo caráter histórico. Fiel a esta concepção ele se propõe a apreender o funcionamento do modo de produção capitalista, e para tanto, ele parte da mercadoria - “forma elementar da riqueza” - por meio da qual aparece a produção material nesta sociedade.

E é desta forma, considerando o capitalismo como a síntese de um processo histórico, que precisa ser compreendido, que ele, por meio de um processo de abstração, procura ver o que está oculto na forma de ser da mercadoria.

Através de sua análise se evidencia de forma particular, além da duplicidade da mercadoria - valor de uso e valor -, já mencionada por outros que o antecederam; a do trabalho - trabalho concreto e trabalho abstrato -; a da riqueza (material e em termos de valor); e a do processo de produção (processo de trabalho e processo de valorização), enfim, a duplicidade pela qual aparecem as categorias econômicas sob o modo capitalista de produção. Essa duplicidade implica, por sua vez, em que elas se manifestem sob forma específica. No entanto, há que se ressaltar, a especificidade que passam a apresentar não exclui a sua generalidade, ou seja, aquilo que lhes é comum e que permite pensar outros períodos históricos ou as formas assumidas pela reprodução social. É, no entanto, a sua especificidade que permite identificar o que as distingue em cada um dos períodos históricos.

Assim, no capítulo cinco do Livro 01 de ‘O Capital’, dedicado a tratar do processo de trabalho (ou processo de produzir valores de uso) e do processo de produzir mais valia (ou processo de valorização), o aspecto geral e o particular das categorias sob o capitalismo se explicitam a partir da distinção que ele faz entre um e outro. O mesmo ocorre quando ele faz a caracterização do trabalho que produz valor de uso e do que produz valor e ainda, da mercadoria como unidade de valor de uso e de valor. Em relação ao processo de produção ele então particulariza que,

[...] quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor, é processo de produção de mercadorias; quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir mais valia, é processo capitalista de produção, forma capitalista da produção de mercadorias. (MARX, 1985, p. 222 – OC², L I, VOL. I).

E generaliza, ao mencionar que: “[...] a produção de valores de uso não muda sua natureza geral por ser levada a cabo em benefício do capitalista ou estar sob seu controle. Por isso temos inicialmente de considerar o processo de trabalho à parte de qualquer estrutura social determinada.” Dessa forma, transparece no texto a sua preocupação em fazer o leitor entender que o processo de produção da vida material possui um desenvolvimento histórico e como tal, apresenta configurações diversas, quais sejam: processo de produção de valor de uso, ou simplesmente processo de

² OC – O Capital

trabalho; processo de produção de mercadoria, quando unidade do processo de trabalho e do processo de produzir valor; ou ainda, processo capitalista de produção, unidade do processo de trabalho e do processo de valorização. No mesmo texto, fica evidenciado que a estas configurações estão atreladas formas de ser específicas do trabalho, intermediadas, por sua vez, por relações sociais de produção que as acomodam e que também são particulares, portanto, transitórias.

Feitas tais considerações, cabe-nos agora tomarmos o que é o nosso objeto neste capítulo, qual seja, a categoria trabalho e, mais especificamente, o que marca a sua especificidade sob o capitalismo. É com este intuito que nos debruçamos sobre os estudos empreendidos por Marx a respeito.

Nosso ponto de partida é uma citação constante do início do capítulo cinco do livro I, volume I de ‘O Capital’. Vale ressaltar que nesse capítulo, Marx está fazendo a distinção entre o processo de trabalho e o processo de valorização. Nesse momento, ele já deixou evidente – no capítulo de abertura da obra - que por trás da forma de ser da mercadoria há também um duplo caráter do trabalho. Vejamos o que ele diz:

Antes de tudo, o trabalho é um processo de que participam o homem e a natureza, processo em que o ser humano com sua própria ação, impulsiona, regula e controla seu intercâmbio material com a natureza. Defronta-se com a natureza como uma de suas forças. Põe em movimento as forças naturais de seu corpo, braços e pernas, cabeça e mãos, a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana. Atuando assim sobre a natureza externa e modificando-a, ao mesmo tempo modifica sua própria natureza. Desenvolve as potencialidades nela adormecidas e submete ao seu domínio o jogo das forças naturais. Não se trata aqui das formas instintivas, animais, de trabalho. Quando o trabalhador chega ao mercado para vender sua força de trabalho, é imensa a distância histórica que medeia entre sua condição e a do homem primitivo com sua forma ainda instintiva de trabalho. Pressupomos o trabalho sob forma exclusivamente humana. (IBIDEM, p. 202).

Vejamos, alguns pontos fundamentais são elencados aqui: primeiro, “antes de tudo” o trabalho é produtor de valor de uso e como tal é capaz de “apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana”, como tal é trabalho concreto, específico, distingue-se por sua particularidade; segundo, o “trabalho sob forma exclusivamente humana” a que ele se refere é antes de tudo trabalho concreto, produtor de valor de uso, mas é um trabalho especificamente humano e como tal possui um caráter que é específico em cada sociedade. Esta especificidade será tratada por ele a partir do caráter específico que cada sociedade dá ao “dispêndio de cérebros, músculos e nervos [...]”. Na sociedade capitalista, o dispêndio fisiológico do trabalho se torna

trabalho humano abstrato. É nesse sentido que se pode afirmar que o trabalho abstrato é característico do modo de produção capitalista. É essa especificidade que o faz mencionar no texto que o “trabalho é antes de tudo [...]”. Esse “tudo”, ou melhor, esta especificidade – de ser trabalho humano abstrato - que apesar de sob o capitalismo ganhar status de elemento fundamental, não exclui o caráter do trabalho concreto, o de ser produtor de valor de uso.

Mas consideremos ainda um outro ponto. Na citação, Marx faz menção à relação que o homem mantém junto à “natureza externa”. Os manuscritos de 1844 são uma fonte riquíssima a respeito dessa relação. Ali ele menciona que “[...] a vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica [...]”. (MARX, 2004, p. 83 – M³). E um pouco mais adiante ele especifica:

A natureza é o corpo inorgânico do homem, a saber, a natureza enquanto ela mesma não é corpo humano. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza.

Assim, o homem integrar a natureza significa que ele é parte, extensão dela, ou ainda, ela é dele extensão. A implicação disto é de extrema importância e está especialmente assentada no fato de que, se a “natureza externa” ao homem é extensão dele mesmo e ele dela, ela primitivamente a ele pertence na condição de celeiro do qual extrai sua sobrevivência e ainda, sem ela não há vida para ele⁴. Note, o que se está afirmando aqui não é de forma alguma a propriedade na forma jurídica, mas tão somente a existência de uma forma natural de apropriação das condições necessárias à manutenção da vida humana, que antecede à existência da forma jurídica de propriedade. Isto por si só, nega o caráter natural - dado pela economia burguesa - da propriedade privada das condições de produção e, por conseguinte, a separação entre estas e o produtor direto.

Ao afirmar esta relação de extensão e unicidade entre homem e natureza, Marx esclarece, ao mesmo tempo, que:

³ Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844.

⁴ O fato de que o homem não existe sem a natureza chama a atenção para mais um aspecto contraditório do modo capitalista de produção, o esgotamento dos recursos naturais e com ele além do seu próprio esgotamento, o da vida humana.

[...] originalmente, propriedade significa nada mais do que a atitude do homem ao encarar suas condições naturais de produção como lhe pertencendo, como pré-requisitos de sua própria existência; sua atitude em relação a elas como pré-requisitos naturais de si mesmo, que constituiriam, assim, prolongamentos de seu próprio corpo. (IBIDEM, p. 85).

Neste sentido, ele evidencia que é esta a relação que é natural. É ela o pressuposto da existência do homem. Ou seja, o homem se depara com a natureza como o “celeiro” de onde se retira o necessário para a manutenção da vida – meios de produção e de subsistência. Este celeiro não surge, portanto, originalmente como algo particular, privado, no sentido moderno do termo, mesmo porque a natureza se apresenta como algo anterior a ele mesmo. Para usarmos o próprio texto de Marx,

“[...]”, assim como o sujeito trabalhador é um indivíduo natural, um ser natural, da mesma forma a primeira condição objetiva de seu trabalho aparece como a natureza, a terra, como um corpo inorgânico. O próprio indivíduo não é apenas o corpo orgânico mas, ainda, esta natureza inorgânica como sujeito. Esta condição não é algo que ele tenha produzido, mas algo que encontrou a seu alcance, algo existente na natureza e que ele pressupõe. (IBIDEM, p. 81).

Dessa forma, fica claro que a propriedade privada, tomada em seu sentido jurídico, se evidencia necessariamente como algo histórico e em oposição ao sentido natural do termo propriedade, empregado por Marx para descrever a relação originalmente mantida entre homem e natureza – fornecedora das condições objetivas da produção e, portanto, da subsistência. Para encerrar este sub-item é natural que com Marx apontemos o seguinte,

O que exige explicação não é a unidade de seres humanos vivos e ativos com as condições naturais e inorgânicas de seu metabolismo com a natureza e, portanto, sua apropriação da natureza; nem isto é o resultado de um processo histórico. O que tem de ser explicado é a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e a existência ativa, uma separação somente completada, plenamente, na relação entre o trabalho-assalariado e o capital. (IBIDEM, p.82).

Voltemos então à nossa questão, qual seja: apreender a especificidade do trabalho sob o capitalismo. Façamos isto partindo da explicitação do caráter do trabalho que é comum a todas as formas sociais de produção, a de ser produtor de valor-de-uso,

para na seqüência tratarmos do caráter que lhe torna específico sob a forma capitalista de produção.

1.3 A DUPLA FORMA DE SER DO TRABALHO SOB O CAPITALISMO

O trabalho é “antes de tudo” condição da existência humana e ele assim se caracteriza por atender às necessidades humanas através da relação consciente, racional, que o homem mantém com a natureza, transformando-a e adequando-a conforme as suas demandas.

Em uma parte do texto de “Para a Crítica da Economia Política”, no item três, onde ele trata do método da economia política, Marx alerta para a necessidade de que na análise das categorias se leve em conta além da generalidade, a especificidade que elas apresentam em cada momento histórico. Ao expressar tal preocupação ele menciona que:

[...] até as categorias mais abstratas – precisamente por causa de sua natureza abstrata -, apesar de sua validade para todas as épocas, são, contudo, na determinidade desta abstração, igualmente produto de condições históricas, e não possuem plena validade senão para estas condições e dentro dos limites destas. (MARX, 1978, p. 118 – PCEP).

Portanto, no que toca à categoria trabalho, há que se levar em conta que apesar do sentido geral que ela exerce na produção da vida material, quaisquer que sejam as relações sociais sob as quais esteja assentada a produção, há que se considerar que no contexto histórico do modo de produção capitalista além do aspecto geral, ela apresenta um específico. Nesse sentido, importa mencionar que esta especificidade é explicada a partir do duplo caráter que as categorias do processo de produção assumem no modo de produção capitalista. Sob o capitalismo, além do processo de produção, o próprio trabalho assume um duplo aspecto, trabalho concreto e trabalho abstrato.

A categoria trabalho sob o capitalismo, com seu duplo aspecto é, na verdade, um desdobramento da forma como ela se colocava anteriormente, como evidenciou o próprio Marx. O fato de que ele apareça na condição de produtor de valor, não implica que ele prescindia de sua condição anterior, qual seja, a de ser trabalho concreto, produtor de valor de uso e, como tal, “é indispensável à existência do homem”. (MARX 1985, p.50).

O duplo aspecto do trabalho foi por ele destacado, ainda em “Para a Crítica da Economia Política”, onde o apresentou como “[...] o resultado crítico final de mais de século e meio de pesquisas da economia política clássica” (MARX, 1978, p. 155) -, evidenciando assim seu monumental esforço no sentido de absorver tudo o que de fundamental tinha sido até então desenvolvido em relação à ciência econômica. Já em ‘O Capital’, no capítulo I, no vol. I ele afirmou: “Fui quem, primeiro, analisou e pôs em evidência essa natureza dupla do trabalho contido na mercadoria. Para compreender a economia política é essencial conhecer essa questão, que, por isso, deve ser estudada mais de perto”. (IDEM).

Em face ao exposto, parece-nos claro que qualquer estudo que se proponha a discorrer sobre a categoria do trabalho na contemporaneidade busque ali o seu resgate e auxílio.

1.3.1 O Trabalho Produtor de Valor de Uso: Trabalho Concreto

Quando o homem, por meio de seu trabalho se apropria de um objeto qualquer, - fornecido a ele diretamente pela natureza ou por outro homem - e lhe dá nova forma, ele está executando um trabalho concreto, ele está produzindo um valor de uso – seja este para si ou para outro. O trabalho que produz valor de uso é trabalho especificamente humano e como tal, está presente em todas as formas de produção que a sociedade conheceu. Não importa se estamos falando do homem que na antiguidade produzia cântaros, do artesão que viveu no período medieval, do trabalhador das manufaturas ou ainda, do homem contemporâneo que produz componentes eletrônicos, todos, por meio do seu trabalho concreto produzem valores de uso.

O trabalho, quando considerado sob tal forma, leva sempre em conta o seu efeito útil, ou seja, a especificidade do resultado de seu trabalho. É justamente ela que marca a necessidade que dele tem a sociedade. Desta forma, o que dá o caráter social do trabalho, em sociedades onde o ponto determinante da produção é o valor de uso, é a variedade dos trabalhos. É o que ocorria com “[...] os serviços *in natura* e os fornecimentos em espécie da idade média. Os trabalhos determinados dos indivíduos em sua forma natural, a particularidade, e não a generalidade do trabalho, isto é que constitui neste caso o vínculo social” (IBIDEM, p. 140)

No que diz respeito ao seu resultado, Marx menciona que é o produto deste trabalho, ou seja “os valores de uso” que “constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social dela” (MARX, 1985, p. 42 – OC, L. I, V. I). Mas, lembremos, a mercadoria é a “forma elementar da riqueza sob o capitalismo” e, mais, ela é unidade do valor de uso e do valor de troca. De acordo com Marx, o valor de uso é a base material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta, portanto, o valor de uso é riqueza material e, neste sentido o trabalho que produz o valor-de-uso é o que, portanto, produz a riqueza material.

Por outro lado, quando se considera o aspecto do valor-de-troca, a substância que lhe dá valor não é algo palpável, ainda que realmente existente. Essa realidade, por sua vez é fruto de uma construção social e, como tal, é uma realidade imanente à sociedade que a produz. Sendo assim, a substância que na sociedade capitalista confere valor à mercadoria, é dada pelo tempo de trabalho abstrato em geral – que é socialmente determinado. É este aspecto do trabalho que na referida forma de sociedade produz valor e que, por outro lado, produz a riqueza social sob modo específico. Assim, seguindo a denominação do trabalho que a produz, tal riqueza passa a ser chamada de riqueza abstrata. Sendo assim, a mercadoria é enquanto valor-de-uso, riqueza material e, enquanto valor-de-troca, riqueza social. Portanto, sob o capitalismo, na forma da riqueza material (valor-de-uso) está expressa também a riqueza social (valor).

Adam Smith, já no primeiro parágrafo da introdução de ‘A Riqueza das Nações’ afirmou que:

[...] o trabalho anual de cada nação constitui o fundo que originalmente lhe fornece todos os bens necessários e os confortos materiais que consome anualmente. O mencionado fundo consiste sempre na produção imediata do referido trabalho ou naquilo que com essa produção é comprado de outras nações”. (SMITH, 1996, p. 59).

E continua no parágrafo seguinte:

Conforme, portanto, essa produção, ou o que com ela se compra, estiver numa proporção maior ou menor em relação ao número dos que a consumirão, a nação será mais ou menos bem suprida de todos os bens necessários e os confortos de que tem necessidade. (IDEM).

Nas duas citações Smith está tratando do trabalho que ele chama de trabalho útil ou trabalho produtivo – aquele que produz mercadorias, que produz a forma “elementar da riqueza”, sob o capitalismo, como menciona Marx. Mas, recordemos o afirmado

acima, a mercadoria é unidade de valor de uso e de valor. Sendo assim, se entendemos que Smith está falando nas citações anteriores do trabalho que produz valor, e, portanto, da riqueza sob a forma social vigente no capitalismo, as duas citações que seguem devem ser aceitas somente quando tratam da magnitude total da riqueza social. Entendamos: nelas, ele traça uma relação direta entre o aumento da produtividade, advindo da divisão do trabalho e o aumento da “riqueza universal”. Se essa riqueza universal da qual ele fala é entendida como a riqueza material, portanto, em termos de valor de uso, sua análise está correta em toda a sua extensão. No entanto, se a riqueza universal corresponde à forma social da riqueza capitalista – valor – sua análise deve ser relativizada, pois ainda que de forma absoluta ela cresça, relativamente diminui⁵.

Portanto, se ele está se referindo essencialmente ao trabalho sob a forma concreta e, como tal, à riqueza material (valor de uso), é correta a relação que faz entre o aumento da produtividade - advindo da divisão do trabalho - e a ampliação “riqueza universal”. Em tal contexto, o aumento na quantidade produzida de valor de uso implica em aumento da riqueza.

Em Marx evidencia-se que a forma assumida pela riqueza social é mutável, pois determinada pelas próprias relações sociais de produção. É neste sentido que sob o capitalismo a forma da riqueza material (valor de uso) é distinta da forma que assume a riqueza social (valor). Marx, ao tratar do trabalho concreto, produtor de valor de uso, alerta que é necessário que sejamos mais precisos ao considerá-lo como fundo ou fonte da riqueza material, pois, sob tal condição

É falso afirmar que o trabalho, enquanto produtor de valores de uso, seja a única fonte da riqueza produzida por ele, isto é, da riqueza material. Já que o trabalho é uma atividade que consiste em apropriar-se do que é material com esta ou aquela finalidade, necessita da matéria como pressuposição. A proporção entre trabalho e matéria natural varia muito nos diferentes valores de uso, mas o valor de uso contém sempre um substrato natural. (MARX, 1978, p. 142 – PCEP).

Sendo assim, quando relacionamos ao aumento da força produtiva do trabalho o da riqueza, é necessário que a especifiquemos enquanto riqueza material, portanto, valor de uso, bens que se configurem como resultado do trabalho em seu caráter concreto.

⁵ Marx, ao tratar no livro 01, vol. II, da mais valia relativa, destaca que com o aumento da produtividade do trabalho, a riqueza social aumenta em magnitude porque há uma ampliação da produção total das mercadorias e com esse aumento, há um aumento na magnitude total do valor nelas contido. No entanto, a riqueza social diminui relativamente porque cada unidade de mercadoria contém menor quantidade de valor.

Essa atenção no trato das categorias é necessária, haja vista a duplicidade com que elas aparecem sob o capitalismo. Além do mais, há que se ter claro:

Produtividade é sempre produtividade de trabalho concreto, útil, e apenas define o grau de eficácia da atividade produtiva, adequada a certo fim, num dado espaço de tempo. (...) Por outro lado, nenhuma mudança na produtividade atinge intrinsecamente o trabalho configurado no valor. Uma vez que a produtividade pertence à forma concreta, útil de trabalho, não pode ela influir mais no trabalho quando abstraímos de sua forma concreta, útil. Qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no mesmo espaço de tempo, fornece, sempre, a mesma magnitude de valor. Mas, no mesmo espaço de tempo, gera quantidades diferentes de valores de uso: quantidade maior, quando a produtividade aumenta, e menor, quando ela decai. (MARX, 1985, p. 53-4 – OC, L. I, V. I).

Portanto, quando se trata de trabalho produtor de valor-de-uso, se trata de trabalho produtor de riqueza material e, neste sentido, Marx concorda com William Petty que denomina “o trabalho, o pai, e a terra, a mãe da riqueza” (MARX, 1978, p. 141-2 - PCEP). É ao entender o trabalho sob esta forma que ele o afirma como “(...) indispensável à existência do homem – quaisquer que sejam as formas de sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana” (MARX, 1985, p. 55 – OC, L. I, V. I).

Quando se trata do trabalho produtor de valor de uso, de riqueza material, a um aumento na produtividade do trabalho corresponde necessariamente um aumento da riqueza sob tal forma. Ora, se em uma hora se produz dois casacos ao invés de 01, evidentemente haverá possibilidade de se atender a necessidade de duas pessoas ao invés de uma. Por outro lado, não se pode falar em aumento da produtividade do trabalho abstrato, pois a quantidade de valor oriunda de uma hora de trabalho é sempre a mesma, não importa em quantas unidades de mercadoria ela se distribui. Quando o casaco passa a ser produzido na metade do tempo utilizado anteriormente, ele trará agregado em si também metade da quantidade do valor empregado na produção do casaco anteriormente. Ou seja, o aumento da produtividade é aumento da produtividade do ponto de vista do trabalho concreto – que se expressa no seu resultado, dois casacos ao invés de um – e não do ponto de vista do trabalho abstrato. É por isto que, no caso mencionado, dois casacos equivalem a 01.

1.3.2 O Trabalho em sua Forma Especificamente Capitalista: Trabalho Humano Abstrato em Geral

Considerando o exposto anteriormente, podemos afirmar que quando é o valor de uso o ponto determinante da produção social, a um aumento da força produtiva do trabalho corresponde um aumento da riqueza social, já que esta coincide com a riqueza material. No entanto, numa sociedade onde a produção não é definida a partir desse aspecto - como é o caso no capitalismo-, não se pode dizer o mesmo. Em tal condição, pode inclusive ocorrer o contrário, ou seja, a um aumento na riqueza material corresponder uma redução relativa na riqueza social, como evidencia Marx ao tratar dos efeitos do aumento da força produtiva do trabalho sobre o valor contido nas mercadorias⁶.

Essa aparente contradição só pode ser esclarecida a partir do entendimento do duplo caráter que o trabalho assume no modo capitalista de produção. No item anterior expusemos o seu caráter fundamental – o de ser trabalho concreto - e neste vamos discorrer sobre aquele que é específico do modo capitalista de produção – o de ser trabalho humano abstrato em geral.

Sob o capitalismo a dualidade com que o trabalho se apresenta é expressa na conservação da sua forma de ser anterior, e agrega a esta contornos específicos. Mas o que significa isto? Significa que apesar do novo caráter que o trabalho apresenta – o de ser produtor de valor de troca - ele continua a existir enquanto atividade voltada para a satisfação das necessidades humanas, portanto, enquanto atividade especificamente humana e produtora de valores de uso, quaisquer que sejam as formas que estes assumam. Portanto, significa – ainda que isto não seja evidenciado -, que o homem, por meio de seu trabalho, continua a ser essencial para a reprodução da vida.

Já mencionamos que Marx qualificou a descoberta do duplo caráter do trabalho sob o capitalismo como essencial para o entendimento e a crítica da economia política. Na obra 'Para a Crítica da Economia Política (1978), ele destacou que identificou tal duplicidade a partir do estudo que empreendeu sobre pelo menos um século e meio de pesquisa dos economistas burgueses da França e da Inglaterra. Nosso interesse é apreender como ele chegou à constatação do duplo caráter do trabalho e à subsequente caracterização da especificidade do trabalho sob o capitalismo, ponto essencial para a construção do conjunto de sua teoria.

⁶ (Marx, 1985) – O Capital, Livro I, Vol. II, especialmente capítulo XIV.

O objeto de Marx era o modo capitalista de produção e, para apreendê-lo, ele parte daquilo que lhe era explícito. Nos Manuscritos de 1844 ele já havia destacado algo que era bem visível e que o inquietava,

O trabalhador se torna tanto mais pobre quanto mais riqueza produz, quanto mais a sua produção aumenta em poder e extensão. O trabalhador se torna uma mercadoria tão mais barata quanto mais mercadorias cria. Com a valorização do mundo das coisas aumenta em proporção direta a desvalorização do mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; ele produz a si mesmo e ao trabalhador como uma mercadoria, e isto na medida em que produz, de fato, mercadorias em geral”. (MARX, 1978, p. 80 - M).

Na citação salta à vista a inquietação de Marx em relação ao contexto social vigente. Nela evidenciam-se pontos essenciais que nortearam a pesquisa por ele empreendida, cujo resultado foi a obra ‘O Capital’. Tentemos traçar uma seqüência que nos auxilie na compreensão da problemática que ele se colocou, e que nos leve ao entendimento da especificidade do trabalho sob o capitalismo: primeiro, o trabalhador produz riqueza produzindo mercadoria, portando a mercadoria aparece como forma da riqueza; segundo, ao produzir riqueza/mercadoria o trabalhador se torna ele mesmo mercadoria; terceiro, se o trabalhador produz riqueza/mercadoria é ele a sua fonte, mas quanto mais produz mais pobre fica.

O que permeia o esclarecimento destes três pontos está ao que tudo indica, no entendimento da forma sob a qual aparece a riqueza sob o capitalismo. É com tal convicção que Marx, ao reconhecer que “a riqueza das sociedades onde rege a produção capitalista configura-se em imensa acumulação de mercadorias, e a mercadoria isoladamente considerada, é a forma elementar dessa riqueza” (MARX, 1985, p. 41 – OC, L. I, V. I), que ele coloca como ponto de partida de “O Capital” o estudo da mercadoria. Desvendada a “forma elementar da riqueza”, virá à tona o caráter específico que o trabalho assume sob o referido modo de produção social. Tentemos então seguir seus passos.

Até então vínhamos considerando o caráter concreto do trabalho e como tal, produtor de valor de uso. Ressaltamos, pautados em Marx, que independente da forma que assuma a riqueza social, os valores de uso constituem seu conteúdo material, sendo por isso, riqueza material. Da mesma forma, enfatizamos que a produção de valores de uso é condição da existência humana, não importando a forma que a reprodução material assumam em cada momento histórico.

Em tais termos, evidencia-se que a produção de valores de uso precede e independe da produção de mercadorias, tal como o trabalho concreto precede à forma específica que o trabalho assume sob o capitalismo. Sendo assim, pode se afirmar o seguinte sob trabalho acerca do qual discorríamos: a) se caracterizava por sua particularidade, revelada no seu resultado, materializado em um produto específico que atendia necessidades igualmente específicas; b) se caracterizava como social em função da diferença que apresentava frente aos demais trabalhos. A este tipo de trabalho Marx chamou de “trabalho útil” ou “trabalho concreto”. Sob tal caráter, as particularidades dos trabalhos é que marcavam, de forma visível, as relações que os homens estabeleciam entre si, por meio de seus trabalhos.

Quando passamos a considerar a forma capitalista de produção, nos deparamos com uma nova condição da reprodução social, pautada essencialmente na produção de mercadorias. A mercadoria passa a ser então “a forma elementar da riqueza.” Mas qual espécie de riqueza? Esta forma “elementar da riqueza” é a mesma de que falávamos quando tratávamos da produção de valor de uso, onde a forma da riqueza social coincidia com a da riqueza material? É preciso, portanto “desvendar” a “forma elementar da riqueza” sob o capitalismo.

Ainda em ‘Para a Crítica da Economia Política’ (1978), que seria a base dos capítulos iniciais do livro I de O Capital, Marx inicia o primeiro capítulo dizendo que “À primeira vista, a riqueza burguesa aparece como uma enorme acumulação de mercadorias”, na seqüência repete o que afirmaria depois no livro I, vol. I de O Capital, que isoladamente a mercadoria é “seu modo elementar” e finaliza o parágrafo ressaltando: “Mas, toda mercadoria se apresenta sob o duplo ponto de vista de valor-de-uso e valor-de-troca”. (MARX, 1978, p. 135 – PCEP). A importância deste texto está em duas menções que nos parecem ser de fundamental importância. Notem, afirma que a riqueza burguesa é “à primeira vista” a mercadoria, o que indica que existe algo nessa forma da riqueza que não é visível, mas que a coloca como riqueza sob o capitalismo. Em outras palavras, a mercadoria só é riqueza por conter algo que lhe é específico, ainda que não visível. Este algo que é invisível tem que estar necessariamente relacionado com o duplo aspecto da mercadoria. É por isso que ao estudar a mercadoria ele a define, dando ênfase primeiramente a seu caráter de valor-de-uso, portanto, à utilidade específica que ela representa para quem a deseja. Vejamos o que ele diz:

Em primeiro lugar, a mercadoria é, na expressão dos economistas ingleses, uma coisa qualquer, necessária, útil ou agradável para a vida”, objeto de necessidades humanas, meio de vida no sentido mais amplo da palavra. Este modo de ser da mercadoria como valor de uso coincide com sua existência natural palpável.”(IDEM).

Em O Capital, Livro I, Vol. I ele a define de forma mais completa:

A mercadoria é, antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção. (Marx, 1985, p. 41 – OC, L. I, V. I).

As duas citações enfatizam, portanto, que “em primeiro lugar”, ou “antes de mais nada”, a mercadoria é/deve ter um valor de uso e, sob este aspecto o que importa é a necessidade que elas satisfazem a partir da qualidade que em particular possuem - que, como vimos é dada a elas por meio do trabalho concreto.

Quando marca este aspecto ele não identifica o valor de uso e, portanto, a necessidade que ele satisfaz como algo físico. Neste sentido, a mercadoria enquanto valor de uso não necessariamente se reduz a algo perceptível ou “palpável” ao tato, mas efetivamente a algo que satisfaça necessidades humanas. Isto fica claro quando Marx menciona que não importa como “a coisa satisfaz” as necessidades, podendo elas provir “do estômago ou da fantasia”. Sendo assim, também os serviços podem assumir a condição de mercadoria e, como tal, apresentar-se sob a condição de valor de uso.

O que importa, portanto, é a utilidade específica que ela – a mercadoria na qualidade de valor de uso - representa a quem não a possui e deseja – daí ser ela um “objeto externo”. Assim, ele ressalta a materialidade (realidade) das necessidades humanas (subjetivas ou objetivas). E é justamente a partir desta constatação que ele menciona: “*este modo de ser da mercadoria como valor de uso coincide com sua existência natural palpável*”, ou seja, é sob tal forma que ele é capaz de atender uma necessidade específica. Enquanto o valor de uso do casaco serve para vestir, o valor de uso do pão é o de alimentar. O pão não pode ser vestido, assim como o casaco não é capaz de saciar a fome.

De acordo com Marx (1985, p, 49 – OC, L. I., V. I) quando se fala, portanto, em atender uma necessidade, se está tratando do trabalho especificamente humano, possuidor de uma utilidade particular, que se concretiza no valor de uso do seu produto. Sob este prisma, diferem os diversos trabalhos úteis, tal como os seus produtos. Esse

caráter do trabalho – trabalho concreto - pré-existe ao capitalismo, o mesmo ocorrendo com o produto deste trabalho. E é por isto que em ‘Para a Crítica da Economia Política’ Marx (1978, p. 135 – PCEP) menciona: “ser valor de uso parece ser pressuposição necessária para a mercadoria, mas não reciprocamente, pois ser mercadoria parece ser determinação indiferente para o valor de uso.” Ainda com relação a este caráter do trabalho ele ressaltou:

O trabalho, como criador de valores de uso, como trabalho útil, é indispensável à existência do homem, - quaisquer que sejam as formas da sociedade, - é necessidade natural e eterna de efetivar o intercâmbio material entre o homem e a natureza, e, portanto, de manter a vida humana. (MARX, 1985, p. 50 – OC, L. I, V. I).

Portanto, considerando-se que o trabalho produtor de valor de uso e o valor de uso, portanto, pré-existem ao capitalismo – forma de reprodução social assentada na produção de mercadorias e, por meio desta, de mais valor –, não se pode dizer que sob tal caráter eles representem outra forma de riqueza que não a material, cuja expressão é o valor de uso.

Mas, se a “forma elementar da riqueza” sob o modo capitalista de produção é a mercadoria; se o valor-de-uso antes de ser mercadoria já era riqueza material; se a mercadoria além de valor-de-uso é valor; a riqueza burguesa deve necessariamente apresentar uma caracterização distinta da representada pelo valor-de-uso. Neste sentido, há algo na forma de ser da mercadoria – unidade de valor de uso e de valor - que ainda que invisível a olho nú seja socialmente existente, portanto, real. Se este algo que a qualifica como “a forma elementar” da riqueza sob o capitalismo não advém do seu caráter de valor de uso, só pode ser encontrado no seu caráter de ser valor.

Antes de prosseguirmos por este caminho é necessário um adendo. Ao mencionarmos a existência de momentos históricos onde predominava a produção de valores de uso não estamos negando a existência anterior ao capitalismo da produção de mercadorias, mas tão somente que esta última não era a forma predominante sob a qual se realizava a reprodução social. É somente quando a mercadoria passa a ser a forma predominante, que se pode falar em outra forma de riqueza social que não apenas a material, representada pelos valores de uso. Marx se preocupa já no início de ‘O Capital’ em ressaltar o duplo caráter da mercadoria, porque ele percebe a importância de desvendar além da forma usual do valor de uso, a forma específica do valor. É o entendimento da forma como se produz o valor na sociedade capitalista que lhe permite

marcar a especificidade do trabalho e da própria reprodução material nela vigente. Voltemos agora ao nosso caminho.

Na sua análise sobre a mercadoria Marx (1978, p. 136 – PCEP) observa que “o valor de troca aparece primeiramente como relação quantitativa em que valores-de-uso são trocáveis entre si”. É no momento em que ele analisa a mais simples relação de troca - onde o que se trocam são dois valores-de-uso -, ou a mais avançada - na qual um dado valor-de-uso se troca por uma dada quantidade de dinheiro -, que ele apreende a necessidade de haver nos dois elementos que se opõem – nos valores-de-uso e/ou no dinheiro - algo que seja comum e que os tornem, sob determinado aspecto, iguais. É isto que permite a troca.

A questão é: o que permite realizar a troca entre 1 sapato e 1 casaco ou entre um casaco e uma dada soma de dinheiro, haja vista que do ponto de vista qualitativo são diversos, como diversos são os trabalhos particulares que os produzem? O que é que determina a proporção em que se trocam? Em sociedades nas quais a produção de mercadorias não era fator predominante esta proporção poderia aparecer como algo casual, estabelecido aleatoriamente. Mas como justificar esse algo comum, bem como a sua proporcionalidade quantitativa, a partir do momento em que a forma mercadoria passa a ser a forma predominante da reprodução social?

Esta substância *comum* que reveste o valor de uso da condição de valor de troca não poderia ser encontrada na diversidade dos trabalhos que os produzem. Pelo contrário, ela marca a diferença entre os valores de uso que se permutam na condição de valores de troca de igual magnitude. Para que se efetive a troca, há que haver a seguinte condição: como valores-de-uso têm que ser diferentes, mas como valores de troca devem necessariamente ser iguais. Em outros termos: “algo comum, com a mesma grandeza, existe em duas coisas diferentes, [...]. As duas coisas são portanto iguais a uma terceira que por sua vez delas difere. Cada uma das duas, como valor de troca, é reduzível, necessariamente, a esta terceira.”(MARX, 1985, p. 43, L. I, V. I).

Se essa terceira coisa não pode advir nem de sua condição de valor de uso nem dos trabalhos específicos que os produzem, e se,

[...] prescindirmos do valor de uso da mercadoria, só lhe resta ainda uma propriedade, a de ser produto do trabalho [...]. Pondo de lado seu valor de uso, abstraímos, também das formas e elementos materiais que fazem dele um valor de uso. Ele não é mais mesa, casa, fio ou qualquer outra coisa útil. Sumiram todas as suas qualidades materiais. Também não é mais o produto do trabalho do marceneiro, do pedreiro, do fiandeiro ou de qualquer outra

forma de trabalho produtivo. Ao desaparecer o caráter útil dos produtos do trabalho, também desaparece o caráter útil dos trabalhos neles incorporados, desvanecem-se, portanto, as diferentes formas de trabalho concreto, elas não mais se distinguem umas das outras, mas reduzem-se todas a uma única espécie de trabalho, o trabalho humano abstrato.”(IDEM, p. 44-5).

É, portanto, a partir da análise da troca que se estabelece entre os valores de uso já na condição de mercadorias, que Marx identifica a existência de um trabalho sob forma especificamente capitalista – trabalho abstrato humano em geral – que se materializa a partir do valor-de-troca das mercadorias. Mas o que é este trabalho abstrato humano em geral? Por qual meio ele autoriza a troca entre as mercadorias? Na citação anterior, Marx esclarece que quando se desconsidera o caráter útil (portanto, o valor de uso) das mercadorias, desaparece igualmente o caráter útil ou particular dos trabalhos que as produziram e assim, elas se constituem numa “mesma objetividade impalpável, a massa pura e simples do trabalho humano em geral, do dispêndio de força de trabalho humano, sem consideração pela forma como foi despendida” (IBIDEM, p. 45).

Ora, se é o trabalho em sua forma concreta que está por trás das diferenças qualitativas das mercadorias, também é o trabalho – enquanto “dispêndio de cérebro, músculos, nervos”, que após ser socialmente homogeneizado pela troca na economia mercantil, converte-se em trabalho socialmente necessário e permite igualar os mais diversos valores de uso. A razão de ser da igualdade está na substância do valor, ou seja, o tempo de trabalho socialmente necessário contido em cada um é o mesmo o que os torna iguais. Não importa se dois valores de uso se troquem entre si, ou se a troca se realiza intermediada pelo dinheiro. O dinheiro em si é apenas a representação mais avançada da substância do valor presente no valor de troca das mercadorias e, como tal, forma da riqueza social sob o capitalismo.

No capitalismo, o valor é, portanto, uma realidade social, tal como o trabalho que o produz, o trabalho humano abstrato. O trabalho humano abstrato não é mero dispêndio de cérebro, músculos e nervos. É esta a base da qual Marx parte para apreender o trabalho abstrato, mas observando que ela sofre a intervenção social para assumir a condição de trabalho abstrato. Essa discussão será feita mais pormenorizadamente no próximo subitem. Agora, importa mencionar que Marx, a partir da apreensão do caráter específico do trabalho – trabalho abstrato humano em geral – sob o capitalismo identifica a substância da riqueza social daquele algo que mesmo invisível qualifica a mercadoria como forma elementar da riqueza burguesa. A

mercadoria é riqueza sob a forma social não por atributo ou dádiva divina e sim, por ser fruto do trabalho humano, mas do trabalho humano sob a forma específica pela qual ele se realiza sob o capitalismo. É o trabalho abstrato humano em geral ou simplesmente trabalho abstrato, a fonte do valor representado pelo valor-de-troca das mercadorias e, por fim, a fonte da riqueza social. É somente quando se fala da riqueza social sob esta forma que se pode afirmar que o trabalho é a única fonte da riqueza.

O trabalho abstrato em geral, por meio da homogeneização social que o faz tempo de trabalho socialmente necessário, permite a troca e a quantificação da riqueza sob a forma específica que ela assume no capitalismo. Ao tratar da definição do trabalho abstrato e da capacidade que ele carrega de ser produtor de riqueza social, Marx parte de uma base que permite a quantificação do valor por ele agregado às mercadorias, como vimos. O “dispêndio de cérebro, músculos, nervos, etc”, é a base a partir da qual se constrói essa riqueza, no entanto, o trabalho humano abstrato em geral não se resume a isto, o que muitas vezes tem sido concluído. É o que explicitaremos na seqüência.

1.3.2.1 O “Puro Dispêndio de Cérebro, Músculos e Nervos, Mãos, etc”

Outros autores antes de Marx já haviam destacado que o valor contido nas mercadorias era oriundo do trabalho⁷, o que já apontava, portanto para a existência de um duplo caráter do trabalho. No entanto, a originalidade de Marx ao analisar esse duplo caráter está na forma como ele deduz o caráter homogêneo do trabalho. Primeiro ele conclui que o que permitia a troca das mais diversas mercadorias só poderia ser a existência de algo que fosse comum a todas. Esse algo não poderia advir de sua condição de valor de uso e sim de sua condição de ser portadora de valor. É a partir desta ótica que ele constata que não bastava abstrair do valor de uso, era preciso também deixar de lado o caráter concreto do trabalho produtor dos valores de uso/das mercadorias. Por esta abstração ele chegaria então ao elemento comum a todas elas – ao trabalho humano abstrato em geral, fruto de um processo histórico específico que culmina na sociedade capitalista.

⁷ Em ‘Para a Crítica da Economia Política’ (1978, p. 156-8), Marx destaca que Benjamin Franklin já havia atentado para a possibilidade de se considerar o trabalho como medida de valor, não tendo ele entretanto apreendido o processo que converte o trabalho em trabalho social.

Ao buscar algo que era comum a todas as mercadorias, Marx constatou que todas continham trabalho, ainda que cada qual, um trabalho em sua forma específica, concreta. Mas, a despeito das especificidades que marcam a diversidade dos trabalhos voltados para a produção de valores de uso, todos eles carregam algo que lhes é comum, ou seja, todos podem ser reduzidos a esforço fisiológico, “dispêndio produtivo de cérebro, músculos, nervos, mãos, etc. humanos”. É justamente esse o ponto de partida do trabalho abstrato. No entanto, como destaca Rubin (1980), a igualdade fisiológica, ainda que seja a base da qual Marx parte para determinar o trabalho humano abstrato em geral, não pode ser considerada como suficiente.

Ainda que o dispêndio fisiológico estabeleça a condição para se quantificar o valor inserido pelo trabalho nas mercadorias, ele exige a presença de condições históricas particulares que permitam de fato a determinação social deste valor. E estas, só ocorrem quando da generalização das trocas. É quando isto ocorre que o trabalho em seu caráter concreto fica submetido ao trabalho em seu caráter específico – o de trabalho produtor de valor. É a partir daí que passa necessariamente a se exigir a homogeneização de todos os trabalhos em um só, aquele que confere valor às mercadorias.

Quando isto acontece – quando a troca se generaliza -, o trabalho interessa apenas na medida em que se expressa como valor das mercadorias. O caráter concreto, útil do trabalho torna-se determinado e não determinante da produção, assim como o valor de uso da mercadoria. A quem a produz e/ou vende a mercadoria, pouco importa seu valor de uso, e, portanto, o caráter concreto, útil do trabalho nela empregado. O que lhe importa é o valor que ela carrega e, por conseguinte, a realização deste no mercado.

O valor que a mercadoria carrega, é a materialização do trabalho abstrato. Ele representa a igualdade de todos os trabalhos humanos, é trabalho humano homogeneizado. Essa igualação parte da base já referida - dispêndio fisiológico, mas é no mercado que ela adquire o caráter de trabalho socialmente homogeneizado - trabalho socialmente necessário. Daí a igualação dos diversos trabalhos humanos exigir a generalização da produção de mercadorias, e, portanto da produção para a venda. É na medida em que o trabalho humano adquire este caráter, que se começa desenvolver a sua dimensão abstrata.

Rubin (1980, p. 154) ao realizar a discussão do conceito do trabalho humano abstrato o faz trazendo à tona três modalidades ou variações do conceito de “trabalho igual ou homogêneo”, quais sejam: “trabalho fisiologicamente igual, trabalho

socialmente igualado e trabalho abstrato”. Para ele, a igualdade fisiológica é algo natural, e como tal está presente no trabalho vigente em qualquer época histórica. Esse algo natural pode ganhar contornos específicos e ser reforçado em determinadas formas de sociedade. Entendamos: Ora, todo o trabalho é “dispêndio de cérebro, músculos, nervos, etc”, no entanto, no que diz respeito à “*igualdade social*” – à quantificação deste “dispêndio de cérebro, músculos, nervos, etc” -, ela é resultado de um processo social, e, como tal, ela é específica de cada sociedade, ainda que tenha por base aquilo que é comum a todos os trabalhos, ser “dispêndio de cérebro, músculos, nervos, etc”. Por fim, o trabalho abstrato é trabalho socialmente igualado, mas é trabalho socialmente igualado em uma sociedade específica, a capitalista, e sob ela, esse trabalho socialmente igualado recebe a denominação de trabalho humano abstrato. Portanto, o último conceito reúne em si os anteriores, é mais completo e Rubin (1980, p. 154) assim o define: “Trabalho abstrato é a designação da parte do trabalho social que é igualada no processo de divisão social do trabalho, através da igualação dos produtos do trabalho no mercado.”

Mas é importante notar que o trabalho abstrato não se origina apenas do ato da troca. Rubin mesmo faz esta ponderação e argumenta que isto seria inaceitável do ponto de vista da teoria do valor de Marx “o valor, e dessa maneira também o trabalho abstrato, deve existir já no processo de produção” (IDEM, p. 163). Ainda conforme o mesmo autor (IBIDEM, p. 165), a troca é, por um lado, a forma social do processo de produção e, por outro, uma fase particular deste processo, que se alterna com a fase da produção em seu caráter mais estrito. Ora, se a troca faz parte do processo de produção, quando ela se torna a forma dominante, como é o caso na sociedade capitalista, a produção é por ela determinada. Em outras palavras,

[...] desde que uma pessoa produza após ter deixado o ato de troca, e antes de adentrar no próximo ato de troca, o processo de produção direta adquire determinadas propriedades que correspondem à organização da economia mercantil baseada na troca. Mesmo que o produtor mercantil permaneça em sua oficina e num dado momento não entre na troca com os demais membros da sociedade, ele já sente a pressão de todas aquelas pessoas que entram no mercado como seus compradores, concorrentes, compradores de seus concorrentes, etc., em última análise, a pressão de todos os membros da sociedade. Esta relação econômica e essas relações de produção, que se realizam diretamente na troca, estendem sua influência mesmo depois do ato concreto de troca ter-se encerrado. Esses atos deixam uma nítida marca social no indivíduo e no produto do seu trabalho. Já no próprio processo de produção direta o produtor aparece como produtor mercantil, seu trabalho possui o caráter de trabalho abstrato, e seu produto o caráter de valor. (IBIDEM, 1980, p. 165-6).

Ou seja, no capitalismo o caráter de valor das mercadorias passa a ser considerado já quando de sua produção. Neste contexto, a quantificação do trabalho abstrato, isto é, a determinação do valor, já é feita quando da produção. Portanto, no momento em que a produção é realizada, o trabalho abstrato que ela envolve já tem uma magnitude determinada, como ele mesmo destaca. Sendo assim, “é óbvio que, do ponto de vista da teoria de Marx, o trabalho abstrato tem uma magnitude determinada, e exatamente por causa disso o produto do trabalho não só adquire a forma social de valor como tem um valor de magnitude determinada” (IBIDEM, 1980, p. 168).

Mas como se chega a essa magnitude determinada? Rubin elabora a sua explicação considerando o exemplo de uma sociedade socialista. Nesta, ele menciona que os mais diversos tipos de trabalho passam por um processo de igualação social. Esse processo envolve a equiparação da diversidade de tempos e de intensidade de trabalho a um só, assim como a do trabalho complexo a simples. É por este modo que o trabalho passa a ser mensurado. Esta mensuração tem por base a redução de toda a espécie de trabalho a trabalho simples, assim como, a quantificação do trabalho simples tem por base o dispêndio fisiológico. No entanto, tanto os critérios de igualação quanto a quantificação destes é dada socialmente.

Neste sentido, ressalta Rubin:

As unidades desse trabalho são unidades de uma massa homogênea de trabalho social, calculadas e igualadas por órgãos sociais. Simultaneamente, o trabalho social tem uma magnitude completamente determinada mas (e não se deve esquecer isto) uma magnitude de caráter puramente social. As 20 unidades de trabalho que constituem a quota de A não representam o número de horas trabalhadas, nem o montante de energia fisiológica realmente despendida, mas um número de unidades sociais de trabalho, isto é, uma magnitude social. (IBIDEM, p. 168).

E acrescenta que “[...] o trabalho abstrato é precisamente uma magnitude social desse tipo” (IBIDEM). O que ocorre é que, o trabalho abstrato, em “uma economia mercantil espontânea, ele desempenha o papel do trabalho socialmente igualado numa economia socialista organizada conscientemente”. E como tal, ao contrário do que ocorre em uma economia socialista, onde o trabalho dos diversos operários pode ser reduzido a unidades comuns a partir da aplicação consciente de determinados critérios, na economia mercantil é a troca que realiza este redução, de forma espontânea.

Isto não quer dizer que o único critério de igualdade dos produtos do trabalho e do trabalho que os produz é o da sua aceitação no mercado, ou seja, a determinação quantitativa do trabalho abstrato e do valor não é realizada exclusivamente no momento da troca. Ora, o mercado deve tomar como base

[...] uma série de propriedades quantitativas que distinguem o trabalho em termos de seus aspectos técnico-material e fisiológico, e que influenciam causalmente a determinação quantitativa do trabalho abstrato antes do ato de troca e independentemente dele. (IBIDEM, p. 172).

Essas propriedades quantitativas são (IBIDEM, p. 172): 1) a extensão do gasto de trabalho (esta é a propriedade básica, já que a medida do dispêndio de trabalho é em primeiro lugar seu tempo de duração; 2) a intensidade do trabalho; 3) a qualificação do trabalho; 4) a produtividade do trabalho. É pela consideração de tais critérios que o trabalho complexo se reduz a trabalho simples e o trabalho simples, individualizado, se converte em trabalho socialmente necessário, ou seja, que expressa a intensidade, a habilidade e produtividade média vigentes.

Não se trata, portanto de um trabalho distinto do até então efetivamente realizado. Ele continua sendo dispêndio fisiológico, mas ele não é só isto. E não é, porque ele é igualado socialmente, por critérios estabelecidos a partir de uma forma de produção social particular, a capitalista. É por isto que ele é específico, e nela ele se converte no único trabalho existente. E por ser assim é que ele nega o trabalho concreto, mas jamais dele se desvincula. Assim, fica claro que a magnitude do trabalho abstrato é definida na produção, pois é nela que estão os fundamentos necessários para que o mercado promova a homogeneização do trabalho, ou melhor, o reconhecimento da substância do valor – trabalho humano abstrato -, contida na mercadoria. A venda em si e, por meio dela, a conversão da mercadoria em dinheiro, implica efetivamente neste reconhecimento.

Este reconhecimento é realizado no momento da venda; até então todas as possibilidades ficam abertas diante da mercadoria produzida. Em condições de equilíbrio entre oferta e demanda, ela pode obter um preço correspondente a seu valor (ou, para dizer de modo mais rigoroso, a seu preço de produção); isto significa um reconhecimento social integral do trabalho que a produziu. (IBIDEM).

Esperamos após as considerações aqui elencadas ter dissipado a redução do trabalho abstrato a mero dispêndio fisiológico. A este respeito Rosdolski (2001) afirma

que o trabalho abstrato tem a sua definição iniciada pelo dispêndio fisiológico, ou seja, ele representa apenas uma parte do conceito que define a especificidade do trabalho sob o capitalismo. O dispêndio fisiológico integra, mas não dá conta do conceito em sua totalidade. Reforçando este aspecto, há que se considerar – o que Marx o faz ao discutir já no capítulo I, do livro I, vol. I de ‘O Capital’, na parte que fala do fetichismo da mercadoria – que qualquer forma de sociedade e, dentro dela, qualquer forma de produção permite a redução do trabalho em termos fisiológicos e, por meio dela, a sua quantificação – como o caso de Robson Crusóe na ilha. No entanto, essa redução e a sua homogeneização social - que traz à tona o trabalho abstrato - só é exigida a partir de um dado momento histórico, ou seja, quando se estabelece de forma predominante

[...] uma sociedade de proprietários de mercadorias. Nela, como a troca constitui o único vínculo econômico entre os indivíduos, as mercadorias devem ser consideradas como produtos do trabalho médio, indiferenciado, ou seja, gasto de força de trabalho humana sem consideração à forma como foi gasta. (ROSDOLSKY, 2001, p. 446-7).

É somente nesta forma de sociedade – a capitalista, portanto - que a igualdade e não a diversidade dos trabalhos é que se torna o vínculo social entre os produtores de mercadorias.

De outra forma, não se pode deixar de considerar que na sociedade capitalista todos são detentores de mercadorias, inclusive o produtor direto – trabalhador. Sua mercadoria é a própria força de trabalho e é dela que ele dispõe para obter o necessário à sua sobrevivência. Para tanto, ele a vende por tempo determinado ao proprietário das condições de produção, no caso, o capitalista. O valor a ela atribuído segue a lógica já mencionada anteriormente para as mercadorias em geral. E sendo assim, a quantidade de valor que remunera o trabalhador por 01 jornada de 01 dia de trabalho é definida socialmente, a partir dos bens necessários à sua subsistência que, por sua vez, são produzidos pelo tempo de trabalho socialmente necessário.

Além do valor da jornada de trabalho, também a sua extensão é fixada socialmente. É justamente a diferença entre a quantidade de valor criado pelo trabalho humano abstrato na extensão da jornada de trabalho e a materializada nos bens de subsistência (ou representada no dinheiro) que o adquiriu, que faz surgir o excedente de valor, ou o mais valor. Mas, a despeito da mencionada diferença, a mercadoria força de trabalho é paga pelo capitalista pelo tempo socialmente necessário para permitir que ela no dia seguinte esteja apta a ser novamente colocada à venda. Portanto, ao pagar pela

força de trabalho o valor socialmente estipulado, o capitalista adquire o direito de desfrutar do valor de uso da mercadoria que comprou pelo tempo integral da jornada de trabalho – definido também socialmente. E é isso exatamente o que ele faz. Ora, o valor de uso da força de trabalho para o capital é produzir valor, e sendo assim, ao utilizá-la de forma plena ele está *apenas* usufruindo das qualidades específicas que tem a referida mercadoria de satisfazer sua necessidade. Sua felicidade foi ter encontrado uma mercadoria cujo valor de uso é produzir valor e, sob o capitalismo, valor em expansão.

1.4 A RAZÃO DE SER DO TRABALHO SOB O CAPITALISMO: O TRABALHO PRODUTIVO

A apreensão do caráter específico do trabalho sob o capitalismo abre caminho para a definição do que é trabalho produtivo nesta forma de sociedade. Marx desenvolve essa discussão em diversos momentos, mas é em Teorias da Mais Valia (O Capital, Livro IV, vol. I), mais especificamente no capítulo IV e no décimo segundo aditamento, que ela aparece mais sistematizada. Este tema é um dos grandes geradores de controvérsia dentro do marxismo. Elas se apresentam especialmente naquilo que concerne à espécie de trabalho (manual e/ou intelectual) e ao resultado do trabalho (objeto palpável ou não) que pode ser considerado como produtivo⁸. Apesar das referidas controvérsias, quando resgatamos em Marx o conceito de tal categoria, não entendemos haver de fato fortes razões para elas⁹.

De acordo com Marx, sob o capitalismo as razões que permitem caracterizar o trabalho como produtivo ou não, são distintas das vigentes em outras formas de sociedade. A razão de ser de tal diferença está necessariamente atrelada à especificidade do trabalho e da riqueza nela presente. Ora, numa sociedade capitalista, o

⁸ Rubin (1980), por exemplo considera tanto o trabalho intelectual, quanto o manual e ainda; tanto o trabalho que produz mercadoria física quanto não física, como passível de ser produtivo. A posição de Lessa (2005), é diametralmente oposta à de Rubin.

⁹ (Marx, 1976, p. 396, 403-4 – TM, V. I) – Teorias da Mais Valia, Vol. I. Na página 396 Marx qualifica o trabalho do proletário intelectual de Leipzig, que sob a direção da editora produz livros, como um trabalho produtivo. Nas páginas 403-4, nos aditamentos, Marx diz que na esfera da produção imaterial “em regra fica-se na forma de transição para a produção capitalista, e desse modo os diferentes produtores científicos ou artísticos, artesãos ou profissionais, trabalham para um capital mercantil comum dos livreiros, uma relação que nada tem a ver com o autêntico modo de produção capitalista e não lhe está ainda subsumida, nem mesmo formalmente”. Mas note, não há aqui qualquer contradição de conceito. No segundo momento ele nem chega qualificar o trabalho como produtivo ou improdutivo, o que ele diz é que naquele momento histórico a esfera da produção material ainda não estava de forma predominante subsumida ao capital. Não há portanto, do nosso ponto de vista, nenhuma aplicação contraditória da categoria nestas passagens.

que torna o trabalho produtivo? Para Marx, a produção material em tal sociedade estava voltada para a produção de mercadorias. No entanto, como ele observa no capítulo XIV, do Livro I, Vol II de ‘O Capital’¹⁰, nessa forma de sociedade o objetivo não era só a produção da mercadoria, do valor. A produção da mercadoria importa na medida em que ela permita a produção do mais valor - ou valor excedente. É justamente esta e, mais especificamente, a forma pela qual ela acontece que a torna particular. É ela que permite qualificar o trabalho como produtivo ou não.

A forma por meio da qual acontece a produção de mercadorias na sociedade capitalista é que determina a geração de excedente, e, portanto, a expansão do capital. Nela, o trabalho só é produtivo se capaz de promover essa expansão. Por outro lado, no capitalismo, a produção acontece pautada em uma relação social específica, na qual está inserido o trabalho - trabalho humano abstrato -, enquanto gerador de valor, portanto, de riqueza social. Do exposto deduz-se que somente o trabalho que estiver inserido nesta relação social específica poderá ser considerado como produtivo

A partir deste entendimento, Marx passa então a conceituar o que é trabalho produtivo sob o capitalismo, estabelecendo um parâmetro bastante preciso em sua definição:

Trabalho produtivo no sentido da produção capitalista é o trabalho assalariado que, na troca pela parte variável do capital (a parte do capital despendida em salário), além de reproduzir essa parte do capital (ou o valor da própria força de trabalho), ainda produz mais valia para o capitalista. Só por esse meio, a mercadoria ou dinheiro se converte em capital, se produz como capital. Só é produtivo o trabalho assalariado que produz capital. (MARX, 1974, p. 132-3 – TM, V. I).

Vale ressaltar que entendemos trabalho assalariado não em termos de relação contratual e sim enquanto trabalho livre¹¹, nos termos destacados por Marx no livro 01, volume 01 de ‘O Capital’, que é vendido pelo trabalhador ao capitalista – proprietário dos meios e das condições de produção -, com vistas a garantir a satisfação das suas necessidades de subsistência. Para Marx é, portanto, produtivo o trabalho assalariado que inserido numa relação de produção *tipicamente capitalista*, produz para o capital um valor maior que aquele que dele recebeu. É nessa relação - tipicamente capitalista -

¹⁰ Marx, O Capital, Livro I, Vol. II, p. 584-5.

¹¹ De acordo com Marx o trabalhador é livre em dois sentidos: primeiro porque ele é dono de si mesmo, o que o autoriza a negociar a sua força de trabalho; segundo, porque ele está desvinculado dos meios de produção, o que o condiciona a efetivamente negociar sua força de trabalho, com vistas a garantir sua sobrevivência. (Majores detalhes ver Livro I, Volume I, cap. IV de O Capital.

que se dá a produção de mais valor. Ela é específica porque para que ela ocorra é necessário que o capitalista compre tal força de trabalho no mercado e que a combine às demais condições necessárias à produção com uma finalidade específica, a de produzir mais valor. A propriedade das condições de produção por parte do capitalista conjugada à força de trabalho em ação é que resulta na materialização do valor sob a forma da mercadoria oriunda do processo de produção. Rubin particulariza tal concepção, para ele “[...] somente o trabalho organizado sob a forma de empresas capitalistas, que tem a forma de trabalho assalariado, empregado pelo capital com a finalidade de extrair dele uma mais valia, é incluído no sistema de produção capitalista. Este trabalho é produtivo” (IBIDEM, p. 280). Quando ele faz tal afirmativa, parece-nos que ele está apenas enfatizando o que Marx queria dizer quando à relação de produção tipicamente capitalista – a que exige a presença de trabalho assalariado. Não cremos que ele esteja excluindo a possibilidade de que o capital faça uso de outras relações de trabalho e, portanto, de extração de excedente que não a pautada estreitamente no trabalho assalariado. Entendemos que ele apenas reforça o que Marx afirma na citação anteriormente mencionada, ou seja, que do ponto de vista das relações de trabalho especificamente capitalistas só é produtivo o trabalho que gera valor acompanhado de mais valor. Como a produção em geral sob o capitalismo é organizada sob tal forma, Marx trata da questão do trabalho produtivo dentro da relação de produção que a caracteriza, o que não implica em dizer que não existam dentro desta forma de sociedade outras relações de trabalho que divirjam da forma do assalariamento.

O trabalho cedido ao capitalista pelo produtor integrado, via prestação de serviços, por exemplo – objeto do estudo de caso explicitado no último capítulo – não poderia ser considerado como trabalho produtivo, na medida em que este não é um assalariado do capitalista. Na prestação de tal serviço o integrado assume a condição de autônomo e é proprietário de parte das condições de produção. De outra forma, há que se ressaltar que o valor relativo à prestação de tal serviço é estabelecido socialmente, portanto, a partir da globalidade que envolve a sociedade capitalista. Retornando à citação de Marx, não entendemos por ela que ele exclui a possibilidade de que o capital se utilize do trabalho sob outras formas que não a tipicamente capitalista, assalariada, portanto, com vistas a extrair mais valor. Nesse sentido, tal trabalho geraria um excedente para o capital, mas esse excedente não estaria assentado numa relação de trabalho que pudesse ser qualificada como capitalista, não podendo ser considerado como trabalho produtivo.

De outra forma, há que se considerar que quando o capital faz uso de relações de trabalho outras que não as tipicamente capitalistas - como parece ser o caso do produtor integrado na região Sudoeste do Paraná -, o objetivo que o move é justamente a obtenção de um excedente de valor, que não raras vezes pode se revelar maior que o auferido via relação de trabalho especificamente capitalista. Mas retornaremos a este ponto no capítulo que cuida do estudo de caso, haja vista que neste momento preocupamos tratar da definição teórica em Marx de trabalho produtivo e improdutivo sob o capitalismo.

Da citação transcrita de Marx podemos ainda inferir que ele coloca a questão da venda da força de trabalho ao capital, característica do capitalismo, como uma condição necessária para que o trabalho seja produtivo dentro de uma relação de produção especificamente capitalista. No entanto, ainda que necessária, ela não é suficiente. Essa insuficiência só pode ser apreendida quando se tem em conta a razão de ser do trabalho para o capitalismo. O capitalista, ao comprar o trabalho no mercado o faz com um fim específico, que não é evidentemente a produção de valor de uso. O que ele espera deste trabalho é a produção de valor excedente, maior do que o despendido por ele em sua compra. Portanto, para que o trabalho adquirido pelo capital seja produtivo, além de ser assalariado ele deve ser produtor de mais-valia. Neste aspecto, cabe observar, nem todo o trabalho assalariado sob o capitalismo produz mais-valia.

Numa relação de produção especificamente capitalista, a parte do capital despendida em salário é a parte variável do capital. É ela a responsável pela geração do mais valor. Nessa forma histórica específica, o trabalho faz parte, portanto do capital na condição de capital variável e, enquanto tal é nele que ocorre a expansão do valor - a valorização do capital. Cabe observar, no entanto, que é o valor de uso da força de trabalho adquirida pelo capitalista que permite a produção do mais valor, ainda que seja o capital personificado na figura do capitalista, que organiza a forma por meio da qual esta acontece.

Portanto, ao mesmo tempo em que Marx qualifica o trabalho produtivo sob o capitalismo – sob relações de produção tipicamente capitalistas -, ele já estabelece as condições para se definir o trabalho que não é produtivo. Se é produtivo o trabalho que se troca por dinheiro enquanto capital, de forma diametralmente oposta, não é produtivo o trabalho que “não se troca com capital, mas diretamente com renda, isto é, com salários ou lucro (inclusive, é claro, as distintas categorias dos que compartilham, como

co-sócios, o lucro do capitalista, por exemplo, o juro e a renda da terra” (MARX, 1974, p. 137).

Vejamos: na produção capitalista, o objetivo não é produzir valor de uso, mas produzir mais valor. Neste sentido, o tempo de trabalho despendido pelo trabalho só importa para o capitalista na medida em que ele produza excedente. Portanto, o trabalho só é produtivo quando ele se troca por capital, que é valor em expansão. Trocar trabalho por capital significa, portanto, que a soma de dinheiro paga pelo trabalho adquirido retorne ampliado. Significa o emprego do dinheiro como capital. Caso isto não ocorra, o trabalho terá se revelado improdutivo.

Um trabalhador se anualmente só repõe o equivalente ao salário, não é trabalhador produtivo para o capitalista. Repõe-lhe o salário, o preço de compra do trabalho. Mas é absolutamente o mesmo negócio como se o capitalista tivesse comprado a mercadoria que este trabalhador produz. Paga o trabalho contido no capital constante e no salário. Possui na forma mercadoria a mesma quantidade de trabalho que antes possuía na forma de dinheiro. Por esse meio seu dinheiro não se transforma em capital. (IBIDEM, p. 141).

Ao mencionar, portanto, que o assalariamento é um critério fundamental para a definição do trabalho produtivo, Marx ao mesmo tempo evidencia que isoladamente ele não dá conta do referido conceito, indicando, portanto, para a existência de situações nas quais o trabalho é assalariado, mas não é produtivo. Para Marx, o mesmo tipo de trabalho pode ser desempenhado por duas pessoas diferentes, receber salário e se revelar em um dos casos produtivo e no outro improdutivo. A chave para essa qualificação ainda que parta do assalariamento, não se resume a ela. Para ele, essa definição advém do reconhecimento da “forma social determinada, das relações sociais de produção em que ele (o trabalho) se realiza” (IBIDEM, p. 137). Este sim é o fator determinante na qualificação do trabalho como produtivo ou improdutivo.

Após elencar o fator que é determinante na conceituação, Marx segue mencionando aqueles que não influem na determinação do conceito. A questão do conteúdo material da atividade desenvolvida é o primeiro a ser por ele mencionado. Não importa se o trabalho é manual e/ou intelectual e/ou se o resultado deste trabalho seja algo palpável e/ou não, o que interessa - tanto num caso quanto no outro - é o resultado do trabalho para o capitalista, ou seja, a produção de mais valor.

No que diz respeito à questão do trabalho manual e/ou intelectual ele menciona que são produtivos tanto os trabalhadores manuais quanto os trabalhadores intelectuais que estejam envolvidos na produção da mercadoria. Para ele, são produtivos,

[...] todos os trabalhos intelectuais que são consumidos diretamente na produção material. Não só o trabalho manual direto ou o trabalho com máquinas, mas também o supervisor, engenheiro, gerente, empregado de escritório etc., em suma, o trabalho de todo o pessoal requerido num determinado ramo da produção material, para produzir determinada mercadoria, e cujo trabalho conjunto (cooperação) é necessário para a fabricação das mercadorias. Na realidade acrescentam eles ao capital constante a totalidade de seu trabalho e aumentam desse montante o valor do produto. (IBIDEM, p. 137).

Já no que se refere ao aspecto do produto do trabalho, a sua preocupação é enfatizar que a aplicação do conceito não tem relação com o resultado do trabalho, ou seja, com a forma que tome o produto desse trabalho. A fim de ratificar este entendimento ele cita uma série de exemplos envolvendo inclusive, situações nas quais o produto do trabalho não pode ser separado daquele que o produz. E mesmo em tais casos, o trabalho pode ser produtivo ou improdutivo, o que dependerá da relação social de produção na qual o trabalhador está inserido. Segue a sua especificação:

[...] um ator por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. O trabalho do primeiro troca-se por capital, o do segundo, por renda. O primeiro trabalho gera mais-valia; no segundo, consome-se renda.” (IBIDEM).

O mesmo poderia ser dito em relação a um escritor que desempenha, portanto, um trabalho qualificado como uma produção não material. Em tal caso, o resultado desta produção pode redundar em algo que seja consumido fora do ato da produção, que após esta, seja, portanto, separável do trabalhador que o produziu. No entanto, o que caracterizará o trabalho deste indivíduo como produtivo e/ou improdutivo é a relação social estabelecida por meio do seu trabalho, com o editor de sua obra. É neste sentido que ele afirma que o escritor será produtivo “enquanto enriquecer o editor que publica suas obras ou enquanto for o trabalhador assalariado de um capitalista” (IBIDEM).

Seguem-se diversos outros exemplos, mas em todos eles a preocupação é ressaltar que sob o capitalismo, o conteúdo material em nada regula a questão de ser ou não produtivo o trabalho. Não importa se o trabalho envolvido seja o manual ou intelectual, ou a forma que a mercadoria assume. O que interessa na qualificação da produtividade do trabalho é a forma social da produção na qual ele está inserido e se,

dentro desta ele atende à lógica que move a produção, no caso da sociedade capitalista, a da produção de valor excedente ou mais valor.

Rubin (1980, P. 278-9) sintetiza da seguinte forma a conceituação de Marx a respeito do trabalho produtivo:

1) todo trabalho que o capitalista compra com seu capital variável, com a finalidade de extrair dele uma mais valia, é trabalho produtivo, independentemente de este trabalho objetivar-se ou não em coisas materiais e ser ou não objetivamente necessário ou útil para o processo social de produção (por exemplo, o trabalho de um palhaço empregado por um empresário circense); 2) todo trabalho que o capitalista não compra com seu capital variável não é produtivo do ponto de vista da economia capitalista, embora esse trabalho possa ser objetivamente útil e objetivar-se em bens de consumo materiais que satisfaçam necessidades humanas de subsistência.

É também Rubin (1980, p. 280), que ao se debruçar sobre a questão do trabalho produtivo esclarece que Marx não o está considerando a partir de um “sistema econômico social existente e concreto”. Ou seja, a sociedade capitalista, tal qual se apresenta àquela época – e mesmo contemporaneamente – “não se compõe exclusivamente de empresas de caráter capitalista”, ela “contém, além disso, resquícios de formas pré-capitalistas de produção, (por exemplo, a produção camponesa e artesanal)”. Portanto, “sistema de produção capitalista compreende apenas as unidades econômicas constituídas sobre os princípios capitalistas”, e como tal é, “uma abstração científica”, na qual não existe, portanto, “o trabalho do camponês e do artesão”. E, sob este ponto de vista, “a questão da produtividade dos mesmos não é considerada”. Daí o fato de que Marx trate a questão do trabalho do artesão e do camponês de forma isolada, considerando-a como não subsumida ao modo capitalista de produção.

Tendo em vista que esta pesquisa tem por objeto o pequeno produtor, mais especificamente a relação estabelecida na contemporaneidade entre ele e o capital, representado pela agroindústria, entendemos ser importante abrir um item para mencionar as considerações que Marx faz, no livro IV de ‘O Capital’, volume I, no décimo segundo aditamento, acerca da impossibilidade de qualificar o trabalho do camponês como produtivo, ao menos em termos restritos, ou seja, dentro de uma relação de produção especificamente capitalista.

1.4.1 O Trabalho Camponês no Capitalismo

Após ter mencionado que é a relação social de produção na qual o trabalho sob o capitalismo está inserido, que determina o trabalho como produtivo, Marx questiona: “Mas que sucede então aos artesãos ou camponeses independentes que não empregam trabalhadores e por isso não produzem na qualidade de capitalistas?” Afinal, nela “(...), são eles produtores de mercadorias, e lhes compro as mercadorias;” (MARX, 1974, p.401 – TM, V. I).

Ora, se a determinação da produtividade do trabalho está assentada na relação sob a qual ele se desenvolve, e se o trabalho do camponês que produz mercadorias é distinta daquela que move a produção de mercadorias no sistema capitalista, não há como qualificar o seu trabalho como produtivo. O trabalho do camponês e/ou do artesão que produz mercadorias não se encontra subsumida ao capital, eles produzem valores de uso que eventualmente se convertem em mercadorias, mas de forma independente ao capital. Eles não vendem o seu trabalho ao capital. É assim, por meio desta relação de produção particular, ou melhor, pelo produto dela, que eles se inserem na esfera da circulação como “vendedores de mercadorias e não de trabalho”.

Portanto, não estando inseridos no sistema de produção capitalista, a relação social de produção na qual eles estão “nada tem a ver com troca de capital por trabalho, nem com a diferença entre trabalho produtivo e improdutivo, a qual deriva meramente da alternativa de o trabalho se trocar por dinheiro como dinheiro ou por dinheiro como capital” (IDEM). E ratifica: “Por isso, não pertencem à categoria do trabalhador produtivo nem à do improdutivo, embora sejam eles produtores de mercadorias (IBIDEM)”.

Antes de concluir o parágrafo ele complementa que tal forma de produção não está subsumida ao capital, ou seja, os meios de produção ainda estão sob a posse do produtor direto – camponês ou artesão -, não havendo subsunção formal; e ainda, o processo de trabalho no qual ele produz não foi modificado pelo capital, ou seja, não houve subsunção real. Esta consideração é de extrema importância, especialmente quando se pretende tratar das questões contemporâneas que envolvem o pequeno produtor rural e a agroindústria, de uma forma geral.

Em outros termos, ao tratarmos na contemporaneidade de relações de produção que divirjam das especificamente capitalistas - por não agregarem, por exemplo, o trabalho sob a forma assalariada -, é imprescindível que tenhamos em conta a questão da subsunção do trabalho ao capital. Quando Marx escreve os aditamentos estava claro para ele que o trabalho do camponês ocorria sem a subsunção ao capital, o que já não se

pode afirmar, por exemplo, quando consideramos o caso do produtor integrado de frangos da Sadia no Sudoeste do Paraná. Nesse caso, ainda que parte das condições de produção esteja sob a posse do produtor direto, no caso o integrado, a criação de frangos – na verdade a engorda, apenas – ocorre a partir dos moldes determinados pelo capital, ou seja, a forma do trabalho em si foi totalmente transformada pelo capital.

Mas lembremos, Marx estava tratando de um momento histórico específico. Nesse, a forma de produção camponesa e artesã que ainda compunha a sociedade capitalista, não estava subsumida ao capital e realizava-se independente dele. Em outros termos, estava inserida numa sociedade preponderantemente capitalista, mas estava de certa forma alheia a ela, por não depender do capital para produzir. Diante deste contexto, não haveria realmente porque qualificar um trabalho que não estava inserido no sistema de produção específico do capitalismo como produtivo ou não, haja vista que o critério dessa qualificação era justamente a subsunção do trabalho ao capital. No entanto, Marx não está negando a capacidade de acumulação dentro desta classe ou dizendo da impossibilidade de que o capital se aproprie do seu excedente. O que Marx atesta é que as relações de produção vigentes dentro dela não podem ser caracterizadas como capitalistas, porque de fato não o são. Mas, mesmo assim ele chega a tratar a questão com certa especificidade, o que nos leva a considerar 1) a importância ainda manifestada por tal forma de produção naquele momento; 2) que os rumos da produção camponesa dentro da sociedade capitalista eram ainda imprecisos para Marx, dada inclusive a diferença de dimensão que ela possuía em cada país. No entanto, cabe ressaltar, que estas são apenas impressões e/ou ponderações levantadas a partir da leitura que fazemos do referido autor. Vejamos as especificações que ele faz:

É possível que esses produtores que trabalham com meios de produção próprios reproduzam sua própria força de trabalho e, além disso, criem mais-valia, permitindo-lhes sua posição se apropriarem do próprio trabalho excedente ou de parte dele (...). Em tal caso, continua Marx “o camponês ou o artesão independentes são divididos em duas pessoas. (IBIDEM).

No caso específico do camponês, considera que o mesmo indivíduo ocupa três posições distintas, que no caso do sistema capitalista de produção são preenchidas por três pessoas. O camponês, por possuir os “meios de produção é capitalista e proprietário de terra” e como tal, tem direito a receber o lucro e a renda. Por outro lado, quando ele combina esses meios de produção ao seu trabalho, ou seja, quando ele mesmo assume a condição de trabalhador, ele acaba se convertendo em assalariado, “assalariado de si

mesmo”. Em outros termos, o camponês, na condição de assalariado produz o montante de valor que será repartido com os proprietários dos meios de produção (terra e capital). A especificidade aqui é que ele reúne em si essas três figuras. E Marx complementa: “do mesmo modo isto acontece com o capitalista industrial, quando trabalha com capital próprio, paga juros a si mesmo, considerados como coisa que deve a sua pessoa não como capitalista industrial, mas como capitalista puro e simples” (IBIDEM).

Apesar de desenvolver tais considerações, ele ressalta (IBIDEM, p. 402) que “os meios de produção só se tornam capital, ao se tornarem independentes, como força autônoma em face do trabalho”, o que exige, portanto, a subsunção do trabalho ao capital. Neste sentido, se o trabalhador, como é o caso do camponês, possui e/ou é proprietário dos meios de produção, eles “não são capital, nem o produtor perante eles é assalariado”, ainda que, “segundo o modo de ver da sociedade burguesa” – essa caracterização também seja “aplicada onde a relação diretamente a contradiz”.

Antes de finalizar ele enfatiza que na forma de ser da sociedade capitalista, ela obscurece as relações de produção que diferem daquela que nela é dominante, tratando de supô-la como existente. É neste sentido, que no caso específico do trabalho do camponês, onde a relação de produção capitalista não “se verifica de fato, presume-se que exista e, como acabamos de ver, de maneira correta até certo ponto [...]” (IBIDEM). É isto o que ele chama de subsunção ideal, ou seja, o capital idealmente subsume a produção camponesa. Mas, não havendo subsunção de fato, não cabe a ela o conceito de trabalho produtivo, como não cabe no caso do trabalho “do servidor público, da polícia, dos soldados e sacerdotes (IBIDEM)”. Nenhum deles “pode ser relacionado a trabalho produtivo”, mas não porque não seja útil, ou porque não se materialize em coisas, mas porque não está organizado sob a forma especificamente capitalista.

1.5 A RAZÃO DE SER DO TRABALHO CAMPONÊS NO CAPITALISMO

O debate teórico que se trava atualmente acerca do campesinato está assentado, de uma forma geral, sob dois paradigmas: um deles postula a manutenção/recriação do campesinato e o outro, o seu desaparecimento. O primeiro paradigma veio à tona com as obras de Chayanov (1974); e o segundo, com as de Kautsky (1980) e Lênin (1985). Dentre os que - em certa medida - se alinham com o primeiro poderíamos citar Oliveira

(2000), Shanin (1980) Martins (1982), Velho (s/), dentre outros. Já entre os do segundo se encontram, Abramovay (2007), Navarro (1996), etc.

Foram, portanto Kautsky, Lênin e Chayanov que, à luz do momento histórico-social no qual se encontravam e a partir de uma leitura específica da obra de Marx, buscaram apreender a situação camponesa, bem como as suas perspectivas futuras. A incursão nas obras referenciadas dos três autores – especialmente na de Lênin e de Chayanov -, nos levou a considerar as duas teses, como determinantes para compreender a situação contemporânea. Ainda que transcorridos 100 anos de história, não acreditamos que possamos deixá-las de lado se quisermos entender a realidade vigente no campo atualmente. Nosso entendimento é que além de essenciais neste exercício de pensar a contemporaneidade, elas se complementam. Essa compreensão nos foi inclusive reforçada, na pesquisa de campo realizada junto ao pequeno produtor rural do Sudoeste Paranaense.

A respeito do momento histórico que promoveu tais paradigmas, vale ressaltar que Lênin e Chayanov compartilharam quase que praticamente do mesmo tempo e espaço histórico, o da sociedade russa do final do século XIX e início do século XX. Já Kautsky ao elaborar seu paradigma se defrontava com as transformações da sociedade alemã no mesmo período. Neste sentido, há que se falar que o contexto histórico-social, político e ideológico russo era deveras diferente do ocidental e, mais especificamente do alemão. A Alemanha já contava com uma organização da produção visivelmente capitalista. Nela, a consolidação do capitalismo era algo sólido. Já a Rússia era palco de um capitalismo atrasado, que se desenvolvia em caráter relativamente acelerado, mas marcado pela presença de características do antigo regime, que permaneciam de maneira insistente. Tais permanências levavam inclusive à discussão da viabilidade do capitalismo no país.

É, portanto, à luz desse contexto que eles desenvolveram os referidos paradigmas - o que nunca deve ser ignorado. É nessa realidade fortemente marcada por traços feudais que Lênin e Chayanov trataram da questão do futuro do campesinato no capitalismo, daí privilegiarmos as suas obras. De outra forma, o posicionamento de Kautsky e de Lênin é bastante próximo, o que nos permite concentrar os esforços no “Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” de Lênin. No entanto, não podemos prescindir de Chayanov na medida em que entendemos que as teses dos dois autores se complementam, haja vista que eles trabalham em níveis de análise distintos. Enquanto Lênin trabalha num nível mais geral, Chayanov se volta para o plano mais específico. O

que isto quer dizer? Que Lênin está tratando da questão camponesa em termos de tendência e é a partir de tal ótica que ele aponta que sob o capitalismo o camponês acaba sendo levado a assumir a condição de proletário ou de capitalista. Em outros termos, no capitalismo a tendência que se apresenta à forma da produção camponesa e ao campesinato é a desintegração.

Sendo assim, se levarmos em conta o contexto histórico-social no qual transitava Lênin e ainda, o seu nível de análise, somos conduzidos a afirmar que a sua tese não deixa de expressar de forma correta a tendência vigente sob o capitalismo. Para Lênin a “desintegração do campesinato” – título do seu capítulo IV – era iminente, o que ele já visualizava inclusive a partir dos dados obtidos dos censos elaborados pelos *zemstvos*¹². A tendência se mostrava dentre outros pontos, na efetiva diferenciação entre os camponeses; na ampliação da produção para o mercado; na ampliação do próprio mercado e da indústria e no avanço do processo de urbanização. A mesma afirmativa parece estar correta do ponto de vista contemporâneo, desde que – voltamos a enfatizar - entendida como tendência e, portanto, como primeiro nível de análise. Neste aspecto a preocupação não é entender o aspecto micro, ou seja, as razões sob as quais se explicam a permanência de determinadas unidades familiares de caráter camponês, mas evidenciar que no plano macro da análise a predominância é da sua “desintegração”.

Ao contrário de Lênin, Chayanov busca a compreensão da permanência camponesa, o que o faz olhar para dentro da unidade familiar camponesa. Sua preocupação era expressar o que permitia a manutenção do campesinato, ou seja, o que permitia negar a tendência geral? Entendemos que ele não está - em seu estudo – necessariamente rechaçando a tendência, mas apontando que é preciso compreender que ela pode ser perturbada e neste sentido, a manutenção de unidades familiares pode ser

¹² Na nota de rodapé de número 01 – constante da página 35 -, o professor José de Paulo Neto, tradutor de “O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia” observa: “Os Zemstvos eram formas de auto-administração local sob a égide da nobreza nas províncias centrais da Rússia czarista, e foram criados em 1864. A sua competência limitava-se ‘as questões puramente locais (organização de hospitais, construção de estradas, estatísticas, seguros). Eram controlados pelos governadores e pelo ministério do Interior, que podiam suspender as resoluções indesejáveis pelo governo.” Ainda na mesma nota, ele menciona que os dados dos quais Lênin se utilizou “foram elaborados por organismos estatísticos dos zemstvos e publicados segundo distritos e províncias, registravam os dados dos estabelecimentos agrícolas da sua jurisdição. Muito freqüentes nos finais do século XIX, eram produzidos com a finalidade de estabelecer os níveis da tributação a ser recolhida e veiculavam uma riquíssima documentação. No entanto, os métodos de ordenação, classificação e tratamento dos dados – levados a cabo pelos estatísticos dos zemstvos, onde predominavam os economistas populistas – conduziam geralmente a deformações da realidade, com os fenômenos econômicos essenciais sendo dissolvidos por uma tendenciosa manipulação econômica dos números. Nas suas investigações, Lênin estudou exaustivamente tais recenseamentos, submetendo-os a uma crítica rigorosa (verificou dados, efetuou novos cálculos, compôs tabelas diferentes e organizou cientificamente as cifras).”

viabilizada e entendida ao se levar em conta os condicionantes da produção camponesa. Ou seja, os parâmetros que sob o capitalismo qualificam a viabilidade da produção não se aplicam à unidade camponesa. Portanto, explicar as razões que perturbam a tendência observada por Lênin implica ao mesmo tempo em afirmar a possibilidade da permanência camponesa. Para nós, os autores tratam, portanto, de questões diferentes, ainda que elas se relacionem e se complementem. Em Chayanov a questão não é negar a tendência, mas considerando-a e, portanto, mesmo sob o desenvolvimento capitalista – e reconhecendo as influências deste sob a forma da produção camponesa - verificar como a permanência do pequeno produtor pode ser explicada. Esse é o entendimento que temos a partir do que nos afirma o próprio autor.

Em este trabalho em el que investigamos la organización interna de la explotación campesina, no podemos tratar las condiciones que determinan el nivel de productividad del trabajo, puesto que no dependen tanto de factores propios de la unidad de explotación como de factores económicos generales que afectan la existencia misma de la explotación. La fertilidad del suelo, una ubicación ventajosa de la explotación en relación con el mercado, la situación de mercado, relaciones sociales de producción locales, formas organizativas del mercado local, y el carácter de la penetración del capitalismo comercial y financiero: tales son los principales factores que determinan la productividad y la remuneración del trabajo campesino. Por su naturaleza todos estos factores permanecen fuera del alcance de nuestra investigación actual. (CHAYANOV, 1974, p. 73).

Mencionarmos a questão do contexto histórico no qual Lênin, Kautsky e Chayanov desenvolveram suas teses. Neste sentido, vale observar que diversos autores que tratam da questão camponesa têm recorrido a Marx para decretar o fim do campesinato e/ou a sua incompatibilidade com o capitalismo. Na maioria dos casos o que temos é o uso do texto do autor sem qualquer consideração pelo contexto no qual ele foi escrito, o que no mínimo o força a ser expressão de algo que ele realmente não afirmou, não com a generalidade com que a ele arrogam. Um exemplo disto é o recorrente uso das palavras expressas por Marx em o “Dezoito Brumário de Luís Bonaparte e as Lutas de Classes na França de 1848 a 1850”, quando ele se refere ao campesinato francês como o “barbarismo da civilização”, donde depreenderam que o campesinato só pode ser visto como a representação de modos de produção ultrapassados e que como tal, estava fadado ao desaparecimento. Portanto, a desconsideração do contexto histórico tem desta forma levado à generalização a-histórica da interpretação de Marx a respeito do camponês. É esta a percepção de Moura, (1986, p. 46) e dela partilhamos.

Voltando aos autores dos dois paradigmas clássicos, sem perder de vista a questão já referida dos níveis nos quais eles realizam suas análises, acreditamos que os resultados aparentemente opostos aos quais chegaram em suas teses está necessariamente ligado ao nível de análise por meio do qual procedem a pesquisa. Entendemos que eles enfrentaram preocupações distintas, apesar de assentadas no mesmo objeto de pesquisa, o campo russo. A preocupação de Lênin estava voltada para a identificação do desenvolvimento efetivo do capitalismo numa formação histórica ainda fortemente marcada pelos resquícios do modo de produção anterior e que se materializava, dentre outros aspectos, na própria predominância da comunidade camponesa - não caracterizada pelo regime de propriedade privada da terra. A questão para Lênin era visualizar os efeitos desse desenvolvimento no campo, daí o fato de que a tendência apreendida por Lênin pudesse ser percebida com mais facilidade em áreas nas quais os mecanismos de mercado dificultavam o controle comunal da terra. As conclusões às quais chegara Chayanov, por sua vez, demonstravam a sua preocupação com a realidade predominantemente camponesa. Nesse sentido, importava apreender os pilares a partir dos quais se desenvolvia essa produção e o próprio processo de diferenciação dentro do campesinato. E é desta forma que ele se volta para o estudo do campesinato russo e para o entendimento de sua evolução nos quadro de uma sociedade de capitalismo atrasado, mas a partir do foco da unidade familiar em si.

Tanto para Lênin quanto para Kautsky, o desenvolvimento do capitalismo levaria à rejeição do camponês, na medida em que sob ele poderiam subsistir apenas duas classes, a burguesa e a proletária. O camponês aparecia como um resquício, como uma característica do antigo regime, que com o pleno desenvolvimento da sociedade mercantil e, conseqüentemente, do capitalismo, seria superado. Chayanov, por seu turno, indicava a possibilidade de manutenção do campesinato sob o capitalismo. Evidentemente, o fato de que a produção camponesa fosse ainda dominante era um fator importante para subsidiar seus estudos. Mas a sua proximidade¹³ com os camponeses em face mesmo do seu trabalho foi de grande importância nas conclusões quanto ao futuro do campesinato russo. Para ele a permanência do campesinato poderia ser explicada a partir da compreensão da própria forma de ser do camponês, a partir da lógica diferenciada que o movia.

¹³ Chayanov era integrante da Escola de Organização e Produção Agrícola da Rússia, além de engenheiro agrônomo. Tal ocupação lhe permitia uma importante proximidade do campesinato, bem como daqueles que com ele se relacionavam. Essa realidade lhe permitiu empiricamente apreender a forma particular de existência dos camponeses e, por essa, estabelecer as bases de sua tese.

Sua constatação empírica foi que a lógica, a racionalidade do camponês era diversa da capitalista, e que era sob tal especificidade que a sua existência sob o capitalismo poderia ser mantida. Enquanto a lógica do capitalista o levava a organizar a produção com vistas a obter excedentes sempre mais amplos, reaplicáveis a partir da mesma perspectiva, a do camponês o conduzia a organizar a produção priorizando a satisfação das necessidades familiares. Neste último caso, a geração de excedentes estava, portanto, sempre atrelada à melhoria da condição de consumo da família. É sob tal base que ele formula, portanto, o seu paradigma da permanência camponesa sob o capitalismo, a partir do que ele denominaria de Teoria do Balanço Trabalho-Consumo. É por esta via que ele tenta explicar a sua crença na permanência camponesa mesmo com o desenvolvimento do capitalismo, se opondo – de certa forma - à concepção de que sob o capitalismo o camponês se tornaria proletário ou capitalista.

O ponto de partida de Chayanov é a realidade empírica da família camponesa que vivia no mir russo. O método que ele emprega privilegia o aspecto econômico, é dele que advém as explicações acerca das diferenciações internas do campesinato. Vejamos como ele desenvolve esta questão. Para ele, a extensão de terra confiada à unidade familiar pela comunidade estava necessariamente ligada ao tamanho da família. Ele começa a explicar a diferenciação camponesa a partir da sua Teoria da Diferenciação Demográfica, ou seja, o acesso à terra e, conseqüentemente, o volume da produção, aumentava ou diminuía a partir do número de indivíduos que compunham a família camponesa, entendida como unidade de produção. Nessa, o trabalho era regulado pelo atendimento da necessidade dos indivíduos que a compunham. Nas palavras do autor: “El volumen de la actividad de la familia depende totalmente del número de consumidores y de ninguna manera del número de trabajadores” (CHAYANOV, 1974, P. 81).

Considerando tal ponto, vale ressaltar que Chayanov se preocupava em especial com a análise da unidade familiar considerada mediana. Para Chayanov a diferenciação camponesa estava necessariamente atrelada ao tamanho da família, haja vista que era ele que determinava a extensão da terra a que a unidade familiar teria acesso. Já em Lênin, um dos principais critérios desta diferenciação era a compra e a venda de força de trabalho. Evidentemente, o desenvolvimento do mercado no capitalismo representa para ele um papel fundamental no sentido de potencializar, no seio do campesinato, tais diferenciações. Para ele, a unidade familiar que se bastasse com seu trabalho era

considerada mediana, a que comprasse força de trabalho além da familiar, era rica e, por fim, a que tivesse que vender força de trabalho familiar, era pobre.

O entendimento de Chayanov em relação ao camponês mediano é de que tanto a compra quanto a venda da força de trabalho ocorria em função da inelasticidade da quantidade de força de trabalho dentro da unidade familiar, o que impunha, em determinados momentos, a compra e/ou a venda de força de trabalho externa. Nos momentos em que o volume de trabalho exigido era maior – como na colheita – tinha-se a compra, assim como a sua venda em momentos de baixa necessidade de trabalho – como durante o inverno. Tal contexto não implicava necessariamente na caracterização do camponês como capitalista e/ou proletário, haja vista que o que essencialmente o movia – tanto nos momentos em que vendia, quanto nos que comprava a força de trabalho – era o atendimento da necessidade familiar. Parece-nos que a teoria da diferenciação demográfica de Chayanov, amparada evidentemente nos ciclos de evolução pelo qual passa a família, desde a sua constituição até a vinda dos filhos e a morte dos pais, é essencial para se levar em conta a condução da produção dentro da unidade familiar e a satisfação do atendimento das necessidades oriundas da família. No entanto, isoladamente ela não dá conta de explicar as diferenciações, até porque, os elementos externos à unidade familiar tomam parte essencial neste processo, como o próprio Chayanov reconhece em citação já mencionada anteriormente.

No entanto, vale repetir que o plano de análise de Chayanov está restrito à unidade familiar. Ele estabelece um recorte a partir dessa unidade e quer verificar de que forma, a partir de um dado contexto, o camponês toma as suas decisões de produção. Para ele, o importante é perceber a organização que ocorre na unidade familiar, considerando a disponibilidade de recursos com os quais ela conta. A esfera que merece a sua atenção é necessariamente a da unidade de produção camponesa, diferentemente de Marx e mesmo de Lênin que tomam por referência o sistema econômico no qual a unidade camponesa está inserida e, em face disto, o que aparece como determinante, são as transações que ocorrem entre o campesinato e o sistema econômico que os envolve. Voltando à Chayanov, verificamos que é a partir de tal perspectiva de análise, e dos resultados que dela ele extrai, que ele não somente reconhece a permanência da unidade camponesa no capitalismo, como as relações que se firmam entre ela e o sistema econômico que a envolve. Daí sua fala: “Consideramos que nuestra explotación campesina es mercantil y, por lo tanto, que se inserta em um

sistema econômico que coexiste com ella, a través del crédito y la circulación de mercancías.” (CHAYANOV, 1974, p. 222).

Para Chayanov, portanto, mesmo agregada a um sistema econômico no qual a produção era movida por uma lógica diversa, a lógica camponesa era mantida. Dessa forma, o atendimento das necessidades da família era a determinante central, era ela que movia as decisões da produção das quais poderiam inclusive emanar as diferenciações. Em tais termos, ele acreditava que a diferenciação não levava necessariamente ao desaparecimento do campesinato, como concluído por Lênin. Nesse último, o desenvolvimento do capitalismo promoveria no campesinato - por meio da sua inserção no mercado - as diferenciações internas que conduziriam inevitavelmente a seu fim. Sob tal ótica, parte do campesinato seria proletarizado e parte assumiria a condição de capitalista. Portanto, enquanto para Chayanov a heterogeneidade era parte da própria lógica interna da reprodução camponesa, e como tal, mecanismo de sua manutenção, para Lênin ela atuava no sentido de eliminá-la.

Ao se defrontar empiricamente com a diferenciação do campesinato russo, Chayanov a via sob uma perspectiva diferente da exposta por Lênin. Para ele, a diferenciação não levava necessariamente à proletarização e/ou ao aburguesamento, mesmo porque para ele esta diferenciação tinha como determinante essencial a questão da extensão da terra e o número dos integrantes da família. Em tais termos, a diferenciação ao contrário de levar à eliminação da unidade camponesa, assegurava a sua manutenção e a sua produção movida por uma lógica que lhe era específica. Por outro lado, nessa unidade de produção particular, ainda que a produção de excedentes pudesse de fato acontecer e ser comercializada, isto não implicava na sua transformação em unidade de produção capitalista, haja vista os proventos oriundos deste excedente eram aplicados no conforto familiar.

Nesse ponto é interessante fazer algumas considerações: tal como Marx, Chayanov reconhece na produção camponesa uma economia mercantil simples, ou seja, os excedentes são levados ao mercado, mas o ato da circulação é $M - D - M$, ou seja, o camponês vende para comprar. Nessa ótica, o camponês por meio do trabalho familiar combinado com os meios de produção que controla - é esta a realidade no momento em que os autores escrevem - produz um excedente que retorna para a família. Em Chayanov, esse retorno significa de forma preponderante o atendimento das necessidades familiares e não acumulação. Para ele, portanto, o balanço existente entre o consumo familiar e a exploração da força de trabalho é determinante e implica

inclusive na reformulação para cada ano econômico das decisões quanto à quantidade a ser despendida em trabalho. Para Chayanov está aqui a chave para o entendimento da falta de acumulação de capital na unidade de produção camponesa, o objetivo não é o excedente, não é o lucro tal como esperado numa unidade de produção capitalista. Daí o volume de trabalho aplicado estar relacionado com o volume das necessidades – dadas culturalmente. Aí a razão de que o atendimento de tais necessidades possa em determinados momentos exigir venda da força de trabalho fora da unidade camponesa e/ou compra de trabalho externo para atuar dentro da unidade camponesa.

Ainda com relação ao atendimento das necessidades, vale observar que Chayanov parece fixar um limite para as necessidades da unidade familiar. Desta forma, a geração de um excedente, por exemplo, implicaria numa redução para o próximo ano econômico do volume de trabalho dispensado. Em Marx e também em Lênin, a partir da perspectiva de análise que toma em conta o sistema econômico, a imersão do camponês nas relações de mercado que caracterizam o sistema capitalista criaria nele novas necessidades, o que poderia de fato instigar não somente à busca por excedentes cada vez maiores, mas também à sua transformação em capitalista e/ou, em proletário.

Chayanov, ao olhar para dentro da unidade camponesa enxergava o camponês desempenhando um papel ativo na determinação da sua condição – ainda que o camponês dele não tivesse consciência, ou seja, a diferenciação era um fato, mas ela era oriunda de uma lógica específica, diversa da que movia o capitalismo. O camponês, ao decidir vender e/ou comprar força de trabalho; ao aplicar ou não tal insumo de produção; ao se utilizar ou não deste ou daquele equipamento estava de fato buscando assegurar a própria condição camponesa. Tais decisões explicitavam que dentro da unidade familiar era ele que decidia, a partir dos recursos existentes, o quanto e como produzir. Portanto, as diferenciações refletiam o equilíbrio ou o desequilíbrio da família camponesa a partir da aplicação desta lógica que lhe era específica e que tinha por pressuposto a família. A consideração das necessidades de consumo dessa é que moviam a sua atividade na terra, bem como a venda da sua força de trabalho em determinados momentos e sob condições específicas. É pautado em tal percepção que ele afirma:

[...] En numerosas situaciones no es una falta de medios de producción lo que origina ganancias provenientes de las artesanías y comercio, sino una situación de mercado más favorable para este tipo de trabajo, en el sentido de la remuneración que brinda a la fuerza de trabajo campesina, comparada con la de la agricultura (CHAYANOV, 1974, p. 118).

Ou seja, essa proletarização “parcial” passa a ser vista como estratégia da própria manutenção camponesa. A venda da força-de-trabalho para o camponês não apareceria necessariamente como fruto de uma imposição dada pela insuficiência da terra, mas como fruto de uma lógica específica que levava em conta atender as necessidades da família. Sob este prisma, se em determinados momentos os ganhos externos à atividade agrícola fossem superiores aos ganhos gerados pelas atividades agrícolas, a força-de-trabalho familiar poderia ser ali aplicada.

Portanto, a venda da força de trabalho não entrava para ele como um elemento a descaracterizar o camponês, desde que ela fosse menos representativa que o trabalho autônomo, ou seja, que ela fosse uma condição “acessória”, como havia previsto inclusive o próprio Kautsky. Se considerarmos que o que move a produção capitalista não é a mercadoria, mas sim a acumulação, a valorização, podemos daí inferir que o capitalismo não carrega em si a necessidade da proletarização absoluta, mas sim a acumulação do capital, inclusive aquela que acontece a partir de relações não especificamente capitalistas de produção.

Lênin, como já mencionado reconhecia a diferenciação existente no campesinato, o que o distanciava do posicionamento de Kautsky que de uma forma geral considerava a classe camponesa incapaz de adotar uma lógica de produção que a conduzisse à diferenciação econômica, na medida em que a produção agrícola sob forma capitalista exigiria o emprego de técnicas e equipamentos que não poderiam ser utilizadas pelo camponês, tanto por sua inabilidade quanto em função do elevado investimento que representavam. Ao falar da necessidade do uso de máquinas agrícolas ele menciona:

São muitas vezes complicadas e exigem, para sua operação, um bom nível intelectual. No campo, no entanto, as condições para a educação do povo e para o desenvolvimento da inteligência têm sido muito desfavoráveis nos últimos séculos. Aí a máquina não encontra por vezes o tipo de mão-de-obra de que necessita. (KAUTSKY, 1986, p. 43)

E continua no parágrafo seguinte: “De fato, o trabalhador rural também não trabalha o ano inteiro com a mesma máquina. Por isso não conta com a mesma possibilidade de aprendizagem que o trabalhador industrial”. Retornando à questão da diferenciação, ainda que Lênin a reconhecesse, ele a colocou como um dos pressupostos do fim do campesinato. Ou seja, para ele tais diferenciações expressavam o

estreitamento da sua relação com a sociedade mercantil. Era esta proximidade que promoveria o seu desaparecimento. Não entendemos que esta leitura de Lênin deixa de valorizar o papel do campesinato no sentido de tomar decisões de produção no interior da unidade de produção camponesa. Estas persistem e evidenciam a própria condição ativa do indivíduo, no entanto, ele localiza a unidade familiar dentro do sistema econômico e é como tal, agregada a este plano maior que as próprias decisões tomadas. Não há, portanto como desvincular as ações e reações do camponês do contexto econômico produzido pelo sistema econômico que envolve a unidade familiar. A diferenciação camponesa é para Lênin o reflexo desta relação entre a unidade familiar camponesa e o sistema econômico. É esta percepção que leva Lênin (1985, p. 112-3) a afirmar que a completa subordinação do camponês ao mercado o levaria necessariamente à transformação interna e ao conseqüente desaparecimento. Daí a sua afirmativa:

O sistema de relações econômicas e sociais entre o campesinato (agrícola e comunitário) mostra a existência de todas as contradições próprias de qualquer economia mercantil e de qualquer capitalismo: a concorrência, a luta pela independência econômica, o açambarcamento da terra (comprada ou arrendada), a concentração da produção por uma minoria, a proletarização da maioria e a sua espoliação pela minoria que detém o capital comercial e emprega operários agrícolas (LÊNIN, 1985, p. 113).

O exposto até aqui nos permite chegar a algumas conclusões acerca dos resultados opostos aos quais chegaram os referidos autores. Primeiro, embora Chayanov e Lênin tratassem do campesinato russo, os resultados aos quais chegam são diversos, enquanto um entende a permanência como viável o outro determina o fim do campesinato como tendência. No entanto, ao mencionar tal resultado é preciso recordar que: o nível de análise com o qual trabalham são distintos - como já mencionado anteriormente; Chayanov trata do campesinato que constituía o mir - o que envolvia a posse comunal da terra -, enquanto que Lênin tinha por foco o campesinato que já vivenciava uma maior relação com o mercado. Segundo, quando Chayanov afirma a permanência do campesinato sob o capitalismo, parece-nos evidente que isso deve significar: há sob o capitalismo um lugar para o camponês, uma razão de ser para tal permanência. Apesar de evidenciar isso, ele não conseguiu expressar satisfatoriamente qual era, ou seja, determinar de que modo o camponês participava no processo de valorização do capital. Donde não se pode negar que ele deixou pistas importantes neste sentido.

Ora, quando Chayanov trata da questão da renda da família camponesa ele evidencia a indivisibilidade da renda familiar. Essa indivisibilidade não diz respeito somente ao somatório das rendas percebidas pelos diversos componentes da unidade familiar, mas também às diversas rubricas nas quais ela se materializa. Ou seja, provenha ela da venda da força-de-trabalho ou da venda de mercadorias produzidas na unidade camponesa, ou ainda, da renda da terra.

Para Chayanov a renda da terra entrava necessariamente no cômputo da Renda Bruta da família, ainda que ela não pudesse ser vista sob a mesma lógica da renda capitalista. Em outros termos, os fatores geradores da renda diferencial, conforme mencionado por Marx, a fertilidade e a localização, não implicariam em um ganho extra do mesmo teor que o capitalista, na medida em que o seu resultado não podia ser computado como no caso capitalista e que seu efeito sobre o campesinato era diverso do efeito sobre o capitalista, se convertendo em aumento no nível de consumo da família. De acordo com Almeida (2003, p. 73-4): “Essa renda “diferencial” apareceria aqui como “[...] responsável por uma reelaboração do equilíbrio entre o esforço exigido para realização do trabalho e o grau de satisfação das necessidades familiares e o resultado é a diminuição do sofrimento e aumento do bem-estar familiar.”

Portanto, enquanto que sob a perspectiva leninista, a renda apareceria como uma ferramenta no processo de enriquecimento e aburguesamento do campesinato, em Chayanov ela surgia contraposta à lógica capitalista e, enquanto tal responsável pela manutenção da própria condição camponesa. A preocupação de Chayanov em evidenciar que a lógica camponesa é oposta à capitalista pode ser percebida pela exposição que ele faz acerca da circulação do capital na unidade camponesa. Para ele, na unidade camponesa o “capital” cumpria um papel diverso daquele que a empresa capitalista. Vejamos:

O fato de que na unidade camponesa não fosse possível divisar os dois elementos característicos da empresa capitalista, o capital e a força de trabalho, denotava por si só a especificidade camponesa e a forma da circulação de “capital” que lhe era específica. Na verdade o que ele estava querendo dizer era que a acumulação na unidade camponesa não se dava de forma capitalista. Ou seja, não havendo na unidade camponesa uma separação bem definida como a existente na empresa capitalista, não havia nem como quantificar objetivamente o lucro sob tais bases. O lucro tal como entendido sob o capitalismo estava excluído da unidade camponesa. A contabilidade capitalista não cabia a ela, daí a sua especificidade.

[...] podemos decir que en la unidad económica de explotación familiar los adelantos para renovar y formar capital se extraen del mismo presupuesto y están vinculados con el proceso de satisfacción de las necesidades personales y que, en todos los casos, su importe depende de la medida en la que pueden satisfacerse estas necesidades (CHAYANOV, 1974, p. 238).

Há ainda outra questão a ser mencionada a respeito da indivisibilidade da renda bruta do camponês. Essa, como vimos leva em conta não somente a quantificação monetária mas também aquilo que in-natura é produzido na unidade para o próprio consumo. Neste sentido, quanto maior fosse a parte da produção voltada para a manutenção da família e da propriedade, menor seria a dependência da unidade familiar em relação ao mercado. Este fato seria um elemento importante para entendermos a presença constante da produção – mesmo que apenas parcial - para o auto-consumo, nas unidades camponesas contemporâneas, mesmo naqueles casos em que ela produz preponderantemente para o mercado. Na perspectiva de Chayanov, a renúncia à produção voltada para o auto-consumo só poderia ser justificada se a obtenção de tais produtos no mercado fosse vantajosa. Ou seja, o produtor só deixaria de ocupar parte de sua terra com a produção voltada para tal fim, se ele pudesse extrair da produção ali inserida uma maior satisfação para a família.

Graças a su contacto con el mercado, la explotación puede eliminar ahora de su plan organizativo todos los sectores de producción que proporcionan pocos ingresos y en los cuales el producto se obtiene con un esfuerzo maior que el requerido para obtener su equivalente em el mercado mediante otras formas de actividad económica que producen ingresos maiores. (Chayanov, 1974, p. 142).

Portanto, a formação de capital na unidade camponesa está subordinada à outra lógica, que leva em conta a necessidade, o bem estar da família e não o acúmulo por si só. É sob tal perspectiva que Chayanov menciona que mesmo em condições propícias para aumentar o capital, ou melhor, para aumentar os meios de produção, a decisão por fazê-lo virá da observância da situação interna de equilíbrio familiar, que leva em conta necessariamente a relação trabalho-consumo. Neste sentido, por mais que um determinado investimento possa se mostrar vantajoso sob a ótica capitalista, sob a camponesa ele pode se mostrar inadequado. Ou ainda, se mostrando inviável do ponto de vista capitalista, se evidencia como viável na avaliação do camponês. É neste sentido que ele argumenta:

[...] Supongamos que en el área en que está ubicada la explotación existe una extensa área arrendable muy conveniente para ser explotada. [...]. La unidad de explotación doméstica, a pesar de la ventaja objetiva de arrendar 50 ó 100 desiatinas, limitará obviamente el área arrendada a unas pocas desiatinas la cantidad que ajuste el balance fuerza de trabajo consumidor. (CHAYANOV, 1974, p. 254).

Ainda neste sentido, vale observar que na produção camponesa, o trabalho não é considerado como custo objetivo de produção. Sendo assim, as transações que o camponês realiza não são guiadas pelo preço de mercado. Em outros termos o preço pelo qual ele vende o seu produto na se iguala ao seu preço de produção, haja vista que ele não contabiliza o seu trabalho como custo objetivo de produção. É neste sentido que ele pode seguir produzindo em condições tais que os custos se mostrariam totalmente inviáveis para o capitalista. É neste contexto que a sua produção persistirá enquanto ele puder extrair dela o necessário ao atendimento da necessidade familiar. É sob tal ótica que entendemos ser possível não somente considerar a permanência camponesa – ainda que isto não negue necessariamente a tendência evidenciada por Lênin -, como também o seu papel no capitalismo, o que discutiremos a partir do estudo de caso exposto no último capítulo.

Passemos agora a um contraponto entre Kautsky e Chayanov. O esforço teórico de Kautsky se dá no sentido de apreender na agricultura alemã os efeitos do desenvolvimento do sistema de produção capitalista. Para ele o desenvolvimento da indústria capitalista levaria ao fim do campesinato - identificado por ele como a pequena produção, no sentido extensivo mesmo do termo. Por seu turno, o avanço da indústria conduziria a uma maior demanda com relação à agricultura que, por sua vez, exigiria o surgimento de uma agricultura “racional”. Esta envolvia o emprego de técnicas específica, incapazes – do ponto de vista da capacidade intelectual mesma -, de serem absorvidas pelo camponês. Por outro lado, o efeito da inserção dessa agricultura racional seria a falência da agricultura camponesa, o que por levaria ao desaparecimento da classe camponesa via proletarização.

Há que se ratificar que os resultados da pesquisa empreendida por Chayanov, que davam conta do aumento da classe camponesa foram conhecidos por Kautsky. A sua consideração a esse respeito, foi de que tal aumento se processava ao custo da precarização que o camponês se auto-impunha, como forma mesma de resistir à sua transformação em proletário. Há pelo menos dois pontos de confronto aqui: o que considera a limitação da classe camponesa em utilizar as técnicas de produção e/ou os

maquinários característicos da grande indústria – já referenciada anteriormente por citação de texto do próprio autor; e o que não reconhece a possibilidade de uma diferenciação do campesinato que não necessariamente o conduza à precariedade, ou seja, ao subconsumo.

No que diz respeito ao uso dos equipamentos e/ou maquinários, o ponto de vista de Chayanov está assentado em questões objetivas e não subjetivas – como parece ser o caso de Kautsky. Para Chayanov, os limitadores neste sentido são: a questão do equilíbrio entre a necessidade de consumo da família e a quantidade de trabalho a ser empregado para atendê-lo. Em tal caso, o uso da máquina se justificaria se a partir do balanço feito pelo camponês, houvesse aplicabilidade para a mão de obra tornada ociosa pelo seu uso, por exemplo. Portanto, o seu uso se encaixaria quando fosse capaz de promover maior bem estar à família. Isso abre a perspectiva, por exemplo, para que aconteça a utilização de máquinas mesmo em situações nas quais não fosse recomendável, ao menos do ponto de vista financeiro. É somente a lógica diversa que move o trabalho do camponês que é capaz de explicar tal afirmativa. Portanto, diferentemente de Kautsky, o escasso uso de maquinário na economia camponesa – que por seu turno é característico da grande agricultura -, deve ser buscado na racionalidade que a rege e que é diversa da capitalista e não na inaptidão do camponês para lidar com ele.

Chayanov a partir do seu confronto com o empírico concluiu que a eliminação do campesinato não necessariamente ocorreria, o que Lênin apresentou como sendo uma tendência a partir do avanço do capitalismo. Por outro lado, a conclusão de Chayanov ainda que diversa da de Lênin, não nega que a permanência da produção nas unidades familiares sob o capitalismo se daria influenciada pelas relações predominantes no referido sistema. Em outros termos, as decisões de produção a serem enfrentadas pelo camponês necessariamente se dariam a partir de uma realidade que era externa à unidade familiar. Esse entendimento está expresso na afirmativa que segue:

[...] podemos ver com toda claridad que no hay que esperar necessariamente que el desarrollo de la influencia capitalista y la concentración en la agricultura desenboquen em la creación y el desarrollo de latifúndios. Com mayor probabilidade había que esperar que el capitalismo comercial y financiero establezca una dictadura económica sobre considerables setores de la agricultura, la cual permacería como antes en lo relativo a producción, compuesta de empresas familiares de explotación agrícola em pequeña escala sujetas em su organización interna a las leyes del balance entre trabajo y consumo. (Chayanov, 1974, p. 42).

Para além do momento no qual foi gerado, o debate em torno dos dois paradigmas se estendeu no tempo e no espaço geográfico, não se limitando mais apenas à realidade russa e/ou alemã. Dessa forma, a discussão em torno do mesmo persiste na contemporaneidade, inclusive no âmbito nacional, ainda que assumindo uma nova perspectiva – que leva em conta a presença de um outro personagem, o agricultor familiar.

Por outro lado, é preciso considerar que quando da construção dos dois paradigmas, os autores vivenciavam um momento específico, no qual o modo de produção capitalista estava em consolidação, era um momento de transição e como tal, repleto de indefinições. Não é esta a situação contemporânea, na qual o capitalismo está solidificado, já tendo passado de sua fase “juvenil”, o que nos permite perceber os seus desdobramentos mais essenciais no que diz respeito à estruturação das classes. Neste sentido, parece-nos evidente a persistência camponesa e, mas esta permanência só pode ser admitida se ela for considerada sob nova forma, se levarmos em conta novos aspectos, como por exemplo, o fato de que o pequeno produtor não necessariamente domina todas as condições de produção e o próprio trabalho que sob elas é aplicado. De outra forma, essa permanência camponesa na contemporaneidade – como tentaremos demonstrar no estudo de caso não nos parece negar a tendência posta por Lênin. O estudo de caso nos inclinou a entender os dois paradigmas como complementares na apreensão da situação do pequeno produtor do Sudoeste do Paraná. Não se trata, portanto, de confrontá-los, mas, a partir deles, entender a situação do pequeno produtor no interior da unidade produtora familiar e na relação que ele estabelece com o sistema econômico.

A situação do pequeno produtor na contemporaneidade exige que empreendamos um esforço para interpretá-la - como fizeram os autores já referidos. Neste sentido, não podemos esperar que as proposições presentes em Marx se adaptem como uma luva a uma realidade histórica distante mais de um século do momento no qual ele escreveu. Assim, devemos estar atentos para a realidade que nos cerca, considerando-a sob uma perspectiva que leve em conta o seguinte: o que de fato move o capital não é a mercadoria, mas o que ela representa - a acumulação e a valorização. Portanto, é a acumulação que condiciona o movimento do capital e que permite a ele, dentro da sociedade capitalista, encontrar um lugar para o camponês, ainda que continue a dominar sobre o conjunto da sociedade a exploração do trabalho sob forma específica. Isso está claro em Marx, isso é uma determinação geral. Fugamos, pois dos modelos

fechados, mas conservemos o ferramental essencial que Marx nos legou, que relaciona o devir histórico com a luta do homem na busca de sua reprodução material.

É essa percepção que permite a Shanin (1980, p. 57) afirmar que “É indubitável a capacidade dos centros capitalistas de explorar todos e tudo à sua volta; mas sua capacidade ou sua necessidade (em termos de maximização dos lucros) de transformar tudo ao redor à sua semelhança não o é. Os camponeses são um exemplo.”.

O desenvolvimento do mercado sob o capitalismo aparece em Lênin – e também em Kautsky – como determinante para o desaparecimento do campesinato. A inserção do camponês nesse mercado potencializaria e seria potencializada pela diferenciação, fazendo surgir de dentro do campesinato tanto burgueses quanto proletários. As demandas oriundas do mercado, determinadas pelo modo de produção capitalista exigiriam a transformação da agricultura camponesa. Daí a preocupação de Lênin em evidenciar as necessidades de se ampliar a produtividade¹⁴ do trabalho aplicado à agricultura. Para Kautsky, o mesmo se aplicava, ou seja, o desenvolvimento do capitalismo imporia à agricultura a forma da grande propriedade, esta adviria do aumento das necessidades do mercado. Sob os dois pontos de vista estava sentenciada a sorte da classe camponesa

Essa relação entre escala de produção e produtividade não é unanimidade entre os teóricos da agricultura. Uma das vozes que ressalta o perigo de fazer essa associação é Abramovay (1990), na medida em que ele afirma o papel fundamental da pequena propriedade na sociedade contemporânea. No entanto, apesar de seu posicionamento contrário a Lênin e Kautsky, no que diz respeito à substituição da pequena propriedade pela grande propriedade ou grande exploração, ele abarca algumas de suas conclusões, especialmente a que diz respeito à influência do mercado na deterioração do campesinato. Isto fica claro na medida em que ele enfatiza (ABRAMOVAY, 1990, p. 124):

As sociedades camponesas são incompatíveis com o ambiente econômico onde imperam relações claramente mercantis. Tão logo os mecanismos de preços adquiram a função de arbitrar as decisões referentes à produção, de funcionar como princípio alocativo do trabalho social, a reciprocidade e a personalização dos laços sociais perderão inteiramente o lugar, levando consigo o próprio caráter burguês da organização social.

¹⁴ Em Lênin a grande exploração era caracterizada a partir do investimento do capital, não sendo importante neste sentido o tamanho da área. Em Kautsky, ao contrário a grande exploração está necessariamente ligada ao tamanho da área.

O que temos aqui não é uma impressão, ele não a coloca sob perspectiva, ele afirma que o desenvolvimento do mercado levaria ao desaparecimento, ou melhor, à substituição da classe camponesa por uma classe de agricultores profissionais ou empresários da agricultura. Ou seja, as decisões de produção dentro da unidade familiar seriam condicionadas pela relação com o mercado e esta levaria o pequeno produtor a pensar a produção e a própria organização da propriedade a partir de uma lógica capitalista, ou seja, visando o lucro. Nessa ótica não cabe, portanto, o camponês que age condicionado pela perspectiva evidenciada por Chayanov, na medida em que ele não seria capaz de gerar capital.

Parece-nos, no entanto, que essa questão deve ser vista em dois planos. No plano específico, o do interior da unidade familiar ele não gera capital na medida em que não emprega de forma predominante mão-de-obra assalariada, o que não quer dizer que ele não gera excedente. No plano mais geral, ele pode sim gerar um excedente econômico que contribui para a valorização do capital. A relação que se estabelece entre as grandes agroindústrias e o pequeno produtor a elas associados é um demonstrativo neste sentido. Por sua vez, a lógica que move o produtor nas decisões de produção internas à propriedade não necessariamente está vinculada à capitalista, ainda que ela seja influenciada pelo que acontece no plano mais geral, ou seja, naquele que predomina o sistema capitalista de produção.

A incapacidade de se visualizar a produção de capital na reprodução camponesa está a nosso ver fundamentada no seguinte: na desconsideração das diferentes construções do capital no sentido de assegurar a reprodução ampliada; numa percepção reducionista do capitalismo que não encontra sua origem em Marx, na medida em que este não reduziu a lógica capitalista ao enfrentamento entre capital e trabalho. É neste sentido que Shanin menciona que não há a inexorabilidade a respeito da eliminação dos camponeses sob o capitalismo, na medida em que eles:

[...] persistem, ao mesmo tempo que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas. Os camponeses continuam a existir, correspondendo a unidades agrícolas diferentes, em estrutura e tamanho, do clássico estabelecimento rural familiar camponês. (SHANIN, 1980, p. 58).

De acordo com Paulino (2003, p. 46), há em Abramovay uma evidente “[...] dificuldade em aceitar o movimento como componente indissociável da realidade, movimento esse que não adquire, em hipótese alguma traçado unilateral, pois ao mesmo

tempo que as diferenças se confrontam, se influenciam mutuamente e são superadas, sem que as forças mais vigorosas passem incólumes, por mais que triunfem.”

A sua concepção do campesinato e do capital estaria atrelada à própria lógica capitalista que subverte tudo e a todos à sua lógica. É neste sentido que ao não encontrar no camponês as especificidades que marcam a relação de exploração e acumulação capitalista, ele deixa de contemplar a partir dele a possibilidade da acumulação de *capital*. No sentido dado por Marx em Teorias da Mais Valia, é quase que automático, considerarmos como capital tudo o que é aplicado com o intuito de obter excedente, mas considerarmos essa obtenção a partir da lógica do capitalismo. No entanto, a obtenção de excedente não necessariamente tem que ocorrer somente a partir de tal lógica. É justamente esta concepção que permitiu que Chayanov tratasse de uma acumulação de *capital* no campesinato, a partir de uma lógica diversa. Para Chayanov, a acumulação de excedente (dinheiro) trazia embutida em si o propósito de melhorar o bem estar da família.

Por outro lado, há que se ressaltar que a obtenção desse excedente a partir da racionalidade específica destacada por Chayanov não necessariamente apaga a possibilidade da sua aplicação sob forma capitalista. Nesse caso, no entanto ocorreria de fato a conversão do camponês em capitalista. Veja bem, a conversão da unidade camponesa em unidade capitalista teria ocorrido a partir da produção não capitalista de capital. A caracterização estaria assentada então a partir das relações de produção, o que é perfeitamente compatível com o que propunha Marx como parâmetro de análise. Em outros termos, eles deixariam de ser camponeses se incorporassem efetivamente a lógica burguesa, qual seja a que privilegia a acumulação do capital no sentido da sociedade capitalista.

Portanto, apesar dos apontamentos que Abramovay faz quanto à insuficiência do paradigma de Káutsky e de Lênin para apreender o desenvolvimento do capitalismo sobre a agricultura na atualidade, é perceptível nele a presença de elementos chaves empregados tanto por Kautsky quanto por Lênin para decretar o desaparecimento do capitalismo. De outra forma, em Abramovay, o papel do mercado aparece exacerbado na negação do papel político da classe camponesa. Para ele, o projeto político que se construiu voltado para o pequeno produtor, ou melhor, para a *chamada agricultura familiar*, foi fruto muito mais das imposições do mercado – da necessidade de ampliação dos mercados para os produtos industrializados -, que de qualquer poder político da classe, expressa neste ou naquele movimento. A nosso ver esta percepção

além de colocar o camponês numa condição de relativa passividade, leva à “perda da dimensão contraditória do desenvolvimento social, descaracterizando os embates e conflitos próprios do movimento da realidade”, como destacou Paulino (2003, P. 43). Não estamos negando o movimento do capital, mas não podemos também negar o movimento do sujeito histórico, do indivíduo em sua luta pela reprodução das condições materiais de sua existência. E por isso, não podemos negar a possibilidade de que possa existir dentro do capitalismo um modo de vida que ainda que nele inserido, aja a partir de uma lógica diversa daquela que é nele vigente. Para nós, é a negação deste aspecto que permite ao referido autor decretar:

Uma agricultura familiar, altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e de responder às políticas governamentais não pode ser nem de longe caracterizada como camponesa [...] (teríamos assim) unidades produtivas que são familiares, mas não camponesas. (ABRAMOVAY, 1990, p. 7-10).

Neste equacionamento não vemos a presença dos pressupostos de Marx, na medida em que este privilegia as relações sociais de produção e não o mercado. Em Marx, não é o mercado o elemento transformador da sociedade e/ou das classes que a compõem. Em Marx, são as relações estabelecidas entre os homens na produção material que determinam esta mudança. Ora, assumir o pressuposto do mercado como elemento responsável pela eliminação da classe camponesa implica em aceitar, ao mesmo tempo, que ela é um “resquício de formas anteriores”, pois caso se admita que ela integra o capitalismo, não se pode “sentenciá-la ao isolamento das condições produtivas orquestradas por esse modo de produção” (Paulino, 2003, p. 44).

Entretanto, apesar das diferenças expostas, concordamos com Abramovay quanto à importância do papel da agricultura dentro do capitalismo. E é justamente por este reconhecimento que o Estado – ao longo dos anos noventa -, como afirma o autor (1990, p. 270) nos países capitalistas de maior desenvolvimento – especialmente na Europa – tem acenado com políticas que asseguram uma renda mínima a esses produtores, através, por exemplo, do estabelecimento de políticas de preços mínimos. No caso do Brasil, a política de crédito voltada especificamente à “agricultura familiar” – PRONAF - Programa Nacional de Desenvolvimento da Agricultura Familiar - é um apontamento neste sentido. Ainda de acordo com o autor, tais políticas são necessárias para assegurar uma renda mínima ao agricultor, haja vista que quaisquer comparativos entre as rendas da produção familiar e dos setores urbanos indicam um diferencial

extremamente negativo para o agricultor familiar. Daí a necessidade de que o Estado estabeleça esses preços mínimos “tomando por referência uma renda onde os agricultores avaliam suas atividades não a partir do custo de oportunidade do capital, mas sim do custo de oportunidade do trabalho” (ABRAMOVAY, 1990, p. 251-72).

Ou seja, ao mesmo tempo em que ele abre mão da especificidade camponesa, ou melhor, da própria existência do camponês, ele preserva a lógica do camponês como amparo na explicação da sujeição do “agricultor familiar” a uma renda inferior que a percebida pelos trabalhadores assalariados urbanos.

Voltando à questão da importância da agricultura, é preciso atentar para o fato de que ela não está desvinculada da sua conversão em espaço de valorização do capital, de sua reprodução ampliada. E neste sentido, ela não está desvinculada da questão da transferência da renda da terra para o capital. Portanto, apreendermos o camponês dentro do processo de reprodução ampliada do capital implica em visualizar de que forma ele participa nesse processo. Ou seja, exige a compreensão de que a sua existência permite a transferência de parte da sua renda bruta para o capital. Por sua vez, isto implica em aceitar a especificidade do campesinato, na medida em que a sua renda não é indivisa e não pode ser equiparada à capitalista.

Ao admitirmos isto andamos tanto em direção à Marx e avançamos nas tentativas de Chayanov ao tentar explicitar qual o lugar do campesinato sob o capitalismo. Andamos em direção à Marx ao reconhecemos no campesinato uma relação não capitalista que é utilizada pelo capitalismo no seu processo de reprodução ampliada do capital. Com isto, apontamos para a solução daquilo que tanto inquietou Chayanov. Entendemos que o papel do campesinato sob o capitalismo pode ser apreendido a partir do que expõe Oliveira (1981, p. 08):

[...] o capitalismo se nutre de realidades não-capitalistas, e essas desigualdades não aparecem como incapacidades históricas de superação, mas mostram as condições recriadas pelo desenvolvimento capitalista. Em outras palavras, a expansão do modo capitalista de produção (na sua reprodução capitalista ampliada do capital), além de redefinir antigas relações subordinando-as à sua produção, engendra relações não capitalistas iguais e contraditoriamente necessárias à sua reprodução [...].

Portanto, o campesinato em sua versão atual seria a parte contraditória do modo de produção capitalista. Contraditório porque de um lado permite a reprodução ampliada do capital, mas de outro, nega a lógica capitalista, seja na luta contra a transferência da renda, seja na luta pela terra de trabalho.

Mencionamos, portanto que o lugar do campesinato sob o capitalismo está na especificidade por meio da qual ele participa do processo de reprodução ampliada do capital, o que por sua vez, exige a compreensão não somente da renda bruta do camponês, mas também da especificidade de um dos elementos que a compõe, a renda da terra. É preciso ratificar que também deste ponto de vista há uma particularidade que a diferencia da renda capitalista da terra. Resgatemos isto a partir de Marx. Nele, a renda capitalista da terra aparece sempre como o lucro extraordinário, ou seja, ela diz respeito à parte que sobra depois de excluído o salário do trabalhador e a taxa de lucro médio. A esse respeito ele é bastante claro (1974, p. 728): “[...] no modo capitalista de produção, a renda fundiária é sempre sobra acima do lucro, acima da fração do valor das mercadorias, a qual por sua vez consiste em mais-valia (trabalho excedente)”.

Por sua vez, a razão de ser da renda fundiária está atrelada à propriedade da terra. Uma determinada parcela de indivíduos ao se apropriar do solo obriga todos os demais a pagar-lhes um dado montante a fim de que eles a disponibilizem para a produção. (MARX, 1974, p. 727).

Ora, ao desvendar a renda capitalista da terra, Marx estabelece as três classes fundamentais do capitalismo e as fontes de seus rendimentos. No entanto, dentro destas três classes não se encontra o camponês. De acordo com Almeida (2003), Marx não a explicita como classe fundamental dada a indeterminação da sua própria identidade naquele momento, haja vista que por sua especificidade ela reunia em si as três classes fundamentais do capitalismo, quais sejam: a do proprietário de terra, a do capitalista e a do trabalhador. Portanto, o processo de busca da identidade da classe estava em construção, isto fica evidente nas considerações que seguem.

O camponês não estava separado dos meios de produção, como está o trabalhador assalariado. Ele não vivia exclusivamente da renda fundiária como o proprietário da terra porque a sua produção é que lhe garante a subsistência. Por outro lado, ele enquanto capitalista teria que explorar a si mesmo. E ainda, diferentemente do capitalista, a sua decisão de produção não percorria o mesmo esquema avaliativo do capitalista, ou seja, para que ele levasse adiante a produção na agricultura não era necessário “[...] como nas condições normais da produção capitalista, que o preço de mercado (fosse) bastante alto para proporcionar o lucro médio, e isto (era) mais válido ainda para um suplemento, na forma de renda, acima desse lucro médio” (MARX, 1974a, p. 921).

Ele não pode ainda ser considerado como capitalista porque a terra não é capital, haja vista que ela não é produto do trabalho, é um meio de produção que precede, portanto ao capitalismo. No entanto, como observa Martins (1981), apesar disto, o capital se apropria da terra e por meio dessa apropriação (pagando renda da terra) ele a transforma em capital. O capital faz com a terra o mesmo que faz com o trabalho que em sua origem não é valor, no entanto, mesmo assim ele impõe um valor social onde antes não existia e por meio desta apropriação o transforma também em capital.

Ainda de acordo com Martins, é a transformação da terra em capital que permite a subordinação do trabalho agrícola e a socialização do pagamento da renda da terra. Ou seja, a renda que agora é revertida ao proprietário da terra depende da sua realização no mercado. É neste sentido que ele argumenta (1981, p. 169):

[...] A renda da terra também tem a sua dimensão oculta; por isso não posso entendê-la se fico olhando só para o aluguel, quando ele existe. Não posso entendê-la se não vejo que a terra, através do proprietário, cobra no capitalismo renda da sociedade inteira, renda que nem mesmo é produzida direta e exclusivamente na sua terra, que sai do trabalho dos trabalhadores do campo e da cidade, que entra e sai do bolso do capitalista, que é paga por todos e não é paga por ninguém e que, em última instância, é uma parte do trabalho expropriado de todos os trabalhadores dessa mesma sociedade.”

Sob esta ótica, ainda que a renda da terra apareça como uma contradição dentro do capitalismo por exigir dele um pagamento para a sua utilização, ela não pode ser considerada como um resíduo feudal, na medida em que ela é elemento fundamental no processo de reprodução ampliada. E é neste sentido que ele menciona:

[...] não só relações não-capitalistas de produção podem ser dominadas e reproduzidas pelo capital, como é o caso da produção familiar do tipo camponesa, como também determinadas relações podem não parecer integrantes do processo capital, embora o sejam, como é o caso da propriedade capitalista da terra [...] (1981, p. 171).

Portanto, é nesta mesma linha de pensamento que ao considerarmos a especificidade da renda da terra do camponês podemos reconhecer que pela forma como ele se insere no capitalismo – integrado ao mercado – ele participa do processo de reprodução ampliada do capital por meio da transferência de parte da sua renda bruta – na medida em que não é possível divisá-la, como já mencionado.

Concordamos, portanto com Martins que não há a necessidade da subsunção real e/ou formal para que ocorra de fato a inserção de uma dada classe no processo de

reprodução ampliada do capital. No entanto, se levarmos em conta o caso dos pequenos produtores do Sudoeste do Paraná – explicitado no último capítulo -, a questão da subsunção deve ser vista com bastante cautela. Ali verificamos que ele permanece como proprietário de *parte* dos meios imediatos da produção e que não é ele que determina a forma da produção. Há, portanto alguns pontos a serem observados: primeiro, a matéria-prima da produção que ele desenvolve de forma integrada à agroindústria não lhe pertence; segundo, as condições gerais de produção são em grande medida, garantidas pela inserção do capital no campo, por exemplo, pelo seu endividamento bancário; terceiro, a forma pela qual ele desenvolve o seu trabalho e os próprios instrumentos/equipamentos por ele utilizados são *determinados* pela agroindústria. Diante desse contexto, ainda que não aconteça de fato uma subsunção formal, na medida em que não esteja firmada uma relação de assalariamento, podemos visualizar traços característicos da subsunção real.

Não há, portanto, a possibilidade de que possamos interpretar a realidade contemporânea do pequeno produtor, se nos negarmos a avançar na aplicabilidade das categorias marxistas. A ausência da subsunção formal, sob nosso ponto de vista não elimina a subsunção real e, por meio dela a obtenção por parte do capital de um excedente oriundo da unidade de trabalho do pequeno produtor. Portanto, ainda que não haja necessariamente a subsunção formal, há transferência de renda ao capital. Essa, só é visível se levarmos em conta o processo de circulação, o endividamento do produtor rural, a produção realizada a baixo custo que repercute no rebaixamento dos custos da mão-de-obra para o capital, na realização do lucro das empresas produtoras de bens de capital e insumos para a agricultura, etc. Portanto, o capital não necessariamente se torna “[...] proprietário da terra, mas cria as condições para extrair o excedente econômico, ou seja, especificamente renda onde ela aparentemente não existe (MARTINS, 1981, p. 175).

É, portanto sob esta ótica que compreendemos o lugar do camponês no capitalismo contemporâneo. Também é por meio desta percepção que acreditamos não ser possível classificar o pequeno produtor como camponês ou não, a partir dos pressupostos da inserção do mercado e/ou da impossibilidade da acumulação de capital na unidade camponesa. Para nós, eles são insuficientes para explicar a realidade da grande massa de pequenos produtores, ao menos não dão conta de expressar a realidade da totalidade dos pequenos produtores do Sudoeste do Paraná, como verificamos na

pesquisa de campo. Não estamos com isto dizendo que não existam especificidades, mas estas não podem ser generalizadas, foi o que nos demonstrou o trabalho do campo.

CAPÍTULO II

A AGRICULTURA PARA O CAPITAL, HISTÓRIA E TEORIA

2.1 INTRODUÇÃO

A inserção do capital no espaço agrário foi ali desencadeando um processo de especialização bastante semelhante ao ocorrido na indústria urbana¹⁵. O avanço histórico desta inserção e o constante aprimoramento da forma por meio da qual ela acontece têm permitido ao capital ampliar a sua condição de valorização, tanto a que ocorre no referido espaço, quanto a que se dá através dele. É preciso enfatizar que a especialização de que falamos, não diz respeito somente a que e/ou como se produz, mas também às funções ali exercidas pelo produtor rural.

A maior inserção do capital na agricultura ocorrida a partir da segunda metade do século XX - no caso dos países capitalistas menos desenvolvidos e/ou em desenvolvimento - e, por meio desta, a transformação da agricultura tradicional¹⁶

¹⁵ Dizemos semelhante em face das especificidades que ela assume. Isto se torna tanto mais verídico se consideramos as distintas formas sob as quais se apresentam os espaços rurais, tanto no que se refere ao tamanho da propriedade rural quanto no que diz respeito às relações de produção e de trabalho. Por isso entendemos que não cabe aqui a generalização relativa ao aspecto da especialização ainda que, no caso da agricultura de cunho capitalista ela seja predominante, de fato. Por exemplo, no caso da pequena propriedade localizada no sul do país, os produtores que trabalham predominantemente com mão de obra familiar, produzem na propriedade parte expressiva da sua subsistência. Portanto, não se pode dizer que ali se aplica a especialização. E mesmo naqueles casos em que eles têm uma estreita relação com a indústria, como é o caso dos pequenos produtores integrados, eles seguem desempenhando outras atividades, voltadas basicamente para a subsistência.

¹⁶ Estamos considerando a agricultura tradicional a partir da definição adotada por Schultz (1965). Para ele, é agricultura tradicional aquela cuja produção não está subsumida ao capital. Em outros termos, o

promoveu de uma forma geral, a concentração de grandes extensões de terra nas mãos de poucos grandes produtores e a redução das áreas de terras sob o domínio dos pequenos produtores. Mas note, é importante ressaltar que esse movimento não foi necessariamente acompanhado de uma redução absoluta no número dos pequenos produtores rurais. O caso brasileiro é clássico neste sentido.

Esses pequenos produtores ainda persistem na terra, mesmo que produzindo de forma bastante diversa da vigente na primeira metade do século XX, o que não significa, no entanto, que os resultados advindos desta nova forma de produção lhes garantam muito mais do que a subsistência familiar. Durante boa parte do referido século, a forma de produção que qualificou a pequena produção de caráter familiar e/ou camponesa era bastante diversa da atual. Sua característica determinante era a quase total independência com relação ao capital, especialmente no que diz respeito ao âmbito da produção.

Até então, a produção camponesa estava voltada principalmente para a subsistência e a maneira por meio da qual se estabelecia a troca¹⁷ dos eventuais excedentes com o capital mercantil, reafirmava a independência da produção. Essa independência era mantida apesar da já existente relação de exploração por parte do capital mercantil, via apropriação de parte da renda da terra. Esse contexto revelava já naquele momento, a capacidade do capitalismo de estabelecer relações de exploração que não estivessem assentadas sob a forma que lhe é típica, ou seja, com base em relações de trabalho assalariado. Em outros termos, a exploração acontecia sem que isto redundasse em subsunção formal ou real, pois, no caso referido, o pequeno produtor/camponês se confrontava com o capitalista na qualidade de vendedor da mercadoria – produzida por ele sob relação de trabalho diversa daquela que tinha por base o assalariamento -, e não da sua força de trabalho. Nas palavras de Oliveira (1994, p. 47):

O capital pode lançar mão de relações de trabalho e de produção não capitalistas (parceira, familiar) para produzir o capital, o que se dá através da transferência da renda da terra em produto, quando da parceria, ou em dinheiro quando o pagamento é feito em dinheiro e/ou em trabalho pelos camponeses, parceiros ou não [...].

capital não transformou o processo de produção nela desenvolvido e como tal, a produção ocorre total ou quase totalmente independente dele.

¹⁷ Por mais que esse produtor vendesse parte da sua produção a um comerciante – representante do capital mercantil – a forma de ser da sua produção não havia sido transformada pelo capital, ela continuava a ocorrer de forma tradicional.

Esses produtores e a sua agricultura tradicional sofreram ao longo do referido processo histórico, os impactos do desenvolvimento capitalista. Na medida em que o capital foi se dando conta da potencialidade do espaço agrário e, dentro deste, especialmente a da pequena produção para a sua valorização, os impactos da ação do capital sobre a agricultura tradicional que ela desempenhava foram exacerbados. Num primeiro momento, esse processo teve curso nos países onde o capitalismo se encontrava num estágio mais avançado de desenvolvimento. Na seqüência ele atingiria os países capitalistas menos adiantados.

Entender a razão de ser do interesse do capital por esse produtor e por sua forma tradicional de produção é o que nos preocupa neste capítulo e como tal, acreditamos que ela não pode ser obtida fora de uma perspectiva histórica. Neste sentido, parece-nos que é decisivo considerar o momento imediatamente posterior à segunda guerra mundial, que pode ser caracterizado pela necessidade de confirmação e expansão do capitalismo enquanto modelo político-econômico. Vale ressaltar que esta necessidade se impôs em plena vigência da guerra fria e do crescimento de movimentos de forte teor revolucionário, especialmente nos que diz respeito aos continentes latino-americano e asiático.

Queremos entender o interesse do capital por esse produtor, classificado sob várias denominações: camponês, pequeno produtor, agricultor familiar, dentre outras – e a quem trataremos de uma forma geral, de pequeno produtor ou camponês, que trabalha basicamente em regime de produção familiar. A esse respeito, cabe ressaltar que ainda que o qualifiquemos como camponês, temos ciência que a sua configuração atual é bastante diversa daquela da primeira metade do século XX, especialmente no que diz respeito à forma de produzir. Esta discussão, entretanto, será posta de forma complementar no último capítulo. Por enquanto, basta falarmos que o enxergamos reinventado pelo processo de exploração/resistência no qual está contemporaneamente envolvido. Exploração porque parte do seu excedente – ou mesmo todo ele – e de sua renda é absorvida pelo capital. Resistência, porque a relação que ele mantém com o capital marca também a forma por meio da qual ele resiste à proletarianização.

A partir deste entendimento, acreditamos ser possível apreender seus reflexos sobre a estrutura fundiária e sob a forma de ser da agricultura no Sudoeste Paranaense, objeto do capítulo quatro. Qualquer menção a estes temas, que não esteja imbuída do seu caráter formativo e, portanto, histórico, estaria desprovida de concretude, repleta da

aparência ‘evolutiva natural’ – e, como tal, a-histórica - tão cara ao *velho e bom* liberalismo econômico. Afinal, já dizia o piedoso Malthus¹⁸ (1996) - ao tratar da grande miséria que acometia parte considerável da população trabalhadora inglesa no século XVIII -, que as distintas condições sociais dos indivíduos eram, por um lado, expressão da vontade do grande arquiteto do universo e, por outro, resultado da propensão negativa de caráter imanente à referida classe. Neste sentido ele enfatizou: quando, “nós nos permitimos perguntar por que algumas coisas não são de outro modo, em vez de nos esforçarmos para explicá-las como são, nunca saberemos onde parar e seremos conduzidos aos absurdos mais clamorosos e pueris [...]”. (MALTHUS, 1996, p. 235).

Apesar das orientações do caríssimo sacerdote, entendemos ser pertinente sim efetuarmos tais questionamentos! E os fazemos, por não concordarmos com sua lógica, por não crermos na ordem distributiva *natural* que ele advoga. É necessário sim que indaguemos o porquê da realidade social não ser diversa da que se apresenta! Contrariamente à sua afirmação, acreditamos que é justamente a ausência das perguntas que nos remete a uma posição pueril.

Quando nos permitimos questionar a estrutura social vigente, estamos antecipadamente afirmando: é possível outra realidade! Essa certeza só existe porque diferentemente de Malthus partimos de uma perspectiva que leva em conta o processo histórico, no qual o homem – um ser material, de carne e osso – é o sujeito. É por esse meio que buscamos a compreensão do mundo contemporâneo e, mais especificamente da forma como a agricultura nele se apresenta. É por esse meio que ousamos repetir: *é possível sim uma realidade social distinta!* Assim, balizados pela lógica histórica é que queremos entender a razão de ser da agricultura para o capital e, por meio dela, o desenrolar do processo histórico que leva à intensificação da inserção do capital na agricultura.

Esta compreensão é importante, na medida em que nos subsidia para entender a realidade do pequeno produtor do sudoeste paranaense na contemporaneidade, marcada por sua crescente integração à indústria. A esse respeito, vale observar que a região tem

¹⁸ Thomas Robert Malthus, um dos fundadores/integrantes da chamada Escola Clássica. Sua obra mais conhecida foi a que recebeu o título de “Ensaio Sobre a População”. A primeira edição veio à tona em 1798 e versava sobre o crescimento desigual da população e da oferta de alimentos. É a partir de tal “constatação” que ele justifica a miséria vigente na Inglaterra em fins do século XVIII e início do século XIX, como fruto das propensões de caráter da classe trabalhadora isentando, desta forma, o sistema capitalista de qualquer responsabilidade neste sentido.

sido objeto de diversos estudos¹⁹ que têm enfatizado a sua representatividade com relação à referida integração. Desta forma, levando-se em conta a importância que ela assume regionalmente e pautados sempre na lógica que leva em conta o processo histórico, queremos evidenciar como ela é *historicamente* construída.

Qualquer breve análise da agricultura sob o capitalismo é capaz de demonstrar facilmente a extensa transformação deste espaço. Ou seja, há uma mudança contínua na forma de ser da produção; do produtor agrícola; das relações de produção ali vigentes; da relação que se estabelece entre o espaço rural e o espaço urbano; das relações que envolvem a comercialização da produção; da relação que se estabelece entre a agricultura e a indústria. Diante de tal constatação parece-nos lógico supor que a razão de ser dessa severa mudança, deve ser buscada na razão de ser da agricultura para o capital. Isso nos leva a formular a questão que será o fio condutor do capítulo. Qual a função da agricultura para o capital? É a resposta a ela que nos permitirá entender as mudanças vigentes no espaço agrícola e, portanto, a forma de ser da estrutura fundiária e da produção no Sudoeste do Paraná.

2.2 ALGUMAS CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES SOBRE A RAZÃO DE SER DA AGRICULTURA PARA O CAPITAL

Os primeiros passos da intervenção do capital na agricultura podem ser visualizados já a partir da chamada acumulação primitiva, processo criteriosamente descrito por Marx. Foi por meio dele que se estabeleceu o cercamento dos campos e as primeiras adaptações do setor agrícola com vistas a promover o desenvolvimento do capitalismo. A essencialidade do referido processo está tanto na criação da mão-de-obra livre, quanto na transformação da própria agricultura em indústria capitalista, capaz de atender as necessidades oriundas da indústria urbana e participar do processo de valorização do capital. É inquestionável, portanto o papel essencial que a transformação da agricultura tem na instauração do modo de produção especificamente capitalista.

A partir do capitalismo, o mecanismo norteador da produção em geral passou a ser o excedente econômico, cuja função é a de permitir ao capital a sua valorização. E é assim, sob tal condicionante – promotor da valorização -, que a intervenção do capital

¹⁹ Dentre os quais podemos destacar os seguintes autores: Dalla Costa (1983 e 1996); Abramovay (1981); Schneider (1999); Flores (2006), dentre outros.

na agricultura passou a agir como elemento transformador das formas tradicionais de produção nela vigentes.

A agricultura tradicional, alvo das constantes investidas do capital é aqui entendida a partir do ponto de vista de um dos ideólogos do capital, Theodore Schultz (1965). O esforço teórico de Schultz materializado na obra *A Transformação da Agricultura Tradicional*, foi amplamente empregado como mecanismo de justificação e reafirmação da necessidade de intervenção do capital na agricultura e, por meio desta, da sua transformação.

Schultz define a agricultura tradicional como aquela que no tocante à forma de produção e à relação social sob a qual ela acontece, é total ou quase totalmente independente da intervenção do capital. Ou seja, é uma agricultura na qual a lógica do capital está praticamente exclusiva. Por ser assim e apesar da sua “racionalidade exemplar²⁰”, como ele mesmo reconhece, ela precisa ser modificada, pois do contrário permanece inviável ao capital.

Essa inviabilidade estaria assentada basicamente na sua independência/insubordinação ao capital. É esta configuração que lhe desqualificava para exercer o papel que o capitalismo lhe reservava. Mas afinal, qual é este papel? A resposta a esta questão pode ser obtida já nas primeiras obras dos economistas fundadores da escola clássica, especialmente na de David Ricardo. É em seus *Princípios de Economia Política e Tributação*, que encontramos Ricardo advogando o direito de acumulação do capital, por meio de sua enfática crítica à lei dos cereais, então vigente na Inglaterra. O esforço teórico que ele elaborou no sentido de evidenciar o quão prejudicial eram tais restrições para o lucro industrial e para a sociedade como um todo, nos permite resgatar o papel reservado à agricultura sob o capitalismo já naquele momento. Ele assim se expressou:

Se, portanto, por uma ampliação do comércio exterior, ou devido a melhoramentos na maquinaria, os alimentos e os bens necessários ao trabalhador puderem chegar ao mercado com preços reduzidos, os lucros aumentarão. Se em vez de cultivar nosso próprio trigo ou de fabricar os tecidos e demais coisas indispensáveis aos trabalhadores, descobrimos um novo mercado de onde possamos suprir-nos dessas mercadorias a preços mais baratos, os salários baixarão e os lucros aumentarão. (RICARDO, 1996, p. 96).

²⁰ Exemplar no sentido de que dá conta de todas as exigências para que a produção se realize e satisfaça as necessidades do produtor direto, gerando ainda um excedente - mesmo que diminuto - passível de ser comercializado pelo próprio produtor.

Suas palavras são bastante esclarecedoras e exprimem, de fato, qual é a função da agricultura no capitalismo. Desmistificam qualquer justificativa teórica que se apóie em fins outros que não os que envolvam o atendimento da necessidade básica do capital – o da acumulação. Evidentemente, o atendimento desta é exposto num quadro de funcionamento tal da produção e da distribuição da riqueza social, que o resultado para o conjunto é o mais favorável possível – o da harmonia social.

Por sua afirmação, Ricardo deixa claro que o capital confronta a agricultura como um espaço mesmo de sua valorização. Não acreditamos que no decorrer do seu desenvolvimento, - quando ele percorre fases mais avançadas, nas quais a continuidade de sua valorização passa a exigir somas cada vez maiores de investimento, conjugadas a mercados cada vez mais amplos -, a sua relação com a agricultura se modifique. Ao contrário, parece-nos que além de reafirmada, ela é aprofundada, mesmo que sob bases de exploração diversas e aparentemente contraditórias.

O capital, ao longo de seus estágios mais adiantados, por um lado destitui a agricultura de funções que até então lhe eram próprias e, por outro, lhe atribui funções parcial ou totalmente estranhas às praticadas pela agricultura tradicional, quais sejam: produtora de alimentos e de matérias primas em conformidade com as orientações da indústria; absorvedora de produtos da indústria, inclusive a de bens de capital; ampla absorvedora de recursos financeiros. É pelo desempenho dessas funções que ela se confirma como espaço valorização do capital. Vejamos o desenrolar deste processo.

2.3 A CONVERSÃO DA AGRICULTURA TRADICIONAL EM AGRICULTURA PARA O CAPITAL: UM POUCO DE HISTÓRIA PARA ENTENDER

A já referenciada obra de Schultz surge em pleno momento de vigência da guerra fria. Nessa – tornada clássica pelos estudiosos da agricultura -, ele versa sobre a *necessidade* e os benefícios da *transformação da agricultura tradicional*. Nas primeiras páginas ele a caracteriza e na seqüência passa a demonstrar a necessidade da sua transformação, elencando os aspectos positivos de uma agricultura mais desenvolvida, moderna, racional – uma agricultura capitalista.

O homem que exerce atividade agrícola de maneira idêntica a de seus antepassados não pode produzir muitos alimentos, apesar da riqueza da terra ou da intensidade do seu trabalho. O agricultor que tem acesso ao que a

ciência conhece sobre solos, plantas, animais e máquinas, e sabe como usar esses conhecimentos pode produzir alimentos em abundância, mesmo que a terra seja pobre. E não precisará trabalhar tanto nem tão duramente. (...) O conhecimento que possibilita essa transformação é uma forma de capital, sempre que for integrante dos insumos materiais usados pelos agricultores e sempre que constituir uma parte de suas habilidades e do seu saber. (SCHULTZ, 1965, p. 15).

Tal concepção esboça um esforço teórico que se faz - no contexto específico do período -, para promover sem maiores inquietações político-ideológicas, uma profunda transformação do espaço agrícola, necessária aos avanços da acumulação capitalista. Para além de ampliar a condição de acumulação, era preciso que ela se realizasse eliminando, ao mesmo tempo, a potencialidade revolucionária da agricultura tradicional – possuidora de forte caracterização camponesa - que ainda persistia, tanto nos países desenvolvidos²¹, quanto nos de menor desenvolvimento.

Mais do que um instrumento dirigido à apologia da agricultura de caráter capitalista e, por conseqüência, amplamente justificador da transformação da agricultura tradicional, a referida obra se colocava de forma apologética, na medida em que ratificava a *essencialidade* de se alterar a racionalidade e a forma pela qual o produtor tradicional desenvolvia seu trabalho – sem ou com baixa intervenção do capital, como já mencionado. Ora, o que ela enfatizava era na realidade que esse produtor e a sua agricultura tradicional eram duplamente inviáveis ao capital. Eram inviáveis por não serem plenamente úteis do ponto de vista da valorização e ainda, por representar um risco - do ponto de vista político-ideológico - à permanência do próprio sistema de exploração capitalista. Portanto, reconfigurar esse indivíduo significava, ao mesmo tempo, por em xeque a classe a qual ele pertencia, eliminando boa parte dela e reconstruindo a parte sobrança, a partir de uma perspectiva que a tornasse funcional ao capital.

A preocupação com a classe camponesa, no que diz respeito aos teóricos/ideólogos do capital é, diga-se de passagem, relativamente recente. O que a faz emergir é a recomposição de forças oriundas da descolonização formal, ocorrida como conseqüência do fim da segunda grande guerra, numa economia mundial que se encontrava do ponto de vista político-ideológico, bipartida.

Enquanto persistiu o domínio colonial das grandes potências imperialistas na África e na Ásia, bem como o semi-colonial na América Latina, o capitalismo esteve em grande medida imune ao *perigo vermelho*. Nestes territórios, a produção urbano-

²¹ Como era o caso especialmente da França.

industrial e a agrícola vivenciavam um estágio ainda relativamente incipiente de desenvolvimento. Sob tal contexto, os países ali localizados eram mais facilmente mantidos na condição de economias complementares, ou seja, no lugar que a divisão internacional do trabalho perpetrada pelo grande capital lhes havia conferido. Portanto, ainda que naquele momento fosse grande a sua população camponesa, a dominância estava relativamente assegurada. Quando se modifica a relação de forças internacionais, se torna imperativa a adoção de mecanismos asseguradores do domínio capitalista sobre tais territórios, tanto do ponto de vista econômico quanto do político.

A função de economia complementar - no tocante às funções políticas e/ou econômicas -, cumprida por tais territórios era explícita (caso das colônias), ou quase-explícita (caso das economias onde o domínio era parcial, como no Brasil) e foi ressaltada por Arendt (1976), na sua investigação dialética do Imperialismo e da expansão do poder a nível mundial.

Como já afirmado, a quebra desta segurança veio à tona com o fim da segunda guerra mundial. Ao menos do ponto de vista formal, o colonialismo fora colocado em xeque. As nações imperialistas deveriam – em nome inclusive da permanência do sistema político-econômico capitalista – controladamente, abrir mão de tal forma de domínio. Essa decisão, num momento em que o mundo socialista se colocava como uma alternativa, tanto do ponto de vista político, quanto do econômico, era bastante preocupante, mas fundamental. Para minimizar ao máximo os riscos, o capital deveria empreender um plano político-econômico expansionista, cujo efeito fosse uma espécie de *independência controlada* dos antigos territórios colonizados e/ou semi-colonizados.

Em alguns países – semi-colônias, de forma especial nos da América Latina - como era o caso brasileiro -, além da predominância de uma população rural de caráter amplamente camponês, apresentava-se outro elemento de perigo, o populismo²². Esta soma era explosiva e indicativa da presença de uma forte inquietação revolucionária. A proposta de enfrentamento elaborada pelo capital internacional - a partir dos países imperialistas -, ocorreu inicialmente pelo estabelecimento de um *acordo* de “colaboração” firmado entre os governos norte-americano e os dos países latino-americanos –, denominado de “*Aliança para o Progresso*”²³. De forma complementar,

²² Sobre o populismo ver Weffort (2003) e Ianni (1968 e 1991).

²³ De acordo com Dreyfuss (2006), em sua obra, *1964*, a conquista do Estado, esse acordo representou uma estratégia de enfraquecimento político do potencial revolucionário da classe camponesa. Ele foi celebrado para ter vigência de 10 anos, de 1961 a 1970. O seu objetivo, conduzir os países da região ao desenvolvimento econômico, a partir da concessão de auxílios de ordem financeira e de assistência

quando as condições assim o exigissem, pelo apoio – evidentemente velado –, à instauração de governos ditatoriais, como se deu, por exemplo, no caso do Brasil, da Argentina, do Chile, e de alguns países do Caribe.

Os investimentos a serem realizados envolviam além da participação dos dois países diretamente envolvidos, a de organizações e fundações internacionais²⁴ - conveniadas a universidades americanas - e de empresas privadas. Esta articulação entre o setor público e o setor privado, retratava a força do capital no sentido de desenvolver mecanismos de articulação política a nível internacional, que viabilizassem a sua entrada naqueles espaços que *precisavam* ser transformados/modernizados.

Essa capacidade de envolver o Estado, fazendo com que ele trabalhasse a seu favor demonstrava a influência do capital nas relações políticas e diplomáticas estabelecidas entre os referidos países. Por sua vez, ela se traduzia de forma prática, no desenvolvimento de pesquisas direcionadas nas instituições de ensino e de pesquisa públicas; no estabelecimento de políticas específicas de crédito, de produção e de comércio voltadas para a agricultura. Em todos os casos o objetivo era o de assegurar a valorização do capital.

A respeito da articulação entre o capital e o Estado, é importante ressaltar que no caso específico do Brasil ela é bastante visível no pós-segunda guerra, e pode ser evidenciada no processo de industrialização que ganha impulso especialmente a partir da década de 1950. A esse respeito, vale observar que nesse período ela ocorre basicamente assentada no capital externo. No entanto, o fato de que o estabelecimento da indústria de bens de capitais, a automobilística, a de equipamentos agrícolas, a química e a farmacêutica, por exemplo, tenha se dado via investimento de capital externo, não implica na adoção por parte do governo de uma política de industrialização opositiva às demandas do capital representado pela burguesia nacional.

A abertura ao capital externo, especialmente a partir do primeiro plano de metas do governo de Juscelino, bem como a sua atuação – via consecução de financiamento externo – no sentido de desenvolver uma infra-estrutura necessária tanto ao processo de industrialização quanto ao de escoamento da própria produção agrícola, atendeu as demandas da burguesia industrial brasileira - cujos investimentos estavam voltados na indústria de bens de consumo leve – e melhorou as condições de valorização do capital

técnica expressa. Seria por esta forma que se colocaria termo ao referido potencial, transformando a forma de ser da agricultura e do produtor tradicional.

²⁴ Como as fundações Ford e Rockefeller, por exemplo.

da burguesia agrícola. De outra forma, o avanço da industrialização assentado no capital externo não somente permitiu o desenvolvimento capitalista assentado mais intensamente na indústria, como também viabilizou a modernização da agricultura, favorecendo de forma especial os grandes latifúndios, especialmente via concessão de crédito para a implantação dos pacotes tecnológicos oriundos da revolução verde. Portanto, a articulação entre o capital externo, o interno e o governo é bastante expressiva no período em questão e expressa, para o momento referido não somente as necessidades postas pelo capital internacional em seu processo de expansão, mas também as do capital nacional, no momento e na posição que o Brasil então ocupa na divisão internacional do trabalho.

Retornando à questão da atuação do Estado, é preciso dizer que apesar da incoerência demonstrada pelos governos capitalistas dos países mais avançados – do ponto de vista dos seus valores norteadores, assentados na “plena liberdade política e econômica” –, quando do seu apoio às ditaduras que se desenvolveram e/ou se fortaleceram na América Latina e no Caribe, na segunda metade do século XX, há que se ratificar que ela reafirma o movimento contraditório sob o qual se move o próprio capital. Nesse, ele é levado em diversos momentos a negar, inclusive, os pressupostos que lhes são aparentemente os “mais caros”, com vistas a assegurar aquilo que é a razão de ser de sua existência, a continuidade do processo de valorização.

No momento em questão, a continuidade da acumulação capitalista exigia que fossem asseguradas as condições de expansão do capital, especialmente naqueles países que exerciam forte influência regional. Nestes casos, o forte potencial revolucionário deveria ser combatido com vistas a assegurar a liberdade do capital. Mais que tudo, essa era a liberdade fundamental a ser garantida. O fato de que a condição dela fosse o estabelecimento de regimes ditatoriais, era apenas um detalhe que poderia ser oportunamente justificado.

Conforme destacou Wolf (1984), essas medidas extremas foram pautadas na realidade empírica em curso na América Latina naquele período. O campesinato daquele território havia dado provas de sua força, Bolívia, México e Cuba eram exemplos claros. Para Ianni (1991), o que determinou a subida dos governos militares na Argentina, no Brasil e no México foi justamente a influência econômica e política que esses países exerciam na região. A perda do controle político-econômico dos países imperialistas sobre tais países, representava um perigo extremado que o capital não

estava disposto a correr. Controlá-los, significava estancar a “doença” da contestação ao modelo político-econômico capitalista.

Foi nesse quadro - evidentemente reforçado pelo caso chinês e vietnamita, dentre outros -, que o capital demonstrou haver claramente compreendido o peso do camponês no processo revolucionário. Para os marxistas esta importância sempre fora clara e como tal, merecera ampla atenção, desde Lênin (1982), no clássico *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, até os autores contemporâneos, como Shanim (1980); Oliveira (2001) Velho (s/d), Martins (1973 e 1982); Moura (1988); Silva (1979, 1981), dentre tantos outros, que têm produzido uma literatura que continua a manter a classe camponesa em discussão. Parte desta produção – predominantemente acadêmica - vem agora acompanhada de um acirrado debate – entre os autores marxistas, e entre estes e os não marxistas -, no qual o que se questiona é não somente o papel do camponês, mas a sua própria existência, como evidenciado no capítulo primeiro.

Para o momento que estamos tratando, - o pós-segunda guerra – havia ficado evidente para o capital a sua necessidade de intervenção junto a esta ampla população rural, que nos países ainda não industrializados ou de menor industrialização, praticava uma agricultura tradicional. Como destacou Schultz, era sobre tal contingente²⁵ que se fazia premente uma ação *eficaz* do capital. Essa população camponesa que trazia em sua forma tradicional de produção e de relação com a terra, a razão de ser da sua existência, bem como, da sua resistência ao capital, só poderia ser subordinada a partir daquele espaço que lhe assegurava a permanência de suas características próprias, ou seja, a partir da terra. Era preciso, portanto, transformar essa agricultura tradicional. Era preciso transformar não somente a forma de ser dessa agricultura, mas a forma de ser da própria classe camponesa em sua relação com a terra. Era preciso submetê-la a um amplo processo de aprendizagem. O capital estava “disposto” a prestar-lhe tal *auxílio*, a levá-la ao desenvolvimento.

Esse *auxílio* foi prestado pelas nações mais desenvolvidas, de forma particular pelos Estados Unidos, ao longo de todo o século XX e assumiu a forma de programas de assistência técnica e de extensão rural, aplicados inicialmente e de forma modelar junto aos produtores rurais existentes naquele mesmo país, ainda no período de vigência da guerra fria, sendo posteriormente exportado através da montagem de programas

²⁵ Localizado em grande medida na América Latina, na Ásia e na África.

modelos, implantados em regiões estratégicas. Foram estes os mecanismos²⁶ básicos empregados para se promover a entrada do capital na agricultura.

Belato (1985) ressaltou que tais mecanismos começaram a adentrar a agricultura dos países de menor desenvolvimento especialmente a partir dos anos 1960, em caráter experimental. Sua transferência foi em grande monta articulada pelas fundações Ford e Rockefeller, que mantinham diversos programas conveniados às universidades americanas. Para o referido autor “estas ações experimentais longe de serem casuais e/ou humanísticas em relação aos países pobres, demonstravam a clara percepção de tais fundações, das possibilidades de intervenção política geral sobre as populações rurais pobres dos países subdesenvolvidos” (BELATO, 1985, p. 7).

Belato (1985, p. 5-6) destacou²⁷ que foram dois os programas desenvolvidos inicialmente nos Estados Unidos, o “*Farm Security Administration*” direcionado para os produtores de baixa renda e o “*Farm and Home Administration*”, que teve por objetivo a grande massa de produtores do tipo *farmer*²⁸. Ambos envolviam um “sistemático cerco de ação por parte dos mecanismos privados e públicos para viabilizar a penetração do capital no campo”, que incluía além da assistência técnica – mecanismo essencial para *ensinar, educar* o produtor dentro da nova configuração produtiva -, o fornecimento de crédito rural subsidiado.

A aplicação interna desses programas modelares²⁹ veio acompanhada evidentemente do arcabouço teórico e prático necessário à sua justificação³⁰. Para além dos elementos técnicos, o elemento teórico-ideológico era essencial no sentido de atestar a positividade/necessidade das mudanças, amparando-as em razões outras que não aquela que efetivamente a movia. Além da já citada obra de Schultz, podemos

²⁶ Programas de Assistência Técnica e de Extensão Rural que promovessem a prática de uma agricultura de cunho capitalista, que “ensinassem” a forma de ser desta agricultura, que evidenciassem a sua superioridade. Estavam voltados para a adoção de insumos e equipamentos específicos que “aumentavam a produtividade” dos fatores envolvidos na produção agrícola, abrindo caminho para a chamada Revolução Verde. Para maiores detalhes ver Bellato (1985).

²⁷ (BELATO, 1985, p. 5-6).

²⁸ Belato (1985, p. 108), com base em Dorner (1977), ratifica que “small farmer”, nos Estados Unidos, significa diferentes coisas, em contextos diversos, principalmente depois de 1950. Por exemplo, é considerado um small farmer aquele que possui; respectivamente: na produção de leite, ao redor de 80 acres; na produção de milho ou soja, ao redor de 160 acres; na produção de trigo, ao redor de 320 acres.

²⁹ A elaboração e aplicação de tais planos contou com a atuação conjunta do Estado; do Setor Privado; de Instituições de Ensino e de Pesquisa e de importantes Fundações (como as fundações Ford e Rockefeller, associadas às universidades americanas). Quando da exportação de tais “planos”, o Estado; as instituições de ensino, de pesquisa e de extensão dos países receptores; e, por fim diversos organismos internacionais (Banco Mundial, Banco Interamericano de desenvolvimento, Nações Unidas e Fao) atuaram de forma conjunta para o sucesso do referido empreendimento. Para maiores detalhes ver Araújo e Schuch, 1977.

³⁰ Tais aplicações ocorreriam evidentemente com as adaptações necessárias exigidas em cada território a ser implantado.

mencionar a igualmente clássica, *Agricultura e Transformação Estrutural: estratégias econômicas de países em desenvolvimento* de Johnston e Kilby (1977), que justificava de forma teórica, a vigência da modernização da agricultura.

No momento em que a população rural desses países já sofria os impactos do processo de transformação/modernização, tal constructo foi de extrema importância para aquietar os insatisfeitos com a mudança. Vejamos na seqüência um pouco dos instrumentos práticos empregados a fim de moldar transformar a agricultura e o produtor.

2.3.1 A Conversão da Agricultura Tradicional em Agricultura para o Capital: os Mecanismos Práticos da Mudança

Ao discorrermos sobre o contexto histórico a partir do qual se estabeleceu o programa expansivo do capital em direção à agricultura, ressaltamos que ele ocorreu reorganizando e transformando a agricultura que ainda se realizava de forma tradicional. Mencionamos também, que esse movimento atingiu inicialmente o espaço rural dos próprios países imperialistas, para depois adentrar o dos países capitalistas de menor desenvolvimento.

Outro ponto que nos preocupou enfatizar foi que esse processo de expansão só poderia ser apreendido a partir de um duplo condicionante: o primeiro, de ordem política, visava através da inserção do capital na agricultura assegurar não somente a transformação da produção - tornando-a dependente do capital -, mas também, a do produtor agrícola, controlando, por este meio, o potencial revolucionário vigente no campo – especialmente no caso dos países de menor desenvolvimento; o segundo, de ordem econômica, tencionava por meio da dupla transformação mencionada – da forma da produção e do produtor – um espaço amplo de valorização para o capital.

Ao falarmos da agricultura sob esta perspectiva, é preciso que consideremos o seguinte: no período imediatamente anterior à chamada modernização da agricultura, o interesse do capital por ela nos países dependentes (formal ou informalmente) era bastante pontual. Neste contexto, as ações práticas que o capital lhe dirigia, seja sob a forma de programas de pesquisa e/ou de extensão, expressavam a referida pontualidade. Até então,

[...] a importância da ação da pesquisa e da assistência técnica [...] provinha fundamentalmente da insistência e do interesse das potências coloniais sobre determinados produtos (como o caso do café, do algodão, borracha natural, banana, etc.), ou seja, tratava-se de programas que aliavam freqüentemente pesquisas e assistência técnica com enfoque sobre um produto de exportação. (Bellato, 1985, p. 11).

A nova etapa da expansão capitalista inaugurada no pós-segunda guerra modificou obrigatoriamente, esse *status* de interesse do capital. Pelas razões já expostas, era preciso intervir duplamente, e com mais vigor, no espaço agrícola. Foi dessa forma que a agricultura passou a ser vista em toda a sua extensão, pois a partir da sua transformação/modernização ela se converteria em ampla absorvedora de capital de capital, independentemente do produto que nela se desenvolvesse.

A modernização, para além de permitir que a agricultura aprimorasse a sua função de fornecedora de matérias primas e de bens de subsistência para o capital³¹, a tornou sua consumidora, inclusive no que diz respeito à demanda de recursos financeiros para a aquisição dos bens de capitais e insumos - necessários à modernização, e sempre imprescindíveis, a partir dela.

Nesta nova fase já não cabia preconceito do capital para com a agricultura. A ele interessava apenas a possibilidade que o espaço agrário lhe conferia de expandir a sua valorização e isto, não necessariamente exigia a propriedade da terra, mas exigia sim a mudança na forma de produção, pois, por meio dela o capital poderia adentrar no campo. Modernizar era a ordem, os que conseguissem passar por esse processo certamente teriam provado sua *utilidade* para o sistema capitalista de produção.

Apesar de a modernização ter ganhado maior impulso nas médias e grandes propriedades, inclusive em função do maior volume de crédito público que acessaram, há que se mencionar que também a pequena propriedade já era alvo de interesse do capital. Nesse aspecto, parece-nos que a própria oferta reduzida crédito à pequena propriedade, quando da emergência da Revolução Verde – comparativamente ao volume disponibilizado à grande propriedade – explicitava a estratégia de valorização do capital que, por um lado privilegiava a produção em grande escala dos produtos característicos da Revolução Verde, mas que, por outro, reservava um espaço às pequenas propriedades que resistissem ao processo modernizador, na qualidade de fornecedoras de alimentos e/ou de matérias primas específicas para a indústria. Neste

³¹ Reduzindo por esta via os custos de produção enfrentados pelo capital e contribuindo, desta forma com a sua valorização.

último caso, especialmente sob a forma de produção integrada às chamadas agroindústrias, como é o caso da produção avícola no sul do país.

Ora, se para boa parte destas pequenas propriedades os pacotes da revolução verde se mostravam inviáveis, havia outras formas de fazê-la receptora do capital. Nos casos em que havia incompatibilidade ela atuava como instigadora de outra relação social de produção, a baseada na integração, que ganhou impulso na década de 1970, se consideramos o caso brasileiro. Como já mencionado, um exemplo disto foi o desenvolvimento da pecuária de pequeno porte, firmada a partir da integração à indústria, no sul do país. Esta foi uma das formas por meio da qual se reduziu drasticamente a independência do pequeno produtor, no que tange à forma de produzir.

Ao capital importava não somente a grande propriedade, o latifúndio dedicado à produção de exportação. Mereceu também a sua atenção a pequena propriedade, trabalhada basicamente a partir da mão de obra familiar, do tipo camponesa. Seja como for, se ela pudesse resistir ao processo de modernização ela encontraria *seu lugar ao sol*. Foi nesse quadro que a pesquisa e a extensão rural direcionadas para a aplicação nos países do então chamado terceiro mundo, ganharam nova configuração, mostrando-se estreitamente relacionadas com a estratégia expansiva do capital.

A forma prática por meio da qual essa intervenção modernizadora ocorreu, envolveu, de uma forma geral, o fornecimento do crédito e da assistência técnica ao produtor rural. A sua implantação aconteceu a partir dos países mais desenvolvidos, especialmente via plano Marshall, sendo na seqüência amplamente exportado para os demais países. O objetivo geral era o mesmo, onde quer que fosse o continente e, portanto, o país a ser aplicado. Foi nessa lógica que se estabeleceram diversos projetos pilotos de assistência técnica e de fornecimento de crédito. Essa prática trazia em seu bojo a necessidade posta em evidência por Schultz, de *educar, ensinar* o produtor. Esse momento de aprendizagem compreendeu, essencialmente, a fase necessariamente preparatória/formadora da base necessária à efetiva modernização.

A exportação destes mecanismos preparatórios à modernização da agricultura, é preciso enfatizar, ocorreu num plano global, no entanto, considerando o espaço geográfico específico tratado no presente estudo, focaremos nossa atenção na América Latina e mesmo assim, de forma bem generalizada. Para esta discussão, bem como para o item seguinte usaremos o material produzido por Belato (1985) em sua tese de doutoramento, na qual ele trata de forma detalhada da referida questão, bem como, algumas bibliografias ali indicadas.

2.3.1.1 Mecanismos Práticos da Mudança: Extensão Rural e Assistência Técnica

Até que o período de descolonização avançasse, o que se dá com a conclusão da segunda guerra mundial, o interesse das economias imperialistas e, portanto do capital internacional, com relação às colônias formais ou aos países dependentes, era bastante específico. Tal especificidade era expressa na forma como os programas de pesquisa e de extensão rural adentravam em tais países. A partir da nova fase, não se modificaram somente as fronteiras políticas, mas igualmente, as formas de ação dos países imperialistas com relação aos do então chamado terceiro mundo.

Foi neste quadro que tanto a pesquisa quanto a extensão rural – por meio da assistência técnica - que então se instituiu, assumiram um caráter institucionalizado, ou seja, “tende(ram)³² a associar ao Estado, os interesses privados e a unidade de produção agrícola, considerando a unidade de produção independentemente do produto.” (BELATO, 1985, p. 11). A unidade agrícola passou a ser importante não necessariamente pelo que ela produzia, mas, a partir da capacidade manifestada nesta produção de absorção e valorização do capital. Sob esta ótica, a produção deveria responder a dois critérios básicos de produção: primeiro, produzir algo viável para o mercado, considerado as características do solo e do clima; segundo, mas não menos importante, produzir algo que permitisse a absorção e a valorização do capital. A viabilização destes dois critérios seria promovida justamente pela ação eficaz do capital, via programas de pesquisa e de extensão rural, realizados por meio da *cooperação* firmada entre fundações internacionais e o Estado. Trataremos agora dos programas de extensão rural e de assistência técnica.

No caso particular da América Latina, essa modalidade de extensão rural, de cunho fortemente educativo – estabelecadora das bases necessárias à modernização trazida pela Revolução Verde –, contou com a ampla participação das fundações Ford, Rockefeller e USAID – *United States Agency for International Development*. A metodologia empregada era a do estabelecimento de programas piloto em regiões consideradas estratégicas, que serviriam como modelos demonstrativos. A função era que atuassem como células de contágio.

³² Na citação literal a conjugação do verbo tender é no presente – tende.

Ou seja, as unidades nas quais tais modelos foram implantados serviram ao mesmo tempo de laboratório e de vitrine. Esses projetos pilotos eram responsáveis por gerar os subsídios necessários à generalização de um programa nacional de extensão rural, dentro da ótica preconizada pelo capital internacional, por meio das fundações e organismos já citados. A prática era, portanto, selecionar algumas áreas e alguns produtores – que evidentemente demonstrassem as melhores perspectivas de sucesso – e inseri-los no programa. A partir dessas áreas e desses produtores o caráter desenvolvimentista poderia se espalhar – efeito contágio, obtido pela observação dirigida junto à unidade demonstrativa, a vitrine – rumo aos produtores que não estivessem inseridos no programa e que não empregavam as técnicas de produção ensinadas.

Belato (1985) destacou que no Brasil, o estabelecimento de um programa de extensão rural com a lógica acima mencionada data de 1948, sendo fruto de um acordo celebrado entre o governo de Minas Gerais e o grupo Rockefeller, por meio da AIA – Associação Internacional Americana para o Desenvolvimento Econômico e Social. Este acordo foi firmado a partir de um programa específico de desenvolvimento rural, denominado *Associação de Crédito e Assistência Rural – ACAR*.

A partir do momento que as orientações técnicas fossem absorvidas pelos produtores rurais e que estes *entendessem* – o que se daria pela visualização dos efeitos que as novas técnicas promoveriam nas unidades utilizadas como laboratório e vitrine -, a necessidade de empregar de forma eficiente os fatores de produção – a terra, o capital e o trabalho -, estaria pronta a condição para se materializar uma ampla intervenção do capital na agricultura. Ora, a partir do momento que o produtor tivesse *entendido* que os resultados da produção estavam relacionados basicamente a questões técnicas, ele perceberia igualmente que o resultado econômico da produção que ele realizava (em propriedades maiores ou menores) dependia basicamente da sua tomada de decisão, da sua racionalidade. Foi assim que o capital lhe colocou a questão e, de forma *beneficente* *lhe ensinou o caminho das pedras*.

Foi neste contexto que o crédito, evidentemente supervisionado, fornecido pelo Estado – que ratifica a sua profunda articulação com o capital -, permitiu a entrada do capital financeiro na agricultura e, por meio dele, facilitou a sua modernização. Foi este o mecanismo facilitador da inserção dos bens de capital e dos insumos necessários à modernização agrícola. Foi assim que gradual e sistematicamente se conseguiu

transformar a agricultura tradicional, e dela extrair – ao menos no tocante à produção - a sua tão incômoda independência.

O efeito educativo dos programas piloto do tipo ACAR criou as condições para que essa inserção do capital se realizasse sem que o produtor visse nela a outra face, a da dependência. O aprendizado implicava na evidenciação de que tudo era uma questão de racionalidade, tudo se resumia à utilização eficiente dos fatores. Desta forma, o *sucesso de cada um estava em si mesmo*, no acerto de suas decisões.

A existência de uma relação articulada entre o Estado sede dos organismos coordenadores de tais programas – que, por sua vez, representavam o interesse do capital internacional - e o Estado receptor, bem como, entre este e o capital nacional - como já citado anteriormente quando se mencionou o processo de industrialização brasileira levado adiante no pós segunda guerra -, foi pré-condição para a sua efetividade. Essa articulação já havia sido evidenciada na maneira pela qual ocorreram tais acordos, sob a forma de cooperação internacional. A palavra cooperação implicava algo particular, mais especificamente, que o país receptor do programa deveria ampliar a sua participação, especialmente a financeira. O cumprimento dessa obrigação ocorreria particularmente, pela elaboração de políticas de crédito direcionadas à necessária generalização das novas formas de produção inseridas pelo programa, bem como, pelo estabelecimento de programas nacionais voltados à propagação das metodologias desenvolvidas a partir dos programas pilotos, realizados sob a coordenação externa.

O crescimento da participação do Estado receptor funcionava não apenas como minimizador dos custos a serem enfrentados pelo capital em sua estratégia de expansão, mas também, como um elemento de ordem psicológica, que atuasse no sentido de convencê-lo de que o auxílio externo atuava como uma ferramenta para o desenvolvimento, no entanto, a sua utilização de forma eficiente estava atrelada a uma série de outras decisões, que o país deveria enfrentar para que conjuntamente se obtivesse um resultado positivo. Tais decisões envolviam, por exemplo, a construção de políticas de crédito instigadoras da modernização da agricultura, o investimento em infra-estrutura de escoamento, etc. Em outros termos, o capital estava *ajudando*, mas ele – o Estado - não podia deixar de fazer a sua tarefa de casa, ele tinha que ser pró-ativo, dar passos rumo ao desenvolvimento econômico. Isto nada mais era que empregar ao nível do Estado, a lógica utilizada para com o produtor, de que o sucesso de sua unidade produtora dependia de suas ações.

Nesta lógica, seria a adoção de medidas políticas eficientes e a criação de programas nacionais voltados para a generalização de uma agricultura moderna, produtiva, que conduziria o país ao desenvolvimento. Novamente, tudo se resumia a uma questão de ordem técnica. O desenvolvimento econômico ficava associado à utilização correta e eficiente dos fatores econômicos ao nível nacional e as questões geradoras de conflitos políticos eram postas de lado. Não havia porque mudar o sistema econômico político se o problema não estava na política e sim na técnica. Não havia nenhum problema com o sistema político vigente sob o capitalismo, não era ele o promotor da diferenciação social entre os indivíduos e os países, era o que se pretendia mostrar. O grande vilão, o promotor da desigualdade social era a ineficiência com que os fatores de produção estavam sendo empregados. Era o que afirmava o capital em sua ação transformadora da agricultura.

A aplicação em unidades experimentais foi extremamente eficiente, e sob duplo aspecto. Primeiro, por ter reduzido a necessidade dos recursos financeiros envolvidos, segundo, porque fez com que os próprios produtores procurassem de forma voluntária a sua inscrição no programa. Aqui estava o grande trunfo, a transformação se fazia de forma voluntária, evidentemente onde ela se mostrasse viável, ou seja, onde a produção em média e larga escala pudesse acontecer. Isto demonstrava que de fato o aprendizado ocorrera e, portanto, o fundamental para o desencadeamento da transformação.

Schultz (1985) destacou na sua já referida obra, a necessidade de trazer ao produtor tradicional, o conhecimento necessário para o emprego adequado dos fatores. Isto estava sendo feito, e a absorção estava acontecendo. O financiamento utilizado pelo proprietário da terra, ainda que importante, foi apenas o materializador da mudança, a transformação essencial era a da forma de produzir, daí a necessidade de que ele – o produtor - entendesse como necessária a modernização da produção. Foi, portanto o seu *aprendizado* que abriu o espaço agrário para a ampla entrada do capital. Quando a produção na unidade agrícola – seja ela qual for, passa a ocorrer por meio da *orientação* e do *emprego* do capital, mesmo que ela não implique numa relação social de produção tipicamente capitalista – sob a forma do assalariamento.

De outra forma, a atração que esses programas exerceram no espaço rural, deve também ser buscada no seu pretense caráter a-político. Foi por esse meio que ela atraiu grande parcela dos que desenvolviam uma agricultura tradicional, cuja relação com o capital se dava basicamente a nível mercantil, sem qualquer interferência deste na produção.

Quando da sua instalação, a preocupação dos seus organizadores era ressaltar a sua condição de “sociedade civil, sem fins lucrativos, com o objetivo explícito de dar assistência às famílias rurais, principalmente através de crédito supervisionado e atividades de extensão rural³³.” O destaque deveria ser na posição filantrópica e altruísta das organizações externas encarregadas da montagem e coordenação de tais programas. De fato o capitalismo não deveria ser tão mal assim, como afirmavam os *comunistas*.

Ora, a desvinculação dos referidos programas de quaisquer questões políticas traz eliminava quaisquer restrições ao seu estabelecimento naqueles países cuja população era predominantemente rural e/ou com fortes focos populistas. Se o seu objetivo de ação era promover o melhoramento de questões técnicas relativas à produção, o que redundaria em melhorias nas condições da população rural, não havia razão para oposição.

Evidentemente, não estava claro a essa população que as questões técnicas traziam embutidas em si a questão política. A técnica e a economia não são independentes da política, ao contrário do que a filosofia norteadora desses programas defendia. Com esse entendimento, a mudança pela qual passaria o enorme contingente dos produtores rurais não assumiria qualquer aparência de estratégia política, evitando portanto contestações e lutas políticas dirigidas contra a mudança. É por isto que o “engajamento do camponês deve(ria) ser feito paulatinamente, fechando todas as alternativas de comoção”. (BELATO, 1985, p. 14).

Além do já mencionado, há que se dizer que, caracterizando-se como a-políticos não correriam o risco de sofrerem interrupções quando da alternância dos governos. Essa neutralidade lhes garantiria a continuidade dos programas. Ela garantiria que o Capital assegurasse a continuidade do seu *trabalho*.

2.3.1.2 Mecanismos Práticos da Mudança: a Pesquisa Científica

Evidenciou-se anteriormente a preocupação do capital no período do imediato pós-guerra em habilitar os produtores rurais das nações capitalistas de menor desenvolvimento, para o uso adequado dos fatores de produção. Esta era uma condição essencial para o estabelecimento de uma agricultura moderna, onde a produção

³³ (BELATO, 1985, p. 13)

ocorreria condicionada à presença e à lógica do capital. Tal processo era necessário à continuidade da subordinação política e econômica desses países ao capital e, por conseguinte, ao capitalismo. Para tanto, seria necessário submeter os produtores rurais destes países a um amplo processo de reeducação em sua forma de trabalho e em sua relação com as condições de produção. Seu processo de aprendizado se daria sob condições práticas, ou seja, no desenvolvimento diário de seu trabalho na terra.

O que permitiu a realização do processo de ensino-aprendizagem foi a instauração nestes países, dos programas de extensão rural elaborados e coordenados pelas já referidas fundações internacionais – diga-se de passagem, altamente representativas do grande capital. No entanto, essa preocupação só ganha sentido, se pensada para fins de implantação nestes países da citada modernização, o que envolve a adoção de outro instrumento, a pesquisa científica. Ou seja, a modernização da agricultura só poderia se concretizar se a pesquisa científica se voltasse para ela, desenvolvendo e aprimorando a produção agrícola e pecuária, promovendo, portanto, o emprego eficiente dos fatores de produção. Essa lógica já havia sido explicitada pela própria teoria clássica da produção em geral e, de forma mais específica – do ponto de vista da produção agrícola -, pela caracterização que Schultz faz da agricultura moderna, conferindo especial importância ao emprego do capital.

Sob tal concepção, a modernização da agricultura ocorre quando o emprego desses fatores se faz a partir de uma racionalidade tal que permita produzir o máximo em termos de valor ao menor custo possível. Essa otimização, portanto, se traduziria num resultado melhor tanto do ponto de vista quantitativo – em termos de valor e de volume de produto - quanto qualitativo da produção, era o que se fazia crer. Dessa forma, a busca pela eficiência no emprego dos fatores os converteria em objetos de pesquisa e, por meio dela, seriam submetidos a desenvolvimentos constantes. Cada um deles deveria ser conhecido/desvendado em profundidade. Por meio desse conhecimento é que se efetivariam as mudanças, os desenvolvimentos, os avanços, resultando numa agricultura moderna e mais produtiva. É nesse sentido que a agricultura moderna se assenta sobre o saber científico e se coloca como elemento determinante no processo de acumulação/valorização do capital.

Não é novidade o fato de que a ciência em geral tem sido largamente empregada pelo capital em sua incessante busca pela valorização. O mesmo se aplica à pesquisa agropecuária. Tal como se deu com a extensão rural no período pré-guerra, a pesquisa agrícola vigente nos países ainda colonizados pelos países imperialistas e nos países

subdesenvolvidos do mundo capitalista era pontual, ou seja, estava direcionada aos produtos de exportação, que, em face da demanda do mercado internacional, justificavam os referidos investimentos. Tal era o caso, por exemplo, do açúcar e do café, para citar apenas o caso do Brasil.

A partir da vigência da segunda guerra mundial a pesquisa voltada para a agricultura assumiu outra configuração, e isto a nível mundial. A partir daí, ela se coadunaria aos objetivos mais amplos do capital. Em outros termos, para além da valorização era imprescindível que ela contribuísse para a manutenção do sistema político-econômico capitalista, evitando o avanço do modelo político-econômico alternativo, o socialista.

Sob essa ótica, ela assumiria uma configuração tal, que, conjugada aos programas educativos de extensão rural, permitiria – tanto no âmbito dos países desenvolvidos quanto nos de menor desenvolvimento –, a máxima produtividade dos fatores envolvidos na produção agrícola; e ainda, a manutenção da dependência dos países menos desenvolvidos da esfera capitalista, ao capitalismo. Neste último caso, há que se ressaltar que foi por esta via que se efetivou a transformação da produção agrícola desses países, convertendo-a numa agricultura para o capital, na medida em que permitiu ampliar a sua acumulação. Nela, a produção passou a ocorrer sob uma racionalidade específica, cuja regra a seguir passa a ser o emprego eficiente dos fatores – o que a um só tempo queria dizer, permitir a máxima valorização do capital.

A subordinação da agricultura ao capital se construiu a partir de uma maior integração entre a ciência, o Estado e o capital. Tal como no caso dos programas de extensão rural, esta integração ocorreu inicialmente nos países imperialistas, em especial nos Estados Unidos. Foi ali que de forma embrionária se estabeleceu a articulação entre a ciência, o Estado e o Capital, capaz de estruturar a estratégia expansiva do capital em âmbito mundial.

Essa cooperação envolveu uma interessante divisão de tarefas, o Estado se encarregou do financiamento da pesquisa básica – ainda que esta também ocorresse a partir do investimento do setor privado - e o capital, se apropriou dos seus resultados, traduzidos em produtos e em técnicas de produção. De acordo com Belato³⁴, as

³⁴ A esse respeito, Belato (1985, p. 103), transcreve uma matéria do Correio do Povo Rural, de Porto Alegre, número 1202, de set de 1981, com o sugestivo título, “Sementes, o bom exemplo”, que transcrevemos aqui: “A universidade de Cornell nos oferece um bom exemplo desta perfeita integração. A Universidade, “quartel mestre da pesquisa e assistência” ao campo, mantém programas conjuntos entre a indústria de sementes e sua estação experimental. “Colaboração em que as firmas privadas representam

universidades norte-americanas são exemplos mais que significativos neste sentido, pois já em período anterior ao da segunda grande guerra, elas possuíam uma importante relação com a indústria de sementes, por meio da qual mantinham programas de desenvolvimento/aprimoramento dos produtos de interesse de tal indústria.

A integração solidificada no âmbito daquele país desenhou o modelo a ser exportado para as regiões subdesenvolvidas do mundo capitalista. A expansão dessa prática integrada entre a pesquisa agropecuária, o Estado e o capital se encarregou de fazer com que essas regiões se tornassem receptoras dos chamados centros internacionais de pesquisa, que tanto contribuíram para a viabilização da estratégia expansiva do capital, bem como, para manutenção do capitalismo. Esses centros se instalaram com vistas ao desenvolvimento de produtos e técnicas de produção passíveis de generalização e servindo assim, à transformação do espaço agrícola e à conversão da agricultura tradicional em uma agricultura para o capital.

A necessidade desse processo expansivo estava claro ao capital. Mas, no caso específico da pesquisa havia um complicador não enfrentado quando do estabelecimento dos programas de extensão rural. O desafio que se colocava, como destacou Belato (1985, p. 39) era: de que forma “efetuar as pesquisas agrícolas nas regiões subdesenvolvidas, mas sem que estas regiões pudessem ter o controle sobre o que e o como pesquisar, bem como sobre o uso que se fizesse dos resultados da pesquisa”. Ou seja, era preciso garantir que os resultados advindos de tais pesquisas se convertessem de fato em possibilidades de valorização do capital internacional. Em outras palavras, era imprescindível que se mantivessem “abertos os canais para a penetração do capital internacional na agricultura dos países subdesenvolvidos”.

Essa independência política dos centros permitiu que eles se colocassem como executores de tarefas de caráter técnico e científico destinadas a produzir sementes e animais de alta produtividade, para os países em desenvolvimento.

O caminho novamente se construiu por meio da coordenação das fundações Ford e Rockefeller, como foi no caso dos programas de extensão. Evidentemente, essa coordenação ocorreu integrada à política externa do governo norte-americano, construída a partir da vigência do momento histórico em questão, o da guerra fria; e às instituições que naquele país se dedicavam ao desenvolvimento científico,

parte importante e decisiva, pois, ... a base do programa de sementes do Estado de Nova York é a indústria privada de sementes... Diversas dessas companhias gozam de renome mundial. Distribuem sementes não só no Estado de Nova York, mas também o fazem em outros Estados e a muitos países no estrangeiro”.

especialmente as universidades. Posteriormente, a partir da década de 1970 especialmente, esses centros internacionais de pesquisa se vincularam aos organismos internacionais de “desenvolvimento”, tais como o Banco Mundial e a FAO – Food and Agriculture Organization. A partir de então passariam a determinar os novos rumos da pesquisa; as regiões e as formas de sua aplicação.

A expansão rumo aos países subdesenvolvidos ocorreu, portanto, a partir da instalação nos países considerados estratégicos³⁵, de centros internacionais de pesquisa, que passaram a reproduzir internamente o modelo de integração trazido dos Estados Unidos. Ou seja, o país sede, bem como aqueles nos quais seriam aplicados os resultados da pesquisa dirigida, deveria responder internamente desenvolvendo centros nacionais de pesquisa, que, por sua vez, atuariam de forma complementar aos centros internacionais. O aparato de pesquisa desenvolvido nacionalmente deveria se encarregar da adaptação e da propagação da pesquisa desenvolvida nos centros internacionais. A questão era elaborar *programas específicos*, que pudessem atingir outros espaços que não somente aqueles nos quais eles haviam sido desenvolvidos. Daí a necessidade de que os centros nacionais trabalhassem de forma complementar aos internacionais. De outra forma, o Estado deveria cuidar também do estabelecimento das condições técnicas em geral, necessárias ao desenvolvimento da agricultura moderna.

Os acordos de cooperação que permearam a instalação de tais centros informavam, conforme destacou Belato (1985, p. 60), que “o que se deseja é melhorar a quantidade e a qualidade da produção agrícola, mas isso supõe uma política de pesquisa por parte do governo local e uma rede de especialistas para difundir os resultados aos demais países por parte dos centros”. Esta postura aparentemente neutra nos permite entender a forma pela qual os centros internacionais conseguiram manter a “coordenação regional dos programas a cargo dos centros, ancorada nos programas nacionais e na assistência regional”. Foi por este meio que eles se mantiveram enquanto “coordenadores da ação do capital em âmbito mundial”.

Dessa forma, se assegurou ao capital internacional o controle dos resultados da pesquisa, bem como, a apropriação dos resultados financeiros dela advindos. Por outro lado, se garantiu que o países sede e/ou receptores dos resultados da pesquisa, arcassem com os investimentos necessários à modernização da agricultura em seu território. De

³⁵ De acordo com Belato (1985, p. 8) os países estratégicos são os “países sede dos projetos piloto: México e Filipinas, além dos países onde havia necessidade maciça de intervenção do capital para respaldar estratégias políticas abrangentes de caráter regional.

outra forma, ao envolver a participação ativa do Estado desses países, se conseguia também um resultado subjetivo importante, na medida em que os levavam a implantar as políticas internas necessárias à plena execução do processo modernizador, como já mencionado anteriormente. Ou seja, era o Estado, por meio da sua atuação, que promovia internamente a melhoria da produção agropecuária e, por meio dela, da própria condição econômica do país.

No entanto, essa participação do Estado dos países subdesenvolvidos não significava de forma alguma o seu envolvimento nas decisões/rumos de pesquisa dos centros internacionais. O caráter neutro e a-político desses, ressaltado desde a sua instalação os imunizava neste sentido. Essa imunidade seria reforçada a partir da década de 1970, quando o Banco Mundial e a FAO passaram a coordenar os esforços de pesquisa de tais centros.

Como nos programas de extensão, os rumos foram definidos a partir dos interesses do capital. Foi neste sentido que a pesquisa no âmbito de tais centros se desenvolveu. Elas deveriam respeitar critérios específicos, condizentes ao mesmo tempo com os interesses do capital e com a especificidade da região. Com base nisto, se torna visível que os centros internacionais de pesquisa que nasceram no período de vigência da guerra fria, não surgiram ao acaso, mas foram construídos segundo a lógica de desenvolvimento do capital internacional em seu caminho expansivo. Daí a sua exigência de que o estabelecimento e a estruturação do centro internacional de pesquisa ocorressem levando-se em consideração “a importância do produto a pesquisar e veicular pelo centro na composição alimentar da população; o potencial representado pelo produto em termos de absorção de capital e a potencialidade revolucionária da área”. (Belato, 1985, p. 60).

Foi obedecendo a esse princípio que se estabeleceram os dois primeiros centros internacionais de pesquisa, o CIMMYT – *Centro Internacional de Mejoramiento de Maiz y Trigo* -, no México e o IRRI - *International Rice Research Institute* -, nas Filipinas. O CIMMYT se estabeleceu no México ainda em 1943, a partir de um programa de cooperação firmado entre o Ministério da Agricultura e a fundação Rockefeller. A pesquisa nestes centros foi direcionada para produtos chave³⁶ na alimentação de uma população muito mais ampla do que aquela da região geográfica na

³⁶ O trigo, o milho e o arroz são culturas essenciais no regime alimentar da população localizada na América Central e na América Latina e na Ásia.

qual ele estava fixado. O milho e o trigo, no caso do CIMMYT; o arroz, no caso do IRRI.

O envolvimento do Estado mexicano confirmou a integração vigente entre este, o setor privado e a pesquisa. Um exemplo disto foi a implantação em 1954 de uma política nacional com vistas a estimular a produção do milho, da parte do governo mexicano. Na mesma lógica, os avanços obtidos pelo CIMMYT na produção do trigo e do milho permitiram que antes que findasse a década de 50 estivesse pronto o “*novo modelo mexicano de produção de cereais básicos*”, que poderia “*ser exportado para os demais países do terceiro mundo sob a égide da chamada Revolução Verde*” (BELATO, 1985, p. 47).

Foi por esta forma de atuação que o capital internacional, por meio de uma ação estratégica que envolveu a participação articulada do Estado, da pesquisa e do setor privado, se apropriou das condições de desenvolvimento da produção dos itens de alimentação básicos de mais da metade da população mundial. Isto se deu, na medida em que a pesquisa gerada pelos centros internacionais e ajustadas nos centros nacionais às realidades locais, desenvolveram sementes, insumos e máquinas que, por um lado, se tornaram essenciais à agricultura moderna – agricultura para o capital - e, por outro, colocaram em xeque a agricultura tradicional. Nas palavras de Belato (1985, p. 47),

[...]estava nascendo a Revolução Verde. Verde exatamente para impedir que viesse a ser vermelha. Estava nascendo também a estratégia do controle da produção e do mercado de alimentos que estava se mostrando uma arma tão ou mais eficaz que as armas de guerra, similar ao controle das fontes de suprimento de energia.

O rápido avanço do capital na agricultura, a partir dos três produtos básicos ocorreu especialmente a partir dos anos 60, quando diversos outros centros internacionais de pesquisa vegetal e animal foram fundados em diversos países, e na esteira deles, diversos centros nacionais de pesquisa. Para além dos cereais básicos, que serviram de base para a revolução verde, o capital em sua lógica expansiva se voltou para o controle total da produção agropecuária. Foi neste contexto que aconteceu um aprofundamento ainda maior do emprego do capital na agricultura, via processo de integração entre a agricultura e a indústria. Por esta forma, o espaço rural foi se convertendo cada vez mais em espaço de valorização do capital.

2.3.2 A Conversão da Agricultura Tradicional em Agricultura para o Capital: a Resposta do Governo no Brasil

Foi evidenciado anteriormente o esforço estratégico empreendido pelo capital internacional no sentido de assegurar junto às antigas áreas coloniais e semi-coloniais, o seu território de valorização. Garantir território significa manter domínio, nesse caso econômico e político. Essa dupla condição lhe permitiria a continuidade do processo de valorização. Foi imbuído de tal necessidade que o capital se voltou para o espaço rural do terceiro mundo. A estreita articulação entre o capital e o Estado e por meio dela, a expansão em âmbito global de diversos programas de assistência técnica e de extensão rural, por sua vez, abririam caminho para a instalação articulada dos centros internacionais, nacionais e regionais de pesquisa.

Os programas de assistência técnica e extensão rural, bem como os centros internacionais estavam altamente protegidos da interferência dos governos locais, haja vista a sua condição *a-política* e seu teor *filantrópico*. A esse respeito, vale referenciar que a investigação histórica relativa ao estabelecimento de tais programas e centros de pesquisa permitiu a constatação de que duas fundações altamente representativas do grande capital, as fundações Rockefeller e a Ford, além da Kellogg estiveram diretamente envolvidas na elaboração e coordenação de tais programas, bem como na organização dos referidos centros.

Considerando o mencionado acima e apesar do *preconceito* de Marx para com o capital, expresso na sua afirmação de que o capital vem ao mundo *pingando sangue*³⁷, aí está a *prova* de que o capital também pode ter *asas e auréola*. Afinal de contas, a *missão* de todos os centros de pesquisa internacionais – fundados a partir do envolvimento direto das já mencionadas fundações -, é muito semelhante, algo que fica claro numa rápida visita à página virtual de cada um deles. Todos têm por missão o *bem estar da humanidade: saciar a fome no mundo através da adoção de uma agricultura de alta produtividade e sustentabilidade; promover melhorias na condição de vida da população mais pobre; reduzir os níveis de desigualdade entre os países e, por conseguinte, a pobreza no mundo*. No geral é assim que eles descrevem a sua missão.

É claro que algo de tão grande monta não poderia ser feito por poucas mãos. É por isto que ao Capital juntam-se, portanto, o Estado dos países de maior

³⁷ (Marx, 2004) – Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844.

industrialização - berço das fundações e do grande capital -, e o dos países do terceiro mundo, alvo da filantropia do capital. O esforço empreendido para a modificação da estrutura produtiva agrária exigiu a participação ativa dos governos destes. Ativa não no sentido de definir as estratégias de atuação da extensão rural e da pesquisa, mas de criar internamente as condições necessárias à implantação das mudanças elaboradas a partir dos centros internacionais.

Essas condições implicavam dentre outros pontos, na criação de centros de pesquisa nacionais com uma orientação da pesquisa diversa da até então vigente. Esta nova estrutura de pesquisa deveria ser montada em consonância e sob orientação dos centros internacionais. Os centros nacionais exerceriam um papel complementar, por exemplo, adaptar/aclimatar variedades produzidas nos centros internacionais e/ou desenvolver/ajustar sistemas de produção – estabelecidos em outros países, ou mesmo continentes - ao contexto específico do seu país. A nova fase de expansão do capital exigia um alinhamento entre as instâncias globais de pesquisa.

De uma forma geral, o que se tinha era a aplicação da divisão das tarefas no âmbito dos centros de pesquisa. Deixando de lado essas questões políticas – mesmo porque os centros internacionais se apresentavam como a-políticos e de caráter filantrópico -, o que o capital precisava era de “uma pesquisa global e alinhada às (suas) tendências de expansão. É dessa forma que o Estado, para contribuir com a missão dos centros de “promover a melhoria na condição de vida da população mundial” (BELATO, 1985, p. 75), deveria responder agilmente no sentido de elaborar uma política voltada para agricultura e que permitisse de fato a transformação da agricultura tradicional em uma agricultura moderna.

O caso brasileiro é emblemático para demonstrar a já destacada articulação entre o Estado, a pesquisa e o capital. Acompanhada do estabelecimento de uma política de crédito rural coerente com as necessidades de expansão do capital, nasceu nos anos 70 a EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária; articulada com a EMBRATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Rural. Isso é de extrema significância, haja vista que foi justamente neste período que ocorreu a consolidação da expansão capitalista, por meio da chamada Revolução Verde. Foi especificamente neste período que se consolidou a exportação dos pacotes tecnológicos, gerados a partir das pesquisas desenvolvidas pelos centros internacionais de pesquisa.

A preocupação do governo com aplicabilidade do pacote tecnológico e, portanto, com a modernização da agricultura, foi explicitada na sua estratégia política para o setor

agrícola, expressa no 2º Plano Nacional de desenvolvimento implantado no início da segunda metade da década de 1970. Nesse ficou claro que o foco era tornar a agricultura competitiva, ou seja, eliminar aquela agricultura tradicional e trazer à tona uma agricultura que maximizasse os fatores de produção nela empregados e, sobretudo, a lucratividade do capital. Era isso o que a Revolução Verde deveria fazer nos países onde ela fosse implantada. Era isto o que a política voltada para a agricultura prometia fazer, era o que estava implícito nos objetivos traçados para a agricultura no 2º PND, quais sejam.

- a) promover a agricultura em base empresarial, para incremento da produtividade da produção;
- b) corrigir desníveis regionais, tornando viável o desenvolvimento da agricultura do Nordeste, em bases de economia de mercado, com a racionalização da estrutura agrária e introdução de nova tecnologia, inclusive mediante programas de irrigação;
- c) expandir as fronteiras agrícolas, aproveitando os fatores abundantes de baixo custo (terra e mão de obra);
- d) modernizar a infra-estrutura de comercialização;
- e) viabilizar como diretriz social, a superação do subconsumo e a absorção da mão-de-obra ociosa, do que decorrerá, inclusive, a expansão do mercado interno, imprescindível ao nosso próprio desenvolvimento industrial. (GUIMARÃES, 1974, p. 36-7).

A consecução de tais objetivos, por meio de uma política agrícola adequada permitiria ao Estado estimular o desenvolvimento de áreas - *por ele* - consideradas estratégicas - conforme consta do 2º PND. Estas apareciam assim descritas:

[...] produção de bens de alta ponderação no custo de vida; produção de exportáveis, como suporte de abertura decisiva para o comércio exterior; industrialização dos produtos agrícolas; fortificação da indústria de bens de produção destinados à agropecuária (máquinas, insumos), como pré-requisitos das exportações; infra-estrutura de comercialização (transporte, silos intermediários, terminais, armazéns, portos, etc.).” (IDEM, p. 137).

Fica explícito o alinhamento do governo brasileiro às demandas da nova fase de expansão capitalista. Este transparece por meio da sua resposta via reorganização dos objetivos da pesquisa agrícola e da extensão rural, bem como da sua organização centralizada e coordenada com os centros internacionais de pesquisa. Ele também se comprova pelas diretrizes políticas adotadas para o setor agrícola, bem como pelos meios empregados para o seu atendimento, que envolviam da parte do Estado: uma política de incentivos fiscais e de crédito direcionada para “o aumento da produção, o investimento direto, a comercialização e a transformação tecnológica” (Idem, p. 137); a

continuidade dos programas de assistência técnica e extensão rural a nível nacional - via EMBRATER -, em consonância com os programas desenvolvidos sob a forma da cooperação internacional. Estes programas deveriam continuar a exercer seu caráter educativo, levando ao produtor rural à prática de uma agricultura moderna, de maior produtividade e racionalizada para o capital. A extensão rural, como já ressaltado foi um dos mecanismos essenciais para a disseminação dos usos de insumos modernos, tal como o programa de pesquisa agrícola adotado internamente.

A forma de organização e atuação da Embrapa, conforme destacou Belato, reproduziu internamente o modelo de organização e de ação utilizado pelos centros internacionais. E assim se fez, em face inclusive da própria *consultoria* prestada por tais organismos na reestruturação do aparato de pesquisa brasileiro, bem como, em função do apoio concedido por parte das agências internacionais (FAO, BIRD - Banco Mundial, USAID, etc) à *promoção do desenvolvimento da agricultura e do combate à fome no mundo*.

A Embrapa passou a agir internamente, com relação a todos os centros regionais e/ou locais de forma coordenada – da mesma forma que os centros internacionais agiam em relação aos nacionais -, evitando a duplicação de esforços de pesquisa. O modelo atuava a partir de uma ótica extremamente funcionalista e empresarial. Isso é evidente quando da análise dos documentos constitutivos da mesma, bem como de materiais que versem sobre a sua forma de atuação. O essencial era “dar um corpo orgânico e evitar duplicação de esforços e recursos e, ao mesmo tempo, permitir e facilitar ao governo central a delimitação de tarefas e a subordinação a um programa único de pesquisa a nível nacional”. (BELATO, 1985, p. 119).

Ainda de acordo com Belato (1985, p. 119), a EMBRAPA, enquanto centralizadora da pesquisa agropecuária passou a distribuir as “tarefas a serem executadas por parte dos órgãos regionais de pesquisa”. Ela se constituiu assim no “órgão central do governo federal para promover e executar as tarefas dessa pesquisa”- a agropecuária, no país - ; “outros órgãos federais, estaduais, universidades e setor privado passaram a atuar dentro do sistema, mediante o planejamento e a execução, em forma integrada, de projetos de pesquisa”.

Para além da construção de uma política interna que fosse capaz de levar o país a maiores estágios de desenvolvimento, que o colocasse no *caminho certo*, o Estado possibilitou as condições para que esse desenvolvimento propiciasse a continuidade da expansão capitalista, garantindo a sua manutenção interna enquanto sistema político e a

sua acumulação econômico-financeira, ao lhe garantir no espaço nacional as condições da sua valorização.

A necessidade de valorização do capital não vê barreiras geográficas, o seu território é o mundo. É a partir desta percepção, que podemos entender a expansão do processo de modernização da agricultura rumo aos países de menor desenvolvimento, a partir especialmente da pós-segunda guerra. Por sua vez, essa expansão dependia da articulação entre o capital e o Estado das economias mais desenvolvidas, entre o capital e o Estado das economias menos desenvolvidas e ainda, entre os Estados nacionais das nações mais e menos desenvolvidas. Tal articulação evidentemente seria mais facilmente viabilizada se os Estados estivessem convencidos da essencialidade da modernização.

Sendo assim, o programa expansivo deveria ser respaldado por um arcabouço teórico que atestasse a sua importância e auxiliasse no aceite dos mecanismos a impor. No caso específico aqui mencionado, essa argumentação foi fundamental para permitir a ação dos mecanismos transformadores do espaço agrário. Por meio dela, eles foram vistos como de fato capazes de impulsionar as mais diversas nações no rumo do desenvolvimento econômico-social. A forma por meio da qual este instrumental teórico participou na viabilização da modernização agrícola será brevemente mencionada na seqüência.

Mencionamos que o Estado brasileiro, na segunda metade do século XX - por meio de sua política interna - se mostrou cooperante com capital. No entanto, é preciso ratificar que o entendimento que se tinha - construído e confirmado por arcabouço teórico/justificador -, era de que a superação do *atraso* representado pela agricultura tradicional em termos de produtividade ocorreria pelo emprego eficiente dos fatores de produção, via adoção dos pacotes tecnológicos característicos da Revolução Verde - devidamente adaptados às condições nacionais.

As instituições internacionais *fomentadoras* do *desenvolvimento* nas partes pobres do planeta eram claras quanto ao papel a ser desempenhado pelos governos nacionais dos países que se enquadravam em tal classificação, como destaca Anderson (1975, p. 42): os governos nacionais deveriam considerar a modernização agrícola como uma necessidade prioritária, afirmando, inclusive que a sua não efetivação poderia causar, nos próximos cinco anos, a morte de mais de 100 milhões de pessoas por falta de alimento. Estava colocada assim a obrigação do Estado. A incompatibilidade de sua política com o que era demandado pelo capital em seu estágio expansivo, era

apresentada como uma ameaça, a condenação a um futuro desastroso. Tudo aparecia como uma questão de escolhas e essas recaíam sobre o Estado. Com isso apagava-se todo o contexto histórico gerador da pobreza e atribuía-se a cada nação a própria razão de ser da *sua* miséria, bem como a da *sua* permanência nela.

2.3.3 A Conversão da Agricultura Tradicional em Agricultura para o Capital: Um Pouco de Argumentação Econômica para Entender as Funções da Agricultura

Afirmamos anteriormente que o processo de transformação/modernização da agricultura tradicional demonstrou a eficiência do capital no que toca à sua capacidade de articulação política tanto no âmbito internacional quanto no nacional. Consideramos que a referida articulação facilitou o estabelecimento de acordos de cooperação entre os países mais e menos desenvolvidos, bem como a inserção nestes últimos, de centros de pesquisa voltados para o desenvolvimento da produção agrícola. Esses centros, por sua vez, viabilizaram um relativo controle da ciência e da tecnologia aplicadas à agricultura nesses países, na medida em que passaram a influenciar a criação de centros nacionais de pesquisa e as pesquisas a serem ali desenvolvidas. Essa articulação, portanto, acompanhada de um domínio relativo sobre a ciência e a tecnologia voltada para a agricultura nos países de menor desenvolvimento, permitiu o estabelecimento de mecanismos políticos facilitadores à entrada do capital em tal espaço agrícola, especialmente a partir da década de 1950.

Mas, ao aspecto técnico, científico e político é preciso agregar o respaldo argumentativo formal da ciência econômica. Em outros termos, a modernização da agricultura deveria ser respaldada na discussão formal desenvolvida pelos pensadores da ciência econômica, o que afiançaria a sua aparente contribuição para a promoção do *bem comum*, na medida em que ampliaria a capacidade da produção de alimentos. Tal respaldo permitiu ao capital promover a sua ação em diversos países, a partir do apoio e da demanda dos seus governos, como foi o caso do México, por exemplo.

Ao avançar sobre o espaço rural no qual predominava a agricultura tradicional, o capital em sua dinâmica expansiva se cercou do conjunto mencionado, que envolvia os seguintes aspectos: os relativos às novas técnicas de produção a serem empregadas; os que direcionavam a pesquisa a ser desenvolvida em relação à produção agropecuária; os que envolviam o estabelecimento de acordos entre governos – oriundos, portanto, da articulação política; e, por fim, os que formalizavam num arcabouço argumentativo a importância, do ponto de vista econômico – e, portanto, do atendimento das

necessidades da população em geral – da transformação da agricultura. Foi esse conjunto que permitiu a articulação entre o capital e o Estado e que viabilizou a transição da agricultura tradicional para a moderna. Ela não significou apenas o estabelecimento de uma agricultura amplamente produtiva - especialmente do ponto de vista da geração de valor excedente -, mas uma agricultura para o capital. A transição não se resumiu a questões técnicas, que ampliaram a produtividade dos fatores envolvidos na produção agrícola. Para além da técnica, a mudança se deu também – e principalmente – nas relações sociais de produção. É esta última que do ponto de vista político – e também econômico - é a essencial, pois é ela que permite não somente o acesso do capital a uma maior valorização, mas um acesso seguro.

A investigação do processo histórico que nos leva à apreensão das condições nas quais o capital se insere na agricultura, e a converte em seu espaço de valorização é de extrema importância. Ela nos permite entender que: o contexto no qual ela se realiza está longe de ser natural; que ela não admite a permanência sob a forma pura da agricultura tradicional – salvo resquícios numericamente insignificantes; que ela cria uma nova modalidade de pequenos produtores, que difere do camponês tradicional, mas que não pode, por sua vez, ser classificada de proletariado rural, pois continua a deter (ainda que parcialmente e de forma dependente) as condições de produção; que ela, para além de atender questões relativas à necessidade de ampliação da oferta de alimentos, diante de uma população crescente, serve e é condição imanente da continuidade da acumulação capitalista e, portanto, do próprio modo capitalista de produção.

A intervenção do capital na agricultura começou a acontecer já a partir do processo chamado por Marx de cercamento dos campos. A partir dali, pode-se dizer que teve início o processo de transformação da agricultura, conduzindo-a rumo à especialização. Esta, para além de dar ênfase a culturas e a produtos específicos, elimina gradualmente a auto-suficiência da propriedade e viabiliza a acumulação capitalista em sua fase ainda jovem. É essa especialização que permitiria a produção de alimentos mais baratos, por um lado e, por outro, supriria a demanda necessária para a produção fabril. No entanto, como já mencionado em momento anterior, esta especialização deve ser apreendida de um ponto de vista muito particularizado, ou seja, levando-se em conta a fase na qual ela se desenrola.

Foi nesse contexto, que a teoria clássica construiu o arcabouço teórico cuja função era evidenciar o papel crucial dos fatores de produção – terra, capital e trabalho - na geração da riqueza social necessária ao “bem estar do conjunto social”. Esse último,

viabilizado evidentemente, a partir da vigência do *laissez-faire, laissez-passer*. Em Smith já ficava claro que a riqueza gerada na sociedade era oriunda integralmente do trabalho, ainda que sua distribuição fosse feita entre as três classes sociais - que representavam individualmente os fatores de produção. Em seu raciocínio ficava explícito que, para que uma das classes tivesse acesso à parcela maior da riqueza gerada, a outra teria que ter sua parcela diminuída.

Mas, apesar de tal entendimento, Smith direciona uma atenção menor à agricultura, acreditando que a indústria, por comportar maiores possibilidades de ajustes do processo produtivo propiciaria um espaço mais amplo de valorização do capital. A sua preocupação maior estava voltada para a indústria urbana. Acreditava-se que seria principalmente por meio dela que se obteria – no caso da Inglaterra - uma maior competitividade a nível internacional; que seria por ela que se teria acesso a mercados mais amplos, permitindo, desta forma, um amplo espaço para a efetiva realização do valor – e do mais valor, ou seja, a sua troca por dinheiro.

É nesse sentido que ele afirma:

[...] embora um país pobre, não obstante a inferioridade no cultivo das terras, possa, até certo ponto, rivalizar com os países ricos quanto aos baixos preços e à qualidade do trigo, jamais poderá enfrentar a competição no tocante às suas manufaturas; ao menos se essas indústrias atenderem às características do solo, do clima e da situação do país rico. (SMITH, 1996, p. 67).

Apesar da importância menor atribuída à agricultura, por acreditar que “[...] a natureza da agricultura não comporta tantas subdivisões do trabalho, nem uma diferenciação tão grande de uma atividade para outra, quanto ocorre nas manufaturas” (1996, p. 67), ele ressaltou a dependência que dela tem o capital investido na indústria. Isto fica explícito na seguinte ponderação: “ao menos se essas indústrias atenderem às características do solo, do clima e da situação do país rico”. (Idem, p. 67).

Em outros termos, para que a indústria tivesse uma melhor condição de acumulação ela necessitava de uma agricultura com maior produtividade. Não se podia pretender desenvolver uma indústria interna que fosse competitiva, se a matéria prima a ela necessária fosse obtida a um custo elevado; da mesma forma, não se podia pretender que a indústria em geral fosse competitiva, se os alimentos destinados à classe trabalhadora fossem obtidos a um custo elevado, daí a necessidade da melhor aplicação dos fatores na agricultura; daí a necessidade do liberalismo econômico.

A função da agricultura era permitir ao capital a sua valorização; daí a sua afirmativa (1996, p. 67-8):

[...]as sedas da França são melhores e mais baratas que as da Inglaterra, porque a manufatura da seda, ao menos atualmente, com os altos encargos incidentes sobre a importação da seda em estado bruto, não é tão adequada para o clima da Inglaterra como o é para o da França.

Nesse sentido, a obtenção das matérias primas e/ou alimentos de outros países era perfeitamente justificável, servindo inclusive como maior estímulo ao desenvolvimento da agricultura interna. Ficava assim evidenciado o real papel da agricultura sob o capitalismo. Em David Ricardo isso é ainda mais evidente. É essa certeza que o move em sua cruzada contra a lei dos cereais inglesa. É em função de tal concepção que ele menciona (1996, p.95):

Tenho tentado mostrar, (...), que a taxa de lucros só pode se elevar por uma redução dos salários, e que estes só podem cair permanentemente em conseqüência, de uma queda do preço dos gêneros de primeira necessidade, nos quais os salários são gastos³⁸. E ele continua, “Se, em vez de cultivar nosso próprio trigo ou de fabricar as roupas e outros produtos necessários ao trabalhador, descobrimos um novo mercado do qual possamos abastecer-nos de todas essas mercadorias a um preço mais baixo, os salários diminuirão e os lucros aumentarão.

Portanto, ainda que a agricultura devesse cumprir a função de fornecedora de matérias-primas e de alimentos, a preços que retratassem uma utilização eficiente dos fatores de produção; o que por outro lado, implicaria em sua crescente especialização e, portanto, na progressiva destruição da sua auto-suficiência, convertendo-a também em mercado consumidor de bens e serviços, o seu papel principal era contribuir para a valorização do capital. Ricardo e Smith não deixam dúvidas quanto a isto, a agricultura tinha seu lugar específico na divisão social do trabalho e deveria cumpri-lo.

Depois deles, a própria economia neoclássica ao mudar o foco da determinação do valor para a esfera da circulação, apenas reelaboraria essa concepção, acrescentando a ela, de forma mais intensa, a necessidade de melhorar a produtividade da agricultura, haja vista os rendimentos marginais decrescentes apresentados pela terra. Ora, se a terra por suas características naturais tendia a se mostrar menos produtiva ao longo do tempo, era preciso corrigir esta tendência a partir do emprego ótimo dos fatores de produção.

³⁸ Ricardo, (1996, p. 95).

Tudo era apresentado como mera questão técnica, portanto, como necessidade de atender de forma eficiente ao mercado e ao consumidor.

Esse contexto teórico subjaz à modernização da agricultura via Revolução Verde. O que já estava explicitado nos economistas clássicos receberia uma configuração mais moderna. Diversos autores contemporâneos participaram da do arcabouço argumentativo necessário à justificação da referida transformação. Além de Schultz, outros nomes também se pronunciaram a este respeito: Johnston e Kilby (1977), escreveram uma obra que também se tornou referência. Ela versava sobre a necessidade da transformação estrutural da agricultura nos países em desenvolvimento, bem como, sobre os meios necessários à sua efetivação. Para eles, a expansão capitalista na agricultura dos países em desenvolvimento era barrada pela agricultura tradicional ali vigente. Para eles, ela poderia ser responsabilizada em boa parte pelo atraso econômico, causado em media por sua baixa produtividade o que, de outra forma, implicava em retardo na industrialização. Sob esta ótica, a transformação da agricultura era algo prioritário, pois somente através dela seriam geradas as condições para o avanço da industrialização e, portanto, para que o país se colocasse no rumo do efetivo desenvolvimento econômico.

Para esses autores (1977, p. 51), o *mecanismo* necessário para a melhoria nas condições produtivas da agricultura era “o mesmo que opera(va)³⁹ em todos os demais setores da economia. O nome desse mecanismo, a especialização”. Ela permitiria não somente “a adoção de equipamento de capital, como (...) mudanças para melhor organização e tecnologias mais produtivas”. O resultado prático da mudança seria a elevação da “produtividade da terra, capital e trabalho”.

Tudo se resumiria, portanto a melhorar o desempenho dos fatores com vistas a superar as condições geradoras/mantenedoras do atraso e do subdesenvolvimento. Os mesmos autores mencionaram ainda que essa mudança marcaria uma nova fase, na qual a agricultura assumiria um maior comprometimento com o desenvolvimento capitalista. Para além de fornecer as matérias-primas e os alimentos necessários à industrialização com custos menores, ela geraria condições mais propícias à efetividade desta, pois “à medida que deslancha(vam) esses processos”, - de transformação da agricultura tradicional – “unidades produtoras individuais muda(vam) da autosuficiência para a dependência sobre mercados tanto no tocante à venda de sua produção quanto à compra

³⁹ No original o verbo está no tempo presente.

de matérias primas e serviços de fator que usa(vam)⁴⁰.” (JOHNSTON e KILBY, 1977, p, 51).

A agricultura deveria ser submetida ao mesmo processo modernizador porque a lei de acumulação do capital é a mesma da vigente nos demais setores. Ao sofrer a intervenção do capital, a agricultura deveria reduzir as suas funções somente àquelas que prestavam à valorização do capital. Nesta ótica, a sua condição de fornecedora de matéria-prima e de alimentos deveria ser otimizada, o que exigia a intervenção técnica do capital na agricultura. Este era, conforme destacou Schultz e os autores já referenciados, o caminho necessário para a superação do atraso e da miséria vigente nos países mais pobres. O capital chamava a si a missão de combater a fome no mundo pela multiplicação do lucro.

Por outro lado, a melhoria no emprego dos fatores, que ocorreria pela instalação dos pacotes tecnológicos da Revolução Verde – adaptados às condições vigentes nos mais diversos países, quando fosse o caso –, permitiria à agricultura potencializar outra função, a de ser absorvedora dos produtos oriundos do setor industrial e do setor terciário.

Esta ótica advogava que a agricultura dos países em desenvolvimento ao abandonar a condição de auto-suficiência que ainda lhe caracterizava, obteria, em contrapartida, uma dependência geradora de melhores condições de vida, haja vista que: 1) produzindo com mais eficiência acessaria mercados mais amplos e, com isto, obteria melhores retornos do ponto de vista financeiro; 2) possibilitaria que importantes fatores de retardamento da industrialização fossem superados, o que lhe permitiria, portanto, participar ativamente da construção de uma situação econômica melhor para o conjunto do país; 3) a partir da sua especialização e do desenvolvimento da indústria, teria acesso a uma gama maior de mercadorias – fossem as destinadas ao consumo individual ou aquelas a serem empregadas como bens de capital. Desse conjunto resultaria uma condição de vida mais propícia para o produtor e uma situação de melhoria social para toda a sociedade.

No entanto, ao contrário do que os ideólogos dessa teoria capitalista da agricultura pretendiam demonstrar, a extraordinária mudança imposta à agricultura tradicional, a partir especialmente da década de 1960, no caso dos países subdesenvolvidos e/ou em desenvolvimento, não foi meramente de ordem técnica. Não

⁴⁰ No original os verbos estão no tempo presente.

foi uma simples questão de otimização do uso dos fatores de produção. Por trás desta o fator político ficou omitido.

Ora, enquanto a transformação da agricultura seguia sendo tratada/ideologizada como uma demanda advinda do próprio crescimento da população mundial, que “exigia” uma integral diferenciação das funções entre os setores que compunham a economia de cada nação, com vistas a alcançar em cada um deles a maior produtividade, os conflitos de ordem política e ideológica, bem como os efeitos sobre as relações sociais de produção eram omitidos ou desconsiderados.

A modernização da agricultura significava, sob esta ótica, levar o setor primário a cumprir as suas funções básicas. Daí a necessidade que ele se despojasse de tudo o que atrasava o seu desenvolvimento e, por meio dele o dos demais setores. Novamente a presença marcante do funcionalismo. Cada setor cumprindo seu papel na divisão do trabalho, rumo ao progresso econômico.

O entendimento do funcionamento da economia dividida em setores fica bastante evidente no referido material. Uma das conseqüências desta perspectiva é que ela dificulta a visão do movimento global do capital. Ela torna quase invisível o movimento do capital, a real necessidade do capital em invadir o espaço rural, modificando o processo de produção e a forma de ser do produtor rural. É imprescindível que se entenda esse processo de inserção a partir de uma perspectiva ampla, portanto, considerando a totalidade dos setores e das esferas do capital. Ao transformar a agricultura tradicional, ao modernizá-la, o capital não somente consegue reduzir os custos industriais da produção, como também, transforma o espaço agrário em fonte absorvedora do capital financeiro, haja vista que ele se coloca como condição essencial da modernização da agricultura. O consumo dos bens de capitais (máquinas e equipamentos), bem como dos insumos necessários à instauração da moderna agricultura viabiliza assim a confirmação do espaço rural como espaço de valorização do capital. Não estamos falando portanto, apenas da esfera da produção e dentro desta, somente da agricultura.

Fica claro assim por que, apesar de sua *racionalidade exemplar* - conforme destaca Schultz -, a agricultura em sua forma tradicional diverge e impede o pleno desenvolvimento da *racionalidade capitalista*. Nessa, a função da agricultura está necessariamente atrelada à valorização do capital, ou seja, o que e como produzir é determinado tendo em vista tal objetivo. Por sua vez, a agricultura tradicional e a

racionalidade que a caracteriza não se limitam ao papel que o capital lhes reservou. E é em função desta sua *deficiência*, que ela precisa ser estruturalmente modificada, pois,

[...]se não ocorrer a penetração-transformação da agricultura pelo capital, sua acumulação não só se retarda, como se inviabiliza. A acumulação do capital só se expande e se completa quando ele transforma, domina e se impõe na totalidade das relações sociais. É por isso que a valorização do capital em plano mundial vai ter que impor também a nível mundial a transformação da agricultura tradicional. (BELLATO, 1985, p. 51).

Se a transformação por qual passou (e continua passando) a agricultura for vista do ponto de vista da sua totalidade, o que significa considerar o processo histórico e dentro deste, o caminho que o capital constrói – ainda que este evidentemente seja impactado pela ação dos demais sujeitos históricos - fica claro o porquê ele tem que se apoiar no Estado. É por este meio que é substituída a “complexa rede de relações sociais” que até então a caracterizava, por uma mera e técnica “combinação de fatores”. É por esse meio que se “abre espaço para uma intensa ideologização da ação do capital cuja ponta de lança é a busca permanente da produtividade”, justificando-se com isto “as medidas políticas concretas por parte do capital e do Estado para erradicar os fatores de atraso e de subdesenvolvimento”, vigentes no país, como bem destacou Belato (1985, p. 150-1).

A partir deste prisma, Johnston e Kilby fazem uma espécie de releitura das funções da agricultura, adaptada evidentemente para o período, que, do nosso ponto de vista, já eram identificáveis nos manuais de economia política da escola clássica. Para eles a agricultura, de forma setorializada deveria permitir:

- a) aumentar a oferta de alimentos e matérias primas a preços menores de modo a atender a demanda do mercado doméstico e ampliar as possibilidades de exportação;
 - b) elevar a renda líquida do próprio setor de modo que se constitua num importante mercado consumidor dos produtos do setor não-agrícola, de início dos bens de produção essenciais à modernização da agricultura e, posteriormente, dos demais bens de consumo e serviços oferecidos por esse setor (não agrícola);
 - c) aumentar o número de empregos no setor agrícola e as possibilidades de acesso a terra, de preferência na forma de propriedades familiares.
- (JOHNSTON E KILBY 1977, p. 18)

Ficavam assim teoricamente explicitadas – ainda que sob nova roupagem - as funções da agricultura no capitalismo. No que se refere especialmente ao item c, cabe ressaltar que o aumento no número de empregos no setor agrícola e do acesso à terra na forma de propriedades familiares poderia ser obtido – ao menos é o que aparentemente

acreditam os autores -, via estreitamento da relação entre as agroindústrias e a agricultura. A modernização implicaria não somente na transformação da produção nas maiores propriedades, mas também na ampliação do número das pequenas propriedades e no estabelecimento de uma estreita relação de produção entre estas e o capital representado pelas agroindústrias, que para além de gerar renda ao pequeno produtor, instigaria a formação de outras pequenas propriedades.

Seria por meio do Estado que se promoveriam as políticas adequadas a fim de incentivar internamente, por exemplo, a instalação das indústrias dedicadas à produção dos bens de capitais e dos insumos necessários à prática da agricultura moderna, e ainda; fornecer linhas de crédito adequadas e acessíveis ao produtor rural, essenciais para a instauração da nova forma de produção; incentivar a adoção do pacote tecnológico trazido pela Revolução Verde.

Em resumo, através da participação do Estado se estabeleceria o quê e por que meio a agricultura deveria atuar. Apenas o porquê fazer deveria permanecer oculto. A resposta a esta questão poderia ser buscada junto a condicionantes naturais como, por exemplo, o aumento da população do planeta e, por conseguinte, na demanda de alimentos e de matérias primas.

Tratar a agricultura de forma setorializada tornava possível tirar do foco razões justificadoras que apontavam para interesses de classe. Ao tomá-la na condição de setor, se dificultava o seu atrelamento ao capital industrial e financeiro e, portanto, à forma pela qual ela conjuntamente participava do processo de valorização do capital. Tratá-la fora do conjunto ao qual está ligado o processo de valorização do capital significa ver a transformação, mas não enxergar de fato a sua razão de ser sob o capitalismo. Vista desta forma, a modernização da agricultura aparecia como um desenvolvimento seqüencial, necessário do ponto de vista evolutivo, a-histórico, e sendo assim, livre de qualquer perspectiva de classe.

Cumprida a etapa da transformação da agricultura tradicional, a forma setorializada por meio da qual a teoria econômica justificava as políticas promotoras da mudança perderiam a sua razão de ser. Passada esta etapa seria necessário uma nova forma teórica para dar conta das transformações que continuariam a incidir sobre o espaço rural. O novo instrumental teórico deveria ao justificar o aprofundamento da inserção do capital no campo, via integração da agricultura à indústria, viabilizá-lo. Mas, transposta essa primeira etapa, a agricultura e o produtor rural que dela emergiram

assumiram uma configuração bastante diversa da anterior. É o que começaremos a ver na seqüência.

2.4 MODERNIZAÇÃO E INTEGRAÇÃO DA AGRICULTURA À INDÚSTRIA, FASES ESPECÍFICAS DA INSERÇÃO DO CAPITAL NA AGROPECUÁRIA

Com base na ampla difusão dos mecanismos da chamada Revolução Verde foi promovida, no imediato pós-segunda guerra, a modernização da agricultura. Neste trabalho, não entendemos a modernização agrícola como uma fase restrita ao período compreendido pela Revolução Verde. Consideramos que a fase seguinte a ela, marcada pelo aprofundamento do capital sobre a agricultura marca a sua extensão, haja vista a continuidade da adoção de mecanismos físicos e organizacionais promotores do aumento da produtividade no espaço agrário - que se traduzem em combinações diversas dos fatores de produção. O que diferencia esta fase com relação à anterior e que marca o seu aprofundamento é a crescente integração da agricultura à indústria e, por conseguinte, o aumento da submissão da produção agropecuária ao capital.

Em tempo, consideramos que a primeira fase da modernização agrícola é crucial para o estabelecimento e a intensificação da integração. E é ao longo da referida fase que a integração da indústria à agricultura vai se convertendo em forma superior do avanço do capital sobre o espaço agrícola, por meio do qual este se torna território pleno da sua valorização. Esta conversão, por sua vez, ocorre sem que necessariamente haja a expropriação formal da terra, como é o caso, por exemplo, dos produtores integrados às agroindústrias no Sudoeste Paranaense.

Esse movimento de maior aprofundamento do capital sobre a agricultura acontece nos países de industrialização mais avançada, especialmente os Estados Unidos, ainda na primeira metade do século XX e ganha intensidade partir dos anos cinqüenta. É interessante observar que é quando esta etapa se intensifica por lá que praticamente começa a haver um movimento no sentido de exportar para os países do chamado terceiro mundo, o modelo de modernização da agricultura – etapa anterior ao aprofundamento do capital sobre a agricultura.

No caso brasileiro, como já mencionado, a modernização da agricultura teve início a partir dos anos 50, mas é somente nos anos 60 que ela ganha expressividade. A etapa posterior - a do aprofundamento do capital -, por sua vez, marcaria sua importância um pouco mais adiante, nos anos 70, quando começou a aparecer de forma mais proeminente⁴¹. É esse o caso, no sul do país, das indústrias processadoras de alimentos em especial, que já mantinham relações de integração bem definidas, obtendo sua matéria prima por meio de contratos de integração⁴² celebrados com pequenos produtores rurais.

Portanto, acreditamos que a intensificação da integração agricultura-indústria, que marca a formação dos chamados complexos agroindustriais, precisa ser pensada em dois momentos específicos, ainda que estreitamente relacionados. Para além da questão do tempo histórico - já que um é a imediata seqüência do outro -, essa periodização nos permite compreender que no primeiro momento, se estabelecem as condições para a emergência do segundo. Assim, o período que convencionalmente é chamado de modernização da agricultura via Revolução Verde, é, neste sentido, uma fase preparatória do momento seguinte - o da integração -, caracterizado pelo maior aprofundamento do capital na agricultura, via constituição dos chamados complexos agroindustriais.

De acordo com a lógica que aqui adotamos, percebemos a integração como uma consequência direta do aumento da inserção do capital no espaço agrícola. No entanto, para que tal inserção ocorresse de forma contínua, o contexto social deveria adequar-se a esse desenvolvimento. A forma de ser da agricultura deveria ser transformada, a agricultura tradicional⁴³ - de baixa ou nenhuma densidade de capital no espaço agrícola -, seria substituída por uma agricultura de outro tipo.

Em outros termos, era preciso que a produção agrícola acontecesse por meio de uma nova combinação dos fatores de produção - terra, capital e trabalho -, na qual o capital teria um papel determinante. Mais do que participar do processo produtivo, ele

⁴¹ A da integração da agricultura à indústria, bem como a formação do complexo agroindustrial já podia ser visualizada, já vinha se estruturando. Um exemplo claro disto é a avicultura, que começa a se desenvolver no sul do país ainda nos anos 1960, mas que ganha impulso nos anos 1970, já sob o modelo de integração entre a indústria e a agricultura.

⁴² A empresa Sadia já nos anos sessenta estabelecia relações de integração com os pequenos produtores da região na qual atuava. Eram estes que, conforme contrato pré-estabelecido lhe fornecia a matéria prima necessária ao processamento na fábrica.

⁴³ A agricultura tradicional é aqui entendida como aquela que não possui dependência significativa com relação ao capital. Ou seja, o processo de produção se dá de forma independente, não sofrendo interferência do capital para que ocorra. Esta é a caracterização de Schultz para a agricultura desenvolvida nos países do chamado terceiro mundo na primeira metade do século XX.

deveria condicioná-lo. Seria este o objetivo a ser alcançado por meio da etapa da modernização, portanto, através da chamada Revolução Verde.

A transformação da agricultura tradicional em uma agricultura para o capital – porque nesta o capital é o determinante da produção –, ocorreu viabilizada pela entrada do capital financeiro no mundo rural. Essa nova agricultura passa a ter como fundamental o emprego do capital constante, haja vista o modelo de produção sob o qual se assenta o pacote tecnológico trazido pela Revolução Verde. Dessa forma, a sua inserção especialmente nas grandes e médias propriedades vai, ao mesmo tempo, intensificar a concentração de terras e, criar as condições para que as propriedades menores se aproximem das agroindústrias, através, por exemplo, do processo de integração. A nova agricultura, que exigia a aplicação de insumos de origem industrial – fertilizantes, herbicidas, corretores de solo, máquinas, sementes híbridas, etc. –, foi estimulada, por meio de políticas de crédito específicas adotadas pelos governos dos Estados nacionais, a fazer uso do capital financeiro disponibilizado pelo sistema bancário. No caso do Brasil, as políticas de crédito e de subsídios destinados ao setor agrícola, especialmente no período de 1965 a 1976, bem como as políticas de preços que incentivavam a produção de determinados produtos, foram determinantes para a modernização e a formação dos chamados complexos agroindustriais.

Foi, portanto, neste período que o capital financeiro, ao munir o produtor rural dos recursos necessários para a prática da nova agricultura, auxiliou na transformação do processo de produção agropecuária e o condicionou à lógica exigida pelo capital. A partir daí a produção passou a ser influenciada pelas demandas do capital, expressas por sua vez, nas políticas do governo para a agricultura.

Nesse primeiro momento o Estado, é preciso dizer que a política de crédito apesar de não barrar aos pequenos e médios produtores o acesso ao capital financeiro – pela concessão de empréstimos bancários –, o dificultou, privilegiando, portanto o grande produtor. Portanto, ainda que tais recursos tenham atingido uma parcela dos pequenos e médios produtores, o volume do recurso destinado a eles foi bem inferior se comparado àquele que teve acesso os grandes produtores. De outra forma, a participação das cooperativas nesse processo foi determinante, pois por meio delas, nas regiões tipicamente cerealíferas, o governo organizou/viabilizou a inserção do capital na agricultura. De acordo com Belato (1985, p. 145-60), elas atuavam como organizadoras da produção e dos produtores, na medida em que distribuía os recursos financeiros, os insumos, recebiam e comercializavam a produção.

Conjuntamente, a atuação de algumas indústrias privadas junto à agricultura ganhou expressividade - especialmente a processadora de alimentos -, que foi estreitando a sua relação com os produtores rurais fornecedores da sua matéria prima. Essa maior aproximação ocorreu, como destacado por Loureiro (1981) e Fleuri (1983) subsidiada pelo apoio do Estado, que participou do processo através da concessão de crédito e de programas de extensão rural.

Os efeitos da Revolução Verde sobre a agricultura e o agricultor foram amplos, mas o principal - e do qual decorreram outros -, foi a transformação da forma de ser da agricultura. Nesse processo, não somente a produção - e, portanto, o trabalho - na grande propriedade foi transformado - na qual o trabalho assalariado predominava. Também a pequena propriedade, onde se sobressaía o trabalho de origem familiar passou por uma necessária modificação, seja através de sua vinculação às cooperativas, ou por sua integração às indústrias processadoras de alimentos. Assim, o produtor da agricultura passou a vivenciar uma condição de trabalho significativamente diversa da anterior, haja vista que a nova forma de produzir - ditada pelas mudanças oriundas da modernização da agricultura - em nada se assemelhava à que vigorara até a primeira metade do século XX.

Até então, a relação do pequeno produtor com o capital se dava apenas ao nível do pequeno capital mercantil, o que não implicava a princípio em qualquer mudança no processo de produção. No novo contexto ele aparece imerso numa configuração de crescente dependência frente ao capital, especialmente o financeiro e o industrial. A partir de então, para que a produção pudesse acontecer ele passou a depender do estreitamento de relações com estas duas esferas. Ou seja, *por mais que a terra tivesse sido mantida sob sua posse, o seu uso produtivo dependia da sua vinculação ao capital, da sua inserção ao sistema de produção capitalista, mesmo que sob relações de trabalho diversas daquela que caracterizava a capitalista*. E é aqui que está o *busílis*, para usar um termo empregado por Marx, afinal, ainda que a produção passe a acontecer condicionada e, portanto, subordinada ao capital, a posse da terra - condição essencial para a produção - é mantida pelo produtor rural e ele não mantém uma relação de assalariamento frente ao capital.

Mas, apesar do estreitamento da dependência entre o produtor e o capital, não podemos dizer que há de fato a ocorrência da subsunção formal, na medida em que, ao menos parte das condições de produção é mantida pelo primeiro. De fato, no caso dos pequenos produtores principalmente - é o que parece ser o caso dos pequenos

produtores integrados à Sadia no Sudoeste do Paraná -, a propriedade da terra pode ser algo bastante relativo, na medida em que muitas vezes ela é usada como garantia para o acesso aos financiamentos junto ao setor bancário. É por meio desses que eles conseguem ter acesso à totalidade das condições de produção. Não há subsunção formal, portanto, na medida em que o produtor é “formalmente” proprietário dos meios (ao menos parte deles) que garantem a produção, no entanto, as condições necessárias para a produção não estão mais sob o seu domínio. Enfim, o produtor não é um assalariado do capital, mas dele depende para produzir. Parece-nos inegável, portanto que exista uma subsunção e que ela permite ao capital fazer uso do espaço agrícola e, portanto, do trabalho do produtor, para prosseguir em seu processo de valorização. Mas, não podemos pretender que ela caiba na definição de Marx, nem é nosso propósito, inclusive porque acreditamos que o essencial é enxergarmos na forma como ela acontece, o mecanismo pelo qual o Capital faz uso do trabalho – neste caso trabalho alheio, não assalariado - no seu processo de valorização.

Portanto, do ponto de vista global, a relação social de produção que se estabelece entre o pequeno produtor e a agroindústria, contribui efetivamente para o processo de valorização do capital, ainda que ela não possa ser enquadrada como uma relação de produção puramente capitalista, na medida em que ele não é um assalariado. Para Oliveira, tal situação apenas ressalta o aspecto contraditório do capital em seu processo de desenvolvimento. Em suas palavras:

O desenvolvimento capitalista se faz movido pelas suas contradições. Ele é, portanto, em si, contraditório e desigual. Isso significa dizer que para que seu desenvolvimento seja possível ele tem que desenvolver aqueles aspectos aparentemente contraditórios. É por isso que vamos encontrar no campo brasileiro, junto com o processo geral de desenvolvimento capitalista que se caracteriza pela implantação das relações de trabalho assalariado, os bóias-frias por exemplo, a presença das relações de trabalho não-capitalistas como, por exemplo, a parceria, o trabalho familiar camponês, etc. (OLIVREIRA, 1994, p. 46).

Não é por acaso, portanto, que a integração tem início quando a fase da modernização já estava em curso, pois ela lhe abriu caminho, promoveu a transformação da forma tradicional de produção ao abrir espaço para o capital na agricultura e ao fazer emergir nas pequenas propriedades, produtores que se comparados à antiga classe camponesa, especialmente do ponto de vista da forma da produção que realizam, nada mais representam que uma sombra daqueles.

Na nova configuração da produção posta pela modernização da agricultura, para que a produção pudesse acontecer o acesso ao capital era essencial. O reflexo desta nova condição - nos países em que foi implantada -, foi a eliminação massiva de grande parte dos trabalhadores do campo (proprietários e/ou não proprietários de terras); bem como a concentração das propriedades. Na fase da integração, a consequência do avanço do capital pôde ser vista na estruturação dos complexos agroindustriais e por meio deles no aumento da subordinação da agricultura ao capital, inclusive e especialmente a dos pequenos produtores que não foram expurgados no processo modernizador.

No caso do pequeno produtor, vale ressaltar que a configuração de sua dependência ocorreu incitada pelo processo modernizador, mas assumiu contornos específicos. De um lado a inserção do capital na pequena propriedade a converteu em espaço de valorização do capital, mas de outro, marcou também a sua insistência em manter-se nela. A relação de produção firmada entre o capital e o pequeno produtor, por suas características específicas, diversa, portanto, da relação de produção puramente capitalista, deve ser pensada a partir de um duplo aspecto, qual seja: de um lado ela marca a sutileza do capital, que faz uso de formas de produção diversas das que lhe são características, a fim de promover a sua valorização; de outro, ela marca a própria luta do produtor em conservar, por meio da posse das condições de produção – ao menos parcialmente - a sua relativa independência, e, por meio dela, a sua histórica relação com a terra, mesmo que esta já tenha sofrido severas alterações, retratada especialmente na forma da produção⁴⁴.

Em momento anterior verificamos que o processo de modernização da agricultura ocorreu amparado em uma estratégia transformadora da agropecuária a nível mundial, por meio da qual se estabeleceram programas de extensão rural e de assistência técnica que permitiram a instauração de uma produção agrícola sob novas bases. A nova configuração da produção trazia em si uma combinação de fatores que inseria definitivamente o capital no processo, tornando-o condição essencial para a moderna agricultura.

⁴⁴ Ainda que o produtor assuma uma forte relação com o capital. O que o move nesta relação não pode ser generalizado como a busca necessária da acumulação por ela mesma. O pequeno produtor não pode ser enquadrado em um estereótipo capitalista, e é justamente por não se enquadrar nele que a relação pode ser mantida. Um empresário capitalista teria condições de calcular seus custos e seus lucros de forma racional. O pequeno produtor possui um forma de cálculo específica. Nesta, ele apenas tem em mente o resultado líquido, sem considerar, por exemplo, a mão de obra familiar como um custo.

Essa estratégia de avanço do capital ocorreu em articulação com os Estados nacionais desses países, e contando com o respaldo necessário em termos de políticas internas necessárias à sua plena consecução. Mencionamos ainda, que toda essa mudança foi devidamente respaldada na teoria econômica tradicional, que classificava a transformação do setor agrícola como uma busca necessária pela otimização no emprego dos fatores de produção, haja vista o aumento da demanda mundial de alimentos. O conjunto prático, teórico e político do qual se serviu o capital criou, portanto, o ambiente necessário para que a modernização ocorresse nos países do então chamado terceiro mundo, sem maiores complicações de ordem político-revolucionária, apesar da vigência da guerra fria.

O entendimento de que a mudança era uma mera questão de reordenamento técnico dos fatores de produção; e de que ele era necessário à ampliação da produção – com vistas a atender a demanda mundial de alimentos e combater a fome -; de que os programas pilotos aplicados por meio da cooperação celebrada entre governos nacionais e fundações internacionais; bem como o trabalho de pesquisa executado pelos centros internacionais sediados em tais países, nada tinham a ver com questões político-ideológicas - o que do contrário os tornariam imbuídos de uma perspectiva de classe -, foi fundamental para a realização da modernização.

Se focarmos nossa atenção para o caso brasileiro, verificaremos que a política econômica adotada pelo governo no imediato pós-guerra, atendeu com justeza as necessidades de inserção do capital internacional no espaço da agricultura nacional. As economias dependentes, como era o caso brasileiro, além de viabilizarem a transformação agrícola necessária à continuidade da valorização do capital deveriam, por essa via, reforçar internamente o modo de produção capitalista, o que se deu especialmente pelo avanço da industrialização interna.

É importante ressaltar que a política econômica do governo vinha promovendo desde a primeira metade do século XX a industrialização – ainda que esta fosse marcadamente substitutiva de importações. As dificuldades enfrentadas pelo país ao final da década de 30, reflexas da crise internacional e da vigência interna do modelo primário-exportador, definiram a mudança de rumo do governo. A partir daí, o Estado, incitado pela própria burguesia interna –, especialmente aquela cujo investimento estava na indústria leve - passou a buscar a transição para uma economia industrializada, o que incluía, portanto, a indústria de bens de capital. Este esforço de transição marcou os

anos 50 e 60 principalmente, quando a industrialização se acelerou, permitindo por esta via a intensificação da subordinação da agricultura à indústria.

Ora, era preciso fazer avançar a industrialização. Isto exigia a modernização da agricultura. Para além de gerar divisas – o que também era fundamental, para fazer frente às importações necessárias dos equipamentos industriais, a agricultura deveria ser capaz de gerar a matéria prima necessária à indústria. Por outro lado, a própria modernização da agricultura demandava o desenvolvimento interno da indústria produtora de equipamentos e insumos voltados para a produção agrícola. Não por acaso, a primeira fábrica de tratores a se instalar no Brasil foi a Ford. Ora, a indústria *nacional* de equipamentos agrícolas nasceu a partir do investimento do capital externo.

Paralelamente ao avanço da industrialização se estabeleceu ao longo da década de 1960 uma política de crédito que cumpria a função de estimular a modernização da agricultura. Mencionamos anteriormente que ela privilegiou a grande agricultura, o que contribuiu para que a Revolução Verde fosse denominada no meio intelectual marxista de Revolução Conservadora, na medida em que ela “revolucionou” a forma de se produzir, mas intensificou ainda mais a concentração da terra. Entendamos um pouco o porquê dessa caracterização. Em face da industrialização, mantinha-se elevado o nível das importações. Era necessário, portanto ampliar a capacidade produtiva da agricultura, com vistas a gerar divisas suficientes para manter estável a balança comercial. Para tanto, o governo estruturou ainda nos anos 60, uma política de crédito que estimulava a produção de determinados produtos de exportação, característicos do pacote tecnológico da Revolução Verde. O objetivo era produzir em grande escala, para o mercado externo, daí os privilégios aos grandes produtores rurais. Foi nesse contexto que na referida década, concomitante à intensificação da industrialização brasileira se estabeleceu o Sistema Nacional de Crédito Rural – SNCR. De acordo com Comin e Muller (1986), o Brasil vivenciou de 1965 a 1976 a fase de ouro do crédito rural, com a disponibilização, por parte do governo de recursos crescentes, tanto para os investimentos de longo⁴⁵ quanto para os de curto prazo.

Para alguns produtores, pequenos e/ou médios, o tamanho da terra ou as características mesmas do solo - como declividade -, seriam elementos impeditivos da

⁴⁵ Investimentos de longo prazo, aqueles destinados a transformar definitivamente o nível da produtividade da agricultura, por exemplo através do emprego de máquinas em etapas da produção na qual anteriormente se empregava trabalho braçal; através da irrigação, etc. Investimentos de curto prazo, aqueles relativos ao custeio, que promoveriam ampliação da produtividade mas apenas para o período imediato da safra. Como exemplo neste último caso poderiam ser citados a aquisição de herbicidas, fertilizantes, etc.

adoção do pacote tecnológico, ao menos no que toca à questão da adoção de máquinas e equipamentos agrícolas. Por outro lado, há que se ressaltar que parte desses agricultores que não puderam acessar tais créditos também cumpriria uma função específica junto ao capital. O crescimento de algumas empresas processadoras de alimentos⁴⁶ encontraria junto a eles, bem como futuramente, àqueles para os quais a adoção do pacote tecnológico havia se revelado inviável, mas não a ponto de lhes expulsar da terra, a fonte ideal para o fornecimento de sua matéria prima. Tal contexto qualificaria mesmo esses agricultores, a acessarem ainda na década de 70 – ainda que de forma bem menos expressiva que os grandes -, a política de crédito do Estado e, por meio dela firmar a relação do pequeno produtor à agroindústria.

Os médios e pequenos produtores que puderam acessar o crédito – especialmente o de custeio - e, por meio dele promoveram a modernização da agricultura teriam ainda que passar por um expurgo necessário. Parte deles tentaria se adequar às novas condições de produção. No entanto, com o tempo se evidenciaria para parcela deles a dificuldade de enfrentar os custos advindos dessa nova forma de produzir. Esta dificuldade seria reforçada especialmente a partir da mudança de rumo da política de crédito e de subsídios direcionados à agricultura ao final da década de 1970, especialmente a partir de 1976, quando o Sistema Nacional de Crédito Rural já dava claros sinais de esgotamento. A nova conjuntura refletia a crise mundial – crise do petróleo -, devido aos crescentes problemas enfrentados no comércio internacional e ao quadro inflacionário que se mostrava crescente, encarecendo, desta forma, o custo do dinheiro. O fato é que:

(...) por volta de 78 em diante as dificuldades se ampliam, repercutindo na disponibilidade de recursos públicos (seja de bancos públicos, seja de bancos privados sob pressão do governo) para crédito agrícola: (i) a dívida externa passa a crescer rapidamente (ii) a inflação de 78 já é o dobro da de 73; (iii) a segunda explosão dos preços do petróleo em 79; e (iv) a explosão das taxas de juros internacionais em 79/80. (COMIN E MULLER, 1986, p. 9).

É nesse novo contexto que a modernização agrícola realizada de forma parcial – já que não havia sido capaz de atingir parte expressiva dos pequenos e médios produtores rurais, que ainda permaneciam (insistiam) na terra, intensificou a sua face excludente e conservadora. Em face de tal contexto, os produtores não inseridos no processo, ou os que nele se inseriram, mas que em face da alteração de custos não

⁴⁶ Especialmente aquelas destinadas ao processamento de carne suína e de aves, como é o caso das que se desenvolveram no sul do país.

conseguiram a ele se adequar, se viram privados de suas terras ou incitados a estabelecer uma aproximação com a indústria, na qualidade de fornecedores de matérias primas.

A mudança da política de crédito ao final da década de setenta apenas reforçou o expurgo pelo qual passaram esses produtores, acentuando, portanto o caráter conservador e excludente da modernização. De um lado, a cessação dos subsídios fiscais e o aumento nas taxas sob as quais era concedido o crédito; de outro a redução do preço dos bens oriundos da produção agrícola, causada tanto pelo aumento da produtividade advindo da modernização, quanto pelo próprio contexto do mercado internacional.

Neste quadro, os produtores de menor porte, se viram impossibilitados de fazer jus aos financiamentos obtidos e/ou aos maiores custos de produção. Ora, na agricultura tradicional os insumos utilizados eram produzidos internamente, não haviam custos formais para a sua aquisição. Com a modernização, os insumos a serem empregados passaram a ser produzidos pela indústria, o que implicava, portanto na presença de uma nova despesa para o produtor. Neste sentido, num quadro de redução de preços dos produtos agrícolas, o aumento dos custos atuava como acicate na subordinação destes produtores. Portanto, a eles restava a proletarização ou a subordinação às indústrias processadoras de alimentos, na condição de fornecedores de matérias-primas. De outro lado, como já mencionado, a própria subordinação ao capital era também uma forma de resistência, pois, se por um aspecto, representava a tentativa da permanência na terra, por outro, significava a negação da proletarização.

A formação do complexo agroindustrial e dentro dele o processo de integração agrega os produtores como elos necessários. A fase da integração entre a agricultura e a indústria é como já mencionado, a que expressa o maior nível de aprofundamento do capital no campo, estando intrinsecamente relacionada à sua modernização.

Toda a mudança ocorrida no processo produtivo agrário a partir da chamada Revolução Verde se relaciona diretamente com a formação do chamado Complexo Agroindustrial⁴⁷, intensificada especialmente a partir da década de 70. Assim, a

⁴⁷ Para Muller, 1989, p. 45 “O complexo agroindustrial, CAI, pode ser definido, em termos formais, como um conjunto formado pela sucessão de atividades vinculadas à produção e transformação de produtos agropecuários e florestais. Atividades tais como: a geração destes produtos, seu beneficiamento/transformação e a produção de bens de capital e de insumos industriais para as atividades agrícolas; ainda: a coleta, a armazenagem, o transporte, a distribuição dos produtos industriais e agrícolas; e ainda mais: o financiamento, a pesquisa e a tecnologia e a assistência técnica.”

formação do CAI e, conseqüentemente, a integração⁴⁸ que ocorre a montante e a jusante do produtor rural não pode ser vista fora do contexto da modernização agrícola, conforme destaca Sorj (1986). A partir daí fica evidente a dependência entre a agricultura e a indústria e vice-versa.

As agroindústrias que tinham no campo a geração de sua matéria prima, especialmente aquela de origem animal já vinham num franco processo de desenvolvimento desde a década de 60. Com a intensificação da industrialização ocorrida neste período elas se modernizaram e aumentaram suas demandas em relação ao espaço agrícola, tanto no que se refere à quantidade, quanto à qualidade da matéria prima demandada.

Foi neste contexto, portanto, de disponibilidade recursos oriundos da política de crédito rural – vigente até parte da segunda metade da década de 1970, quando após o agravamento da crise ela é revista -, que se consolidou a formação do complexo agroindustrial no país, a partir de uma maior inter-relação entre a agricultura e a indústria, conforme destacou Delgado (1985, p. 38). É dessa forma que “com a integração indústria agricultura no período de 1960-80, deparamo-nos com empresas e grupos econômicos que influenciam poderosamente a dinâmica das atividades agrárias, com profundas repercussões em suas estruturas⁴⁹”. Foi neste quadro, que se impôs de forma dominante sobre o espaço rural a modernização, seja por meio da inserção do pacote tecnológico oriundo da Revolução Verde, seja através das novas formas de produção ditadas pelas agroindústrias.

Por isso, a modernização da agricultura não pode ser vista de forma isolada, fora do contexto da industrialização que acontece internamente e fora do contexto do processo global de valorização do capital. É só essa perspectiva total que nos permite apreender a construção de uma estrutura integrada de empresas a jusante e a montante do produtor rural, o chamado Complexo Agroalimentar. É somente ela que nos possibilita entender que o avanço tecnológico atinge esse complexo em sua totalidade. É assim que ele alcança inclusive os produtores rurais,

⁴⁸ O complexo agroindustrial é formado pela seguinte disposição: a indústria à montante do produtor rural, fornecedora de bens de capital e de insumos necessários à produção agropecuária, e; a indústria à jusante do produtor rural, dedicada à industrialização da matéria prima agropecuária. Essa última é denominada como agroindústria.

⁴⁹ Muller, 1989, p. 34

[...] especialmente naqueles casos que se integram mais direta e necessária ao movimento de modernização da agricultura⁵⁰”, como, por exemplo é o caso daqueles ramos ou sub-ramos que envolvem “a produção de rações e concentrados, abate de animais, laticínios, madeiras, papel e papelão, couros e peles, fumo, álcool etc⁵¹. (DELGADO, 1985, p. 38).

Ao pequeno produtor rural que permaneceu no campo, restava-lhe, portanto, como condição de sobrevivência na terra, um estreitamento de relações com a indústria. É desta forma que ele se integra no complexo agroindustrial, na busca por manter-se no campo. Essa integração exige, no entanto a mudança na sua forma de produção, abrindo, por meio dela espaço para o capital. O capital é que agora lhe diz como produzir, haja vista que “os padrões de produção dessas indústrias, no que se refere a tipos de produto, exigências sanitárias, qualidade e homogeneidade da matéria prima e, ainda, regularidade de entrega, impõem um perfil tecnológico à produção que deve ser seguido pelos produtores”. (DELGADO, 1985, p. 38)

Seria essa nova relação entre o produtor - especialmente o pequeno produtor, cujo trabalho utilizado na propriedade era o basicamente o familiar -, e a agroindústria que nos anos 90 incitaria a formulação de uma política de crédito diferenciada – PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar -, voltada para a chamada agricultura familiar. Esta nova política atuaria no sentido de reforçar os investimentos de modernização constantemente demandados pelas agroindústrias junto aos seus *parceiros*, aqueles pequenos produtores de outrora que sob o rótulo de agricultores familiares, seriam enquadrados na condição de *empresários rurais*, termo este que evidentemente traz toda uma significação política.

Em resumo, é importante termos clareza que toda a mudança por qual passou a agricultura brasileira a partir especialmente da década de 60, deve ser umbilicalmente relacionada ao processo de valorização do capital internacional. É bastante clara a crescente participação das empresas multinacionais no sentido de manter o espaço rural cada vez mais dependente dos recursos por elas produzidos. Portanto, ainda que a modernização tenha ocorrido pautada em um discurso de superação do atraso da agricultura brasileira e do entrave que esta representava para o desenvolvimento industrial e econômico, há que se ter em conta esse movimento global do capital, é a ele que está vinculado o processo de industrialização interno, a modernização da agricultura e a fase de aprofundamento do capital que a seguiu.

⁵⁰ Delgado, 1985, p. 38.

⁵¹ Idem, p. 38.

A industrialização brasileira, não se pode esquecer, permitiu a valorização do capital da indústria produtora de bens de capital internacional; abriu espaço para o investimento a nível nacional de subsidiárias das indústrias internacionais; permitiu a transformação do espaço agrícola e, por meio dele, a abertura do espaço rural para o capital. É por isto que o movimento tem que ser visto a partir da lógica global de valorização do capital. Neste movimento, os Estados nacionais desempenharam o seu papel. É neste sentido que se pode afirmar o papel fundamental desempenhado pelo Estado brasileiro, na modernização da agricultura e nas conseqüências dela advindas. Como afirmou Gonçalves (1977, p. 78),

Impulsionada por uma política de créditos facilitados, que se iniciou na segunda metade dos anos 60, (...), a agricultura brasileira não apenas respondeu às demandas da economia como foi profundamente alterada em sua base produtiva. O maciço crescimento do uso da tecnologia mecânica, de defensivos e adubos, a presença da assistência técnica, o monumental êxodo rural, permite dizer que o Brasil mudou e o campo também⁵².

2.4.1 Aprofundamento da Inserção do Capital na Agricultura e Teoria do Agribusiness

Consideramos anteriormente que o avanço contemporâneo do capital sobre a agricultura pode ser dividido em duas fases ou momentos distintos. Essa separação, é importante ratificar, não implica que elas acontecem de forma isolada, ou seja, com data de término de uma e início de outra, mas que a primeira vai aos poucos gerando as condições necessárias ao estabelecimento da segunda. As duas se misturam, portanto.

Outro ponto importante, que acreditamos tenha sido explicitado foi o relativo à diferença temporal que marca a ocorrência de cada uma das duas fases, nos países capitalistas de maior e menor desenvolvimento. Esta, acreditamos, obedece a lógica de desenvolvimento capitalista, que ao situar cada país em um dado estágio de desenvolvimento o coloca, em face deste, exercendo um lugar específico na divisão internacional do trabalho promovida pelo capital. Por este mecanismo é possível justificar, portanto, o fato de que o aprofundamento do capital sobre agricultura aconteça primeiramente nos países mais desenvolvidos que ocupam os lugares principais/centrais na referida divisão.

⁵² Gonçalves, 1977, p. 78.

Paralelamente ao avanço do aprofundamento do capital nesses países, acontece a evolução da primeira fase nos países de menor desenvolvimento. O fato de que as duas fases tenham ocorrido com certa diferença temporal nos dois espaços capitalistas – o mais e o menos desenvolvido – permitiu, dentre outros pontos, que os países de maior desenvolvimento mantivessem os lugares de economias centrais no cenário do capitalismo mundial.

Cada uma destas fases foi realizada a partir de uma estratégia capitalista que envolveu a articulação entre o capital, representado pelo setor privado e a política nacional e internacional, e, por meio dessa articulação, o controle da ciência e da tecnologia voltada para a agricultura, o estabelecimento de acordos internacionais de cooperação entre governos, o estabelecimento de programas específicos, firmados entre governos e fundações e/ou organismos internacionais – formalmente a-políticos -, com vistas à transformação da produção agropecuária.

A esse instrumental agregou-se o instrumental teórico justificador de cada fase expansiva do capital. Foi ele que contribuiu para reforçar o aspecto da necessidade imanente das mudanças, bem como o caráter aparentemente a-político, por meio do qual elas foram gestadas e se realizaram. Portanto, ao levarmos em conta todo o instrumental utilizado pelo capital em sua ação expansiva – o econômico, o político, e o teórico -, estamos reconhecendo a sua força expansiva e sua capacidade de sair das crises – ainda que em cada retorno ele se coloque limites maiores a serem superados, como dizia o próprio Marx.

O que pretendemos neste ponto é discorrer a respeito do arcabouço justificador que acompanha a fase de aprofundamento do capital sobre a agricultura. A fase da modernização, como descrito em momento anterior, foi acompanhada de um arcabouço justificador específico que orientava as políticas públicas adotadas pelo Estado com vistas a viabilizá-la. Bem, foi ele que se manteve até que a fase seguinte – a da integração, - atingisse um estágio de desenvolvimento que implicasse uma participação mais específica do Estado, em termos de políticas públicas adequadas ao novo contexto.

Ora, o constructo teórico-econômico que vinha até então orientando e justificando as políticas públicas do governo voltadas para a agricultura, tratava a economia de forma setorializada. Nesta ótica, o caminho rumo ao desenvolvimento econômico exigia a evolução econômica dos setores diversos que compunham a economia, sendo assim, cada setor deveria crescer a partir de uma prática que

envolvesse uma ótima combinação de fatores, garantindo com isto aumentos de produtividade, e, por meio dela, competitividade econômica no mercado.

Evidentemente, para além da preocupação de valorização do capital investido, a teoria ratificava a necessidade do pleno desenvolvimento dos setores a partir da ótica da satisfação do consumidor. Amparava este discurso, a preocupação de ampliar a produção de alimentos, bem como, de reduzir as incertezas da produção agrícola. A teoria econômica vigente ratificava que as alterações pelas quais deveria passar a agricultura a nível mundial, envolviam basicamente questões de ordem técnica, relativas, portanto à modificação na combinação dos fatores de produção, com vistas a garantir o aumento da produtividade. As conseqüências políticas que tais mudanças ocasionariam nem sequer foram consideradas, como que inexistiam. A necessidade da transformação do espaço agrícola era assim tida como algo natural, reflexão da própria evolução da urbanização e, conseqüentemente, dos mercados.

Portanto, o aparato teórico que tratava cada setor – primário, secundário, terciário – em separado, cada qual com sua organização própria - o que demandava do governo políticas públicas setorializadas -, foi o que caracterizou a primeira fase do avanço do capital sobre a agricultura, aqui compreendida como modernização da agricultura via Revolução Verde. No entanto, com o aprofundamento do capital sobre a agricultura se evidenciou que a teoria econômica tradicional, que tratava a economia de forma setorializada, não dava mais conta de explicar/justificar o novo momento, a nova relação que se estabelecia entre o capital e o espaço agrícola e nem de orientar o Estado na determinação de políticas públicas que amparassem as necessidades postas pela nova fase. Assim, a necessidade de um novo arcabouço teórico veio à tona no momento em que a agricultura já havia passado pelo processo modernizador.

A modernização da agricultura havia, de forma expressiva – mas não totalmente –, extirpado os elementos *arcaicos* e impeditivos da inserção do capital no espaço rural. Uma nova forma de ser da atividade e do trabalho agrícola, agora altamente dependentes do capital havia sido estabelecida. É por isto que a fase modernizadora, já trazia em si - de forma imanente - a nova etapa, que seria caracterizada pela presença dos chamados Complexos Agroindustriais. Quando emergiu a nova etapa, se evidenciou que a agricultura cada vez mais seria inserida na cadeia global da circulação do capital, no entanto, o espaço por ela ocupado não seria de dominação. A coordenação do processo viria do grande capital.

A partir desta nova perspectiva nasceu, em meados da década de 1950, nos Estados Unidos, mais precisamente em Harvard, no *Agriculture and business programa at the Harvard business school*, a *Teoria do Agribusiness*. Foi ali que primeiramente o termo Agribusiness foi cunhado e desenvolvido por Davis e Goldberg, sendo depois explicitado no livro “*A Concept of Agribusiness*”, que seria amplamente utilizado como orientador/justificador da fase que então estava em curso nos países mais desenvolvidos, - na época os chamados países do primeiro mundo.

Há que se ratificar que a formação dos chamados complexos agroindustriais precederam o surgimento do aporte teórico balizador da nova conjuntura. Esta, é preciso reforçar, refletia o aumento da inserção do capital na agricultura, a forma mais intensa por meio da qual ela passou a estar relacionada ao círculo de valorização do capital. Os novos arranjos que ampliaram a sua participação na valorização do capital poderiam ser identificados, por exemplo, na produção integrada: de grãos; frutas; plantas específicas, como o fumo; e ainda; na produção animal, especialmente a pecuária de pequeno porte; dentre outras. Foi nesse novo contexto, e a partir de experiências práticas já em vigência, que a referida teoria foi elaborada.

O termo *agribusiness* foi gestado, com vistas a evidenciar a forma como os setores econômicos estavam imbricados entre si. Neste sentido, ele carregava um significado específico, qual seja:

Agribusiness é a soma de todas as operações que compreendem a produção e a distribuição dos insumos para a unidade produtiva agrícola: as operações produtivas na unidade agrícola em si: o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e de seus sub-produtos. (DAVIS;GOLDBERG, 1957, p. 85).

De acordo com Belato (1985, p. 161), o conceito de agribusiness é extremamente importante porque além de permitir a compreensão da articulação do grande capital à agricultura, também “cria a possibilidade de discriminar a peculiaridade das cadeias alimentares verticalizadas de produtos em cadeias agroalimentares”, e verificar “o lugar preciso e subordinado da agricultura e a hegemonia dos demais segmentos a montante e a jusante”. Este caráter fica bastante evidente em Davis e Goldberg, quando eles enfatizam: “O sistema agroindustrial existe com o propósito de

oferecer os alimentos, as fibras e flores demandadas pelo consumidor, dadas as prioridades políticas e econômicas do governo⁵³.” (1957, p. 85).

Sendo assim, a política econômica que continuasse tratando os setores produtivos em separado, não faria avanços no sentido do desenvolvimento econômico. Não era mais possível pensar em políticas setoriais sem levar em conta os seus reflexos no conjunto que formava o complexo agroindustrial. Em outros termos, era preciso pensar que um único produto agrícola trazia em si toda uma complexidade. Ora, a sua base poderia estar na agricultura, mas a disponibilidade dele para consumo exigia a participação articulada e eficiente de vários agentes, ligados de forma mais imediata à esfera da produção e/ou da distribuição. Visto desta forma, para que o produto chegasse ao consumidor e o atendesse plenamente, o *agribusiness commodity system* deveria funcionar harmonicamente. Neste sentido, o papel a ser exercido pelo governo era de fundamental importância. Isto fica explícito em Goldberg apud Bellato (APUD BELATO, 1985, p. 162) quando ele enfatiza que um *agribusiness commodity system*...

Engloba todos os participantes na produção, processamento e comercialização de um único produto, incluindo fornecedores e produtores rurais, fabricantes, atacadistas, e varejistas (...). Ele também inclui instituições organizações que influenciam e coordenam os estágios sucessivos de um fluxo de mercadorias, tal como, governos, mercados, integração contratual, integração vertical, associações comerciais, cooperativas, joint-ventures, parceiros financeiros, entidades financiadoras, grupos de transporte, e organizações educacionais⁵⁴. (IDEM 1985, p. 162).

Estava assim formalmente elaborado o arcabouço teórico capaz de amparar o aprofundamento do avanço do capital em relação à agricultura. Ele não somente serviria para justificar as mudanças impetradas na produção agropecuária e nas novas relações de produção que nela se instalaram como também atuaria no sentido de orientar as políticas econômicas do Estado, e as estratégias do setor privado no sentido de dar continuidade à expansão da acumulação capitalista. Logicamente não seriam estes os termos empregados, haja vista que formalmente era tudo uma questão de atender as constantes mudanças da sociedade e, por conseguinte, do mercado.

A exposição teórica, ao ratificar a necessidade de uma atuação conjunta dos diversos agentes envolvidos na produção e na distribuição, bem como das instituições, que por meio de suas decisões afetam a produção e a distribuição dos produtos oriundos

⁵³ Tradução livre da autora.

⁵⁴ Tradução livre da autora a partir do texto de Goldberg constante em Bellato (1985, p. 162).

do *agribusiness commodity system*, deixa claro a interferência a ser exercida pelo capital nas decisões de cunho político-econômico. Nesses termos, os autor já citado afirma que os planejadores de políticas públicas terão melhores condições para elaborá-las, se compreender os reflexos delas na totalidade do sistema. Portanto, toda a vez que o governo

[...] estiver envolvido na determinação de preços e nas decisões de produção, a definição de objetivos é importante na determinação de caminhos pelos quais o administrador público, o administrador privado e todos os demais participantes do sistema podem trabalhar juntos. Esses objetivos comuns podem ser melhor determinados se todos os participantes tiverem uma compreensão semelhante dos componentes interdependentes de seu sistema de produto [...]⁵⁵. (IBIDEM, p. 163).

Ficava explicitado que o papel do Estado era decisivo e que neste sentido, a sua intervenção deveria se adequar às necessidades da expansão do capital em sua fase de aprofundamento sobre a agricultura. Desta forma, ela tinha que ter como norte a totalidade do sistema e não, de forma individualizada, o produtor rural, ou os setores separadamente.

As mudanças que impulsionaram a transformação do setor agrícola, e que exigiram uma atualização da própria teoria econômica a ela relacionada, que fosse capaz de contemplar a sua estreita inter-relação com os demais setores foram ocasionadas, de acordo com Goldberg pelas:

Progressivas mudanças em nossa sociedade, desde os pequenos mercados locais de alimentos supridos pela produção e processamento também locais para os grandes mercados nacionais e internacionais exigiram um novo e complexo sistema de alimentos. A produção sazonal e as grandes distâncias que envolvem a coleta, transporte e estocagem de alimentos, exigem rápida comunicação ao longo de toda a cadeia que vai do produtor ao consumidor, originaram uma variada maquinaria de coordenação e comunicação destinada a amarrar as várias partes de um sistema de alimentos; toda essa complexidade de nosso complexo total de alimentos⁵⁶. (IBIDEM, p. 164).

Nesta lógica, a justificativa seria, portanto, de que a urbanização crescente e a ampliação populacional haviam alterado profundamente os mercados. Em face disto, a produção deveria se reorganizar com vistas a atender de forma eficiente as novas necessidades dele oriundas. O *Agribusiness commodity system* era, portanto, a resposta. Dessa forma:

⁵⁵ Tradução de Belato.

⁵⁶ Tradução de Belato.

Os executivos devem ser capazes de colocar-se fora de seu sistema de mercadorias e reavaliar as tendências de longo prazo que poderão afetá-lo. A partir de tal análise, eles serão capazes de formular estratégias criativas para o sistema, que permitirão atender eficazmente as necessidades dos consumidores⁵⁷. (IBIDEM, p. 162).

Ao focalizar a satisfação do consumidor e, portanto o atendimento do mercado como o agente determinante das alterações por quais passam a produção no espaço agrário, bem como, o entrelaçamento entre este a indústria, mistifica-se a efetiva razão da mudança e se extrai dela qualquer discussão de ordem política e que leve em conta, portanto, os reflexos das mudanças sobre as classes sociais.

Quando o autor menciona a competição que se estabelece entre “*each commodity system to satisfy consumer wants*”, ele não faz nenhuma referência ao fato de que as firmas que compõem estes complexos não usufruem exatamente de igualdade competitiva, e nem possuem o mesmo poder de decisão dentro dele. É a suposição desta hipotética igualdade competitiva que permite ocultar o processo de concentração capitalista - e todas as suas conseqüências sociais -, que está por trás da passagem dos mercados locais, para os nacionais e internacionais.

Enquanto se coloca a mudança como uma conseqüência da vigência do “*império e da vontade soberana do consumidor, objeto último de toda a produção*” (BELATO, 1985, p. 165) e, por outro lado, se omite o acirramento da competição entre as empresas oligopolistas que exercem efetivamente o papel de coordenação no complexo agroindustrial, restringe-se imensamente o campo de discussão.

A teoria do *agribusiness*, para além de justificar as ações do governo no sentido de viabilizar o crescimento e a acumulação do capital por meio do pleno funcionamento dos complexos agroindustriais, dificulta a visualização dos reais e maiores beneficiários destas políticas. Ela é a evidência, dentre outros pontos, da eficiência do capital monopolista no sentido de produzir

[...] efetivamente um instrumental teórico capaz de delinear e aclarar sua prática em curso, regular-lhe os mecanismos, estabelecer estratégias de expansão e subordinação e, principalmente, permitir que o Estado e os empresários possam tomar decisões levando em conta a totalidade da cadeia de interesses em jogo. (DALLA COSTA, 1993, p. 10).

⁵⁷ Tradução livre da autora.

Ora, por mais que as decisões a serem tomadas de forma conjunta entre o setor público e o setor privado, devam levar em conta a totalidade de interesses presentes no complexo agroindustrial, é evidente que o poder de influência das empresas oligopolizadas, bem como, o lugar de coordenação que elas ali ocupam, funciona no sentido de privilegiar as suas demandas.

Por mais que teoricamente se afirme que o bom andamento de cada firma é que garante o do complexo, na prática, o que se verifica é que o desempenho econômico-financeiro das empresas que exercem a coordenação no complexo depende da forma como as demais a ela se subordinam. O caráter por meio do qual acontece essa subordinação acontece, pode evidenciar a influência direta da empresa coordenadora, na forma de produção; nos custos; e na própria rentabilidade das firmas que a ela se subordinam e, por esse meio, reduzir seus próprios custos, ampliar a sua rentabilidade, o que contribui, portanto, para dar continuidade ao movimento expansivo do capital.

O que fica claro é que o lugar que o pequeno produtor agropecuário ocupa neste complexo não é de coordenação. O próprio Goldberg reconhece que o segmento agrícola “está se tornando cada vez mais dependente”. No entanto, ele ratifica a tempo que

Isto não significa que o papel do produtor está se tornando menos importante, significa sim que ele não pode dar-se ao luxo de ignorar a importância de sua interdependência e as interrelações com os segmentos que lhe fornecem seus insumos e lhe compram as matérias-primas industriais e os produtos de consumo originados na fazenda. (GOLDBERG, APUD BELLATO, 1985, p. 166).

A inserção do espaço rural nesta maior relação de dependência com o capital foi sendo gestada desde a fase da modernização da agricultura, como já afirmado anteriormente. A fase de aprofundamento do capital na agricultura, caracterizada pela integração e, portanto, pela formação do complexo agroindustrial apenas a reforçou. A partir dela o espaço agrário tem a sua dependência aumentada. Esta se explicita tanto no que se refere às indústrias à montante, quanto à jusante. E é neste extremo, que o produtor acaba se submetendo ao capital, inclusive como estratégia para permanecer na terra. A inserção do capital no espaço rural e a transformação que ele ali promove acabam desenhando novas relações sociais de produção, pautadas em relações de trabalho anteriores que não são caracteristicamente capitalistas. Nessa nova fase do avanço do capital sobre agricultura não necessariamente se exige a expropriação da

terra. Arriscamos afirmar que é nesse quadro que podemos apreender os pequenos produtores integrados à agroindústria.

O complexo agroindustrial no qual está integrado o produtor rural está composto da seguinte forma:

Produção a “montante” dos bens e equipamentos agroindustriais (máquinas, sementes, adubos, inseticidas, herbicidas, produtos farmacêuticos e outros); Produção agrícola e florestal propriamente dita...; Processamento agroindustrial destes produtos a jusante (agroindústrias alimentares (...)); Distribuição destes produtos ao mercado final de consumo (serviços de estocagem e transporte, comercialização por atacado e varejo, consumo organizado, etc.). (ARROYO, 1979, p. 09).

O espaço ocupado pela produção agropecuária nesta composição reforça a sua condição de mera produtora de matérias primas. Essa função é agora cumprida a partir da ampliação de sua subordinação ao capital e da sua confirmação enquanto espaço de valorização do capital. Neste sentido, ainda que os tempos sejam outros e que o aparato teórico que respalda o avanço do capital sobre a agricultura seja diverso, a razão de ser da agricultura para o capital parece não se alterar ao longo do tempo.

A teoria do *agribusiness* cumpriu a importante função de justificar e viabilizar a continuidade da acumulação do capital na sua nova fase. Por meio de seu instrumental ela evidenciou a impossibilidade de se continuar analisando a agricultura a partir de um ponto de vista setorial.

Por outro lado, foi também a perspectiva do todo⁵⁸ que contribuiu para incitar uma reação intelectual, ou seja, os desenvolvimentos teóricos-críticos da ação do capital passaram a considerar o que já havia sido demonstrado pela própria teoria do *agribusiness*, o fato de que qualquer análise setorializada dos problemas vivenciados pelo espaço agrário só poderia ser satisfatoriamente desenvolvida se o setor agrícola fosse colocado no interior da economia e da formação política de cada país.

Conforme destacaram Arroyo (1979) e George (1976, p. 22), a análise setorializada dos problemas da agricultura, tais como a propriedade da terra; a política de reforma agrária; as relações de trabalho no campo; acabaria por chegar a respostas apenas parciais. Confrontar os problemas da agricultura desta perspectiva apenas permitiria ao pesquisador enxergar “a árvore mas não a floresta (GEORGE, 1976, p.

⁵⁸ É importante ressaltar que apesar da teoria do *agribusiness* visualizar a agricultura a partir de uma perspectiva que a conjugava aos demais setores e não de forma isolada, a sua perspectiva de totalidade era de fato parcial e unilateral, haja vista que ela reproduz a lógica do capital.

22)”. Portanto, “[...] a menos que coloquemos os aspectos particulares do sistema alimentar no contexto total [...], perdemos de vista o que está realmente ocorrendo” (IDEM, p. 22), qual seja, “[...] uma profunda transformação das atividades tradicionalmente agrupadas sob o nome de agricultura, ou seja, o setor agrícola como tal, a criação e a exploração florestal” (ARROYO, 1979, p. 8), com vistas a confirmar a agricultura enquanto espaço de valorização do capital. Desta forma, somente poderemos entender as mudanças e, mais especificamente, a sua razão de ser, ao considerarmos o todo, ao inserirmos a agricultura no *ciclo de valorização do capital*.

É essa nova perspectiva que nos permite por meio do conceito de *agribusiness commodity system*. “[...] operar teórica e metodologicamente cada um dos segmentos da linha vertical sem perder de vista o componente que a perpassa que é o capital.” (GEORGE, p. 22). E é por esse meio que podemos identificar “[...] o lugar exato onde se processa a acumulação e, ao mesmo tempo, a natureza das relações sociais que se constituem, particularmente, no segmento da produção.” (IDEM, p. 22).

Assim, quando se começa a contemplar a “floresta” e não apenas a “árvore”, ou seja, quando pensamos no complexo agroalimentar e não na agricultura setorializada, temos possibilidades maiores, de apreender a razão de ser da permanência da pequena propriedade, por exemplo. E é neste cenário que uma antiga discussão volta à tona. Marx havia mencionado que o desenvolvimento do capitalismo acabaria decretando o fim do campesinato. Os estudos de Lênin e de Kautsky reforçaram aquilo que Marx havia colocado como perspectiva, como tendência.

No entanto, apesar de toda a discussão a respeito, o fato é que em pleno momento de vigência da fase de maior aprofundamento do capital, que acontece especialmente a partir da década de 1970, persiste no campo um número expressivo de pequenos produtores. Quem são esses produtores? Podem ser classificados na condição de camponeses? Estas são questões que estão sendo discutidas atualmente por uma gama de intelectuais, marxistas ou não. Retomaremos essa discussão no último capítulo, quando trataremos do caso específico do pequeno produtor integrado à Sadia, no sudoeste do Paraná, ainda que não ousemos resolvê-la, mas tão somente, a partir do estudo de caso que nos ocupa, evidenciar aspectos que possam com ela contribuir.

Por outro lado, parece-nos que o caminho necessário para discuti-la é evidenciado pela própria teoria do agribusiness. Ora, na medida em que ela enfatiza que o conceito setorial da agricultura é inadequado por não corresponder ao contexto vigente - no qual ela está estreitamente articulada aos demais componentes do complexo

agroindustrial -, ela também evidencia – ainda que indiretamente, mesmo porque não é sua pretensão -, que as questões que envolvem o espaço agrário só podem ser entendidas se as considerarmos dentro do ciclo de valorização do capital. A agricultura está a ele submetida, e é em função dele, que relações de trabalho não especificamente capitalistas têm sido reconstruídas no campo, como parece ser o caso da relação de integração mantida entre o pequeno produtor rural e a agroindústria já citada.

2.4.2 Algumas Considerações sobre a Justificação Teórica.

Como visto, não é nova nem “romântica” a real significância da agricultura para o capital. No entanto, é a partir de uma ótica que aparentemente beira a ingenuidade, que a versão contemporânea da teoria capitalista da agricultura – a teoria do agribusiness -, justifica as transformações ocorridas no espaço agrícola.

Em linhas gerais ela sustenta que tais mudanças – ocasionadas pelo aprofundamento da inserção do capital na agricultura -, são reflexas das exigências do consumidor contemporâneo, bem como da ampliação do mercado devido ao aumento da urbanização. Uma análise específica sobre ela nos mostra que a sua novidade – com relação à teoria neoclássica, especialmente -, está essencialmente em abarcar que retratam o processo de integração da agricultura aos demais setores, construindo para isto o conceito de cadeia ou complexo agroalimentar. É esse o seu diferencial, a consideração de algo que a teoria capitalista da agricultura, amparada nos manuais da escola clássica e neoclássica não fizera. Não considerando este avanço, ela nada mais faz que reafirmar – evidentemente sob nova roupagem – a razão de ser da agricultura para o capital, já evidenciada desde Adam Smith e de forma especial por Ricardo, qual seja, a de servir como espaço de valorização para o capital.

Desta forma, entendemos que o novo conceito que ela agrega à teoria econômica neoclássica, é uma resposta à necessidade colocada em um dado momento – no caso dos países de maior desenvolvimento, já no imediato pós-guerra, ou mesmo um pouco antes -, pelo próprio capital. É fato que esse entendimento teórico sugere que as mudanças ocorridas no espaço agrícola são uma conseqüência natural da evolução do mercado, deixando de lado os aspectos políticos-econômicos que a condicionam. Em outros termos, ao justificá-la como algo *natural*, fruto da evolução igualmente *natural* do mercado, retira dela toda a sua historicidade.

Ora, não há nada de errado em afirmar que o aumento da urbanização provocou de fato uma ampliação do mercado e, portanto um aumento da demanda com relação à produção agrícola e industrial. Mas não é esta a questão! O problema é que, para além de desconsiderar a historicidade do processo, ela acaba responsabilizando – indiretamente - o consumidor, pelos efeitos desta mudança na sociedade, como por exemplo, pelo crescimento da problemática ambiental oriunda das mudanças impetradas à agricultura, a partir da segunda metade do século XX. Para não falar de outros efeitos.

É especialmente absurdo aceitarmos tal justificativa, quando a cada dia nos deparamos - seja por meio dos noticiários ou pelo simples deslocamento que fazamos no lugar onde vivemos -, com o *incômodo* encontro com aqueles que não podem compor o que na ciência econômica se denomina, *demandantes efetivos*. O contato diário com a miséria e com o *sofrimento* do *outro* joga em nossas caras um alerta diário que nos afirma: algo está errado nesta forma de organização da produção social.

Podemos concordar que o aumento da urbanização – intensificado a partir da instauração do modo capitalista de produção e da necessidade a ele imanente -, tenha provocado um considerável crescimento do mercado e, portanto, dos demandantes (absolutos e efetivos). E ainda que de forma absoluta os demandantes tenham crescido, não podemos concordar que o barateamento no valor das mercadorias tenha significado acesso de todos ao consumo. Somos instados, pelo que está diante de nossos olhos a cada dia, a discordar do que profetizava Adam Smith em *A Riqueza das Nações*, editada pela primeira vez em 1776. O interesse individual que segundo ele, é o que move a cada um na sociedade capitalista, não tem promovido a satisfação geral, não tem deixado a todos em melhor situação.

A propósito, o próprio Adam Smith mostrou coerência ao afirmar na referida obra que é o egoísmo que move os indivíduos e, portanto, os organizadores da produção. Em outros termos, era a busca por algo que lhes fosse vantajoso do ponto de vista econômico-financeiro que os movia. Ele reconheceu explicitamente, portanto, que não era o desejo altruísta de *matar a fome do outro*, de atender, portanto, a necessidade de consumo da população (demandantes) que os levavam a promover as mudanças no processo de produção das mercadorias, sejam elas quais fossem. O que os orientava, os condicionava, era o interesse de valorizar o capital que representavam. Cabe ressaltar, esses organizadores da produção dos quais fala Smith são os capitalistas.

É preciso ficar claro que nesse mundo *ideal* no qual se diz que o consumidor é *soberano*, ele é útil na medida em que esteja habilitado a ocupar o posto de demandante

efetivo, que permite ao capitalista trocar a forma social do valor materializado na mercadoria pela forma social do valor materializado no dinheiro. É por tornar possível esta troca que ele se mostra funcional ao capital.

Este mesmo consumidor que em um momento é soberano, pode converter-se – evidentemente por conta do destino, ou em outras palavras, pela forma encontrada pelo criador para moldar o caráter dos que ama, por meio da privação e do sofrimento⁵⁹. Nas palavras de Malthus;

“[...] o sofrimento parcial, que é imposto pelo Supremo Criador enquanto ele está formando inumeráveis seres para a possibilidade de desfrutar de condições privilegiadas, é apenas a poeira da balança em comparação com a felicidade que é compartilhada, e temos toda razão para pensar que não existe mais nenhum mal no mundo do que o absolutamente necessário [...]. (MALTHUS, 1996, p. 376).

Por outro lado, esse *indigente feliz*, graças à evolução da sociedade está - conforme já mencionara Smith - em situação melhor que o seu antecessor lá do século XVIII, pois o tratamento contemporâneo para com os pobres é diverso do vigente naquele período e do proposto por Malthus. A esse respeito, vale observar que a teoria do bem estar social - elaborada por Keynes - durante boa parte do século XX, contrabalanceou a não intervenção orientada pela economia neoclássica⁶⁰. Mas, também é preciso observar que a despeito de seus reflexos positivos na geração de renda e consumo para a classe trabalhadora, não se pode esquecer da função que ela cumpriu na retomada do processo de acumulação capitalista, após a emergência da depressão de 1929. Atualmente, no entanto, o que se verifica de uma forma geral é o avanço das políticas de caráter neoliberal, que exigem cada vez mais a não intervenção do governo.

Em face do exposto, fica claro que o principal ator na sociedade capitalista não é o consumidor – por mais que seja esta a afirmativa, e sim o capital. É a ele que servem as políticas econômicas, inclusive as que fomentam o consumo. O consumidor toma parte neste palco, na medida em que necessariamente ele é o elo final no circuito de valorização do capital. É o consumo exercido pelo mesmo que permite ao capital recomeçar novamente o processo, e recomeçar de forma ampliada. Por mais que o

⁵⁹ Malthus (1996).

⁶⁰ Foi amparado nas recomendações de Keynes, que o governo norte-americano, no período posterior à crise de 1929, implementou uma série de políticas de geração de renda, ampliando para tanto os gastos do setor público. A essa forma de condução da economia por parte do Estado se convencionou chamar “Estado do Bem Estar Social”. Para maiores detalhes verificar “Teoria Geral do Emprego, do juro e da Moeda” de Keynes.

consumo envolva a satisfação, esta é apenas um detalhe necessário para que a valorização ocorra, e é esta que efetivamente interessa ao capital.

No capitalismo, a contradição não é a exceção, mas a regra. O capital necessita que a demanda efetiva assuma uma espiral crescente, a fim de que o valor social materializado nas mercadorias possa ser plenamente realizado, ou seja, para que as mercadorias se convertam na forma social do valor – a forma do dinheiro. No entanto, é espantosa a forma pela qual o próprio capital, em seus movimentos expansivos, acaba convertendo massas cada vez mais amplas de demandantes efetivos em demandantes absolutos, ao privá-los de suas rendas⁶¹ – assumam estas quais formas forem.

A despeito da contradição, o que se pode afirmar é que o movimento do capital acontece com vistas a angariar para si a maior parcela possível do valor social gerado. Essa necessidade – conforme historicamente tem sido evidenciada -, só pode ser atingida mediante a transformação constante da forma de ser da produção e da circulação. É ela que origina a mudança constante nas relações de trabalho e nos mecanismos de ampliação do consumo. Por outro lado, para que a mudança aconteça, a atuação do Estado deve garantir o atendimento da demanda capitalista, deve, portanto, viabilizar a acumulação. É justamente esta articulação entre a política do Estado e os anseios capitalistas que deve ser facilitada, por meio de um instrumental teórico capaz de mostrar o porquê da mudança e de que forma ela deve ocorrer. É esse o papel que a teoria econômica representativa do capital deve cumprir em cada momento.

⁶¹ As rendas recebidas pelos “fatores” envolvidos na produção são classificadas como salário, lucro e renda da terra. O processo competitivo que é imanente ao capitalismo, provoca por um lado a concentração do capital e da terra e, junto com ela a destituição da renda dos fatores que não foram “capazes” de fazer frente à referida competição.

CAPÍTULO III

CONSTITUIÇÃO HISTÓRICO-SOCIAL DO SUDOESTE DO PARANÁ

3.1 ASPECTOS GERAIS

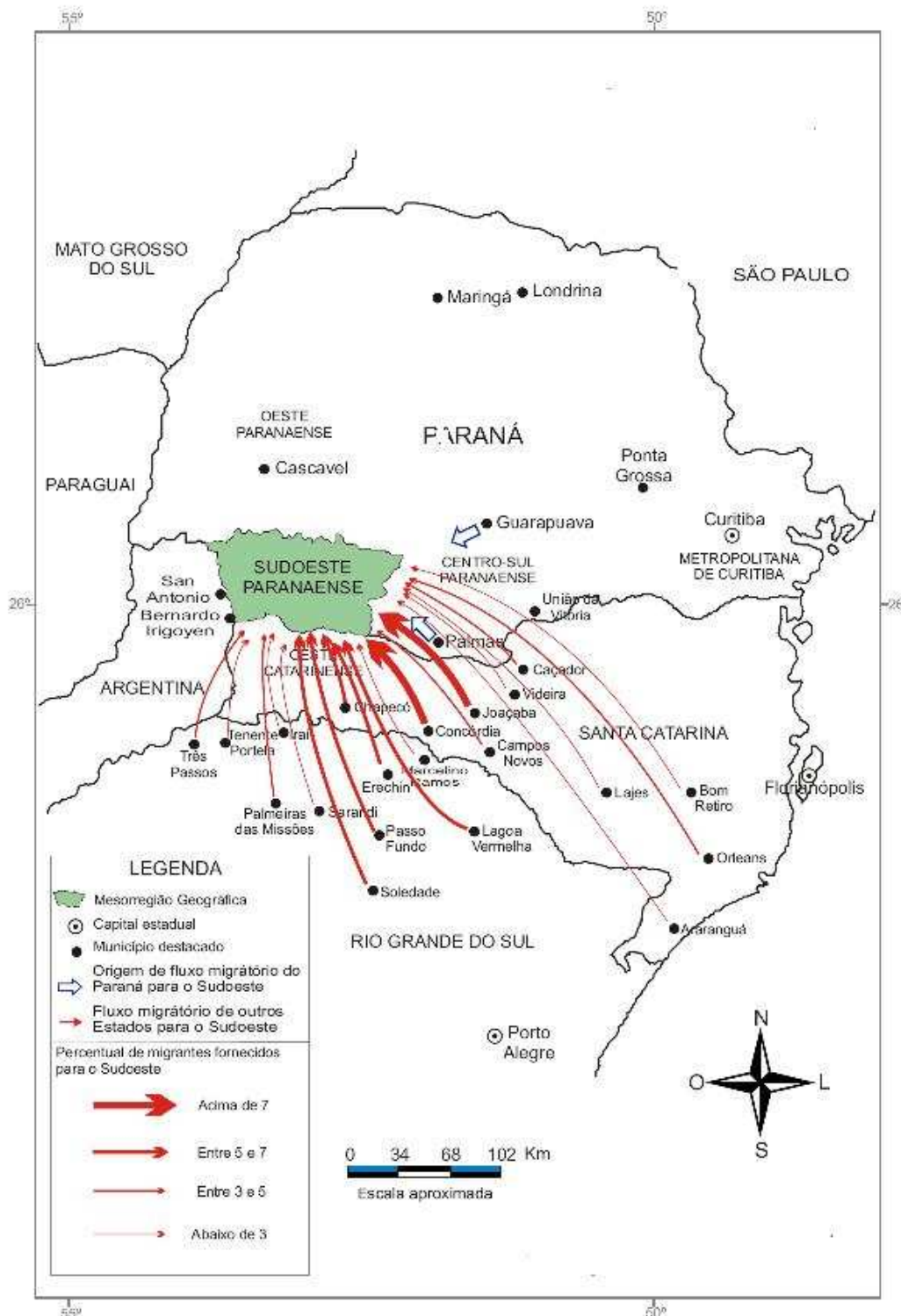
A região Sudoeste do Paraná teve o seu povoamento iniciado na década de 1940. De acordo com a classificação do IBGE⁶² - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, a mesorregião sudoeste do Paraná compreende três microrregiões, a de Capanema, a de Francisco Beltrão e a de Pato Branco. Por esta classificação ela é constituída de 37⁶³ municípios e ocupa uma área de 11.651 Km², compreendendo, portanto, 5,85% da área total do Estado do Paraná. Dos municípios que a integram, Francisco Beltrão e Pato Branco aparecem como principais pólos regionais em função do seu volume populacional⁶⁴, do seu nível de urbanização e da sua expressividade econômica. No que tange aos seus limites territoriais, o sudoeste se localiza entre a

⁶² Os critérios de classificação das regiões do IBGE remontam a 1990.

⁶³ Microrregião Capanema: Ampere, Bela vista da Caroba, Capanema, Planalto, Pranchita, Pérola do Oeste, Realeza, Santa Isabel do Oeste; Microrregião de Francisco Beltrão: Barracão, Boa Esperança do Iguaçu, Bom Jesus do Sul, Cruzeiro do Iguaçu, Dois Vizinhos, Enéas Marques, Flor da Serra do Sul, Francisco Beltrão, Manfrinópolis, Marmeleiro, Nova Esperança do Sudoeste, Nova Prata do Iguaçu, Pinhal de São Bento, Renascença, Salgado Filho, Salto do Lontra, Santo Antonio do Sudoeste; São Jorge do Oeste, Verê; Microrregião de Pato Branco: Bom sucesso do Sul, Chopinzinho, Coronel Vivida, Itapejara do Oeste, Mariópolis, Pato Branco, Saudade do Iguaçu, Sulina, São João, Vitorino.

⁶⁴ Dos três municípios mencionados, Francisco Beltrão é o que possui maior volume populacional, em torno de 70.000 habitantes, sendo seguido por Pato Branco, com cerca de 63.000 habitantes e Dois Vizinhos, que apresenta números próximos a 50.000 habitantes.

margem esquerda do rio Iguazú e o oeste catarinense; a leste, ela faz divisa com a região dos Campos de Palmas, no Paraná; a oeste, a região se estende até a fronteira com a Argentina, conforme é possível visualizar no mapa 01.



**FIGURA 01: Mapa como Ilustração
Localização do Sudoeste Paranaense e Fluxos Migratórios**

Fonte: Flores (2009, p. 27)

Conforme os dados levantados pelo Censo Demográfico de 2010, a população total residente no Sudoeste Paranaense é de 500.431 mil habitantes, representando 4,79% do total do Paraná. Em 2008, as estimativas populacionais do IBGE acusavam um aumento para a região de 16 mil habitantes, com relação ao ano anterior. Em 2007 o recenseamento havia totalizado para a região um montante de 476.540 habitantes. Em 2008 as estimativas eram de que a população atingiria o total de 492.223. Em 2010 evidenciou-se, portanto, um crescimento populacional efetivo de 23.891 habitantes com relação a 2007. Na tabela 01 é possível visualizar a distribuição quantitativa da população regional por município. De uma forma geral, predomina a população urbana. No entanto, é significativa ainda a participação da população rural, especialmente naqueles municípios menores. Se estabelecermos um comparativo da região com o Estado, veremos reforçado este aspecto. No Sudoeste Paranaense, a população rural representa 30,12% da total, enquanto que no Estado esta participação é de 14,67%. Esta expressividade da população rural na região, marcadamente de pequenos produtores justifica inclusive a atenção que ela tem recebido da parte do governo federal. Um exemplo desta importância foi o lançamento do Plano Safra 2011/12, realizado no município de Francisco Beltrão, com a participação da Presidente da República⁶⁵.

⁶⁵ O Plano Safra 2011/12 foi lançado oficialmente em 12 de julho de 2011, no município de Francisco Beltrão – PR.

TABELA 01
População Residente, Urbana, Rural e Total, em números absolutos, com indicação da participação percentual, segundo os municípios do Sudoeste Paranaense – 2010.

Municípios	Urbana	Rural	Total	% no Total	
				Urbana	Rural
Ampere	13.257	4.051	17.308	76,59	23,41
Barracão	7.008	2.727	9.735	71,99	28,01
Bela Vista da Caroba	1.038	2.901	3.939	26,35	73,65
Boa Esperança do Iguaçu	953	1.811	2.764	34,48	65,52
Bom Jesus do Sul	933	2.863	3.796	24,58	75,42
Bom Sucesso	5.337	1.231	6.568	81,26	18,74
Capanema	11.150	7.376	18.526	60,19	39,81
Chopinzinho	12.508	7.171	19.679	63,56	36,44
Coronel Vivida	15.432	6.305	21.737	70,99	29,01
Cruzeiro do Iguaçu	2.623	1.655	4.278	61,31	38,69
Dois Vizinhos	28.115	8.083	36.198	77,67	22,33
Enéas Marques	2.126	3.975	6.101	34,85	65,15
Flor da Serra	1.644	3.081	4.725	34,79	65,21
Francisco Beltrão	67.456	11.501	78.957	85,43	14,57
Itapejara do Oeste	6.988	3.544	10.532	66,35	33,65
Manfrinópolis	652	2.475	3.127	20,85	79,15
Mariópolis	4.469	1.799	6.268	71,30	28,70
Marmeleiro	8.835	5.074	13.909	63,52	36,48
Nova Esp. do Sudoeste	1.753	3.357	5.110	34,31	65,69
Nova Prata do Iguaçu	6.067	4.310	10.377	58,47	41,53
Pato Branco	68.093	4.280	72.373	94,09	5,91
Pérola do Oeste	3.190	3.574	6.764	47,16	52,84
Pinhal do São Bento	1.166	1.459	2.625	44,42	55,58
Planalto	6.068	7.586	13.654	44,44	55,56
Pranchita	3.605	2.023	5.628	64,05	35,95
Realeza	11.808	4.540	16.348	72,23	27,77
Renascença	3.483	3.327	6.810	51,15	48,85
Salgado Filho	2.252	2.151	4.403	51,15	48,85
Salto do Lontra	7.429	6.242	13.671	54,34	45,66
Sta Isabel do Oeste	7.427	5.707	13.134	56,55	43,45
Sto. Antonio do Sudoeste	13.711	5.182	18.893	72,57	27,43
São João	6.735	3.864	10.599	63,54	36,46
São Jorge do Oeste	5.214	3.871	9.085	57,39	42,61
Saudades do Iguaçu	2.503	2.525	5.028	49,78	50,22
Sulina	1.390	2.004	3.394	40,95	59,05
Verê	3.284	4.595	7.879	41,68	58,32
Vitorino	3.981	2.528	6.509	61,16	38,84
Sudoeste	349.683	150.748	500.431	69,88	30,12
Paraná	8.912.692	1.531.834	10.444.526	85,33	14,67

Fonte: Elaborada pela autora a partir dos dados do Censo Demográfico de 2010, do IBGE.

A população do Sudoeste Paranaense tem por base os gaúchos e os catarinenses. Estes, por suas vez, eram filhos e/ou netos de colonos alemães e italianos, que desde o final do século XIX haviam se dirigido para o sul, especialmente para o Rio Grande do Sul. Havia a preocupação do governo em ocupar a referida região, haja vista o manifesto interesse do Uruguai e da Argentina no referido território.

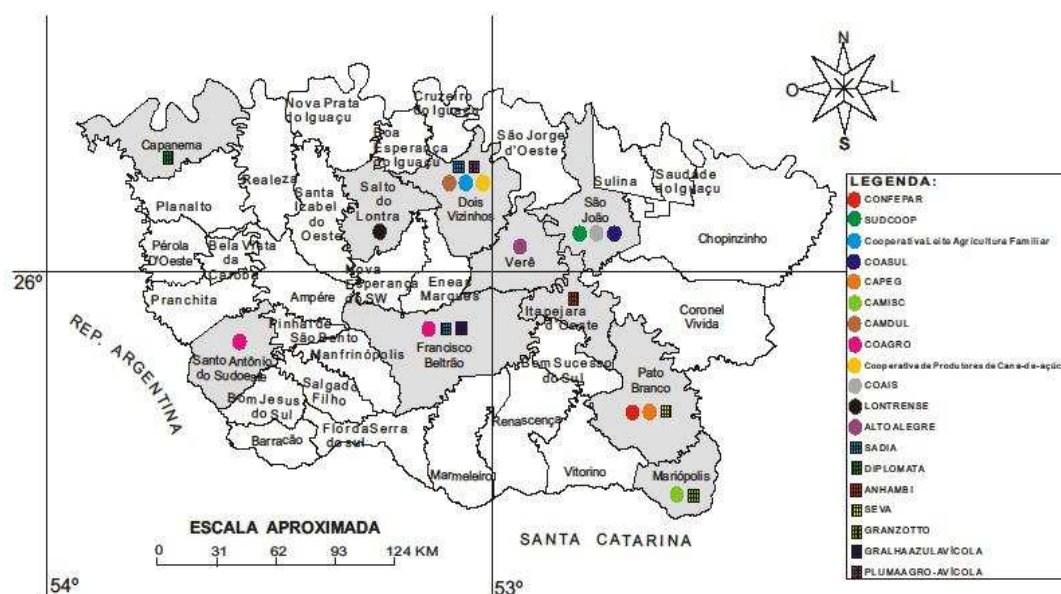
No entanto, é preciso destacar que além dos gaúchos e catarinenses, também os caboclos oriundos dos campos de Palmas tiveram participação neste processo. Quando os migrantes do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina chegaram ao Sudoeste do Paraná, encontrariam ali a presença do caboclo. A influência destes na constituição da população ainda hoje é visível – mesmo que em menor intensidade, quando comparado ao conjunto da sua população –, haja vista a presença de seus traços específicos na gente que hoje conforma a região. Portanto, quando as correntes migratórias adentraram o referido espaço, a terra não estava vazia, ali já estava uma população cabocla, oriunda principalmente dos campos de Palmas e de Guarapuava. De uma forma geral, nos campos de Palmas e de Guarapuava se desenvolvia uma pecuária extensiva, os caboclos eram agregados das terras e nelas trabalhavam como peões, cuidando do gado. No início do século XX, conforme destaca Wachovicz (1987), já havia certa pressão demográfica, o que teria levado à dispensa desta mão de obra por parte dos fazendeiros e, ao seu conseqüente deslocamento para a região de mata localizada no Sudoeste do Paraná. A fixação dessa gente no novo território marca, portanto, a sua busca pela sobrevivência.

No que se refere aos migrantes gaúchos e catarinenses, há que se destacar que o governo federal⁶⁶ promovia nos anos 1940 um fluxo migratório rumo ao oeste do país. O processo de colonização dirigido pelo governo federal com vistas a povoar a região será mencionado mais adiante, a fim de que seja possível conferir uma maior visibilidade ao processo histórico que permitiu a constituição econômica, social e cultural deste pedaço de terra. Por hora, no entanto, basta ressaltar que havia uma preocupação, da parte do governo federal em proteger a fronteira oeste. Considerando o exposto, podemos concluir que à exceção dos índios, foram os caboclos os primeiros ocupantes da região. No mapa 01, evidenciamos além da localização do território em questão, as origens dos fluxos migratórios.

⁶⁶ Através do conhecido projeto “Marcha para o Oeste”, cujo objetivo central era povoar regiões distantes do país, em sua maioria “desocupadas” e em alguns casos, localizadas em regiões de fronteira, como era o caso de parte da região Sudoeste do Paraná.

No que se refere à sua base econômico-produtiva, a região em foco se caracteriza por ser bastante jovem, haja vista que a colonização “efetiva” teve início somente a partir de 1940 e a legalização das terras se concretizou a partir dos anos sessenta, ainda que não em sua totalidade⁶⁷. Neste sentido, o desenvolvimento da base produtiva data da década de 1960, e desde então esteve voltada de forma predominante sobre as atividades agropecuárias, daí a forte presença na região de cooperativas e empresas de caráter agroindustrial, especialmente empresas processadoras de alimentos, cuja base de fornecimento da matéria prima está localizada na agricultura da região. É este o caso, por exemplo, da avicultura. O Paraná tem por vários anos disputado com Santa Catarina a condição de primeiro lugar na produção brasileira de aves, intercalando com o mencionado Estado nesta posição. O Sudoeste tem nesta produção um papel determinante, na medida em que concentra duas unidades fabris da Sadia, voltadas basicamente para a produção de aves. No mapa seguinte, destacamos a presença na região das cooperativas e das agroindústrias. Nele é possível observar a importância assumida pela avicultura na região, haja vista a presença de um considerável número de agroindústrias que se dedicam à referida atividade – Sadia, Diplomata, Anhambi, Seva, Galha Azul Avícola, Plumaagro-Avícola.

⁶⁷ O Sudoeste do Paraná ainda tem áreas de terra nas quais os agricultores produzem sem efetivamente possuírem o título, portanto, a propriedade efetiva da terra.



MAPA 01: Cooperativas Agroindustriais e Empresas Avícolas no Sudoeste Paranaense em 2010.

**Fonte: Iparides e pesquisa de Campo
Elaboração: Carlos Casaril**

Apesar da característica predominantemente agropecuária das atividades produtivas regionais, até a década de 1970 ela apresentava um maior direcionamento para atividades agrícolas, nas quais predominavam as lavouras de subsistência, tal como a do feijão e a do arroz. Além destas, procedia-se também a criação de animais, cujo fim principal era o auto-consumo. Atualmente, a base produtiva está assentada de forma preponderante sobre o cultivo de milho e soja⁶⁸, e na criação de aves e de suínos – esta última em menor proporção quando comparada à primeira -, através do processo de integração⁶⁹.

⁶⁸ No que tange ao crescimento da produção da soja no sudoeste do Paraná, há que se destacar que este acompanha a trajetória da modernização da agricultura no território nacional, a partir da chamada revolução verde. No entanto, há que se destacar que a referida modernização acontece de forma bastante específica no caso do sudoeste do Paraná, conforme destaca Santos (2006), combinando mudanças e permanências.

⁶⁹ A integração praticada na criação de aves e de porcos na região sudoeste do Paraná acontece de forma predominante entre pequenos produtores de um lado, e a empresa Sadia de outro. Esses dados são perceptíveis no Censo Agropecuário de 2006, especialmente no que tange ao percentual de estabelecimentos envolvidos no processo de integração, mais de 50% do total.

A região se apresenta como uma das mais dinâmicas no que se refere à produção de carne de aves e de suínos. Este quadro pode ser justificado por pelo menos dois pontos: de um lado, pela forma como se caracteriza a estrutura fundiária regional, assentada principalmente na forma de pequenas propriedades, o que colabora em grande medida para a integração vertical com as agroindústrias; e, de outro lado, pelo cultivo da soja e do milho, este último principalmente, empregado na produção de ração. De outra forma, não se pode esquecer que esta “vocaçã⁷⁰” regional está essencialmente atrelada ao processo de divisão do trabalho, que se desenvolve constantemente dentro do sistema capitalista de produção, e que faz uso das condições econômicas – especialmente aquelas relativas aos custos de produção e de transporte –, culturais e sociais, com vistas a ampliar o seu excedente.

Para apreender os pontos essenciais que tornaram o Sudoeste do Paraná uma região de destaque na produção avícola é preciso entender a forma mesma como se dá a sua colonização, pois é por meio dela que se delinearão os contornos da estrutura fundiária que nela se apresenta atualmente, e na qual predomina a pequena propriedade, pautada na chamada agricultura familiar.

Por outro lado, apesar de tal caracterização é preciso considerar que a região, e, por conseguinte a estrutura fundiária nela presente não se encontra descolada da lógica econômica vigente em nível mundial, pelo contrário, está a ela atrelada, e em função dela passa por transformações. Assim, partindo deste entendimento buscaremos neste capítulo entender a forma como acontece a ocupação efetiva do Sudoeste do Paraná, e o atrelamento desta ao desenvolvimento do capitalismo em nível nacional, para no capítulo seguinte tratarmos de caracterizar a estrutura fundiária vigente no Sudoeste Paranaense a partir dos anos 60 e as mutações por quais ela vem passando nos anos mais recentes.

⁷⁰ A palavra “vocaçã^o” regional foi empregada pelo encarregado do setor de integração para o Sudoeste do Paraná na Sadia, em entrevista concedida à autora, para justificar a localização nos Estados do Sul do maior número de produtores integrados na produção de aves. Segundo ele, as condições de clima, a prática e a regularidade de trabalho do referido produtor, além de uma infra-estrutura viária de acessibilidade aos canais de exportação são fatores marcantes para a manutenção do referido quadro. Em resumo, as questões mencionadas pelo entrevistado dizem impactam – se não direta, indiretamente – na “produtividade do capital”. Apesar dessa afirmativa não fazer sentido em Marx, é compreensível que a lógica da acumulação apareça de forma invertida. O representante da empresa atribui a produtividade não ao trabalho, mas ao capital. Para ele, é o capital que gera a riqueza, é ele que “cede” / “reparte” o valor que aufero com o trabalhador, no caso, com o produtor integrado.

3.2 AS RAÍZES DA POPULAÇÃO

Quando se está no Sudoeste do Paraná e se pergunta a qualquer cidadão comum as raízes históricas da população, salvo raras exceções eles respondem: “Ah, aqui é tudo alemão e italiano, um ou outro que é bugre⁷¹”. Tal afirmativa é corroborada por diversos estudos que pouco ou nenhum destaque deram à fase da ocupação cabocla, o que se deve em grande monta, à própria forma que essa gente garantia a sua sobrevivência⁷², baseada preponderantemente na coleta/caça daquilo que a mata oferecia e com vistas apenas à subsistência. Quando os “colonos” oriundos do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina se instalaram na região, as marcas do caboclo, não fosse a sua presença, seriam rapidamente eliminadas, haja vista que a sua forma de sobrevivência não tinha por característica a depredação da natureza. A sua forma de sobreviver da terra praticamente reproduzia a praticada pelo indígena, do qual recebera forte influência.

É preciso mencionar que além dos caboclos a região era ocupada por índios, especialmente os kaingangues, no entanto parece que a estes não cabe de fato a qualificação de pioneiros, assim como ela também não foi atribuída ao caboclo, ainda que ao menos parcialmente – é a leitura que tem a autora - ela lhe caiba por direito, pois eles definitivamente colaboraram no sentido de “desbravar” essas terras, e de torná-las propícias à ocupação posterior, como de fato aconteceu. Sendo assim, ainda que o desenvolvimento de atividades econômico-mercantis tenha sido instaurado somente a partir da vinda dos colonizadores oficiais, o caboclo teve definitivamente um importante papel neste processo, na medida em que criou condições para o colono branco se fixar na região.

Tanto os índios quanto os caboclos garantiam sua sobrevivência por meio dos recursos extraídos da mata. Neste sentido, predominava no caso dos primeiros a caça e a coleta de frutos e, nos últimos, além destas, a agricultura de subsistência praticada em

⁷¹ Na região se usa o termo bugre para designar tanto o índio quanto o caboclo. Bugre é o “não branco”.

⁷² De acordo com Abramovay (1981) e Santos (2008) essa aparente invisibilidade do período da ocupação cabocla na região sudoeste Paranaense só pode ser apreendida a partir do próprio processo de exclusão social ao qual ele foi submetido, e que redundou praticamente na substituição de um povo por outro. Considerando-se que o seu modo de produzir estava assentado numa forma natural, que envolvia a caça, a coleta de frutos e o plantio de pequenas lavouras de subsistência, especialmente milho e mandioca, em clareiras abertas na mata, não é difícil entender que a substituição dessa forma de produção por outra – a do colono, pautada numa agricultura de caráter extensivo – ao menos em seu período inicial - acabasse praticamente apagar tais marcas. O chamado “modo de produção” do caboclo estava, portanto, pautado fundamentalmente na subsistência. Os eventuais excedentes, do milho, da mandioca, animais caçados ou porcos e aves, por eles criados, eram trocados em mercados próximos, por produtos de sua necessidade, como por exemplo, o sal.

pequenas áreas da floresta que eram antecipadamente desmatadas. Como o cultivo não tinha por objetivo a conversão do seu resultado em mercadoria, as extensões de mata queimadas para o plantio não ofereciam prejuízos à manutenção do quadro florestal vigente.

Considerando, portanto tal contexto é importante efetuarmos uma rápida retomada do processo de ocupação da região em questão, ainda que não seja este o objeto deste trabalho. Entendemos que a ocupação deste território somente passa a ser considerada para fins oficiais, e ganha o status de região povoada a partir dos anos de 1940, e em função dos objetivos pelos quais ela se realiza⁷³, seja por parte de quem a promove - o governo federal -, seja por parte de quem busca através dela uma “nova⁷⁴” condição de vida. Neste sentido, a forma e os objetivos pelos quais aquele que ocupa a região, exerce o seu trabalho clarificam a razão do não raro esquecimento do caboclo, como “pioneiro” – ainda que de forma parcial - deste rincão, para falar numa linguagem tipicamente sulista. No entanto, antes de cumprir tal intuito, é importante abrir um item para caracterizar de forma mais detalhada a figura do caboclo, a fim de que não haja dúvidas quanto à sua identificação e presença na formação do sudoeste paranaense.

3.2.1 O Caboclo

O caboclo é um personagem que desempenhou um papel no mínimo importante, na construção da história social do sul do país e, mais especificamente, do sudoeste paranaense. Seja por meio da sua cultura natural, do seu modo específico de produzir, voltado para a subsistência, da sua religiosidade, ele marcou uma etapa da história da ocupação deste território e contribuiu muitas vezes ao custo de sua própria vida, - e

⁷³ O Governo Federal, na segunda metade da década de 30 promove através da “Marcha para o Oeste” o deslocamento de um grande contingente populacional para a o interior do país, mais especificamente, para a região oeste, na qual se inclui, portanto o sudoeste do Paraná. Além de ocupar regiões de fronteiras, portanto, estratégicas para o país, com tal prática o governo federal podia “canalizar tensões para longe da “estrutura fundiária”estabelecida”, conforme menciona Velho (s/d, p. 150). Neste sentido, como destaca o mesmo autor, era uma forma inclusive de promover a pequena propriedade, e com ela a produção de alimentos, com vistas a atender o processo de industrialização em curso, sem com isto mexer no latifúndio.

⁷⁴ Esta nova condição de vida pode significar a recuperação da condição social perdida, como é o caso dos imigrantes que partem do Rio Grande do Sul para o Sudoeste Paranaense. Este parecer é defendido por Martins (1973) quanto por Padis (1981).

mesmo que inconscientemente⁷⁵ - para promover as condições iniciais que permitissem ao colono branco ocupar a região e, posteriormente, desalojá-lo do seu próprio espaço. Feitas tais considerações, fica evidente que o período do qual estamos tratando vai das últimas décadas do século XIX até primeiras do XX. É neste espaço temporal que estamos considerando a tarefa de definição do caboclo.

Mas quem é efetivamente o caboclo, qual sua origem étnica? O conceito de caboclo se refere fundamentalmente à origem étnica possuída pelo indivíduo? Estas são questões importantes, para identificá-lo tanto na história escrita, quanto na linguagem cotidiana presente na população que vive no sul do país.

De acordo com Della Flora (2005, p. 34) o caboclo é o resultado do “processo de aculturação e submissão dos nativos, algumas vezes associado à miscigenação racial” e, neste sentido, no sul como no restante do Brasil, ele poderia ser considerado como integrante de “uma população nova, herdeira da cultura tribal”. Ainda de acordo com a referida autora, “essa verdadeira civilização vivia, sobretudo nas regiões florestais, desvalorizadas pela economia pastoril.” Apesar de tal definição, Della Flora ratifica no mesmo parágrafo, que “com o passar dos anos, o termo caboclo passou a designar todo e qualquer indivíduo nacional dedicado à economia agrícola de subsistência”.

Em sua tese de doutoramento, ao tratar do tema da Guerra do Contestado, ocorrida no sul do país, Carvalho (2009) cita diversos trechos de documentos, do Serviço de Proteção aos Índios e Localização do Trabalhador Nacional, agregado ao então Ministério da Agricultura e Comércio, nos quais se faz referência ao caboclo como “o nacional”. Num destes documentos aparece a seguinte fala: “Estes [os trabalhadores nacionais] são, estou convencido, os descendentes dos herdeiros dos mártires da escravidão africana e da espoliação indígena, agora, em parte argamassados com os herdeiros dos usurpadores” (CARVALHO, 2009. P. 112).

O objetivo do referido órgão era, conforme ratifica o mesmo autor (2009, p. 112), “ao menos do ponto de vista discursivo, [...] torná-lo um colono”, pois quando comparado aos filhos dos imigrantes que ocupavam o sul do país no início do século XX, ele era tido como um inútil tanto para a sociedade quanto para si mesmo, haja vista que sua forma de reprodução social estava voltada tão somente para a perpetuação das relações de subsistência nas quais vivia, evidenciando uma forte relação com a terra e a

⁷⁵ Conforme destacado por Della Flora (2005, p. 40) como a ocupação da terra efetivada pelo caboclo se dava de forma transitório, o que o tornava quase um nômade, esta situação auxiliou criadores de gado, empresas colonizadoras, dentre outros a ocuparem as terras sob as quais eles outrora haviam se estabelecido, impedindo assim o seu retorno a elas.

natureza. Neste sentido, a racionalidade cabocla era estranha à lógica mercantil, pois que voltada para o uso dos recursos que obtinha junto à natureza, apenas na medida em que atendessem suas necessidades básicas.

Confirmando esta lógica de negação frente ao modo de vida do caboclo, o governador do Estado de Santa Catarina - Estado que foi o segundo em número de migrantes que se dirigiram para o sudoeste paranaense - afirmou em 1916, que se impunha ao Estado “a necessidade de trazer as populações do interior ao convívio da *civilização* pela abertura de vias de comunicação, pelas estradas de ferro que facilitem o comércio dos produtos e o comércio das idéias, dando-lhes “prosperidade econômica, processos novos de trabalho e vida e uma nova moral mais elevada e mais nobre” (CARVALHO, 2009, p. 119).

Considerando o exposto, parece pertinente aceitarmos a identificação de Della Flora, ou seja, o caboclo como sendo aquele indivíduo, que a despeito das características étnicas, possuísse por característica fundamental uma relação com a terra na qual não estivesse impressa a lógica mercantil, que ao contrário desta, estivesse voltada de forma ampla para a sua subsistência e à de sua família. Outra qualificação de necessária agregação à anterior é a questão da relação de ocupação da terra. Conforme cita a mesma autora (2005, p. 35), esta se dava “pelo sistema de posse propriedade” e “em caráter temporário e cíclico”, daí depreende-se que, “o caboclo vivia em uma civilização que estabelecia escassas raízes com a terra que explorava transitoriamente”.

Feitas tais considerações, acreditamos ter caracterizado o caboclo, ora mencionado, ora esquecido, nos relatos que dão conta da colonização do sul do país, mais especificamente, da região Sudoeste do Paraná.

3.3 Os primeiros habitantes: índios e caboclos

No início do século XX a população não autóctone que ocupava o Sudoeste Paranaense era extremamente reduzida. De acordo com dados do recenseamento para o ano de 1900, citados por Correa (1970, p. 88), “a população do então vastíssimo município de Clevelândia, onde em grande parte se incluía o Sudoeste Paranaense, era pouco superior a 3000 habitantes”. Ainda de acordo com o mesmo autor, em 1920 ela alcançou a marca de 6000 habitantes, o que significava uma “densidade demográfica de 0,5 habitantes por quilômetro quadrado”, proporção esta que cresceria em 1940 para 02. No entanto, é preciso mencionar, como o faz Correa (1970, p. 87), que a ela era “quinze vezes menor do que a estimada para 1967”. Este quadro apenas destaca o que já fora

mencionado por Queiroz (1966), Balhana, Machado e Westphalen (1969), e especialmente por Abramovay (1981), de que “até o final de 1940, o Sudoeste Paranaense era um “sertão bravo” (1981, p. 19).

É senso comum a presença do indígena nas mais diversas regiões do território brasileiro nos períodos anteriores à colonização portuguesa, ou seja, quando o Brasil ainda nem existia – seja enquanto reino de Portugal ou muitos menos como república. Apesar disto, vale mencionar que antes que o homem branco conhecesse as terras do Paraná, e em especial as do Sudoeste Paranaense,

[...] nelas viviam os Kaingang, que cultivavam o milho e preferiam levantar aldeias nos campos abertos, e os Xocrén, os quais falavam uma língua pertencente ao mesmo tronco, mas desconheciam o cultivo da terra, e, praticando a coleta e a caça, percorriam em constantes correrias o âmago das florestas de araucárias, que lhes serviam de refúgio e abrigo.”(Queiroz, 1966, p. 10)

Por outro lado, nos dias de hoje conforme destaca Santos (2008, p. 40), os “índios Kaingang remanescentes vivem em condições miseráveis na reserva de Mangueirinha, lutando pela sobrevivência biológica e cultural” e “podem ser vistos comercializando seus artesanatos, andando pelas ruas das cidades com seus balaios [...], dormindo no concreto das rodoviárias, no frio, ao relento”. É desta forma que sobrevive os que primeiro ocuparam esse solo, “carregando sua arte, fragmentos de sua cultura” que não raras vezes “é trocada por roupas e alimentos”.

Abramovay⁷⁶ faz uma ótima exposição e análise do povoamento do Sudoeste Paranaense. Neste sentido, além dos demais autores que serão mencionados ao longo do texto, nele nos apoiaremos de forma especial para desenvolver este capítulo, especialmente no que tange à parte da ocupação cabocla e, posteriormente, à vinda dos colonos de origem européia, cujos pontos de partida foram principalmente os Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

⁷⁶ Abramovay em sua dissertação de mestrado se dedicou ao estudo da constituição histórica, social do Sudoeste do Paranaense. Entendemos que sua caracterização foi bastante criteriosa, observando que os deslocamentos migratórios que formaram a base do povo do Sudoeste do Paraná estavam atrelados à lógica de exclusão do capitalismo que se fazia sentir em outras regiões. Posteriormente, ele desenvolveu uma obra que ganhou importância nacional “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão”. Nela ele passou a postular a conversão do camponês em agricultor familiar, percepção da qual não partilhamos. No entanto, discordâncias à parte, isto não nos impede de destacar o rigor com que ele efetuou o estudo do povoamento na região em questão.

3.3.1 A Fase da Ocupação Cabocla

Como já ressaltado, até 1940 a região era quase insignificante do ponto de vista populacional, os poucos habitantes que aqui se encontravam constituíam uma população cabocla, cuja origem se deve a três fontes principais, conforme mencionou Abramovay (1981, p. 20-1):

- 1) Fazendas de gado dos campos de Palmas. A mão de obra necessária nas fazendas de gado dos campos de Palmas era relativamente baixa. Neste sentido o crescimento natural da população cabocla, que nelas vivia como “agregados”, ocupando uma terra que não era sua e de onde extraía sua sobrevivência⁷⁷, mostrou-se inconveniente ao latifúndio, sendo, portanto, forçada pelas circunstâncias da manutenção de sua forma particular⁷⁸ de sobrevivência, a buscar outras áreas. Estas foram encontradas nas matas vizinhas, mais especificamente, na região Sudoeste do Paraná.
- 2) Do Rio Grande do Sul. Abramovay destaca que parte da população cabocla que se dirigiu para o Paraná, portanto, também para o Sudoeste, foi deslocada do Rio Grande do Sul pela imigração européia que para ali se dirigiu. O caboclo tal como aconteceu nos campos de Palmas, não detinha a propriedade da terra e sendo assim, com a massiva imigração européia que se iniciou em 1824, os proprietários de tais terras passaram a loteá-las e vendê-las aos colonos. Diante de tal quadro, conforme a “colonização avançava mata adentro” como ratifica Willens (1980, p. 71), os antigos moradores iam sendo deslocados e levados a seguir adiante, em busca de outras regiões onde obter a sua subsistência. Este “seguir adiante” fez com que eles encontrassem nas terras dos Sudoeste do Paraná uma nova “oportunidade”.

⁷⁷ De acordo com Balhana e outros (1969, p. 198) os campos de Palmas faziam parte da região contestada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina. Era uma região “ocupada pelos latifúndios pastoris. (...). Ali, os grandes proprietários rurais ocupavam, ainda, no início do século, as posições de prestígio social, econômico e político, porque donos da terra.” Por outro lado, espalhados por estas propriedades se encontrava uma “população numerosa de agregados e posseiros que o sistema do latifúndio não mais comportava, praticando apenas uma lavoura de subsistência e criando alguns poucos animais, em terras que não era sua. Tinham apenas a posse da terra, onde erguiam seus ranchos e realizavam suas roças, com o beneplácito do “coronel” fazendeiro e mesmo ao abrigo do compadrio que o regime paternalista instituíra.”

⁷⁸ Pautada essencialmente na extração dos recursos oferecidos pela mata, bem como no cultivo em pequenas áreas de mata derrubada pelas queimadas. No caso específico do caboclo, o trabalho está voltado para a subsistência do indivíduo e de sua família.

3) Das terras envolvidas na Guerra do Contestado. Fazia parte da região Contestada⁷⁹ pelo Paraná e por Santa Catarina áreas de campo, nas quais predominava a criação de gado e de mata, estas últimas “ligadas à exploração de ervais e madeira” (Balhana, 1969, p. 198), ambas dominadas por grandes proprietários. Considerando a não absorção por parte dos latifúndios da integralidade da população de agregados e/ou posseira, “tanto os caboclos das zonas de campo, como aqueles das zonas de mata, eram obrigados a seguir adiante, embrenhando-se no sertão, para estabelecer os seus ranchos e roças, intrusando terras ou tirando novas posses.” (IDEM). Por outro lado, cabe destacar que o quadro de disputa entre os dois Estados somados à competência por eles possuída de fazerem concessões de terras devolutas agravou a situação dos caboclos que as ocupavam. Um exemplo desta prática é dada pelo reconhecimento do Governo do Estado do Paraná junto à Companhia de Estrada de Ferro São Paulo-Rio Grande e a sua subsidiária Lumber⁸⁰. Ao assumir a propriedade da terra, tal companhia inviabilizou a permanência do caboclo nela. É, pois neste contexto que no início do século XX eclode um movimento, por uns considerados como de “fanáticos”, por outros de “indivíduos expropriados em seus direitos”, que até então, na condição de posseiros vinham sendo enxotados da terra onde buscavam o seu sustento. Sendo assim, diversos foram os que vagando de um lugar para outro acabaram se instalando na região do Sudoeste do Paraná. Um pouco à frente, tratar-se-á, de forma resumida do

⁷⁹ A disputa das terras contestadas era anterior à criação da Província do Paraná. Balhana (1969, p. 206) destacou que anos antes surgira a “questão de limites entre as Províncias de São Paulo e Santa Catarina, a respeito da linha demarcatória ao norte desta última, justamente na área dos campos de Palmas.” Como a região em questão possuía uma vocação natural para a criação de gado e possuía ainda “extensos ervais nativos”, conforme destacou o mesmo autor, estabeleceu-se, “em consequência em 1840, a questão do Contestado”. A Guerra do Contestado é assim denominada por ocorrer na região contestada, mas ela, ainda que envolta sobre um cunho fanático-religioso traz em sua essência a luta pela terra enquanto meio fundamental para garantir a sobrevivência. Tal fato se evidencia, por exemplo, na mensagem que um dos “fanáticos” deixaria escrita em uma parede da estação São João: “O governo da República toca os Filhos Brasileiros dos terrenos que pertencem à Nação e vende para os estrangeiros, nós agora “estemo” disposto a fazer prevalecer nossos direitos”, ou ainda, na declaração do próprio general Demerval Peixoto ao referir-se à colônia fundada pela Lumber junto à estrada de Ferro – “Aí foram sumariamente espoliados de suas propriedades muitos sertanejos que há longos anos eram posseiros das terras devolutas, nas margens do Rio do Peixe.” (As frases mencionadas foram citadas por Balhana (1969, p. 199), e por este extraída da obra de Peixoto (1916, p. 296), denominada de Campanha do Contestado: episódios. Para maiores detalhes da Guerra do Contestado verificar a obra de Queiroz (1966) – Messianismo e Conflito Social.

⁸⁰ Esta empresa era uma subsidiária da *Brasil Railway Company* sendo que esta última era conhecida como sindicato Farquhar.

contexto gerador da guerra do Contestado, a fim de inclusive apreender a efetividade ou não do processo de expropriação vivenciado pelos caboclos.

3.3.1.1 A Forma de Subsistência do Caboclo no Sudoeste Paranaense

Independentemente da região de origem do caboclo que antes da colonização efetiva/oficial ocupou o Sudoeste Paranaense, eles tinham em geral uma mesma relação com a terra, a de sobrevivência. Neste aspecto é interessante mencionar que a sua entrada na floresta estava diretamente ligada à forma por meio do qual ele assegurava as condições materiais da sua existência, que como vimos, estava descolada da lógica mercantil.

Entendamos, enquanto as regiões dos campos de Palmas eram amplamente utilizadas para a criação de gado e evidenciavam a propriedade latifundiária, as áreas de mata contíguas a eles (localizadas no sudoeste paranaense) se colocavam como “terra livre⁸¹”, pois a floresta era um limite não transposto pelo latifúndio para a criação de gado, ainda que não invariavelmente a ele pertencesse na condição de propriedade.

A forma por meio da qual o caboclo garantia a sua reprodução material, bem como à de sua família, resumia-se basicamente a umas poucas atividades: cultivava uma roça em clareira aberta a fogo no meio da floresta; caçava e coletava frutos que a mata oferecia. De acordo com Balhana (1966, p. 29),

[...] os métodos não diferiam do cultivo seminômade, em clareiras abertas a machado e a fogo, que predominava noutras regiões menos altas e mais quentes. O milho é aqui o centro da lavoura, consorciado ao feijão e por vezes à abóbora e à melancia⁸². Semeia-se em outubro, com auxílio de chuços que só se distinguem dos paus-de-cavar usados pelos índios por serem providos de uma ponta a de ferro. Em terrenos virgens ou muito férteis, o feijão é plantado junto ao milho. A partir de janeiro pode-se colher o feijão preto grande, mas somente em março é que se tem o verdadeiro. A colheita do milho principia em maio, embora só a façam tão cedo aqueles que tem pressa. Deixadas na roça as espigas até apanhar geada, depois não ficam sujeitas a gorgulho. Além disto, nem toda gente dispõe de paiol bastante. Vai-se tirando do pé à medida das necessidades.

⁸¹ De acordo com Queiroz (1966, ps. 19 e 28) os campos de Palmas foram povoados por volta de 1840, enquanto que as florestas a eles contíguas recebiam apenas uma “infiltração sorrateira” por parte dos caboclos.

⁸² De acordo com o referido autor (1966, p. 28), na região do sudoeste “em parte alguma, devido ao rigor do clima, se plantava mandioca, arroz ou banana.”

Como se verifica por esta descrição, a forma de produzir do caboclo visava basicamente garantir a sobrevivência, como reafirma Abramovay (1981, p. 24), o caboclo, “diferentemente dos colonos de origem européia que o sucederam – se interessava pela terra apenas na medida em que ela era capaz de lhe dar os frutos daquilo que nela ele plantava.” Neste sentido o que lhe pertencia efetivamente não era a terra, mas tão somente o fruto do seu trabalho sobre ela, seja ele resultante da lavoura ou da caça que praticava. A afirmativa feita por Abramovay ratifica o já mencionado anteriormente tanto por Dalla Flora (2005), quanto por Carvalho (2009), em seus estudos voltados para o Estado de Santa Catarina.

Lamentavelmente, não raramente o caboclo aparece nos relatos históricos, qualificado como preguiçoso e “indolente” – novamente, a questão do “trabalhador nacional”, já mencionada anteriormente. A tal comportamento é muitas vezes atribuída a situação de pobreza na qual vivia. Esta é a impressão que tem dele o colono europeu, como destaca Abramovay (1981) em sua pesquisa feita no Sudoeste Paranaense, e, de forma anterior, o próprio Saint-Hilaire ao se deparar no “planalto paranaense com os casebres e o plantio dos caboclos”, deixando notas que ressaltariam tais adjetivações, como afirma Queiroz (1966, p. 28), ao citá-lo.

Por, outro lado, o próprio Queiroz na mesma página relata uma impressão divergente tida por outro personagem que em meados do século XIX “atravessou também muitas roças” viajando por estes sertões, Ave-Lallemant⁸³. Para este último, de acordo com Queiroz, os caboclos eram homens que não queriam submeter-se ao serviço mais ou menos escravo nas grandes propriedades e por isto enfrentavam os riscos e as privações de uma existência sem recursos dentro da floresta.

Ao falar dos caboclos que habitaram o Sudoeste Paranaense antes da chegada do colono de origem européia, portanto, antes de 1940, Lazier (s/d, p. 37), reconhecido historiador local, relativiza a idéia desta “existência sem recursos dentro da floresta” ao afirmar: “viviam maltrapilhos, mas se alimentavam muito bem”. Por outro lado, é preciso observar que o significado da riqueza para o caboclo estava muito mais ligado à possibilidade de atender suas necessidades mais básicas, especialmente as de alimentação, que a outros critérios, tais como os adotados pelos colonos oriundos do

⁸³ Bibliografia citada por Queiroz (1966, p. 28) – AVÉ-LALLEMANT, R. Viagem pelo Sul do Brasil, no ano de 1858. Ministério da Educação e Cultura. Instituto Nacional do Livro. Rio de Janeiro, 1953. Foi possível à autora resgatar esta bibliografia ainda em sua primeira edição e a referida menção foi localizada envolta em relatos pitorescos do modo de vida e da prestatividade do caboclo.

Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. É, portanto, de tudo o que lhe oferecia a floresta e da condição técnica rudimentar da sua agricultura,⁸⁴ que ele extraía sua existência.

Antes de se prosseguir a discussão, é importante destacar a razão pela qual algumas vezes repetimos no texto a expressão, “descendentes de europeus”. Ela se refere aos colonos que ocuparam a região sudoeste paranaense – especialmente a partir da década de 1940 -, substituindo em quase sua totalidade a população cabocla que lá vivia. Notadamente ela trata dos filhos e netos de alemães e italianos e a insistência com que muitas vezes ela é repetida no texto, visa justamente evidenciar e repetir aquilo que aparece na própria bibliografia dos autores locais, bem como na caracterização que fazem de si mesmos os próprios habitantes da região, mesmo nos dias de hoje. O que se percebe, nos diálogos estabelecidos com a população local é a valorização da descendência estrangeira frente à nacional, especialmente quando esta é identificada à figura do caboclo ou do “bugre”, denominações usadas regionalmente tanto para um quanto para outro.

Voltando à discussão, é sob esta forma de vida “natural” que ele – o caboclo - junto com os seus se acomodava, cultivando por meio de tais formas seus valores e conceitos, inclusive em relação à riqueza, que para ele estava assentado na lógica do valor-de-uso. Em sua pesquisa realizada no sudoeste paranaense em 1980, Abramovay entrevista além dos colonos ou filhos destes, também alguns poucos caboclos que lá ainda se mantinham. Um dos caboclos entrevistados, em uma de suas falas, evidencia aquilo que considerava como riqueza. Segue a reprodução do texto:

Eu tava em casa. Disse a patroa pra mim bem cedo. Oi, dá um jeito num sar, num tenho sar pra temperar a panela. Digo, eu não vou. Eu vou matar um tateto. Peguei um cachorro por nome Piri e outro nome Telo, e saí. Fui nos paio, matei quatro tateto e uma paca e curei uma abeia. Vortei rico pra casa – ou num vortei? Má vortei memo. Quanto de carne? Um tateto dá vinte quilo de carne. Uma paca daquela grandona também. Uma abeia gorda quanto de

⁸⁴ De acordo com Boserup (1987, p. 24), a plantação no meio da floresta, caracteriza diretamente os métodos rudimentares de cultivo. Por outro lado, ela enfatiza que tais métodos, associados a pousios longos permitiam entretanto uma grande produção nos períodos iniciais. Em suas palavras: “Na parcela escolhida para cultivo, as árvores maiores são derrubadas a machado ou por meio da queima das raízes quando estas secam após a abertura de incisões anulares no tronco. A vegetação menor é igualmente queimada. Troncos e raízes não queimados, assim como as cinzas, são deixados nos campos. Semeia-se e planta-se diretamente nas cinzas, sem qualquer preparo da terra e sem outra ferramenta que não, talvez, uma estaca para afastar as cinzas e perfurar o solo. Não é possível usar o arado em terras abertas por método tão sumário. Nem é necessário, pois cinzas abundantes asseguram grande produção se o solo e o clima são razoavelmente favoráveis. As boas colheitas duram apenas um ano ou dois. Portanto, novas parcelas são preparadas todos os anos, enquanto as antigas são abandonadas à invasão da floresta depois de uma ou duas colheitas.” Mais uma vez, considerando-se a técnica de cultivo do caboclo atende especificamente a rudimentariedade descrita por Boserup, comprova-se a sua viabilidade apenas diante de uma reduzida densidade demográfica.

mér dá? Pra os doce, serve de açúcar. Vortei rico porque o conforto da casa eu truche que tava precisando, como é que num vortei rico? (1980, p. 26)

O valor de troca lhe era importante apenas na medida em que lhe permitia trocar um eventual excedente, uma caça, por exemplo, por um pouco de sal. Portanto, cabe ressaltar que as trocas que ele eventualmente realizava visavam de uma forma geral a obtenção do valor de uso, a satisfação de uma necessidade, e não o valor por si só. Nas palavras de Abramovay (1981, p. 36) ele era um

[...] produtor fundamentalmente natural (e não mercantil), o trabalho do caboclo não é guiado por um plano, por um projeto de acumulação, de crescimento constante de sua produção. A riqueza é uma noção determinada por esta lógica do usufruto, ela é eminentemente qualitativa, refere-se aos valores de uso de alcance do produtor. (...) É evidente que, não se tratando de uma economia mercantil, a acumulação destes valores de uso torna-se totalmente irracional, desde que ultrapasse as necessidades de consumo do produtor.

Aqui aparece claramente a condição opositiva no que tange ao trabalho desempenhado pelo caboclo e pelo colono - como se verificará mais adiante -, que o substituiria no Sudoeste Paranaense. Para este último, não há sentido em trabalhar apenas para o consumo pessoal. A racionalidade cabocla divergia amplamente daquela que orientava o colono branco. Para o caboclo, produzir além da sua necessidade significava desperdício de energia e de valor-de-uso, conceito este que na realidade ele nem conhecia. O que ele tinha consciência de fato é do que precisava pra viver, o alimento, a vestimenta.

Neste ponto, vale ressaltar que as condições vigentes no início do século XX em nada eram propícias ao desenvolvimento na região de uma produção de caráter mercantil. Dentre os elementos retardadores deste processo podemos mencionar: o primitivismo das técnicas de produção do caboclo - haja vista a sua cultura fortemente influenciada pelo indígena; o comércio pouco desenvolvido na região, devido inclusive à baixa densidade demográfica que até então vigorava; a ausência de estruturas mínimas como estradas.

Considerando-se o exposto, seria possível cogitar que com a vinda dos colonos, com o estabelecimento das correntes oficiais de colonização ocorridas a partir de 1940 e o conseqüente aumento da densidade demográfica, o intuito da produção cabocla ganhasse contorno diverso do até então apresentado, aproximando-se finalmente de objetivos mercantis. Bem, esta é apenas uma colocação de caráter especulativa.

Por outro lado, há que se recordar que a população cabocla presente no sudoeste do Paraná na primeira metade do século XIX era oriunda em boa medida da região Contestada, localizada em parte no Estado de Santa Catarina. Alguns autores atestam - dentre os quais Carvalho (2009), que de lá eles vieram, movidos pela condição de expropriação a que foram submetidos e se negando a participar de um processo que visava à transformação do seu modo de vida, como já mencionado em momento anterior.

Neste sentido, parece improvável que na região da qual se ocupa esta pesquisa, tal transformação ocorresse. De outra forma, o que se pode afirmar é que com a vinda do colono “oficial”, não houve tempo para que o caboclo sofresse qualquer influência, seja no que se refere à forma ou aos fins da produção que desempenhava, pois, o que ocorreu a partir daí foi a substituição de uma população por outra, como ratificou Abramovay (1981) e Santos (2007).

Atingido este ponto, é necessário tratar da condição de expropriação vivenciada pelo caboclo presente no sudoeste do Paraná na primeira metade do século XX. Como já ressaltado, ela não se limita apenas à condição por ele vivenciada no sudoeste paranaense, mas advém de momentos anteriores e de locais diversos. Um desses momentos pode ser localizado no início do século XX, evidenciado no processo que culminou com a Guerra do Contestado. É neste sentido que o item que segue propõe referenciar os dois processos, que ao fundo remetem a uma questão principal, a da luta pela terra.

Ratificamos que não é nossa proposição versar sobre a guerra do Contestado e sob os seus condicionantes específicos. Para que pudéssemos tratar dela adequadamente teríamos que discorrer sobre pelo menos dois aspectos, quais sejam: 1) o aspecto da disputa ruralista que marcou o início da fase republicana, acompanhado do esforço da classe ruralista dos dois Estados em questão, no sentido de aumentar a sua participação na política nacional e transformar o caráter da agricultura regional, estabelecendo a ela representatividade econômica – o que, por seu turno, significava eliminar a forma “primitiva” de produção desenvolvida pelo caboclo; 2) o movimento religioso que acompanhou a resistência cabocla, denominado por alguns autores sobre a alcunha de “messianismo”, como foi o caso de Queiroz.

Portanto, em face dos objetivos que norteiam este trabalho entendemos que a questão contestada é importante para nós na medida em que espelha o movimento geral do capital. Este, em sua lógica expansiva retira de imensas faixas da população, as

condições básicas da sua existência. No item abaixo, apenas enfatizaremos que o referido conflito é uma evidência histórica do processo de expropriação do caboclo, que expulso da terra que ocupava partiu em busca de outro espaço para refazer a sua forma de vida específica. Para o estudo dos aspectos diversos que ocasionaram e envolveram a Guerra do Contestado recomendamos especialmente o trabalho de Carvalho (2009) que de forma muito criteriosa tratou da referida temática. Abaixo,

3.4 A EXPROPRIAÇÃO CABOCLA NA REGIÃO DO CONTESTADO

A chamada região do Contestado diz respeito a uma extensão de mais ou menos 40.000 quilômetros quadrados entre o Paraná e Santa Catarina. Era uma área de fronteira. Nestes dois Estados, as principais atividades econômicas eram a criação de gado e a extração da erva mata. Os espaços de exploração destas duas atividades se localizavam em boa parte da região do Planalto Serrano, alvo de disputa dos dois Estados na questão dos limites territoriais. O conflito entre os dois Estados vinha ainda do século XIX, tendo se intensificado ao longo de toda a segunda metade do mesmo. A sua resolução só foi alcançada em 1916. Até então, os dois Estados promoveram inúmeras concessões de terra na região, o que acabava por acirrar o conflito político já instalado. A essa já considerável problemática vem se juntar um outro problema, a disputa por tais terras envolveu uma empresa privada a *Brasil Railway Company* – BRC, uma das empresas do Sindicato *Farcquar*. Vejamos:

A *Brazil Railway Company* em 1909 havia adquirido completamente o direito pela construção da Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande - EFSPRG. Ao adquirir este direito ela também obteve os direitos das terras devolutas localizadas 15 quilômetros a partir das margem da rodovia, ao longo de toda a sua extensão. Grande parte destas terras estavam localizadas na região Contestado.

De acordo com Carvalho (2009, p. 137), entre “1908 e 1910 os trilhos da ferrovia já atravessavam o Planalto Catarinense acompanhando a margem esquerda do Rio do Peixe, ligando União da Vitória a Marcelino Ramos”. Este trecho foi inaugurado em 1910. Outros, no entanto, foram entregues bem mais tarde. “Foi o caso do trecho “localizado entre União da Vitória e Rio Negro, também no Planalto”, que só foi concluído em 1913”. O mesmo aconteceu com aquele que “ligava a linha tronca ao Porto de São Francisco, inaugurado em 1917”. A partir do momento que a BRC

começou a concluir as obras da ferrovia, ela iniciou o processo de regularização das terras a que tinha “direito”, em face da concessão do governo federal. Em função disto ela “começou a medir e demarcar terras em todo o Vale do Rio do Peixe”, como destaca Carvalho (2009, p. 148).

Estas terras estavam em grande parte ocupadas por posseiros, a maioria caboclos. A expulsão desses indivíduos por parte das empresas do grupo Farcquar se deu inclusive pelo uso da força. Em função disto, “[...] muitos posseiros migraram para outras regiões onde ainda era possível ocupar novas terras”. Foi assim que muitos deles se dirigiram para a região do Sudoeste do Paraná.

Parte da população cabocla ali localizada, diante do processo de expropriação do qual vinha sendo vítima acabou se organizando ao redor de um líder religioso, nas chamadas

3.5 OCUPAÇÃO OFICIAL NO SUDOESTE PARANAENSE E EXPROPRIAÇÃO CABOCLA

No sudoeste do Paraná, a relação que o caboclo mantinha com a terra não diferia daquela que ele mantivera na região Contestada, seja nas áreas localizadas nos campos de Palmas ou naquelas que faziam parte do Estado de Santa Catarina. Portanto, o regime de apropriação fundiária estava assentado na posse e não na propriedade. A chegada do colono, significou, não somente a fixação naquele espaço de um outro povo, com características diferentes das do caboclo, mas a substituição deste e de sua forma de reprodução material. Surpreendentemente, como afirmam diversos autores que estudaram o referido processo, dentre os quais Abramovay (1980) e Santos (2008), ela ocorreu de forma pacífica. Este, por sua vez, de forma alguma pode ser traduzido na ausência de expropriação. Para tirar qualquer conclusão a respeito desta passividade e da ocorrência ou não da expropriação, é preciso olhar o processo de forma mais detalhada.

Buscando tal detalhamento, encontramos nos dois autores citados, bem como em Lazier (s/d) – neste de forma parcial -, as *justificativas* para que a fixação do colono na área ocupada pelo caboclo ocorresse sem conflitos. De um lado, o colono reconhecia o direito de posse do caboclo e por isso lhe pagava. Por outro lado, como havia ainda terras por ocupar, como a fronteira ainda estava aberta, ele simplesmente seguia à frente. Em outros termos, para o caboclo, era racional vender ao colono áreas

desmatadas e ocupadas por ele até então, e simplesmente “seguir adiante”, em busca de outras áreas nas quais pudesse dar continuidade ao seu modo particular de vida.

O dinheiro que lhe era pago em tal transação era visto, dentro da sua racionalidade, apenas como um fruto a mais que a terra podia lhe dar, a fim de ser convertido em valores de uso de consumo imediato. Abramovay (1981, p. 44) confirma tal parecer ao defender que a “venda” que ele fazia ao colono do “direito de posse” estava dentro da sua lógica de usufruto, ou seja, ele “tentava extrair da mata o máximo possível com a menor quantidade de trabalho”.

Em face do exposto, há que se destacar que a manutenção da forma pela qual o caboclo garantia a subsistência persistiu enquanto amparada nas condições necessárias para que ela existisse, ou seja: enquanto lhe foi possível viver sob a terra na condição de posseiro; enquanto lhe foi possível a manutenção num “regime de apropriação fundiária” que nada tinha a ver com a propriedade jurídica da terra; enquanto a base territorial na qual ele se localizava manteve uma densidade demográfica reduzida. Portanto, atribuir a manutenção da forma de produção cabocla a aspectos tão somente culturais, herdados de seu tronco genético⁸⁵ - em parte indígena, é algo extremamente limitador. Nas palavras do próprio Abramovay (1981, p. 24), “mais importante do que esta herança, são as condições que permitem (ou não) a sua aplicação. São as condições materiais que possibilitam ou impedem a manifestação de um determinado patrimônio cultural.”

Por outro lado, há que se ressaltar que com a fixação do colono na terra, o caboclo não podia mais voltar àquelas terras. E é justamente neste quadro que a fronteira a ser ocupada vai se estreitando e, com ela a possibilidade de que ele conseguisse dar continuidade à sua forma particular de produção.

É considerando este quadro que a chegada ao sudoeste paranaense do colono, oriundo do Rio Grande do Sul de forma predominante, e de Santa Catarina, viria não somente ocupar a área até então mantida pelo caboclo, mas principalmente, substituir a prática de produção por ele empregada, bem como o regime de apropriação até então vigente que, dentre os pontos já mencionados, exigia para a sua permanência a persistência de uma baixa densidade demográfica.

⁸⁵ Caboclo: mestiço de índio, indivíduo nascido de índio e branco (Dicionário Digital HOUAISS).

Corroborando a afirmativa anterior, Boserup (1987, p. 47) menciona que “sob a pressão do crescimento populacional, se intensifica⁸⁶ o uso da terra.” A pertinência ou não de tal correlação é, de acordo com Abramovay (1981, p. 27) secundária. Para ele, o essencial a se considerar é que “tão importantes quanto os diferentes regimes de propriedade, os diferentes meios de trabalho empregados na agricultura e as diversas relações que mantêm os agricultores com o mercado através do tempo, é a evolução nos sistemas de utilização do solo.” E neste sentido, como ressalta o mesmo autor, “o desenvolvimento histórico foi nítido no que se refere à pequena produção no Sudoeste Paranaense”, pois a partir da sua colonização o regime de utilização da terra, se alterou substancialmente, ganhando a agricultura - em seus momentos iniciais - um caráter extensivo e diminuindo o tempo de pousio.

Com relação ao último aspecto mencionado no parágrafo anterior, a partir da colonização, tanto o tempo quanto às áreas deixadas em descanso, para a conseqüente recuperação da fertilidade, diminuíram. É com a instalação do colono que tem fim o chamado “pousio florestal”, assim classificado por Boserup, e que se caracterizava por permitir à terra um período superior a 10 anos de descanso. Conforme relata Abramovay, (1981, p. 44) “o fim do pousio florestal não foi só o término de uma certa forma econômica, foi a substituição de uma população por outra, uma transição não apenas sócio econômica, mas também étnica e cultural.”

Por fim, é importante mencionar que apesar da impossibilidade de se caracterizar a “economia cabocla” como de caráter “mercantil” - seja em função dos traços culturais sob os quais ela se assentava ou do contexto que caracterizava a região no período em que foi predominante - , havia, conforme indica a bibliografia consultada, a existência de um reduzido comércio mesmo no referido período. É neste sentido que apontou Queiroz, (1966, p. 30), ao mencionar: “com o pouco que sobra do produto das roças, os caboclos fazem miúdo comércio, na base da troca – com os bodegueiros”.

⁸⁶ O conceito de intensificação do uso da terra está diretamente ligado, em Boserup (1987, p 13-4). , à mudança nos diversos sistemas de utilização do solo, mais especificamente, ao tempo de pousio. Dentro da classificação trazida pela autora tem-se: cultivo com pousio longo ou florestal, cultivo com pousio arbustivo, cultivo com pousio curto, cultivo anual e cultivo múltiplos. Uma breve leitura na obra da autora evidencia que ela é um ataque às teorias agrícolas de cunho malthusiano. Sua preocupação, conforme percebe o próprio Abramovay (1981, p. 31) é o de evidenciar que em uma agricultura na qual não se utiliza insumos industriais o aumento demográfico atua como elemento impulsionador do seu desenvolvimento, portanto, do sistema de utilização do solo. Cabe enfatizar que para entendermos a produção cabocla, não há qualquer comprometimento na utilização da classificação sugerida pela referida autora, haja vista a inexistência do emprego de insumos industriais por parte do caboclo junto à agricultura.

De outra forma, o mesmo autor mencionou a existência – ainda que incipiente - de alguns poucos caboclos que criavam porcos no mato, visando a venda. A este respeito, o próprio Abramovay (1981, p. 37) mencionou que “entre os caboclos *havia alguns*⁸⁷ cujos vínculos com o mercado não eram assim tão esporádicos. Mais abastados que a maioria. Dedicavam-se à criação de gado ou de suínos.” E seja num caso ou no outro a criação “não se apoiava sobre a propriedade da terra nem sobre a formação de pastagens artificiais. Terra livre, a mata estava à disposição dos animais de criação”. Neste contexto, concluído o período de “maturação do produto” ele era conduzido “a pé a frigoríficos que se encontravam muito distantes⁸⁸, em Jaguariaíva, Ponta Grossa e União da Vitória” (Queiroz, 1981, p. 37). Note, é importante destacar que este caráter livre da terra, mencionado tanto por Abramovay quanto por Queiroz, não é sinônimo de uma situação permanente, na qual inexistem conflitos que com ela se relacionam e evidenciam a sua disputa. Este caráter livre mencionado pelo autor, só pode ser entendido por meio da ausência “provisória” de interesse produtivo mercantil e/ou especulativo em relação a elas.

Por outro lado, é importante esclarecer – como destaca inclusive a bibliografia que menciona a sua existência - que a aparente existência de um comércio mais regular, praticado pelos caboclos era *incipiente*. No geral, o que acontecia de forma predominante era a troca em espécie, que se pautava nos eventuais excedentes, como afirmou Queiroz (1966, p. 30).

A reduzida influência da economia mercantil sobre os caboclos da região pode ser inclusive apreendida por meio da percepção que os colonos demonstravam em relação ao trabalho por eles exercido. Para o colono, como afirma Abramovay (1981, p. 39), a partir dos dados qualitativos obtidos em sua pesquisa de campo no Sudoeste do Paraná, “trabalhar para consumir nada mais é que um desperdício de energia” e mais, “entre o trabalho para o usufruto imediato e o ócio puro e simples praticamente não há diferença”.

Como se verifica, o que se percebe em tal concepção é a afirmação da lógica mercantil do produtor mercantil já implícita no colono. Para este, não havia sentido no trabalho do caboclo porque o trabalho dele não gerava “riqueza” - excedente. O trabalho do caboclo aparecia a ele como ócio por que não gerava “frutos”, não permitia a

⁸⁷ O destaque no texto não consta do original. O objetivo da citação é evidenciar que a prática regular do comércio era algo bastante incipiente, incomum, ou seja, exercido por uma minoria dentre os caboclos que ocupavam a região na primeira metade do século XX.

⁸⁸ A distância média a ser considerada pode ser pensada em termos de 450 a 500 Km.

acumulação. Temos aqui de forma bastante evidente o fetichismo da mercadoria. O trabalho só é considerado enquanto tal quando materializado na forma mercadoria, mais especificamente, na forma do valor de troca. Assim, aquele que o exerce somente pode ser qualificado como “trabalhador” se do seu “dispêndio de cérebros, músculos, nervos”, resultar algo que permita a acumulação ao proprietário do trabalho. É neste quadro, que o caboclo, cujo fim passa muito aquém da acumulação só pode ser considerado pelo colono como sujeito que “não trabalha”, “indolente e preguiçoso”.

Diante do exposto, e considerando a forma como ocorre o processo de substituição do caboclo pelo colono, há que se ter em conta que apesar deste não ter ocorrido sob o uso da força e da violência – ainda que tal afirmativa ainda se mostre surpreendente -, como informa a bibliografia consultada -, não se pode simplesmente considerá-lo de forma natural e como tal, isento de caráter expropriatório.

Ora, se considerarmos a racionalidade do caboclo; a função que tinha para ele o dinheiro obtido através da venda do direito de posse da terra; e, por fim, a maneira como a fronteira agrícola se fechou para ele, a partir da ocupação colona, impedindo-o, por um lado de voltar atrás e, por outro, de seguir adiante, temos - no caso específico do sudoeste do Paraná -, não somente a sua expropriação da terra, mas também a expropriação de sua forma particular de garantir a reprodução material. O que se quer dizer é que as condições para a manutenção de sua forma particular de produzir, de subsistir, foram sendo cerceadas pelo crescimento demográfico da região, dado especialmente pelo aumento da entrada de migrantes - que continuou expressivo até a década de 1970 e, pela redução das áreas de terra passíveis de ocupação na região.

3. 6 A OCUPAÇÃO EFETIVA OU “OFICIAL”

Anteriormente mencionamos que o Sudoeste do Paraná somente passou a ser considerado como oficialmente ocupado a partir da fixação nele de imigrantes advindos especialmente⁸⁹ dos estados de Santa Catarina⁹⁰ e Rio Grande do Sul, em sua grande

⁸⁹ O sudoeste do Paraná não é formado tão somente (mas, sobretudo) por descendentes dos que migraram do Estado Gaúcho e do Catarinense. Padis (1981, p. 151-2) menciona a ocorrência de “vários” fluxos migratórios, no entanto enfatiza a existência de dois de maior importância: o advindo dos dois Estados já mencionados e um do norte paranaense, resultante da substituição de partes das antigas áreas de café por “outras atividades de lavoura ou de pecuária”, o que por sua vez “liberou contingentes populacionais que avançaram em direção ao sudoeste.”

maioria filhos de descendentes de alemães, italianos e poloneses. O movimento migratório se iniciou de forma tímida ainda na década de 1930 e ganhou ares crescentes a partir da metade da década seguinte, se intensificando de forma surpreendente na seguinte⁹¹.

De acordo com PADIS (1981, p. 152), o reconhecimento da participação Rio Grandense na constituição do povo sudoestino pode ser visivelmente atestada, pois se percebe “com grande realce, as marcas características de extensas áreas do Estado gaúcho, quer nas feições de sua gente, quer nos seus hábitos e costumes e, especialmente, na sua atividade econômica.” Por outro lado, o mesmo autor alerta para a impossibilidade de se medir “com exatidão, o contingente populacional que se deslocou do Rio Grande do Sul rumo ao Paraná” e, mais especificamente, para a região que aqui nos interessa.

Sendo assim, diante de tal impossibilidade, e visando apreender ao menos dados que parcialmente corroborassem tal participação, ele evidenciou, por meio dos dados censitários disponíveis até a década de 60, a participação relativa do Rio Grande do Sul na população nacional. Para tanto, resgatou os censos realizados de 1872 a 1960 e constatou que até o censo de 1940 este indicador assumiu um comportamento de alta, apresentando nas duas décadas seguintes um comportamento inverso. Por outro lado, ao fazer a mesma relação com o Estado do Paraná ele verificou um comportamento inverso, ou seja, até o censo de 1970 ocorreu um aumento da sua participação relativa na formação da população nacional.

Como observado pelo mesmo autor, ainda que não fosse possível precisar que a variação populacional ocorrida entre os dois Estados se referisse ao mesmo movimento, tais dados se constituíam no mínimo como um indicativo. É neste sentido que o próprio autor e, posteriormente Abramovay (1980) ressaltaram que o movimento migratório significou muito mais do que a transferência de uma parcela da população Rio Grandense e Catarinense para o Paraná, mas, sobretudo, a de seus costumes, cultura e técnicas de produção. Portanto, é principalmente no Rio Grande do Sul que está

⁹⁰ É preciso ressaltar que a predominância da população que migrou para o sudoeste no período é de gaúchos. De acordo com Padis (1981, p. 168-9), mesmo os imigrantes oriundos de Santa Catarina são em sua maioria antigos colonos gaúchos ou destes descendentes. Por outro lado, os dados censitários de 1940 a 1970 evidenciam que a contribuição relativa deste Estado na formação da população nacional em 1950 foi de 3% enquanto que em 1940 havia sido de 2,85%, indicando, portanto que este aumento se relacionava com o deslocamento da população gaúcha que iniciava sua marcha para o Oeste Catarinense e o Sudoeste e Oeste Paranaense. A partir de 1950 tal participação permaneceria praticamente estática, variando entre 3 e 3,1.

⁹¹ Para maiores detalhes verificar a obra de Padis (1981).

localizada a matriz étnica e cultural a partir da qual se constituiu a população do Sudoeste Paranaense.

É preciso considerar, no entanto, que esse movimento não acontece de forma a-histórica, ou seja, descolado de um conjunto que retrata a sua integração à dinâmica do desenvolvimento capitalista. É justamente neste sentido que se faz necessário evidenciar quem são esses indivíduos, e explicitar as razões que os incitaram a eleger estas terras como o seu novo lar. Dizer apenas que são gaúchos, filhos ou descendentes dos imigrantes de poloneses, alemães, italianos que colonizaram o Estado do Rio Grande do Sul é algo que nos aponta apenas traços étnicos e culturais. Além desses traços é preciso que se investiguem outros: há que saber a forma mesma da sua reprodução social, bem como a sua participação na matriz social do seu Estado de origem.

A identificação de tais características é importante, na medida em que se reconhece que o migrante traz consigo anseios, práticas culturais, técnicas de trabalho, etc. Na medida em que se reconhece que estes traços lhe são inerentes. Não é nosso objetivo aqui tratar sociologicamente do tema da imigração, mas é preciso reconhecer - se quisermos entender o processo de formação da população do sudoeste do Paraná e a forma como a partir desta, a região se desenvolveu economicamente -, que o imigrante

[...] não é uma unidade física, um número ou objeto, mas é alguém que se vincula, pelas suas relações com os outros, a uma sociedade determinada. Do mesmo modo, participa de uma cultura que fornece como referência normas de comportamento apoiadas num sistema de valores. As relações de que participa na sua sociedade original são estabelecidas com base nesses componentes culturais, em graus variáveis interiorizados na sua personalidade” (MARTINS, 1973, p. 19).

Da mesma forma, entendendo (como já dito) que a migração é uma ocorrência histórica, e como tal, condicionada pelo desenvolvimento do modo de produção capitalista, é fundamental ter em conta que por fazer parte desta relação, o processo de migração envolve necessariamente três fases, como defende Martins (1973, p. 20), uma primeira que diz respeito “às necessidades e disposições que levam as pessoas a saírem de um lugar para outro”; as condições estruturais nas quais ocorre a “transição física da sociedade original para a nova”; e, por fim, “a assimilação dos imigrantes pelo esquema social e cultural da nova sociedade”. De acordo com tal perspectiva façamos, portanto uma trajetória - que esperamos, dê conta - que explicita estas três fases no processo migratório que culminou com a ocupação efetiva do Sudoeste Paranaense.

Antes de explicitá-las faremos uma breve análise crítica/descritiva, do processo histórico que culminou com a imigração alemã e italiana para o sul do país, especialmente para o Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

3.6.1 A Imigração do Europeu para o Sul do Brasil

A imigração de estrangeiros para o Brasil só pode ser coerentemente entendida a partir da apreensão da realidade de desenvolvimento do capitalismo tanto nos países de origem desta mão de obra, quanto no país para o qual ela se destinava. No que tange ao Brasil, há que se mencionar que o estímulo da vinda de imigrantes para o sul do país ainda durante o período do primeiro reinado (1822-1831) pode ser justificado, conforme destaca Della Flora (2005, p. 29), por fins estratégicos, que envolviam “a necessidade de colonizar e habitar enormes áreas desabitadas do interior”. Posteriormente, evidentemente, essas entradas seriam justificadas/amparadas fundamentalmente na necessidade da braços “livres” e dispostos para o trabalho nas grandes lavouras.

Como forma de estimular aquela imigração inicial, o governo imperial ofereceu uma série de vantagens, dentre as quais, o transporte, a terra gratuita, além de um volume de crédito que permitisse ao imigrante se estruturar na propriedade. O cumprimento ou não de tais vantagens é outra discussão, mas, conforme nos indica a referida autora, elas apoiaram de forma “indiscutível” o processo de imigração.

Cabe ressaltar que esta política de imigração do governo imperial levantou consternado protesto da parte da oligarquia latifundiária e escravista. Como se pode observar tanto em Prado Júnior (2000), quanto em Furtado (1971), o posicionamento da referida classe, era de que aquele tipo de imigração se mostrava contrária aos seus interesses, pois além de despendar altas somas no traslado de imigrantes, garantia a eles a possibilidade da propriedade da terra, por um lado e, por outro, incitava ao crescimento do movimento abolicionista.

A despeito da pressão contrária, exercida pelos quadros dos grandes latifundiários escravistas junto ao governo imperial, e da posterior paralisação da política de imigração – que se manteve até 1840⁹²-, a primeira leva de imigrantes

⁹² A política de imigração foi paralisada a partir da abdicação de Dom Pedro I e da conseqüente ascensão dos grandes escravistas ao poder. No entanto, a este contexto deve-se agregar a este quadro ainda outro elemento, que contribuía para a manutenção da sua paralisia, a Revolução Farroupilha.

alemães chegou ao Rio Grande do Sul ainda em 1824, daí até 1830, como informa Della Flora (2005, p. 29), foram “5.350 alemães que deixaram a Alemanha em direção ao extremo sul do Brasil”.

Após um período de suspensão que se estendeu até 1840, a política imigratória é retomada, no entanto, a partir de condições que tinham por objetivo atrelar o imigrante nas grandes lavouras outrora escravistas, especialmente as localizadas na região centro-sul. O intuito de tal política correspondia exatamente à demanda gerada pelo término do tráfico de escravos, ao qual o Brasil estava submetido. A vinda do imigrante sob tais condições foi corroborada pela fiscalização Inglesa, que nela evidentemente tinha interesses de ordem econômica⁹³.

A política de imigração que ocorreu a partir de 1840 estava imbuída de um conjunto de elementos que foram materializados na Lei de terras de 1850. Por meio desta, o imigrante só podia ter acesso de forma particular à terra, se a adquirisse por meio da compra. Este mecanismo retratava a preocupação e o objetivo dos grandes latifúndios, especialmente os escravistas, em relação a esta mão de obra que adentrava o país. É neste quadro que a política imigratória prossegue pelo menos até meados do século seguinte. É por meio de sua continuidade que, especialmente a partir do último quartel do século XIX, passa a predominar a entrada no país do imigrante de origem italiana.

Apresentamos assim, de forma bastante simplificada, o contexto interno vigente no Brasil e, por meio dele, as necessidades que a ele se apresentavam, em face do processo de desenvolvimento capitalista dos países aos quais ele estava atrelado. Agora é hora de mencionarmos o contexto vigente na Europa que desencadeou a emigração, portanto, a vinda de parte de seus trabalhadores para o Brasil.

De uma forma geral, o fator desencadeador da emigração de europeus para o Brasil pode ser encontrado no forte desemprego rural provocado pelo avanço do capitalismo no campo e, ao mesmo tempo, na impossibilidade da absorção integral desse excedente pela indústria urbana, haja vista que nesta, o desenvolvimento capitalista ocorria intensificando a produtividade do trabalho, e, portanto, reduzindo - se não de forma absoluta, ao menos relativa -, a necessidade de trabalho. É, portanto, nesse quadro que se verifica a conjunção de interesses, de um lado do país absorvedor e, de outro do país cedente.

⁹³ A Inglaterra se interessava tanto na obtenção de matérias primas oriundas da América, quanto na venda de produtos industrializados para a mesma.

Nota-se, a partir da apresentação – simplificada - tanto do contexto externo, quanto do interno, a conjunção de interesses entre os países que “cedem” e o que recebe. De um lado, a emigração é útil para os países europeus que cedem a mão de obra, porque a parte dela que emigra, além de não lhes ser útil na criação de mais valor, se mostrava como uma constante fonte de tensões, diante da continuidade da acumulação capitalista. Por outro lado, o país que recebe o imigrante - no caso o Brasil -, ou a mão de obra que era excedente nos países europeus (especialmente Alemanha e Itália) atende igualmente suas necessidades, seja aquelas pautadas na questão do povoamento, através, por exemplo, da criação de núcleos coloniais, – como ocorre nos Estados do Sul -, seja aquelas referentes ao direcionamento de mão de obra “livre” para as grandes lavouras, em substituição aos escravos.

Para permitir a congregação de tais interesses um instrumento de extrema importância foi, de acordo com Della Flora (2005, p. 32), “a propaganda promovida, especialmente nos primeiros tempos, pelas companhias de navegação e pelas ferrovias, que mantinham agentes nas principais regiões de emigração”.

Considerado tal quadro, é preciso mencionar que o imigrante europeu que vem para o Brasil é em sua grande maioria, uma vítima da expropriação promovida em seu país pelo avanço do processo de acumulação capitalista. É sob tal condição que ele encontra a motivação para migrar rumo a um país estranho, no qual a sua expectativa – evidentemente motivada pela propaganda - é de reconstruir condição perdida, a de voltar a possuir as condições materiais de produção. É neste contexto que alemães e italianos se instalam nas colônias do sul do país, mais especificamente, nas do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina.

3.6.2 A Migração para o Sudoeste Paranaense: As Causas

Uma grande parte dos estudos que se propõem a tratar da ocupação efetiva do sudoeste do Paraná menciona que a significativa migração de colonos gaúchos para este território teve como condição determinante a insuficiência de terras para absorver o crescimento natural da população de agricultores italianos e alemães. É esta, por exemplo, a afirmativa de Balhana, Machado e Westphalen (1969, p. 218), numa das obras que é referência obrigatória quando se trata da história do Paraná. Percepção semelhante é defendida por Wachowicz (1988), além de uma série de outros autores.

Abramovay (1981, p.47-8), por sua vez critica essa percepção unilateral do processo migratório e enfatiza que “a migração não pode ser reduzida ao movimento autofágico do minifúndio: na realidade, ele é antes de tudo devorado pelo seu contrário o latifúndio” e complementa:

É por se esgotar a disponibilidade de terras livres de uma determinada região, por estas terras terem sido ocupadas (via de regra improdutivamente) pelos latifúndios, que o campesinato é colocado entre a cruz e a espada: ou escolhe o caminho da morte social, da proletarização, ou tenta recompor as condições que permitem a sua existência como classe através da migração.

O fato de que Abramovay (1981, p. 64) tenha evidenciado a integração destes dois movimentos, minifúndio versus latifúndio é de extrema importância, pois além de inserir a migração que acontece do Rio Grande do Sul em direção ao oeste e sudoeste do Paraná numa perspectiva histórica, e como tal, condicionada ao desenvolvimento capitalista, evidencia, de outra forma, que a migração “não é apenas uma fuga, ela é antes de tudo uma busca⁹⁴”, onde aquele que migra busca recompor a “condição social” perdida. Em outros termos, ela é “o resultado da luta pela terra” numa sociedade que, por suas características produtivas predominantes está subsumida à lógica do capital.

No entanto, além de evidenciar a participação do ‘enfrentamento’⁹⁵ latifúndio x minifúndio no “êxodo” social que culminou com a ocupação efetiva do sudoeste paranaense, é preciso mencionar a existência de condições impeditivas no próprio Rio Grande do Sul para a absorção pelo setor urbano, do “excedente” populacional oriundo do campo. Tal entendimento contribui para reafirmar o atrelamento das questões regionais à lógica e à etapa de desenvolvimento vivenciada pelo país.

No levantamento bibliográfico efetuado a fim de se compreender o processo de ocupação do sudoeste paranaense, encontrou-se na pesquisa desenvolvida por Padis (1981) aquela que parece ser a explicitação mais completa das causas desse movimento. Há que se mencionar igualmente a grata satisfação de ter encontrado num trabalho

⁹⁴ (Abramovay, 1981, p. 64).

⁹⁵ De acordo com Padis (1981, p. 153-4) “Entre 1940 e 1960, o número de propriedades pequenas, com menos de 10 ha – muitas delas, minifúndios – multiplicou-se 2,7 vezes, enquanto, no mesmo período, o tamanho médio dessas propriedades reduzia-se de 5,6 para 5,2 ha.” Ele destaca ainda que na década de 1950 tal processo foi mais intenso e que “o número de propriedades dessas dimensões passou de 47.724 para 100.132, portanto, com um aumento superior a 100 por cento, enquanto o seu tamanho médio reduzia-se de 5,58 para 5,25 ha”. Em relação às grandes propriedades ele destaca que o “fenômeno foi exatamente inverso”. Para o mesmo período houve um crescimento de apenas 20% no número delas, de 40 para 48 e seu tamanho médio passou de 14,5 mil ha para 19 mil ha.

desenvolvido pela CODESUL – Comissão para o Desenvolvimento do Sul do País -, que data de 1978, uma importante contribuição em sentido semelhante.

Tanto em Padis (1981, p. 155), quanto no trabalho da CODESUL (1978, p. 78) está presente a indicação de que a transformação da terra em pastagens e o desenvolvimento da agricultura capitalista exerceram forte pressão na absorção das pequenas e médias propriedades por parte dos latifúndios⁹⁶. Por outro lado, mais do que evidenciar tal relação, há em ambas, a menção a fatores externos ao campo, que somados aos internos a ele, atuaram no sentido de despertar nos gaúchos a “necessidade” e a “disposição” para a imigração⁹⁷.

O resultado do avanço do latifúndio sobre a pequena propriedade foi, conforme ratifica o referido autor, uma verdadeira “centrifugação populacional” do campo para a cidade. Esse fato pode ser comprovado por meio dos censos de 1940 e 1950. Nestes, relata Padis (1981, p. 153) “houve naquele Estado uma taxa de crescimento da população urbana, da ordem de 5,6 por cento ao ano, enquanto na população rural a taxa de incremento não ia além de 0,9 por cento.”

A população que se tornou excedente no campo, especialmente no período que vai da segunda metade da década de 40 a meados da década de 50, se dirigiu para as cidades em busca do trabalho que lhe pudesse garantir a sobrevivência. No entanto, esse crescimento da demanda por trabalho encontrou a indústria gaúcha em uma situação bastante difícil, causada de uma forma geral, pelo desenvolvimento da indústria capitalista a nível nacional. Segue a descrição feita por Padis (1981, p. 155), que parece bastante completa e pertinente. Para ele a situação da indústria gaúcha “fora criada pela maior integração no mercado nacional, através de uma melhor rede de transportes e principalmente devido ao rápido desenvolvimento da indústria paulista que se verificou nos anos cinquenta.” Diante de tal quadro, a indústria paulista passou a ser concorrente da indústria gaúcha não somente no mercado nacional⁹⁸, mas também no próprio mercado gaúcho.

⁹⁶ Para maiores detalhes ver a obra de Padis – “Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná”.

⁹⁷ Em relação ao processo de imigração oriundo do Estado do Rio Grande do Sul, a partir especialmente década de 1945, os autores do trabalho da CODESUL (1978, p. 78) ressaltaram a impossibilidade de entender o processo migratório caso fosse desconsiderado que naquele “momento histórico não existiam condições de subsistência que pudessem ser isoladas das determinações da produção capitalista (...)” e sendo assim, só seria “possível caracterizar excedentes populacionais relativos ao movimento geral da economia.”

⁹⁸ No que diz respeito ao mercado nacional, é modelar o caso da indústria de calçados que, conforme ressaltou Padis (1981, p. 155) “perdia boa parte do mercado nacional para as suas similares paulistas. parte do mercado nacional para

Já no estudo da CODESUL, (1978, p. 79-80) aparece a menção a outro ponto, cujo desenrolar contribuiu para a “deterioração das condições econômicas” e a “subordinação do trabalho” do pequeno produtor, ao capital, especialmente daqueles que se localizavam nas “regiões de colonização estrangeira⁹⁹” do Rio Grande do Sul. Estas regiões se caracterizavam "pelo domínio da pequena propriedade” e pela prática da policultura, “especialmente do binômio milho-suínos”.

Ainda em conformidade com o referido estudo, o que “individualizava a área colonial antiga era a produção da uva e principalmente o vinho”. Sendo assim, apesar da policultura que lhe era característica, “a uva e o vinho se tornaram os produtos comerciais característicos” da região.

A indústria do vinho se instalou de forma capitalista no Rio Grande do Sul na década de 30 e ao final desta, “restrições econômicas e de legislação¹⁰⁰” fixadas por órgãos estaduais atuaram na sua consolidação e, ao mesmo tempo, no processo de subordinação do pequeno produtor ao capital. Erigiu-se um contexto através do qual “a sociedade passou a exigir o vinho produzido em condições técnicas que poucos camponeses puderam realizar”, o que contribuiu para que os antigos produtores artesanais de vinho se transformassem em “agricultores puros”, ou seja, para que concentrassem “a força de trabalho antes dedicada ao artesanato, na produção e venda de matéria-prima¹⁰¹” (CODESUL, 1978, p. 82).

Ao quadro mencionado deve-se agregar ainda o fato de que “o processo de industrialização e urbanização se acentuou no RS, após a década de 30, e a procura de terras com fins produtivos ou especulativos devem ter provocado o aumento do preço da terra”. É a partir desta situação, de redução da renda camponesa e da impossibilidade de ampliar as suas terras a fim de expandir seus recursos que “a migração para a “terra nova” do Paraná permitiu que os camponeses se reproduzissem socialmente” (CODESUL, 1978, p. 84).

Diante do exposto é curioso mencionar que o deslocamento que se faz do Rio Grande do Sul para o Paraná ocorre permeado por um duplo processo que é ao mesmo

⁹⁹ Região do Vale do Rio dos Sinos. Diversos municípios compõem a região, dentre os quais se destacam Novo Hamburgo, São Leopoldo, Canoas, etc.

¹⁰⁰ De acordo com o estudo da Codesul (1978, p. 82), o Instituto Rio Grandense do Vinho e posteriormente a Secretaria da Agricultura fixaram restrições de ordem econômica e legislativas (os preços da uva foram fixados pelo Estado desde 1939).

¹⁰¹ O mesmo processo de subordinação do camponês ao capital ocorreu na região do Alto Uruguai e do Vale do Rio de Peixe. De acordo com o estudo da Codesul (1978, p. 82), os camponeses destas regiões se especializaram na produção de suínos para a indústria frigorífica. Atualmente essa especialização se encontra ainda mais desenvolvida e funcionando através do processo de integração.

tempo complementar e contraditório. Por um lado, o desenvolvimento capitalista no Rio Grande do Sul leva a um aumento da utilização da terra sob a forma capitalista e da subordinação camponesa ao capital, e que contribuiu para incitar a migração. Por outro, é justamente a “insuficiência de utilização capitalista da terra” no Paraná que permite a eles a possibilidade de reconstituir-se socialmente sob a condição perdida no Estado de origem. Nas palavras de Abramovay (1981, p. 48) “num país em que existem terras livres, o processo de expropriação do campesinato não conduz necessariamente à proletarização: o pequeno agricultor pode tentar a sua reprodução social através da ocupação de terras disponíveis”, sendo esta a situação que caracterizava o Sudoeste Paranaense quando da ocorrência dos fluxos de migratórios oriundos do Estado gaúcho.

No que tange ao aspecto da disponibilidade de terras, vale ressaltar que a existência de terras “disponíveis” – do ponto de vista da propriedade jurídica - não implica necessariamente em que elas estejam desocupadas.

Retornando à discussão, há que se considerar que, somando-se as dificuldades enfrentadas pelos camponeses das regiões de colonização antiga do Rio Grande do Sul, às enfrentadas pelos demais camponeses do conjunto do Estado, resultantes do enfrentamento latifúndio versus minifúndio, e ainda, o quadro crítico no qual se encontrava a sua indústria urbana, tem-se como fato, como destaca Padis (1981, p. 168) que a partir da década de 50, e durante toda a seguinte, a população que migrava do Rio Grande do Sul para o Paraná tinha por origem não “apenas as regiões das antigas colônias italianas e alemãs”. A situação era tal que “praticamente de todo o Estado, famílias inteiras se deslocavam em direção do Oeste Catarinense e do Sudoeste Paranaense, levando consigo todos os seus pertences – que no mais das vezes não eram muitos –, os seus hábitos e costumes.”

3.6.3 Transição Física da Sociedade Original para a Nova

Resolvida a questão dos elementos incitadores da migração é preciso dar conta das condições nas quais a transição física ocorreu. Neste aspecto, a citação mencionada ao final do item anterior nos dá indícios da sua forma. Além dos relatos e menções encontradas nas bibliografias já citadas, e nas quais o objeto de pesquisa é a região Sudoeste do Paraná, algumas informações qualitativas obtidas no trabalho de campo realizado junto aos agricultores da região também serão aqui utilizadas.

Os recursos financeiros que os migrantes traziam consigo, provinham da venda das terras que lá possuíam. Ainda que esses e não fossem significativos, há que se observar que o valor da terra no Rio Grande do Sul era superior ao da encontrada no Sudoeste Paranaense, o que possibilitou a aquisição de faixas de terras maiores que as que eles lá haviam deixado.

No que diz respeito ao deslocamento, considerando-se a precariedade, quando não a inexistência das estradas no Sudoeste do Paraná, bem como dos meios de comunicação, conforme destaca Santos (2007), é possível de antemão se ter uma idéia da dificuldade enfrentada pelos migrantes, especialmente aqueles cuja chegada tenha se dado até o início dos anos 60, período mais crítico no que diz respeito à existência de uma estrutura viária com condições mínimas de uso. Conforme relato de pioneiros e descendentes destes, a mudança se fazia na maioria das vezes em carroças (Figura 01) e muitas vezes por etapas, ou seja, primeiramente vinha o “chefe” da família, juntamente com a mudança. Estabelecidas as condições mínimas – as de moradia -, ele retornava para buscar a esposa e os filhos, como foi o caso de alguns dos entrevistados, especialmente da Seção Jacaré, Seção Progresso e Comunidade do Km 20.



FIGURA 02

Colonos do Rio Grande do Sul em deslocamento para o Sudoeste do Paraná

FONTE: Flores (2009, p. 26).

Uma entrevista de um dos pioneiros, Sr. Walter Pécoits¹⁰² - cuja atuação na Revolta dos Colonos foi de extrema importância -, concedida a uma antiga revista paranaense, dá conta de que no período que se estendeu de 1952 a 1955 chegava em torno de 30 a 40 mudanças por dia. Outro dado levantado junto aos agricultores da região, é que as já mencionadas dificuldades encontradas para o percurso eram enfrentadas via deslocamento em grupo, na maioria das vezes, grupos familiares. Diversos são os casos assim citados, especialmente entre os moradores da comunidade do quilômetro 20, na cidade de Francisco Beltrão.

Com relação aos recursos financeiros, como já dito, na maioria das vezes as despesas com o transporte eram cobertas pelos recursos oriundos da venda das terras que possuíam no Rio Grande do Sul. No que se refere à aquisição da terra foram pelo menos dois os caminhos para se chegar a esta. Em um deles, o colono comprava o direito da terra do seu ocupante inicial, o caboclo. No outro, o colono a obtinha gratuitamente do órgão federal – CANGO: Colônia Agrícola Nacional General Osório – empresa pública federal responsável pela colonização da região. É importante lembrar que este esforço de colonização que, de certa forma trouxe o “Rio Grande do Sul” para dentro do Paraná fazia parte da chamada “Marcha para o Oeste”.

A CANGO¹⁰³ era o órgão federal responsável pela colonização da região e, portanto, pela distribuição das terras. Conforme relata Lazier (1997, p, 38), nem todos os que ocuparam estas terras tinham sido incentivados a se deslocar para o Sudoeste do Paraná pela CANGO, nem todos eram “posseiros oficiais”, outros tantos “eram aventureiros que se localizavam na região, construíram seus ranchos e começaram a produzir. O termo posseiro, portanto, estava ligado a duas situações, que representavam bem a realidade local”.

De acordo com Lazier (1997), bem como pelas informações extraídas da entrevista concedida pelo Sr. Walter Pécoits, a distribuição das terras pela CANGO era feita gratuitamente, qualquer que fosse a origem do imigrante. Ainda de acordo com o Sr. Walter o que importava era que o demandante tivesse interesse não somente na exploração dos recursos da terra, mas também na formalização da propriedade desta, ou

¹⁰² O Sr. Walter Pécoits, um dos pioneiros da região foi um dos primeiros médicos a chegar à região. Ele foi personagem importantíssimo na Revolta dos Colonos, tendo sido um de seus principais líderes na cidade de Francisco Beltrão.

¹⁰³ A CANGO foi criada pelo Decreto-Lei número 12.417 de 12 de maio de 1943.

seja, na legalização¹⁰⁴ futura da sua terra. Como já foi verificado, este último quesito não era preenchido pelos caboclos, daí uma das razões da sua quase ausência quando do processo de formalização da propriedade da terra.

Antes que se passe para o próximo item é importante reforçar dois aspectos que parecem ser essenciais enquanto viabilizadores da transição física propriamente dita, dos imigrantes gaúchos para o sudoeste do Paraná.

- 1) Apesar da dificuldade enfrentada pelos imigrantes para realizar o deslocamento de uma região a outra, ela se dá motivada por uma pressão que está posta dentro de seu Estado, portanto, da sua sociedade de origem. Este quadro, ao se tornar mais grave, ao ameaçar-lhe efetivamente a manutenção da sua condição social fez com que as precárias e difíceis condições para o deslocamento parecessem-lhes menores do que de fato eram. Neste aspecto, vale reforçar que estamos falando essencialmente dos migrantes oriundos do Rio Grande do Sul, que são maioria no processo de colonização do Paraná;
- 2) O incentivo proposto aos migrantes da parte do governo federal, dentre os quais a doação de terras e o auxílio necessário à fixação dos mesmos no Sudoeste do Paraná, atuaram de forma decisiva no sentido de reforçar àqueles que migravam a possibilidade “quase certa” de conquistar na “nova terra”, aquilo que haviam perdido no Estado de origem. Reforçando o que já havia afirmado Martins (1973), o sentimento que movia a migração era de manutenção da condição de classe e não de transformação desta. O que movia a migração era o desejo de manter a propriedade e não de subvertê-la. Em resumo, o que era apresentado ao migrante era o quadro de um futuro que lhe resgatava aquilo que ele havia perdido ou estava em vias de perder. Neste sentido, fatalmente as dificuldades a serem enfrentadas tanto em relação à mudança física propriamente dita, quanto em relação aos momentos iniciais na nova terra eram minimizadas.

3.6.4 A Assimilação dos Migrantes no Sudoeste do Paraná

¹⁰⁴ A legalização dos títulos de propriedade das terras só pôde ser feito a partir de 1961, por meio do GETSOP (Grupo Executivo para as Terras do Sudoeste do Paraná, criado por meio do Decreto número 51.431, de 19 de abril de 1962), que em substituição à CANGO passou a tratar da legalização das terras. Resolvido o litígio judicial que envolvendo as terras do Sudoeste do Paraná, e que se dava entre o Governo Federal e empresas colonizadoras particulares, dentre as quais especialmente a CITLA, que tinha dentre seus proprietários o então governador do Paraná – Lupion, iniciou-se em 1961 o processo de titulação da propriedade.

Quando se fala em assimilação de imigrantes pela nova sociedade a qual se dirigem, a primeira coisa que vem à cabeça é que a sociedade que os recebe deve estar razoavelmente constituída. Isto quer dizer que ela deve possuir características minimamente definidas em relação aos aspectos econômicos, políticos e culturais, bem como, uma relação de interdependência entre aqueles que a constitui. Bem, evidentemente não era este o quadro presente no Sudoeste do Paraná quando as correntes migratórias do extremo sul do país para ali se dirigiram. Isto nos indica que o que ocorreu de fato, foi que o Sudoeste do Paraná incorporou o migrante e junto com ele a sua forma de organização social. Na realidade, para se usar uma maior precisão, foi o migrante que incorporou o Sudoeste e o fez “à sua imagem e semelhança”, daí a presença predominante dos traços da cultura gaúcha na região.

A afirmativa anterior encontra forte respaldo na constatação feita por diversos autores, dentre os quais Abramovay (1981) e Santos (1997), de que a partir da fixação dos migrantes, ocorre no Sudoeste Paranaense uma verdadeira substituição “sócio-econômica, além de étnica e cultural”. Com relação ao primeiro aspecto, este se evidencia na medida em que a “economia cabocla” vai dando lugar à forma econômica trazida pelo imigrante, pautada na produção de mercadorias, mesmo que em seus estágios iniciais ela se resumisse no geral à forma da circulação simples.

Os aspectos que ressaltam o porquê do predomínio da forma de sociedade trazida pelo migrante, sobre aquela na qual se mantinha o caboclo já foi amplamente mencionada, não há, portanto necessidade de que retornemos a eles. No entanto, vale ressaltar um aspecto em específico: a forma pela qual se dava a produção cabocla exigia a predominância de uma baixa densidade demográfica. Este quadro vai se deteriorando com a chegada dos migrantes oriundos do sul do país, tanto aqueles trazidos pelo processo de colonização oficial, quanto os que aqui chegaram e adquiriram o direito de posse da terra dos caboclos.

Portanto, o predomínio mencionado é dado, sobretudo a partir da ocupação e posterior legalização das terras. Em outros termos, o que o marca, é uma estrutura fundiária com caráter específico, no qual se prepondera a pequena propriedade, mas cujo cerne central é igual em toda a parte onde rege o modo de produção capitalista, ou seja, está pautado na propriedade jurídica da terra, fator este alheio à forma social na qual se erguia a vida do caboclo.

3.7 EXPROPRIAÇÃO E MIGRAÇÃO GAÚCHA PARA O SUDOESTE PARANAENSE

Do exposto até o momento pode-se concluir: o migrante gaúcho que rumava para o Sudoeste Paranaense, dá continuidade ao processo de expropriação social vivenciado por seus antecedentes europeus, quando estes saíram de seus países de origem rumo ao Estado gaúcho e catarinense. Em ambos os casos eles haviam sido destituídos de sua condição fundamental de produção – a terra, e buscavam por meio do deslocamento para outra região recuperar a condição que lhes fora tirada. É, portanto, dentro desta lógica que traz por herança histórica a expropriação, que se formaram os pequenos produtores que vivem no Sudoeste do Paraná. É por meio da manutenção da lógica acumulativa do capital que eles vivenciam processos que modificam/ou não a sua condição de produção; que os mantêm/ou não na terra. É o que queremos apreender já a partir do capítulo seguinte, onde verificaremos se a modernização da agricultura causou transformações na forma da produção agrícola do Sudoeste do Paraná e, no último capítulo, quando trataremos do processo de integração do pequeno produtor à agroindústria processadora de alimentos - no caso específico, a SADIA S/A. Mas antes, faz-se necessário abrir ainda um item para evidenciar uma página marcante da história da colonização do sudoeste do Paraná, a revolta dos colonos.

3.8 A REVOLTA DOS COLONOS

O desenrolar do processo ocorrido no Sudoeste do Paraná na década de 50, cujo desfecho culminou com o a chamada Revolta dos Colonos de 1957, faz parte de um dos capítulos da política agrária adotada pela chamada república velha que, como defende Abramovay (1980, p. 50), “[...] em nome do progresso e da integração do país, entregava-se imensas fatias do território nacional a firmas que deveriam atravessá-lo com estradas de ferro, ou simplesmente extrair-lhes as riquezas.” Evidentemente, tais “obrigações” não se concluíam sem que antes os seus antigos habitantes passassem da condição de “ocupantes”, para a de “intrusos” e, como tal, fossem “expulsos”.

Como já mencionado, no Sudoeste do Paraná o deslocamento do antigo ocupante – o caboclo - ocorrera de forma diversa da que havia se realizado na região

Contestada. Neste último caso, que envolveu parte do Estado de Santa Catarina e parte do Estado do Paraná, ela culminou em conflito armado que gerou muitas mortes, mas na qual o grande perdedor foi o caboclo, que expropriado de suas condições de produção não teve alternativa, que não a de “seguir adiante”, tentando com sua marcha manter a sua forma particular de produzir e de viver. No caso do Sudoeste do Paraná, esse processo de expropriação acontece primeiro em direção ao caboclo, promovido igualmente pela política agrária e de colonização – que o leva ao deslocamento.

Ao se falar da colonização social promovida no Sudoeste Paranaense é preciso ter em conta que ela não estabelecia impeditivos legais e objetivos para que a terra fosse distribuída também ao caboclo. A condição para que ele se estabelecesse na terra, era “apenas” a sua disposição em compromissar-se com ela na condição de proprietário. Ora, aceitar tal condição significava ao caboclo muito mais que atender a um limite estabelecido, significava para ele romper com os limites que estabeleciam seu próprio modo de vida. Portanto, era a sua própria forma de ser que deveria ser negada, daí a sua indisposição em assumir tal condição. Daí a inexpressividade da presença de caboclos assumindo no sudoeste do Paraná a condição de proprietários, o que pode ser comprovado inclusive por sua escassa participação na revolta dos colonos.

O fato é que a vinda do colono oficial, pelas razões e pelo contexto já discutido, acabou redundando no processo de expropriação do caboclo que ali vivia. Apesar de que ele não tenha envolvido força física – como defende a bibliografia consultada -, não deixa de demonstrar a violência do modo de produção capitalista em seu processo de acumulação. O contexto no qual se deu a expropriação cabocla no Sudoeste do Paraná não foi, no entanto, o mesmo que marcou a luta do colono da região pela manutenção da terra que ocupava – sem titulação definitiva -, na década de 1950. Segue uma breve descrição dos fatos que a envolveram.

3.8.1 O Contexto

A origem da guerra dos colonos só pode ser entendida recuperando-se alguns fatos. Fazemos isto. Em 1889 o governo havia firmado o compromisso de efetuar determinadas concessões de terra à companhia que organizasse e empreendesse a construção de uma estrada de ferro de Itararé (SP) a Santa Maria da Boca do Monte (RS). Em troca, o governo cederia uma extensão considerável de terras, que

acompanharia o traçado dos trilhos da estrada de ferro. Ou seja, a concessão corresponderia a um total de 30 km terras devolutas, medidas de cada um dos lados do trilhos, ao longo de toda a sua extensão, - posteriormente este limite foi reduzido para 15, mas ainda assim o seu volume era sem dúvida impressionante, especialmente quando se considera o montante de riqueza em madeira e plantas nativas, dentre as quais os ervais, que ocupavam especialmente as terras localizadas mais ao sul, nos Estados do Paraná e de Santa Catarina.

Em 1893, como informa Lazier (s/d) é organizada a Companhia Estrada de Ferro São Paulo Rio Grande (EFSPRG), por sua vez ligada ao truste norte-americano *Brazil Railway Co*, que por sua vez, fazia parte do famoso Sindicato *Farcquar*. Pelo direito obtido através da concessão, a companhia recebeu a titulação de “suas terras” no Estado do Paraná em duas etapas, como destaca Abramovay (1980, p. 51), inicialmente em 1913 e posteriormente em 1920. Foi dessa forma que se formou “respectivamente as glebas Chopim (715.080.142 metros quadrados) e Missões (4.257.100.000 metros quadrados)”. Em resumo, estas glebas compreendiam praticamente a região toda do Sudoeste Paranaense e, sob tal contexto “pertencia” à *Brazil Railway Co*.

No entanto, em 1930, o governo Vargas rescinde os contratos firmados com a referida empresa e retorna os títulos que haviam sido a ela expedidos para os Estados. Evidentemente iniciou-se intensa batalha judicial entre a empresa e o governo federal, que acabou resultando em ganho de causa do governo. É neste meio tempo que se inicia a famosa “Marcha para o Oeste” e que se promove a colonização do Sudoeste Paranaense, dirigida, como já dito em item anterior pela CANGO.

Tudo poderia estar resolvido não fosse outro fato, conseqüente ainda da disputa vivenciada pelos Estados do Paraná e Santa Catarina na região do Contestado. Como se verificou, em função da disputa regional e do direito que possuíam os Estados – no início do século XX - de titular suas terras, o governo de Santa Catarina, em 1913, titulou terras pertencentes à antiga *Brazil Railway Co* para o cidadão José Rupp. O mesmo havia sido expulso pela referida empresa e também iniciou intensa batalha judicial junto a ela, com vistas a recuperar seus direitos à terra, bem como obter uma indenização pelos prejuízos sofridos em função da impossibilidade de ter dado continuidade à exploração da erva-mate que fazia em tais terras, quando da sua expropriação. Após perda em primeira instância e posterior apelação – tanto sua quanto da empresa depois -, o resultado foi que na última instância, no ano de 1938 foram confirmados “os direitos de Rupp” (Abramovay, p. 54).

Ainda de acordo com o mesmo autor, com a “nacionalização” dos bens da empresa, que ocorreu em 1940, “a dívida total de 4,7 milhões, mais os juros de mora e custos processuais, calculados desde janeiro de 1938”, deveria ser paga pelo governo federal. É neste contexto que se inicia um longo caminho por parte de Rupp, no intuito de receber seus créditos junto ao governo. A despeito de suas inúmeras tentativas de acordos não logrou sucesso e acabou vendendo, em 1950 o seu direito de crédito junto ao governo federal para A CITLA – Clevelândia Industrial e Territorial Ltda, empresa colonizadora particular que tinha entre os seus sócios Moisés Lupion¹⁰⁵, então governador do Paraná pelo PSD.

Curiosamente, a partir da entrada da referida empresa, todos os caminhos se abriram no governo federal, para que a mesma tivesse logro no recebimento de “seus créditos”. Na descrição de Lazier (1996, p. 10)

Com a entrada da CITLA, na problemática do recebimento de indenização, todas as portas se abriram, e em, 17/11/1950, foi acertado entre a CITLA e a Superintendência das Empresas Incorporadas ao Patrimônio Nacional o acordo sobre a indenização. O acordo foi a titulação para a CITLA da Gleba Missões e parte da GLEBA Chopim como pagamento daquele crédito.

Notem que a tentativa de recebimento dos créditos por Rupp se arrastara de 1938 a 1950, quando ele vendeu seus “direitos”. No mesmo ano da venda a problemática foi resolvida. Vários acordos haviam sido propostos por Rupp junto ao governo, inclusive o de pagamento via concessão de terras. No entanto, em nenhuma de suas proposições ele havia sido atendido. Surpreendentemente, é via concessão de terras que o governo paga os créditos à CITLA. Portanto, o desfecho resolutivo da questão, a partir do momento que a CITLA entra em cena é no mínimo curioso.

É preciso observar que a concessão de tais terras aconteceu de forma no mínimo tendenciosa e irregular, para não dizer imoral. Primeiramente, por se tratar de uma região que envolvia divisas, ela necessitaria ser aprovada pelo Senado Federal, fato não ocorrido; Segundo, por ficar comprovado que o valor das terras cedidas à companhia e o da riqueza que nela se encontrava – em madeiras e ervais – era imensamente superior ao montante devido em créditos pelo governo federal¹⁰⁶.

¹⁰⁵ Moisés Lupion esteve à frente do governo do Estado do Paraná por dois mandatos, o primeiro de 1946 a 1950 e o segundo de 1955 a 1960, portanto, no exato período em que ocorria a Revolta dos Colonos.

¹⁰⁶ A superioridade do valor recebido foi evidenciado em discurso proferido pelo então senador do Paraná Othon Mader, junto ao senado, em 09/11/1957, e ainda, nos estudos estimativos feitos pelo Grupo Lupion, ao qual pertencia a CITLA. Os dados dão conta de que o valor dos créditos correspondiam a 0,2% do valor real das glebas recebidas pela empresa – inclusas as terras e as riquezas nelas existentes.

Até que a ilegalidade de tal concessão surtisse os efeitos legais necessários para a sua nulidade – o que aconteceu somente em fase posterior à Revolta -, a CITLA, por meio dos jagunços fixados na região com a missão de receber dos colonos – os então ocupantes de “suas terras” - o valor que lhe era “devido”, no mínimo tumultuou a vida pacata que até então vigorara na região, para não falar dos atos de violência praticados com vistas a obter o pagamento ou a devolução da terra. Diversos relatos na imprensa, especialmente a regional, dão conta desses – espancamentos e mesmo assassinatos¹⁰⁷.

Diante do referido contexto, os colonos, organizados de forma predominante pelos comerciantes locais, promoveram um levante armado contra a empresa colonizadora nas cidades de Francisco Beltrão (sede da CITLA), Pato Branco e Barracão. É preciso lembrar que neste caso o levante significou não somente a defesa das condições de reprodução material, mas também, a defesa da propriedade privada, bastião do capitalismo.

3.8.2 O desfecho.

Diante da impossibilidade de verem sua condição de proprietários regularizada, ameaçados novamente pela perda de suas condições de produção, e cientes do envolvimento do governo do estado e da passividade do poder local constituído – delegados, juízes, etc –, fruto da influência do governador Lupion, os colonos, organizados por um grupo no qual predominavam comerciantes, promoveram uma revolta que apesar de armada, não exigiu, ao menos em seu desfecho final, ou no dia “d”, o uso de nenhuma bala e tampouco qualquer derramamento de sangue.

Foi nesse quadro que em 10 de outubro de 1957, diversos colonos, homens e mulheres, munidos de foices, paus, espingardas, etc, numa ação coordenada¹⁰⁸ ocuparam várias cidades do Sudoeste Paranaense, a fim de reivindicar aquilo que “lhes era de direito”. Segundo relata Lazier, as cidades ocupadas foram Capanema, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Pato Branco e Francisco Beltrão. Os jagunços e administradores da CITLA - cuja sede era em Francisco Beltrão -, foram rendidos e os

¹⁰⁷ Para maior detalhamento de todo o processo, da violência praticada, dos veículos de imprensa que noticiaram o conflito, recomenda-se Lazier (s/d)



beram
da das
nça do
CITLA

contratos assinados por colonos junto à CITLA, rasgados e espalhados em praça pública.

FIGURA 03

Revolta dos Colonos no Sudoeste do Paraná – 1957

Fonte: Edição extra, conjunta, de O Estado do Paraná e Tribuna do Paraná, 14/10/1957. Primeira página.

Para negociar o fim da revolta chegou em Francisco Beltrão o chefe de polícia do Estado, o Sr. Pinheiro Júnior. Após seu desembarque na pista de pouso local, o piloto foi obrigado a retornar a Curitiba, o que assegurava a permanência do representante de governo. Tal estratégia fazia ampliar as chances da resolução da problemática local. O governo federal, informado da situação regional vivida pelos colonos e ciente das exigências impostas pelo movimento, dentre as quais se destacavam a nomeação de revoltosos para ocupar o cargo de delegado de polícia local, e a saída imediata da CITLA da região, pressionou o governo estadual a resolver o conflito. Desta forma, o acordo acabou sendo negociado e de forma surpreendente foi favorável aos colonos.

Evidentemente, há que se mencionar que havia todo um processo de desgaste sofrido pelo governo Lupion, junto ao próprio governo federal, que havia sido causado pela repercussão pública que a atuação da CITLA no Sudoeste do Paraná havia tido. Em tais termos, ainda que o resultado tenha sido interessante, na medida em que se colocou

de forma opositiva à tentativa de expropriação impetrada pelo capital frente aos colonos, ele também evidenciou que a resposta do governo federal aconteceu de forma bastante tardia, ou seja, apenas após o desfecho do conflito. Foi só a partir dele que se efetivou a nulidade da concessão das terras à CITLA, bem como o processo de regularização dos títulos para os colonos que as ocupavam.

Por outro lado, é importante mencionar, como o faz Santos (2008, p. 50) que “o papel dos colonos, através da pressão que exercem sobre os governos federal e estadual, é fundamental para que a posse da terra seja estabelecida dentro dos princípios da apropriação capitalista, na qual é dono quem tem o título”. Portanto, o que eles buscavam não era a transgressão da propriedade, mas ao contrário, a efetivação da mesma e, com ela, a garantia da manutenção de sua condição de produção e de produtor. O fato de que essa efetivação tenha ocorrido a partir de uma estrutura fundiária na qual a distribuição de terra já ocorria de forma desigual, ainda que estabelecida de forma predominante na pequena propriedade é outra história a ser contada.

CAPÍTULO IV

ESTRUTURA AGRÁRIA NO SUDOESTE PARANAENSE

4.1 - QUESTÕES METODOLÓGICAS

4.1.1 - A Pequena Propriedade e as Dimensões da Área

O termo pequena propriedade é uma constante nas discussões sobre a questão agrária, especialmente na discussão contemporânea, aquecida especialmente, pelo evidenciado interesse do Banco Mundial nas políticas de terra adotadas pelos mais diversos países. No entanto, apesar do seu uso comum, nem sempre ele aparece de forma clara nos estudos que se propõem a discuti-la como objeto central, ou que apenas

a mencionam. Explicitamente, o que pretendemos com tais considerações é defender a necessidade de se ter claro, o fato de que tal termo pode agregar estabelecimentos agropecuários extremamente distintos em termos de tamanho e de relações de produção e de trabalho nele vigentes. Neste sentido, é fundamental a qualquer estudo que envolva a pequena propriedade, definir os traços gerais que a caracterizam.

No caso brasileiro, a caracterização da pequena, da média e da grande propriedade está normatizada pela lei número 8.629 de 25 de fevereiro de 1993. É esta a lei que regulamentou os dispositivos constitucionais relativos à Reforma Agrária, mencionada e prevista na constituição de 1988. De acordo com a mesma, a pequena propriedade somaria até 04 módulos fiscais, a média apresentaria uma configuração superior a 04 e inferior a 15, e, por fim, a grande, seria necessariamente maior que 15. Bem, esta seria de fato uma normatização passível de uso nos mais diversos estudos e seria um instrumento eficiente no tocante à prática comparativa entre as mais diversas regiões do país se ela, em todas as regiões correspondesse quantitativamente às áreas de mesmo tamanho. O fato é que não é esta a realidade.

Explicando melhor, apesar da definição em termos de módulos fiscais da pequena, média e grande propriedade ser única para todo o país, o tamanho dos módulos fiscais variam, conforme destaca Oliveira (2004, p.11) de “região para região, Estado para Estado, e mesmo município para município”. Para retratar a dificuldade que tal variabilidade cria em termos comparativos, basta evidenciá-la, como o faz o próprio autor na Cartilha da Concrab (2004, p. 11) – Confederação Nacional das Cooperativas de Reforma Agrária do Brasil).

[...] a pequena propriedade pode variar, por exemplo, de menos de 20 hectares no Distrito Federal, a até menos de 440 hectares em municípios do Pantanal. O mesmo acontece com a média propriedade que pode variar entre 20 hectares e menos de 280 hectares no DF e entre 440 e menos de 1540 hectares em municípios do Pantanal. A grande propriedade por sua vez pode ter 280 hectares ou mais no DF, e 1540 ou mais em municípios do Pantanal.

Considerando, portanto a estranheza e o resultado no mínimo enviesado, de se fazer um comparativo entre um estabelecimento agropecuário, cuja área é inferior a 20 hectares e outro, com área inferior a 440 hectares, enquadrando-os na mesma condição – portanto, enquanto pequena propriedade -, é imprescindível que consideremos a utilização de um parâmetro mais homogêneo no que diga respeito ao tamanho da área.

É justamente neste sentido, que a referência utilizada neste estudo para se definir não somente a pequena, mas também a média e a grande propriedade, é a classificação estatística utilizada pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. De acordo com ela, podem ser definidos como de pequenas, médias e grandes propriedades, aqueles estabelecimentos agropecuários cuja área corresponda respectivamente à seguinte configuração: com área inferior a 200 ha, de 200 ha a menos de 2000 ha e, por fim, superior a 2000 ha.

Por outro lado, no caso do sudoeste do Paraná, como se verificará ainda neste capítulo, as propriedades com área superior a 500 ha correspondiam a apenas 6,53% da área total utilizada, enquanto que as propriedades inferiores a 200 ha nela participam com 82,95%, conforme evidenciou o Censo Agropecuário de 1995/96¹⁰⁹. Para se precisar um pouco mais essa característica regional da predominância da pequena propriedade em relação à grande, basta dizer que no mesmo censo, apenas dez produtores possuíam estabelecimentos com áreas que iam de 1000 a menos de 2000 ha e dois possuíam estabelecimentos com área entre 2000 e 5000 ha.

Portanto, no caso específico da região sudoeste do Paraná, em se aplicando a classificação do INCRA, apenas dois de um total de 47.277 estabelecimentos seriam enquadrados na condição de grande propriedade e dez na de média. Neste sentido, entendemos ser pertinente, dada a situação regional, promover uma classificação individualizada, o que, por outro lado, não impedirá o seu enquadramento e o seu comparativo com outras regiões do país, nos quadros estabelecidos pela classificação do INCRA. Portanto, no que tange ao tamanho da área, utilizaremos a seguinte classificação: inferior a 50 ha, pequena propriedade; de 50 a menos de 200 ha, média propriedade; e, por fim, superior a 200 ha, grande propriedade.

4.1.2 – As Relações de Trabalho

Definida a questão da área é importante também mencionar a questão das relações de produção, mais especificamente das relações de trabalho, enquanto mecanismo importante na classificação da pequena propriedade. A importância em se considerar tal parâmetro está ligada inclusive ao posicionamento teórico sob o qual se

¹⁰⁹ No Censo Agropecuário de 2006 não foi possível localizar a divisão regional por grupos de área.

apóia a autora. Sendo assim, como em Marx a exploração da força de trabalho livre, ou, dizendo em outras palavras, o uso do trabalho assalariado é determinante para se configurar uma empresa – seja de qual for o tipo – como capitalista, é essencial que se leve em conta, para o desenvolvimento do presente estudo, o referido aspecto.

Tal postura, no entanto, não cega a percepção da existência de um debate em aberto entre os mais diversos estudiosos da questão agrária, dentre os quais Abramovay (2007), Oliveira, (2004), Schneider (2000), Mann e Dickinson (1987), Veiga (2007), Martins (1982), Silva (1979) - para citar apenas alguns dos contemporâneos -, acerca da definição conceitual do camponês e do papel que o mesmo desempenha na sociedade capitalista.

A esse respeito vale ressaltar que não é nosso propósito neste capítulo tratar das questões que envolvem a referida discussão – haja vista inclusive termos feito algumas considerações a esse respeito no primeiro capítulo da tese, a partir do resgate de alguns dos autores clássicos – dentre os quais, Lênin, Kautsky e Chayanov -, quanto ao futuro do campesinato sob o capitalismo. Vale lembrar, no entanto, que um dos motivos incitadores da discussão sobre a questão agrária em nosso tempo é a permanência da pequena propriedade baseada no trabalho familiar, classificada por alguns como camponesa e, por outros, como agricultura familiar.

Para alguns dos diversos estudiosos contemporâneos da questão agrária, dentre os quais Wilkinson (1986), tal realidade seria uma evidência do desacordo entre a realidade vigente e o contido na teoria de Marx, que relaciona ao desenvolvimento do capitalismo e a generalização de relações de trabalho capitalistas ao campo, ao desaparecimento da propriedade camponesa e, por conseguinte, do próprio camponês. Dessa forma, o referencial teórico marxista, e dentro dele as suas categorias, não daria conta de explicar a continuidade da existência de pequenas propriedades fundamentadas no trabalho familiar, e, portanto, seria falho para apreender o processo de desenvolvimento do capitalismo. Não é essa a nossa percepção, como já evidenciado no primeiro capítulo e sobre o que discorreremos no capítulo final, que trata do estudo de caso.

Mann e Dickinson¹¹⁰ (1987, p. 8), por sua vez afirmaram, que através de uma leitura apurada da obra de Marx, especialmente dos Grundrisse e do Livro dois de O

¹¹⁰ Para a defesa de sua tese acerca da validade das categorias marxistas para explicar a permanência da pequena propriedade de caráter familiar no capitalismo contemporâneo, os autores se utilizam especialmente das categorias tempo de trabalho e tempo de produção.

Capital é possível comprovar que tal “anomalia” não somente “não enfraquece a análise de Marx do processo de desenvolvimento capitalista”, como evidencia “que é somente com o uso das categorias marxistas” que “ela pode ser adequadamente explicada”.

Bem, considerado todo o exposto, ainda que seja propósito deste estudo contribuir para a referida discussão, não é seu objeto resolvê-lo, ou seja, solucionar o conjunto da problemática que envolve a discussão sobre quem é o “camponês” contemporâneo, definindo-o em termos conceituais; se ele existe ou não enquanto classe social, tal como proletário e/ou capitalistas; qual a sua participação na sociedade capitalista contemporânea ou ainda; se ele seria ou não enquanto classe o responsável pela transição do capitalismo para o socialismo.

Considerando que este estudo tem como objeto de estudo a avicultura integrada, que acontece entre produtores agropecuários e a empresa Sadia, na região sudoeste do Paraná - já caracterizada como um espaço no qual predomina a propriedade de até 200 ha, - no que diz respeito ao parâmetro relações de trabalho, leva-se em conta para a definição da pequena propriedade, a predominância do trabalho familiar. Nesse aspecto é importante mencionar que a preponderância do trabalho familiar não implica a ausência do trabalho assalariado, mas efetivamente que ele deve ser percentualmente superior ao último e ainda, que o trabalho assalariado pode ser permanente ou temporário.

Sobre a questão da formação do quadro de trabalho na propriedade agropecuária, é importante citar a postura de Mann e Dickinson (1987). Para os referidos autores, além de se considerar a questão da percentualidade é necessário levar em conta o período de trabalho, ou seja, é preciso atentar para o fato das contratações sazonais, nas quais a mão de obra assalariada seria percentualmente maior que a familiar. Levando-se em conta, portanto, a questão do período de contratação da força de trabalho, há que se atentar para o fato de que os resultados trazidos pelos Censos Agropecuários seriam insuficientes para caracterizar, no quadro das relações de trabalho, a pequena propriedade, daí a necessidade e a importância de outros instrumentos, tal como a pesquisa de campo.

Para o caso específico da região Sudoeste do Paraná, no que se refere às relações de trabalho, a pequena propriedade é aqui tratada como aquela na qual predomina a mão de obra de caráter familiar, seja quando ela é considerada anualmente – como no caso dos censos agropecuários -, ou quando analisada por períodos específicos do ano, nos quais a demanda de trabalho é maior. Portanto, para tal

definição levamos em conta os dados obtidos no último censo agropecuário – 2006, relativos à caracterização da mão de obra – se familiar ou não. Mas é preciso ressaltar que eles estão amparados nos dados obtidos através da pesquisa de campo que evidenciaram, por sua vez, um percentual preponderante do trabalho familiar frente ao assalariado. Cabe ressaltar que a pesquisa de campo questionou os produtores agropecuários sobre o conjunto das atividades desenvolvidas no estabelecimento, e desta forma, o resultado sobre a mão de obra utilizada, diz respeito não somente à avicultura integrada, mas também às demais atividades agrícolas desenvolvidas no estabelecimento.

Portanto, fica identificada assim a pequena propriedade a ser considerada neste trabalho, seja em relação ao aspecto da área, seja no que toca às relações de trabalho nela vigentes. Cabe ressaltar que ao longo do trabalho empregar-se-á o termo pequeno produtor ao invés de camponês, e pequena propriedade de caráter familiar em substituição à propriedade camponesa. Tal postura parece-nos ser prudente, no sentido de evidenciar a existência de um embate em aberto acerca de tais categorias, para as quais, ressalta-se, este trabalho pretende contribuir.

4.1.3 A Temática do Capítulo

Ao longo de todo o capítulo três, discorreremos acerca do processo de modernização da agricultura. Nossa preocupação ali foi de evidenciá-lo dentro do movimento do capital, que em sua lógica expansiva segue transformando o processo de produção, inclusive o agropecuário. Foi neste contexto, portanto, que se discutiu a transformação da agricultura tradicional a partir das bases da chamada Revolução Verde e, por meio dela, a inserção do capital no espaço agrário. Foi também a partir do mencionado quadro que consideramos a modernização da agricultura como base necessária à fase posterior, a do aprofundamento da inserção do capital no campo, via processo de integração. Toda essa discussão foi feita num espaço mais geral. Nosso objetivo agora é trazer essa discussão para um plano mais restrito, abarcando um nível geográfico menor, o do Sudoeste do Paraná. O que queremos é apreender qual foi a

resposta da agricultura dessa região ao processo modernizador, cuja inserção no Brasil teve início nos anos de 1950, ainda que ela tenha ganho impulso somente a partir da década seguinte.

Dessa forma, as décadas que seguem à emergência da Revolução Verde em nível nacional passaram a espelhar os seus efeitos no espaço agrário, refletindo modificações tanto na forma da produção quanto na estrutura agrária. Parte destes efeitos, portanto, poderiam ser visualizados a partir da evolução da estrutura fundiária no Brasil. Neste sentido, acreditamos ser pertinente que a verifiquemos na região que aqui nos ocupa, com vistas justamente a apreender nela os efeitos do processo modernizador impetrado pelo capital. Essa discussão – voltamos a enfatizar - nos parece fundamental, na medida em julgamos que a modernização da agricultura é a base para a construção do momento seguinte, o do aprofundamento do capital no espaço agrário. Se considerarmos que a região é fortemente marcada pela integração entre a agropecuária e a indústria, esta afirmativa se torna ainda mais válida. Como exemplos demonstrativos desta integração agricultura-indústria poderíamos citar as seguintes: a avícola – objeto de nosso estudo de caso -, a leiteira, a de suínos e, por fim, a de fumo.

No que diz respeito especificamente à produção avícola, é a partir da década de 1990 especialmente que ela ganha impulso na região, quando ali se instala a 2ª unidade industrial da empresa SADIA S/A – na cidade de Francisco Beltrão. A integração avícola na região envolve de forma preponderante - mas não única -, a mencionada empresa e, um amplo número de produtores integrados, que são em sua grande maioria pequenos agricultores. Sendo assim, é inevitável que mencionemos alguns dos pontos tratados pelos estudiosos da questão agrária, mais especificamente, os que dizem respeito à estrutura fundiária, à forma por meio da qual acontece a produção e ainda, as relações de produção sob as quais acontece.

Portanto, a discussão sobre as relações de trabalho vigentes na agricultura estão necessariamente atreladas aos seguintes questionamentos: “como se produz” e “de que forma se produz”, como menciona Graziano da Silva (1986, p. 11). Por sua vez, esta temática está inserida dentro da questão agrária, que evidentemente envolve questões muito mais amplas, tais como, a razão de ser da configuração atual da distribuição da terra e ainda, a luta pela terra.

Os dois aspectos mencionados por Graziano – de que forma e como se produz? – são nosso ponto de partida para a discussão do presente capítulo. Nós os consideraremos a partir das repercussões causadas pela modernização da agricultura –

por meio da chamada Revolução Verde. É neste sentido que buscaremos apreender as transformações na estrutura fundiária e na condição do produtor rural, o que implica considerar, portanto, questões que versem sobre a base técnica empregada na agricultura e sobre as relações de trabalho nela vigentes.

Destacamos, não é nosso objetivo tratar da Questão Agrária. Reconhecemos a amplitude da discussão que ela envolve e entendemos que para os limites deste trabalho a nossa necessidade é específica, podendo ser restringida a alguns dos pontos dos quais ela trata, como já dissemos. O que queremos neste capítulo é somente apreender qual foi a resposta da região Sudoeste do Paraná ao processo de modernização. Em outros termos, interessa-nos saber em que medida ele ocorreu, haja vista que a região se caracteriza pela preponderância da pequena propriedade – característica que seria a princípio desfavorável à implantação dos pacotes da chamada Revolução Verde. É para obter essas respostas que partimos das questões postas por Graziano da Silva.

Mencionamos que dentro da questão agrária podemos tratar de temas específicos, que respondam às duas questões já citadas. No entanto, entendemos que a elas é preciso agregar uma terceira, qual seja: “o que se produz?”. O senso comum acredita que a produção agrícola se dá com vistas a atender as demandas advindas do mercado. Seria possível reafirmar tal máxima dizendo que a agricultura produz o que é necessário à sociedade, mas é preciso atentar para o fato de que no modo de produção capitalista, a produção está diretamente ligada à questão da geração de valor, mais especificamente, de mais valor. Desta forma, além de atender a uma necessidade, o produto deve ser capaz de realizar além do valor, o mais valor. Sendo assim, a produção agrícola que se move dentro da lógica capitalista está condicionada por este quadro.

Sob tal lógica, portanto, a agricultura produz condicionada pela necessidade de ampliação do capital que com ela se relaciona. Neste quesito é importante destacar a estreita inter-relação existente entre a agricultura e a indústria. Portanto, seja qual for a origem do *capital* investido na agricultura, o objetivo de quem o aplica/cede é a sua expansão. O produtor agrícola capitalizado efetiva sua produção pautando-se na busca pela valorização do seu capital; o agente financeiro (público e/ou privado) que empresta ao produtor agrícola condiciona o empréstimo em termos que lhe garanta ao máximo, o ressarcimento ampliado; a empresa capitalista que atua de forma integrada com o pequeno produtor, em atividades agrícolas e/ou agropecuárias estabelece uma relação com este que também lhe permita o alcance da valorização do seu capital. Com base em tal entendimento há que se ter em conta que a orientação do que produzir advém dos

sinais emitidos pelo mercado, os quais são visíveis especialmente a partir dos preços que ele pratica. São a partir destes, que os produtores tomarão as decisões de produção e os agentes financeiros delinearão as condições de financiamento.

Retornando aos pontos que nos ocupa e que fazem parte da amplitude da questão agrária, é importante ressaltar em que medida a estrutura fundiária é importante para tal temática. Ora, nos parece que esta questão já está respondida, haja vista que a própria estrutura fundiária é um indicativo de como e de que forma se produz, influenciando e sendo por ela influenciada. Ressaltar este forte relacionamento é importante, na medida em que, é através da forma pela qual se apresenta a distribuição da terra numa dada sociedade, que se pode orientar/incitar alterações tanto na base técnica de produção, quanto nas relações de trabalho nela vigente. Além disso, é a partir da definição da estrutura fundiária vigente na sociedade que se devem, ou ao menos se deveriam construir as políticas públicas direcionadas ao campo.

Diante de tal quadro, se faz necessário apreender a estrutura fundiária, que historicamente veio se formando no Sudoeste Paranaense a partir de sua ocupação. Ora, na medida em que a estrutura fundiária informa a maneira pela qual a terra é distribuída numa dada região, é a partir dela que se evidencia a própria questão agrária, e é a partir dela que se definem as relações de produção e de trabalho vigentes no mundo rural. No caso específico do Sudoeste do Paraná, esta estrutura interferirá visivelmente nas decisões de produção tomadas pelos agricultores, como poderá ser verificado.

Neste sentido, partimos do pressuposto de que houve na região um processo de modernização da agricultura a partir das bases trazidas pela Revolução Verde. Mas, quais elementos podem comprovar tal ocorrência? E ainda, qual o seu impacto na estrutura fundiária regional? A resposta a estas questões foram buscadas especialmente a partir dos dados trazidos pelos censos agropecuários realizados a partir da década de 70¹¹¹. A resposta a elas implica na própria apreensão da forma pela qual o desenvolvimento capitalista tem impactado a estrutura fundiária regional, evidenciando ao mesmo tempo a questão agrária que nela se coloca. No que diz respeito aos aspectos que nos propomos a analisar, cabe ressaltar que não utilizamos todos os censos agropecuários do período para todos os pontos que serão tratados. Tivemos dificuldades na obtenção e/ou utilização de alguns dados, especialmente em função de mudanças de

¹¹¹Os dados relativos aos censos agropecuários anteriores à década de 1970 não foram utilizados especialmente em função da estrutura diversa que apresentava a divisão regional no caso específico do Paraná.

caráter metodológico¹¹² nos censos. Apesar de tais limitações, acreditamos que os movimentos gerais puderam ser captados, não havendo portanto nenhum prejuízo neste sentido.

4.2 A AGROPECUÁRIA NO SUDOESTE DO PARANÁ: COMO SE PRODUZ? DE QUE FORMA SE PRODUZ? O QUE SE PRODUZ?

O Sudoeste do Paraná possui uma estrutura fundiária bastante específica, que foi se delineando já a partir de sua ocupação efetiva. Os migrantes que ali chegaram receberam faixas de terra de 40 hectares em média. Como já mencionado, a legalização das terras só ocorreu na década de 1960 e a partir de então, os censos agropecuários nos trazem a cada nova edição a confirmação do domínio da pequena propriedade, pautada em sua grande maioria no trabalho de origem familiar.

É importante lembrar que este trabalho se refere sempre a pequeno produtor - não nos interessa neste momento defini-lo como camponês ou agricultor familiar -, e ainda, que dentro desta opção o parâmetro classificatório é encontrado no tamanho da terra e na relação de trabalho vigente de forma predominante. O que queremos ressaltar é que neste momento - principalmente no espaço deste capítulo - não estamos tratando da questão política que carrega os dois referidos termos, mas tão somente buscando identificar ocorrências que ressaltem a participação do espaço agrário do Sudoeste do Paraná na chamada modernização da agricultura.

Ressaltamos amparados em alguns autores, dentre os quais Belato (1985), que a pequena propriedade, por suas características gerais apresentava certa limitação à aplicação do pacote tecnológico trazido pela Revolução Verde. Diante disto, ela teria de fato ocorrido no Sudoeste do Paraná? Neste sentido, é preciso entender que as generalizações não podem ser tomadas como lei, ou seja, o fato de que predomine nessa região a pequena propriedade - de base familiar - não significa, por sua vez, que ela esteja alheia à modernização e, mais especificamente aos seus efeitos. A sua ocorrência, bem como os seus efeitos, poderiam ser sentidos no que diz respeito à evolução da sua

¹¹² Um exemplo disto é o censo de 2006, que passou a contar com um censo em separado para a chamada agricultura familiar. Diante disto, tivemos dificuldades para captar os dados para a microrregião. Julgamos que os critérios estabelecidos para se definir o agricultor familiar não englobava grande parte do pequeno produtor alvo da nossa pesquisa. Para maiores detalhes verificar metodologia no Censo da Agricultura Familiar de 2006.

estrutura fundiária e, por conseguinte, na resposta dada às três questões ressaltadas, que por sua vez dizem respeito às relações de produção e de trabalho na agropecuária. O que esta pesquisa vem nos mostrando, nos comprovando a cada passo, é a articulação da região, especialmente por meio de sua forma de produzir, ao desenvolvimento do capitalismo e de sua lógica expansiva.

Tal afirmativa pode ser confirmada, a partir da evidenciação das modificações ocorridas em diversos dos pontos que marcam a discussão da questão agrária. Essa constatação é melhor evidenciada, especialmente naqueles aspectos que envolvem a inserção da região – sob forma específica – no processo de modernização da agricultura – que adentrou o Brasil mais significativamente na década de 1960, sob o nome de Revolução Verde.

Conforme se verifica ao longo deste capítulo, a sua participação no referido processo explicita a inter-relação sob a qual se encontram as mais diversas esferas territoriais, no modo de produção dominado pelo Capital.

É preciso dizer que a estrutura fundiária regional se desenhou influenciada por outros fatores além dos financeiros. Um em especial merece destaque, pela singularidade que representa a característica topográfica. A topografia local tem como característica uma declividade que varia de 25 a 50 %, conforme dados do IBGE. São nas áreas de menor declividade que se localizam especialmente as propriedades consideradas de grande porte, ao menos para os padrões regionais, como se constata especialmente a partir dos dados trazidos pelo censo agropecuário de 1995/1996, que indica a presença das maiores propriedades em cidades como Renascença, Francisco Beltrão, Dois Vizinhos, entre outros.

A modernização da agricultura brasileira ganhou impulso na década de 1960, pautada num pacote tecnológico específico que incluía entre outros pontos: a tecnificação da agricultura; o uso de fertilizantes, herbicidas e pesticidas de origem química, bem como o emprego de sementes selecionadas. A promessa do pacote era promover uma verdadeira Revolução Verde, um expressivo aumento de produtividade. Embutido neste pacote estava a tendência da especialização da agricultura sob alguns produtos específicos, dentre os quais principalmente a soja – vedete da revolução verde -, que passou a ser largamente cultivada no país, atendendo então à demanda da grande indústria.

A despeito das inúmeras justificativas adotadas para a sua inserção e, junto com ele, das novas relações de produção na agricultura, há que se dizer que as mudanças

pelas quais ela tem passado, estão necessariamente ligadas a um esforço internacional de ampliar a produção agrícola, que fundamentalmente se traduzem numa maior articulação entre a indústria e a agricultura. Em outros termos, a Revolução Verde surge com vistas a atender as necessidades postas pelo desenvolvimento do capitalismo no âmbito global.

Quando se pensa em modernização da agricultura imediatamente se visualiza amplas propriedades, nas quais se deslocam facilmente tratores, colheitadeiras. Essa associação é quase que automática, e mostra a influência exercida pelos mais diversos meios de comunicação à grande massa, que passa a associar a modernidade e a produtividade, ao uso de um aparato tecnológico que tem nas máquinas agrícolas em geral, um importante signo. Além destas, os adubos químicos, pesticidas, herbicidas, dentre outros, integram o pacote tecnológico que tinha por missão trazer a modernidade para dentro da agricultura brasileira. Se levarmos em conta que o Sudoeste do Paraná apresenta uma topografia com características de forte declividade e cuja estrutura fundiária está assentada de forma predominante na pequena propriedade, poder-se-ia acreditar que a chamada “Revolução Verde” não passou por ali.

Bem, apesar das questões relacionadas à topografia que, de certa forma, dificultaram a adaptação do pacote tecnológico na região em questão, não se pode daí concluir que ele não foi aplicado. Não é de fato o que constatamos, seja por meio dos trabalhos consultados, dos censos agrícolas que nos serviram de base fundamental, da observação da própria paisagem regional, ou das informações obtidas através da pesquisa de campo, que apesar de priorizar aspectos relacionados à integração agropecuária, pôde identificar pontos essenciais relativos às transformações nas relações de produção ali vigentes.

4.2.1 - Estrutura Fundiária: 1970-2006

A estrutura fundiária do Sudoeste Paranaense só foi formalmente definida a partir da regularização da propriedade da terra, o que ocorreu somente nos anos 60. Os dados que temos para esta década são bastante imprecisos, haja vista que os trabalhos de legalização das terras levados adiante pelo GETSOP – Grupo Executivo para Terras do Sudoeste do Paraná - se arrastaram por toda a década e foram concluídos apenas em 1973, quando se encerraram os trabalhos do referido órgão. Por outro lado, as metodologias empregadas pelo censo agrícola (até 1960) e pelo censo agropecuário (a

partir de 1970) dificultam o emprego e o comparativo dos mesmos. Sendo assim, entendemos ser pertinente utilizar os dados disponíveis a partir de 1970.

Uma das particularidades desta região, no que diz respeito à estrutura fundiária é a predominância da pequena propriedade e, por outro lado, o baixo número de estabelecimentos que podem ser considerados como médios e grandes, a partir da classificação adotada pelo INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Sob tais termos, de acordo com o censo agropecuário de 2006, apenas uma fração bastante reduzida, mais precisamente 0,9% (tabela 01) dos estabelecimentos agropecuários do sudoeste paranaense poderia ser classificada como média ou grande. É diante deste contexto regional específico que entendemos ser pertinente aplicar uma classificação distinta, com vistas a evitar que modificações importantes sejam desconsideradas. Tal poderia ocorrer, pela simples incapacidade de que as referidas transformações aparecessem de forma significativa, em função, por exemplo, do uso de um aparato classificatório que atuasse no referido sentido.

Portanto, a classificação que adotaremos para a análise será a descrita no capítulo 03, No que diz respeito especificamente à área, a classificação é a seguinte: pequena, inferior a 50 ha; média, de 50 a menos de 200 ha; a grande, superior a 200 ha. Dadas as características regionais, entendemos que esta classificação nos permite captar mudanças qualitativas que a do INCRA tornaria imperceptível. Esclarecido tal ponto, sigamos adiante.

A análise dos dados fornecidos pelo Censo Agropecuário a partir de 1970 é de considerável importância para o que buscamos no presente capítulo, entender a participação do Sudoeste do Paraná na chamada Revolução Verde e, como tal, identificar as alterações daí advindas, sobretudo nos pontos que envolvem a estrutura fundiária, as relações de produção e de trabalho na agricultura, em resumo, aspectos que dizem respeito diretamente à questão agrária. Diante dessa lógica, parece-nos claro que tenhamos que começar pela estrutura fundiária, ou seja, pela verificação de como a distribuição dos diferentes grupos de área se comportam ao longo do período. A partir da análise das tabelas 01, 02 e 03, podemos perceber movimentos bastante específicos.

No caso da tabela 02, os estabelecimentos com área inferior a 10 ha mostram um crescimento de área que persiste até o censo de 1985. No censo de 1995/96 o que se têm é já uma queda importante, de 22,79%. Se considerarmos a variação acumulada, teremos em 1995/6 uma ampliação de 6,61%, apesar da queda já mencionada. Por sua vez, o aumento na área ao final do período foi acompanhado do aumento no número de

estabelecimentos (tabela. 02). Até 1985 o aumento no número de estabelecimentos foi contínuo, quando então se reduziu, mas mesmo assim, ao fim do período acresceu aos números do censo de 1970, 434 estabelecimentos.

TABELA 02
Distribuição por Grupos de Área, Área Total e Participação Percentual,
1976- 1995/96 - (área em ha)

Faixas de terra	1970	1975	1980	1985	1995/96
01 a menos de 10	113.242	124.566	144.706	149.384	115.343
Participação %	11,11	11,98	13,33	14,07	11,18
Variação %		10,00	16,17	3,23	-22,79
10 a menos de 20	207.656	210.897	225.536	219.574	194.724
Participação %	20,38	20,28	20,77	20,68	18,88
Variação %		1,56	6,94	-2,64	-11,32
20 a menos de 50	380.693	355.207	337.207	312.334	289.460
Participação %	37,36	34,16	31,06	29,41	28,06
Variação %		-6,69	-5,07	-7,38	-7,32
50 a menos de 100	151.965	153.843	153.401	144.335	149.210
Participação %	14,91	14,79	14,13	13,59	14,46
Variação %		1,24	-0,29	-5,91	3,38
100 a menos de 200	64.441	84.273	86.166	92.017	107.011
Participação %	6,32	8,1	7,94	8,67	10,37

Variação %		30,78	2,25	6,79	16,29
200 a menos de 500	50.479	54.124	63.386	77.813	110.506
Participação %	4,95	5,2	5,84	7,33	10,71
Variação %		7,22	17,11	22,76	42,01
500 e mais	50.436	57.002	75.225	66.472	65.348
Participação %	4,95	5,48	6,93	6,26	6,33
Variação %		13,02	31,97	-11,64	-1,69
Total	1.018.912	1.040.012	1.085.727	1.062.029	1.031.602
Variação %		2,07	4,40	-2,18	-2,86

Fonte: IBGE, Elaborada pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.

A segunda faixa, representada pelos estabelecimentos com área de 10 a menos de 20 ha, apresentou um comportamento de elevação que prosseguiu até 1980. A indicação é de que neste grupo se iniciou com maior antecedência um processo de redução da área, que ao final do período resultou numa queda de 5,43% se comparada ao seu início. No que diz respeito ao número de estabelecimentos (tab. 03), este dado acompanhou o desempenho apresentado pela área, com queda em 1985 e 1995/96. Ao final do período, teve-se a redução do número de estabelecimentos acompanhada da redução de sua participação percentual no número total de estabelecimentos que integravam todos os demais grupos. Tal como o ocorrido com a área, ao final do período o número de estabelecimentos era menor em 1995/96 que em 1970, apresentando uma redução de 5,78%, ou seja, 952 estabelecimentos a menos.

Na terceira faixa, cuja área compreendida é aquela que vai de 20 a menos de 50 ha, o que se teve para o conjunto do período foi uma redução de área. No acumulado a queda foi de 26,46%. Quanto à variação do número de estabelecimentos (tab. 03), seguiu o comportamento da área, com redução de 26,92%.

Nos estratos com área de 50 a menos de 100 ha, praticamente se repete o comportamento ocorrido no estrato anterior, apresentando, no entanto, certa especificidade. Primeiro, ao contrário do estrato anterior que apresentou queda contínua para todos os anos do censo, neste ocorreu um pequeno aumento em 1975 de 1,25%. Segundo, contrariando a faixa que lhe precede, em 1995 ele apresenta um crescimento de 3,38% na sua área. No entanto, apesar de tais variações, ao final do período o seu resultado é de queda acumulada de 1,58% em sua área total. Com relação ao número de estabelecimentos, como se verifica na tabela 02 mantém-se o mesmo comportamento da área, ou seja, redução ao final do período.

TABELA 03
Estabelecimentos Agropecuários, Número de Estabelecimentos e
Participação Percentual, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.

Faixas de terra	1970	1975	1980	1985	1995/96
01 a menos de 10	20.225	22.272	27.418	28.299	20.659
Participação %	40,09	42,81	47,58	49,36	43,7
Variação %		10,12	23,11	3,21	-27,00
10 a menos de 20	14.499	14.740	15.716	15.371	13.547
Participação %	28,74	28,33	27,27	26,81	28,65
Variação %		1,66	6,62	-2,20	-11,87
20 a menos de 50	12.775	11.878	11.309	10.519	9.665
Participação %	25,32	22,83	19,62	18,35	20,44
Variação %		-7,02	-4,79	-6,99	-8,12
50 a menos de 100	2.251	2.278	2.255	2.126	2.171
Participação %	4,46	4,38	3,91	3,71	4,59
Variação %		1,20	-1,01	-5,72	2,12
100 a menos de 200	489	630	642	688	786
Participação %	0,97	1,21	1,11	1,2	1,66
Variação %		28,83	1,90	7,17	14,24
200 a menos de 500	172	180	218	268	373
Participação %	0,34	0,35	0,38	0,47	0,79
Variação %		4,65	21,11	22,94	39,18
500 e mais	40	53	68	65	76
Participação %	0,08	0,1	0,12	0,11	0,16
Variação %		32,50	28,30	-4,41	16,92
Total	50.451	52.031	57.626	57.336	47.277
Variação %		3,1	10,8	-0,5	-17,5

Fonte: IBGE. Elaborada pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96.

Quando adentramos na faixa entre 100 e menos de 200 ha o que notamos é uma inversão de comportamento com relação às duas faixas anteriores. Nesta, o que se teve foi uma elevação contínua da área. Em 1975 o aumento foi bastante expressivo, 30,78%. O crescimento acumulado foi, por sua vez, de 56,11%. No que se refere ao número de estabelecimentos (tab. 03), o mesmo comportamento se reproduziu, ou seja, 52,15% a mais que em 1970.

Nas faixas entre 200 e 500 ha, o comportamento é o mesmo do demonstrado pela faixa anterior, ou seja, elevação constante da área. Vale ressaltar que 1980 surge como o ano de maior crescimento da área. Coincidência ou não, vale ressaltar que o final da década de 1970 marcou o período a mudança da política de crédito agrícola. As taxas de juro reduzidas e os subsídios que promoveram o processo modernizador praticamente foram cessados, o que dificultou para muitos produtores, inclusive pequenos e médios, a manutenção na terra, em face dos novos custos que a produção agrícola “modernizada” impunha. Retornando à análise da faixa, o que temos é que ao final do período, a área total era 89,11% maior que a de 1970, número este no mínimo

impressionante. Quanto ao número de estabelecimentos (tab. 03), o aumento é igualmente constante, e ao final do período, o crescimento acumulado é de 87,88%.

Por fim, no último grupo de área há um aumento na área até 1980. A partir de 1985 ela apresenta uma queda que persiste até 1995. No entanto, apesar deste comportamento, no acumulado o resultado é de expansão da área em 31,66%. No que tange ao número de estabelecimentos, apesar do seu comportamento negativo em 1985, ao final do período o aumento é de 87,88%.

Para o conjunto do período, o que tivemos foi redução para as faixas classificadas como pequena¹¹³ propriedade de 102.064 ha de terras, 25,32% de sua área. No que se refere à média propriedade, tivemos 39.815 ha de aumento em sua área total, 54,32% de crescimento com relação a 1970. A grande propriedade, por sua vez, apresentou elevação de 120,77% em sua área ao final do período, o equivalente a 74.939 ha. Portanto, além de absorver área da pequena propriedade, a média e a grande evidenciaram uma expansão para além desta.

No que se refere ao número de estabelecimentos (Tab. 03). A pequena propriedade apresentou para o conjunto do período, uma redução de 3.628 estabelecimentos, 23,36% de seu número total se comparado a 1970. Para o conjunto do período, se estabelecemos um comparativo com o ano de 1975, temos uma redução na participação da pequena propriedade no número total de estabelecimentos, haja vista que ela passou de 93,97% em 1975 para 92,79% em 1995/6.

Com relação à média propriedade, o comportamento foi de ampliação em 48,74% do número de estabelecimentos ao final do período, o que se refletiu também na expansão de sua relação participativa na área total, que de 5,59% em 1975, passou para 6,25% em 1995/96. Por fim, para a grande propriedade repetiu-se o comportamento da área. Ao final do período houve um aumento do número de estabelecimentos da ordem de 161,19%, bem como de sua participação na composição do número total de estabelecimentos, que passou de 0,36% em 1975, para 0,95% em 1995.

A consideração dos dados relativos à participação percentual, tanto do número quanto da área dos estabelecimentos nos permitiu constatar que em todos os estabelecimentos que partem do limite mínimo de 100 ha, houve aumento na participação total da área em 1995/96, com relação a praticamente todos os anos anteriores. Neste sentido, a pequena propriedade que ocupava em 1975 66,42% da área

¹¹³ Pequena: 01 a menos de 50 ha; Média: 50 a menos de 200 ha; Grande: mais de 200 ha.

total, em 1996 passou a ocupar 58,12%. As médias propriedades que em 1975 detinham 22,89% da área total, em 1995 passaram a deter 24,83% desta. As grandes, por sua vez, somavam em 1975 10,68% da área total, contra 17,04% em 1995. Portanto, a análise dos dados nos mostra que o aumento da participação tanto da média quanto da grande propriedade, na área total, se deu à custa da redução nesta, da participação da pequena propriedade.

TABELA 04
Área média dos Estabelecimentos Agropecuários no Sudoeste do
Paraná, 1970 a 1995/96 – (em ha).

Faixas de terra	1970	1975	1980	1985	1995/96
01 a menos de 10	5,60	5,59	5,28	5,28	5,58
10 a menos de 20	14,32	14,31	14,35	14,28	14,37
20 a menos de 50	29,80	29,90	29,82	29,69	29,95
50 a menos de 100	67,51	67,53	68,03	67,89	68,73
100 a menos de 200	131,78	133,77	134,21	133,75	136,15
200 a menos de 500	293,48	300,69	290,76	290,35	296,26
500 e mais	1260,90	1075,51	1106,25	1022,65	859,84

Fonte: IBGE. Elaborada pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuarios, de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 200.

A tabela 04 chama a atenção para outro ponto; em que medida as alterações ocorridas no número de estabelecimentos e na sua área impactou o tamanho médio das propriedades? Ele se deu à custa de redução ou ampliação da área média e, mais especificamente, sob quais categorias de estabelecimentos? É o que a tabela nos permite identificar.

No caso das pequenas propriedades o que se percebe é que a redução na área e no número de estabelecimentos acabou por manter praticamente invariável o tamanho da área média desta categoria, e isto para todas as faixas de 01 a menos de 50 ha. Há que se lembrar, no entanto, que esta manutenção foi acompanhada da redução do número de estabelecimentos e da área total que este estrato da pequena propriedade ocupava. Quando se considera a média propriedade o que se tem é uma elevação ao final do período aqui considerado (1995/96 com relação a 1970) nas duas faixas que a compõem. A grande propriedade por sua vez, tem ao final do período a sua área média reduzida com relação ao início do período. No entanto, este movimento de redução da área média só acontece para a 2ª faixa, a que parte de 500 ha. A primeira faixa, por sua vez, apresentou um comportamento inverso, ela passou de 293,48 ha para 296,26 ha. Por outro lado, há que se observar que essa redução de área ocorre à custa de uma ampliação no número de estabelecimentos. Estes passam de 212 em 1970, para 449 em

1996. Portanto, a redução da área média é menos que proporcional ao aumento ocorrido no número de estabelecimentos.

Considerando o exposto fica visível a ocorrência de um processo de concentração de terras bastante específico, dada inclusive a particularidade regional. Nesse, nota-se que a terra apresenta maior concentração naquelas faixas que variam entre 100 e mais ha. Esta, concentração, por sua vez ganha corpo a partir de 1980, como se evidencia pela na análise das tabelas 01, 02 e 03, e tem ocorrido à custa do estreitamento tanto no número de estabelecimentos, quanto na área total dos estabelecimentos que compõem a faixa dos pequenos produtores.

É preciso ressaltar que apesar da análise demonstrar uma mudança na estrutura fundiária que, ao mesmo tempo em que reduz a participação relativa da pequena propriedade na formação da área total, aumenta a da média e da grande, tal alteração não significa de forma alguma a perda de importância do papel ocupado pela pequena propriedade no Sudoeste do Paraná, cuja predominância é indiscutível na estrutura fundiária regional. Por outro lado, tais mudanças podem indicar alterações nas relações de produção regionais que, por sua vez, evidenciam a sua participação de forma interdependente, no desenvolvimento capitalista que ocorre nos níveis mais amplos da sociedade. A alteração que ocorre na estrutura fundiária regional aponta, de forma positiva, para a participação do Sudoeste Paranaense no processo de modernização da agricultura que adentrou o Brasil a partir de 1960. Para que tal se confirme é preciso, no entanto verificarmos outros indícios.

4.2.2 O Produtor do Sudoeste Paranaense: Principais Características

Já mencionamos em diversas partes do texto que o sudoeste do Paraná é formado fundamentalmente por pequenos produtores. Resta-nos saber um pouco mais deste produtor, caracterizá-lo de forma mais apropriada.

No que se refere ao dirigente do estabelecimento, conforme nos mostra a tabela 05, tal posição é predominantemente ocupada pelo homem, sendo bastante reduzido o espaço da mulher nesta posição, o que inclusive se confirmou quando da nossa pesquisa de campo. Quase sempre o papel assumido pela mulher na entrevista foi coadjuvante, complementando as informações que o esposo (geralmente o dirigente da propriedade) repassava por meio do diálogo conosco estabelecido.

TABELA 05
Características dos Dirigentes dos Estabelecimentos Rurais, Sexo e Grau de Instrução, 2006 - Sudoeste Paraná.

Tempo de direção	Total	Homens	Mulheres
menos de 10 anos	14.473	13.214	1.259
mais de 10 anos	30.006	27.448	2.558
	44.479	40.662	3.817
Grau de Instrução			
Sem qualquer instrução formal	5642	4.852	790
Alfabetização Adulta	1641	1.446	195
Ensino Fundamental Incompleto	26931	24.809	2.122
Ensino Fundamental Completo	5359	5.023	336
Ensino Médio ou Técnico Agrícola	4028	3.749	279
Formação Superior	878	783	95
Total	44479	40.662	3817

Fonte: IBGE. Elaborada pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006.

De outra forma, quando levamos em conta a instrução formal dos dirigentes, pesa também sobre os homens ao mesmo tempo, a ausência de qualquer grau de instrução formal por um lado, e, por outro, o maior índice da instrução de nível superior. Ainda neste aspecto, é importante ressaltar que apenas 1,97% dos produtores freqüentaram os bancos de uma universidade, a grande maioria, 60,54% possui o ensino fundamental incompleto.

Este quadro joga luz sobre algumas percepções que tivemos na pesquisa de campo. Para além da questão da simplicidade do pequeno produtor rural característico da região - que é algo que vai além da instrução formal -, o que torna preocupante este baixo grau de instrução é a sua dificuldade em fazer o acompanhamento e mesmo a consideração de alguns custos – como ficará mais claro no capítulo final, que trata do estudo de caso. A grande maioria dos produtores integrados que foram entrevistados simplesmente não possuem qualquer planilha de custos. Quase todos desconsideram custos como depreciação ou mão de obra, daí o fato de tecerem considerações do tipo: “Óia, nós tamo até contente, porque onde é que a gente ia trabaiá pra ganhá o que a gente ganha aqui? Pra ganhá dois conto por meis nós tinha que tê pelo meno uma faculdade né? Então num dá pra recramá também né?¹¹⁴”.

¹¹⁴ Comentário extraído de um produtor da Seção Jacaré, em Francisco Beltrão, na pesquisa de campo.

Com isto, não queremos generalizar e dizer que este produtor é ingênuo ou que não tem qualquer noção de que poderia, por exemplo, na relação de integrado que mantém com a empresa integradora ter um rendimento melhor. Evidentemente, o próprio estudo de caso nos evidenciou que a lógica que o rege não necessariamente é a capitalista, daí o fato de que o trabalho na maioria das vezes não seja considerado como um custo. Ou seja, de uma forma geral ele tem noção de que poderia estar numa condição melhor, no entanto, ele não tem argumentos técnicos necessários para confrontar o resultado financeiro que ele recebe ao final de cada lote, daí a necessidade de que ele se fizesse representar. Portanto, em face desta ausência e da sua precária formação escolar, o que pudemos constatar foi que apesar de considerarem que poderiam estar em situação melhor, se mostravam contentes com o resultado financeiro, por não quantificarem custos essenciais no processo de trabalho que desempenhavam.

Quando levamos em conta o local onde residem (tab. 06) os produtores rurais encarregados da direção do estabelecimento, temos que a grande maioria, 88,88%, mora no estabelecimento do qual é encarregado, como demonstrado na tabela 05. O campo não é para o produtor do Sudoeste do Paraná apenas o local do seu trabalho, ele é a sua casa, onde se sente bem. Nesta lógica, a terra aparece para ele pra ele antes de tudo como meio de vida, ainda que de fato ele possa considerá-la como instrumento para produção de excedente. Portanto, para a grande parte destes indivíduos, ser alijado do trabalho no campo implica em estar separado de uma forma particular de vida, voltada basicamente para a lida no campo, para as “coisas simples”, como dito por um dos produtores entrevistados.

TABELA 06
Dirigentes dos Estabelecimentos Rurais, Número, Local de Residência, 2006 - Sudoeste do Paraná.

Local de residência	Número	Part. % no total
No Estabelecimento	39.532	88,88
No município, zona rural	1.570	3,53
No município, zona urbana	2.467	11,04
Outro município, zona rural	284	0,64
Outro município, zona urbana	626	1,41
Total	44.479	100

Fonte: IBGE. Elaborada pela autora a partir dos dados do Censo Agropecuário de 2006.

Caracterizado primariamente o dirigente do estabelecimento agrícola, passemos agora para a análise da condição sob a qual está assentado o produtor agrícola do Sudoeste Paranaense. A tabela 07 nos mostra, de uma forma geral, que predomina entre os produtores a condição de proprietários dos estabelecimentos rurais, mas que esta tem se reduzido, especialmente a partir de 1985. Esta redução que se inicia em 1985, se estende até 2006, e é acompanhada por uma redução da área destes estabelecimentos.

Em 2006, a área total dos estabelecimentos nos quais a condição do produtor era de proprietário perfazia de 86,73%, ou seja, predominava sobre todas as demais condições. Quando se analisa o período como um todo, há uma queda de 9,9% no número de estabelecimentos nos quais o produtor rural ocupa tal condição e de 1,56% na área por eles representada.

TABELA 07
Condição do Produtor, Participação Percentual, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.

Ano	Proprietário		Arrendatário		Parceiro*		Ocupante		Assentado**	
	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (há)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)	Estab.	Área (ha)
1970	41.374	909.740	1.961	21.419	3.409	36.010	3.707	51.743		
Part.										
%	82,01	89,29	3,89	2,10	6,76	3,53	7,35	5,08		
Var.%	100	100	100	100	100	100	100	100		
1975	41.420	934.675	3.692	37.009	3.283	32.244	3.846	35.984		
Part.										
%	79,29	89,88	7,07	3,56	6,28	3,10	7,36	3,46		
Var.%	0,11	2,74	88,27	72,78	-3,70	-10,46	3,75	-30,46		
1980	41.973	943.891	3.821	40.770	6.637	62.272	5.233	38.700		
Part.										
%	72,79	86,94	6,63	3,76	11,51	5,73	9,07	67,11		
Var.%	1,34	0,99	3,49	10,17	102,16	93,13	36,06	7,55		
1985	40.697	917.037	4.044	42.352	7.454	63.511	5.144	39.027		
Part.										
%	70,98	86,36	7,05	3,99	13,00	5,98	8,97	3,68		

Var.%	-3,04	-2,85	5,84	3,88	12,31	1,99	-1,70	0,84		
1995 Part.	37.869	912.621	2.756	41.796	3.756	34.610	3.914	42.575		
%	80,10	88,47	5,83	4,05	5,79	3,35	8,28	4,13		
Var.%	-6,95	-0,48	31,85	-1,31	-63,27	-45,51	23,91	9,09		
2006 Part.	37.322	894.759	2.322	34.974	1.872	11.425	2.466	23.019	497	5.774
%	83,91	86,73	5,22	3,39	4,21	1,11	5,54	2,23	1,12	0,56
Var.%	-1,44	-1,96	15,75	-16,32	-50,16	-66,99	37,00	-45,93		

Fonte: IBGE. Elaborado pela autora a partir dos dados disponíveis dos Censos Agropecuários de 1970 a 2006.

*Inclui número de estabelecimentos de produtores sem área.

**Categoria não presente nos censos agrícolas anteriores.

Cabe observar que a participação total da área por eles representada é em 2006, inferior àquela que estava vigente em 1970, ainda que a participação percentual do número de estabelecimentos fosse naquele ano menor que em 2006. Houve, portanto, ao final do período, uma redução no número de estabelecimentos nos quais o produtor rural aparece como proprietário. Esta, no entanto acontece junto com uma ampliação da área ocupada por tais estabelecimentos, o que reforça a questão do movimento de concentração já mencionado em item anterior.

A condição de arrendatário por seu turno expressa uma queda a partir de 95 no número de estabelecimentos cujos produtores usufruíam de tal condição. Esse comportamento prossegue em 2006 com índices expressivos, 15,75 %. Apesar disto, o número de estabelecimentos sob tal condição é maior em 2006 que em 1970, o que se reflete numa participação percentual maior em relação àquele ano, mas inferior diante de todos os outros anos do censo agropecuário. A área total destes estabelecimentos mostra, por sua vez, um crescimento que persiste até 1985, sofrendo em seguida uma leve queda – 1,3%, acompanhada de uma substancialmente maior em 2006, 16,32%. É importante destacar que a redução no número dos estabelecimentos é maior do que a ocorrida na área que eles ocupam o que faz com que a participação percentual da área seja em 2006 maior que a de 1970.

Ainda que a área ocupada pelos arrendatários venha caindo, ela ainda se mostra expressiva, especialmente quando se leva em conta que a área média ocupada sob a forma do arrendamento tem se elevado. Até 1985, a área média arrendada ficava em torno de 10 ha. De 1995/96 em diante ela passa para algo em torno de 15 ha, ou seja, um aumento de 50%, que não pode ser desconsiderado. Diante do contexto específico

do Sudoeste Paranaense, o arrendamento de terras surge como condição para se viabilizar a produção das lavouras características da Revolução Verde, como é o caso da soja e do milho, ou mesmo para viabilizar a integração leiteira no caso de algumas propriedades, como pudemos perceber pela pesquisa de campo. Neste sentido, a referida ampliação da área média poderia ser um indicativo nestes dois sentidos.

Com relação à condição de parceiro, esta sofreu uma queda drástica a partir de 1985, atingindo, tanto o número de estabelecimentos quanto a área que eles ocupam. A redução na participação percentual ao final do período é igualmente importante (4,21% do número de estabelecimentos e 1,11% da área total), especialmente se comparada com os anos de 1980 (11,51% dos estabelecimentos e 5,73% da área) e 1985 (13% dos estabelecimentos e 5,98% da área). A área média ocupada nas quais os produtores se encontravam na condição de parceiro em 2006, era de 6,10 ha, inferior, portanto, à vigente em todos os anos anteriores.

Por fim, a condição de ocupante apresenta um comportamento ascendente no número de estabelecimentos, que persiste até 1985, invertendo-se em 1995/96. No acumulado para o período a redução é de 22,8%. A área ocupada por tais estabelecimentos segue às vezes uma variação inversa a ele, o que acontece em 1975, 1985 e 1995, sendo que nos dois últimos anos acontece uma queda no número de estabelecimentos sob tal condição, com aumento no tamanho da área. A área média segue uma trajetória descendente até 80, se ampliando nos dois anos seguintes e voltando a cair em 2006. A participação percentual da área ocupada sob esta condição em 2006 é inferior à de todos os anos anteriores do censo agropecuário, sendo que o mesmo se repete em relação à participação percentual do número de estabelecimentos sob tal condição, com relação ao conjunto de todos os estabelecimentos, sob quaisquer que sejam as condições do produtor.

4.2.3 A Mão de Obra Ocupada

De acordo com Marx, a relação que se estabelece entre o proprietário dos meios de produção e o da força de trabalho é que determina a condição de exploração capitalista. Uma das discussões mais acirradas dos teóricos da questão agrária está voltada para a definição do conceito de camponês, e da identificação do agricultor familiar sob tal condição ou não. Como já mencionado este não é o tema da nossa

pesquisa, ainda que façamos algumas considerações sobre ele. Mas é justamente em face da ocorrência deste debate, que é preciso lembrar que o pequeno produtor do qual falamos aqui é aquele de caráter familiar e que possui área de terra reduzida – no nosso caso inferior a 50 ha – e que além da área, trabalha com mão de obra preponderantemente familiar. Por seu turno, essa preponderância da mão de obra familiar é aqui entendida não somente a partir de uma contagem anual, e sim, levando-se em conta inclusive os períodos de maior sazonalidade, ou seja, naqueles em que a demanda de trabalho é maior.

Infelizmente, os dados do censo agropecuário não nos permitiram tirar conclusões a este respeito, haja vista que ele considera o trabalho utilizado ao longo do ano agrícola, daí a importância da pesquisa de campo. No que se refere a esta, o que pudemos levantar foi que 100% dos produtores *entrevistados* se caracterizam como pequenos produtores, tanto no que se refere à área quanto no que se refere à questão da mão-de-obra utilizada. Sob o ponto de vista da pesquisa de campo podemos, portanto, caracterizar estes produtores como pequenos, o que não nos seria possível – dado os critérios adotados -, tornamos a enfatizar, a partir dos dados do Censo Agropecuário, que tem em conta sempre o ano agrícola. No entanto, apesar desta limitação que o censo nos impõe, podemos efetuar a partir dele uma análise da variação apresentada pelas classes de ocupação da mão de obra, ao longo do período.

Conforme exposto na tabela 08, o que temos é um crescimento importante na categoria do trabalho permanente, que cresceu quase que de forma contínua (exceto em 1995/96), chegando a um acumulado de 167,33% ao final do período. Ainda que a participação percentual deste trabalho seja reduzida quando comparada a do trabalho familiar, o que temos é uma ampliação da sua participação no cômputo total do pessoal ocupado para todo o período, enquanto que no caso do trabalho familiar a participação sofreu reduções até 1980, aparentemente se estabilizando em torno de 90% do total a partir daí. Por outro lado, a variação acumulada do pessoal ocupado na classe de mão de obra familiar, foi negativa, 0,35%.

TABELA 08
Pessoal Ocupado, Classe de Ocupação, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.

	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006
Familiar*	186.275	227.368	197.430	202.743	144.589	168.813
Participação %	95,36	93,64	90,29	89,32	90,62	90,16

Variação %	100	22,06	-13,17	2,69	-28,68	16,75
Permanente**	2.266	4.147	5.964	6.307	6.249	8.478
Participação %	1,16	1,71	2,73	2,78	3,92	4,53
Variação %	100	83,01	43,81	5,75	-0,92	35,67
Temporário	4.160	9.982	14.215	14.983	6.041	4.043
Participação %	2,13	4,11	6,50	6,60	3,79	2,16
Variação %	100	139,95	42,41	5,40	-59,68	-33,07
Parceria	874	738	605	1.097	1.031	
Participação %	0,45	0,30	0,28	0,48	0,65	
Variação %	100	-15,56	-18,02	81,32	-6,02	
Outra***	1.755	572	437	1.867	1.650	5.893
Participação %	0,90	0,24	0,20	0,82	1,03	3,15
Variação %	100	-67,41	-69,70	327,23	-11,62	257,15

Fonte: IBGE. Elaborada pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

* Na condição de familiar estão somados em 2006 o pessoal ocupado com laço de parentesco que tenha ou não recebido salário.

** Até 1996 a condição de permanente incluía também pessoal ocupado com ou sem laço familiar que recebia salário, o mesmo se repete para a categoria de temporário.

***A condição "outra" inclui, somente a partir de 2006 o pessoal ocupado via intermediação de terceiros e empreiteiros.

Já com referência ao pessoal ocupado sob a forma de parceria, o que temos é um comportamento semelhante ao dos temporários, só que em condição inversa, ou seja, queda quase que contínua para todos os anos do censo que encontramos tal informação. No entanto, apesar de tal comportamento, em 1985 há uma elevação bastante expressiva no volume do pessoal ocupado sob esta condição, o que faz com que ao final, a variação acumulada seja de 41,72%. É importante ressaltar que parece haver uma dificuldade de identificação desta condição, o que fica explícito em algumas notas mencionadas especialmente nos últimos censos agropecuários. Neste sentido, entendemos que os dados referentes a esta condição de ocupação devem ser olhados com bastante cautela.

Portanto, o que podemos afirmar a partir dos dados do censo é apenas a expressividade ocupada pelo trabalho de origem familiar, o que já fora mencionado antes. Por outro lado, tal reconhecimento não implica em anular o comportamento crescente do pessoal ocupado de forma permanente e temporária, o que também pode se colocar como um indicativo da inserção da região na modernização tecnológica trazida pela Revolução Verde, na medida em que ela atua deslocando o trabalho familiar do campo e estabelecendo formas alternativas para o desenvolvimento do trabalho agrícola. O próprio processo de concentração mencionado na análise da estrutura fundiária, a partir da redução no número dos estabelecimentos reforçou isto. Neste aspecto vale

ressaltar que as atividades de integração, quando realizadas na região por produtores de médio e grande porte tendem a ocorrer a partir da contratação de mão de obra. Esta tendência poderá ser afirmada (ou não) no último capítulo, quando se versará sobre a relação de integração estabelecida entre o produtor e a Sadia.

4.2.4 A Utilização da Terra

A forma de utilização da terra é outro indicativo essencial para se apreender questões que refletem o tipo de agricultura nela vigente. No caso do sudoeste do Paraná, temos situações bastante curiosas acontecendo.

Quando tomamos as lavouras de caráter permanente, o que percebemos é que a partir de 1980 a área total por elas ocupada vai se ampliando, e sob índices bastante expressivos, como pode se verificar na tabela 09. De acordo com Santos (2008) - numa pesquisa realizada em parte dos municípios do Sudoeste do Paraná -, tem ocorrido uma maior participação dos pequenos produtores, especialmente, no cultivo de frutíferos, especialmente a uva, com vistas a viabilizar formas alternativas de renda ao produtor que dada a sua reduzida área fica praticamente impossibilitado, diante dos custos e do tamanho da própria área, em se dedicar à produção da soja, por exemplo. O incentivo à produção de frutas tem inclusive feito parte de um projeto de uma entidade local – ASSESSOAR - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, no sentido de auxiliar o pequeno produtor a tornar-se independente em relação ao capital. O fato, é que o crescimento da lavoura permanente é expressivo na região, apresentando no acumulado, aumento de 179% ao final do período.

TABELA 09
Uso da Terra no Sudoeste Paranaense, Participação e Variação Percentual, 1970 - 2006 - Sudoeste Paranaense, (área em ha).

	1970	1975	1980	1985	1995	2006
Lavouras Permanentes	6.867	4.020	6.628	9.608	10.605	21.213
Participação %	0,67	0,39	0,61	0,90	1,03	2,19
Variação %		-41,46	64,88	44,96	10,38	100,03
Lavouras Temporárias	380.677	526.962	654.498	617.162	456.542	414.749
Participação %	37,36	50,67	60,29	58,12	44,26	42,76
Variação %		38,43	24,20	-5,70	-26,03	-9,15
Pastagens Naturais	47.870	73.719	73.967	41.861	95.818	99.525

Participação %	4,70	7,09	6,81	3,94	9,29	10,26
Variação %		54,00	0,34	-43,41	128,90	3,87
Pastagens Plantadas	128.909	93.950	106.817	174.987	249.966	187.093
Participação %	12,65	9,03	9,84	16,48	24,23	19,29
Variação %		-27,12	13,70	63,82	42,85	-25,15
Matas e Florestas Naturais	198.076	114.804	85.184	77.108	105.269	170.952
Participação %	19,44	11,04	7,85	7,26	10,20	17,62
Variação %		-42,04	-25,80	-9,48	36,52	62,40
Matas e Florestas Plantadas	6.776	8.765	11.182	18.140	17.684	23.198
Participação %	0,67	0,84	1,03	1,71	1,71	2,39
Variação %		29,35	27,58	62,23	-2,51	31,18
Outras	249.737	217.692	147.358	123.063	95.718	53.221
Participação %	24,51	20,93	13,57	11,59	9,28	5,49
Variação %		-13	-32	-16	-22	-44
Total	1.018.912	1.039.912	1.085.634	1.061.929	1.031.602	969.951

Fonte: IBGE. Elaborada pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuário: 1970 a 2006..

No que se refere ao uso do solo para lavouras de caráter temporário, temos uma situação curiosa. O comportamento é de elevação em 1975 e 1980 e queda para nos 3 censos seguintes. Apesar disto, a área segue sendo majoritariamente a de maior participação percentual no total das terras utilizadas. Por outro lado, como veremos na tabela 10, apesar de tal comportamento, a quantidade colhida de soja e milho tem se ampliado, o que é um forte indicativo da atuação da modernização agrícola na região. Outro ponto a se considerar é que tanto a soja quanto o milho são ingredientes fundamentais na produção da ração para a pecuária de pequeno porte. Neste sentido, boa parte da lavoura de soja e milho plantada tem por destino a agroindústria, que na maioria das vezes acaba estabelecendo a compra da soja e do milho já de forma antecipada. Outro fato que merece consideração e que com certeza influenciou sobremaneira as decisões de produção do produtor da região, foi o longo período de seca ocorrido em 2004 e 2005. Naturalmente, os efeitos desta se refletiram nos dados do censo de 2006. É importante ressaltar que mesmo considerando as variações negativas de área neste tipo de lavoura, em 2006 a área por ela ocupada foi maior que a de 1970, bem como a sua participação na área total.

O uso do solo para pastagens naturais vem por seu turno, aumentando desde 1975, à exceção somente de 1985. A área em 2006 é praticamente o dobro daquela de 1970. No resultado acumulado do período, o crescimento é bastante significativo, 144%, envolvendo naturalmente, aumento da sua participação total. Por sua vez, as

áreas de pastagens plantadas assumem um comportamento semelhante, excetuando-se o ocorrido no final do período, o que provavelmente é reflexo da forte seca pela qual passou a região nos dois anos anteriores. No total, houve um crescimento acumulado para o período, de 68%. A ampliação nas áreas de pastagens pode ser apreendida a partir do contexto regional. A região Sudoeste possui uma importante produção leiteira, que é estimulada especialmente pela expressiva presença de laticínios¹¹⁵ e de cooperativas nas cidades da região. Estes estabelecimentos adquirem parte expressiva do leite produzido nos estabelecimentos rurais, evidenciando o aumento da integração entre a indústria e o campo. Por outro lado, o leite, como também a integração avícola e a suína, surgem como alternativas aos pequenos produtores, diante do já mencionado quadro que é característico da região, baixo volume de terra, agregado a custos elevados para se produzir produtos como a soja. É o que afirma, por exemplo, Santos (2008).

No que tange à área utilizada para matas e florestas, mais especificamente as naturais, os dados dos censos agropecuários nos mostram já nos anos 70, aquilo que afirmamos em capítulo anterior, sobre a substituição do modo de vida caboclo pelo do colono gaúcho. Nota-se uma redução expressiva nas áreas de matas e florestas naturais de 1975 para 1970. Esse comportamento ainda prossegue até 1985 e a partir de então o que se tem é uma inversão. As áreas destinadas a matas e florestas (naturais e plantadas), têm apresentado variação positiva, com resultados expressivos ao final do período. No caso das florestas plantadas, especificamente, este é extremamente importante, 148% de crescimento acumulado. Dentre os fatores que explicam tal comportamento podemos citar, além do aumento da fiscalização, que tem acontecido no sentido de delimitar as áreas necessárias pra reserva de mata, o “estímulo” advindo de empresas e organizações locais, no sentido de plantar árvores de cunho comercial, como o eucalipto e o pinus. A esse respeito vale ressaltar que em 2006 o governo do Paraná identificou na região - através de um estudo desenvolvido em parceria com as universidades estaduais - a indústria moveleira, como um importante arranjo produtivo local, clarificando, desta forma, as bases sob as quais se realiza a referida expansão. Por outro lado, a SADIA tem atuado como estimuladora da plantação de eucaliptos, haja vista que a referida madeira é utilizada para fins de aquecimento dos aviários. A esse respeito, os Relatórios Anuais da empresa desde a segunda metade da década de 1990

¹¹⁵ A Latco é um laticínio de importância considerável na região. Ele tem uma relação de parceria firmada com parte importante dos produtores da região sudoeste, especialmente os situados mais próximos de Francisco Beltrão, onde está a sua sede.

faz menção à sua *preocupação com a produção sustentável*. É nesta lógica que ela, através do setor de fomento – que por meio dos técnicos agropecuários atua diretamente com o produtor -, tem orientado os produtores com vistas a desenvolver o plantio deste tipo de árvore em suas propriedades, tornando-os auto-suficientes em lenha.

Diante do exposto, a utilização da terra aparece, portanto, com um quadro no qual se evidencia fortemente a presença da modernização agrícola na região. No entanto, quando analisamos este ponto é preciso ter em conta as especificidades regionais - o que buscamos priorizar. É preciso lembrar que a região apresenta forte declividade, o que faz, inclusive, com que as maiores propriedades acabem se fixando nas áreas de menor inclinação. Santos (2008), numa pesquisa de campo realizada em 27 municípios do Sudoeste Paranaense constatou que o problema da declividade foi “amenizado” por meio da concentração das lavouras temporárias nas áreas mais planas. São nestas, conforme destaca a referida autora, que são cultivados os produtos que incorporam de forma integral, o pacote tecnológico da modernização agrícola.

Considerando tal afirmativa, não se pode dela depreender que naquelas áreas mais acidentadas não tenha ocorrido a introdução do pacote tecnológico, mas sim, a sua adoção de forma parcial, através do emprego de suas técnicas apenas em determinadas parcelas da área agrícola. É neste sentido que entendemos ser importante destacar, que a redução das áreas utilizadas para o cultivo das lavouras de caráter temporário, pode significar ao que tudo indica, a concentração deste tipo de cultivo nas áreas mais planas e, por outro lado, a destinação das áreas de maior declividade para pastagens e reflorestamento com fins comerciais.

Assim, a redução da área de lavouras temporárias que ocorre a partir de 1985 aparece como um indicativo da adaptação regional ao pacote tecnológico, priorizando, portanto, as áreas que melhor se adaptam à tecnificação para esta espécie de cultivo. Ao mesmo tempo, aquelas áreas consideradas impróprias são então destinadas para a pastagem, especialmente do gado leiteiro e para o reflorestamento com forte cunho comercial. Esse quadro, além de evidenciar a inserção regional – de forma específica e em muitos casos parcialmente - no processo de modernização agrícola, demonstra a dificuldade encontrada por grande parcela dos produtores, especialmente os pequenos, de caráter predominantemente familiar, em absorver tais mudanças. Esta dificuldade advém, de acordo com Santos (2008, p. 176), “da dificuldade de se produzir nas pequenas unidades, a partir do pacote tecnológico, tanto em virtude do custo como da adequação às condições locais ao mesmo.”

Por fim, como este item menciona a atuação do pequeno produtor em atividades outras que não as dedicadas à lavoura temporária, vale ressaltar que a região ocupa o segundo lugar no Paraná em termos de criação de aves, perdendo somente para a região oeste, na qual a Sadia também se faz presente. No entanto, a discussão acerca da integração avícola no Sudoeste do Paraná será objeto do capítulo final, que expõe o estudo de caso por meio do qual buscamos retratar o aprofundamento da inserção do capital no espaço agrário. Por hora mencionamos a integração avícola apenas como um indicativo das mudanças ocorridas na pauta da produção agropecuária da região.

No referido capítulo será possível apreender a partir da constituição da integração avícola que ocorre na região, a inter-relação vigente sob o modo capitalista de produção entre as mais diversas esferas territoriais e, por conseguinte a forma como elas se ajustam ao desenvolvimento do capitalismo. Esta adaptação por sua vez, acarreta desenhos específicos na relação do capital com o trabalho, inclusive no campo. É neste sentido que Oliveira (1981) afirma a presença no campo, de outras relações que não apenas as tipicamente capitalistas, como exemplo, a relação de “parceria” que se desenvolve através da integração avícola e fumageira em curso, especialmente nas pequenas unidades familiares do sul do país. Para o referido autor o que ocorre nesses casos é uma “monopolização da terra pelo capital”, pois nestes casos a pequena propriedade familiar é de fato regida segundo a determinação da empresa integradora. Portanto, ainda que formalmente o pequeno agricultor tenha em mãos um contrato de “prestação de serviços” e mantenha a propriedade das condições de produção, ou melhor, de parte delas, é a empresa integradora que estabelece a forma como deve acontecer a produção. Mas desta questão trataremos adiante.

Para encerrar este item podemos então enfatizar que a forma de utilização da terra no Sudoeste do Paraná confirma a ocorrência de mudanças que comprovam a inserção regional no processo de modernização da agricultura traduzido pela chamada Revolução Verde. Considerando-se, portanto, tal quadro, ele nos conduz à investigação de alguns outros pontos que continuem a ratificar os resultados até aqui obtidos, quais sejam, a pauta dos principais produtos da lavoura temporária, a tecnificação da agricultura via emprego de máquinas agrícolas, o emprego de fertilizantes, herbicidas e pesticidas de origem química.

4.2.5 Principais Produtos da Lavoura Temporária

Se tomarmos os três principais produtos de cultivo da lavoura temporária que são característicos da região (tabela 10), já verificamos de início que um deles diz respeito basicamente a um produto de subsistência, que faz parte do dia a dia da mesa do brasileiro, o feijão. Apesar disto, é justamente este produto que tem apresentado uma trajetória de redução, seja no número de estabelecimentos voltados à sua produção, na extensão da área cultivada e na quantidade da produção. No que se refere à quantidade, no entanto, é preciso considerar a variável com cautela, pois apesar de uma redução de 79,76% na área cultivada em 2006 com relação a 1970, a queda na produção foi de 48,16%. Portanto, houve um aumento de produtividade no cultivo da referida lavoura, oriunda, provavelmente do tratamento da aplicação de adubos e fertilizantes, especialmente os de origem orgânica, haja vista que esta produção é característica dos menores produtores. São estes que utilizam com mais intensidade este tipo de insumo, haja vista a restrição dos seus recursos. Além do mais, este produto não é característico do pacote tecnológico trazido pela Revolução Verde, o que reforça a sua presença entre os menores produtores. Cruzando as informações obtidas em nossa pesquisa de campo com as levantadas por Santos (2008), o que pudemos deduzir é que o plantio desta lavoura - que é característica de subsistência - foi relegado para aqueles estabelecimentos que possuem terreno mais acidentado, e para aquelas propriedades menores, dentre as já pequenas propriedades do Sudoeste do Paraná.

TABELA 10
Principais Produtos da Lavoura Temporária: Soja, Milho, Feijão,
Quantidade e Área Colhida, Rendimento Médio, Variação
Percentual*, 1970 a 2006- Sudoeste Paranaense.

	1970	1975	1980	2006
Soja				
Estabelecimentos	21.349	31.770	22.604	14.015
Variação %		48,81	-28,85	-34,35
Quantidade (t)	48.111	245.476	329.543	558.695
Variação %		410,23	34,25	1.061,26
Área (ha)	60.345	187.931	204.871	225.997
Variação %		211,43	9,01	274,51
Produtividade (t/ha)	0,80	1,31	1,61	2,47
Milho				
Estabelecimentos	49.249	50.814	53.242	26.471
Variação %		3,18	4,78	-50,28
Quantidade (t)	443.980	661.609	826.999	711.317

Variação %		49,02	25,00	-13,99
Área (ha)	246.665	308.584	345.073	163.989
Variação %		25,10	11,82	-52,48
Produtividade (t/ha)	1,80	2,14	2,40	4,34
Feijão				
Estabelecimentos	42.639	38.727	46.522	7.482
Variação %		-9,17	20,13	-82,45
Quantidade (t)	42.120	48.518	66.069	21.837
Variação %		15,19	36,17	-48,16
Área (ha)	74.932	59.600	97.092	15.167
Variação %		-20,46	62,91	-79,76
Produtividade (t/ha)	0,56	0,81	0,68	1,43

Fonte: IBGE. Elaborada pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 2006.

* Variação percentual sempre com relação à 1970.

Como tivemos dificuldades para acessar alguns dados dos censos de 1985 e 1995/96 para a microrregião que aqui nos ocupa, optamos por levantar os dados relativos aos principais produtos da lavoura temporária da região, também no SEAB/DERAL, a fim de verificarmos o desempenho para o período que no IBGE ficou em aberto. Ratificamos, no entanto que as diferenças metodológicas utilizadas pelos dois órgãos são bastante diversas, o que implica na grande diferença dos dados quantitativos e na impossibilidade de comparativo entre eles. Sendo assim, como nossa pretensão é apenas acompanhar o movimento dos produtos ao longo do período - tanto num quanto noutro caso -, não vemos problema em sua utilização.

Se considerarmos a partir dos dados da tabela 11 a extensão da área ocupada com o feijão e a produção dela resultante no período de 1980 a 2008, o que temos é também redução da área ao final do período de mais de 50% na área cultivada. Por outro lado, apesar da redução na área de mais de 50%, há um aumento da produção bastante expressivo (56,68%). De 1985 a 1995, o que vemos são variações significativas tanto na área quanto na quantidade produzida. Além de representarem um possível processo de adaptação da cultura às menores propriedades da região, elas devem ser consideradas à luz da vigência dos preços do produto no mercado, o que não é nosso objetivo fazer aqui. No entanto, a própria variação em si ressalta que a cultura tem sido relegada a segundo plano, ficando praticamente de fora daquelas propriedades que possuem maior relação com o mercado, via cooperativa, especialmente. Cabe

ressaltar que foi esta também a constatação de Santos (2008) na pesquisa de campo realizada para a região.

TABELA 11
Principais Produtos da Lavoura Temporária: Soja, Milho, Feijão, Quantidade e Área Colhida, Rendimento Médio, Variação Percentual, 1980 a 2008 - Sudoeste Paranaense.

Soja	1980	1985	1990	1995	2000	2005	2008
Quantidade (t)	502.482	492.045	546.648	603.899	780.492	680.073	1.212.898
Variação %	100	-2,08	11,10	10,47	29,24	-12,87	78,35
Área (ha)	282.594	264.745	280.930	222.160	299.519	439.781	448.460
Variação %	100	-6,32	6,11	-20,92	34,82	46,83	1,97
Produtividade (t/ha)	1,78	1,86	1,95	2,72	2,61	1,55	2,70
Milho							
Quantidade (t)	826.901	979276	1.020.009	1.621.768	1.487.695	1.257.690	1.720.294
Variação %	100	18,43	4,16	59,00	-8,27	-15,46	36,78
Área (ha)	311.470	385650	447.475	477.270	360.265	258.150	271.810
Variação %	100	23,82	16,03	6,66	-24,52	-28,34	5,29
Produtividade (t/ha)	2,65	2,54	2,28	3,40	4,13	4,87	6,33
Feijão							
Quantidade (t)	56.291	116.228	35.936	129.765	51.337	41.651	88.197
Variação %	100	106,48	-69,08	261,10	-60,44	-18,87	111,75
Área (ha)	118.616	139.133	84.388	107.780	62.715	30.099	53.750
Variação %	100	17,30	-39,35	27,72	-41,81	-52,01	78,58
Produtividade (t/ha)	0,47	0,83	0,42	1,20	0,81	1,38	1,64

Fonte: SEAB/DERAL, Elaboração da Autora.

A afirmativa feita anteriormente fica mais explícita se considerarmos o caso da soja. Se tomarmos os dados da tabela 10 – IBGE –, o que veremos é um aumento constante na área cultivada, apesar da redução no número de estabelecimentos. Esse dado, a propósito, revela que o crescimento da produção se deu à custa da concentração de terras, resultado este característico da Revolução Verde. Por outro lado, há que se reforçar que da mesma forma que o feijão passou a ser característico de determinadas propriedades, a soja também revelou a mesma face, ou seja, ela se mostrou inviável para a produção naquelas propriedades menores e/ou de terreno mais acidentado. Neste sentido, a sua produção acabou se concentrando em propriedades maiores e com áreas mais planas, nas quais a utilização do maquinário característico da Revolução Verde se faz possível. No que diz respeito à produtividade, em 2006 a quantidade de toneladas por ha foi de 2,47, enquanto que em 1970 obtinha-se o montante de 0,80 ton/ha. Desta forma, considerando o aumento da produtividade e ainda, o aumento da produção acompanhado da redução no número de estabelecimentos, o que temos é mais um indicativo de que a produção da Soja se deu sob a lógica da modernização agrícola.

O milho apresenta um comportamento bastante semelhante ao da soja. Tanto os

dados do IBGE (tab. 10) quanto os da SEAB/DERAL (tab. 11) apontam para o aumento na quantidade produzida, apesar da redução na área plantada, o que ratifica o aumento da produtividade. Por sua vez, os dados do IBGE nos permitem verificar que apesar da redução significativa tanto na quantidade da área plantada, quanto no número de estabelecimentos, a produção total aumentou se comparada ao início do período, o que revela, portanto, um aumento expressivo de produtividade.

Por outro lado, os dados de redução da área plantada e do número de estabelecimentos devem ser vistos com cautela para o período de 2006, haja vista que a forte seca por que passou a região nas duas safras anteriores certamente impactaram neste resultado. Isto fica claro se consideramos o ano de 2005 na tabela 10. A propósito, se tomarmos em conta o milho a partir dos dados da Secretaria da Agricultura do Paraná, o que temos (com exceção de 1995 e 2005) é um movimento crescente tanto na área quanto na produção. Dessa forma, podemos inferir que essa produção se amplia também sob o signo da modernização da agricultura, o que se confirma pelo crescimento da produtividade, apesar da redução da área.

No entanto, não podemos esquecer que o milho é um produto de elevada utilização nos estabelecimentos agropecuários da região, especialmente como ração animal no período do inverno. Portanto, há aqui uma especificidade que só pode ser captada na pesquisa de campo. De acordo com as informações que obtivemos na pesquisa de campo realizada e também nos comentários de Santos (2008), a ampla maioria dos produtores – mesmo os menores – cultiva o referido cereal. Nem todos, no entanto, utilizam as técnicas procedentes do pacote tecnológico. Ou seja, a plantação, a colheita e o beneficiamento do cereal não necessariamente acontecem a partir do referido pacote e o seu consumo está muitas vezes voltado apenas atender as necessidades oriundas da propriedade. Há, portanto aqui uma especificidade a ser considerado. A produção do milho acontece nas propriedades maiores a partir de uma configuração moderna, seguindo a lógica trazida pela Revolução Verde. Nas pequenas, no entanto ela continua a se realizar, na maioria das vezes sob forma considerada arcaica. No primeiro caso o objetivo é o mercado, no segundo, o consumo na propriedade.

4.2.6 A Tecnificação da Agricultura: Máquinas e Implementos Agrícolas em Geral

Um dos importantes sinais da modernização da agricultura é a utilização das máquinas agrícolas. Dentre estas se destacam os tratores, as colheitadeiras, as plantadeiras, etc. No caso do trator, o seu uso permite a utilização de outros equipamentos agrícolas, além de potencializar o uso do pacote tecnológico. Ao considerarmos o número de tratores nas unidades de produção agropecuárias (tab. 12) ao longo do período de 1970 a 2006, é preciso que observemos que se parte de um número bastante inexpressivo, o que por sua vez implica – se visto do ponto de vista percentual principalmente - em uma variação extraordinária.

TABELA 12
Arados de Tração Animal e Mecânica no Sudoeste do Paraná - 1970 a 1995/6.

	1970	1975	1980	1985	1995/96
Animal	30.384	39.972	40.975	52.732	35.290
Variação percentual	100	31,56	2,51	28,69	-33,08
Mecânica	178	2.031	3.753	4.645	7.342
Variação percentual	100	1041,01	84,79	23,77	58,06

Fonte: IBGE. Elaborado pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1995/96.

Se olharmos os dados somente a partir deste aspecto, o Sudoeste do Paraná figurará certamente com índices espetaculares no que se refere à utilização das tecnologias trazidas pela Revolução Verde. Mas, como já mencionado, é preciso atentar para o todo. Neste sentido, o que verificamos é que o maior aumento ocorre entre 1970 e 1980, tal como se dá com os arados à tração mecânica. A título de exemplo, podemos destacar: se compararmos o total de tratores em 1975 com 1970, o que temos é uma variação percentual de 1336%, que retrata o aumento de 1678 unidades. Por outro lado, se considerarmos a variação percentual ocorrida em 2006 com relação a 1980, esta é de 45% e diz respeito a um aumento de 2868 unidades. Daí a necessidade de se relativizar a interpretação dos dados quantitativos. Igualmente, é preciso também levar em conta o que foi observado na pesquisa de campo, o fato de que a utilização do trator acontece de forma preponderante nas propriedades maiores. As propriedades menores que eventualmente o utilizam, o fazem – a partir dos serviços do vizinho.

TABELA 13
Máquinas Agrícolas: Tratores, Arados, Colheitadeiras, Plantadeiras, 1970 -2006 - Sudoeste Paranaense

	1970	1975	1980	1985	1995/96	2006*
Tratores						

menos de 10 c.v	47	161	126	195	326	
10 a menos de 20 c.v			314	237	173	7.270
20 a menos de de 50 c.v	94	665	910	1.008	902	
de 50 a menos de 100 c.v	61	1.935	4.521	5.610	6.974	
de 100 c.v e mais	6	225	454	431	842	1.923
Total	208	2.986	6.325	7.481	9.217	9.193
Arados						
tração animal	42.239	53.494	58.275	67.734	43.949	
tração mecânica	337	3.270	6.488	5.443	7.973	
Máquinas						
Colheita (automotrizes e combinadas)	4.259	2.621	4.194	2.635	2.067	2.021
Plantio			6.552	7.475	8.418	7.909

Fonte: IBGE. Elaborado pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários de 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

*Os dados relativos a arados não foram considerados para 2006 pelo fato de aparecerem agregados. Entendemos que o montante diferia muito do que fosse o provável e neste sentido resolvemos não utilizá-lo.

Se considerarmos os dados do IBGE relativos ao emprego de arados (tab. 13), o que verificamos para o período de 1970 a 1995/6 é um aumento expressivo no número de arados à tração mecânica. Também neste ponto é preciso observar com cautela este dado, pois muito mais que expressar um crescimento excepcional, ele também expressa a baixíssima quantidade deste tipo de equipamento na década de 1970. Em outros termos, o crescimento é expressivo também em função de que se parte de uma quantidade muito pequena. Por outro lado, essa configuração retrata a forma de ser da agricultura do Sudoeste do Paraná em meados da década de 1970, ou seja, praticamente alheia ainda ao capital, ao menos no que diz respeito à forma pela qual acontece a produção. É justamente a reversão deste quadro que a modernização da agricultura vem provocar, por meio da inserção do capital no espaço da produção.



FIGURA 04

Utilização de Maquinário Agrícola – Sudoeste do Paraná

Fonte: SANTOS (2008, p. 150)

Paralelo ao aumento do arado mecânico, continua ainda a participação expressiva do arado à tração animal, o que marca a especificidade da região, haja vista que nas menores propriedades, onde o que se produz é mais a lavoura de subsistência – caso do feijão, por exemplo -, bem como naquelas de declividade mais acentuada, a utilização da tração mecânica fica inviabilizada já do ponto de vista técnico – para não mencionar o financeiro. Subsiste, portanto na paisagem da região uma forma de cultivar a terra ainda característica dos colonos que derrubaram as matas para plantar as primeiras “roças”. Essa especificidade se acentua marcadamente, como já mencionado, em função da persistência numa região de relevo relativamente acidentado, da pequena propriedade. É justamente esta que na maioria das vezes é instada a diversificar as suas atividades – como constatamos na pesquisa de campo -, a fim de manter-se na terra.



FIGURA 05

Utilização de Maquinário Agrícola – Sudoeste do Paraná

Fonte: SANTOS (2008, p. 149)

Outra máquina que é representativa da modernização da agricultura é a colheitadeira. O acompanhamento da sua variação numérica na região nos traz algumas particularidades. Ao contrário do que aconteceu com o arado e com o trator, o que notamos foi um comportamento de queda no número destas. De 1985 a 2006 esse movimento prossegue. Neste caso, é importante ter em conta que o aumento no plantio das lavouras características da Revolução Verde se deu a partir da concentração de terras – como mencionamos ao tratar da soja. Neste sentido, se levarmos em conta que tais equipamentos são reservados à utilização em tais áreas, a sua redução passa a ser compreensível.

Por outro lado, a redução expressiva que ocorre tanto em 1975 quanto em 1985, pode ser entendida sob dois ou três aspectos, quais sejam: 1) a redução da disponibilidade do crédito agrícola a partir do final da década de 1970; 2) o seu elevado custo de manutenção diante da constante renovação tecnológica das mesmas; 3) a inadequação

da sua utilização em determinados espaços. É neste contexto que muitos produtores acabam por optando em não renovar sua frota, passando a utilizar o serviço de terceiros, quando necessário. Essa a propósito foi uma constatação da própria pesquisa de campo, reforçada também por Santos (2008).

4.2.7 Insumos de Origem Química

De 1970 a 1980 o que verificamos é um aumento na quantidade de fertilizantes utilizados, tanto os químicos quanto os orgânicos. No entanto, fica por conta dos químicos o maior crescimento, o que se retrata no aumento da sua participação percentual no total utilizado. Por outro lado, há que se verificar que esse aumento na utilização do adubo persiste mesmo com a redução no número dos estabelecimentos, o que pode indicar que a continuidade do aumento na adubação pode expressar a sua maior utilização nas lavouras permanentes características do pacote tecnológico, a soja e o milho.

TABELA 14
Uso de Fertilizantes, Segundo Origem, Participação e Variação Percentual, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense

Ano	Estabelecimentos	Fertilizantes			Participação % no Total	
		Química	Orgânica	Total	Química	Orgânica
1970	50.451	405	210	615	65,85	34,15
1975	52.241	6.565	1.392	7957	82,51	17,49
1980	57.664	22.399	6.597	28.996	77,25	22,75
1985	57.339	24.658	26.726	51.384	47,99	52,01
2006	44.479	30.907	22.820	53.727	57,53	42,47

Fonte: IBGE. Elaborado pela autora a partir dos Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1985, 2006.

De outra forma, em 1985 e em 2006, o que se tem é uma substantiva ampliação na utilização do adubo orgânico (tab. 14). Em 1985 a participação percentual deste tipo de fertilizante é maior inclusive que a do químico. Este movimento pode ser um indicativo da ampliação da utilização do fertilizante orgânico na pequena propriedade, aquela que tem se voltado basicamente para a produção de subsistência e que de forma eventual acaba comercializando seus excedentes à maneira típica do antigo produtor: de porta em porta; nas feiras locais; na beira das rodovias. A este propósito, vale ressaltar

que a rodovia que liga Cascavel ao Sudoeste do Paraná, nos permite ver ao longo de toda a estrada, os indicativos de que as pequenas propriedades que margeiam a estrada “Vendem Feijão Novo”. A pesquisa de campo, por outro lado, reforçou a constatação de que a maioria dos pequenos produtores tem utilizado o fertilizante orgânico, inclusive por não desenvolver – ou apenas parcialmente – em sua propriedade lavouras que exijam os insumos ditados pelo pacote tecnológico.

4.2.8 Financiamentos, Despesas e Investimentos

As informações elencadas ao longo do capítulo nos dão conta da ocorrência de alterações na base técnica da produção. Estas foram demonstradas na modificação das áreas de lavoura permanentes, da utilização de máquinas e equipamentos de origem mecânica, e ainda, no emprego de fertilizantes de origem química. Esta mudança aponta, portanto para a efetiva inserção do capital na agricultura do Sudoeste, especialmente a partir da década de 1970, via adoção – sob forma característica e parcial – na região. Para que ela se efetivasse, no entanto, foi necessário o uso de um importante instrumento, o crédito agrícola. Neste sentido, façamos uma breve consideração acerca da evolução da utilização deste recurso na região, segundo as suas finalidades, haja vista que é ele que permite a materialização da inserção do capital no campo, seja por meio do uso de máquinas e equipamentos, ou pelo uso de sementes, herbicidas, fertilizantes, etc.

TABELA 15
Financiamento, Estabelecimentos que Obtiveram Financiamento
Segundo a Finalidade, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.

Finalidade	1970	1975	1980	2006
Investimento	1.408	2.161	2.255	4.595
Participação percentual no total	30,14	22,22	10,82	19,93

Custeio da Produção	2.621	5.607	14.287	18.045
Participação percentual no total	56,10	57,65	68,54	78,27
Comercialização da Produção	210	80	177	30
Participação percentual no total	48,50	4,26	4,29	7,77
Outros	433	1.878	4.127	386
Participação percentual no total	9,27	19,31	19,80	1,67
Total	4.672	9.726	20.846	23.056

Fonte: IBGE. Elaborado pela autora a partir dos dados dos Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

*Para outros fins e para 2 fins ou mais a contagem está em outros

Os dados do censo agropecuário de 1970 a 2006 mostram um aumento expressivo no número de estabelecimentos que passaram a fazer uso do financiamento rural (tab. 15). A maior parte destes financiamentos foi acessada a partir de órgãos de financiamento do governo, especialmente porque no caso do pequeno produtor do Sudoeste do Paraná esse é o caminho predominante. A esse respeito, vale ressaltar que desde a década de 1970, o Banco do Brasil responde por mais de 50% do volume de crédito concedido aos produtores na região.

O que chama a atenção na tabela 15 é o crescimento no número de estabelecimentos que em 1975 e em 2006 utilizaram esse crédito para investimento. Este movimento pode ser indicativo, para o caso de 1975, da tentativa destes estabelecimentos em se adequarem ao pacote tecnológico e, no segundo caso, da busca por parte dos estabelecimentos rurais em firmar a sua integração à indústria, especialmente a leiteira e a avícola. Nos dois casos, mas especialmente no caso da avicultura integrada, as necessidades de investimento em infra-estrutura e modernização da instalação são uma constante, o que leva o produtor a estar sempre acessando novos contratos, inclusive antes de findar um mais antigo. A pesquisa de campo nos permitiu constatar com bastante segurança esta realidade.

TABELA 16
Financiamento, Estabelecimentos que Obtiveram Financiamentos Segundo as Fontes, 1970 a 2006 - Sudoeste Paranaense.

Origem	1970	1975	1980	2006
Entidades do Governo*	3.045	8.735	18.189	15.151

Participação percentual no total	65	90	87	73
Cooperativas			2.194	5.530
Participação percentual no total			11	27
Outras Fontes**	1.849	1.698	1.568	1.009
Participação percentual no total	40	17	8	5
Estabelecimentos Informantes	4672	9726	20846	20.667

Fonte: IBGE, Censos Agropecuários, 1970, 1975, 1980, 1985, 1995/96, 2006.

*No censo de 2006 desaparece o termo entidades do governo em surge em seu lugar o bancos. Como no caso específico do sudoeste paranaense as linhas de crédito para a agricultura (em sua maioria de pequeno porte é fornecida via bancos públicos, conservamos o termo entidades do governo.

**Entidades privadas, particulares, ongs, familiares, amigos etc.

Apesar do aumento verificado no número de estabelecimentos que acessaram o financiamento para investir na propriedade, o aumento no número dos que o utilizaram para custeio foi ainda mais significativo. Em 2006, mais de 70% dos estabelecimentos empregaram o financiamento para tal finalidade. Esse comportamento demonstra dentre outros pontos que atualmente há uma forte dependência do produtor rural do Sudoeste do Paraná com relação ao crédito e, portanto, ao capital. De outra forma, há que se mencionar que o crédito para custeio não implica em mudanças permanentes – do ponto de vista da produtividade da terra, como implicaria, por exemplo, a irrigação.

Mas, por outro lado, ele assegura a inserção do capital no campo e, por meio dela a sua valorização. O produtor que agora depende do investimento para custeio, não consegue praticamente produzir sem o acesso ao crédito. Ele precisa dele seja para a aquisição dos insumos necessários à agricultura moderna que agora realiza – caso dos que produzem os produtos característicos do pacote tecnológico -, seja para realizar os investimentos necessários para manter-se integrado à indústria. É este, portanto, o quadro geral do espaço agrário no Sudoeste do Paraná.

Em face do exposto, acreditamos que podemos dizer que a região passou efetivamente por um processo modernizador, que cumpriu a função de gestar as condições necessárias à fase de aprofundamento do capital sobre a indústria, marcada pela integração. É neste contexto que podemos dizer que apesar das especificidades que a caracterizam, ela está marcada pelo signo do capital, ela não produz mais independentemente, ainda que de fato mantenha as condições de produção sob sua posse.

CAPÍTULO V

A FORMAÇÃO DO COMPLEXO AVÍCOLA NO BRASIL – O MODELO IMPORTADO

5.1 INTRODUÇÃO

A produção a avícola é um dos segmentos da produção no qual a o processo de acumulação e concentração de capital ocorreu com maior velocidade. Esta afirmativa é válida tanto para aqueles países nos quais a industrialização ocorreu de forma mais adiantada, como é o caso dos Estados Unidos, quanto para os que avançaram neste processo mais tardiamente, como é o caso brasileiro, onde a industrialização ganhou impulso especialmente a partir de 1950.

Sendo assim, qualquer menção à forma atual da avicultura no Brasil, exige referência ao modelo desenvolvido nos Estados Unidos. Foi neste país que o Brasil buscou as informações necessárias para implantar a avicultura de caráter industrial. É importante ressaltar que o modelo gerado naquele país não somente influenciou a forma como se instalaria a avicultura a nível industrial no Brasil, como também foi exportado de forma predominante, para diversos outros países, seguindo, portanto, a mesma trajetória da chamada Revolução Verde. O modelo de avicultura desenvolvido nos Estados Unidos traz à tona o funcionamento completo e acabado das cadeias alimentares, onde o capital monopolista, que se encontra a montante e/ou a jusante do produtor agrícola, atua como força coordenadora do processo de produção.

A avicultura integrada marca a intensificação da industrialização da avicultura no Brasil. Como ela se constrói pautada no modelo norte-americano, é pertinente que façamos uma breve consideração a respeito das etapas gerais de seu desenvolvimento. Relatá-las é necessário, haja vista que são elas que demonstram a formação da cadeia alimentar na qual está integrada a avicultura. Por outro lado, há que se ratificar que o desenvolvimento antecipado da cadeia alimentar da avicultura nos países mais desenvolvidos, contribuiu para que a sua implantação no Brasil ocorresse em estreita dependência das indústrias que naquele país ocupavam seu lugar à montante e à jusante na cadeia produtiva. Façamos então este breve relato.

Uma das razões para o rápido desenvolvimento da cadeia alimentar da avicultura está na aptidão específica deste segmento em receber expressivos montantes de capital. Dentre as diversas cadeias alimentares, talvez seja esta a que mais possa ser comparada ao longo de suas diversas fases, ao processo de produção fabril. Mas, antes que a avicultura pudesse assumir essa caracterização, várias mudanças tiveram que acontecer,

tanto no que diz respeito ao aumento do mercado, via expansão da urbanização, quanto com relação ao processo de produção em si.

A evolução das condições de produção da avicultura a partir dos Estados Unidos e, por conseguinte, a sua configuração no formato de cadeia acontece em etapas, conforme destacou Belato, (1985, p. 185-8). O desenvolvimento do capitalismo leva à divisão do trabalho e, por sua vez à ampliação do mercado e ao aumento no número de indústrias voltadas ao processamento de alimentos¹¹⁶. É dessa forma que o capital em busca de sua valorização, apóia-se no crescimento do mercado e começa a diversificar a própria produção. É nesse sentido que o processamento de proteínas alternativas àquelas de origem vegetal e/ou carnes vermelhas, incita o desenvolvimento da cadeia avícola. Por outro lado, é preciso ressaltar que ao mesmo tempo em que essas indústrias processadoras são estimuladas pelo crescimento do mercado elas, por sua vez, também agem diretamente no sentido de ampliá-lo, gerando demandas em relação a novos produtos e indústrias e ampliando, desta forma, o campo de investimento para o capital.

Em um segundo momento, parte-se para a melhoria das condições da matéria prima, ou seja, desenvolvida a indústria processadora é preciso caminhar no sentido da redução de custos, com vistas a ampliar a competitividade e obter, portanto, maiores faixas de mercado. É nessa etapa que se tem a modificação das características genéticas da ave – matéria prima da referida indústria -, com vistas a gerar as condições necessárias ao encurtamento do ciclo biológico natural próprio da espécie. É esta modificação que nos permite dizer que a produção avícola se dá com características fabris. O tempo de desenvolvimento da matéria prima - a ave – passa a ser determinado não mais pela natureza, mas sim pela fábrica capitalista. Neste momento há uma total interferência do capital na forma da produção em si da matéria prima. Esta, que anteriormente era produzida no espaço agrário sem interferência direta do capital, passa agora a ser condicionada ao modelo por ele determinado.

Por fim, essa matéria prima específica necessita a partir de então de elementos específicos para o seu perfeito desenvolvimento. A alteração da sua condição genética implica também na alteração das suas condições alimentares e sanitárias. Ela precisa agora de todo um aparato neste sentido, com vistas a permitir o seu uso para fins comerciais. Ela precisa que se desenvolvam rações balanceadas e medicamentos

¹¹⁶ Não estamos querendo ao explicitar o movimento geral afirmar que a lógica da histórica é linear. Reconhecemos que é a ação dos homens interfere nesta dinâmica e a faz repleta de especificidades. A generalização serve, no entanto, para entender o movimento geral do movimento do capital.

específicos para garantir o maior aproveitamento comercial da matéria-prima em questão.

Estas aves literalmente produzidas pelo capital se tornam, a partir de então “responsivas a determinados insumos alimentares, calibrados às características genéticas do animal, bem como imunes a enfermidades específicas das novas condições de processamento mediante aplicação sistemática e pré-determinada de medicamentos” (BELATO, 1985, p. 185). Ao final o que se tem é, portanto uma matéria-prima *standardizada*, que será destinada à indústria processadora.

Esta breve descrição nos permite identificar os elos que compõem a cadeia da avicultura, quais sejam: processamento genético (desenvolvimento das aves geneticamente modificadas); processamento biológico (produção de alimentos e medicamentos); processamento e distribuição da matéria prima.

Construída a cadeia, o que se nota é a ocorrência no interior dela, portanto, em cada uma das indústrias que a compõem, de um processo de acumulação e concentração de capital. A lógica dentro da cadeia é a vigente sob o capitalismo, ou seja, em cada instância acirra-se a competitividade e, por meio dela, eliminam-se os mais frágeis. É este mecanismo que aponta sempre para a mesma direção, qual seja a da oligopolização de cada instância. Portanto, ao aumento da importância econômica da cadeia, corresponde em cada uma de suas instâncias, uma ampliação no tamanho e uma redução no número das empresas.

É somado a este processo de acumulação e concentração que se tem a propagação do modelo em âmbito mundial, e, por meio dele, o avanço das empresas localizadas a montante e a jusante da criação de aves no sentido da internacionalização do capital. É este contexto que faz com que o estabelecimento da cadeia alimentar da avicultura no Brasil aconteça já em ampla dependência do capital internacional.

Por outro lado, há que se ressaltar que o desenvolvimento desse modelo de produção avícola em solo nacional, ao mesmo tempo em que permite a inserção do capital no espaço agrário, não implica, necessariamente – como verificaremos no último capítulo -, na expropriação da terra, como confirmam Sorj et alii (1982, p. 9) ao analisarem a estrutura do complexo avícola brasileiro. Em suas palavras:

[...] o processo de internacionalização do capital no setor agrícola significa, fundamentalmente, a internalização dos processos produtivos pelas grandes empresas multinacionais ligadas ao setor agroindustrial. Esse processo independe do controle direto da terra pelas multinacionais ou pelo capital agroindustrial em geral.

Vimos anteriormente, que o avanço do capital sobre o espaço agrícola foi precedido por um amplo processo de modernização da agricultura, que funcionou como uma espécie de fase preparatória da inserção do capital no espaço agrário. Dissemos que este processo aconteceu tanto nos países de maior desenvolvimento, quanto nos de menor desenvolvimento. Neste último caso, em momento posterior. Essa defasagem de tempo, vale enfatizar, não é desproposita, pois é ela que justamente facilita a entrada do capital internacional nos países de menor desenvolvimento.

Se pensarmos no caso específico que aqui nos interessa, que é o da avicultura, verificamos que o processo histórico assim o confirma, especialmente pela dependência genética da agroindústria nacional frente às empresas voltadas para o desenvolvimento das linhagens de aves comerciais – basicamente de capital externo. Neste sentido, fazemos um relato da evolução histórica da formação do complexo avícola/cadeia alimentar da avicultura no Brasil, com vistas a apreender que a sua instalação já acontece por meio da influência e dominação do capital internacional.

5.2 O DESENVOLVIMENTO DA AVICULTURA NO BRASIL: O PAPEL DO ESTADO.

Também no Brasil, o desenvolvimento da avicultura em caráter industrializado está relacionado ao desenvolvimento do capitalismo e à sua conseqüente intensificação da divisão das tarefas e expansão do mercado urbano. A expansão da industrialização, ao acarretar um amplo deslocamento de parte da população rural para as cidades acaba levando à modificação na forma de produção e de distribuição de alimentos. Portanto, o avanço do mercado, na medida em que amplia as condições de valorização do capital, é condição essencial para o desenvolvimento da produção industrial e, por conseguinte, para a formação da cadeia alimentar da avicultura.

Atualmente o Brasil ocupa o terceiro¹¹⁷ lugar no ranking dos produtores mundiais de carne de frango – 12,230 milhões de toneladas -, ficando atrás apenas dos Estados Unidos - 16,648 milhões de toneladas - e da China – 12,550 milhões de toneladas. Dessa ampla produção, que apresentou um aumento de 11,38% em relação ao

¹¹⁷ Dados extraídos do relatório anual 2010/2011 da UBABEF – União Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango.

ano de 2009, 69% destinou-se ao mercado interno e 31% ao externo. Se pensarmos em termos de consumo interno, isto significou um consumo per capita de 44 quilos em 2010. Se consultarmos as séries históricas da produção brasileira o que verificaremos é um desempenho quase sempre crescente da produção e do consumo.

No entanto, nem sempre foi essa a realidade da avicultura brasileira. O consumo da carne de galinha foi introduzido no Brasil pelos europeus. De acordo com Araschiro, (1989, p. 17) esta não era uma ave típica do nosso continente e foi nele introduzida pelos colonizadores. Ele destaca que para o caso do Brasil, isto pode ser comprovado pelo relato que Pero Vaz de Caminha faz, dando conta da descoberta das novas terras.

Ancorada próxima dos recifes de Porto Seguro, a nau capitânea foi visitada, na noite de 24 de abril de 1500, por dois índios trazidos de terra por Afonso Lopes. Entre outras coisas que lhes foram exibidas, escreveu Caminha “mostraram-lhe um papagaio pardo que o capitão trazia consigo. Tomaram-no logo na mão e acenaram para a terra, como quem diz que os havia ali. Mostraram-lhe um carneiro; não fizeram caso. Mostraram-lhe uma galinha, quase tiveram medo dela; não queriam pôr a mão e depois a tomaram como espantados.

No que diz respeito às espécies que foram introduzidas em solo nacional, podemos dizer que foram as características das regiões dos colonizadores, de origem mediterrânea, portanto. Era esta a origem dos grupos que vieram de Portugal, Espanha, Itália e norte da África. Ainda no período colonial os portugueses trouxeram para o Brasil as de origem orientais e asiáticas, fruto de suas viagens às Índias e ao Oriente. Foi do cruzamento destas raças que se originou a típica galinha caipira brasileira.

Passado o período colonial, e com a intensificação da vinda de imigrantes europeus, ao longo do século XIX, a fim de trabalharem nas lavouras de café, a criação de galinhas passa a ser uma prática comum. No entanto, do ponto de vista econômico esta não era uma atividade importante, pois que voltada apenas para a subsistência. Portanto, mesmo que a imigração houvesse estimulado a produção e o consumo, não havia qualquer movimento no sentido de dinamizá-la. Um conjunto de circunstâncias teria que ser formada a fim de ela pudesse ganhar *status* de atividade econômica.

Assim, ao iniciar o século XX a produção era basicamente artesanal e voltada para a subsistência. O consumo da carne de frango era tão restrito que de boca em boca validava-se o ditado popular de que “quando pobre como galinha, um dos dois está doente”, conforme ressaltado por Araschiro. No que diz respeito à ampla maioria da população, o consumo da carne de frango era reservado para os dias especiais:

domingos e/ou dias de festas; visita de parentes; para quando houvesse necessidade de se fazer uma “canjinha” a um doente. De uma forma geral, o consumo urbano era atendido pela venda do frango vivo – realizada pelos pequenos criadores e/ou vendedores ambulantes, ou ainda, pela prática de se manter – mesmo na cidade – pequenos galinheiros. Além do consumo doméstico, os grandes restaurantes também ofereciam pratos especiais cuja base era a carne de frango. Esse consumo, no entanto era praticamente restrito à população mais abastada financeiramente.

Em face de tal contexto, quando em meados da década de 30 se iniciou o processo de industrialização – que foi caracterizada por Tavares (1972) como substitutiva de importações - no Brasil, ficou latente que a produção tradicional brasileira de aves e ovos não teria condições de atender à nova configuração de demanda que esta importaria. A industrialização ocorreria estimulando o crescimento do mercado urbano e este exigiria por sua vez, uma produção capaz de atender a demanda em quantidade ampliada e regular, bem como, com uma qualidade padrão.

Desta forma, o Estado teria um papel determinante nessa primeira etapa de desenvolvimento da avicultura em caráter industrial e, portanto, na formação da cadeia avícola. Seria ele que, de forma articulada aos interesses da própria burguesia agrária, da nascente burguesia industrial e ainda, do capital internacional, atuaria no sentido de promover internamente o desenvolvimento da avicultura. O apoio financeiro; a assistência técnica; o fechamento de acordos de cooperação internacional com os Estados Unidos, com vistas a qualificar pessoal interno; dentre outros, seriam essenciais para modificar o caráter da produção interna. Sendo assim, ainda antes da década de 1940 alguns fatos já apontam a tendência de alterar o caráter da produção avícola no país, dentre os quais, o nascimento em 1937 da primeira

[...] cooperativa dos avicultores de Benfica Ltda. Ela foi instalada em “base física do governo, com instalações moderníssimas para a época, constantes de fábrica de material avícola, entreposto de ovos suprido com um frigorífico com capacidade para 180 mil dúzias, fábrica de ração e central de incubação com capacidade de 100 mil ovos”. (BELATO 1985, p. 188).

O objetivo era estimular o surgimento de um novo padrão interno para a avicultura. Esperava-se, que o modelo ali orientado se expandisse a nível nacional. A cooperativa atuaria como fonte supridora de informações/orientação para a instalação do novo modelo e de suprimento do material (máquinas, equipamentos, insumos) a ele

necessário. De forma concomitante surgiram os serviços de assistência técnica prestados pelo Estado através especialmente do Ministério da Agricultura que,

[...] colocou em “prática um amplo programa para formar os avicultores e auxiliá-los a enfrentar as diversas doenças que atacavam as aves. Além do material didático sobre tais doenças, veterinários do Ministério passaram a percorrer as granjas avícolas, orientando os avicultores sobre as espécies preferíveis para a criação, os processos mais aconselháveis para evitar as doenças e a melhor forma de debelar seus surtos. (DALLA COSTA, 1997, p. 74).

A participação de componentes da burguesia agrária em tal esforço era também visível, pois ainda nessa fase inicial do desenvolvimento da avicultura no Brasil, alguns produtores possuíam granjas de porte considerável em suas propriedades que além de se voltarem para a produção, funcionavam como escolas de formação, como destaca Araschiro¹¹⁸ (1989). Igualmente, o esforço de modificação da produção nacional já podia ser evidenciado ao final da década de 1940, pela circulação de revistas especializadas¹¹⁹, bem como pela formulação de um manual técnico da avicultura, elaborado a partir da iniciativa do próprio governo, no qual se enfatizava o caráter industrial da avicultura e a necessidade da divisão do trabalho na produção.

Mas, se de um lado esta etapa de organização da produção tratava de estimular a substituição da forma da produção artesanal pela industrial, de outro ela indicava outro movimento, o de que a avicultura moderna se fixasse em solo nacional a partir de uma considerável dependência do capital internacional. Ora, o desenvolvimento da produção interna sob caráter industrial implicava na adoção de determinados padrões de raças, aptas a responder a um modelo de produção em massa. Internamente não contávamos com qualquer desenvolvimento neste sentido. Nossas típicas galinhas caipiras não poderiam fornecer as respostas adequadas aos insumos específicos utilizados na produção industrial.

Dessa forma, a avicultura em caráter industrial se estabelece no Brasil a partir da importação de aves geneticamente “melhoradas” – oriundas principalmente dos Estados

¹¹⁸ Araschiro (1989, p. 40) menciona que já na primeira metade do século XX, havia um grupo reduzido de avicultores dedicados ao estudo das técnicas de manejo norte-americanas e européias. Neste sentido, preocupados em comprovar a viabilidade da avicultura industrial eles estabeleceram anexas às suas granjas, escolas de formação prática. O objetivo era formar técnicos que pudessem difundir a produção em caráter industrial de ovos e de carne. Escolas Práticas de Avicultura. Uma das primeiras escolas foi criada no Rio de Janeiro e outra em Campinas, São Paulo. Os equipamentos ali utilizados, tais como incubadoras a querosene, casas para pintos, criadeiras, campânulas a carvão, gaiolas, bebedouros higiênicos, comedouros automáticos, etc, eram importados dos EUA e da Europa.

¹¹⁹ Por exemplo, Revista Sítios e Fazendas que em 1948 trouxe um artigo sob o seguinte título: “O fator sucesso em avicultura de J. W. Costa.

Unidos e da Inglaterra -, e capazes, portanto de responder satisfatoriamente ao uso dos referidos insumos. Mais uma vez percebe-se aqui o papel extremamente importante do governo, haja vista que a importação de tais aves acontece a partir da adoção de mecanismos fiscais incentivadores. Ao discorrer sobre o esforço do governo no sentido de promover a avicultura industrial no Brasil, Dalla Costa (1997, p. 74) menciona que ainda em 1937 foram importadas e distribuídas “140 aves Leghorns em diversos Estados, sobretudo naqueles que tinham uma avicultura significativa”, como era o caso do RJ, MG e SP - onde estavam localizados os maiores centros industriais. No ano seguinte a ação se repetiria, sendo a distribuição efetivada também em outros Estados.

Apesar dos esforços empreendidos com relação ao desenvolvimento da produção avícola terem se iniciado ainda na década de 1930, na década de 1940 a produção de ovos era a que tinha maior destaque dentro do referido segmento. A introdução de uma avicultura de corte de caráter industrializado ainda encontrava empecilho na restrição do mercado interno, cujo consumo se voltava de forma preponderante para a carne bovina e suína. A segunda guerra mundial viria, no entanto, promover certa mudança no consumo da população. Diante do racionamento imposto pela guerra, houve uma elevação no preço da carne bovina que acabou impondo o deslocamento de parte deste consumo para a carne de frango. Foi dessa forma, que a carne de frango ganhou o caminho dos abatedouros – ainda que em caráter experimental -, que outrora só se interessavam pelo abate do gado bovino e suíno. É neste novo quadro, potencializado posteriormente pela intensificação da industrialização que a produção mista – aves de postura e de corte -, foi se desenvolvendo. As novas condições do mercado, as demandas da burguesia interna – agrária e industrial - instigariam a preocupação do governo no sentido de responder positivamente a tais mudanças.

O desenvolvimento de uma avicultura moderna nos países de menor desenvolvimento demandava uma “cooperação internacional”. Implantá-la significava ter acesso a material genético e biológico, bem como às tecnologias físicas e de gestão vigentes nos países em que a agricultura já estivesse em estágio mais avançado, como era o caso dos Estados Unidos. Evidentemente, tais materiais poderiam ser obtidos, em boa parte sob forma comercial. Por outro lado, o emprego dos mesmos exigiria a preparação de um quadro de profissionais. Essa formação deveria ser obtida também junto a tais países.

Com vistas a viabilizar todos estes pontos foi instalado um órgão nacional voltado para o desenvolvimento da avicultura industrial, qual seja a Comissão Estudos

da Avicultura Nacional - CEAN, que atuou de 1957 a 1962. Foi a partir dele que avançou não somente a produção avícola segundo o molde norte-americano¹²⁰, mas também, o processo de internacionalização do capital.

Foi por meio da CEAN que se firmou um acordo cooperativo entre Brasil e Estados Unidos, por meio do qual seria dada a orientação técnica necessária para que a avicultura moderna pudesse se desenvolver nacionalmente. É já como fruto desse acordo, que se instituiu o projeto denominado ETA projeto 42 - Escritório Técnico de Agricultura Brasil /Estados Unidos, voltado para a avicultura (DALLA COSTA, 1997). Por meio deste projeto o governo brasileiro enviou em 1957 um grupo de 20 pessoas¹²¹, dentre os quais, veterinários, agrônomos, técnicos da própria CEAN, responsáveis pelos trabalhos de desenvolvimento da avicultura nas respectivas regiões e alguns avicultores profissionais. O objetivo era promover a formação dos mesmos através de um estágio de três meses. Neste eles tomariam contato com as novas tecnologias empregadas, bem como com as novas práticas de manejo.

Assim que o grupo de brasileiros retornou - e ainda como fruto do acordo já referido -, um técnico especializado em avicultura daquele país veio para o Brasil a fim de visitar as diversas regiões produtoras e estimular a inserção nestas localidades das novas tecnologias e práticas de manejo. Também era parte dos objetivos, orientar os órgãos envolvidos no desenvolvimento da avicultura no desenvolvimento de programas de apoio à produção. Apesar dos esforços empreendidos pela comitiva que acompanhou o técnico norte-americano, algumas regiões se mostraram resistentes no sentido de adotar várias das mudanças sugeridas pelo modelo norte americano. Foi este o caso das regiões nas quais a avicultura era mais desenvolvida, como era o caso dos estados de SP, RJ e sul de MG. A razão de ser de tal insucesso estava no fato de que “[...] de um modo geral, nestas três regiões os produtores e líderes avícolas estavam absolutamente convencidos daquilo que conheciam¹²²” (ARASCHIRO, 1989, p. 209).

¹²⁰ De acordo com Belato, (1985, p. 191-2), A CNA – Comissão Nacional de Avicultura, ao favorecer a instalação a nível nacional do modelo norte americano, estimulou a introdução e a difusão das aves híbridas. A introdução dessas aves inseria uma forte dependência da avicultura nacional com relação às empresas produtoras das matrizes, haja vista que uma ave híbrida não pode ser utilizada para fins de reprodução.

¹²¹ Dentre estas, estava um dos funcionários da Sadia, o Sr. Furlan, que seria o grande responsável por instalar o modelo de integração avícola no sul do Brasil. Após o sucesso da sua aplicação no sul ele acabaria se espalhando para o conjunto do território nacional.

¹²² Ele reproduz em sua obra a fala de Haroldo Vasconcellos, técnico do ministério do trabalho que acompanhou o especialista norte americano.

Mas, apesar da resistência nestes Estados, houve também importantes avanços. Em Minas Gerais foi implantado um programa de estudo e de experimentação em nutrição de aves, cuja viabilização contou com a participação da escola de Viçosa e da Associação dos Avicultores de Minas Gerais. Também em Minas, foi instalada uma granja modelo em caráter experimental. O objetivo era que ela atuasse como instigadora das novas práticas na região. No entanto, foi no Sul que os esforços frutificaram mais expressivamente.

A viagem empreendida pelo técnico americano junto com a comitiva do governo, levou ao Rio Grande do Sul a instalação de postos de demonstração avícola, bem como, o estabelecimento de cursos de avicultura em Carazinho e Porto Alegre. Alguns pontos importantes já evidenciavam a futura expressividade que a região sul teria na produção avícola nacional. Eram estes: 1) a região era uma importante produtora da matéria prima necessária à produção da ração (milho, soja e trigo); 2) o fato de que a região não tivesse a produção avícola como atividade de significância econômica, a tornava propícia para o estabelecimento de um modelo de produção industrial diverso daquele praticado nos grandes centros urbanos brasileiros – SP, RJ e MG, especialmente; 3) já havia na região uma estrutura instalada em termos de agroindústrias processadoras de alimentos, essenciais para o fomento do referido processo.

Ainda que os passos rumo à industrialização da avicultura tenham se iniciado na primeira metade do século XX, ela somente ganharia impulso a partir da década de 1960 - após o retorno da equipe que havia se deslocado até os Estados Unidos para o estágio de três meses. A sua intensificação, no entanto, só viria na década seguinte. A este respeito é importante fazermos um resgate temporal e mencionarmos que já quando do período referente à industrialização substitutiva de importações – década de 1930 – há uma variação da demanda incitada especialmente pelo próprio crescimento urbano. Essa variação ganharia impulso no pós-segunda guerra, em função do encarecimento da carne bovina e do racionamento imposto à época. Mas é com a intensificação do processo de industrialização – e com o conseqüente aumento da urbanização - que vivencia o país ao longo dos anos cinquenta e sessenta que a demanda ganha impulso. Portanto, conjugando a mudança da conjuntura interna, as demandas burguesas – o que inclui a crescente burguesia industrial - e ainda, a sua articulação ao Estado, verifica-se a partir especialmente da década de 1960 o avanço do novo modelo de produção da avicultura a nível nacional. Nesse sentido, podemos dizer que o papel representado pelo

Estado - articulado aos interesses da burguesia nacional – foi essencial desde o início do processo de desenvolvimento da avicultura industrial. A criação da CNA - Comissão Nacional de Avicultura e do CEAN é um exemplo neste sentido, haja vista que:

1) Promoveu a qualificação de um *staff* nacional de técnicos em avicultura. O Estado tomou uma gama de profissionais conhecedores da realidade avícola nacional e os enviou para tomar contato e aprender as novas técnicas vigentes na avicultura dos Estados Unidos. O objetivo era montar um *staff* de técnicos que fosse capaz, de prestar a orientação necessária aos produtores nacionais dispostos a investir no novo modelo de produção. Vale ressaltar que esse quadro de pessoal não se limitou a funcionários públicos, também algumas vagas foram ocupadas por nomes da agroindústria já instalada no país, como foi o caso da vaga ocupada pelo Sr. Luiz Furlan, da SADIA. Conforme destacou Dalla Costa (1985), uma parte importante desses técnicos, formados com os recursos do Estado, ocupariam posteriormente, cargos de importância em grandes empresas privadas, especialmente aquelas de caráter internacional, que se instalaram no Brasil com vistas a compor a cadeia alimentar da avicultura¹²³. Por outro lado, na medida em que o esforço empreendido era no sentido da instalação do modelo da avicultura americana, o padrão anterior ia ficando para trás, abandonado à própria sorte. De fato, os Estados de MG, SP e RJ, eram os que apresentavam desde o início do processo de industrialização brasileira o maior nível de industrialização da avicultura. A produção avícola ali desenvolvida era diversa, no entanto do modelo tipicamente americano, daí a maior resistência à sua – assentado na integração da agroindústria com os produtores agrícolas para fornecimento da matéria-prima. Tal resistência ocasionaria o seu deslocamento futuro da condição de maiores produtores nacionais em favor dos Estados do Sul, onde o modelo americano seria plenamente implantado. Portanto, a forma como o governo conduziu as suas ações, no sentido de fornecer

[...] a necessária “assistência técnica (...) aos interessados em iniciarem aviários demonstra que o papel cumprido pelo Estado brasileiro se adéqua com as pressões expansivas do capital internacional¹²⁴”; 2) Estabeleceu-se uma política adequada de “importação de tecnologia e de transferência de empresas responsáveis pela estruturação da indústria de rações para aves, fabricação de equipamentos avícolas, de medicamentos. Esse processo de transferência internacional se completa com a entrada de empresas controladoras das novas linhagens híbridas de aves. (BARCELLOS, APUD JULY, 1971, p. 21).

¹²³ Foi o caso da Arbor Acres S/A Farm, que instalou uma subsidiária no Brasil ainda em 1963 e a Dekalb Agrícola do Brasil (A Dekalb pertencia à Hendrix Genetics, que em 2008 foi vendida à Cobb Vantress), cuja instalação ocorreu em 1967, dentre outras.

¹²⁴ Barcellos in July (1971, p. 21).

2) Por meio do acordo de cooperação firmado entre os Estados Unidos e o Brasil, se abriu total espaço para o pleno acesso dos técnicos daquele país ao nosso espaço agrário, bem como à total reconfiguração da sua avicultura. Isso significou, de outra forma, a entrada de produtos e processos que permitiram o aprofundamento da inserção do capital no campo também por meio da produção avícola, mesmo naquelas áreas que haviam sido consideradas impróprias para a expansão via Revolução Verde.

Foi desta forma, com especial atuação do Estado, que a cadeia alimentar da avicultura, portanto, o complexo agroindustrial avícola foi se estabelecendo. Internamente foram se fixando as empresas especializadas em cada uma das instâncias das cadeias. Aquelas que ocupavam lugares chaves, cujas atividades estavam voltadas para o desenvolvimento do material genético e para o desenvolvimento dos insumos químicos, instalaram filiais no Brasil e passaram a usufruir de uma condição praticamente monopolista na cadeia. Portanto, montado o complexo, o Estado já tinha cumprido seu papel de coordenar a instalação da avicultura nacional. Em face disto em 1962 a CNA foi extinta.

5. 3 INTEGRAÇÃO VERTICAL

Considerando o exposto anteriormente e, portanto: o avanço da industrialização e o conseqüente aumento da urbanização; o papel desempenhado pelo governo no sentido de incitar o desenvolvimento da avicultura industrial assentada no modelo norte americano no país, que refletida em boa medida a demanda da crescente burguesia industrial; o desenvolvimento no sul do país de agroindústrias voltadas para o processamento de carnes, bem como, a presença expressiva na referida região de pequenos produtores agrícolas, temos que a avicultura assentada no modelo norte americano, portanto na integração vertical foi implantado inicialmente no Sul do país. A primeira agroindústria a adotá-lo foi a Sadia, que teve um dos seus funcionários participando do curso realizado nos Estados Unidos ainda no início da década de 1960, oferecido a partir de um acordo de cooperação celebrado entre Brasil e EUA. No retorno do referido funcionário – o Sr. Ivo Reich -, a Sadia que até então atuava especialmente no abate e processamento de carne suína e ainda, na moagem de trigo, decidiu entrar comercialmente na avicultura diversificando suas atividades.

A região sul do país a este período já concentrava um número muito grande de pequenas propriedades a nível nacional. Em tal configuração, o pequeno produtor possuía certa tradição e experiência no trabalho com pequenos animais, no entanto, os esforços de produção estavam voltados para o suíno. Apesar de existir no interior das pequenas propriedades a criação de frangos, ela não era feita com vistas a atender uma demanda industrial – mas apenas para a subsistência e/ou para o pequeno comércio. Não havia, portanto uma organização da produção de frangos no sentido industrial/comercial, como era o caso em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Por outro lado, a região já era grande produtora de milho, soja, trigo, arroz e outros cereais, fundamentais para a formulação de rações.

As principais agroindústrias que se instalaram na região a partir da década de 1930 se desenvolveram através do apossamento da riqueza produzida pelos pequenos agricultores, que se dedicavam tanto à policultura cerealífera, como à produção de pequenos animais. Duas agroindústrias de importância no cenário nacional, a Sadia e a Perdigão – que em 2011 tiveram sua fusão confirmada pelo CADE e que agora compõem uma única empresa, a Brasil Foods – são exemplos nesse sentido. Elas iniciaram sua trajetória pelo pequeno comércio – nas chamadas casas comerciais -, que consistia em adquirir os produtos dos agricultores e lhes vender os instrumentos de trabalho e as mercadorias vindas de fora. Com isto, as empresas puderam acumular o capital inicial necessário para dar outro passo adiante: a industrialização dos produtos destas lavouras. Antes da avicultura industrial, os principais produtos industrializados foram o trigo e o suíno. Em seguida, a avicultura integrada com pequenos agricultores passou a ser o principal fator de faturamento e de crescimento destas empresas.

A partir dos anos 60 a intensificação da urbanização¹²⁵ no país era visível, fruto do próprio avanço da industrialização e para acelerar este processo o governo favoreceu o êxodo rural, com vistas a fornecer operários à indústria em expansão. Fazia parte desse contexto os esforços no sentido de modernizar a avicultura e incentivar a produção de milho e soja, bem como a concessão de incentivos fiscais por parte do Estado, para as indústrias que se implantassem fora do eixo Rio-São Paulo, o que

¹²⁵ A passagem dos anos 60 para os 70 marca a intensificação do processo de urbanização no Brasil. Enquanto em 1960 a população urbana representava 45,1%, em 1970 ela passa para 55,9% e em 80 para 67,6%. No que se refere às diversas regiões, a que detém o maior índice de urbanização neste período é a sudeste, com 72,7% em 1970, daí a importância do mercado desta região. Para além dos índices da população urbana, é importante mencionar que de o crescimento da população urbana de 1960 para 1990 é impressionante. Em 1960 a população urbana era de 70.070.457, em 1980 119.002.760 e em 1991 ela é mais que o dobro da de 1960. 146.917.459. (IBGE).

estimulou o surgimento e o fortalecimento das agroindústrias alimentares na região sul do país¹²⁶. De outro lado, a própria ausência no sul do país de um aparato produtivo montado no sentido da avicultura industrial, permitiu que as agroindústrias ali localizadas, pudessem absorver e instalar sem maiores prejuízos o modelo de produção da avicultura integrada.

Sendo assim, ainda que a partir dos anos 50 houvesse, sobretudo em São Paulo, um avanço das empresas familiares dedicadas às diversas etapas do processo de produção avícola, elas avançaram na industrialização da avicultura sem modificar a estrutura da produção, ou seja, as etapas da produção continuaram a funcionar separadamente. Nelas, os matrizeiros, as fábricas de rações, os avicultores, os frigoríficos e os distribuidores não tinham uma relação de integração estabelecida. Seria justamente essa – a integração das diversas etapas, integração vertical, portanto - a maior inovação organizacional que caracterizaria o avanço da avicultura industrial no sul do país.

Pelo exposto nos dois últimos parágrafos, cremos que é possível compreender por quais razões as maiores empresas do setor da avicultura industrial estabeleceram-se no Sul do país. No final da década de 1980, dos 30 estabelecimentos com capacidade para abater mais de três mil aves por hora - o que configurava uma elevada capacidade de abate para o período -, 32 localizava-se na região Sul, como destacou Rizzi (1994, p. 62). Hoje esta concentração é ainda maior, haja vista que até 2008 as duas maiores empresas do setor, a Sadia e a Perdigão, incorporaram diversas outras empresas que em 1980 eram consideradas de grande porte, como era o caso da Chapecó, comprada pela Sadia. Uma vez implantada, a produção vertical favoreceu o crescimento dos volumes produzidos, permitindo assim alcançar as vantagens da economia de escala. Com isto, as empresas do sul, ainda na década de 1970 suplantaram as de SP, RJ e MG, na no volume de produção, tornando se em seguida as principais exportadoras.

Mencionamos que a Sadia foi a primeira agroindústria a iniciar o processo de produção avícola em larga escala no sul do país. Vale ressaltar que desde o início do

¹²⁶ Diversos estudos desenvolvidos versam sobre esta temática dos incentivos governamentais e suas políticas, como os incentivos diretos às agroindústrias. Entre estes estudos, citamos os de Sorj (1980), Kageyama e Silva (1987), Muller(1989), Leite (1991), Belik (1991). A Sadia, talvez melhor que todas as demais agroindústrias do setor de carnes soube aproveitar desses incentivos. Quando em 1971, com a autorização da SUDAM – Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia adquiriu o Frigorífico Várzea Grande S.A., transformando-o na Sadia Oeste S.A., para atuar no setor bovino, a empresa se aproveitou dos incentivos fiscais voltados a esta atividade. “Além de aplicar parte de seu imposto de renda em um empreendimento próprio, ainda contaria com o apoio dos recursos de grandes investidores, como o Bradesco e o Unibanco , entre outros”(Teixeira, 1994, p. 80).

anos cinquenta ela vinha realizando algumas experiências com relação à produção de frangos, as quais se prolongaram por toda a década. Tais experiências há que se ressaltar, não tinha ainda cunho comercial. Tudo começou em 1950, quando Atílio Fontana e Roberto Nogueira da Gama – médico veterinário e funcionário do governo -, montaram uma granja avícola em sociedade. Cada qual contribuiu com o que dispunha. Roberto entrou com seus conhecimentos no assunto e encarregou-se de orientar a construção dos aviários e de organizar o serviço. Atílio, de sua parte, comprou uma propriedade próxima ao município de Concórdia, onde construíram as instalações necessárias para obterem ovos frescos e frangos para o consumo. O que sobrasse, seria abatido no frigorífico e vendido.

Neste terreno foram construídos dois pequenos aviários com capacidade para aproximadamente 500 aves cada um e outra casa de madeira para receber os ovos e uma chocadeira com capacidade de cem ovos (Fontana, 1980, p. 168). Quando as instalações estavam prontas, Atílio dirigiu-se a São Paulo, onde comprou junto à granja de Nicolau Chedid, mil pintos de um dia, da raça *New Hampshire*. Estes foram enviados de avião até Joaçaba, de onde foram de automóvel para Concórdia, inaugurando a Granja Santa Luzia. Depois de crescidas, as aves foram selecionadas e a firma ficou com cerca de trezentas e cinquenta matrizes, plantel inicial da granja. Ainda nos três primeiros anos foi aumentado o número de matrizes e foram construídos outros dois aviários.

Em 1953 a empresa adquiriu outro terreno maior, de cem hectares, situado a cerca de três quilômetros de Concórdia, e lá começou a produzir frangos com intenção de no futuro implantar a produção em escala comercial. Nesta época, contava com orientação de técnicos holandeses, que sugeriram a construção de aviários com capacidade para cinquenta poedeiras e cinco galos cada um. A experiência começou com a construção de dez unidades deste porte. No entanto, a produção era ainda pequena e os custos envolvidos ainda elevados, dado o volume de mão de obra que se exigia e o elevado montante de capital constante a ser investido. Dessa maneira, mesmo que a demanda do produto já notasse uma considerável expansão, o investimento ficava ainda inviabilizado.

O impulso decisivo para que a Sadia implantasse de fato a avicultura de forma comercial veio depois do retorno de Ivo Reich – funcionário da empresa - da viagem de estágio feita para os Estados Unidos em 1961. A vaga ocupada pelo funcionário da Sadia foi uma reserva do Ministério da Agricultura ao Estado de Santa Catarina. Ele foi junto com outros 20 bolsistas brasileiros para participar do projeto Aperfeiçoamento,

Produção e Marketing de Aves, patrocinado pelo governo americano, no *Texas Agricultural and Mechanical College System*. Este curso teve a duração de três meses e foi o suficiente para que Ivo Reich se entusiasmasse com a experiência de integração vertical da avicultura norte-americana. “Essa viagem foi de grande proveito para a nossa organização, pois ele trouxe de lá uma imagem do que de melhor se praticava na técnica da suinocultura e da avicultura” (FONTANA, 1980, p. 138).

A partir deste momento a Sadia modificou outra vez a capacidade dos aviários para produzir cerca de doze mil pintos cada um. Além disso, para não fazer a criação e engorda dos frangos por conta própria, a empresa estabeleceu contratos de parceria com pequenos produtores para esta atividade.

[...] a Avicultura integrada tinha a vantagem de ser um sistema de concepção muito simples. A empresa comprometia-se a fornecer os pintinhos, a ração e todo o suporte técnico necessário. O criador, por sua vez, assumia o compromisso da construção dos aviários, do alojamento e cuidado das aves, seguindo à risca a orientação recebida, até a devolução dos animais à Sadia. Nesse momento seria feito o acerto de contas entre as partes, por critérios previamente estabelecidos de desempenho e eficiência. Tiradas as dúvidas e feitos os ajustes normais a uma nova experiência, alguns colonos aceitaram o programa, assumiram a parceria e ainda nesse ano de 1961 contribuíram para elevar o total anual de abates da empresa para mais de 90000 aves. (TEIXEIRA, 1994, p. 46).

Diomésio Bósio, da comunidade Guarani, a 10 quilômetros de Concórdia, foi um dos agricultores escolhidos para dar início a essa nova forma de produção. Ele recebeu 100 pintos da Sadia, além de ração balanceada e orientação técnica. Num galinheiro de 3 x 3 metros, coberto de sapé e de chão batido, começou a produção integrada de frango no Brasil. Os primeiros lotes demoravam 83 dias para serem criados. Neste mesmo ano de 1961, com Diomésio Bósio e os outros produtores integrados que seguiram seu exemplo, a Sadia passou a abater, em larga escala, os frangos provenientes do novo sistema de produção. “Aquele gesto pioneiro, afirma Ivo, da integração vertical no Brasil, que depois seria copiado por todas as empresas congêneres, representou a consolidação definitiva da atividade avícola da Sadia¹²⁷”.

A produção integrada de frangos estabeleceu uma ruptura radical com o antigo sistema. Até então os colonos só trabalhavam com galinhas caipiras, criadas no terreiro, de raças crioulas, com técnicas tradicionais, produzindo basicamente ovos e carne para o auto-consumo, com a venda de alguns excedentes. A introdução do frango de corte,

¹²⁷ Revista integração, Órgão interno da FAF, ano 12, no 122, maio-junho/1990, p. 5.

produzido em galinheiros fechados, representou uma novidade total, tanto em tecnologia como em organização do trabalho. Neste caso, os galinheiros eram novos, grandes e tinham um equipamento completamente diferente daquele usado até então na produção de galinhas e frangos caipiras. Pela primeira vez os frangos passaram a ser produzidos em larga escala e abatidos de maneira industrial. Além do mais, o conhecimento necessário a este novo tipo de produção não tinha nada a ver com aquilo que os agricultores sabiam sobre criação avícola. A Sadia, com a produção integrada de frango (de perus e patos, mais tarde), rompeu com um sistema tradicional, implantando um novo modo de produção de frangos, baseado na moderna avicultura norte-americana.

A Sadia foi a única empresa que, importando as avós, montou seus próprios matrizeiros, produziu pintos de um dia, fez contratos de parceria avícola com os agricultores, montou suas próprias fábricas de rações, adquiriu e repassou vacinas e outros medicamentos aos integrados, abateu e encarregou-se da venda dos frangos. Essa foi sua *contribuição* específica para a avicultura nacional e, pelo fato de ter começado primeiro e ter feito os investimentos necessários em cada uma das etapas do processo de integração vertical, adquiriu um grande *conhecimento* no ramo que lhe permitiu continuar crescendo e diversificando a produção, até tornar-se a maior empresa avícola do país.

É preciso lembrar também que a Sadia já tinha o *know-how* necessário para trabalhar com carnes, uma vez que abatia, industrializava e vendia suínos desde 1944. Este saber fazer acumulado, junto com a marca Sadia conhecida no mercado nacional e uma rede própria de distribuição atingindo os principais mercados do país, garantiu o sucesso da Sadia nesta sua primeira grande diversificação de atividades que foi a avicultura. Quando a empresa diversificou suas atividades entrando no ramo da avicultura seguiu o princípio de trabalhar com máquinas e equipamentos mais novos. Se a atividade começou com abatedouros rústicos e quase artesanais, estes logo foram substituídos por equipamentos mais avançados, como podemos ver pela descrição feita pelo fundador da empresa.

Em concórdia, substituímos os primeiros abatedouros de aves, mais rústicos e menos sofisticados, por outros rigorosamente modernos e rápidos, chegando a abater, por exemplo, hoje em dia 14.000 aves por hora. Tudo servido por instalações proporcionais e amplas câmaras frigoríficas automáticas, dentro de um esquema o mais econômico possível, possibilitando-nos trabalhar no mercado competitivo com aves preparadas segundo o sistema da mais

moderna higiene e com uma apresentação muito boa (FONTANA, 1980, p. 170).

5.3.1 O Desenvolvimento da Avicultura no Brasil: Algumas Considerações com Relação à Dependência Genética

Não é o propósito deste trabalho, investigar dentro da cadeia alimentar da avicultura o elo ocupado pelas empresas voltadas ao desenvolvimento da genética. Nosso foco é a relação que na cadeia se estabelece entre o produtor integrado de frango e a empresa processadora/de alimentos, a partir de um estudo de caso específico. No entanto, ainda que não seja esse o nosso objetivo, entendemos que não há como nos isentarmos de algumas considerações a respeito, haja vista que a relação que se estabelece entre a instância da genética e as demais que compõem a cadeia ressaltam o elevado grau de dependência da cadeia avícola com relação a ela. No caso brasileiro, a avicultura já se estabelece a partir desta relação de dependência que, de outra forma, reafirma o lugar ocupado pelo país na divisão internacional do trabalho, determinado pelo capital internacional.

É fato que as grandes processadoras de alimentos a nível mundial são um demonstrativo importante de como o processo de acumulação e concentração de capital leva à oligolização. Se reduzirmos essa observação à cadeia alimentar da avicultura esta será mais uma vez confirmada. No caso do Brasil, o fato de que apenas duas empresas detenham mais de 50% da produção e da exportação é bastante significativo.

A oligopolização da instância processadora de alimentos acompanha, por sua vez, o movimento efetuado nas demais instâncias da cadeia, especialmente a da genética. O setor genético é altamente oligopolizado a nível mundial e o Brasil, por exemplo, terceiro maior produtor mundial até 2010 – com expectativas de tornar-se ao final de 2011 o segundo -, depende de base genética oriunda de outros países. A forma pela qual ele tem acesso a esta é determinada pelas estratégias adotadas pelas empresas especializadas em tal instância. Estas envolvem, para além da mera aquisição de material genético, formas de transferência de tecnologia e de associações com as empresas nacionais bastante específicas, que têm garantido não somente o acesso, mas a difusão deste material em condições bastante competitivas, desestimulando, inclusive, a nível nacional o investimento no referido setor.

Nós vimos que o surgimento da avicultura de caráter capitalista adota o pressuposto básico da divisão das tarefas, da especialização. É desta forma que os segmentos da produção que compõem a cadeia se tornam extremamente especializados e em seguida concentrados. Nesta divisão, o segmento de base é o da genética. Inicialmente o que se tem é a preocupação em desenvolver linhagens puras, o que significa melhorar as linhagens existentes, por meio do cruzamento das aves que apresentam as melhores características. O que se pretende com isto é obter uma ave que apresente caracteres desejáveis por sua importância econômica, como ressalta Dalla Costa (1997). Como se verifica, a seleção genética que se desenvolve tem por objetivo produzir uma ave específica, totalmente diversa daquelas que lhe servem de base. A ave que resulta deste processo de seleção, a que detém os caracteres economicamente desejáveis são denominadas híbridas, são elas que carregarão o nome da empresa e que assegurarão o monopólio do negócio à empresa que detém o seu banco genético.

O processo de seleção genética das aves comerciais é formado por quatro elos, quais sejam: o pedigree, as avós, as matrizes e o frango de corte. Para cada linhagem de ave comercial há a necessidade de pelo menos quatro linhas genéticas (A,B, C e D), que representam os machos e fêmeas de linhagem pura – pedigree. Entendamos um pouco mais desse processo:

Em um primeiro momento, as empresas selecionam¹²⁸ os exemplares que possuam as características genéticas que são comercialmente desejáveis¹²⁹. Feita esta seleção há então o segundo momento que é o da multiplicação destes exemplares, originando-se então o segundo elo que é o das aves avós. As avós que daí se originam são exemplares puros das aves de linhagem pura (A, B, C e D) e como tal, conservam nelas os “caracteres genéticos desejáveis”. Para as empresas “o principal ativo do setor são as aves de linhagens puras”. Neste sentido há toda uma preocupação no sentido de preservar estes ativos. A forma utilizada pela Cobb-Vantress e a Hendrix Genetics, tem sido a de fornecer apenas machos das linhagens A e C ou fêmeas das linhagens B e D

¹²⁸ De acordo com informações obtidas junto a um processo no CADE (2008, p. 5-6), no passado essa seleção era feita de forma bastante primária, através do fenótipo das aves. O avanço tecnológico permitiu que as empresas fossem refinando essa seleção. Atualmente ela é feita a partir da identificação dos genes das aves. A tecnologia que permite tal prática é chamada de “*Marked assisted Selection ou tecnologia de marcadores de genoma*”.

¹²⁹ Idem. Os critérios genéticos de seleção são baseados nas finalidades comerciais e levam em conta o rendimento da ave. Neste sentido, eles têm sofrido alteração ao longo dos anos. Para efeitos comparativos, consideremos os critérios gerais adotados em 1960: peso corporal, conformação, produção, peso do ovo e viabilidade; 1970: peso corporal, conversão, conformação, classificação, peso ovo, produção; e em 1980: carcaça, rendimento, classificação, conformação, conversão, peso corporal, peso ovo, produção, eclosão

como avós. Desta forma, “as aves avós das linhas puras não conseguem ser replicadas, já que faltam os seus respectivos pares de produção.” Portanto, as fêmeas das linhagens A e C e os machos das linhagens B e D não podem ser replicados. De acordo com as empresas trata-se de uma espécie de “fechadura biológica” que permite proteger os elevados investimentos que este tipo de negócio exige.

A partir desse esquema de reprodução, as empresas que adquirem avós chegariam ao terceiro e ao quarto elo, qual seja, o da obtenção de suas matrizes e do frango de corte. Estas seriam do tipo AB e CD e seriam geradas de duas formas: a primeira “[...] pelo cruzamento de aves avós puras (macho A com fêmea B ou do macho C com a fêmea D), sendo este processo chamado de hibridização); e a segunda forma “seria pelo cruzamento das matrizes AB entre si ou das matrizes CD entre si” (CADE, 2008, p. 5-6).

A obtenção das matrizes na primeira forma citada, ou seja, como filhas diretas de aves avós de linhagem pura resultariam numa “criação de aves com um elevado grau de eficiência, cujo vigor de produção não se perde ao longo das gerações”. No entanto, a segunda forma, resultaria em “perda de eficiência a cada geração que passa”. Desta forma, têm então uma “segunda fechadura biológica”, haja vista que a “diferença de eficiência entre matrizes hibridizadas e matrizes não hibridizadas aumenta a cada geração”.

É desta forma que se evidencia, portanto a forma pela qual se estabelece uma relação de dependência entre o avicultor e a empresa genética. Como o cruzamento de matrizes hibridizadas ao longo das gerações vai implicando em uma exponencial perda de eficiência comercial do frango de corte que dela resulta, o que se tem é um crescimento desta dependência ao longo do tempo. As “fechaduras biológicas” funcionam como uma espécie de proteção da propriedade – o ativo genético. Neste sentido, as empresas do segmento prescindem, portanto de qualquer patente formal. Considerando o exposto, podemos observar que o elevado poder de mercado que elas usufruem deve-se: “(i) a posse das linhagens puras; (ii) a grande escala necessária neste mercado; (iii) a posse da tecnologia de seleção genômica; e (iv) os contratos verticais entre as granjas e as empresas de produção genética” (IDEM).

Como vimos, a ave híbrida, considerada como produto ideal comercialmente não é “reversível”, ou seja,

“ [...] é, impossível de reproduzir pintos de corte ou postura ou matrizes sem que se instale rapidamente um processo de degenerescência. Não há caminho de volta à avó. Esta funciona como uma verdadeira “patente de invenção” guardada sob sete chaves”(IBIDEM).

Tendo o controle de seu material assegurado, as empresas do segmento de genética adotam então estratégias diversas com vistas a avançar em direção aos mais diversos mercados. Esta disputa pelo mercado provoca a necessidade de desenvolvimento constante, tanto no sentido da obtenção de linhagens novas, diferenciadas, com aptidão para entrar nos mais diversos mercados, quanto no que se refere à definição de estratégias de difusão do produto a nível mundial. Este processo incita à concentração e à oligopolização deste segmento, que por sua vez estimula o mesmo processo nos demais. De acordo com Dalla Costa (1997), já na década de 80 não existia mais que uma dúzia de empresas gigantes dominando a pesquisa genética na avicultura, a maioria de origem americana. Estas apenas foram se agigantando por meio de fusões e pela associação a outros oligopólios industriais.

A difusão das principais linhagens de aves no Brasil ocorre a princípio a partir da importação, como parte do esforço interno de desenvolver a produção industrial da avicultura. De 1930 a 1965 é o período em que ela ocorre principalmente por meio da importação e da distribuição – feita inicialmente pelo Estado e, posteriormente, de forma privada - das matrizes consideradas propícias do ponto de vista comercial. Dessa forma, à difusão via importação e distribuição feita pelo Estado seguiria a realizada pelo envolvimento mais direto do setor privado e que seria “[...] a primeira variante dominante no Brasil na década de 60”, que “consistia em transferir para “empresas “idôneas” matrizes sob a forma de pintos de um dia ou ovos férteis” (BELATO, 1985, p. 201).

Num segundo momento, com a avicultura brasileira de caráter capitalista em franco avanço e com as perspectivas de ampliação do consumo, oriundas da expansão da urbanização e do processo de industrialização, instalam-se localmente filiais das empresas externas. Essa passou a ser a tendência a partir de 1970. Em face da presença local destas filiais, houve um expressivo aumento na importação das avós. Neste novo momento, as filiais das empresas estrangeiras continuavam no controle da base genética e instalavam localmente uma rede de empresas locais – matrizeiras – encarregadas da

produção dos pintos de corte. Como destaca Bellato, esse foi o caso da *Arbor Acres*¹³⁰ S/A e da *Dekalb*¹³¹ Agrícola do Brasil.

Posteriormente, algumas das empresas controladoras das marcas – como a *Arbor Acres* e a *Dekalb*, citadas anteriormente – passaram a estreitar a sua relação com as grandes empresas integradoras locais – como a Sadia e a Perdigão –, repassando a elas as avós. Isso já era uma prática bastante evidente na década de 80. No referido período a Sadia já mantinha acordo neste sentido com três grandes empresas do setor. Conforme destacou Belato (1985), ela mantinha avós da *Pilch*, da *Canadian Turkeys Corporation* e da *Arbor Acres*, sendo que esta última era a principal. Esta nova modalidade de difusão adotada pelas empresas controladoras da genética ressalta, dentre outros pontos, a importância que os grupos integradores possuem na demanda dos seus produtos.

Com esta estratégia o que se busca é efetivamente um maior controle do mercado mundial, ainda que ela se mostre como um relaxamento no controle do segredo industrial. Ao firmar o acordo de repasse direto das avós à agroindústria, se desestimula nesta última o investimento no desenvolvimento de novas linhagens. Esse desestímulo é, por outro lado, reforçado pelo próprio caráter oligopólico que as empresas do segmento da genética possuem, e pelos elevados e constantes investimentos que exige. De outra forma, o fornecimento das avós sob tal modalidade, ao evitar a entrada das grandes agroindústrias no campo da genética, incita estas ao redirecionamento dos investimentos nas fases seguintes da cadeia. Nas palavras de Belato (1985, p. 204):

[...] através da aparência de descentralização mediante o repasse das avós, de um lado, a eliminação de concorrentes futuros nesse mercado fechado e, de outro, induz o gigantismo e a concentração do segmento que passou a receber as avós, o qual passa a controlar as linhas subseqüentes da produção até o produtor final.

É dessa forma que o capital internacional, no âmbito da cadeia avícola, influencia a produção local em todas as demais instâncias da cadeia. É dessa forma que o capital nacional age de forma responsiva às estratégias de expansão do capital internacional. É seguindo esta lógica que a agroindústria – como é o caso da Sadia -

¹³⁰ Instalou unidade no Brasil em 1963.

¹³¹ Instalou unidade no Brasil em 1967.

estabelece e mantém a sua relação com o produtor integrado e que as associações representativas do setor¹³² formam e efetuam as suas demandas junto ao Estado.

É a partir deste modelo que a avicultura integrada se coloca nacionalmente como forma de produção dominante. A concorrência vai determinando o agigantamento e a oligopolização dos mais diversos segmentos da cadeia. Diante deste contexto de acirramento competitivo, as crises do mercado surgem como momentos de eliminação de parcela significativa da concorrência. A elas as grandes empresas – como é o caso da Sadia, Perdigão e Ceval, por exemplo - reagem se concentrando ainda mais e adotando estratégias permanentes de reestruturação/rebaixamento dos custos de produção; de administração e de logística; e ainda, pela diversificação dos seus produtos. Esse é o caso das maiores empresas processadoras de alimentos do segmento avícola no Brasil – Sadia, Perdigão e Ceval. O que se coloca como determinante é o poder que elas detêm nas diversas etapas do processo, desde a distribuição da matéria prima ao produtor até a distribuição do produto. O controle oligopolizado das etapas é que lhes permitem o controle do mercado. Por outro lado, é também esse controle que reforça a atuação das entidades representativas do setor junto ao governo.

A título de exemplo poderíamos citar alguns movimentos da UBABEF, junto ao governo federal, com vistas a obter dele um maior comprometimento para com o setor. Em março do corrente ano, a referida entidade esteve presente¹³³ no lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2011/12 (PAP), em Ribeirão Preto. Na cerimônia de lançamento o ministro da agricultura, pecuária e abastecimento, Wagner Rossi anunciou que o governo federal destinaria 107 milhões de reais para a *agricultura empresarial*. Esse montante representa um acréscimo de 7,2% com relação ao destinado no ciclo anterior e reforça, de acordo com o presidente¹³⁴ da UBABEF¹³⁵, a possibilidade de que os pequenos e médios agricultores invistam na modernização da sua produção e com isto tenham capacidade de “gerar mais divisas para o país, assim como atender à crescente demanda da sociedade brasileira”. Foi esta a afirmativa de Francisco Turra, presidente da UBABEF, ao destacar que os esforços da associação têm sido sempre no sentido de evidenciar a importância que a produção avícola assume nacionalmente e,

¹³² Destacamos neste sentido, o papel da UBABEF – União Brasileira de Avicultura, resultado da fusão entre a ABEP, Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango e a UBA, União Brasileira de Avicultura.

¹³³ Representada pelo diretor de produção da UBABEF, Sr. Ariel Mendes.

¹³⁴ Francisco Turra.

¹³⁵ A UBABEF é resultado da fusão entre a UBA – União Brasileira de Avicultura e a ABEP – Associação Brasileira dos Exportadores de Frango.

por meio dela contar com a cooperação do governo no sentido de potencializar o crescimento do setor.

Ou seja, a concessão de recursos à avicultura industrial por parte do governo é formalmente justificada pela UBABEF, a partir dos seguintes elementos: a necessidade imposta pelo mercado nacional; o papel que ela representa na geração de divisas para o país; e ainda, pelo caráter ambiental. Nesse sentido, o presidente da UBABEF ratifica, dentre outros pontos, que a concessão dos referidos recursos é uma demonstração da preocupação do governo em estimular o desenvolvimento de atividades sustentáveis ambientalmente no campo, como é o caso – é o que ele menciona – da avicultura de caráter empresarial, haja vista que ela segue padrões de produção econômica e ambientalmente responsáveis.

Outra demanda recentemente encaminhada pela UBABEFF ao governo, mais especificamente à ministra do Planejamento, Orçamento e Gestão, Miriam Belchior, foi um relatório detalhado expondo os entraves logísticos enfrentados pela avicultura brasileira. A elaboração do relatório contou com a participação das empresas associadas e expressa a necessidade da realização de investimentos governamentais nos portos de

“Paranaguá (PR), Itajaí e Navegantes (SC), em ferrovias – como a construção da Ferrovia do Milho, ligando o Sul ao Centro-Oeste – e melhorias em acessos rodoviários, além de ações destinadas a agilizar os procedimentos de órgão públicos” (UBABEFF, 2010)¹³⁶.

O mesmo documento foi acompanhado de uma exposição da importância da avicultura do ponto de vista econômico. Neste sentido, destacou-se o quanto ela contribui para com o Produto Interno Bruto Nacional – 1,5%, 36 bilhões -, com a geração de empregos diretos e indiretos – 4,5 milhões; com as exportações, ressaltando neste último caso que ela ocupa o segundo lugar no mundo, ocupando o posto de terceiro maior produtor. Ao final do documento, o Sr. Turra afirma: “Todos esses números mostram o peso e a importância que a avicultura tem para o brasileiro, seja como geradora de segurança alimentar ou de emprego e renda para a população¹³⁷” (IDEM).

Para finalizar esse item, vale mencionar que segue na ativa a concentração de capital nos segmentos voltados à genética avícola. Como demonstrativo, vale ressaltar que a *Aviagen*, líder mundial no setor de genética de aves estabeleceu em 2010, uma

¹³⁶ http://www.abef.com.br/noticias_portal/exibenoticia.php?notcodigo=2767.

¹³⁷ Disponível em: http://www.abef.com.br/noticias_portal/exibenoticia.php?notcodigo=2767.

parceria com outra gigante que tem sede no Brasil, a *Hygen*. A parceria foi firmada objetivando a produção e distribuição de matrizes no Brasil e na região. Já a *Hendrix Genetics Ltda* e a *Cobb-Vantress do Brasil* que aparecem na página da UBABEF ocupando postos de associadas como empresas independentes, tiveram também seu processo de fusão já aprovado pelo CADE¹³⁸. Mundialmente, o número das empresas que dominam o setor não passa possivelmente de meia dúzia. Os dados neste sentido são imprecisos e confusos, haja vista que nem sempre se consegue determinar quais empresas se fundiram e/ou apenas trabalham em sistema de parceria. Outra dificuldade está na própria manutenção jurídica independente das empresas, ainda que pertençam a um mesmo capital. A manutenção das duas empresas como independentes, dificulta a percepção da fusão.

Por outro lado, se pensarmos em termos de pesquisa genética voltada para o desenvolvimento de linhagens de aves comerciais com caráter especificamente nacional, o que temos é uma atuação relativamente inexpressiva neste sentido, ainda que no passado se tenham empreendido esforços para avançar. Os trabalhos de genética e melhoramento de aves no Brasil iniciaram na década de 1950, com um projeto de obtenção de aves comerciais para postura, através do cruzamento entre raças *Leghorn* e *Rhode Island Red*, desenvolvido pelo antigo IPEACS - Instituto de Pesquisa e Experimentação Agropecuária do Centro-Sul, atualmente PESAGRO, no Rio de Janeiro. Este projeto foi abandonado posteriormente e em 1964, foram iniciados trabalhos de seleção para obtenção de poedeiras comerciais. A partir de 1975, no entanto, os trabalhos de seleção para o desenvolvimento e melhoria de linhagens deram lugar às pesquisas básicas de genética.

No setor privado, um estabelecimento que se destacou pioneiramente nesta área foi a Granja Guanabara, sendo pioneira na produção de linhagens comerciais. Em 1947, após dois anos de experiência na avicultura, a empresa introduziu no mercado pintos *New Hampshire*. Dez anos mais tarde deu início aos trabalhos de melhoramento genético, visando a produção de aves para corte e, em 1961, de aves para postura. Em 1962, considerando as premências do mercado nacional, passou a comercializar as linhagens da *Shaver Poultry Breeding Farms*. Em 1972 retorna ao melhoramento e comercialização de suas próprias linhagens, estendendo-se nessas atividades até 1983,

¹³⁸ Ministério da Justiça, Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE: Parecer 06531/2009 em resposta ao Ato de concentração número 08012.007776/2008-99.

quando, detendo cerca de 5% do mercado nacional de frangos de corte e 10% de postura, encerrou suas atividades.

As universidades e outras instituições de ensino e pesquisa também se envolveram neste trabalho. Por recomendação do Ministério da Agricultura, o Departamento de Genética anexo à ESALQ - Escola Superior de Agricultura de Piracicaba – SP, iniciou em meados da década de 60, pesquisas em genética e melhoramento de aves. Inicialmente os trabalhos foram direcionados para postura e, no início de 1973, passaram a ser concentrados em aves para corte. Alguns anos mais tarde, a Universidade Federal de Viçosa, em Minas Gerais, ingressou nesta área de pesquisa. Atualmente as duas instituições mantêm um convênio com empresas privadas para o desenvolvimento de pesquisas básica, formação e treinamento de técnicos e obtenção de linhagens para produção de carne (ESALQ) e ovos.

Entretanto, o centro mais equipado e com maior número de técnicos especializados é o Centro nacional de pesquisa de suínos e aves (CNPSA), junto à Embrapa, em Concórdia – SC. A discussão para a criação deste centro começou em maio de 1975, na sede da Associação Catarinense de criadores de suínos, em Concórdia. Ali reuniram-se lideranças dos criadores com o Ministro da Agricultura. No mesmo ano, a Embrapa decidiu criar um centro de pesquisas voltado inicialmente para a pesquisa de suínos. Três anos mais tarde aprovou-se o Programa Nacional de pesquisa de Aves e o CNPSu passou a ser denominado de CNPSA. Os trabalhos de melhoramento genético do CNPSA começaram em 1983, objetivando a formação e seleção de linhagens comerciais para a produção de carne.

Almeida e Silva (2009, p. 446) ao avaliar a evolução do melhoramento genético de aves no Brasil destaca a participação de algumas instituições públicas e privadas. Neste sentido ele cita: a) no caso das instituições públicas a presença da universidade federal de Viçosa, que mantém um programa interno de seleção de linhas paternas e maternas para formação de híbridos que são sempre testados com marcas comerciais que disputam o mercado brasileiro, além de realizar pesquisas que podem subsidiar empresas de melhoramentos de aves. O autor menciona ainda, que a EMBRAPA vinha desenvolvendo “[...] programas completos de melhoramento de aves de corte (industrial e colonial) e de poedeiras (ovos brancos e vermelhos), [...]”. No entanto, no caso da EMBRAPA a informação que extraímos do ato de concentração 8012.007776/2008 do CADE, é de que o programa foi descontinuado. A justificativa dada pela Embrapa ao CADE (2008, p. 32), segue assim descrita:

[...] em função da falta de aderência às demandas da sociedade, de dificuldades quanto ao desenvolvimento e manutenção de linhagens competitivas, do alto custo de manutenção do sistema e da grande demanda de recursos financeiros para modernizar e manter um sistema comercial [...].

De outra forma, o documento ainda reitera que “[...] a atividade de desenvolvimento e comercialização de linhagens genéticas de aves é dominada por um pequeno¹³⁹ número de grandes empresas multinacionais, com tendência de continuidade da concentração”, o que, portanto reafirma a impossibilidade de se enfrentar os custos de investimento daí oriundos.

Almeida e Silva (2009, p. 444)¹⁴⁰, ao tratar da contribuição das empresas privadas no Brasil, para a referida pesquisa enfatiza: a grande maioria das “[...] empresas particulares que realizavam programas de melhoramento genético de aves foram adquiridas por empresas de melhoramento de aves do exterior”. Neste sentido, ele cita com destaque o caso da *Agroceres Ross*. O programa mantido no Brasil pela empresa “faz parte de um sistema mundial de melhoramento genético de aves da *Aviagen Group*”. A Sadia, que segundo o autor manteve no passado um programa de melhoramento de aves com fins comerciais optou por vendê-lo à *Globoaves* e atualmente, ela “não mais trabalha com genética de aves”, sendo somente uma “multiplicadora de algumas das principais empresas de melhoramento genético, explorando grande parte do material genético dentro do seu sistema de integração”.

Tem-se desta forma o panorama atual da situação da genética de aves no Brasil, mais especificamente, da sua forte dependência com relação aos grandes oligopólios internacionais.

Como já mencionado, a cadeia avícola se caracteriza pela intensa concentração e oligopolização dos segmentos empresariais que a compõem. A oligopolização do segmento de base, no caso, o voltado para a genética, estimula a concentração de capital nas empresas que atuam desde o fornecimento da matéria-prima – o pinto de um dia –

¹³⁹ CADE, 2009, p. 32 – Parecer 06510/2010 com relação ao Ato de Concentração 08012.004423/2009-18. São três as principais empresas competidoras no mercado mundial de geração de aves reprodutoras (matrizes de corte), quais sejam: Cobb, Aviagen e Hubbard (Hendrix Genetics). As três possuem presença em território nacional. Fora estas, existem ainda quatro competidores menores, quais sejam: Case, PureLine, Peterson e Smerna.

¹⁴⁰ Almeida e Silva (2009, p. 444): O autor cita ainda o caso da Perdigão, que mantinha o programa de melhoramento do Chester em Arcerburgo, - MG. O “programa era bem delineado, mas não tinha objetivo de comercializar a sua genética, apenas de explorá-la para fins de produção comercial”. Ele também menciona a existência de alguns programas em instituições de ensino públicas, que estavam ainda em fase inicial – caso do programa de codornas de postura, na Universidade Estadual de Maringá, UEM; e, do programa de codornas para corte, na UNESP de Botucatu.

ao pequeno produtor integrado – à comercialização do produto por ela processado – como é o caso da Sadia. Esse estímulo à concentração¹⁴¹ aparece ainda na década de 1970, pelas absorções que a referida empresa realiza, comportamento que não lhe é específico, mas característico também nas outras grandes agroindústrias do setor, como a Perdigão e a Ceval. Essa tendência à concentração poderá ser melhor visualizada no capítulo 06, quando trataremos especificamente do histórico da Sadia. É essa a realidade presente na avicultura brasileira hoje, especialmente a localizada no sul do país, que por meio de um número reduzido de empresas domina o mercado nacional e faz significativas expansões rumo ao mercado internacional. É nesta história que queremos adentrar nos capítulos seguintes, a partir do estudo de caso de uma empresa específica, a Sadia, líder brasileira em produção e exportação de aves.

Em face ao exposto, é preciso considerar que a despeito da avicultura brasileira ter se colocado como a atividade agropecuária que mais evoluiu nas últimas décadas, a sua expansão não se fez a partir da independência genética, o que em última instância marca a sua dependência em relação ao capital externo.

A evolução no desempenho da produção resulta de ganhos genéticos obtidos por seleção artificial e de melhorias nas condições de alimentação, manejo, instalações, sanidade, abate, industrialização e comercialização. Os ganhos em peso, conversão alimentar, idade de abate e menor mortalidade, são, sobretudo, fruto de avanços nas pesquisas de linhagens genéticas. No entanto, tais ganhos e melhorias são conseguidos pela avicultura nacional através de importação de material genético e de pacotes tecnológicos, limitando-se o país à multiplicação de matrizes resultantes do cruzamento de avós e produção de pintos de um dia para criação e abate. Isto não significa que não haja preocupação neste sentido. Desde os anos 50 esta discussão esteve presente entre as empresas, entidades de pesquisa e profissionais do setor, sem, contudo chegar a resultados em termos de linhagens genéticas próprias, tanto para aves de postura como para frangos de corte. A oligopolização presente no segmento de genética a nível mundial e os pesados investimentos têm inviabilizado a entrada de novas empresas, bem como, contribuído – ao menos é o caso no Brasil - para a desativação de programas de pesquisas voltados para o melhoramento de linhagens de aves – de corte ou postura -, como foi o caso da Embrapa citado anteriormente.

¹⁴¹ Dentre os autores que estudam a prática gestora e a concentração das grandes agroindústrias do sul do país podemos citar como referência a tese de doutorado de Dalla Costa (1997).

Neste sentido, apesar desta estrutura e dos esforços realizados, o Brasil chegou à metade da década de 70 capacitado a exportar, sem ter desenvolvido nenhuma linhagem de frango de corte ou de postura. As empresas do setor, desde o início dos anos 60, quando se implantou a avicultura industrial, estabeleceram contratos com as multinacionais do setor, que além de fornecerem as avós também prestavam a assistência técnica necessária.

5.3.2 Matrizeiros, Incubatórios e Produção de Pintos de Corte

O passo seguinte na integração vertical é a reprodução das matrizes, a partir das avós e, em seguida, dos pintos de corte. Neste aspecto, as empresas do Sul capacitaram-se para implantá-la, o que as ajudou a se desenvolverem à frente de suas concorrentes que deixaram de fazê-lo. É preciso assinalar que no caso da Sadia e das demais que seguiram seu exemplo no oeste catarinense, não havia muita escolha. De início, se elas não implantassem a integração vertical, seria muito difícil levarem os pintos de um dia das empresas estabelecidas em São Paulo, por causa das dificuldades de transporte e devido a outros problemas de higiene e controle de doenças. Portanto, a produção numa região geográfica distante dos grandes centros urbanos contribuiu para a implantação do processo de integração vertical, cobrindo assim as falhas de mercado existentes na época.

Em 1973 já existiam 18 empresas produtoras de matrizes no Brasil, nove das quais eram estrangeiras operando diretamente no país e uma firma trabalhando com linhagem própria a Granja Guanabara. Em 1980 existiam 35 linhagens ou marcas diferentes de aves, sendo 32 estrangeiras e três brasileiras.

Na região sul, onde se implantaram as maiores agroindústrias do setor foi também onde aconteceu a implantação da integração vertical de forma mais acentuada. Iniciada pela Sadia, que importava as avós, tinha seus próprios incubatórios para produção de matrizes, das quais resultariam os pintos de corte. Portanto, as maiores agroindústrias avícolas do Sul, dentre as quais a Sadia e a Perdigão, implantaram seus próprios matrizeiros e incubatórios, que produzem pintos de um dia, distribuídos a seus agricultores integrados.

5.3.3 Vacinas e Medicamentos

Tanto no caso da genética como no das vacinas e medicamentos, não há pesquisa básica feita pelas agroindústrias, porque são setores muito especializados e que exigem altos investimentos. Normalmente as indústrias químico-farmacêuticas é que se dedicam a estas atividades, diversificando pesquisas que já realizam ou ampliando suas linhas de produto para atenderem novos nichos de mercado emergentes.

As vacinas e medicamentos são produzidos, portanto, por grandes empresas destes setores. Os principais laboratórios que se produziam produtos veterinários utilizados pela avicultura no Brasil nas décadas de 1950 e 1960, quando começou a fase da avicultura industrial, “eram em sua maior parte controlados pelo capital nacional” (Sorj et alii, 1982, p. 20). Como este é um segmento industrial que exige tecnologia sofisticada e onde a concorrência internacional é muito forte, foi também um dos setores que logo foi dominado pelas multinacionais.

Sendo assim, ainda nos anos 1960 os principais laboratórios ligados à produção de produtos veterinários a nível mundial e que passariam a atender as demandas da avicultura industrial em crescimento no Brasil eram: o *Abbot, Ajinomoto, American, Cyanamid, Boyer, Down, Du Pont, Eaton, Elanco, Fontoura-Wyeth, Seregy, Lepetit, Merk Sharp Dohm, Manguinhos, Pfizer, Rhodia (Rhone Poulenc), Squibb, Sabla, Vetifarm e Instituto Biológico de São Paulo* (Sorj et. alii, 1982, p.12). Graças ao grau de concentração dessas empresas, o mesmo grupo que oferecia os produtos veterinários básicos era responsável também por toda a gama de insumos químico-veterinários tanto para a avicultura quanto para as demais linhas de produção pecuária. Como destaca Sorj et alii (1982, p. 21),

As mesmas empresas de produtos veterinários abarcam os analgésicos, anaplasmose, anestésicos, avitaminóticos, bactericidas, defensivos contra doenças de animais em geral, complementos minerais para os diversos tipos de animais e produtos para a avicultura.

Essas empresas localizavam-se, sobretudo em São Paulo e no Rio de Janeiro, de onde expediam seus produtos para o mercado nacional. Vendiam seus produtos tanto às indústrias de rações integradoras, como diretamente aos produtores, possuindo redes próprias de assistência técnica aos produtores, através dos quais encaminhavam seus produtos.

O que as empresas integradoras fazem são acordos de fornecimento com estes laboratórios, tanto de vacinas como de outros medicamentos necessários na criação e engorda dos frangos. As vacinas, sempre que necessárias, são aplicadas pelas próprias integradoras, de onde os pintos de um dia já saem vacinados para os aviários dos integrados. Quanto aos demais medicamentos, normalmente ministrados através da água, são distribuídos pelos técnicos que fazem o acompanhamento da produção dos lotes de frangos. As empresas compram os estoques de medicamentos que necessitam, adiantam-nos aos integrados e recebem o dinheiro na hora do carregamento dos lotes.

5.3.4 Produção de Rações

A fórmula das rações, tanto para aves de postura como para frangos de corte, passou por várias modificações antes de chegar às atuais. Por volta de 1920, os pintos de um dia eram alimentados à base de ovos e leite, mas o milho, encontrado com facilidade, já era o maior componente desta alimentação. As verduras – responsáveis pelo melhor desenvolvimento dos pintos, maior produção das poedeiras e aumento da eclosão – não poderiam faltar em qualquer dieta.

Além desses, outros produtos eram considerados indispensáveis à alimentação, os alimentos de origem animal, sobretudo as farinhas de carne e de peixe. O sal, considerado estimulante do apetite e regulador das secreções também era uma constante em todas as receitas alimentares. Outros alimentos estranhos entravam na formulação das rações. Era o caso do carvão, considerado imprescindível como regulador digestivo. Na impossibilidade de produzir farinhas de carne, eram muitos os avicultores que forneciam às aves carnes cruas e, na falta destas, os granjeiros alimentavam seus plantéis com insetos vivos, como informa uma revista especializada da década de 1970¹⁴²

A partir dos anos 30 a alimentação avícola começou a experimentar grandes modificações. Primeiro como resultado da evolução científica verificada na Europa e nos Estados Unidos. Segundo, porque a avicultura começava a se transformar em atividade industrial, atraindo a atenção e o interesse de muitos empresários. Finalmente, a produção de alimentos para aves pode evoluir rapidamente graças às características

¹⁴² Revista Avicultura Industrial, Editora Chácara e Quintaes, Abril de 1971, nº 736, ano 62, p. 6-12.

típicas da espécie que, desenvolvendo-se em tempo relativamente curto, se comparada a outros animais, atraiu sobre si todas as experiências referentes às novas descobertas. Desta época em diante, as modificações foram se sucedendo a uma velocidade cada vez maior. Entre 1936 e 1937 pesquisadores verificaram que um alimento comum na ração avícola poderia ser usado com melhor rendimento. Tratava-se da soja, que mediante tratamento especial, apresentava novas e surpreendentes proteínas.

Os Estados Unidos destacaram-se na evolução da pesquisa em rações, como destaca Belato, (1985) e Dalla Costa (1997). A primeira ração de alta energia foi desenvolvida na Universidade de *Connecticut* em 1947, depois que se descobriu que rações com preponderância de milho requeriam altos níveis de ácido nicotínico. Em 1955 surgiu a ração calórico-protéica, como consequência de estudos efetuados na Universidade de Maryland. Seu aparecimento possibilitou a utilização de alimentos altamente gordurosos, com excelentes resultados. As formulações das rações mudaram substancialmente ao longo do século. No início, o número de ingredientes para se formular uma ração era restrito e sem nenhuma utilização de elementos químicos e vitamínicos, algo que se tornaria regra posteriormente.

Em meados da década de 1960, a Universidade de Wisconsin desenvolveu uma pesquisa para apreender os efeitos na conversão alimentar dos frangos *White Rock*, a partir da modificação das rações utilizadas. Para tanto, foram utilizadas na alimentação dos pintos da referida linhagem, 03 fórmulas de ração específicas, que haviam sido utilizadas de forma predominante nos anos de 1907, 1937 e 1957. A ração mais antiga possuía apenas 06 ingredientes em sua fórmula, entre os quais o ovo cozido; a de 1937 já apresentava características científicas, frutos de pesquisas que levavam em conta seu papel no desenvolvimento da ave. A partir de 1937, a preocupação no referido sentido foi se acentuando, o que levou ao aumento no número de ingredientes que passaram a compor a ração. Assim, em 1957, eram 22 os ingredientes que a compunham, entre cereais, vitaminas e minerais.

A modificação das rações refletiu-se na conversão alimentar, conforme atestou a pesquisa. No final de quatro semanas o peso médio das aves era de 128, 252 e 461 gramas. Ou seja, os pintos que haviam sido alimentados com a ração de 1907 pesavam 128 gramas, os que haviam sido alimentados com a de 1937, 252 gramas e, por fim, os que haviam sido alimentados com a de 1957 pesavam 461 gramas. Ao fim de 09 semanas de teste, o peso médio das aves de 246, 905 e 1457 gramas respectivamente, com uma

conversão de 5,16, 2,85 e 1,98¹⁴³. De acordo com estes testes, em 1957 um frango consumia menos da metade da ração necessária para ganhar o mesmo peso que em 1907. Se pensarmos que hoje o frango atinge o peso médio para o abate em cerca de 20 dias, temos por aí idéia do quanto se acelerou o processo.

É evidente que outros fatores contribuíram para o desempenho dos frangos de corte. Entre eles, as modificações genéticas, criando novas linhagens mais produtivas, foram essenciais. Entretanto, uma nova raça de frango só poderia se desenvolver caso as rações contivessem os nutrientes necessários e específicos. O estudo e desenvolvimento das rações foram fundamentais na melhoria da cadeia produtiva da avicultura, pois esta representa cerca de 70% dos custos de produção.

Estes avanços somados ao crescimento da avicultura industrial passaram a exigir a automatização, com vistas a garantir que as misturas fossem exatas. Com a introdução do computador na formulação das rações, a partir dos anos 70, os processos de dosificação dos ingredientes, a pesagem dos micro-ingredientes e o acompanhamento da produção passaram a ser todos automatizados e controlados por computador.

No final dos anos 50 e início da década de 60, as rações eram produzidas pelas principais granjas avícolas, ou por firmas independentes, que vendiam sua produção, tanto para grandes como para pequenos produtores. No caso do Sul, as agroindústrias já a partir do estabelecimento da avicultura integrada passaram a produzir a própria ração que utilizavam.

A primeira empresa multinacional vinculada à produção de ração a se instalar no país foi a Purina que, além de oferecer uma gama de insumos básicos, montou desde o começo um plano de assistência aos produtores já testado em outros países. A seguir veio outra empresa de capital norte-americano, a Cargill, seguida pela Anderson Clayton, que tinha na comercialização de soja seu principal campo de interesse no país.

Como vimos, as empresas entrantes no setor avícola do Sul do país o fizeram de forma integrada verticalmente. Portanto, a produção da ração era apenas uma das etapas do processo produtivo. A Sadia, empresa que já fabricava ração balanceada para suínos desde 1954, tinha um saber fazer acumulado de alguns anos e, ao iniciar a produção avícola integrada, passou a fornecer a ração aos avicultores.

¹⁴³ Ou seja, em 1907, para cada grama de peso ganho pela ave era necessário o consumo de 5,16 gramas de ração; em 1937 essa relação passou a ser de 2,85 gramas de ração para cada grama de peso e em 1957, 1,98 gramas de ração para cada grama de peso.

Os produtores dos aditivos químicos, que requerem uma tecnologia mais sofisticada e estão vinculados à tecnologia químico-veterinária, recebem seu fornecimento de insumos das mesmas empresas produtoras de produtos veterinários, quando não importam diretamente.

A entrada da Sadia na fabricação de rações avícolas em Concórdia, no ano de 1961, se deu também porque não existia nenhuma outra empresa que produzisse rações para um mercado assim restrito. As vantagens da economia de escala vieram mais tarde, com o aumento do número de integrados e as grandes quantidades de ração produzida.

No que se refere ao *premix*, concentrado contendo vitaminas, sais minerais e outros ingredientes químicos que entram na formulação das rações, as integradoras compravam das empresas acima mencionadas. O que elas faziam era adicionar milho, soja, trigo ou outros cereais e entregar a ração pronta diretamente na propriedade dos pequenos agricultores.

Atualmente, a Sadia é a maior produtora de rações balanceadas para aves do país, produzindo basicamente para atender a demanda de seus integrados. Pelo fato de produzirem sua própria ração, as maiores integradoras também dominam o mercado de compra de soja e milho, entrando na integração vertical desta cadeia e atuando na produção de óleos refinados e margarinas.

5.3.5 Contratos de Parceria Avícola com Pequenos Agricultores

Além dos segmentos já mencionados, as empresas estabeleceram uma relação privilegiada para garantir seu fornecimento de matéria prima, assinando contratos de parceria avícola com os assim chamados agricultores integrados. Esta foi a principal inovação organizacional introduzida pelas empresas do Sul dentro da integração vertical, o que lhes garantiu uma vantagem essencial em relação às que atuavam nas outras regiões do país e não implantaram este sistema.

No início do processo de integração com pequenos agricultores, sobretudo nas décadas de 60 e 70, quando a produção ainda não atingia grandes quantidades, as firmas não se preocupavam tanto com a efetivação dos contratos e muitas não tinham nem a preocupação de efetivar este tipo de relação. Uma pesquisa feita em Santa Catarina pelo CEAG (1978, p. 143), mostrou que dos contratos estabelecidos entre as agroindústrias e

os produtores ao final da década de 1970, apenas 38% eram escritos. 37% verbais e 23% por cadastro.

No capítulo seguinte faremos uma análise pormenorizada sobre a questão do contrato entre a agroindústria e o pequeno produtor, a partir do estudo de caso específico da Sadia com o produtor a ela integrado no Sudoeste do Paraná. Neste sentido, optamos por apenas mencionar a existência do referido instrumento, na medida em que os agentes que nele se representam ocupam lugar fundamental na cadeia.

5.3.6 Fomento Agropecuário e a Qualidade da Matéria Prima

O contrato é apenas o instrumento legal da relação entre a empresa e o agricultor integrado. Para conhecer melhor esta relação, é necessário levar em conta - e no caso da Sadia isto é fundamental -, a origem de seu Setor de Fomento Agropecuário, cuja função principal estabelecer uma garantia no fornecimento constante de matéria prima, assim como um controle também constante de sua qualidade. A Sadia implantou seu sistema de fomento agropecuário a partir do início da década de 50, quando buscou melhorar a qualidade e garantir a quantidade necessária de suínos para seu abatedouro em Concórdia.

Em 1957 o frigorífico de Concórdia já abatia em torno de 400 suínos por dia e, com as novas câmaras frias, maiores e mais eficientes, ampliava-se rapidamente a capacidade de industrialização. Além disso, a recém inaugurada empresa aérea dava mais dinamismo e vitalidade às vendas das filiais estabelecidas em São Paulo e em outras cidades importantes do país. Para dar continuidade a este processo de desenvolvimento, era preciso aprimorar a matéria prima.

De acordo com Teixeira (1994), apoiada pela Associação rural de Concórdia, a Sadia começou a proferir inúmeras palestras aos agricultores da região, tanto em sua sede como nas comunidades espalhadas por todo o município. Nas palestras, os colonos recebiam informações atualizadas sobre preparação do solo, plantio, rotação de culturas, colheita e estocagem de grãos, montagem e higiene dos chiqueirões, alimentação dos suínos com rações balanceadas e manejo dos reprodutores, matrizes e crias. Nas suas propriedades, tinham assistência e orientação sanitária direta e permanente de técnicos agrícolas e médicos veterinários contratados pela associação.

O desafio consistia em quebrar o padrão tradicional do porco tipo banha, muito bom para a produção de banha e toucinho, mas não para a industrialização de carne. A simples introdução de animais das raças, *Duroc* e *Landrace*, junto com modificações no manejo, fez com que os suínos que levavam até 14 meses para atingir cem quilos, em seguida, alcançavam esse peso com apenas oito meses de vida (de 420 para 240 dias), com menos banha e mais, significando assim maior rentabilidade.

Com estes resultados, muitos agricultores que já vendiam suínos à empresa, através de seus postos de compra, passaram a adquirir reprodutores, matrizes e rações e a seguir sua orientação técnica. Para atender a um número cada vez maior de produtores, já não era suficiente o trabalho da Associação Rural, além disso, esta era uma entidade de classe e não da empresa. Por isso, na assembléia de 26 de março de 1955, os acionistas da Sadia reconheciam que a “ausência de um plano real de assistência ao agricultor por parte dos governos faz com que as entidades de economia privada voltem suas vistas para o importante setor do fomento e defesa da produção agropecuária” (TEIXEIRA, 1994, p. 14). A partir deste momento, vários funcionários foram capacitados para dar assistência técnica aos produtores, indo fazer cursos em outros estados e até no exterior.

Em 1961, quando a Sadia diversificou suas atividades entrando no ramo da avicultura, já dispunha de uma estrutura bem montada de técnicos especializados em prestar assistência aos produtores integrados de suínos. A partir deste momento, o Departamento de Fomento Agropecuário assumiu a coordenação técnico-econômica da criação de suínos e de aves. Para cuidar destas atividades e atender o número cada vez maior de integrados foi montada uma estrutura em equipamentos e pessoal especializado. No início, tratava-se de um pequeno grupo de técnicos que resolviam todo tipo de problema. Em seguida, a Sadia montou uma organização complexa e sofisticada, envolvendo importação de material genético, granjas de matrizes, incubatórios, laboratórios, além de contratar bioquímicos, zootecnistas, engenheiros florestais e outros profissionais.

Na década de 70 o fomento agropecuário já era uma equipe bem estruturada, com condições de atender todos os integrados, controlando assim tanto a qualidade como a quantidade da matéria prima de que necessitava. O fomento agropecuário significou para a Sadia a “garantia de suprimento de matéria prima, quantitativamente e qualitativamente controlada para o atendimento dos planos de expansão da produção de carnes e derivados da empresa” (RELATÓRIO ANUAL, 1977).

5.3.7 Abatedouro como Principal Etapa da Integração Vertical

A passagem da avicultura tradicional para a industrial se deu essencialmente na substituição dos tradicionais abatedouros onde todo o processo se fazia manualmente, pelos novos e modernos, especialmente concebidos, construídos e equipados para isto. Esta passagem é lembrada nas memórias do fundador da Sadia, quando afirma “substituímos os primeiros abatedouros, mais rústicos e menos sofisticados, por outros rigorosamente modernos e rápidos, chegando a abater, por exemplo, hoje em dia, 14000 aves por hora”(FONTANA, 1980, p. 170).

Entretanto, a passagem de um para outro modo de produção foi lenta e eliminou, sobretudo em São Paulo e em MG, inúmeras pequenas e micro-empresas. Uma das maiores dificuldades destas, era de adaptar-se às rígidas normas de controle higiênico-sanitárias que foram sendo estabelecidas com o desenvolvimento da avicultura.

Através da mecanização de todas as etapas do abate e industrialização dos frangos, as indústrias do setor, que sobreviveram, instituíram a produção no estilo fordista, aumentando os volumes e diminuindo os custos por unidade. A avicultura definitivamente deixou de ser uma atividade artesanal.

Para melhor compreender o funcionamento dos abatedouros industriais, vamos descrever rapidamente cada uma das etapas desde a chegada do frango vivo até sua embalagem, quando sai pronto para o consumidor. Para tanto tomaremos por passe o material elaborado por Dalla Costa (1997), principalmente, além de algumas revistas especializadas, uma das quais menciona:

É como na moderna linha de montagem de uma indústria automobilística: chega a matéria prima à fábrica e, em poucos minutos, com o apertar de botões sincronizados, o produto caminha por esteiras ou trilhos suspensos. São descartadas algumas partes para reaproveitamento em outras unidades fabris e as máquinas se encarregarão da lavagem, preparação, separação... numa operação ultra higiênica, da porta de entrada à embalagem final. (AVES e OVOS, 1993, p. 24-8)

Cada um dos grandes abatedouros desenvolveu tecnologia própria para ganhar velocidade e qualidade na produção. Existem temperos e fórmulas especiais para cada produto, mas o processo básico da linha produtiva é comum à maioria das líderes do disputado ranking agroindustrial avícola.

Na primeira etapa, o frango chega nas unidades fabris em gaiolas plásticas especiais, que evitam acidentes entre as aves. Chega vivo, em lotes de cerca de 10 cabeças cada gaiola, conforme seu tamanho. Rapidamente estarão pendurados na nória, que é a correia que os conduz até o final do processo de abate, limpeza e industrialização. No início do processo, funcionários treinados para tal, cuidarão da “insensibilização”, de cada ave, quando ela desmaia e não sofre dores ao ser abatida. Esta técnica começou a ser usada em 1978, sendo que até então, o sangramento das aves era feito sem nenhum processo anestésico.

O passo seguinte é a sessão de sangria, onde a ave recebe um corte preciso na veia jugular do pescoço e com isso inicia-se a fase de abate e preparação da carne. O sangue das aves é recolhido numa calha especial e segue para outra seção da indústria, onde é transformado em farinha de sangue¹⁴⁴. Esta será utilizada posteriormente como matéria prima para a produção de ração balanceada para aves.

Logo após a depenagem segue o processo de separação das partes. Primeiro são as patas, excluídas após novo banho em água quente. Uma máquina especial é utilizada para retirar toda a pele que envolve a pata do frango.

A etapa seguinte é de fundamental importância nos abatedouros modernos. Trata-se da evisceração automática. Neste processo, são retiradas todas as vísceras das aves, numa operação feita com uso da automação industrial, largamente difundido entre os abatedouros do país a partir da década de 80. Uma alça cortante entra na parte superior do tórax da ave, retirando-lhe todas as vísceras. É nesta etapa que trabalham os técnicos do SIF – Serviço de Inspeção Federal, como prevê a legislação brasileira. O processo de evisceração automática traz além da velocidade, a padronização por meio da qual ela ocorre. Quanto ao pulmão da ave, é extraído num sistema a vácuo, retirando ao mesmo tempo todo aparelho respiratório, também sendo transformado em farinha de víscera, que tal como a farinha de sangue, fará parte da ração a ser utilizada na engorda dos frangos. Os miúdos de frango (coração e moela) que são vendidos separadamente ou colocados dentro do frango inteiro, são separados manualmente.

Depois disto, o frango poderá ir para a linha de acabamento final do produto, sendo embalado em sacos plásticos especiais e recebendo os selos de identificação de cada empresa. A partir daí, seguirão em caminhões frigoríficos para as filiais comerciais

¹⁴⁴ O sangue das aves abatidas, assim como penas e carcaças de aves condenadas são em geral utilizadas como componentes da ração do frango. De uma forma geral, o processo envolve o tratamento térmico, visando por meio do calor obter-se a redução da umidade, a separação dos resíduos gordurosos e ainda, a redução do volume do material beneficiado.

e os pontos de venda ou, para os portos, caso se destinem à exportação. Como a tendência de venda e consumo de frango em cortes e de embutidos aumenta a cada ano, a linha de produção se estende para outras etapas. As empresas se equiparam de máquinas especiais que separam peito, asa, coxa e sobrecoxa das aves. Novamente, se for para o mercado interno, a operação efetua-se mecanicamente e, se as aves destinam-se à exportação, os cortes serão realizados manualmente.

Na verdade, até aqui se tratou de uma linha de desmontagem do frango. É geralmente em dependências anexas aos abatedouros que estão as verdadeiras linhas de montagem, que utilizam a carne de frango como matéria prima na fabricação de inúmeros sub-produtos, dentre os quais as salsichas e os *nuggets* de frango.

5.3.8 Empresas Próprias de Transporte

Quando começou suas atividades industriais em Concórdia, em 1944, um dos grandes problemas que a Sadia enfrentou foi o de como fazer chegar os seus produtos aos maiores centros consumidores do país. No início, foi utilizado o transporte ferroviário, substituído e/ou combinado com o rodoviário e o aéreo mais tarde.

Para vender sua produção nos principais centros consumidores, ela começou a organizar uma rede de representantes e distribuidores de seus produtos. Onde era possível encontrar consignatários especializados em comercialização, como no Rio de Janeiro e São Paulo, procedeu desta maneira. Em outras cidades, ela mesma montou seus depósitos que se tornaram em centros distribuidores.

Esta presença da empresa nos principais centros consumidores impunha-lhe dois grandes desafios. Primeiro, atingir uma produção capaz de atender uma demanda cada vez maior, sem modificar a qualidade das mercadorias. Segundo, fazer chegar, em tempo hábil, os produtos aos locais de distribuição.

Em face das condições das estradas que eram precárias nos primeiros anos da Sadia, o transporte aéreo foi o principal articulador entre o frigorífico situado em Concórdia e os mercados urbanos, com sua intensa rede de distribuidores. Posteriormente, com a melhoria das estradas e as inovações tecnológicas nos caminhões, o transporte passou a ser feito em frota própria.

Portanto, para recolher a matéria prima e distribuir os produtos finais, a Sadia atuou em três diferentes tipos de transporte. De início, utilizou muito o transporte ferroviário, além de implementar sua própria frota de caminhões.

5.4 A SADIA NO PARANÁ

No Paraná, a Sadia passou a atuar na avicultura a partir da sua unidade industrial de Toledo. Foi nesta que a Sadia investiu na diversificação avícola, repetindo uma experiência que já tinha colocado em prática em Concórdia – SC. A avicultura e a suinocultura eram realizadas no sistema de integração/parceria e tinham na retaguarda o serviço de fomento agropecuário, responsável pelo fornecimento das matrizes, dos pintos de um dia e da assistência técnica e veterinária. O início das atividades na avicultura no Paraná foi em 1979, por meio da Frigobrás¹⁴⁵, que no primeiro ano de atividade – 1982 - abateu mais de 7 milhões de frango, representando 25% do total SIF – Sistema de Inspeção Federal do Estado, passando a mais de 50% já no segundo ano de atividade.

Assim como em Concórdia, a região Oeste do Paraná é grande produtora de milho, soja e outros cereais e conta com muitos pequenos agricultores que, através dos contratos de parceria e da assistência prestada pelo serviço de fomento Agropecuário, permitem à empresa obter matéria-prima na quantidade, qualidade e no momento necessário à expansão do volume de produção.

Outra região com características semelhantes, tanto na produção de cereais como nas pequenas propriedades rurais formadas por imigrantes oriundos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, é o Sudoeste do Paraná. Ali, no município de Dois Vizinhos, o Moinho da Lapa¹⁴⁶ construiu um novo abatedouro de frangos a partir de 1978, que iniciou os abates em 1981. A partir deste ano, o Moinho da Lapa tornou-se uma escola, tanto na formação de novos dirigentes para a Sadia, quanto na produtividade industrial e na organização da produção junto aos integrados. Fruto deste trabalho, em 1985, o abatedouro, com suas diversas atividades, ganhou o status de “a empresa mais dinâmica e progressista do grupo Sadia”. Desde então, o Moinho Dois Vizinhos transformou-se

¹⁴⁵ A Frigobrás era uma das empresas que compunha o Grupo Sadia. A sua sede fora inicialmente estabelecida em São Paulo, mas posteriormente transferida para Toledo, na região Oeste do Paraná.

¹⁴⁶ Uma das empresas que compunha o Grupo Sadia, cuja sede fora construída ainda na década de 1960 em São Paulo.

no maior produtor, abatedor e exportador de patos da América Latina, o segundo na produção, abate e exportação de frangos do Paraná, na fabricação de rações e de farelo de soja. Seguindo o exemplo do que se fazia nas demais unidades de Concórdia, Chapecó e Toledo, foi implantada junto ao abatedouro, toda a infra-estrutura necessária para realizar a produção vertical. Fazem parte desta estrutura dois silos, com sete graneleiros metálicos verticais, capazes de estocar 128 mil toneladas de grãos. O moinho também mantinha incubatórios de patos e frangos.

Em 1988 o abatedouro de Dois Vizinhos recebeu significativos investimentos tecnológicos para aumentar sua capacidade. Com a instalação de evisceradores automatizados, a capacidade de abate passou de 9000 para 16000 aves/hora.

A unidade avícola de Dois Vizinhos logo se tornou uma das mais significativas a nível estadual. Já em 1981, ano em que iniciou suas atividades, abateu 11.651.601 cabeças, representando 14,51% dos abates SIF do Estado. A partir daí o abate foi aumentando conforme as necessidades da Sadia em atender as demandas nacionais e estrangeiras.

A complementação da atividade da Sadia no Paraná aconteceu em 1991, com a compra do complexo avícola de Francisco Beltrão no Sudoeste do Paraná de uma antiga concorrente, a Chapecó Avícola. Quando a Chapecó foi vendida, era a terceira maior empresa do Paraná, com 13,43% dos abates SIF estaduais. Com estes três abatedouros a Sadia passou a dominar largamente o mercado estadual.

Considerando os dados mencionados anteriormente é possível apreender o peso representado pela Sadia na produção avícola realizada no Estado. No entanto, para além do volume de frangos abatidos, processadas e comercializadas, há que se levar em conta a forma como a posição de predominância que ela exerce no referido setor se reflete em sua relação com os produtores rurais a ela integrados – em sua grande maioria pequenos produtores -, que trabalham basicamente com mão de obra familiar. É visível o papel de coordenação que ela desempenha ao longo da cadeia da avicultura, na medida em que ela controla desde o fornecimento dos pintos de um dia ao produtor integrado até o seu abate, processamento e comercialização. Considerando, portanto a sua posição privilegiada na cadeia, bem como o expressivo crescimento da produção de aves que ela desenvolve no Estado, é importante verificarmos como isto se reflete na relação de integração contratualmente estabelecida entre ela e o pequeno produtor do Sudoeste do Paraná. Interessa-nos verificar se esse produtor a quem ela denomina parceiro, usufrui de fato de uma condição junto à empresa que justifica tal denominação, ou seja, qual o

lugar que ele ocupa/como ele se insere nessa relação. É esse o objetivo do estudo de caso explicitado no último capítulo, mas antes, façamos um histórico da evolução da Sadia.

CAPÍTULO VI

SADIA S/A: DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO

6.1. SADIA: MISSÃO E ESTRATÉGIA

Quando acessamos a página da Sadia, ao visitarmos o tópico destinado aos investidores encontramos ali um link que nos indica qual a missão da empresa e a sua

visão de negócio. De acordo com o que ali está expresso a missão é: “Alimentar consumidores e clientes com produtos saborosos e saudáveis, com soluções diferenciadas”. É a partir desse objetivo que ela afirma se mover, tomando decisões acertadas que lhe permitam “ser reconhecida por sua competitividade em soluções de agregação de valor e respeito ao crescimento sustentável da cadeia de valor”. Em tais considerações está expressa evidentemente a lógica que condiciona o empresário capitalista, ainda que, evidentemente, acompanhada por uma justificativa do ponto de vista humano-social, de extrema importância. Mas, se alimentar pessoas é “essencial”, para a empresa capitalista, não menos essencial é que esta “missão” esteja acompanhada da agregação do valor e do *respeito* ao crescimento sustentável da cadeia de valor. Em outros termos, é preciso que esse “alimentar pessoas” garanta a necessária valorização do capital, do contrário, a sua “missão” perde a razão de ser. Do contrário, poderíamos dizer que a produção do valor está subsumida à produção do valor-de-uso, o que depõe contra a lógica orientadora da produção sob o capitalismo

No relatório anual de 2006 a missão permanece a mesma, com alguma alteração na questão textual, no entanto, a sua visão assume a seguinte máxima: “Ser a empresa de alimentos mais competitiva do mundo em soluções de agregação de valor”. Mais do que anteriormente, é exacerbada aqui a lógica que move o capitalista.

Se retrocedermos um pouquinho mais, no ano de 1998, teremos especificado no relatório anual que a “missão da Sadia é o atendimento das necessidades de alimentação do ser humano, com produtos saborosos e saudáveis, criando valor para o acionista e para o consumidor, contribuindo para o crescimento e a felicidade das pessoas”. Das diversas formas pelas quais ela expõe a sua missão, podemos constatar que fica ora mais, ora menos evidente, a razão de ser da produção que empreende. E é a partir desta razão que ela se orienta: alterando constantemente seu aparato produtivo; atuando sob o mercado; organizando e reorganizando a sua política de vendas e de distribuição; aproximando-se de outras empresas com vistas a minimizar custos; explorando o trabalho a partir de relações de trabalho especificamente capitalistas e não especificamente capitalistas; e, por todos estes meios, ampliando a obtenção do excedente, valorizando, portanto, o seu capital.

Portanto, não podemos dizer que ao expressar a sua missão ela omite o que move o capital. Nosso objetivo neste capítulo é justamente retratar, a partir do seu desenvolvimento histórico, a vigência dessa lógica empresarial-capitalista nas diversas mudanças e reestruturações que ela foi vivenciando.

6.1.1 Para Entender a Sadia de 2008

Quando a Sadia começou em 1944 o seu negócio era basicamente um frigorífico, que abatia carne suína e processava alguns subprodutos a partir desta matéria prima; e ainda, um moinho de trigo que funcionava ao lado deste frigorífico. A sua capacidade de produção em 1945, quando já haviam sido instalados os equipamentos tanto do frigorífico quanto do moinho era de 34.902 cabeças de porcos ao ano e 25 toneladas de cereal no moinho.

De 1944 a 2008 a Sadia consolidou a sua participação na condição de agroindústria, atuando basicamente no setor de alimentos. No entanto, a Sadia de 2008 é bastante diferente daquela de 1944. Não fosse a sua história divulgada em revistas de circulação interna e externa; na própria imprensa nacional; em um livro que conta as memórias do fundador e em estudos acadêmicos que a envolvem, etc, pareceria inacreditável tratar-se da mesma empresa. Apesar de ter se mantido no setor de alimentos, as mudanças em termos: de estrutura jurídica; de capacidade de produção; de diversificação dos produtos e dos negócios, bem como; da magnitude do seu capital, em nada lembram o abatedouro e o moinho de 1944. Um exemplo, se em 1944 ela tinha como segmento principal o da produção suína, na década de 60 ela entrou no segmento da avicultura e mais tarde no de bovinos, e já ao final da década de 70, o segmento da avicultura superou o da suinocultura em importância econômica.

Ao longo da década de oitenta muitas mudanças foram ocorrendo, dentre estas, as voltadas para a agregação de valor às matérias-primas que utilizava. Foi com este intuito que ela passou a focar sua atenção no segmento dos industrializados. O objetivo era agregar valor transformando a sua matéria prima. Em 1990 essa estratégia se confirmou acertada, já que desde então o segmento dos industrializados passou a responder pela maior participação percentual na composição da receita operacional bruta, seguido imediatamente pelo da avicultura.

O segmento da suinocultura que havia predominado nos primeiros anos ficou a partir dali atrás da avicultura, com participação bem menos expressiva. Acompanhando essa mudança houve evidentemente toda uma política estratégica de investimentos voltada para os segmentos mais promissores, bem como para a reestruturação

administrativa e operacional que se encarregou tanto da modernização quanto da expansão da empresa.

Nossa proposta é olharmos rapidamente para a Sadia em 2008, antes da sua junção com a Perdigão¹⁴⁷, para que possamos depois fazer o caminho inverso. O que queremos é mostrá-la como resultado de um longo processo histórico, repleto, portanto da ação humana. Numa sociedade capitalista, a ação humana atua de forma dupla: por um lado, ela dá vida à lógica do capital em seu processo de valorização, buscando os caminhos necessários para que este se concretize; por outro, ela se expõe na figura do produtor direto, que envolto numa sociedade plenamente mercantilizada se utiliza (e é utilizado) do (e) pelo capital. Utiliza-se do capital por meio da relação que estabelece com a Sadia, com o capital que ela representa. Por meio desta, reafirma a sua permanência sob a condição de produtor agropecuário. Por outro lado, é também por meio de tal relação que ele é utilizado pela empresa, no processo de reprodução ampliada do capital que ela representa. Avancemos um passo a mais para a compreensão desta história.

6.1.1.1 Sadia: 1944 a 1990

Seguindo a proposta de entendermos a Sadia pelo caminho inverso, tomamo-la hoje, para na seqüência retrocedermos até a sua constituição e a partir daí fazermos o caminho de volta, tendo-a efetivamente como um concreto pensado. Entendemos que desta forma teremos, de fato, condições de apreender porque a Sadia se apresenta sob a forma descrita no seu último Relatório Anual, o de 2008. É por este processo que a Sadia deixa de ser um conjunto de palavras e passa a ser um concreto efetivamente pensado, repleto de sentido. Iniciemos então pelo fim e pelas palavras da própria direção da Sadia, constante do Relatório Anual (2008, p. 04). Na mensagem da Administração, que abre o Relatório Anual, ela é assim descrita:

A Sadia S.A. é uma das maiores empresas do setor alimentício da América Latina. Produz e distribui alimentos derivados de carnes suína, bovina, de

¹⁴⁷ Não tratamos aqui das negociações que envolveram a compra da Sadia pela Perdigão, que após concretizada resultou na Brasil Foods. Optamos por não agregar esta temática, porque entendemos que seria necessário fazer um resgate histórico da Perdigão, acompanhar tal como no caso da Sadia o processo de desenvolvimento histórico que lhe permitiu em 2008 levar a termo tal aquisição. Mantivemos desta forma a nossa proposta inicial, que envolvia a Sadia e os produtores a ela integrados.

frango e de peru, além de massas, margarinas e sobremesas, sendo líder brasileira em alimentos industrializados e a sexta maior exportadora do País em 2008. Atua no Brasil e no mercado internacional por meio de quatro grandes áreas de negócios: Mercado Interno, Mercado Externo, *Food Service*, Bovinos. É também uma das maiores empregadoras do Brasil, com mais de 60 mil funcionários diretos. Mantém ainda parcerias com 10 mil produtores rurais integrados, contribuindo para a geração de empregos e renda no campo. Por meio do Sistema de Fomento Agropecuário, mantém acordos com granjas integradas de criação de aves e suínos, o que lhe garante o fornecimento de matéria-prima de origem sanitária controlada. Em 2008, sua receita líquida totalizou R\$ 10,7 bilhões. Sua principal marca, a Sadia, integra a relação das 20 mais valiosas do Brasil, de acordo com pesquisa da consultoria *Interbrand*. Atua no mercado brasileiro também com as marcas Qualy, Deline, Excelsior, Rezende e Miss Daisy, entre outras. Seu portfólio de produtos reúne cerca de 700 itens, que são distribuídos em mais de 300 mil pontos de venda no território nacional. E cerca de mil itens são exportados para mais de cem países. No final de 2008, mantinha 17 unidades industriais próprias em oito Estados brasileiros e uma em Kaliningrado, na Rússia – que entrou em operação em 2008 –, além de doze grandes centros de distribuição no Brasil. A sede da Companhia está em Concórdia, Estado de Santa Catarina. No exterior, mantém escritórios comerciais em 14 países: Alemanha, Argentina, Áustria, Chile, China, Emirados Árabes, Holanda, Inglaterra, Japão, Portugal, Rússia, Turquia, Uruguai e Venezuela. Também em 2008, a Empresa comemorou o início das operações de sua maior unidade no Brasil, em Lucas do Rio Verde (MT), que adicionou capacidade de abate de 500 mil cabeças/dia de aves e 5 mil cabeças/dia suínos. Fundada em 1944, em Concórdia, no oeste do Estado de Santa Catarina, abriu seu capital em 1971. Em 2001, lançou *American Depositary Receipts* (ADRs) na Bolsa de Nova York e aderiu ao Nível 1 de Governança Corporativa da BM&Fbovespa. Em 2004, passou a fazer parte do Latibex, índice de empresas latino-americanas da Bolsa de Madri. As ações da Sadia integram o Índice Bovespa (Ibovespa), o Índice de Ações com Governança Corporativa diferenciada (IGC) e o Índice de Ações com Tag Along (ITAG). Em 2008, pelo segundo ano consecutivo, foi selecionada para fazer parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial da Bovespa (ISE).

Era esta a Sadia em 2008, um conglomerado industrial atuando no setor de alimentos, dominante no mercado nacional e em avançado processo de internacionalização. Em 64 anos de história ela alterou substancialmente o seu perfil. De um pequeno frigorífico e um moinho para um enorme conglomerado. De que forma ela atingiu tal estatura? O que explica tamanho crescimento? É a busca desta resposta que nos move.

Em um dos capítulos anteriores falamos do processo de colonização do Sudoeste Paranaense e ali relatamos que a origem dominante dos colonizadores ou dos “colonos” era o Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Também mencionamos que a colonização primária do sul do país aconteceu especialmente por descendentes de alemães e italianos. As diversas famílias que se instalaram especialmente no Rio Grande do Sul, ainda no século XIX, constituem um capítulo da luta histórica do homem pela terra. Em outros termos, a busca de uma ampla quantidade de população camponesa pela

reconquista das condições de produção, que o avanço do capitalismo nos países da Europa lhes havia subtraído.

A história do Sr. Attílio Fontana, fundador da Sadia, não está desvinculada deste processo de expropriação efetivado pelo capital. Seus pais deixaram *Sarcedo*, localizada na província de *Vicenza*, norte da Itália, região *Vêneta*, no ano de 1888. Após um mês de viagem por mar chegaram ao Rio Grande do Sul. O objetivo era conquistar um pedaço de terra através do ganho obtido pelo trabalho da família. Foi assim que o patriarca, Sr. Romano Fontana, foi trabalhar na construção de estradas, conseguindo com suas economias comprar, ainda no ano de 1890, 25 hectares de terra na cidade de Santa Maria. Dez anos depois, nascia Attílio Francisco Xavier Fontana, o oitavo filho dentre os 12 que o casal gerou.

A sua infância e juventude foi muito semelhante a dos filhos dos demais habitantes da colônia. Como eles, desde cedo enfrentou o trabalho na roça e frequentou as festas da comunidade, procurando manter os costumes e a língua trazida da Itália. Mas já muito jovem a sua tendência para os negócios era perceptível. Ainda criança comerciava alguns produtos feitos na cozinha de casa, como biscoitos. Também as festas realizadas na comunidade era uma boa oportunidade para esses negócios. Fora isto, ia até a cidade comerciar os produtos que produzidos pela família na colônia, *excediam as necessidades*.

Apesar de ter nascido em meio à prática do trabalho na terra, desde muito cedo já era claro a ele que o seu futuro não estaria naquele tipo de trabalho - não ao menos diretamente. Apesar de tal percepção, lhe era muito difícil falar com o pai a respeito de tais questões, dos seus planos de se dedicar a outra atividade que não o trabalho na terra. Sobre isto falava rotineiramente com a mãe, que demonstrava mais compreensão:

[...] comecei a conversar com minha mãe a respeito do meu futuro. Tinha mais intimidade com ela e abria-lhe meu coração: não pretendia passar a vida inteira trabalhando no campo. Confidenciava-lhe que ao atingir a maioridade eu ia partir para um ramo mais prático e objetivo. Ela me ouvia com paciente e carinhosa atenção. Mas guardava segredo dessas minhas confissões, pois certamente elas não seriam do agrado de meu pai, homem vinculado à vida do campo e com forte inclinação. (FONTANA, 1980, p. 30-1).

Após a morte do pai, em 1921 ele passou a buscar outra alternativa de trabalho que não o ligado diretamente à terra, obtendo para tanto o consentimento da mãe¹⁴⁸.

¹⁴⁸ Segundo o costume, com a morte do pai, a mãe chamava o filho mais velho que estivesse solteiro para “[...] tomar conta da casa, como chefe de família. Mas eu disse: não, mãe, eu preferia que a senhora

Neste período lhe foram apresentadas duas propostas de trabalho, ambas para trabalhar em casas comerciais na condição de enfardador de alfafa. Uma delas em Alegrete, no Rio Grande do Sul, numa região já relativamente desenvolvida; e outra, em Santa Catarina, numa região ainda nova, conhecida como Vale do Rio do Peixe¹⁴⁹. Apesar das maiores dificuldades a serem enfrentadas numa região mais nova, ele acabou optando por ir para Santa Catarina, pois entendia que junto com as dificuldades também estavam as maiores oportunidades. Sua percepção era de que poderia crescer junto com a região.

Durante o período que trabalhou em casas comerciais de terceiros, foi paralelamente se dedicando à realização de pequenos negócios com suínos. Das economias oriundas do seu trabalho como enfardador e dos negócios com suíno, que haviam se mostrado bastante satisfatórios, ele acumulou o bastante para comprar um pequeno hotelzinho, que passou a ser mantido pelo trabalho da primeira esposa, de uma cunhada e de dois irmãos, haja vista que ele mantinha o trabalho na casa comercial e a atividade de negociação de suínos.

O negócio do hotel não se mostrara, no entanto satisfatório e ainda em 1924, no mesmo ano em que ele o adquirira, optou por transformá-lo em casa comercial. De 1924 a 1942 Atílio se dedicou à atividade comercial. Neste período ele abriu e fechou várias casas de comércio. Foi neste contexto que ele estabeleceu sociedade com outros comerciantes, um dos quais havia sido inclusive seu empregador, os Fuganti.

Esse período foi extremamente importante para o amadurecimento de Atílio nos negócios. Durante todo o tempo em que manteve as casas de comércio, continuou efetuando os negócios com suínos, tendo esta atividade como um suporte sólido. Em 1927, chegou a se desfazer de uma casa de comércio que havia comprado, com a finalidade de ampliar o seu comércio de compra e venda de suínos. Os porcos, ele comprava “[...] em todas as estações da estrada de ferro do Vale do Rio do Peixe, num percurso de aproximadamente 200 quilômetros, indo de Caçador – SC, até Marcelino Ramos-RS.” (DALLA COSTA, 1993, p. 54).

Além da possibilidade de acumular que este “pequeno comércio” lhe rendeu, o contato mantido com São Paulo - onde ia vender suínos e comprar os produtos necessários para o abastecimento da casa comercial - foi de extrema importância. Por este meio ele tomou conhecimento da região e do mercado; da dinâmica comercial ali

convidasse o nosso irmão Honório, que está casado e eu vou sair, como sempre lhe falei, vou sair para o comércio e a indústria”. (AQUINO, 1991, p. 201).

¹⁴⁹ Mais precisamente na localidade que hoje é a cidade de Herval do Oeste-SC.

vigente, bastante diversa daquela existente no pequeno comércio; dos produtos ali comerciados; das distintas formas de produção ali adotadas. No que diz respeito especificamente ao suíno, foi por sua prática de compra e venda que ele conheceu, no sul do país, a integralidade da fonte de fornecimento desta matéria prima, bem como as diversas formas de abate e de aproveitamento dos derivados do porco nos vários frigoríficos ali instalados.

O contato com São Paulo e com maiores comerciantes havia lhe rendido uma visão diferenciada daquela dos comerciantes locais. Por outro lado, tais contatos lhe possibilitavam a aquisição de mercadorias com preços menores em relação aos seus concorrentes, o que auxiliava na consolidação do capital que seria posteriormente aplicado no setor industrial. Neste sentido, é importante ressaltar que o capital que daria origem à Sadia foi obtido da mesma forma que o da maioria das agroindústrias que se instalaram no Sul do País na primeira metade do século XX, por meio do comércio desenvolvido na região com os pequenos agricultores. As casas comerciais compravam os produtos dos agricultores (cereais, frutas, verduras, animais, ovos, etc) e lhes vendiam ferramentas para o trabalho no campo, bem como mercadorias trazidas de fora. Foi por meio do comércio que se viabilizou a transferência de valor que posteriormente seria empregado no estabelecimento dos principais grupos comerciais voltados para o setor de alimentos. Foi este o caso da Sadia, bem como o da Perdigão, que lhe precedera¹⁵⁰.

Assim, consciente de que a região sul tinha uma vocação natural para se firmar como ampla fornecedora da matéria prima suína, haja vista a forma pela qual em grande parte dela se apresentava a estrutura agrária, fundamentada em pequenas propriedades assentadas no trabalho familiar; familiarizado com as práticas de comércio vigentes nos maiores centros de comércio, graças ao constante contato com São Paulo; conhecedor do mercado de suíno no sul, bem como da capacidade deste, ele se sentiu estimulado a entrar no ramo industrial. Este era já um desejo antigo. E mesmo que neste tempo, mais precisamente na segunda metade da década de trinta, os negócios das casas de comércio estivessem indo bem, desde 1934 ele já acalentava a idéia de “possuir um moinho de trigo e uma indústria de produtos suínos.” (FONTANA, 1980, 117).

¹⁵⁰ Existem diversos estudos que discorrem sobre a expropriação da riqueza produzida pelos pequenos agricultores localizados na região sul do país na primeira metade do século XIX. Mencionamos alguns deles: Santos (1978); Belato (1985); dentre outros..

De posse de tal objetivo, ele vendeu duas das três¹⁵¹ casas comerciais que então tinha e passou a sondar as possibilidades de fixar-se na indústria. Em 1942 surgiu a oportunidade que lhe assegurou tal inserção. Convidado pelo prefeito de Concórdia, em Santa Catarina, ele se dirigiu até lá. A proposta era de que em face de seu conhecimento na área, ele conseguisse colocar em funcionamento o Frigorífico Concórdia Ltda - que estava com as obras paralisadas -, juntamente com o moinho de trigo a ele anexo.

Aceita a proposta ele iniciou os trabalhos no frigorífico. No entanto, já no ano seguinte ele apresentou uma proposta de compra aos acionistas, qual seja: eles lhe repassariam a integralidade de suas cotas pela metade do seu valor nominal. O pagamento seria feito em dinheiro ou em ações da nova companhia. A proposta foi aceita e desta forma ele assumiu o ativo e o passivo do frigorífico e o transformou na seqüência em uma sociedade anônima, que levou inicialmente o nome de S.A. Indústria e Comércio Concórdia. Esse nome seria alterado logo na seqüência:

No ano seguinte (1944), eu tiraria desta razão social as duas primeiras letras, S A, e lhes juntaria a última sílaba de Concór DIA, para formar o nome SADIA, que se tornaria a marca nacional e até internacionalmente conhecida dos nossos produtos.” (FONTANA, 1980, p. 127).

O capital acumulado no comércio, aliado à sua perspicácia em antever um bom negócio e à oportunidade surgida, possibilitou o início de uma empresa que se colocaria no futuro como uma das principais do ramo alimentar no âmbito nacional, como a principal do setor avícola e como uma das maiores exportadoras do Brasil. Foi assim que nasceu a Sadia¹⁵², a data formal de sua fundação é 07 de junho de 1944. Nesse momento inicial, a idéia do seu fundador era adquirir a matéria prima na região, industrializá-la e vendê-la no mercado próximo. Mas, para colocar o frigorífico em funcionamento era necessário instalar os equipamentos adequados para o beneficiamento da matéria prima. No entanto, como o período fosse de dificuldade de importação – em face da segunda guerra mundial -, ele adquiriu um frigorífico no Estado vizinho, o Rio Grande do Sul, que havia aberto falência. Transportou o maquinário até Concórdia, e desta forma, começou a industrializar a carne. Já para o moinho anexo ao frigorífico, com grande esforço ele conseguiu importar os

¹⁵¹ As casas comerciais estavam localizadas em Santa Catarina, nas cidades de Cruzeiro, Água Doce e Bom Retiro. A fim de investir no ramo industrial ele vendeu as de Cruzeiro e Água Doce, mantendo a matriz, localizada em Bom Retiro.

¹⁵² Quando de seu registro no Ministério da Agricultura, a Sadia foi considerada como uma fábrica de banha.

equipamentos necessários da Suíça. A instalação dos equipamentos tanto no frigorífico quanto no moinho fez com que no ano seguinte a produção aumentasse substancialmente. “A aquisição destes equipamentos aumentou a produção de trigo de 06 para 25 toneladas. O frigorífico, com capacidade de abate para 100 suínos por dia, no ano seguinte abateu 34.902 suínos¹⁵³.” (REVISTA INTEGRAÇÃO, 1989, p. 10).

É interessante destacar que desde o seu nascimento a Sadia teve como prática o investimento constante em tecnologias, com o objetivo de auferir ganhos de produtividade que lhe permitissem produzir com maior eficiência e tornar-se cada vez mais competitiva. Esta foi uma preocupação sempre presente na gestão da empresa, a adoção, nos mais diversos setores, de tecnologias capazes de melhorar a produtividade do trabalho. Essa é uma afirmação constante em praticamente todos os Relatórios Anuais da empresa. A década de 1990, em especial, é marcada por um processo de reestruturação técnica e organizacional nos mais diversos setores, inclusive nos de administração, de distribuição e logística.

Se levarmos em conta o momento no qual a Sadia vem à tona, através de um moinho de trigo e um frigorífico, mais precisamente uma “fábrica de banha”, não é difícil considerar os diversos problemas que naquele momento se colocavam. O primeiro problema havia surgido já no comecinho, o da aquisição dos equipamentos necessários para colocar o moinho e o frigorífico em funcionamento. A época não era propícia à importação e sendo assim, só pôde ser feita a custos mais elevados.

Um segundo problema dizia respeito ao mercado. Concórdia estava distante dos maiores centros de comércio do país e ainda que inicialmente o objetivo fosse atender o mercado mais próximo, esse não era seguramente uma meta permanente. A meta era crescer, e crescer significava expandir o mercado. Ficava claro que essa expansão passava pela inserção dos produtos da empresa no maior mercado consumidor do país, São Paulo. Essa visão era clara para Attílio, o seu constante contato com São Paulo desde os tempos das casas comerciais, não lhe permitia ver de outra forma. A sua lógica, diferente daquela que movia o empresário local lhe apontava a direção dos grandes centros. A posse de tal certeza reforçava os desafios a serem superados neste sentido. Sob esses se podem mencionar: as estradas eram precárias e não havia à época a tecnologia dos caminhões refrigerados; o transporte para os grandes centros era feito por estrada de ferro, mas era demorado. Para se ter uma idéia, de Concórdia a São Paulo

¹⁵³ Revista integração, Fundação Attílio Francisco Xavier Fontana. Edição comemorativa de 45 anos, SP, 1989, p. 10.

levava-se em média 15 dias. Diante disto, poucos produtos podiam ser enviados. Desta forma, o carro chefe do comércio era a banha, transportada com regularidade. Os produtos cárneos, dentre os quais os embutidos, eram comercializados no mercado mais próximo, dada a sua perecibilidade.

Mas, apesar dessa dificuldade, o negócio já se mostrava lucrativo. A receita advinda da produção frigorífica era o carro chefe¹⁵⁴ da Sadia, especialmente a oriunda da comercialização da banha. Praticamente sozinha ela garantia os custos envolvidos na produção. Sendo assim, por mais que os demais produtos e sub-produtos do porco não pudessem ser plenamente aproveitados - diante das limitações das condições de transporte -, o que resultava deste comércio era considerado como lucro. Esta constatação não era tomada, no entanto, no sentido conformista, ao contrário, o que se via era a necessidade de viabilizar um pleno aproveitamento da matéria prima. Era preciso encontrar um caminho para resolver a problemática da distribuição. Havia um mercado capaz de absorver o produto e havia a condição de produzi-lo, o entrave do transporte tinha que ser superado.

Paralelamente a esta preocupação, Atílio começou a ponderar outra questão. Na segunda metade da década de 1940, o governo brasileiro mantinha uma política com vistas a incentivar a produção de trigo. O objetivo era através da garantia de compra e de preços mínimos, incentivar tanto o plantio quanto a industrialização do trigo no país. A condição era favorável, mas ela se mostrava muito mais vantajosa para os donos de moinho localizados mais próximos do litoral e/ ou nos maiores centros comerciais, que para aqueles que estavam fixados no interior do país, haja vista que apesar do preço ser único, o custo de transporte era bastante diferenciado, o que acabava reduzindo o lucro para o caso dos moinhos que estavam no interior.

Eram duas, portanto, as questões que se colocavam como inibidoras do lucro da empresa. As duas envolviam questões de localização e/ou acesso aos grandes centros consumidores do país. A experiência obtida nos tempos de comércio atuou fortemente no sentido de levá-lo a resolvê-las. Não bastava que o negócio fosse lucrativo, era preciso extrair a máxima rentabilidade dele, e havia possibilidades, apenas era necessário que esses estrangulamentos fossem superados. Foi desta forma que a Sadia começou a se expandir geograficamente e a crescer do ponto de vista do capital.

¹⁵⁴ (Silva, 1991, p. 59). “Só o produto banha, representava 42,7% do total em dinheiro. Os demais sub-produtos suínos: lingüiças e salsichas, toucinho defumado e carne salgada, representavam 17,9%, enquanto a farinha de trigo representava 7,8% do total do valor da produção.” Cabe ressaltar que esses são dados relativos à fase inicial, quando os negócios se restringiam à Concórdia – SC.

Ainda em 1950, com vistas a maximizar a receita oriunda do moinho de trigo ele decidiu transferir o Moinho de Concórdia para São Paulo. Para tanto, propôs realizar tal empreendimento em sociedade com a família Germani, de Porto Alegre. Cada qual entraria com a metade do capital necessário. Compraram então o terreno e importaram as máquinas necessárias para estabelecer o moinho. Novamente destaca-se que a preocupação foi em estabelecer uma condição produtiva de elevada eficiência. Neste caso, ele tinha claro que estava se fixando em um mercado no qual já existia um importante concorrente estabelecido, a *Bunge y Born*, que dominava na capital paulista a referida atividade.

Apesar de firmada a sociedade com a família Germani, ainda antes que as operações do moinho entrassem em funcionamento ela foi desfeita. Um desentendimento acabou fazendo com que a Sadia absorvesse integralmente o negócio. Foi desta forma que ela iniciou suas atividades produtivas em São Paulo. Apesar da presença do forte concorrente, a *Bunge y Born*, o fato de que o mercado fosse amplo e de que o moinho contasse com uma condição produtiva eficiente lhe permitiu obter uma participação propícia no mercado. Os equipamentos do moinho de Concórdia, por sua vez, foram transportados para Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul - um pouco mais próximo de Porto Alegre -, pois a Sadia havia comprado um antigo moinho ali instalado. Essa prática de adquirir cotas participativas de outras empresas e/ou a integralidade destas em condições favoráveis - quando estivessem em dificuldades financeiras -, seria um caminho constante para a sua ampliação.

Mas ainda restava a questão da dificuldade de comercialização dos produtos oriundos do frigorífico nos maiores centros. A resposta a este problema seria dada de duas formas. Uma delas seguiria algo já praticado por sua principal concorrente no sul, a Perdigão, qual seja, o transporte semanal das mercadorias por via aérea. Decidido por esta via iniciou-se em 1953 o transporte semanal dos produtos considerados de maior valor agregado, “como o presunto cozido, a lingüiça, a mortadela, a salsicha, e outros”, como destacado por Attílio no livro que trata de sua biografia. Esse transporte era feito aos domingos, quando se empreendia de duas a três viagens no mesmo dia. Foi desta forma - inicialmente por meio de um avião alugado,¹⁵⁵ e posteriormente, pela aquisição de uma pequena frota¹⁵⁶ -, que ela acessou os maiores centros urbanos¹⁵⁷ do país, em

¹⁵⁵ O avião fretado foi um Douglas DC-3 da Panair.

¹⁵⁶ A Sadia comprou o avião que havia inicialmente alugado e posteriormente arrendou dois outros. Com isto, Omar Fontana, filho mais velho do Sr. Attílio - piloto de aviação - entrou com um pedido de

seu início. Esta foi a principal forma de ligação com os principais mercados urbanos durante um considerável tempo. Entretanto, ainda que ela permitisse de forma alternativa a articulação ao mercado, não resolvia completamente a problemática. Ou seja, por mais que garantisse o acesso, os custos envolvidos neste processo eram evidentemente agregados ao produto, o que fatalmente atingia a competitividade e a lucratividade. Por outro lado, a perspectiva do crescimento urbano em face da aceleração da industrialização apontava a necessidade de que a empresa estivesse mais próxima deste mercado. Esta era uma condição crucial para seguir crescendo.

Se os objetivos iniciais estavam voltados para o atendimento do mercado local, eles não poderiam se restringir a isto. Para além de se firmar no mercado local e regional, era preciso expandir-se no âmbito nacional. Ou seja, era preciso levar a produção para onde a demanda se mostrava crescente, daí a necessidade de focar os grandes centros. E foi pautada nas perspectivas de crescimento que o futuro lhe indicava que a Sadia instalou ao lado do Moinho da Lapa, já em plena operação, a Companhia Brasileira de Frigoríficos – Frigobrás. Da compra do terreno, em 1961 à sua inauguração, 1964 foram 04 anos. Ali se processava inicialmente “aproximadamente 30.000 quilos de carne por dia, fabricando presunto cozido, mortadela, lingüiça, salsicha”, posteriormente passou a produzir “também hambúrguer e outros”. (FONTANA, 1980, p. 235)

A matéria prima para abastecer a fábrica de São Paulo era buscada no interior do Paraná, mais precisamente em Toledo. Ali as características da colonização eram semelhantes às de Santa Catarina. A maioria da população havia migrado do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina e se dedicava à produção de suínos, a partir de unidades familiares fixadas em pequenas propriedades rurais. Com vistas a aproveitar esse contexto a Sadia adquiriu um antigo frigorífico que se encontrava sob dificuldades financeiras – Frigorífico Pioneiro –, e começou a atividade de abate, que neste momento se dava exclusivamente para atender a demanda de matéria prima da fábrica de São

registro no Ministério da Aeronáutica. Obtido o registro, nascia em 1957 a S.A. Transportes Aéreos, que se transformaria depois na Transbrasil. A Transbrasil se desligaria completamente do grupo Sadia ainda antes de seu processo falimentar. É interessante ressaltar que a obtenção do registro na época, contava com sérios empecilhos, haja vista a existência de oito empresas explorando o transporte aéreo naquele momento. Apesar deste dificultador, a entrada temporária do Sr. Nereu Ramos na condição de chefe de estado – presidente do senado quando do suicídio de Getúlio Vargas -, um antigo aliado da família Fontana, propiciou a referida concessão, antes que ele repassasse o cargo a Juscelino Kubitschek, “*teve tempo de introduzir algumas modificações nos ministérios, inclusive no da aeronáutica*”, o que acabou permitindo que o registro fosse aprovado. (FONTANA, 1980, p. 199).

¹⁵⁷ São Paulo e Rio de Janeiro.

Paulo. Foi assim, por tal frigorífico, que as atividades da Sadia tiveram início no Estado do Paraná.

A fábrica de São Paulo, bem como a de Concórdia, processava basicamente produtos de origem suína. O fornecimento da sua matéria prima foi feito desde o início por meio do estabelecimento de parcerias firmadas com os produtores da região, no geral pequenos produtores trabalhando com base em mão de obra familiar.

Na década de 1960, a empresa resolveu diversificar a sua atividade de processamento. O objetivo era processar outras carnes além da suína. Neste sentido, ainda na década de 1960 ela se voltou para a atividade avícola e um pouco mais tarde, na década de 1970, para a bovina. No que se refere a esta segunda, especialmente, ela aproveitou os benefícios que o governo concedia via SUDAM, para a ocupação da região oeste do país, onde se localizava a nova fronteira agrícola. Foi neste contexto que resolveu instalar uma unidade da Frigobrás no Mato Grosso, mais precisamente em Várzea Grande, próxima a Cuiabá. Além dos incentivos concedidos pelo governo, a matéria prima era abundante na região, o que obedecia ao critério de orientação a muito estabelecido por seu fundador, o de estabelecer-se industrialmente onde se pudesse obter a matéria-prima de forma abundante.

Com essa iniciativa, a Companhia Brasileira de Indústria de Frigoríficos passou a constituir-se de três indústrias que se completam, formando um tripé: uma que industrializa a carne, Frigobrás; outra que abate suínos e aves, a filial de Toledo; e a de Várzea Grande, que abate bovinos. Assim é que a carne produzida nos frigoríficos de abate destina-se a suprir em qualidade e quantidade, higienicamente elaborada e desenvolvida, a Frigobrás, que é a matriz do tripé.(Fontana, 1980, p. 263-4).

Já com relação à avicultura, desde a década de 1950 o Sr. Atílio vinha fazendo algumas experiências neste sentido, no entanto, foi somente na década de 1960 – que ela entraria efetivamente no referido segmento, marcando uma nova fase para a empresa. Em São Paulo, a entrada na atividade se deu inicialmente por meio da fabricação de ração balanceada. Como a avicultura de caráter industrial viesse em franca expansão em São Paulo, ele instalou uma unidade do Moinho da Lapa em Campinas com vistas a atender a demanda de ração. No Sul do país, no entanto, a atividade já nasceu de forma inovadora, ou seja, no sistema de integração. A forma como a Sadia estabeleceu a avicultura no Sul do país, bastante diversa da vigente nos principais centros produtores – São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro -, para além de lhe garantir a diversificação dos negócios, lhe permitiu o estabelecimento de uma ampla vantagem frente aos

concorrentes. A partir daí ela não somente continuou crescendo como passou a ditar aos demais a forma da produção na avicultura. A decisão de entrar no referido espaço permitiu juntamente com a diversificação das atividades do grupo, a diluição dos riscos e a sua consolidação a nível nacional como indústria do ramo alimentar. Foi, portanto, a partir da sua entrada no segmento avícola que tantas outras mudanças ocorreram.

Outro segmento no qual a Sadia adentrou foi o do processamento da soja. Ao final da década de 1970 ela adquiriu uma indústria de óleo de soja em Santa Catarina, que passou a ser denominada de Sadia Joaçaba Indústria de Óleos Vegetais. Estando firme a sua atuação na área de produção de alimentos, a sua busca foi sempre pela ampliação das suas atividades, daí a inserção na avicultura, na bovinocultura e na produção de óleo de soja, dentre outras.

As atividades do grupo até o final da década de 1980 abrangiam a produção de matrizes de raça e animais de abate; fabricação de rações; assistência técnica e veterinária aos fornecedores de matérias-primas; matadouros frigoríficos de bovinos, suínos, frangos, patos e perus; produção de carnes industrializadas (presuntos, salsichas, lingüiças, salames, mortadelas, fiambres e enlatados; alimentos secos (farinhas, fubá, pó para gelatina, misturas semi-preparadas para bolos, doces e salgados); processamento de soja; fabricação de subprodutos; fabricação de massas, margarinas e hidrogenados; estocagem e comercialização, tanto no mercado interno como no mercado externo. Para dar conta desta gama de atividades o grupo contava com diversas empresas subsidiárias. No item que segue apresentamos as principais.

6.1.1.2 Sadia: Empresas, Atividades Industriais e Ramos de Atuação no início dos anos 90.

Iniciada a década de 1990, o grupo Sadia se dedicava a uma gama de atividades, que envolviam as 04 grandes empresas do grupo: a Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio¹⁵⁸; o Moinho da Lapa S.A.¹⁵⁹; a Companhia Brasileira de Frigoríficos – Frigobrás¹⁶⁰; e a Sadia Oeste S.A.¹⁶¹, esta última estabelecida no Mato Grosso.

¹⁵⁸ Sede em Concórdia – SC - até a década de 1990, quando após um amplo processo de reestruturação ela foi transferida para São Paulo. Esta empresa não somente marca o nascimento da Sadia, mas foi durante muito tempo a holding controladora de todas as demais, deixando de ocupar tal condição quando da reestruturação societária que unificou todas as empresas do grupo numa única, a Sadia S.A. Esse processo se daria na década de 1990.

Agregando-se as instalações destas matrizes mais as de suas filiais, o grupo somava 24 instalações de grande porte, fixadas em diversos Estados do país. Foi por meio desta estrutura que o grupo se firmou como o maior complexo agroindustrial do país, atuando em diversos ramos. Para entender um pouco desta atuação, vamos fazer um breve tour pelas empresas que compunham o grupo no início dos anos 90, considerando o ramo de atuação de cada uma e respeitando a sua ordem cronológica

1) 1944 – Sadia Concórdia S.A. Indústria e Comércio¹⁶²: É esta a empresa que dá origem ao grupo, a empresa mãe. Instalada em Concórdia no ano de 1944, foi registrada no Ministério da Agricultura como fábrica de banha. Na entrada da década de 1990 ela desenvolvia as seguintes atividades: o abate de suínos e aves; o processamento de subprodutos de suínos e de aves, como por exemplo, os cortes específicos; o processamento de produtos industrializados a partir da utilização das matérias primas oriundas da produção integrada; a comercialização dos produtos, especialmente de frangos; a recepção e a moagem do trigo e do milho; a produção de ração.

2) 1951 – Moinho da Lapa S.A.¹⁶³: O moinho da Lapa S.A., nasce da clara perspectiva de seu fundador, de que o crescimento da Sadia só poderia ser alcançado a partir do acesso a mercados mais amplos. Em face do processo de industrialização que ganhou corpo a partir da década de 1950 e do amplo movimento de urbanização que o acompanhou, e a Sadia deveria chegar até esse mercado. Considerando-se que a sua localização geográfica no interior do país e a dificuldade de transportes da época lhe eram desfavoráveis, em 1954 a empresa fixou então sua sede em São Paulo, passando a desenvolver as seguintes atividades: a recepção, o beneficiamento, o processamento industrial e a comercialização de cereais (milho e trigo); fabricação de ração; granja avícola; abate de aves e processamento industrial da matéria-prima dele oriunda.

3) 1961- Frigobrás S.A – Companhia Brasileira de Frigoríficos¹⁶⁴. Esta empresa marca a expansão da Sadia no maior centro consumidor do país. Apesar de fundada em 1961 iniciou suas atividades em 1964. Reunia as seguintes atividades: frigorífico de suínos, bovinos e aves; fabricação de ração; esmagamento da soja e fabricação de óleo vegetal;

¹⁵⁹ Sede em São Paulo – SP.

¹⁶⁰ A sede da Frigobras foi em São Paulo até o ano de 1988, quando foi transferida para Toledo no Paraná.

¹⁶¹ Sede em Várzea Grande no MT. Marca o avanço da Sadia rumo à nova fronteira agrícola do país.

¹⁶² Unidades industriais em Concórdia-SC, Chapecó-SC, Frederico Westphalen-Rs e Três Passos-RS.

¹⁶³ Unidades industriais no Paraná (Dois Vizinhos e Francisco Beltrão) e em São Paulo (São Paulo e Itapetininga).

¹⁶⁴ Unidades industriais no Paraná (Toledo, Paranaguá, Maringá e Ponta Grossa), em São Paulo (São Paulo, Osasco) e no Mato Grosso do Sul (Campo Grande).

processamento industrial das carnes oriundas do frigorífico, envolvendo neste caso a produção de produtos de maior valor agregado, os chamados pratos prontos, como quibes, almôndegas, etc. A Frigobrás além de sua sede localizada em São Paulo, possuía diversas unidades espalhadas no Paraná (Toledo) e no Mato Grosso do Sul (Várzea Grande, por exemplo). Nestas aconteciam especialmente o abate de animais com vistas a fornecer a maior parte da matéria prima que seria industrializada na sede, em São Paulo. Além do abate dos animais, estas filiais atuavam também produzindo o farelo de soja e fabricando rações. Em 1988, a sede da Frigobrás foi transferida de São Paulo para o interior do Paraná, em Toledo. No Paraná o seu peso econômico seria bem superior ao que ela tinha em São Paulo e como tal, os benefícios de ordem política e econômica dos quais ela poderia usufruir seriam mais amplos¹⁶⁵.

5) 1970¹⁶⁶ - Sadia Goiás Indústria e Comércio: Unidade industrial sediada na cidade de Goiátuba, no Estado de Goiás. Voltada para a industrialização e o comércio de produtos voltados para a alimentação em geral.

6) 1974 – Sadia Oeste S.A. Indústria e Comércio: Assim como a Frigobrás significou a expansão da Sadia para a região sudeste do país, a instalação da Sadia Oeste S.A., em Várzea Grande no Estado do Mato Grosso, firmou a marcha expansiva da Sadia rumo à região Oeste do país. Naquele momento vivia-se a chamada “marcha para o oeste” e havia da parte do governo, importantes incentivos que moviam o deslocamento de pessoas e empresas. Assim, a decisão de fixar no Mato Grosso uma unidade industrial estava amparada nos incentivos concedidos pelo governo e no fato de que era uma região onde havia abundância de gado bovino, uma das matérias-primas necessárias para a unidade de industrializados da Frigobrás em São Paulo. Foi neste contexto, portanto, que a Sadia Oeste iniciou suas atividades em 1976, voltada para o abate do gado bovino; produção de subprodutos bovinos, como cortes específicos congelados; o

¹⁶⁵ Dalla Costa em sua dissertação de mestrado transcreve cópia da Ata da Assembléia Geral Extraordinária da Frigobrás, de 15 de julho de 1988, na qual aparecem os seguintes motivos justificadores da transferência da sede de São Paulo para Toledo, no Paraná: “Efetivada a mudança, a Sociedade será uma das maiores empresas do Estado do Paraná, podendo usufruir junto ao Governo Estadual de vantagens condizentes com sua importância econômica no Estado; que haverá para a sociedade maior facilidade para obter tratamento diferenciado junto aos conglomerados financeiros em função da representatividade que terá no Estado do Paraná, em comparação com o Estado de São Paulo, onde sua importância é menor; que a unidade em Toledo, por suas múltiplas atividades, está enquadrada em diferentes linhas de financiamento, e que o fato da matriz estar em São Paulo cria entaves burocráticos maiores, diminuindo a flexibilidade e a agilidade na liberação desses financiamentos”. (Dalla Costa, 1993, p. 68).

¹⁶⁶ A atuação da Sadia no Estado de Goiás ganharia maior expressão a partir do final da década de 1990.

processamento de pratos prontos congelados; o processamento industrial da matéria-prima ali abatida.

7) 1979 – Sadia Joaçaba S. A. Indústria e Comércio. Essa empresa já nasceu voltada para o segmento da soja. Nela se tinha a recepção, o esmagamento, a obtenção do farelo de soja e a produção do óleo vegetal.

8) 1984 – Sadia Mato Grosso S. A. Esta empresa reforçou a expansão da Sadia rumo ao oeste do país e reforçou a decisão de intensificar a sua participação na industrialização da soja. A empresa instalou a sua sede em Rondonópolis-MT. A região já era marcadamente produtora do referido produto e de olho na ampla oferta da referida matéria-prima, implantou na região um complexo agroindustrial que se voltou para o desenvolvimento e a cultura de sementes selecionadas e o processamento industrial necessário à obtenção do óleo vegetal.

9) Sudanisa – Companhia Industrial de Alimentos. A Sadia encampou o frigorífico Sudanisa ainda na década de 1980, na cidade de Barra dos Garças em Mato Grosso, conservando a atividade que lhe era característica, o abate de bovinos.

10) 1989 - Indústrias Mouran. A fixação de uma unidade em Andradina e outra em Araçatuba, no interior de São Paulo, marcava a fidelidade da Sadia à sua estratégia de fixar suas unidades industriais próximas às regiões nas quais a matéria-prima fosse abundante. Neste caso a região contava com muitos produtores voltados para a criação de gado, uma das matérias primas utilizadas na sua unidade da Frigobrás em São Paulo. Sendo assim, ela instalou um parque industrial nas referidas cidades, focados no abate e na industrialização da carne bovina.

Desta forma, no início dos anos noventa a Sadia havia ampliado substancialmente o seu campo de atuação. Enquanto que em 1944 ela atuava basicamente com suínos e com um moinho de trigo, no início da década de 1990, mais precisamente em 1991, ela atuava em diversas outras áreas, conforme consta do seu Relatório Anual, quais sejam: aves, suínos, bovinos, rações, industrializados, esmagamento de soja, óleo de soja, moinho de trigo, alimentos secos, hidrogenados, macarrão.

Além da diversificação nas áreas da atuação, a análise dos Relatórios Anuais da empresa indicou outros pontos importantes. O primeiro deles foi o crescimento da importância da avicultura na constituição da receita operacional bruta da empresa, o que também pode ser notado a partir da análise da evolução da sua produção, especialmente se considerarmos o segmento carnes. Ao longo da década de 1970 a avicultura foi

consolidando a sua importância dentro do grupo, o que se expressou no constante crescimento da produção ao longo de toda a década de 1980, período em que assumiu a liderança no complexo carne. Em 11 anos o volume de produção aumentou três vezes. Em 1991 a produção de aves totalizou 443.000 toneladas, mais de 03 vezes superior à do início da década de 1980, que havia sido de 144.501 toneladas.

Ao adentrar os anos 90 a Sadia estava com uma estrutura produtiva muito bem organizada. A sua produção de aves respondia em 1990 por 17% do mercado interno, apresentando crescimento ano a ano¹⁶⁷. A sua liderança foi fortalecida por pesados investimentos feitos na área, e pela manutenção de uma estável rede de produtores integrados. A produção avícola vinha em franca expansão, principalmente na região Sul. Desta forma, o crescimento da capacidade de abate foi evoluindo em paralelo com o número de produtores integrados.

Por outro lado, o fato de que a expansão da avicultura tenha se dado no sul, não implicou o seu avanço para outras regiões do país, o qual seria em boa parte, comandado pela própria Sadia. Foi ainda no começo da década de 1990 que a avicultura integrada começou a tomar o rumo oeste do país, mais precisamente, o do Mato Grosso¹⁶⁸, a partir da implantação da Sadia Agroavícola S/A.

Outro movimento que ganhou destaque na empresa foi o lugar que os produtos industrializados passaram a ocupar a partir de 1990. Nesta década, o referido segmento assumiu a condição de carro chefe da empresa no que diz respeito à composição da receita operacional bruta, respondendo por 35% dela. Ao longo de toda a década de 1990, os esforços da empresa se mantiveram sempre no sentido de ampliar essa participação, para o que ela concentrou seus esforços no sentido de lançar constantemente novos produtos e aprimorar os já produzidos. Neste sentido, a política de investimentos se voltou pesadamente sobre a área produtiva do segmento de industrializados, ampliando a capacidade de produção tanto do ponto de vista físico quanto organizacional, ou seja: expandindo o parque fabril, inserindo máquinas e equipamentos e adotando modelos de organização da mão-de-obra que buscavam essencialmente a ampliação da produtividade do trabalho.

¹⁶⁷ O abate de aves pela Sadia apresentou os seguintes volumes até o início da década de 90 (em milhões de unidades): 1972, 5.935; 1977, 39.862; 1982; 140.943; 1987, 217.588; 1991, 275.000. Informações obtidas nos Relatórios Anuais.

¹⁶⁸ De acordo com Relatório Anual de 1990, o projeto da Sadia Agroavícola S.A. inclui granjas de avicultura e frigorífico de abate no Estado de Mato Grosso. É por meio da referida empresa que se instalaria ali a avicultura integrada.

No que se refere às regiões onde se localizavam as unidades industriais, é interessante destacar que havia certa divisão de tarefas entre elas. A industrialização da carne suína estava concentrada no sul do país, enquanto que a industrialização da carne bovina no Mato Grosso e no interior de São Paulo. Essa disposição geográfica obedecia à preocupação do fundador do grupo, de que as unidades industriais se localizassem próximas da fonte fornecedora da matéria-prima e com acesso facilitado ao mercado consumidor. Foi este último aspecto que justificou a presença da Frigobrás, maior unidade de processamento de pratos semi-prontos congelados, em São Paulo, maior centro urbano do país.

Em 1990 houve a ampliação das linhas de produção de industrializados na unidade de Concórdia – SC e em Duque de Caxias – RJ. Esse direcionamento estratégico evidenciou a busca da empresa pela diversificação e pelo incremento de valor agregado em seus produtos. A produção de industrializados que começou de forma relativamente tímida foi ao longo dos anos ganhando importância e se firmando como central para a empresa.

É também no início dos anos 90 que se altera a participação percentual dos segmentos nos quais a empresa atuava, na receita operacional bruta. Até o final da década de oitenta, a avicultura ocupava o primeiro lugar. A partir de 1991, o segmento de industrializados passou a responder pela maior participação percentual na composição da receita operacional bruta, seguido pela avicultura, que passou a responder por 31% (tab. 17), índice não pouco significativo, se considerarmos que a avicultura ganhou maior importância econômica já na segunda metade da década de 1970.

TABELA 17
Sadia - Participação na Receita Operacional Bruta – 1991

Atividades	% no Total
Industrializados	35
Aves	31
Soja (esmagamento e refino)	12

Bovinos	11
Suínos	3
Trigo e Alimentos Secos	2
Rações	3
Outros	3
Total	100

Fonte: Relatórios Anual. Elaborada pela autora.

A importância do segmento da avicultura aparece de forma muito clara no Relatório Anual de 1991. Nele já se evidencia a existência de um planejamento estratégico da empresa no sentido de ampliar a capacidade de produção de aves. Isso fica claro pelo direcionamento dos investimentos ocorridos no referido ano, voltados em sua maior parte – 27 milhões de dólares – para tal fim. Foi com este intuito que se realizou a aquisição de uma unidade industrial do antigo Frigorífico Chapecó, localizado na cidade de Francisco Beltrão, no Sudoeste do Paraná; também foi a partir dele que se começou a viabilizar a implantação da Sadia Agroavícola, em Várzea Grande, no Mato Grosso do Sul, que levou para aquele Estado a produção avícola a partir dos moldes adotados no sul do país, ou seja, utilizando-se o sistema de integração como fonte de fornecimento da matéria-prima.

Já o setor de industrializados recebeu cerca de 05 milhões de dólares, voltados especificamente para a modernização da produção. Fica evidente no relatório de 1991 que estes dois segmentos são considerados estratégicos, e como tal, passam a merecer uma especial atenção.

Outro dado interessante que podemos mencionar, quando consideramos os relatórios de 1985 até 1981, é a entrada da Sadia em dois novos setores, o de refino de soja, em 1986 e o de margarina, hidrogenados e massas, em 1991. Essa diversificação fazia parte da estratégia da empresa de diluição dos riscos, produzindo produtos para os mais diversos mercados, com foco nos produtos de maior valor agregado. Com a sua entrada no segmento da soja¹⁶⁹, ela passou a ser um dos maiores compradores de soja do país, tal como já era do milho. Diferentemente do milho, destinado totalmente para a fabricação da ração, a soja é utilizada também como matéria-prima na produção de óleo de cozinha. É dela também que se obtém o farelo que é exportado. Ao longo dos anos, no entanto, o seu emprego na produção da ração e na fabricação do óleo de cozinha foi ganhando maior importância frente à exportação do farelo. Também neste segmento a

¹⁶⁹ Faz parte do segmento soja a fabricação de óleo e de margarina vegetal. Em 1990 as unidades industriais voltadas para a produção de óleo refinado de soja estavam localizadas nos seguintes Estados: Paraná (Paranaguá-PR); Mato Grosso (Rondonópolis) e Mato Grosso do Sul (Campo Grande).

empresa buscou a diversificação, passando a produzir margarina vegetal. Para além de ampliar os mercados dos quais a empresa participava, diluindo os riscos, havia a busca pelo atendimento da meta estratégica da empresa, de intensificar a fabricação de produtos de maior valor agregado. Foi focada nisto que ela inaugurou em 1991 uma unidade industrial na cidade de Paranaguá, voltada para a produção de hidrogenados e margarinas.

A nova fábrica é parte integrante do complexo industrial identificado como Frigobrás/Paranaguá. A fábrica de hidrogenados e margarinas representa a continuidade de um processo ali iniciado em 1980, quando a Frigobrás se instalou na cidade. Esmagando soja, produzindo farelo, óleo bruto de soja, ela chegou ao óleo refinado em 1989. (REVISTA INTEGRAÇÃO, Ano 13, n 121, p. 17).

O relatório Anual da Sadia de 1991 trouxe uma espécie de resumo da atuação da empresa. Nele há um *release* do passado, que tem como finalidade marcar o sucesso da empresa em seu processo expansivo. De uma pequena empresa instalada no interior de Santa Catarina, voltada basicamente para a área de suínos e para a moagem de trigo, ela se converte na maior agroindústria do país, marcando presença junto aos maiores mercados consumidores e fiel à prerrogativa do seu fundador: estar “presente nos locais onde a matéria-prima fosse abundante”.

De 01 unidade industrial (composta do frigorífico e do moinho de trigo) em 1944 ela saltou para 24 unidades industriais, presentes em diversos Estados¹⁷⁰ do território nacional. Os segmentos de maior destaque são: industrializados e avícola, o que se expressa na evolução da produção e na participação destes na composição da receita operacional bruta. Os demais segmentos mantêm ao longo da década um desempenho favorável, contribuindo para o crescimento do grupo.

No que diz respeito especialmente ao segmento das rações, cabe ressaltar que em 1991 a Sadia aparecia como a maior produtora de ração do país, tendo alcançado um montante de 1,5 milhão de toneladas produzidas. A sua produção estava - e ainda está - focada principalmente no atendimento dos produtores integrados. As fábricas produtoras se localizam nos Estados do Sul, e em São Paulo. No entanto, o avanço da avicultura para o Estado do Mato Grosso já indicava que ali também se instalaria uma unidade industrial produtora de ração.

¹⁷⁰ Santa Catarina, Paraná e Rio Grande do Sul; São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais; Mato Grosso e Mato Grosso do Sul; Goiás.

6.1.1.3 A distribuição dos produtos Sadia até o início dos anos 1990.

Ainda nos primeiros anos da Sadia ficou evidente a sua preocupação com a distribuição dos seus produtos. Já naquele momento era claro aos seus dirigentes que o seu crescimento estava atrelado à sua capacidade de chegar aos mais diversos mercados. Diversificar e expandir a produção eram metas presentes já nos anos cinquenta, no entanto, esta só seria viável a partir de uma bem montada rede de distribuição dos seus produtos. Somente esta estrutura seria capaz de dar vazão a todo o resultado da produção. Foi assim que

[...] lá por 1965/66, havíamos chegado à conclusão de que devíamos ter uma organização que se encarregasse de receber, tanto quanto possível, os produtos dos nossos frigoríficos de suínos, de aves e de bovinos também. E outros produtos mais (inclusive de trigo), cujas respectivas indústrias haviam progredido bastante e fizesse a sua distribuição. (FONTANA, 1980, p. 260).

A partir daí é que surge a Sadia Comercial Ltda, que posteriormente passou a ser corriqueiramente chamada de Sadial¹⁷¹. Ela entrou em operação ainda em 1967, de forma anexa à base física da Frigobrás, em São Paulo. Mais tarde, quando comprovada a sua importância, ela ganhou não somente sede própria - que foi inaugurada em 1972 -, como também outras filiais em pontos estratégicos do país. A abertura de uma empresa voltada somente para a distribuição dos produtos tornou tal processo mais eficiente. Para além de atingir os grandes supermercados, ela voltou também a sua atenção para outros tipos de clientes, dentre os quais, os menores estabelecimentos de comércio e o mercado institucional. O objetivo era ampliar as vendas por meio da ampliação da cartela de clientes. Para isto um atendimento ágil, capaz de responder rapidamente às demandas do mercado era condição mais que essencial. Com isto em foco, a estrutura de distribuição dos seus produtos chegou aos anos 1990 funcionando da seguinte forma:

[...] das 22 unidades industriais para as 20 filiais de comercialização; destas, para os 115 mil pontos de venda espalhados pelo país; e vendas diretas da

¹⁷¹ No começo dos anos 80 as filiais da Sadial estavam instaladas em diversas cidades-chaves do país - do ponto de vista comercial -, quais sejam: São Paulo (SP), Campinas (SP), São José dos Campos (SP), Ribeirão Preto (SP), Bauru (SP), Santo André (SP), Curitiba (PR), Londrina (PR), Porto Alegre (RS), Itajaí (SC), Duque de Caxias (RJ), Serra (ES), Belo Horizonte (MG), Brasília (DF), Salvador (BA), Recife (PE), Fortaleza (CE), Manaus (AM), Campo Grande (MS), Imperatriz (MA). Relatórios Anuais.

indústria para clientes, no caso de volumes muito expressivos, como no caso das vendas aos mercados institucionais¹⁷². (DALLA COSTA, 1993, p. 88).

No que diz respeito ao transporte dos produtos, se fosse da unidade industrial até a comercial, a frota utilizada era terceirizada, ainda que devidamente personalizada com o *slogan* da Sadia. De outra forma, se da unidade comercial da Sadia até o cliente, o transporte era feito por frota própria. Neste último caso, a preocupação era garantir o melhor atendimento possível junto ao cliente e, com isso construir um relacionamento duradouro. Pautada nessa lógica de melhor atendimento, a Sadia implantou em 1990 uma importante ferramenta para agilizar a rapidez da entrega dos produtos no maior mercado urbano do Brasil, o da grande São Paulo – um sistema computadorizado de roteirização das entregas.

Para dar suporte à comercialização dos seus produtos, bem como à gestão da marca Sadia, tanto interna quanto externamente, ela criou ainda na década de 1970 um setor de coordenação de marketing. Foi a partir dele que a empresa pôde se adequar às constantes mudanças de mercado – interno e externo -, conseguindo solidificar a marca. O agigantamento da estrutura de produção e de distribuição dos produtos demandou, evidentemente, uma significativa evolução no quadro de funcionários. A partir da década de 1970 essa ampliação foi praticamente constante, respondendo ao próprio processo de expansão da empresa. A título comparativo, vale relatar a evolução do número de funcionários: em 1975 era de 5.163; em 1980, 14.183; em 1985, 21.922, em 1990, 31.912.

Por outro lado, cabe mencionar que se o número de funcionários em 1990 é mais de duas vezes o de 1980, o aumento da produção (em toneladas) é também em 1990 mais de duas vezes superior ao de 1980. De outra forma, há que se destacar que a evolução do quadro de funcionários comporta não somente os envolvidos diretamente nos segmentos industriais, mas também os do setor de administração, comercialização, marketing, etc, o que nos permite dizer que o crescimento da capacidade de produção vem ao longo de todo esse período ocorrendo com tecnologias poupadoras de trabalho. Mas isto serve apenas como uma menção, haja vista que não é nosso objetivo tratar desta questão aqui.

Um ponto marcante a ser considerado no que diz respeito à distribuição dos produtos Sadia, é o seu alcance no mercado externo. Tendo conseguido uma boa

¹⁷² A Sadia considera como mercado institucional: restaurantes industriais; redes de lanchonete; estabelecimentos de ensino; órgãos governamentais, dentre outros.

dinâmica e desempenho no mercado interno, a sua preocupação se voltou então para o acesso ao mercado externo. Já na década de setenta a empresa aparecia como principal exportadora de frango do país, conforme consta do Relatório Anual de 1977. Outros produtos além do frango e da soja já faziam parte da pauta de exportação, mas foram eles que até o início da década de 1990 tiveram maior representatividade no volume e na receita oriunda das exportações. Em 1990 a soja ocupava o segundo lugar neste sentido, representando em torno de 40% do total.

Apesar da importância dos segmentos aves e soja na composição da receita das exportações, o dos industrializados foi ao longo do período ganhando importância. A evolução da exportação destes produtos seria expressiva especialmente a partir dos anos 90 e, dado o seu maior valor agregado, assumiram papel expressivo na composição da receita operacional bruta, bem como, na formação do lucro operacional bruto.

Para se ter uma dimensão da evolução da empresa no que diz respeito ao mercado externo, basta mencionar que em 1990 ela já exportava para cerca de 40 países, tendo entrado inclusive no mercado chinês. As principais regiões absorvedoras dos seus produtos eram, nesse momento, O Oriente Médio a Europa e o Extremo Oriente.

A importância que as exportações foram apresentando na composição do faturamento da empresa incitou a criação da Sadia Trading S.A.¹⁷³ Exportação e Importação, que ficaria a partir de então responsável pelo relacionamento externo - até então realizado por meio da contratação de serviços de terceiros -; bem como, pela coordenação dos processos de exportação e de importação. A dimensão que as exportações foram tomando, bem como os investimentos constantes que a Sadia fazia no seu parque industrial, exigindo a importação de máquinas e equipamentos demandaram a criação de uma empresa específica, voltada de forma preponderante para o relacionamento com o setor externo. Foi neste sentido, que ainda em 1981 nasceu a Sadia Trading S.A., com sede física no Porto de Paranaguá.

A evolução das exportações da Sadia foi fruto de um trabalho conjunto do seu setor de marketing e de comércio exterior. A utilização de pessoal especializado e a divulgação da marca tiveram um importante papel no sentido de fazer com que o mercado externo alcançasse um desempenho bastante expressivo. Da segunda metade da década de 1980 até o início dos anos 1990, as exportações da empresa representaram

¹⁷³ Em 1990 a Sadia Trading S.A. Exportação e Importação possuía dois entrepostos, um dentro do Porto de Paranaguá e outro localizado junto à Frigobrás, a 10 quilômetros de Paranaguá. Juntos eles tinham capacidade de receber 600 toneladas/dia, e de expedir 1500 toneladas/dia. (DALLA COSTA, 1993, p. 99).

entre 15 e 20 por cento do faturamento anual. Nos anos seguintes, essa participação cresceria ainda mais, acentuando o foco da empresa na ampliação do seu mercado externo.

A análise dos Relatórios anuais mostra a evolução das receitas advindas da exportação. Em 1975 a receita dela oriunda (em milhões de dólares) foi de 9 US\$; em 1980, 106 US\$; em 1990, 280 US\$. Ao longo do período, além do segmento avícola e da soja foi crescendo a importância dos industrializados, fruto da estratégia da empresa em dar atenção especial à produção e à distribuição de produtos de maior valor agregado. Ao transformar *commodities* em produtos de maior valor agregado, a empresa buscou minimizar os riscos provenientes de um mercado que sofre constantes e bruscas variações de valor.

6.1.2 - Sadia: de 1990 a 2008

Desde a sua fundação a administração da companhia vinha sendo feita como na maioria das empresas de capital nacional, de forma tradicional, como era predominante nas empresas tipicamente familiares. A própria conjuntura de economia fechada desestimulava mudanças neste sentido. No entanto, na segunda metade da década de 1980 um novo contexto foi se apresentando. Conjugado a isto, o afastamento do fundador do grupo da presidência, incitou um processo de reestruturação organizacional e administrativa.

As expectativas de mudança política a nível interno, e as transformações internacionais, que apontavam o acirramento competitivo em função da chamada globalização exigiam mudanças no perfil gerencial da empresa. O objetivo era atender as demandas dos novos tempos, colocá-la em condições de responder de forma ágil e segura a um contexto econômico no qual o acirramento competitivo só permitiria a expansão daqueles que se fizessem globalmente, que soubessem perseguir a rentabilidade de forma acertada, reduzindo custos e aproveitando todas as oportunidades de crescimento.

Foi desta forma que o estilo de administração tradicional, de caráter familiar, foi substituído pelo da administração científica. Nesse novo modelo, a tecnologia passou a ser a orientadora da expansão econômica e geográfica do grupo. Esse ferramental foi essencial para o estabelecimento de estratégias e de mecanismos capazes de atender os

objetivos de expansão da empresa, dado inclusive as suas dimensões geográficas, bem como as áreas nas quais atuava. Efetivada a mudança, a estrutura de comando ficou assim definida: além do Conselho de Administração, que já fazia parte da estrutura organizacional, estabeleceu-se o Comitê Corporativo de Gestão, composto da seguinte forma: uma direção executiva – presidente e vice-presidente -, responsável pelo controle das empresas do grupo; sete vice-presidências, cada qual representando as principais áreas, quais sejam: comercial, commodities, industrial, internacional, agropecuária, planejamento e controle, recursos humanos e desenvolvimento organizacional; quatro superintendentes, representando as quatro principais empresas do grupo, somando-se, portanto treze membros¹⁷⁴.

Esse Comitê foi responsável pela elaboração do Plano Estratégico Corporativo, que começou a ser elaborado a partir do início dos anos 1990. Nele ficava evidente a necessidade de adequação tecnológica com vistas a assegurar nacionalmente o caráter competitivo da empresa, bem como, lhe conferir possibilidade de expansão internacional. Pretendiam assegurar maior eficiência em todas as suas áreas, para tanto, a adoção de novas tecnologias de produção e a capacidade de reorganização eram determinantes para que ela respondesse positivamente aos “novos tempos”, nos quais o crescimento passaria necessariamente pela internacionalização do grupo.

Com escritórios em Tóquio, Milão e Buenos Aires, a empresa pretende, a curto prazo, abrir entrepostos para atender a seus clientes no exterior. Em seguida, partirá para a compra ou para a instalação de fábricas. Embora ainda não produza no exterior, a Sadia já atua em alguns mercados com marcas próprias. É o caso do Oriente Médio, onde vende seus produtos com as marcas Hilal, Corcovado e Concórdia. (REVISTA EXAME, 1992, p. 23).

Para além da adoção de modernas tecnologias físicas e de gestão tanto na produção quanto na comercialização e distribuição, com vistas a reduzir os custos, aumentar a eficiência e manter a sua competitividade, ela passou a incorporar as empresas subsidiárias, de 1985 a 1992 foram oito incorporações. Esse processo foi intensificado na segunda metade da década de 90.

No entanto, essa não foi a única mudança de caráter administrativo-organizacional sofrido pela empresa. Ainda na década de noventa (de 1994 a 1997, mais precisamente), obedecendo aos critérios de tornar a empresa mais eficiente reduzindo custos, ela começou a passar por um intenso processo de reestruturação, que significou

¹⁷⁴ Sadia Concórdia S.A.; Moinho da Lapa S.A.; Frigobrás; Sadia Oeste S.A.

mudança no caráter societário, administrativo e estratégico. Do ponto de vista societário, aprofundou-se o processo de incorporação das subsidiárias, que já vinha sendo praticado desde a década anterior. Ao final desse processo resultaram apenas duas empresas, a Sadia Concórdia e a Sadia Frigobrás, que também se uniram, resultando na Sadia S.A., “uma empresa única e aberta que passou¹⁷⁵ a congregar todas as atividades operacionais”. De acordo com o seu diretor presidente em 1998 – Luiz Fernando Furlan -, neste novo formato ela se tornou “uma empresa mais enxuta, eficiente, produtiva e rentável” e mais “preparada para enfrentar desafios e crescer mesmo em tempos de conjuntura desfavorável.” (RELATÓRIO ANUAL, 1998).

A administração da empresa, a partir dos Relatórios Anuais da segunda metade da década de noventa aparece qualificada como “Governança Corporativa”, merecendo destaque especialmente a partir dos Relatórios de 2002, quando um espaço em separado é dedicado só para ela. Sua estrutura passa a ser a seguinte: Um Conselho de Administração, ao qual cabe “o estabelecimento de estratégias de longo prazo e a tomada de decisões”; um Conselho fiscal eleito por assembleia Geral¹⁷⁶ e que “responde pela fiscalização dos atos dos administradores e pela verificação do cumprimento de seus deveres legais e estatutários, além de analisar as demonstrações financeiras do exercício social”; e por fim, uma Diretoria Executiva¹⁷⁷, que além do Presidente e do vice-presidente, é formada pelas diretorias de áreas, como por exemplo: mercado interno, mercado externo, Operações Agropecuárias, Marketing, Sustentabilidade, etc. A Diretoria Executiva é a responsável por “executar o que é deliberado pelo Conselho, bem como, pela gestão do dia a dia dos negócios”.

Com relação ao Conselho Fiscal, cabe mencionar que as suas decisões são subsidiadas por um Comitê de Apoio, composto por comitês específicos¹⁷⁸ de área. Ele funciona como uma espécie de Comitê Consultivo, cuja função é “dar suporte à tomada de decisão” ao Conselho de Administração.

¹⁷⁵ No Relatório Anual de 1998 o verbo passou está no presente.

¹⁷⁶ Em 2007 com 03 membros efetivos também eleitos em assembleia geral. No Relatório de 2008 acrescenta-se a informação de que nenhum dos membros deste Conselho poderia integrar o Conselho de Administração. Relatórios Anuais de 2007 e 2008.

¹⁷⁷ No Relatório de 2007 eram 23 os diretores ao passo que em 2008 são 29. No Relatório de 2009 agrega-se a informação de que a “área financeira passou a ser subordinada à presidência executiva da companhia”, assim como a de gerência de riscos. Relatórios Anuais de 2007 e 2008.

¹⁷⁸ Quando do estabelecimento da nova estrutura de gestão, os comitês consultivos eram 04: Recursos Humanos, Financeiro, Auditoria e Tributário. Em 2004 acrescenta-se mais um, o de Política de Divulgação. Em 2008 os comitês de apoio seriam os mesmos do ano anterior: Auditoria, Tributário, Ética, Recursos Humanos, Finanças e Relações com Investidores, Estratégia, Políticas, Código de Ética. Em 2008 permanece a mesma estrutura. Os membros dos comitês de apoio são oriundos do Conselho de Administração e como tal, por ele eleitos.

Portanto, a estrutura de gestão instalada a partir de 1997 apresentou-se basicamente assim: Conselho de Administração (assessorada pelos Comitês de Áreas), Conselho Fiscal, Diretoria Executiva.

Foi este modelo de gestão implantado integralmente já em 1998 que instituiu “alterações significativas nas áreas de produção, de administração, de vendas e de distribuição. Todas elas assentadas no reposicionamento estratégico da companhia, iniciado em 1994, que visava transferir o foco do negócio principal da empresa da agroindústria para a indústria de alimentos, e de olho na expansão internacional.

O Relatório Anual de 2002 destacou os vetores que orientariam todas as ações da empresa desde aquele momento, quais sejam: 1) O lançamento freqüente de produtos inovadores, focando sempre os itens de alto valor agregado aliado à manutenção da liderança nos segmentos de sua atuação; 2) O balanceamento dos negócios geográfica e mercadologicamente tanto no âmbito interno quanto no externo; 3) O aprimoramento de processos e de pessoal. Para a consecução desses objetivos a reorganização e a modernização dos setores de produção, de vendas, de distribuição (logística) eram imprescindíveis e deveriam ganhar status permanente.

A base da mudança por qual passou a Sadia a partir da abertura comercial do país se aproximou daquela de tantas outras empresas que vivenciaram o referido momento. As principais mudanças técnicas e organizacionais por qual passou, teve nos princípios toyotistas o seu modelo específico. Vejamos de uma forma geral como elas aconteceram nos principais setores da empresa, a partir das informações extraídas dos Relatórios Anuais.

6.1.2.1 – Sadia de 1990 a 2008: a Capacidade Produtiva

É no relatório anual de 1998 que se tem a afirmativa de que o processo de reestruturação iniciado em 1994 havia sido integralmente implantado, atendendo às exigências de uma economia global que apresentava uma nova realidade econômica e cultural. De acordo com o mesmo, foi esta a condicionante da reestruturação por qual passou a empresa em seus mais diversos setores, tanto por meio da adoção de tecnologias físicas quanto de gestão. Essas, por sua vez, permitiram a otimização dos

processos produtivos e a especialização das unidades industriais, conduzindo já em 1998 a aumentos na produtividade, conforme se afirma no relatório.

Para além de da completa automação dos processos, o setor de produção passaria a merecer constantes investimentos, no sentido de mantê-lo sempre atualizado, assegurando os ganhos de produtividade e, por meio deles, a competitividade interna e o avanço externo. Tal atenção não se restringiu ao espaço da fábrica. A necessidade de automação foi “estendida” também aos diversos produtores integrados de frango e de suínos da empresa. A modernização das granjas passou a ser uma demanda constante da empresa junto aos seus fornecedores de matéria prima, justificada pelos mesmos condicionantes que incitaram à mudança nas próprias plantas industriais. No relatório anual de 2005 a assertividade da lógica que movera a administração da empresa foi ressaltada, nele se mencionou o sucesso das ações da empresa junto ao setor de produção e se comemorou os resultados, traduzidos nos “ganhos de produtividade e eficiência, os quais refletiam, em grande parte, o aprimoramento dos processos de automação da produção e garantiam padrões de qualidade e higiene capazes de atender aos mais rigorosos padrões internacionais”.

Aliada à questão tecnológica e alinhada ao atendimento dos vetores estratégicos, a Sadia adotou ao longo do tempo, uma política de expansão da capacidade de produção por meio da aquisição de outras empresas e da ampliação da capacidade de produção nas unidades industriais já instaladas. Foi nessa ótica que em 1999 ela adquiriu a Miss Daisy e a Granja Rezende. No caso da primeira empresa, a aquisição marcou a sua inserção no segmento de sobremesas. No que se refere à Granja Rezende¹⁷⁹, além da expansão da capacidade produtiva de frangos, suínos e industrializados, a empresa passou a manter uma “planta avançada em região estratégica do país”. Em 2004, a empresa adquiriu a Só Frango, localizada em Goiás. Por meio dessa, além de ampliar a capacidade de produção de aves e de industrializados, ela passou a fortalecer a sua presença na região e a marcar a sua disponibilidade em ampliá-la, haja vista que ela lhe permitia estar “próxima aos produtores de matéria-prima”, bem como, dos “principais centros de consumo do centro oeste”, como destacado no relatório anual do mesmo ano. Há que se observar que paralelamente a esta aquisição, os investimentos da empresa se voltaram também para a ampliação da capacidade instalada da unidade de Uberlândia.

¹⁷⁹ De acordo com o relatório anual de 1999, a Granja Rezende era um centro de excelência em agribusiness e uma das mais modernas indústrias de carne da América do Sul

O ano de 2006, no entanto marcou história no que diz respeito aos investimentos. O objetivo era ampliar agressivamente a capacidade de produção da empresa. Iniciou-se a construção de 03 unidades industriais - 2 de abate de frango e 01 de abate de suíno - no Mato Grosso, mais precisamente em Lucas do Rio Verde. O relatório afirma que “a região apresenta enorme potencial de crescimento com as melhorias que vem realizando em infra-estrutura rodoviária, saneamento básico e energia elétrica” e, diante disto, ela “deve concentrar parte de suas operações próximas às regiões produtoras de milho e soja, importantes componentes da ração de aves e suínos”.

Foi, portanto, nesta década que o avanço da produção - especialmente a avícola - para o Oeste do país se acentuou. Foi também em 2006 que se inaugurou a segunda fábrica de margarinas e de cremes vegetais da empresa, em Uberlândia, sendo que a primeira se localizava no Paraná, em Paranaguá. De forma contínua, prossegue nas demais unidades a “modernização dos processos fabris”. Por fim, teve início a construção de uma unidade fabril processadora de carnes em Kaliningrado, na Rússia, com previsão para inauguração em 2007 e viabilizada por meio de uma *joint-venture* firmada com empresa local daquele país. Vale ressaltar que ela nascia já com amplas perspectivas comerciais. Além do atendimento ao mercado consumidor local e da perspectiva de atender os mercados dos países próximos, a Sadia havia já em 2006, fechado um “pré contrato para fornecer naquele país, produtos processados de aves à rede de fast food Mc Donald’s”, como consta do Relatório Anual de 2006. No ano de 2007, a empresa voltou a ter uma unidade industrial em São Paulo, através da concretização da compra da Big Foods. Neste caso específico, a empresa avançou no segmento de pratos prontos, como sanduíches, lasanhas, etc.

Ampliaram-se as fábricas de Uberlândia e do Distrito Federal, bem como a capacidade de abate de bovinos¹⁸⁰, na fábrica de Várzea Grande, no MT. As fábricas de Concórdia e de Chapecó passaram por um processo de modernização. Prosseguiram os investimentos na construção da unidade agroindustrial de Lucas do Rio Verde, que depois de pronta passaria a ser a maior unidade da empresa no Brasil. Foi ainda neste ano que a empresa anunciou um ousado plano de investimentos, que destacava além da construção da primeira unidade industrial em Pernambuco e de um novo frigorífico de bovinos, a construção de uma unidade industrial no Oriente Médio. Em 2008, a

¹⁸⁰ A este propósito é interessante mencionar que em 1998 a empresa havia deixado de atuar neste segmento, voltando a participar ativamente dele em 2006, com foco de atuação na região oeste do país.

empresa concluiu a construção das unidades de Kaliningrado e de Lucas do Rio Verde, que entraram então em operação. No mesmo ano ela adquiriu a Goiaves, em Buriti Alegre, no Estado de Goiás, e a Excelsior, no Rio Grande do Sul e ainda, iniciou a construção da primeira unidade no Nordeste, em Vitória do Santo Antão.

TABELA 18
Sadia – Investimentos, 1994 – 2008 (milhões de reais)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Total	165	227	156	109	119	110	246	686	1056	1085	1815
Industrializados	86	71	41	16	34	44	93	195	303	196	650
Aves	33	43	45	23	26	45	91	373	368	615	674
Suínos	5	9	6	7	13	6	10	27	143	136	334
Bovinos	0	0	0	0	0	0	0	0	8	44	8
Outros	41	104	64	54	17	15	52	91	234	94	149

Fonte: Relatórios Anuais da Sadia. Elaboração da autora.

Considerando o exposto até o momento, tanto em termos de ampliação e reestruturação da produção, quanto dos diversos setores da empresa, podemos confirmar esse processo por meio da tabela 18, que trata dos investimentos realizados pela empresa. Nela verificamos que os investimentos da empresa se concentram nos setores considerados estratégicos pela empresa, o de industrializados e aves. É possível notar já a partir de 2005 o maior arrojo com que ocorrem os investimentos nesses segmentos, enfatizando as ampliações e as aquisições realizadas pela empresa. Em 2006 os investimentos permanecem elevados nos dois segmentos, dando continuidade à meta estratégica da empresa. Em 2007 e 2008 os investimentos nos dois segmentos são muito expressivos, em face principalmente da conclusão das unidades industriais de Lucas do Rio Verde, na região oeste do país e em Kaliningrado, na Rússia, bem como da construção da unidade de Pernambuco.

Por outro lado, há que se destacar ainda a destinação de volumes consideráveis de investimentos para a reestruturação administrativo-organizativa dos demais setores da empresa, o que inclui o setor de comercialização/distribuição e administração. Tal pode ser constatado no item outros da tabela 18. De 1998 a 2001 a empresa destina pesados investimentos no sentido de modernizar os referidos setores, adotando ferramentas informacionais que passaram a agilizar os controles de estoque, as vendas, a distribuição, etc. A partir de 2003 percebe-se novamente uma ampliação dos investimentos neste item, o que marca a constante preocupação da empresa em obter ganhos de produtividade em seu conjunto, ou seja, em todos os seus setores.

Com base no exposto, verifica-se que as mudanças do setor de produção, especialmente, estiveram plenamente integradas aos vetores estratégicos da empresa, buscando por meio da modernização dos processos e da expansão geográfica garantir o crescimento da companhia. Esse crescimento, mais do que avanço da presença física significa a presença efetiva da lógica que move o capital. É por meio da referida expansão que se permite a ampliação dos mercados e a valorização do capital. É esta a lógica que move os dirigentes da empresa, que personificam, portanto o capital. Evidentemente, o resultado desta expansão pode ser traduzido em números. Em 2000, a Sadia mantinha 12 unidades industriais¹⁸¹ em 2008 estas eram 19, incluídas a de Pernambuco.



FIGURA 06

Sadia: Distribuição das Unidades Industriais no Brasil

Fonte: Sadia

No que diz respeito à produção (tab. 19), a de industrializados saltou de 457 mil toneladas em 2000 para 992 mil toneladas em 2008 (117%); a de aves, de 732 para 1.323 mil toneladas (81%); a de suínos, de 219 para 467 mil toneladas (86%). Se o comparativo for com o ano de 1998, os índices são ainda mais expressivos: 191%, 108% e 113% respectivamente, um crescimento médio de 237% para os três segmentos. Vale lembrar que em 1998 o processo de reestruturação já estava avançado, haja vista que ele tinha se iniciado em 1994. Levando-se em conta que o crescimento do segmento de industrializados faz parte da meta estratégico da empresa, se estabelecermos um comparativo de 2008 com 1994 o que temos é um crescimento impressionante. A produção salta de 239, como consta do relatório anual, para 992 mil toneladas, portanto, mais de 300% de aumento.

TABELA 19
Sadia - Produção (mil toneladas), 1998-2008

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Industrializados	341	405	457	506	530	550	667	514	773	878	992
Aves	636	673	732	844	858	897	1032	1136	1189	1227	1323
Suínos	219	224	251	298	350	350	329	387	380	418	467

Fonte: Relatórios Anuais da Sadia. Elaboração da autora.

Se considerarmos a evolução da produção por si só, já é extraordinária a sua evolução ao longo de todo o período, no entanto, se agregarmos a este dado a evolução no número do quadro de funcionários (tab. 20), lembrando evidentemente que este agrega os demais setores, este dado fica ainda mais expressivo.

TABELA 20
Sadia – Quantitativo de Funcionários, 1994 – 2008

1994	32357	2002	32200
1995	32767	2003	34400
1996	29975	2004	40600
1997	25375	2005	45381
1998	22330	2006	47635
1999	25800	2007	52422
2000	28800	2008	60580
2001	30400		

Fonte: Relatórios Anuais da Sadia. Elaboração da autora.

Em 1994, quando começaram a ser implantadas as mudanças, o número de funcionários era de 32.357. Se compararmos 1998 com 1994, o que se nota é então uma

redução de 31% no quadro funcional. Se partirmos partindo do número de funcionários da empresa em 1998, em 2008 o aumento é de mais de 170%, o que nos daria um índice bastante sugestivo, haja vista que o crescimento da produção dos 03 segmentos para o mesmo período foi de 137%. No entanto, se levarmos em conta que esse número já vinha sofrendo redução em função do processo de reestruturação iniciado em 1994 e tomarmos o número de funcionários neste ano, o que temos é para 2008 um aumento de 87%, ao mesmo tempo em que a produção total (conforme tabela 19), mais que dobrou.

TABELA 21
Sadia – Índice de Produtividade dos Funcionários, 1994 – 2008.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Rec. Oper. Bruta	2654	3146	3258	4017	4689	5855	7317	8328	7941	9910	12192
Q, Funcionários	22330	25800	28800	30400	32200	34400	40600	45381	47635	52422	60580
ROB/Funcionários	118,9	121,9	113,1	132,1	145,6	170,2	180,2	183,5	166,7	189	201,3

Fonte: Relatórios Anuais da Sadia. Elaboração da autora.

Dessa forma, fica evidente que não somente a produção aumentou, mas que tal ocorreu muito além do crescimento do quadro funcional. Em outros termos, os avanços em termos de produtividade são inquestionáveis. Estes podem ser também visualizados no próprio índice geral que a empresa passou a utilizar como mensurador da produtividade (tab. 21), o que divide a receita operacional bruta pelo número dos funcionários. De 1998 a 2008 a evolução neste índice foi de quase 70%. Ou seja, não somente a produção em termos de volume foi ampliada, o que nos permite verificar os reflexos das mudanças técnicas organizacionais na intensidade e, portanto, no dispêndio de trabalho, mas também o quantum em termos de valor gerado – já levando em conta a venda da mercadoria – se ampliou. Ao considerarmos esse último dado - que leva em conta o crescimento do faturamento por funcionário – verificamos, no entanto, que apesar do crescimento de 70% ao longo do período, ele é menos expressivo que a variação ocorrida no volume da produção. Tal comportamento reafirma a lei do valor e o movimento contraditório do capital em busca da valorização, que ao alterar constantemente a organização e as técnicas de produção acaba promovendo uma redução no valor unitário da mercadoria. De outra forma, a evolução de tais dados nos permite compreender, ao mesmo tempo, a preocupação da empresa em intensificar os esforços na produção dos produtos de maior valor agregado.

6.1.2.2 - Vendas, Marketing e Distribuição

As vendas e a logística de distribuição são outros dois pontos a merecerem toda a atenção da empresa. O objetivo aparece sempre como a necessidade de redução dos custos e do aumento da eficiência, o que em outros termos significava a expansão dos mercados a um menor custo possível. Tanto o setor responsável pelas vendas quanto o de logística deviam preparar-se para responder de forma ágil às exigências do mercado, bem como às mais diferenciadas conjunturas econômicas. Deviam estar aptos a reagir de forma eficiente numa situação interna e/ou externa de conjuntura econômica desfavorável, com vistas a mitigar ao máximo as perdas em termos de volumes de venda e de faturamento. O caminho para essa agilidade passava necessariamente pela via tecnológica – como entendido pela empresa.

As mudanças iniciadas em 1994 tornaram-se a partir de então uma constante. Em 1998, estes setores passaram por um intenso processo de informatização. No relatório de 1998 já se afirmava: “A Sadia promoveu ainda, alterações significativas nas áreas administrativas, de vendas e distribuição. Deu seqüência ao programa de redução de custos administrativos e de logística”. No que se refere ao setor de vendas, o relatório afirma que após as mudanças ele passou a apresentar um

[...] perfil mais dinâmico, alinhando-se com os objetivos estratégicos da companhia de elevar a rentabilidade e sintonizando-se com as exigências de um cenário de concentração cada vez maior no varejo de alimentos. Sob o comando de uma única diretoria a administração comercial passou a ser feita por regionais, com uma política de relacionamento com os clientes adequada às especificidades de cada canal de venda. Com a nova estrutura, a Sadia se aproxima ainda mais dos clientes e dos mercados regionais, monitorando o desempenho e identificando oportunidades de evolução. Automação comercial, mudança na frequência de visitas e criação de telemarketing ativo são outras funções que integram o esforço da companhia.

Em 1999, menciona-se no Relatório Anual que a companhia continuava “promovendo a especialização da sua equipe de vendas por canal e região”, o que incluía também as vendas externas. Para melhorar o desempenho a equipe vinha participando de cursos que abordavam “técnicas de promoção, negociação, merchandising”, bem como de “convenções de vendas com vistas a motivar, alinhar e preparar a equipe para novos desafios”, tornando-a “apta para responder a mudanças tanto no mercado interno quanto no externo”.

No que se refere à logística, em 1998, a Sadia já se caracterizava como detentora da maior estrutura de distribuição de refrigerados e congelados do país, cobrindo quase que a totalidade do território nacional. De acordo com o relatório do referido ano, se levado em conta a totalidade da população das localidades nas quais eram distribuídos os seus produtos, essa chegava a 90%. Apesar disso, no mesmo relatório era ressaltada a necessidade de promover mudanças na sua logística, que pudessem ao mesmo tempo, manter tal vantagem, mas “aumentando a produtividade e reduzindo custos”. Foi com esse foco que ainda nesse ano se promoveu uma redução da frota utilizada na distribuição primária, ou seja, da fábrica para as filiais de venda; e a integral terceirização da distribuição secundária. Aliado a isso, se promoveu ainda, “a automação do processamento de cargas nos centros de distribuição e a adoção do programa informatizado, o que passou a permitir a realização de projeções de demanda, com base no histórico de vendas.” Tais medidas, eram representativas das ações que visavam dar continuidade ao processo desencadeado em 1994. Por outro lado, o mesmo relatório afirma que as mudanças promovidas no setor de logística só no ano de 1998, permitiram economias da ordem de 27 milhões de dólares.

Considerada como ferramental essencial para o processo de expansão da empresa, a tecnologia passou a ser foco de investimentos constantes e atingiu todos os setores, como já ressaltado anteriormente e como se pôde visualizar na tabela 17. A esse respeito, vale lembrar que na tabela 17, referente aos investimentos realizados, o item outros inclui os investimentos de base tecnológica e organizacionais empregados junto aos setores de administração, vendas e logística. Ali se verifica o uso de importantes montantes do investimento total para esse fim, com destaque para os anos de 1998 a 2001 e, posteriormente, de 2004 a 2008.

Foi justamente em 2000, como consta do relatório do ano seguinte, que a empresa começou a implantar um projeto de informatização que integraria todos os sítios físicos de produção, vendas e distribuição, o qual agilizaria o acompanhamento e a sincronização de todos os processos de atendimento aos mercados, desde fornecedores, unidades produtoras e centros de distribuição.

O que se percebe pela leitura dos relatórios anuais é sempre a menção ao constante processo de capacitação do quadro funcional destes setores, em especial. Neste sentido a empresa adota os conceitos já mencionados de mensuração da produtividade, de cumprimento de metas, de constante reciclagem, os círculos de

controle de qualidade, a remuneração variável¹⁸², etc., tão caros ao modelo toyotista de produção.

Sobre a remuneração variável, o relatório de 2003 afirma que a mesma estava sendo utilizada “para alinhar os funcionários às estratégias globais da companhia”. Uma variação dessa forma de remuneração foi desenvolvida e implantada pela empresa em 2003, com vistas a alcançar resultados, o prêmio por excelência. De acordo com a empresa o objetivo desse é “propiciar aprendizado rápido e contínuo, simplificar e padronizar a gestão, desafiar as pessoas, reconhecer coletivamente e recompensar monetariamente aqueles que fizeram a diferença” e por este meio, envolver os funcionários em “uma *saudável competição*¹⁸³ coletiva, na busca por eficiência e produtividade em todas as áreas”. Um pouco mais adiante se explicita basicamente que a finalidade é:

[...] identificar pessoas **focadas** no cumprimento das metas e alinhadas à cultura, tratando-as e reconhecendo-as de acordo com seu desempenho¹⁸⁴. Uma vez comprovado o merecimento elas podem ser premiadas por recompensa financeira, promoção hierárquica de cargos e funções, além de participarem de programas de desenvolvimento e sucessão. (RELATÓRIO ANUAL, p. 35).

Diante dessas práticas, não é de se estranhar que o desempenho das vendas tenha apresentado comportamento crescente mesmo em conjunturas desfavoráveis. Outro ponto interessante a ser mencionado é o crescimento dos círculos de controle de qualidade. De acordo com o relatório de 2003, estes começaram a ser implantados em 1996 e se expandiram. Esse tipo de prática foi determinante, conforme aparece em diversos momentos nos Relatórios Anuais, no sentido de melhorar o trabalho da equipe. No caso específico do setor de vendas, a adoção de tais práticas foi essencial para aproximar este setor do de marketing. Conforme expresso nos Relatórios Anuais, a existência dessa aproximação, ou melhor, dessa sinergia, era condição fundamental para garantir a expansão das vendas.

Para manter-se competitiva era necessário que os setores dialogassem entre si, que tivessem pleno conhecimento do mercado, o que justificava que a especialização da

¹⁸² A remuneração variável é uma característica bastante presente no regime de produção toyotista. No geral a proposta é estabelecer metas de produtividade que implicam em “prêmios” de produtividade. Esses, comumente se traduzem em “quantitativos” financeiros que são pagos aos funcionários que atingem as referidas metas.

¹⁸³ Grifos nosso.

¹⁸⁴ Grifos nosso.

equipe de vendas fosse “por canal e região¹⁸⁵”. Esse conhecimento e a existência do diálogo entre os setores permitiria a adoção da estratégia de marketing adequada a cada mercado, bem como o desenvolvimento dos produtos de maior valor agregado, que melhor atendessem as demandas dos mais específicos mercados, internos e/ou externos. A sinergia passou a ser a palavra de ordem. Foi ela que possibilitou além da ampliação do volume físico e do *quantum* monetário das vendas, a fidelidade do mercado. Não bastava conquistar novos mercados, era preciso mantê-los cativos.

Com relação à expansão dos mercados, um dos mecanismos adotados pela Sadia, com vistas a promover uma maior aproximação entre o consumidor externo e os seus produtos, foi a associação com outras empresas. Um exemplo disto foi a parceria firmada entre a Sadia e a Cargil na Sun Valley. A Sadia se associou à Sun Valley, subsidiária da Cargil a fim de facilitar a distribuição dos seus produtos no varejo, bem como nos segmentos de food service, no mercado do Reino Unido e na Irlanda, coberto pela referida empresa. Evidenciam-se assim os movimentos da empresa no sentido de ampliar mercados e reduzir custos, o que se dá, por exemplo, através do estabelecimento de uma *joint-venture*, como o caso acima mencionado. De outra forma, vale ressaltar que a referida parceria se encerra em 2005, haja vista que a Cargil – da qual a Sun Valley é subsidiária - adquire a Seara, tornando-se concorrente da Sadia, o que mostra claramente os objetivos que os objetivos que movem tanto o estabelecimento quanto o fim de tais parcerias são um só. A partir de então a distribuição dos produtos no referido mercado passou a ser feita pela Sadia UK, empresa da qual a Sadia é controladora¹⁸⁶. Neste mesmo sentido, estabeleceu-se uma parceria com a Perdigão a fim de alavancar as exportações de carnes de aves e suínos na Ucrânia, Bielo Rússia, África do Sul, Egito e Cuba. Ela foi materializada pela criação da BRF Trading S.A. A razão de ser dessas parcerias estava assim explicitada: (RELATÓRIO ANUAL, 1999, p. 5)

[...] essas parcerias fazem parte de um novo modelo de crescimento, fundado sobre a constituição de associações com outras empresas do setor de alimentos, visando a beneficiar-se das sinergias possíveis para a ampliação de sua capacidade comercial e da redução de custos e despesas.

Como tal, também em 2000 o setor de logística da Sadia passou a se envolver neste novo “modelo de crescimento”, haja vista que a Sadia, a Danone e a Cargil

¹⁸⁵ Relatório anual de 1999.

¹⁸⁶ http://avesite.com.br/clipping/clipping_maisnot.asp?codnoticia=4785&codcategoria=&mes=11&ano=2004. Acesso em 05/05/2008.

criaram uma *joint venture* para a “distribuição conjunta de produtos no nordeste”. Além da distribuição, o acordo também se estendia à compra de insumos e/ou matérias primas. Tal como na produção, o sucesso da reestruturação promovida no setor de vendas, e de logística, bem como a sinergia destes com o de marketing pôde ser traduzida nos resultados de vários indicadores que retratam o atendimento do proposto nos vetores estratégicos.

No que se refere ao volume de vendas em toneladas, tomando-se apenas o período de 1998 a 2008 (tab. 22), o que se verifica é crescimento tanto no mercado interno quanto no externo. Em 2008, o crescimento do volume vendido comparativamente a 1998 foi da ordem de 143,81%. Se tomarmos este mesmo comparativo, levando-se em conta, no entanto, o *quantum* em R\$, esse percentual atinge 359,32% (tab. 23). Por outro lado, quando se passa para a análise interna da tabela, o que se nota é que no mercado interno houve um aumento no volume de vendas do segmento de industrializados, enquanto que o segmento de carnes apresentou um comportamento de redução no volume vendido. No caso das aves essa redução ocorre de 2000 a 2003, voltando a apresentar um comportamento ascendente até 2007. No caso dos suínos, o movimento de queda se inicia também em 2000, mas persiste até 2005. Algumas ponderações devem ser feitas aqui. Primeiro, o aumento no segmento de industrializados mais que compensa essas quedas e ainda, o fato de se privilegiar o aumento da produção e conseqüentemente, das vendas dos produtos de maior valor agregado – industrializados -, fatalmente leva a um maior consumo de matéria prima para esse fim, o que impacta, portanto, na redução do volume de vendas do segmento de menor valor agregado.

TABELA 22
Sadia – Vendas, 1998 a 2008 - (mil toneladas).

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total	953,9	1072,3	1158,7	1201,4	1308,4	1345,9
Merc. Interno	716,6	771,2	797,9	729,7	723,9	677,8
Industrializados	330,4	391,3	450,6	469,6	516	529,7
Aves	319,2	315,1	276,2	182,7	143,9	100,4
Suínos	67	64,8	71,1	77,4	63,9	47,8
Bovinos						
Outros						
Merc. Externo	237,3	301,1	360,8	471,7	584,5	668
Industrializados	10,3	12	13,2	25,7	25,4	39,9
Aves	212,1	276,6	321,7	396	472	524,4
Suínos	14,9	12,5	25,9	50	87,1	103,7
Bovinos						

	2004	2005	2006	2007	2008
Total	1602,6	1853,8	1892,6	2146,7	2325,8
Merc. Interno	736,5	827,9	928,6	998,4	1120,4
Industrializados	581,2	647,1	723,1	813,1	919,8
Aves	105,8	142,2	155,5	132	131,7
Suíños	49,4	34,3	41	43,8	48
Bovinos		4,3	9	9,6	21
Outros					
Merc. Externo	866,1	1025,9	964	1148,3	1205,3
Industrializados	84,2	91,6	76,5	111	131,6
Aves	702,9	808,6	762,5	880,8	952,9
Suíños	79,1	105,8	81,4	108,9	85,7
Bovinos		19,8	43,6	47,6	35,1

Fonte: Relatórios Anuais. Elaboração da Autora.

Por outro lado, é preciso observar como se dá o comportamento dos volumes vendidos no mercado externo (tab. 22). Neste, há um aumento em volumes para todos os segmentos, no entanto, o segmento de aves em especial tem um desempenho fantástico. Se compararmos 2008 com 1998 o crescimento foi da ordem de 349,28%. Para obter esses resultados a empresa se focou no atendimento das especificidades de cada mercado. No que diz respeito ao setor externo, a exportação de cortes específicos foi o carro chefe no segmento das carnes. O desafio era, portanto, identificar as demandas destes mercados e atendê-las de forma ágil e eficiente. Daí a ênfase na especialização das equipes de vendas a partir das realidades regionais dos mercados.

TABELA 23
Sadia – Vendas, 1998 a 2008 - (R\$ milhões)

	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Total	2654,3	3146	3258	4017	4689,3	5855,4
Mercado Interno	2181,6	2306,3	2384,6	2497,9	2730	3195,8
Industrializados	1160,8	1373,5	1543	1661,9	1992,4	2523,7
Aves	535	519,6	490,7	399,7	374,7	356,0
Suíños	115,4	95,6	109,9	156,9	136,8	129,8
Bovinos						0
Outros	370,4	317,6	241	279,4	226,1	186,3
Mercado Externo	472,7	839,7	873,4	1519,1	1959,3	2659,6
Industrializados	25,4	47,3	69,9	167,1	187,9	308,4
Aves	331,1	642,7	705,1	1142,7	1416	1882,3
Suíños	31,5	32,2	69,9	190,3	315	444,7
Bovinos						0,0
Outros	84,7	117,5	28,5	19	40,4	24,2
	2004	2005	2006	2007	2008	
Total	7316,6	8328,0	7940,5	9910,0	12191,9	
Mercado Interno	3732,0	4251,7	4482,0	5319,9	6606,8	
Industrializados	2946,4	3289,1	3513,5	4149,8	5208,8	
Aves	415,4	512,1	492,3	559,4	624,3	
Suíños	154,9	148,3	154,5	190,4	272,1	
Bovinos	0	26,0	40,6	56,0	112,1	

Outros	215,4	276,2	281,1	364,3	389,5
Mercado Externo	3584,5	4076,3	3458,5	4590,1	5585,1
Industrializados	408,3	412,3	366,3	473,0	667,8
Aves	2676,8	2937,6	2405,7	3250,3	4135,5
Suíños	429,8	592,4	376,2	479,5	489,7
Bovinos	0,0	109,8	258,2	269,9	234,2
Outros	69,6	24,2	52,1	117,4	57,8

Fonte: Relatórios Anuais. Elaboração da autora.

Por outro lado, há que se destacar que se tomarmos as vendas em termos de faturamento (tab. 23), verificamos o peso representado pelo segmento dos industrializados. No caso específico das vendas realizadas para o exterior, em 2008 a quantidade em toneladas de aves vendidas (919,8) foi mais de 7 vezes a de industrializados (131,7), no entanto, a receita oriunda dos industrializados (5.208,8) foi mais de 8 vezes a obtida com a venda das aves (624,3). Verifica-se dessa forma que os esforços no sentido de ampliar a participação deste segmento na composição da receita estavam sendo atendidos e que, portanto, a reestruturação e o constante processo de atualização pelo qual passaram os setores de venda, marketing e logística, tiveram de fato resultados positivos, cumprindo com as metas estratégicas perseguidas pela empresa.

Vale ressaltar que nos Relatórios Anuais era constante a preocupação com a ampliação não somente do tamanho do mercado, mas da sua variedade, tanto do ponto de vista geográfico (especialmente externamente), quanto do ponto de vista da diversidade dos produtos. Os esforços no sentido de continuar a expansão do mercado internamente, sempre estiveram demarcados nos Relatórios e as ações empreendidas com tal propósito foram significativas e surtiram os efeitos desejados, o que se demonstrou pela evolução no número dos clientes do mercado interno. Em 1999 o número de clientes nesse, incluindo o mercado institucional era de 60.000. Em 2008 já passava de 125.000.

Do ponto de vista da expansão geográfica interna, os esforços no sentido de fazer chegar os produtos até a região nordeste foi uma das expressões deste esforço e se materializou tanto por meio da associação com outras empresas, quanto pela utilização da navegação de cabotagem. Outro exemplo neste sentido foi a expansão da empresa para as regiões oeste e centro oeste do país, e ainda, a construção da primeira fábrica na região nordeste – Pernambuco. Do ponto de vista da expansão geográfica externa, basta mencionar que se ao final da década de noventa, os produtos da Sadia eram exportados para cerca de 50 países, em 2008, estes somavam mais de 100, sendo os principais

compradores os países do Oriente Médio, da União Européia e os da Ásia, que juntos respondiam por mais de 50% das exportações da empresa.

A partir de 2003 os esforços no sentido de chegar a outras regiões são evidenciados pela participação dos países da Eurásia, que passaram a responder pelo percentual de 15 a 20% das exportações. A partir 2004, a expansão rumo ao mercado externo começou a ser medida em números de clientes e neste aspecto os números são os seguintes: em 2004, o número de clientes externos era de 180, em 2008, 628.

Outro dado a ser considerado é o lugar que a Sadia passou a ocupar no ranking dos maiores exportadores do Brasil. De acordo com as informações da Secretaria do Comércio Exterior - SECEX, reproduzidas nos Relatórios Anuais da empresa, em 2003, dentre os maiores exportadores brasileiros a Sadia ocupava o 13º lugar, já em 2008, passou a assumir a 6ª posição. No que se refere basicamente à exportação, ela é soberana na exportação de aves, conforme dados da União Brasileira dos Produtores e Exportadores de Aves - UBABEF.

Considerando-se o aspecto da expansão dos mercados via diversificação da pauta dos produtos, há que se mencionar que a própria velocidade com que foram lançados os novos produtos, preponderantemente os industrializados – pratos prontos e/ou semi-prontos, por exemplo – já demonstrava a efetividade de tal preocupação. Em 1998, a Sadia lançou 38 novos produtos, em 2000 foram 89 “com destaque para as tortas doces e salgadas e para os alimentos funcionais”, em 2004 foram 57. Em 2008, o portfólio de produtos da Sadia reunia cerca de 700 itens. O critério da inovação – caso dos alimentos funcionais – e da diversificação, com ênfase nos produtos de maior valor agregado foi uma constante em todos os Relatórios Anuais. Para além da expansão de mercado, a Sadia buscou na expansão geográfica; na ampliação da cartela de clientes - incluindo neste o mercado institucional -; na diversificação da pauta dos produtos, a máxima pulverização dos riscos.

Ao desconcentrar o seu mercado, procura criar uma espécie de proteção contra as crises. Por esta tática, um desajuste num mercado específico podia ser mitigado/contrabalançado pela presença e pelo desempenho nos demais mercados. Se tomarmos as tabelas (tabs. 24, 25 e 26) que destacam a participação dos segmentos na composição da receita operacional, comprovaremos que tanto a expansão geográfica quanto a diversificação de produtos tem respondido satisfatoriamente ao plano estratégico da empresa. No caso da expansão geográfica, a divisão entre o mercado interno e externo em 2008 (54,19 e 45,81 respectivamente) foi bastante diversa da

vigente em 1998 (82,19 e 17,81 respectivamente) ano este que já apresentava frutos das mudanças.

TABELA 24
Sadia – Participação Na Receita Operacional Bruta – 1998 a 2008

Ano	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Mercado Interno	82,19	73,31	73,19	62,18	58,22	54,58
Mercado Externo	17,81	26,69	26,81	37,82	41,78	45,42
Ano	2004	2005	2006	2007	2008	
Mercado Interno	51,01	51,05	56,45	53,68	54,19	
Mercado Externo	48,99	48,95	43,55	46,32	45,81	

Fonte: Relatórios Anuais da Sadia. Elaboração da autora.

No que se refere à diversificação dos produtos, ela pode ser visualizada pela mudança na participação de cada segmento na composição da receita operacional bruta oriunda das vendas tanto do mercado interno quanto do externo (tab. 25). O que chama atenção, no que se refere ao mercado interno é o crescimento que acontece para praticamente todos os anos dispostos na tabela, da participação do segmento de industrializados, ao passo que o segmento aves apresenta comportamento inverso. No mercado externo, de 1998 a 2001 tem-se um aumento progressivo para o segmento de industrializados, seguido de uma queda em 2002. Para os anos seguintes há de forma geral, uma recuperação da participação do segmento na formação da receita operacional bruta, que se confirma em 2008 num aumento absoluto se considerado todo o período. Apesar do crescimento da participação do segmento de industrializados no mercado externo – do ponto de vista da composição da receita operacional bruta -, é importante ressaltar que o segmento das aves é o que assume a maior participação, ao contrário do que acontece no mercado interno. Se considerados o início e o fim do período verificamos elevação para o segmento dos industrializados no mercado externo. No entanto, há que se ratificar que em 2006 acontece uma queda expressiva tanto no segmento aves quanto no de suínos, ocasionadas pela redução no consumo de aves em função da gripe aviária e pela suspensão da importação de carne suína oriunda do Brasil por parte da Rússia, principal mercado externo do referido produto. De outra forma, se levarmos em conta o desempenho geral, o que verificamos é um crescimento tanto no mercado externo quanto no interno, do segmento de industrializados, na participação da receita operacional bruta. Portanto, parece-nos correto afirmar que os setores envolvidos na divulgação, comercialização e distribuição dos produtos responderam satisfatoriamente aos vetores estratégicos da empresa, o que não é de se estranhar se

levarmos em conta os mecanismos utilizados pela empresa a fim de ampliar a produtividade de seu quadro funcional, já referidos anteriormente – que tem por característica acentuar a competitividade entre os funcionários e o seu maior envolvimento com os objetivos da empresa.

TABELA 25
Participação na Formação da Receita Operacional Bruta

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Merc. Int.											
Indust.	53,21	59,55	64,71	66,53	72,98	78,97	78,95	77,36	78,39	78,01	78,84
Aves	24,52	22,53	20,58	16	13,73	11,14	11,13	12,04	10,99	10,52	9,45
Suínos	5,29	4,15	4,61	6,28	5,01	4,06	4,15	3,49	3,45	3,58	4,12
Bovinos	0	0	0	0	0	0	0	0,61	0,91	1,05	1,7
Outros	16,98	13,77	10,11	11,19	8,28	5,83	5,77	6,5	6,27	6,85	5,9
Merc. Ext.											
Indust.	5,37	5,63	8	11	9,59	11,59	11,39	10,11	10,59	10,3	11,96
Aves	70,04	76,54	80,73	75,22	72,27	70,77	74,68	72,06	69,56	70,81	74,05
Suínos	6,66	3,83	8	12,53	13,56	16,72	11,99	14,53	10,88	10,45	8,77
Bovinos	0	0	0	0	0	0	0	2,69	7,46	5,88	4,19
Outros	17,92	13,99	3,26	1,25	2,06	0,91	1,94	0,59	1,51	2,56	1,03

Fonte: Relatórios Anuais da Sadia. Elaboração da autora.

Mencionamos anteriormente que todos os setores da empresa têm passado por um processo de reestruturação técnico-organizacional que, por sua vez, foi exigindo a qualificação dos funcionários, no sentido de adaptá-los às demandas postas pela nova forma de organização. O aprendizado tem sido uma constante, haja vista que o acesso à informação passou a ser considerado pela empresa como condição determinante na manutenção da competitividade, assegurando as conquistas já obtidas e ampliando-as. Os Relatórios Anuais mencionam com frequência a participação “voluntária” nos grupos de aperfeiçoamento. Nos relatórios fica evidenciado que a referida participação é vista pela empresa como uma importante demonstração do compromisso dos seus funcionários ou como ela mesma denomina, dos seus “colaboradores”, com as metas da

empresa. Não nos parece, no entanto, que diante da leitura que a empresa tem da participação do seu quadro funcional nos cursos e treinamentos, exista de fato grande margem de decisão para os funcionários quanto a participar ou não de tais programas e/ou cursos.

TABELA 26
Sadia - Participação Percentual na Composição da Receita Operacional Bruta, 1998-2008.

	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Indust.	44,69	45,16	49,51	45,53	43,15	48,37	45,85	44,44	48,86	46,65	48,2
Aves	32,63	36,95	36,7	38,4	35,44	38,23	42,26	41,42	36,5	38,44	39,04
Suínos	5,53	4,06	5,52	8,64	8,94	9,81	7,99	8,89	6,68	6,76	6,25
Bovinos	0	0	0	0	0	0	0	1,63	3,76	3,29	2,84
Outros	17,15	13,83	8,27	7,43	5,68	3,6	3,9	3,61	4,2	4,86	3,67

Fonte: Relatórios Anuais. Elaborada pela autora.

Diversos foram os programas estabelecidos internamente, com vistas a ampliar os resultados de produtividade do quadro operacional: os mecanismos de controle individual; a remuneração diferenciada; os círculos de controle de qualidade; a promoção de eventos de motivação; os cursos oferecidos, etc. No entanto, para além desses, em 2001 começou a ser gestado um projeto, o da Universidade Corporativa. O intuito, conforme aparece no Relatório Anual do mesmo ano era o de “aprimorar nossa gestão do conhecimento e contribuir ao máximo para o desenvolvimento profissional e pessoal da nossa equipe”.

O projeto começou a ser pensado em 2001, por meio de uma parceria com a Universidade de São Paulo - USP e em 2002, foi ofertado o primeiro curso Master of Business Administration - MBA para os executivos da empresa. O currículo do primeiro curso foi elaborado de forma conjunta pela Unicamp e pela Sadia. No Relatório de 2002 afirmava-se que para 2003 esperava-se que a Universidade Sadia estivesse plenamente implantada. Para a empresa, a Universidade Corporativa se colocava como uma ferramenta de extrema importância, pois “a um só tempo motivará as pessoas e fomentará a orientação para os resultados” sendo um “importante vetor da propagação de uma *cultura de orientação para o mercado* e geração de valor na companhia”. Não podemos dizer que a empresa não evidencia de forma explícita, qual é a lógica que a move, qual é a sua principal preocupação.

6.1.2.3 - Internacionalização

A internacionalização da empresa é contemplada nos objetivos colocados como vetores estratégicos pela empresa. Esse processo exigiu toda a reestruturação técnica e organizacional por qual ela passou desde 1994. O aperfeiçoamento do pessoal, a adoção da tecnologia e da informação, como condição de avanço foram imprescindíveis para o atendimento dos objetivos propostos, que em resumo podem ser traduzidos no avanço da empresa no seu processo de valorização do capital. Para tanto ela cumpriu a cartilha de reduzir custos, aumentar a produtividade, ampliar mercados. O resultado positivo do desempenho da empresa foi traduzido nos diversos índices já mencionados.

No entanto, há que se ressaltar outro aspecto, comum ao processo de desenvolvimento capitalista. O crescimento da empresa tem se dado também pelo processo de absorção de outras empresas, como ficou evidenciado no item que tratou da produção. Portanto, há um processo de concentração bastante importante a nível nacional. Empresas que na década de 80 eram consideradas grandes agroindústrias, como era o caso da Chapecó, no Sul do país, foram absorvidas pela Sadia, para só mencionar um caso. Em 2008, antes que se realizasse a compra da maioria das ações da Sadia pela Perdigão, os gigantes do setor eram apenas 03, a Sadia, a Perdigão e a Ceval (grupo Hering). No entanto, conforme considera a Teoria do Agribusiness, que serve de base teórica para o processo de integração vertical – praticado por estas empresas -, o que há é *apenas* uma concorrência *normal* entre as empresas que participam destes complexos agroindustriais. Esta concorrência é, por sua vez, transposta para o interior das unidades industriais e comerciais das grandes agroindústrias, como é o caso da Sadia, promovendo uma competição “saudável” entre os seus funcionários, ou “colaboradores”, como ela mesma os denomina. Por outro lado, o próprio referencial marxista nos permite apreender claramente a forma como a reorganização da força de trabalho atua no sentido de ampliar a quantidade de valor excedente obtida pelo capital.

Esse processo é condição para a expansão da empresa. Para crescer ela necessariamente tem que reduzir custos. Com isto ela consegue ampliar os mercados. Os que não fazem a lição de casa acabam ficando para trás. Na ótica empresarial, bem como na visão da ortodoxia neoclássica, isto parece integrar um processo natural de desenvolvimento - mencionado ainda no século XVIII por Malthus -, no qual os mais fortes sobrevivem. Até 2008 a Sadia se enquadrava neste número privilegiado, liderando nacionalmente. Neste sentido, o seu processo “natural” de evolução a conduziu ao

ranking de 6ª maior exportadora do Brasil; absoluta na exportação de frangos no Brasil e 3ª maior exportadora mundial, conforme dados da UBABEF.

A sua presença no mercado externo cresceu também fisicamente, por meio dos escritórios comerciais. Em 1999 a empresa tinha escritório de vendas e/ou representação em Dubai, para atender o Oriente Médio; em Milão, para atender a Europa e os países da Rússia; no Japão, para o atendimento dos países da Ásia, no Uruguai, no Chile e na Argentina. Em 2008, os escritórios comerciais e/ou de representação estavam localizados em 14 países: Alemanha, Argentina, Áustria, Chile, China, Emirados Árabes, Holanda, Inglaterra, Japão, Portugal, Rússia, Turquia, Uruguai e Venezuela.

Houve, portanto, uma reestruturação e uma expansão das unidades de representação comerciais fora do Brasil, refletindo os esforços empreendidos no sentido de ampliar os resultados obtidos externamente. Também do ponto de vista da produção a empresa marcou o seu processo de internacionalização, o que é um fato determinante neste sentido. O ano em que começou a implantação da unidade industrial em Leningrado – 2006 -, na Rússia, foi considerado o ano da Internacionalização da empresa, conforme consta do Relatório Anual de. Logo depois se anunciou a implantação da segunda unidade industrial fora do país, no Oriente Médio, mas que não se concretizou em função da crise na qual a Sadia se viu envolvida ao final de 2008.

Ainda no sentido da internacionalização do capital, há que se ressaltar que já em 2001 a empresa passou a negociar suas ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque, tornando-a visível e aberta aos investidores externos. Em 2004 ela teve suas ações inseridas na Bolsa de Madri, que negocia em euros, títulos de companhias latino-americanas.

Todas as ações e todo o percurso que a Sadia efetuou até 1998 evidenciaram a sua busca constante no sentido da internacionalização, que aparecia como mecanismo necessário para a valorização do capital. Neste sentido, mesmo a crise na qual ela se viu envolvida ao final de 2008, foi fruto desta mesma preocupação, garantir a valorização do capital. No relatório de 2005, o sucesso da “política de hedge” mereceu inclusive menção na mensagem da administração que abriu o Relatório. Nessa afirmou-se que “a consolidação da política de hedge contra as variações cambiais, operacionais e financeiras também gerou resultados positivos, que contribuíram para o lucro obtido no ano”.

No relatório de 2007 reafirmou-se a manutenção da referida política - “os riscos relacionados à variação cambial e à oscilação de taxas de juros são administradas por

meio da gestão de caixa e de operações financeiras com derivativos disponíveis nos mercados doméstico e internacional”.

No relatório de 2008, no entanto, a menção à crise dividiu a responsabilidade da ocorrência da mesma com a conjuntura econômica do país, ao enfatizar que o seu primeiro prejuízo anual em 64 anos de história era oriundo “de perdas financeiras com instrumentos derivativos e dos impactos da desvalorização do real”. No mesmo Relatório, na mensagem da administração passou-se inclusive a impressão de que a crise financeira não tinha origem nas práticas de hedge exercidas pela empresa, mas que era uma consequência da situação cambial do país. Na mensagem, a ênfase foi de que “com a desvalorização do real e as **conseqüentes** perdas financeiras, aperfeiçoamos nossa política de gestão de riscos e de governança corporativa e promovemos uma revisão de processos e estrutura na área financeira.”

TABELA 27
Sadia - Lucro Líquido. 1998 a 2008 (em R\$ milhões).

1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
171	82	113	203	234	447	439	657	377	768	-2.485

Fonte: Relatórios Anuais. Elaborada pela autora.

Mas já era tarde. Foi diante deste quadro que a Sadia encerrou o ano com um prejuízo da ordem de mais de 02 bilhões de reais, conforme se verifica na tabela 27.

TABELA 28
Sadia – Endividamento, 2001 a 2008, (em R\$ milhões).

Financeiros	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Ativo Total	3457	5217	5488	5726	6495	7576	8625	13659
Patrimônio Líquido	1122	1262	1487	1778	2224	2458	3184	411
Dívida Líquida	853	893	962	317	418	1318	724	6733
Dív. Líq./Patr.Líq.	76%	70,70%	20,70%	17,80%	18,80%	53,60%	22,50%	1448,50%

Fonte: Relatórios Anuais. Elaborada pela Autora

Evidentemente, o impacto da crise foi sentido no aumento do endividamento da empresa (tab. 28). Desde 2003 a 2005 a relação entre a dívida líquida e o patrimônio líquido da empresa veio apresentando estabilidade, sendo mantida na casa de 20%. Em 2006 esse patamar cresceu para mais de 50%, fruto dos investimentos pesados que a empresa empreendeu, especialmente no Mato Grosso – na unidade agroindustrial de Lucas do Rio Verde -, e na Rússia. Em 2007, no entanto, apesar da continuidade dos investimentos a dívida líquida voltou para os níveis anteriores ao de 2006. Em 2008,

depois de instaurada a crise, o endividamento líquido passou a representar 1448,50% do patrimônio líquido da empresa.

TABELA 29
Sadia - Mercado de Capitais, 2001 a 2001, (em R\$ milhões).

	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Remuneração Bruta ao acionista	80	77	160	148	202	119	207	98
Número de ações (milhões)	683	683	683	683	683	683	683	683
Lucro/prejuízo por ação	0,3	0,34	0,65	0,64	0,96	0,55	1,14	-3,69
Valor de Mercados	854	929	2718	4084	4508	4890	6912	2561

Fonte: Relatórios Anuais. Elaborado pela Autora

Por outro lado, as ações da empresa sofreram uma queda importante, conforme se verifica na tabela 29. Estava criado, portanto, o ambiente favorável para que a Perdigão, até então a sua maior concorrente e a 2ª maior empresa no mesmo segmento ocupado pela Sadia, lhe fizesse a sua proposta de compra, por meio da qual ela passaria a controlar a maior parte das ações da Sadia. A transação, recentemente aprovada pelo CADE, deu origem a uma gigante, comparável às grandes do mercado internacional. Mas, vale lembrar, tudo isso apresentado como uma “saudável” evolução natural, por meio da qual somente os mais fortes sobrevivem.

Mencionamos neste item dados relativos ao endividamento da Sadia e evidenciamos que estes estavam atrelados a pesados investimentos feitos pela empresa no sentido de alcançar seus objetivos estratégicos e, por meio dele, avançar em seu processo de valorização – o que, a um só tempo significava, expansão interna e externa. A esse respeito, cabe ressaltar que em praticamente todos os Relatórios Anuais a Sadia mencionou o uso de recursos públicos como fonte de financiamento tanto do seu capital de giro quanto de seus investimentos, como no de 2000, onde ela indicou como fontes, os “recursos de crédito rural e adiantamentos de contrato de câmbio para exportação, que oferecem as taxas mais baixas do mercado” e os “recursos do BNDES”.

Entretanto, a expansão da produção na empresa só pode acontecer se em sincronia com o fornecimento de sua matéria-prima. Neste sentido, a modernização do processo de produção não se limitou às unidades industriais da empresa, mas também às unidades de produção responsáveis pelo desenvolvimento de sua matéria prima, as granjas de aves e de suínos. Para que este processo se viabilizasse, as linhas de crédito disponíveis à chamada agricultura familiar foram determinantes, o que reforçou o papel do Estado no sentido de viabilizar o processo de valorização do capital.

Para encerrarmos este item, cabe mencionarmos que o avanço da Sadia no sentido de sua internacionalização ficou evidente por meio dos dados ressaltados neste item e nos anteriores. A esse respeito, é interessante observar que toda a empresa que busca a internacionalização deve demonstrar o seu *comprometimento* com as questões ambientais e sociais. De forma curiosa, o avanço da acumulação capitalista – que vem ao longo da vigência desse modelo de produção/exploração indiscriminadamente esgotando os recursos ambientais e, com isso a própria sustentabilidade da vida no planeta -, passa a apresentar as empresas participantes no mercado internacional como modelos a serem seguidos, ou seja, o acesso destas ao referido mercado confirmaria dessa forma o papel fundamental que elas estariam exercendo na manutenção da vida, ao mesmo tempo em que ratificaria a ausência de comprometimento das demais no mesmo sentido. O mercado externo seria assim praticamente uma vitrina dos “melhores”, dos “comprometidos com a vida”. Diante de tal contexto, a Sadia necessariamente teve que *evidenciar* o seu comprometimento com as questões ambientais e sociais.

Dessa forma, a partir do Relatório Anual de 2001 a empresa passou a reservar um espaço para a menção aos projetos desenvolvidos pela empresa nos dois sentidos – o social e o ambiental. Do ponto de vista da “responsabilidade social” é interessante mencionar que além de projetos específicos, como o apoio à produção de medicamentos via concessão de matéria prima ao Instituto Butantã, a empresa citou a sua capacidade de geração de empregos e valor como caracterizadora de sua responsabilidade social. Por outro lado, o envolvimento dos funcionários em trabalhos solidários também é citado como parte desta responsabilidade Social.

Do ponto de vista ambiental, o foco é na sustentabilidade. Neste sentido a empresa evidencia a sua preocupação por meio de projetos dedicados à: minimizar a produção de resíduos e tratar adequadamente os produzidos; preservar os rios e lagos próximos de suas unidades industriais; promover a auto-suficiência em lenha junto aos seus produtores integrados e ainda. Com vistas a dar conta destes dois aspectos, o social e o ambiental, em 2004 é criado o Instituto Sadia que passou a atuar no sentido de empreender ações que permitissem à empresa “contribuir para o desenvolvimento sustentável, equilibrando questões econômicas, sociais e ambientais”. A sua razão de ser era auxiliar a empresa a “criar rotinas cada vez mais alinhadas aos princípios da sustentabilidade”. Foi a partir dessa ótica que em 2007 o instituto lançou o seu “Programa de Investimento Social (...) com o intuito de contribuir para o

desenvolvimento local dos municípios onde a Sadia tem Unidades de Negócio por meio do apoio e/ou implementação de projetos de interesse público, bem como pelo fortalecimento do protagonismo da empresa na revisão de seu papel enquanto investidora social¹⁸⁷”, como consta do Relatório Anual do mesmo ano.

A descrição do processo histórico da empresa nos permitiu apreender a sua articulação ao desenvolvimento do capitalismo a nível global. Ficou evidenciado que suas ações reproduzem a lógica do Capital, ou seja, a realização e a expansão do mais valor.

O objetivo do Capital e da Empresa não é a Mercadoria e muito menos “alimentar pessoas”. A mercadoria é apenas o instrumento por meio do qual o capital se valoriza. Portanto, a “satisfação das pessoas com alimentos saudáveis” – como aparece no seu discurso – é importante apenas porque lhe permite avançar em seu processo de valorização, que lhe permite alimentar-se do mais valor que lhe instiga, lhe move, lhe condiciona. Do ponto de vista do discurso, o aspecto do valor de uso da mercadoria assume a mesma importância do aspecto do valor, o que evidentemente não é a lógica que move a produção capitalista e, portanto, a produção da Sadia. É preciso estar claro que sob a ótica capitalista de produção, que é a mesma que condiciona a produção da referida empresa, a produção de mercadorias se dá movida pelo valor de troca. Ou seja, o que importa é o valor excedente que retornará ao capitalista depois de vendida a mercadoria. O que importa é, portanto, a valorização do capital. Sendo assim, na medida em que a empresa avança no processo de valorização, o que implica: na transformação constante do processo de produção e de organização dos diversos setores que compõem a empresa; na atuação sua atuação no mercado financeiro; no estabelecimento de parcerias com outras empresas, inclusive concorrentes; no estabelecimento de relações de trabalho não especificamente capitalistas, como é o caso da integração com os pequenos produtores da região Sudoeste do Paraná. Nesse sentido, os caminhos que em um momento lhes são favoráveis à reprodução ampliada, em outros lhe aparecem como algozes, como foi o caso expresso na crise de 2008, que levou à fusão entre a Sadia e à Perdigão. É esse o resultado contraditório da lógica que move o capital, de forma constante ele se precipita tanto para a ampliação, quanto para o abismo.

¹⁸⁷ Grifo nosso.

CAPÍTULO VII

A INTEGRAÇÃO AVÍCOLA NO SUDOESTE DO PARANÁ

7.1 - QUESTÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa de campo representou para nós a possibilidade concreta de apreender a real situação do produtor integrado na região Sudoeste do Paraná. Nenhuma outra ferramenta poderia nos conferir a mesma percepção, não na mesma intensidade. Nosso interesse estava muito além de captar dados de ordem técnica, que nos trouxessem informações econômico-financeiras relativas à parceria, como por exemplo, tamanho da capacidade instalada do(s) aviário(s) dos produtores integrado e a renda (bruta e/ou líquida) familiar oriunda da atividade.

Queríamos sim as informações técnicas, pois entendíamos que elas causavam impacto na condição financeira familiar e, portanto na sua realidade econômica, no seu bem estar, mas era preciso que as olhássemos de forma qualitativa, e para tal propósito, a pesquisa de campo seria fundamental. Não queríamos um estudo onde o quantitativo predominasse sobre o qualitativo. Queríamos conhecer a história do produtor integrado

do Sudoeste do Paraná, saber quais foram os condicionantes que o levaram à estabelecer-se sob a condição de “parceiro”.

A nossa concepção teórica nos faz acreditar que a história se constrói movida pela luta dos indivíduos – na sociedade na qual ele está inserido, evidentemente – pela sobrevivência. E sendo a Economia a ciência responsável por avançar no estudo das condições pelas quais a reprodução material se realiza, conjugando demandas ilimitadas com recursos limitados, é natural, portanto que em nossa pesquisa nos preocupássemos em verificar como o produtor integrado enfrenta essa questão, ou seja, de que forma ele assegura os recursos para garantir a subsistência familiar. Em outros termos, de que forma, por meio do seu trabalho ele garante o atendimento das necessidades colocadas pela família? E ainda, a forma pela qual ele tem desenvolvido seu trabalho (ou ao menos parte dele) - a da “parceria” ou integração -, tem lhe garantido além da referida satisfação, a sua permanência na condição de produtor e de proprietário da terra? Queríamos entender, portanto, tanto do ponto de vista histórico quanto do econômico – pois um não exclui o outro -, qual a importância da integração para ele.

Se conseguíssemos responder tais questões, poderíamos de fato contar parte da história desses indivíduos, percebendo ao mesmo tempo qual o lugar deles na sociedade capitalista, ou mais precisamente, de que forma o Capital com ele se relaciona. Isso nos permitiria, quem sabe, avançar um pouco na tentativa de enxergar nela a presença histórica do camponês ou a forma contemporânea do empresário da agricultura, do agricultor familiar, tal como identificado por Abramovay (2007), principalmente.

Para responder tais questões era necessário muito mais que informações de ordem técnica ou obtidas de forma secundária. Como já dito, entendíamos que elas eram necessárias, mas que mesmo neste caso o nosso olhar para elas deveria ser qualitativo. Em resumo, era preciso ir além, necessitávamos entender os dados e informações secundárias já obtidas a respeito deste produtor. Era preciso apreender a sua “forma de vida”, a sua “leitura do “fundamental à vida”. Foi nesse sentido, que as “prosas” extensas e tão prazerosas, possibilitadas pelas entrevistas regadas a chimarrão e muitas vezes, diante do fogão à lenha, na intimidade de suas casas e de suas vidas, nos propiciaram obter informações que contemplavam outras esferas – que não apenas a imediatamente econômica-financeira -, mas que nos auxiliavam no seu entendimento.

Na medida em que eles nos deram licença para conhecer uma parte de suas vidas, eles nos permitiram compreender traços específicos do grupo no qual estavam inseridos, porque o produtor do Sudoeste do Paraná não está isolado, ele vive na sua

comunidade, ele ajuda e é ajudado. Nela ele vive uma relação que escapa da lógica da individualidade que rege o dia a dia do homem que vive na cidade, especialmente o das grandes cidades, que do alto dos edifícios em que vive tem na porta do apartamento do vizinho a barreira estabelecida à construção da amizade, da ajuda mútua. Logicamente o resultado não foi homogêneo para o grupo como um todo, mas evidenciou características predominantes na maioria entrevistada. A esse respeito vale ressaltar a troca de trabalhos ainda realizada pelos vizinhos. Por exemplo, no momento da colheita, se necessário os vizinhos se reúnem para efetivá-la com maior rapidez. Essa prática que poderíamos chamar de mutirão é muito comum ainda entre os pequenos produtores da região e não envolve o pagamento em espécie, mas em trabalho.

Vale ressaltar que a busca por outros aspectos que não apenas os econômicos são essenciais na medida em que, de uma forma ou de outra, impactam na própria organização econômica produtiva. A título de exemplo, as concepções culturais e religiosas exercem influência determinante na organização do próprio trabalho, na opção de se ampliar ou não uma dada atividade. A esse respeito, um dos produtores integrados quando perguntado se tinha intenção de ampliar ou construir um novo aviário respondeu prontamente que não, pois “[...] dessa vida a gente num leva nada, o que nós fizemos dá pra nós vive e é o que basta. Nós vamo chegá lá em cima ou lá em baixo com as mãos vazias, o coração é que precisa tá farto de riqueza né, se nãum, rrsrrsrrsrrsrrsrrs¹⁸⁸”.

Portanto, cremos que fica assim evidenciada a importância de apreender o conjunto dos aspectos e para isso a pesquisa de campo foi fundamental. Sem abrir mão da compreensão acima mencionada, entendemos que a história do indivíduo está necessariamente atrelada à forma como ele se reproduz, portanto à forma como ele garante a sua subsistência dentro de um modelo social específico. Essa admissão é fundamental quando se adota o referencial marxista – como é o nosso caso.

As formas de produção presentes na sociedade contemporânea – na qual predomina o modo de produção capitalista – podem, evidenciar, especificidades que pareçam à primeira vista, “alienígenas”, ou “ressurgidas” – evidentemente sob novos formatos - de modos de produção anteriores. Diversos autores indicam que esse parece ser o caso da realidade vigente em diversos espaços do campo brasileiro, nos quais predomina o pequeno produtor rural. Como nosso interesse é o produtor integrado da

¹⁸⁸ Transcrição de Entrevista - Pesquisa de Campo, produtor 01.

região do Sudoeste do Paraná, procuraremos confirmar – ou não – este parecer para o referido espaço geográfico. Mas, voltamos a repetir, o nosso objetivo central é perceber o significado desse indivíduo, ou melhor, de sua unidade familiar e do trabalho que dela emana para o Capital.

Uma observação mais atenta do processo histórico torna tais verificações passíveis de serem explicadas, a partir da compreensão do desenvolvimento do modo de produção vigente, mais especificamente, da sua busca por manter a sua condição acumulativa. É a partir dessa perspectiva, que autores como Martins (1982) e Oliveira (2008), dentre outros, têm explicado a permanência da agricultura “camponesa” em contraposição à idéia da sua substituição pela chamada agricultura familiar, tese defendida no por Abramovay – principalmente, mas não exclusivamente por ele - em “Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão” (2007). Mas, é importante observar: entender a permanência camponesa significa, ao mesmo tempo, considerar que essa não se dá sem sofrer severas mudanças, sem receber os impactos oriundos do contexto maior no qual o pequeno produtor está inserido, o do sistema capitalista de produção. Imerso nesse contexto, o pequeno produtor ou o camponês se coloca como sujeito tentando assegurar a sua condição. Essa reação pode, por sua vez, levar inclusive à sua descaracterização, ainda que de fato ela se coloque a princípio como tentativa de manter sob sua posse as condições (ou ao menos parte delas) de produção, a sua condição de “não assalariado”. Essa discussão será feita mais à frente, quando mencionarmos a situação do produtor integrado à Sadia no Sudoeste do Paraná.

Ainda no que se refere à discussão que envolve a questão da substituição do conceito de camponês pelo de agricultor familiar, ao longo dos estudos nos identificamos com a corrente que defende a continuidade da utilização do conceito de camponês. Mas, é preciso destacar que para que chegássemos a essa identificação conjugamos ao referencial marxista, os resultados obtidos na pesquisa de campo. Ora, quando iniciamos a pesquisa de campo, o objetivo era essencialmente descobrirmos, por meio de nossas impressões, de que forma o produtor integrado e o seu trabalho poderia se enquadrar – e ser enquadrado – na lógica do capitalismo contemporâneo, haja vista a afirmativa de autores inclusive de base marxista, de que a presença do camponês é incompatível com o capitalismo desenvolvido.

As impressões obtidas na pesquisa de campo nos indicaram, dentre outros pontos, que o pequeno produtor não assume necessariamente um viés capitalista, neste sentido, não pode ser qualificado como um empresário da agricultura; que a

permanência desse pequeno produtor só pode ser entendida levando-se em conta a lógica específica de funcionamento da unidade familiar; que a permanência desse pequeno produtor se coloca como uma resistência mesma à sua desvinculação total dos meios de produção e à sua conversão em assalariado do capital; que as ações/decisões que toma no sentido de assegurar a sua condição podem resultar num prazo maior, na inviabilização mesma da situação que ele deseja manter.

De outra forma, o fato de sabermos da existência de tantas especificidades no campo brasileiro e do embate teórico no qual está envolta a figura do pequeno produtor apenas reforçou a necessidade de fazermos com que a pesquisa de campo abarcasse questões que tratassem, dentre outros pontos:

1. Das concepções quanto ao que é fundamental para a vida – as quais, por sua vez, impactam diretamente na própria organização econômica produtiva;
2. Das expectativas e dos anseios quanto ao futuro;
3. Do grau de instrução formal dos membros da família;
4. Da participação na comunidade mais local¹⁸⁹ e na mais ampla;
5. Do sentido de pertencimento a uma dada classe social;
6. Das condições nas quais o produtor integrado realiza seu trabalho;
7. Do grau de consciência do produtor integrando com relação à sua importância para a empresa integradora;
8. Da visão do produtor em relação à empresa integradora.

Imersos em tais preocupações seguimos para o processo de elaboração formal da pesquisa de campo. Precisávamos: definir as etapas a serem seguidas; formular os dois modelos de questionários, já que trataríamos com a empresa integradora e o produtor integrado – ou parceiro; estabelecer os parâmetros para definir um tamanho representativo da amostra; definir critérios que nos auxiliasse a selecionar os sujeitos a serem entrevistados dentre os produtores integrados; e, por fim, efetuar os contatos necessários para o agendamento das entrevistas.

¹⁸⁹ Os produtores integrados estão localizados na zona rural. No sudoeste paranaense se utiliza o termo “interior” para classificar a zona rural. Portanto, o produtor integrado vive/mora – de forma predominante – no interior. Ali ele pertence a uma comunidade local. É neste quadro “interiorano” que se tem as diversas comunidades rurais ou “interioranas”, como Linha Jacaré, Jacutinga, Linha São Marcos, etc...

7.1.1 A Pesquisa de Campo: Elaboração e Descrição das Etapas.

A pesquisa de campo se desenhou de forma bastante interessante. Acreditávamos que para conhecer a realidade do produtor integrado ou “parceiro” da Sadia seria importante perceber, qual era o entendimento que a empresa tinha desse “indivíduo” e do “trabalho” que ele lhe prestava. A partir dessa percepção organizamos a pesquisa de campo em dois momentos.

No primeiro momento ficou decidido que efetuaríamos uma entrevista formal¹⁹⁰ junto ao setor responsável¹⁹¹ pela integração, na Sadia de Francisco Beltrão. A propósito, o nome atribuído pela empresa a esse setor é bastante sugestivo – Setor de Fomento. O nome por si só indica que ele é o organizador do processo de produção que ocorre na empresa, ou seja, o abate e o processamento que se realiza na empresa, a produção dos diversos produtos que tem como base o frango, só pode ser ocorrer a partir da entrega do produto oriundo do trabalho do produtor integrado. É o setor de Fomento, por sua vez, que estabelece e mantém a relação de integração entre o produtor e a Sadia. É ele que acompanha o desenvolvimento da prestação de serviços que o produtor integrado faz à empresa – o fornecimento regular da matéria-prima à empresa - e, portanto, por fazer com que esse ocorra de forma regular e sem falhas.

Para o desenvolvimento dessa entrevista formulamos um questionário bastante extenso, mas que seria aplicado de forma livre, ou seja, nos moldes de uma “conversa” quase informal, não fosse a burocracia e a dificuldade enfrentada para agendá-la e realizá-la. Inicialmente entramos em contato via e-mail com o Setor de Relações públicas da empresa. O responsável pelo setor nos indicou o nome de um contato regional, responsável pelo Setor de Fomento na região Sudoeste do Paraná. Estabelecemos contato com esta pessoa por e-mail e telefone. Para nos atender foi necessário que remetêssemos a ele via e-mail uma série de informações, quais sejam: nossa apresentação institucional; um esboço das informações que necessitaríamos acompanhado de uma justificativa do porque as queríamos, e ainda, um resumo explicitando quais eram os objetivos de nossa pesquisa. De acordo com ele, tais

¹⁹⁰ Formal no sentido de que foi agendada e realizada dentro da empresa, no próprio setor de fomento e com pessoa designada pela empresa para repassar as informações que lhe fossem pertinentes. A pessoa que concedeu a entrevista exercia um cargo de sub-gerência do setor de Fomento. Cabe ressaltar que apesar da formalidade quanto ao agendamento e ao local de sua realização, a entrevista se realizou quase que de maneira informal, sob a forma de uma conversa contínua e não simplesmente por meio de questões ordinariamente aplicadas.

¹⁹¹ O setor responsável pelos produtores integrados é denominado como “Fomento”.

procedimentos eram comuns na empresa, e visavam a preservação da sua imagem no mercado. A partir de tal encaminhamento nosso pedido seria analisado, e se autorizado, um nome da unidade da Sadia de Francisco Beltrão seria indicado para a entrevista.

Remetemos tais informações, evidentemente de forma generalizada, enfatizando que o objetivo da pesquisa era “Entender as novas formas de trabalho em vigor no campo brasileiro, no caso específico a forma da parceria ou integração desenvolvida na região sudoeste do Paraná, confirmando-a como propiciadora da manutenção do pequeno produtor na terra”. Após pouco mais de um mês e meio e depois de várias trocas de mensagens e ligações, conseguimos finalmente um parecer positivo e a indicação dos nomes que deveríamos procurar diretamente no setor de Fomento da Sadia de Francisco Beltrão, para marcar a entrevista.

Passada esta etapa iniciou-se mais uma “*via crucis*” para agendar a entrevista. Quando enfim conseguimos se tinham ido cerca de 3 meses desde o início dos contatos. A entrevista foi realizada no início do mês de fevereiro de 2009. Ficamos aguardando pelo menos uma hora e meia para além do horário marcado – no corredor que dá acesso ao Setor de Fomento. Durante toda a entrevista, a pessoa designada para nos receber demonstrou impaciência e pouca receptividade. Ficou evidente a sua preocupação com o tempo gasto, com as informações que solicitávamos e com a forma pertinente de nos repassá-las – ou de simplesmente não as fornecer.

Já no início da entrevista ele proibiu expressamente a gravação do nosso diálogo e ratificou que não forneceria qualquer dado de ordem técnica que ameaçasse a *competitividade* da empresa, haja vista que tinham inclusive uma unidade industrial de um importante concorrente, instalado inclusive na mesma cidade – a Perdigão¹⁹². O interessante em relação a esse último ponto é que poucos meses depois a Perdigão acabaria passando de competidora a sócia majoritária, originando pela fusão a maior empresa processadora de alimentos do sul do país, a gigante Brasil Foods.

Procuramos tranquilizá-lo quanto aos nossos objetivos e que não era nosso interesse ter acesso a tais informações. Alegamos que para nós era importante a gravação e tentamos convencê-lo de que ela era um recurso de pesquisa extremamente necessário e natural. Enfatizamos que ela atuava tão somente como um “socorro”, ou melhor, um recurso de apoio à memória do pesquisador. Apesar do esforço ele se manteve inflexível e não quis dar maiores detalhes quanto ao porque da negativa,

¹⁹² O irônico é que a Perdigão pouco depois deixaria de ser competidora para ser sócia majoritária.

limitando-se a dizer que era uma das condições para a concessão da mesma. O tempo do nosso diálogo durou pouco mais de quarenta minutos, e ao longo dele algumas informações foram negadas e/ou fornecidas de forma parcial.

Outro ponto de dificuldade foi o acesso ao instrumento contratual celebrado entre a empresa e o produtor. Era clara para nós a necessidade de se ter acesso ao instrumento contratual da integração/parceria entre o produtor e a empresa. A entrevista na empresa apenas reforçou esse entendimento. Ora, como o *objetivo* era *entender as novas formas de trabalho em vigor no campo*, era natural que essa nossa demanda junto à empresa acontecesse e fosse atendida – ao menos era esta a nossa percepção, já que o contrato é celebrado em cartório e, via de regra, poderíamos acessá-lo de outras formas. Infelizmente, de início a nossa solicitação foi terminantemente negado pelo entrevistado, assim como nos foi negada a cópia do modelo de borderô de acerto (que poderia nos auxiliar a entender mais detalhadamente os cálculos efetuados).

Diante de nossa solicitação, o entrevistado argumentou que somente nos repassaria tais formulários, se autorizado pelo responsável regional – o mesmo que havia nos indicado o nome do entrevistado. Diante de tal impasse, entramos novamente em contato com a referida pessoa, que acabou se comprometendo conosco em autorizar o envio do instrumento contratual. Com relação ao formulário de borderô de acerto acabamos conseguindo-o por outra via, junto aos produtores. Novamente, depois de inúmeros e-mails e ligações conseguimos obter o modelo atualizado do instrumento contratual, pois até então o que tínhamos era um modelo anterior – obtido informalmente junto a um produtor - e que já não estava mais em vigor.

A despeito do ambiente pouco receptivo e de toda a dificuldade que enfrentamos para realizar a entrevista junto à empresa – ao menos foi esta a impressão deixada -, avaliamos que ela foi bastante satisfatória do ponto de vista das informações obtidas. A própria dificuldade enfrentada nos permitiu já naquele momento visualizar alguns indícios da realidade na qual o produtor integrado ou o *parceiro* da Sadia estava inserido. Além de apreendermos a visão da empresa quanto ao seu *parceiro*, tínhamos agora diversas impressões evidenciadas pela *via crucis* para a realização desta primeira etapa da pesquisa de campo.

A relativa hostilidade enfrentada na primeira etapa da pesquisa de campo nos parecia não combinar com o ambiente de relacionamento relativamente harmônico descrito pela empresa, entre ela e o seu parceiro, haja vista que segundo o seu representante “A empresa e o produtor lucram com a integração, o ganho do produtor só

depende dele mesmo¹⁹³”. Enfim, teríamos que confirmar – ou não – tal impressão, o que só seria possível nas etapas seguintes da pesquisa.

A esse respeito cabe ressaltar que foi de extrema importância realizá-la posteriormente à aplicação do questionário junto à empresa integradora. Ora, foi através de tal seqüência que tivemos acesso a importantes informações, que nos auxiliariam, tanto na complementação do questionário a ser aplicado ao produtor integrado, quanto na definição do tamanho da amostra, e dos critérios a serem considerados para definir os produtores que participariam da pesquisa de campo.

Além de questões qualitativas que surgiram por meio do diálogo estabelecido com o representante da empresa e da análise do instrumento contratual, obtivemos como fruto dessa etapa, um relatório atualizado – para a época, evidentemente (2009) - dos produtores integrados de frango “ativos”, da Região do Sudoeste do Paraná. Desse constavam as seguintes informações sobre o produtor integrado: o nome¹⁹⁴; o telefone de contato; a localização da propriedade; a distância da propriedade em relação ao local de entrega das aves para o abate; a capacidade instalada de cada aviário em metros quadrados – de onde poderíamos deduzir inclusive a capacidade de alojamento de frangos por aviário; o número de aviários possuído por cada produtor; o número de produtores e de aviários da região e por cidade.

Esse relatório, vale destacar, agregava apenas os produtores integrados de frango. Estavam excluídos dele, portanto, os produtores integrados de perus. Vale observar que apesar de não ser o objeto de nossa pesquisa, a título de curiosidade apenas, entrevistamos três produtores integrados de perus na cidade de Francisco Beltrão. Os mesmos resultados obtidos junto aos produtores integrados de frango ali se reproduziram, ainda que sob o aspecto do dispêndio de trabalho o impacto fosse em tal caso menor, haja vista que por ser o peru uma ave mais resistente, acaba demandando menos idas ao aviário. Mas no geral, a realidade que encontramos não fugiu da descrita pelos produtores integrados de frango. Também entrevistamos 03 ex-produtores integrados. Desses, todos haviam se desligado “voluntariamente”. O acesso aos produtores integrados de perus e aos ex-produtores integrados de frango acabou se

¹⁹³ Anotações da Entrevista realizada na Sadia, com o sub-gerente do setor de Fomento.

¹⁹⁴ O nome do produtor integrado constante do relatório reproduz o nome constante do contrato de parceria celebrado entre este e a empresa. Em muitos casos o nome que consta do contrato não é necessariamente o nome do proprietário formal da terra, podendo ser, por exemplo, um filho. Em pelo menos 01 caso o nome constante do contrato de parceria era o do filho, em função deste ter acesso à financiamento bancário para investimento no aviário. O pai já estava comprometido em outro financiamento para compra de máquina agrícola.

viabilizando a partir do contato com os produtores integrados que entrevistamos e que nos indicavam que em tal propriedade havia um ex-produtor ou um produtor integrado de peru. Foram vários os mencionados e escolhemos de forma aleatória os que procuraríamos para uma conversa. No caso dos produtores de perus o questionário era o mesmo. No caso dos ex-produtores integrados de frango o nosso interesse central era apreender o(s) motivo(s) do desligamento. Os 03 produtores com os quais conversamos formularam as mesmas justificativas. Para eles, as pressões pelos investimentos no aviário e os resultados negativos dos lotes os fizeram verificar que a atividade estava lhes trazendo muito mais prejuízo que vantagem, que eles queriam “trabalhar para poder ter um conforto e não pra ficar se enfiando em dívida e perdendo noite de sono¹⁹⁵”.

Tal como o modelo de contrato, o relatório mencionado nos foi repassado pelo entrevistado, a partir da autorização do responsável regional do setor de Fomento. Vale ressaltar que mesmo após a referida autorização, foi necessária muita insistência via e-mail e telefone¹⁹⁶ para obtê-lo. De posse de tal listagem descobrimos que, para além de possuímos um importante e necessário subsídio, para a elaboração da segunda etapa da pesquisa de campo – ou seja, a definição da amostra dos produtores integradores a serem entrevistados -, tínhamos nele uma rica fonte de informações relativas a:

1. Área de abrangência da empresa na região Sudoeste do Paraná – municípios nos quais ela possuía produtores integrados - parceiros;
2. Distanciamento (em Km) entre os produtores integrados e o frigorífico de abate da empresa, localizado na cidade de Francisco Beltrão;
3. A distribuição quantitativa dos aviários por cidade, por produtores e por distância do frigorífico de abate;
4. A concentração de aviários e de capacidade de fornecimento por produtores e por cidades

As informações foram extraídas do relatório e tabuladas, para depois comporem a tese na forma de tabelas, nos permitindo complementar a primeira e a segunda etapa da pesquisa de campo, subsidiando a redação e a conclusão do presente capítulo.

¹⁹⁵ Pesquisa de Campo, transcrição da fala de um ex-produtor integrado de frango. Ex-produtor integrado 02.

¹⁹⁶ A este respeito vale mencionar que a demora na obtenção do relatório dos produtores integrados na região sudoeste do Paraná nos causou enorme transtorno para o andamento da pesquisa de campo, haja vista que dependíamos dele para definir nossa amostra. Tivemos muita dificuldade em manter contato via telefone com o entrevistado – pessoa que tinha sido designada pelo responsável regional, para nos remeter a cópia do relatório. Em uma das ligações na qual obtivemos sucesso a recepção foi pouco simpática e/ou amistosa. A impressão é que de alguma forma estávamos “empatando” o seu “tempo”.

A primeira informação importante a levantarmos era o número de produtores integrados de frango, e de que forma eles estavam distribuídos na região. Neste sentido, observamos que a Sadia – Francisco Beltrão - possuía em março de 2009 o total de 552 produtores integrados de frangos na região Sudoeste do Paraná. Esses estavam distribuídos em 21 municípios. Ou seja, essa era a área de abrangência na qual ela possuía contrato de integração com os seus chamados produtores “parceiros” ou “integrados”. Efetuamos então a distribuição do número de produtores integrados por município e a elencamos numa tabela (tab. 30). A apresentação dos dados na tabela obedece uma ordem decrescente, ou seja, dos municípios com maior número de produtores para os com menor número.

TABELA 30
Produtores Integrados à Sadia no Sudoeste
Paranaense: distribuição por município segundo
número de produtores – 2009

Município	Número de Produtores
Francisco Beltrão	156
Enéas Marques	52
Manfrionópolis	40
Marmeleiro	34
Ampere	30
Verê	29
Santa Izabel do Oeste	29
Itapejara do Oeste	29
Flor da Serra	25
Nova Esperança do Sudoeste	24
Renascença	20
Salgado Filho	20
Realeza	15
Pato Branco	11
Dois Vizinhos	9
Coronel Vivida	8
Bom Sucesso	8
Pérola do Oeste	4
Salto do Lontra	3
Vitorino	3
Bela Vista da Caroba	2
Total	552

Fonte: Relatório Fornecido pela Empresa – 2009.
 Elaborada pela autora.

Como já era esperado, a maior quantidade de produtores estava concentrada na própria cidade sede do frigorífico de abate, o que deveria estar relacionado a uma questão de logística da empresa, para reduzir os custos de transporte envolvidos no processo de produção¹⁹⁷. Ademais, uma parte dos produtores integrados da Sadia na região foram herdados do antigo frigorífico da Chapecó, adquirido pela Sadia em 1991, absorvidos mediante o estabelecimento de um novo contrato que os readequava aos padrões estabelecidos pela empresa, tanto no que diz respeito ao manejo, quanto no que se refere às adequação do aviário. Tais adequações foram evidentemente sendo realizadas ao longo do tempo e não de forma imediata. A esse respeito, vale mencionar que atualmente a Sadia já não *abre vaga* para um integrado que queira colocar um aviário de 600¹⁹⁸ metros quadrados, o que anteriormente era possível. Para ela, esse tamanho é incompatível com a sua busca de redução dos custos, que impõe como tamanho mínimo de aviário, 1750¹⁹⁹ metros quadrados, como informado pelo representante da empresa que foi entrevistado.

Observando o relatório verificamos que o número de produtores diferia do número de aviários, em função da concentração por parte de alguns produtores – uma minoria – de mais de um aviário. Nesse sentido, resolvemos levar em conta o dado do distanciamento com relação aos aviários para então confirmarmos não somente a questão da economia de custos com transporte, mas principalmente para que isto nos auxiliasse no fechamento da amostra. Através da tabulação dos dados chegamos então à tabela 31. Esta evidenciou o distanciamento - por faixas de Km- de cada um dos 702 aviários, do frigorífico de abate da Sadia em Francisco Beltrão.

TABELA 31
Distanciamento Geográfico entre os
Aviários dos Produtores Integrados e o
Frigorífico da empresa Integradora -
Mar/2009.

Distancia - Km	Produtores	% no Total
0 a 30	100	14,25
31 a 60	176	25,07
61 a 90	208	29,63
91 a 120	109	15,53
121 a 150	37	5,27
151 a 180	50	7,12

¹⁹⁷ Compõem esses custos: o transporte dos pintinhos até o produtor; o envio da ração e medicamentos; a visita dos técnicos veterinários – pelo menos três; e por fim, “o transporte” do frango em idade de abate até o frigorífico.

¹⁹⁸ Em torno de 10.200 aves.

¹⁹⁹ Em torno de 19.750 aves.

181 a 210	20	2,85
211 a 240	2	0,28
Total	702	100

Fonte: Relatório da Empresa – 2009.

Elaborada pela autora

Estava confirmado, o maior número de aviários estava concentrado mais próximo ao frigorífico. A um distanciamento de até 90 quilômetros estavam localizados 68,95% dos aviários. Se o alongamos para 120 quilômetros a proporção salta para 84,48% dos produtores integrados da região sudoeste do Paraná. Como evidenciado indiretamente na entrevista realizada na empresa, esses percentuais não são ainda mais expressivos em função da indisponibilidade e/ou inadequação de outros produtores, localizados dentro de tal distância, em adentrar no processo de integração. Daí deduz-se a razão da manutenção de parceiros em um raio superior a 120 quilômetros.

Cabe ressaltar que essa informação praticamente escapou do entrevistado e foi depois confirmada pela análise do Relatório que recebemos. Essa indisponibilidade ou inadequação só pode ser compreendida, por sua vez, se avaliada a partir da lógica específica do produtor integrado – para o caso da indisponibilidade – e, a partir da lógica da empresa capitalista – para o caso da inadequação. Neste último caso, era preciso agregar pessoas que tivessem disponibilidade de investir no negócio e de trabalhar, afinal a empresa necessita de um fornecimento regular, para o que é preciso o envolvimento *sério* com o aviário. Nesse sentido, se os integrados quisessem se envolver com outros tipos de trabalho e/ou participação em associações ele é livre, a empresa não tem nada a ver com isso – foi o que declarou o representante da empresa -, no entanto, nada disto pode significar prejuízo para a empresa. Por outro lado, na pesquisa de campo, descobrimos que tal *participação* não era assim tão indiferente à empresa.

TABELA 32
Aviários Integrados à Sadia no Sudoeste
Paranaense: distribuição por município segundo
número de produtores – mar/2009.

Município	Qtde. de Aviários
Francisco Beltrão	191
Enéas Marques	66
Manfrionópolis	46
Marmeleiro	46
Itapejara do Oeste	39
Santa Izabel do Oeste	39
Ampere	37
Nova Esperança do Sudoeste	35

Verê	35
Flor da Serra	33
Renascença	30
Salgado Filho	21
Realeza	20
Pato Branco	16
Dois Vizinhos	12
Coronel Vivida	11
Bom Sucesso	11
Pérola do Oeste	5
Vitorino	4
Salto do Lontra	3
Bela Vista da Caroba	2
Total	702

Fonte: Relatório Empresa – 2009

A tabela 32 nos dá o panorama geral da distribuição geográfica dos aviários em todas as cidades nas quais a empresa mantém produtores integrados, mas se olharmos individualmente podemos ainda extrair alguns outros dados interessantes.

Conforme verificado, o limite de distanciamento estabelecido entre os aviários presentes nas 06 cidades com maior número destes: Francisco Beltrão (191); Enéas Marques (69); Manfrinópolis e Marmeleiro (cada uma com 46 aviários); e, por fim, Santa Izabel do Oeste e Itapejara do Oeste (cada uma com 39 aviários) e o frigorífico de abate da Sadia em Francisco Beltrão é, de no máximo, 120 quilômetros. Sozinhas elas representam: 60,83% de todos os aviários de frangos mantidos pela empresa integradora na região em questão. Por sua vez, somente a cidade de Francisco Beltrão representa 27,21% dos aviários integrados à Sadia.

Diante da expressividade desses números e agregando-se a isto a dificuldade de transporte que enfrentamos²⁰⁰, ponderamos que a pesquisa de campo poderia ser restrita a esta área sem que tal implicasse em prejuízo no seu resultado, na medida em que as propriedades rurais destas cidades possuíam terras de características diversas, ora mais planas, ora mais quebradas, como observamos no capítulo 04. Ter presente tal característica topográfica era importante porque a integração do pequeno produtor à agroindústria era entendida por nós como uma forma de permitir a inserção do capital mesmo naqueles espaços que se mostrassem inviáveis ao estabelecimento do pacote tecnológico característico da Revolução Verde. Portanto, as pequenas propriedades que haviam resistido ao processo modernizador poderiam ser funcionais à acumulação

²⁰⁰ O meio de locomoção utilizado para se chegar ao “interior” e desenvolver as entrevistas foi carro próprio. A instituição à qual a pesquisadora se encontra atrelada na condição de docente alegou não ter pessoal e carro disponível para auxiliá-la na referida pesquisa. Para se fazer justiça é importante ratificar que em 01 das entrevistas ela contou com essa disponibilização.

capitalista, através, por exemplo, da prestação de determinados serviços à indústria – no caso que aqui nos ocupa, o trabalho dispensado pelo pequeno produtor na engorda da matéria-prima a ser entregue para a Sadia, o frango -, como é o caso do produtor integrado à Sadia no Sudoeste do Paraná. Por outro lado, não se pode desconsiderar que a própria relação firmada entre o produtor e o capital evidencia a luta desse sujeito histórico em manter-se na condição de proprietário das condições materiais de sua reprodução – ou ao menos de parte delas. É, portanto, uma relação de duas vias.

No entanto, para definirmos este ponto era preciso que verificássemos a capacidade instalada e de fornecimento. Obviamente a capacidade instalada em metros quadrados e a capacidade de fornecimento em número de aves seriam expressivas, haja vista os dados já identificados relativos ao número de produtores e de aviários. No entanto, para além de visualizar como esta expressividade se colocava nestes municípios e em seu conjunto, interessava para nós verificar o grau de concentração de aviários e de capacidade de fornecimento por produtor. Concluímos que se a área na qual estavam localizados estes aviários, nos referidos municípios contemplasse de forma representativa todos os níveis de capacidade instalada e de fornecimento poderíamos, efetivamente, restringir a pesquisa de campo a ela.

Debruçamo-nos novamente sobre o relatório buscando determinar a capacidade instalada e de fornecimento por produtor, por município e total. Essa informação seria a última necessária, para que finalmente pudéssemos definir a amostra da forma como pretendíamos, ou seja: restringindo-a no raio máximo de 120 km. O primeiro resultado ao qual chegamos foi o relativo à capacidade instalada e de alojamento por município e total. A capacidade de alojamento foi obtida multiplicando-se a capacidade instalada por 17, haja vista que este é o número médio de aves por metro quadrado²⁰¹.

A partir dos dados por município obtivemos por meio do somatório o total de produtores, da capacidade instalada e de alojamento, conforme especificado na tabela 33. No entanto, precisávamos olhar não só a capacidade instalada dos produtores - por produtor - presentes em cada cidade, mas também o fato de que esta se traduzia em quantidades diferentes de aviários por produtor. Isso era importante porque evidenciava movimentos de ampliação da capacidade instalada via construção de novos aviários e/ou ampliação de aviários já existentes, atendendo possivelmente as demandas da

²⁰¹ A este respeito é importante mencionar que 17 é o número médio de aves por metro quadrado, conforme foi informado pelo entrevistado da empresa. Além da obtenção deste dado na entrevista, calculamos a partir dos dados fornecidos no relatório, a capacidade instalada e chegamos ao mesmo resultado, 17 aves por metro quadrado.

empresa. Não podíamos abrir mão desse dado porque o acesso a esses produtores que haviam ampliado sua capacidade era fundamental. Precisávamos contrapor as informações coletadas entre esses e aqueles que não haviam efetuado tal aumento.

TABELA 33
Quantidade de Aviários, Capacidade Instalada em m², Capacidade de Alojamento (unidade), Participação da Capacidade de Alojamento do Município no Total: por Município - mar/2009.

Municípios	Qtde. de Integrados	Qtde. de Aviários	Capacidade. Inst. – (m ²)	Capacidade de Fornecimento – (un. De frangos)	Part. % da Capac. de Fornec. no Total
Francisco Beltrao	156	191	215100	3656700	25,78
Enéas Marques	52	66	83250	1415250	9,98
Manfrinópolis	40	46	53400	907800	6,40
Santa Izabel do Oeste	30	39	52100	885700	6,24
Marmeleiro	34	46	51900	882300	6,22
Ampere	30	37	45790	778430	5,49
Itapejara do Oeste	29	39	42900	729300	5,14
Nova Esperança do Sudoeste	24	35	42600	724200	5,10
Flor da Serra	25	33	39600	673200	4,75
Verê	29	35	38400	652800	4,60
Renascença	20	30	35400	601800	4,24
Realeza	15	20	28390	482630	3,40
Salgado Filho	20	21	25500	433500	3,06
Pato Branco	11	16	20600	350200	2,47
Bom Sucesso	8	11	15600	265200	1,87
Dois Vizinhos	9	12	15496	263432	1,86
Coronel Vivida	8	11	12300	209100	1,47
Vitorino	3	4	5400	91800	0,65
Pérola do Oeste	4	5	5100	86700	0,61
Salto do Lontra	3	3	3600	61200	0,43
Bela Vista da Caroba	2	2	2100	35700	0,25
Total	552	702	834526	17114342	100

Fonte: Relatório Empresa – 2009. Elaborada pela autora.

A esse respeito é importante, no entanto que façamos algumas observações. A existência de um total de 552 produtores integrados contra 702 aviários evidencia – tal como mencionado anteriormente -, que alguns produtores possuem mais de um aviário. Encontramos no relatório situações diversas: alguns produtores com um único aviário

de 600 metros quadrados e outros produtores com capacidade instalada de mais de 4800 metros quadrados divididos em 3 ou 4 aviários. Num caso específico – e único – o produtor com uma capacidade total instalada de 6850 metros quadrados, distribuído em cinco aviários de dimensões que variavam de 1200 a 1750 metros quadrados.

Nesse aspecto da capacidade instalada por produtores é preciso ratificar que nos deparamos com uma dificuldade em especial, pois diversas eram as situações passíveis de ocorrer. Ora, poderia haver produtores com mais de um aviário, mas com capacidade instalada em metros quadros e de alojamento/fornecimento inferior a outro(s) produtor(es) que tivessem apenas um aviário. Por exemplo, um produtor com dois aviários de 600 metros quadrados contra outro, com um único aviário de 1500 ou 1750 metros quadrados. Por sua vez, a condição deste primeiro produtor poderia indicar várias coisas: que ele era um produtor mais antigo e que construiu um segundo aviário enfrentando (ou não) restrições financeiras, apenas para se adequar aos padrões mínimos demandados pela empresa na época; que ele já tinha aquela capacidade instalada quando foi incorporado pela Sadia e que não a havia alterado, já que ela atendia à estrutura mínima exigida pela empresa integradora; que ele permanecia com a mesma capacidade instalada - e indisposto a ampliá-la -, em função de trabalhar no limite máximo da disponibilidade de mão de obra familiar. Enfim, essas respostas só poderiam ser obtidas na pesquisa de campo.

Em face do mencionado e das diversas questões que surgiam consideramos que a capacidade instalada e não o número de aviários era o elemento mais importante. Desta forma, optamos por relativizar a importância do número de aviários e dar maior importância à capacidade instalada do produtor para definirmos o tamanho da amostra e as cidades que ela abrangeria. Por meio dela teríamos certamente, acesso a inúmeros casos de produtores com apenas 01 ou mais aviários. Por meio de tais casos, uma diversidade de informações viria evidentemente à tona, e abriria perspectivas para a análise e a compreensão da condição do produtor integrado.

Convencidos de que estávamos adotando critérios pertinentes buscamos conjugar para a definição da amostra os seguintes dados, segundo a ordem de importância que havíamos estabelecido:

1. A capacidade de alojamento/fornecimento de frangos dos produtores integrados;
2. A quantidade de aviários numa distância máxima de 120 Km entre estes e o frigorífico de abate em Francisco Beltrão ;
3. A quantidade de produtores integrados presentes em cada município.

Verificamos que para cada um desses pontos, se considerássemos os dados em ordem decrescente – como fizemos na tabela 01 e 03 teríamos uma disposição diferente dos vinte e um municípios para cada um deles. Vejamos como ficariam ordenados apenas os cinco primeiros municípios.

- Pelo critério um, a disposição seria: Francisco Beltrão, Enéas Marques, Manfrinópolis, Itapejara do Oeste, Santa Izabel do Oeste;
- Pelo critério dois, a disposição seria: Francisco Beltrão, Enéas Marques, Manfrinópolis, Marmeleiro, Itapejara do Oeste e Nova Esperança do Sudoeste;
- Pelo critério três, a disposição seria: Francisco Beltrão, Enéas Marques, Manfrinópolis, Marmeleiro e Ampere.

Se quiséssemos uma amostra que agregasse os três critérios teríamos que considerar apenas os três primeiros municípios, haja vista que Santa Izabel do Oeste e Ampere violavam o critério do distanciamento máximo de 120 quilômetros. Nosso interesse era conferir representatividade à amostra e verificamos que para todos os pontos os três municípios eram representativos. Juntos significavam 42,16% da capacidade instalada e de alojamento/fornecimento de frangos; 44,93% do total de produtores e 43,16% do total de aviários integrados presentes na região.

Mencionamos que uma das preocupações desta segunda etapa da pesquisa de campo era contemplar produtores com graus variados de capacidade de alojamento/fornecimentos, daí termos estabelecido este ponto como critério fundamental na definição da amostra. A tabulação dos dados do relatório demonstrou que os três municípios em questão asseguravam plenamente tal condição, bem como as diferenças topográficas – terra quebrada – mencionadas anteriormente. Neles encontraríamos produtores com um único aviário de tamanho mínimo - 600 metros quadrados e produtores com capacidade instalada igual ou superior a 4800 metros quadrados.

Havíamos definido, portanto, a área sob a qual incidiria a nossa amostra. No entanto, entendíamos que para a definição do número dos produtores entrevistados deveríamos considerar o total dos integrados da Sadia na região e não o total dos integrados da Sadia nos 03 municípios. Sendo assim, para conferir a representatividade numérica pretendida, separamos os produtores integrados do Sudoeste por faixas de capacidade instalada, e verificamos como eles nelas se distribuíam. O resultado foi expresso na tabela 34.

TABELA 34
Produtores Integrados de Frango no
Sudoeste Paranaense – 2009.

Faixas	Produtores	Part. % Prod.	Total
01) 600 a 900	93		16,88
02) 1200 a 1800	348		63,16
03) 2100 a 3000	86		15,61
04) 3300 a 4500	21		3,81
05) 4800 a 6850	3		0,54
	551		100

Fonte: Relatório da Empresa – 2009. Elaborada pela autora.

Pela tabela fica evidente que a grande maioria dos produtores integrados está situada nas faixas de menor capacidade instalada/alojamento, especialmente quando se leva em conta que o padrão mínimo dado pela empresa em 2009 era já de 1750 m². Esses números incitam uma série de questões, mas como nosso objetivo era apenas definir o número dos produtores a serem entrevistados, as reservamos para o local específico, haja vista que as respostas só seriam levantadas com a aplicação do questionário. Construímos uma nova tabela (35), nos moldes desta última, apenas com os dados para os municípios que haviam se enquadrado nos critérios estabelecidos para a definição da amostra e chegamos à tabela 07. O objetivo era verificar se a distribuição proporcional dos produtores nas faixas era semelhante ao obtido para a região como um todo.

TABELA 35
Produtores Integradas nos 03
Municípios Chave – 2009.

Faixas	Produtores	Part. % Total Prod.
01) 600 a 900	52	20,80
02) 1200 a 1800	159	63,60
03) 2100 a 3000	30	12,00
04) 3300 a 4500	8	3,20
05) 4800 a 6850	1	0,40
	250	100

Fonte: Relatório empresa – 2009. Elaborada pela autora.

A diferença maior seria na faixa I. No entanto concluímos que tal diferença era inclusive benéfica, haja vista que ela apenas expressava o fato de que os aviários menores eram os mais antigos, instalados quando tais medidas estavam dentro dos

padrões mínimos exigidos pela empresa. Restava-nos somente extrair de cada faixa um número de produtores a ser entrevistado. Para tanto aplicamos o percentual de 10% sobre o número de produtores de cada faixa da tabela 35 e obtivemos o número dos produtores (evidentemente arredondado) que seriam entrevistados em cada faixa. Faixa 01: 5; Faixa 2: 16; Faixa 3: 03; Faixa 04: 02²⁰²; Faixa 05: 02. Para o caso da Faixa 04 e 05 não respeitamos evidentemente o percentual de 10%.

TABELA 36
Produtores Integrados – Francisco Beltrão e
Enéas Marques: Distribuição por Capacidade
Instalada e Participação % no Total - Mar/2009.

Capacidade Instalada	Produtores	% no Total
600 a 900	43	20,77
1200 a 1800	131	63,29
2100 a 3600	29	14,01
3900 a 4800	3	1,45
5250 a 6850	1	0,48
Total	207	100

Fonte: Relatório da Empresa. Elaborada pela autora.

Estava, portanto definido o número dos indivíduos a serem entrevistados, 28. De forma aleatória, - mas respeitando os critérios estabelecidos elegemos os produtores que seriam entrevistados. A partir daí buscamos sempre que possível entrar em contato com o produtor por telefone e de forma antecipada, a fim de agendar um dia e um horário para a entrevista que não lhe causasse transtorno na rotina do trabalho, nos permitindo assim realizá-la sem contratempos e colhendo o máximo possível de informações.

O agendamento foi bastante rápido, a considerar pela dificuldade enfrentada junto à empresa. Neste ponto é interessante ressaltar que quando falamos com o representante da empresa, lhe informamos que visitaríamos os produtores. Neste sentido verificamos com ele se havia alguma restrição por parte da empresa e perguntamos se haveria necessidade de que a ele nos fizesse alguma carta de apresentação a fim de deixar o produtor mais tranquilo para a concessão da entrevista. Na época ele afirmou que não era necessário, pois o produtor tinha plena liberdade pra falar com quem

²⁰² No caso desta faixa e da seguinte a aplicação dos 10% resultaria em apenas 01 indivíduo a ser entrevistado. Decidimos nestes casos ampliar o número para 2 a fim de ter um pouco mais de segurança no resultado.

quisesse, mas destacou que o produtor apenas teria que se preocupar em não violar o código²⁰³ de ética que ele recebe quando assume a condição de integrado.

Apesar do discurso referido, em um dos agendamentos fomos barrados por um técnico da empresa, que se encontrava na propriedade no momento em que falávamos ao telefone com o produtor. Falamos por telefone com esse técnico e informamos que tínhamos realizado a entrevista na empresa e que o responsável regional pelo setor estava ciente do trabalho de aplicação dos questionários que estávamos desenvolvendo junto aos produtores. Apesar da nossa justificativa não houve alteração em sua decisão e o produtor preferiu não contrariar a posição do técnico.

Resolvida a questão partimos para a aplicação dos questionários junto aos produtores integrados. Foi ela que conjugada ao resultado da primeira fase e à análise do contrato nos permitiu elaborar o presente capítulo. A respeito da pesquisa de campo realizada com os produtores integrados de frango; com os produtores integrados de peru e com os ex integrados, cabe ratificar que já no planejamento da entrevista ficou definido que a entrevista concedida por cada produtor receberia apenas um número de identificação, ou seja, a identidade seria preservada. Por fim, antes de evidenciarmos estes resultados cabem ainda algumas considerações sobre o conceito mesmo da Integração.

7.2 DESINTEGRAR PARA INTEGRAR

Verificamos em momento anterior que a Teoria do *Agribusiness* estabeleceu o modelo básico de subordinação da agricultura, que passou a denominar de Integração. Dentro do referido modelo está bem definido – ainda que indiretamente – que o controle e a coordenação da produção não estão a cargo do produtor rural. Verificamos que o referido modelo acaba impondo – em função inclusive do próprio desenvolvimento capitalista –, um elevado grau de concentração ao capital (empresa) que controla/coordena a produção agropecuária. Tal fato colocando a agricultura em um

²⁰³ O código de ética que está disponível no site da empresa. Nele consta que o trabalhador não pode divulgar quaisquer informações de ordem técnica e/ou relativas à relação contratual que ele tem estabelecida com a empresa, mesmo depois de encerrado o contrato, sob pena de processos e indenizações. Daí a nossa preocupação em não identificar/nomear os produtores entrevistados, mesmo aqueles já desligados da empresa. É nesse sentido que as entrevistas e os entrevistados são apenas numerados.

perfil industrializado, o qual se intensifica ao longo do tempo e, como tal, vem acompanhado de mecanismos capazes de mensurar e “estimular” a produtividade.

Esse modelo que envolve, portanto uma agricultura industrializada - cujo controle da produção e da circulação do capital lhe escapa -, conjugada a indústrias tanto à montante, quanto à jusante – que tendem para elevado nível de concentração de capital, é que passa a ser denominado de Integração. O fato de que o controle da produção e da circulação de capital não estejam mais nas mãos do produtor, explicita a função atribuída à agricultura pelo capital, qual seja, a de ser produtora de matérias primas e absorvedora de capital, nos dois casos, servindo como espaço de valorização do capital.

A expressão material da Integração pode ser encontrada nas Agroindústrias, situadas tanto a montante quanto a jusante da produção agropecuária. A palavra integração sinaliza um sentido positivo, de somatório, de junção, igualdade. Ora, não se soma e/ou se junta o que não é igual – ao menos do ponto de vista formal. Se pensarmos do ponto de vista da própria Teoria do *Agribusiness*, a categoria pressupõe certa ambigüidade, vejamos: De acordo com ROY (1972, p. 03), “A Integração significa a junção de duas ou mais partes numa”.

Mas veja bem, a categoria não especifica a natureza desta junção, juntar por que e pra quê? É preciso ter em conta isto. No entanto, a razão da junção traz à tona mais estranheza, na medida em que revela que o Capital desintegrou para integrar. Ora, se considerarmos a produção camponesa tradicional, que sofreu a intervenção do capital via processo de modernização agrícola, verificaremos que ela era um clássico exemplo de uma agricultura integrada.

A típica unidade familiar da agricultura produz o alimento, o combustível, as instalações e as ferramentas necessárias, a alimentação e mesmo as roupas de que necessita. Apenas um número reduzido de suas necessidades exige o recurso ao Mercado. [...] O significativo, [...], é que esse tipo de agricultura envolve o trabalho da família em todas as operações relativas à produção, ao processamento, à armazenagem e à distribuição das mercadorias ali produzidas²⁰⁴. (DAVIS E GOLDBERG, 1957 p. 4).

O Capital, ao avançar sobre o espaço agrário via Revolução Verde, acabou desintegrando as funções outrora concentradas na unidade agrária. Promove-se por tal meio uma acentuada divisão do trabalho. A partir desta divisão, cabe à agricultura a função de produzir matéria-prima, mas não segundo a forma que lhe era específica. A

²⁰⁴ Tradução livre da autora.

partir da transformação ela deve produzir matéria prima segundo os moldes “exigidos pelo mercado”, o que por sua vez, significa elevar os índices de produtividade. Para tanto, é preciso adotar equipamentos específicos e produzir sob a orientação do capital que lhe compra a matéria-prima. Portanto, para produzir nos novos moldes é preciso integrar o que foi desintegrado. Integrar significa agora ter como centro coordenador da produção e, portanto, do trabalho a ser despendido na produção não mais a unidade familiar, mas aquela que lhe compra a matéria-prima. É esta que terá por “missão” recuperar a integração perdida.

7.2.1 A Subordinação do Camponês à Cadeia alimentar da Avicultura: as Formas Básicas da Integração

Conforme menciona a Teoria do Agribusiness as formas básicas da integração são 03: a vertical, a horizontal e a circular. Dessas depreendem-se várias outras. Nosso objetivo aqui é tratar da “quase integração”, variante da integração vertical, pois é nela que se encaixa a relação de “parceria” ou de “integração” – como chamada -, estabelecida entre o pequeno produtor rural do Sudoeste do Paraná e a Sadia. No entanto, antes de tratá-la especificamente, façamos uma breve conceituação das formas básicas já mencionadas.

A integração vertical ocorre quando se tem a articulação entre dois ou mais estágios sucessivos da produção e/ou distribuição sob o controle de uma dada empresa. Note, não é necessário que a empresa detenha a propriedade sobre todos estes estágios, ela apenas precisa ter o controle. A Sadia é um bom exemplo de integração vertical na cadeia da avicultura, pois ela produz a ração que será consumida pelos pintos de um dia que ela mesma fornece ao produtor integrado, ela realiza o processamento da matéria prima e a distribuição dos produtos dela resultantes. Há, portanto integração vertical, quando são firmados contratos entre dois ou mais estágios sucessivos da cadeia.

A integração horizontal ocorre, por sua vez, quando estágios laterais da produção ou da distribuição acontecem sob o controle da mesma firma, por exemplo, quando uma fábrica de rações firma contrato com outras fábricas de rações e por meio de tal instrumento submete a produção destas ao seu controle, têm-se um contrato de integração horizontal. Novamente, a questão da propriedade destes estágios não é fundamental, e sim o controle.

No que diz respeito à integração circular, ela retrata a junção das duas formas de integração anteriormente mencionadas, ou seja, se uma empresa estabelece contrato dos dois tipos, ela está realizando então uma integração circular.

7.2.2. Integração Vertical e Contrato de Produção: a “quase integração”

Mencionamos anteriormente que a integração pressupõe um acordo de fornecimento estabelecido e que são os estágios da produção e/ou da distribuição envolvidos neste acordo que a determinam como vertical, horizontal ou circular. O caso que nos ocupa aqui é o da avicultura, mais especificamente, o presente na região Sudoeste do Paraná, que tem por empresa coordenadora a SADIA. Esta cadeia em específico é caracterizada pelo estabelecimento de uma relação de integração vertical. O que nos interessa dentro da cadeia é basicamente a relação firmada entre a empresa e o pequeno produtor rural do Sudoeste Paranaense, que lhe fornece a matéria prima – o frango. Para apreendermos essa relação é necessário que tenhamos em conta o instrumento básico por meio do qual ela se realiza, qual seja, o contrato de produção.

O contrato de produção ou contrato de fornecimento é o instrumento básico por meio do qual se formaliza a integração. De acordo com Roy (1972), a integração vertical que a empresa estabelece com o produtor rural pode assumir diversas formas, mas trataremos apenas da forma que ele caracteriza como “quase integração”. A “quase integração” que vamos tratar aqui aparece materializada no instrumento contratual ou simplesmente no “Contrato para Produção Avícola Integrada (Frangos)” celebrado entre a SADIA S/A e os pequenos produtores “integrados” – à ela – do Sudoeste do Paraná.

Ao tratar da “quase integração” Roy (1972, p. 6) comenta que nos contratos assim caracterizados, “[...] o produtor deve observar rigidamente as normas estabelecidas no contrato, e permitir uma rigorosa supervisão de suas atividades [...]. A empresa contratante detém a propriedade dos insumos e do produto e se responsabiliza pela sua venda”. O mesmo autor reconhece que este tipo de contrato reduz a independência do produtor, mas supõe, que os benefícios são maiores, pela certeza da venda da produção. Vale observar, que se de um lado o produtor tem esta “certeza” da venda, ela representa, do lado da empresa, a garantia do fornecimento regular da matéria-prima. Portanto, mesmo aquilo que o autor menciona como vantagem para o produtor é, essencialmente, vantagem para a empresa integradora. Se agregarmos a isso

o fato de que a produção/o manejo da matéria prima é totalmente coordenado pela empresa, verificamos que essa vantagem fica ainda mais expressiva, na medida em que ela pode atuar sobre a produtividade e, conseqüentemente sobre o custo de produção da matéria-prima, bem como, sobre o preço de mercado do produto final, haja vista a sua representatividade no mercado – no caso específico aqui estudado.

Façamos então uma análise longitudinal sobre o instrumento formal básico da integração vertical estabelecida entre a Sadia e o pequeno produtor do Sudoeste do Paraná. Essa análise ocorrerá em paralelo com o material da pesquisa de campo e tem por finalidade evidenciar a razão de ser dessa pequena unidade familiar produtora para o Capital e, conseqüentemente, do trabalho que ela realiza a partir de uma relação social de produção que é específica. Conjuntamente utilizaremos também o material obtido nas entrevistas realizadas no Setor de Fomento, na unidade de Francisco Beltrão.

7.3 O PEQUENO PRODUTOR DO SUDOESTE DO PARANÁ: SUA FUNÇÃO PARA O CAPITAL

O instrumento contratual começa definindo quem são os sujeitos participantes do contrato, a Integradora e o Integrado. Ao identificar quem é o integrado ela ressalta a condição de que o integrado é possuidor do imóvel no qual está estabelecido o aviário, portanto, ele é um proprietário. Este elemento não é uma mera formalidade, na medida em que a propriedade – ainda que no instrumento apareça “posse” - assegura a estabilidade do fornecimento e se constitui como uma garantia para o acesso ao crédito bancário. A esse respeito, vale mencionar que vários financiamentos são efetuados via hipoteca da terra. Dentre os avicultores integrados ativos que foram entrevistados, pelo menos 03 haviam hipotecado a terra, a fim de acessar o crédito bancário para investimento no aviário e/ou na aquisição de implementos agrícolas. A propriedade do imóvel, da unidade rural é, portanto, uma condição para que se firme o contrato, fato sublinhado na entrevista realizada na empresa.

Para além da questão de facilitar o acesso ao crédito, a propriedade da terra é para a empresa uma garantia de que o trabalhador e sua família se voltarão de forma efetiva para extrair o melhor resultado do aviário. Ora, para colocar ou modernizar o

aviário o integrado tem que imobilizar uma dada quantidade monetária em instalações e/ou equipamentos. Há, portanto a necessidade do espaço físico e a necessidade do recurso financeiro, este último advindo na maioria das vezes do financiamento contraído no setor bancário – essa foi a situação que prevaleceu no estudo de caso. Mas, há que se considerar que o investimento no aviário é muito específico, ou seja, as instalações e os equipamentos têm um objetivo dado, não permite flexibilidade em sua utilização. Portanto, se as instalações do aviário e os equipamentos necessários à prestação do serviço à Sadia são seus, ele necessariamente fará o possível para evitar a perda do seu investimento. Caso ele o tenha realizado via financiamento bancário essa preocupação é potencializada, haja vista que – como mencionado anteriormente - não raras vezes a terra é utilizada como garantia do financiamento. Como se verifica, a situação do integrado é tal que ele necessariamente se empenha por meio do trabalho familiar no sentido de extrair o máximo de retorno do aviário.

Retornando à caracterização do integrado, é interessante observar que a empresa considera como integrado não somente o sujeito formal que assina o contrato, mas também a sua família, como fica especificado no item (a) da primeira página do contrato que diz: “O Integrado é pessoa física (proprietário e familiares) [...]”. Ora, o contrato de integração se firma entre a pessoa física, o integrado – que inclui não somente o proprietário formal da terra, mas a sua família, esposa e filhos – e a Sadia, pessoa jurídica. Por tal instrumento, o integrado se compromete a prestar um determinado serviço para a Sadia, engordar os pintinhos de um dia até o tempo do abate. Mas note, quando o integrado firma tal contrato, ele compromete não somente o seu trabalho, mas também o da família junto à Sadia, na medida que é pelo dispêndio do trabalho familiar que ele poderá prestar o serviço acordado. Quando a Sadia reconhece na figura do integrado não somente aquele que assina o contrato, mas também a família dele, ela está ressaltando que o que ela compra dele é a prestação de um serviço – materializado nos frangos em idade propícia para o abate – e este deve estar cumprido ao longo de um dado período. Não interessa a ela quanto de trabalho e/ou quantas unidades de força de trabalho da família foram utilizadas para tal fim. Ela formalmente não compra força de trabalho, o produtor e sua família não são seus assalariados.

Na seqüência, o contrato trata dos “Considerandos”, em outras palavras, das condições sob as quais ele é firmado. Nesta parte, a preocupação é evidenciar que há um interesse tanto da empresa quanto do produtor no acordo e que ambos possuem/reúnem as condições necessárias para firmá-lo. No caso do produtor, é condição necessária a

inexistência de acordo do mesmo tipo celebrado com outra empresa, haja vista que pelo contrato ele se *compromete* a ter a SADIA como única empresa fornecedora/compradora dos pintos de um dia. Uma segunda preocupação que aparece neste item é a evidenciação de que ambos têm *pleno conhecimento* do conteúdo do contrato e de que ele não é lesivo a nenhuma das partes. Reproduzimos na seqüência, tal como está no instrumento contratual:

As obrigações ora acordadas estão em perfeito equilíbrio econômico, tendo sido assumidas de acordo com os valores vigentes à época de sua contratação, foram *fruto de negociações amplas* e representam benefícios para ambas as partes, não gerando qualquer tipo de lesão às mesmas. (CONTRATO, 2008, p. 01, Grifo nosso).

Achamos pertinente reproduzir tal cláusula, em função do resultado discrepante a que chegamos na pesquisa de campo. Quando da entrevista junto à empresa, questionamos se havia por parte dela uma preocupação em explicar o contrato para o produtor integrado, se ela explicitava pra ele o que significava cada cláusula, haja vista inclusive que o grau de instrução formal do pequeno produtor do Sudoeste é baixo e que os instrumentos jurídicos em geral se utilizam de termos muitas vezes inacessíveis àqueles que não atuam diretamente no setor jurídico. De acordo com a empresa, os técnicos do setor de fomento promoviam uma “apresentação geral” do contrato, mas que esta era mais voltada para explicitar quais eram as obrigações do produtor, a forma do trabalho e a forma do pagamento. Em resumo, não havia essa explicitação cláusula a cláusula.

Diante de tal resposta, insistimos um pouco mais e evocamos a questão do pagamento. Mencionamos que as cláusulas que estabeleciam a forma pela qual se efetuava o pagamento, onde constava a fórmula do cálculo, as fórmulas de ajuste de valor, etc, haviam nos parecido bastante complexas, e que, portanto deveriam também parecer complexas ao pequeno produtor. Neste sentido, indagamos se a empresa ao menos neste aspecto se preocupava em *ensinar* – foi esta a palavra utilizada – o produtor como calculá-la. Em resposta, o entrevistado mencionou que “a forma do cálculo estava descrita no contrato” e que “não era obrigação da empresa ficar ensinando o integrado fazer conta”. Foi literalmente a forma como ele respondeu. Portanto, da entrevista com a empresa tivemos a seguinte impressão quanto ao aspecto do conhecimento do contrato por parte do Integrado: a empresa promovia a ele uma explicação geral das tarefas que ele teria que realizar, no entanto não considerava sua

“obrigação” fazer com que ele lesse e se inteirasse de fato do teor integral do contrato. De outra forma, parece-nos que seria um risco para a empresa explicar determinadas questões ao produtor, na medida em que elas poderiam trazer à tona não somente as *vantagens* da integração, mas também as *desvantagens*, tais como: o baixo valor pelo qual é acordada a prestação do serviço; o elevado controle sobre o trabalho desenvolvido no aviário e todo o reflexo deste sobre as demais atividades desenvolvidas pela unidade familiar; o risco assumido pelo produtor ao acessar recursos junto ao setor bancário para investir no aviário, na medida em que não há uma garantia da parte da empresa quanto à manutenção da sua demanda em relação ao serviço prestado pelo produtor integrado.

Mencionamos na parte inicial deste capítulo - quando tratamos da metodologia utilizada na aplicação das entrevistas -, que o diálogo com a empresa precedeu o realizado com o produtor. Dessa forma, quando os produtores em sua ampla maioria (25 dos 28) nos disseram nem terem lido o contrato, percebemos que as “negociações amplas” eram apenas uma expressão formal. Ora, se 25 não haviam lido, 25 não tinham conhecimento de fato do teor contratual em sua totalidade; das obrigações que haviam contraído; daquilo que deveriam cobrar da empresa; do que dela podiam pleitear; como calcular o resultado financeiro do lote ou como questioná-lo. As informações que tinham neste sentido advinham das conversas travadas com os técnicos do fomento e/ou com os demais integrados, também seus vizinhos.

No que se refere à forma de cálculo, dos 28 integrados na ativa que foram entrevistados apenas 01 afirmou saber como calcular o resultado²⁰⁵ do lote. Mas mesmo neste caso, é preciso observar que o parâmetro é dado a partir da média geral de conversão obtida pelo conjunto dos produtores (CAP – Conversão Ajustada Prevista), ou seja, os resultados dos produtores que entregam seus lotes alimentam semanalmente o banco de dados de um programa da empresa. Portanto, ao final de cada semana, a partir desses dados se chega a um resultado médio. É esse resultado médio que cada produtor que entrega o lote para abate na semana seguinte deve atingir. É essa a base a partir da qual se efetuam os cálculos para realizar o acerto dos lotes entregues na semana seguinte. Portanto, os dados que levam ao resultado médio de um lote são definidos a partir da pesagem dos lotes entregues. Como não há da parte do produtor

²⁰⁵ Uma explanação geral a respeito dos parâmetros que envolvem o cálculo do resultado financeiro do lote pode ser verificada na nota 210 ou, mais detalhadamente, no instrumento contratual que consta do anexo.

integrado um acompanhamento desse processo, o que se verifica é que o resultado médio que serve de base para que a empresa pague a prestação de serviços que lhe foi feita é pautada na confiança do integrado em relação à empresa. O produtor não tem de fato nenhum controle quanto à formação do resultado médio que vigorará a cada semana e, diante disso, considerando os compromissos assumidos e o investimento realizado, a sua preocupação é desempenhar o trabalho no aviário da melhor forma possível, com vistas a garantir que o resultado do seu lote não fique abaixo do resultado médio estabelecido na semana em que seu lote for entregue à empresa.

O fato de que os resultados médios sejam diferentes a cada semana, a impossibilidade dos produtores integrados de exercerem algum controle sobre tal resultado e ainda, a própria situação de comprometimento financeiro na qual é firmada a integração – na maioria dos casos - evidencia, por outro lado, a busca da empresa em incitar um processo concorrencial entre os produtores, que, por seu turno, leva a ampliações da produtividade, ou seja, os resultados em termos de conversão alimentar, a condenação de aves por perdas, o número de dias nos quais as aves ficam alojadas acabam evoluindo positivamente para a empresa, em face do aumento no cuidado, no dispêndio de trabalho que o integrado – e sua família -, dispensa ao lote. Diante de tal contexto, a empresa integradora acaba por rebaixar o custo de produção da sua matéria prima. Por outro lado, como o produtor integrado lhe presta um serviço, não lhe vende força de trabalho, portanto, o maior dispêndio de trabalho que o produtor concentrou no lote, permitindo reduzir, por exemplo, a idade do abate, ou a maior necessidade de dispêndio de trabalho familiar no inverno, nada lhe custa a mais, na medida em que ela não compra força de trabalho do integrado, na medida em que ele não é seu assalariado. O interesse da empresa é o seguinte: melhorar os índices em termos de conversão alimentar, ou seja, mais peso com menos ração e em menos tempo. A empresa determina como os parâmetros técnicos das instalações e do manejo e incita o processo concorrencial entre os integrados, criando mecanismos que assegurem o envolvimento deles nesse, garantindo assim a regularidade do fornecimento de sua matéria-prima a baixo custo.

Voltando à questão do cálculo do resultado do lote, a respeito do produtor que afirmou saber fazer os cálculos, vale ressaltar que ele acrescentou com orgulho: “[...] mas claro que sei, eu sou técnico agrícola²⁰⁶”. A propósito, este foi um dos poucos que

²⁰⁶ Pesquisa de Campo. Produtor integrado de Frango 07.

se mostrou contente com o resultado financeiro dos lotes, afirmando que ao longo do tempo que trabalha com a SADIA não havia tido variações inesperadas no valor dos lotes, que era possível manter uma linearidade nos resultados da conversão e, portanto, no resultado financeiro e que somente “[...] os colonos ignorantes e que não trabalham direito, que descuidam do lote é que tem prejuízo, daí eles ficam culpando a empresa, mas a culpa é deles²⁰⁷.” A respeito do conhecimento da integralidade das cláusulas do contrato reproduzimos as falas de 03 entrevistados abaixo:

A gente sabia pelos técnicos o que a gente tinha de fazer. Mas eu não li não. Vixi é muita coisa. (PRODUTOR INTEGRADO 01)

Eu sabia do meu serviço. Do trabalho que eu teria que fazer no aviário, os técnico falava pra gente. (PRODUTOR INTEGRADO 09)

Não, o técnico chega ali e diz: tá aqui o contrato, assina que eu tenho que levar. Cê tá com uma dívida de 140, 150 mil no banco, ou você assina ou perde seu patrimônio. (PRODUTOR INTEGRADO 22)

Antes que prossigamos confrontando outros pontos presentes no contrato, com o material obtido na pesquisa de campo, é preciso retornarmos a algo já ressaltado. Na página de abertura do contrato se estabelecem os “Considerandos”, a partir dos quais se firma a “parceria” ou “integração”. Ali se afirma que a integração é do interesse de ambos, que as “obrigações ora acordadas estão em perfeito equilíbrio econômico” e ainda, que ambas as partes terão “benefícios”. Estas afirmativas nos provocaram várias inquietações, que foram traduzidas em questões que orientaram inclusive os diálogos efetuados nas unidades familiares, com os produtores. São elas: Há interesse de ambas as partes na integração, mas sob quais elementos se constroem esse interesse? Se a relação é vantajosa e não lesiva para ambas as partes, quais pontos podem de fato garantir essa vantagem? Que equilíbrio econômico é esse? Sob que forma ele se constrói?

Começamos então a enfrentá-las. Quando nos defrontamos com os diversos homens e mulheres que representam o produtor integrado à Sadia no Sudoeste do Paraná, percebemos que o interesse na integração da parte do produtor integrado foi construído em grande parte em função do contexto do qual ele faz parte, ou seja, pequeno produtor rural, com área de terra disponível para cultivo pequena, praticando

²⁰⁷ Idem.

na maioria dos casos uma lavoura voltada para o consumo na propriedade, com eventual venda de excedentes. Esta situação pode ser espelhada nos seguintes dados: Dos 28 produtores integrados apenas 04 produziam além do milho para consumo na propriedade, a soja e/ou trigo para ser entregue na cooperativa. Desses 04, 02 arrendavam terra de vizinhos para produzir as referidas lavouras e mantinham ainda a produção de leite também sob a forma de integração, e 2 tinham maquinário próprio (trator e colheitadeira), que além de ser usado na propriedade era alugado para vizinhos. Os demais 24 mantinham o cultivo do milho, de alguns tubérculos, verduras e frutas e a criação de animais, sobretudo para consumo na propriedade, à exceção de aves de qualquer espécie, sendo esta uma prerrogativa da empresa quando firma o contrato de parceria/integração. Dentre estes 24, 03 também mantinham a produção de leite sob forma de integração.

Apesar de intuirmos a razão da integração, dado o contexto que expusemos no parágrafo acima, os questionamos quanto à razão que os havia movido a se integrar à Sadia. Foram várias as respostas, mas todas caminharam no mesmo sentido – acreditavam que poderiam melhorar a renda da família, haja vista que o tamanho da área da propriedade propícia para cultivo era muito pequeno (dos 28 produtores, 4 possuíam mais de 20 e menos de 25 ha de terra cultivável; 03 até 05 há; os demais de 06 a 20 ha). Nos diálogos, surgiram as expectativas e as esperanças que nutriam quando iniciaram a integração, bem como a justificativa do porque buscar inserir na unidade familiar outra atividade, no caso a avicultura. Nesses relatos ficou evidente que a busca de uma renda mais regular foi um dos motivos que os levaram à integração, diante do sempre incerto resultado da lavoura, tanto no que diz respeito ao fator climático, quanto ao comportamento do preço. Abaixo transcrevemos algumas das respostas:

Na verdade eu sentia necessidade de modificar o tipo de renda, de melhorar um pouquinho a condição da nossa família. *Queria dar estudo pros dois meninos né, pra eles não ter que bater cabeça como a gente. Eu também não queria ser empregado.* Indiretamente a gente é igual né, mas ... Daí que fui procurar a Sadia, eles vieram me visitar e acharam que era possível fazer a parceira. (PRODUTOR INTEGRADO 09)

Na verdade nós tinha intenção, a gente achava que podia aumentar um pouquinho a renda de casa. Mas foi eles que nos procuraram. Os vizinhos sabiam que a gente tinha interesse e comentaram com os técnicos e daí o técnico correu aqui. Daí ele foi fazer uma pesquisa com os vizinhos, se nós podia construir, se nós cuidava bem, se nós trabalhava. Primeiro eles foram ver isso antes de dar vaga pra nós construir. Daí todos os vizinhos confirmaram né, disseram “não, ali são trabalhador, pode fazer”. Daí foi

construído e até hoje tamo com o aviário. A gente queria ter outra opção de renda. A gente queria melhorar. (PRODUTOR INTEGRADO 11)

Na verdade a gente não tem outra alternativa. Nós não têm outra opção. Se não tivesse o aviário não tinha sobrevivência pra nós aqui na terra. Pra produzir leite não dá porque não tem terreno pro pasto, lavoura também. E o leite além da terra tem a mão de obra, que exige mais que do aviário. E não têm mão de obra. É só eu a muié e o fio. Porque o aviário se chove ou não você tá coberto. A vaca de leite você tem que ir na chuva, tem que ir no barro. A vaca se você não fazer silagem pra ela não se desgastar muito não adianta. Plantar essas graminhas comum aí achando que vai dar bom pasto não funciona. Daí vem custo porque a vaca não tá bem nutrida e ela começa a dar problema, onde que não vai render. Então, mesmo que eu tivesse terra pra fazer pasto ou silagem e se eu tivesse como escolher entre leite e aviário eu ia pro aviário. (PRODUTOR INTEGRADO 18).

No começo o nosso objetivo em relação ao aviário era o adubo, o adubo pra pastagem do gado e coisa, o que ia diminui o nosso custo com as vaquinha de leite. Na verdade no começo foi isso. Foi mais uma tentativa. Porque é um capital assim *que você não pega dinheiro teu assim pra fazer ele*. Foi financiado, financiemo tudo. Então é dinheiro do banco, vamos dizer. (PRODUTOR INTEGRADO 27).

Diante das respostas, fica evidente que a lógica que move esse pequeno produtor não é a mesma que move o empresário, o capitalista. O que ele espera essencialmente é melhorar a condição de renda da família pra que ela possa usufruir de melhores condições de vida, como é o caso, por exemplo, do integrado que mencionou a intenção de dar estudo para os filhos. A lógica que os move pode assim ser identificada na busca do equilíbrio familiar, ou seja, promover o melhor nível de consumo e bem estar para a família, considerando evidentemente a quantidade de trabalho da qual podem dispor. A busca por ampliar a renda, gerando inclusive um excedente é movida por outros objetivos. Ele não tenciona aplicar seu eventual excedente contratando mão-de-obra. Ele não pretende transformar-se em um capitalista, como parece ser o caso do “Agricultor Familiar” de Abramovay. Ele busca sim produzir um excedente, mas este não implica numa acumulação capitalista. As atividades na propriedade estão limitadas pelo número de pessoas da família que podem trabalhar na propriedade. Dentre todos os produtores entrevistados, apenas 02 possuem um funcionário regular, mas mesmo assim, a relação que mantém com estes é de parceria, ou seja, moram na propriedade e ajudam no serviço geral da propriedade, inclusive no do aviário, pelo qual ele recebem - num dos casos 20% e no outro 25% do resultado líquido do lote.

Apesar de verificarmos que a lógica que movimenta esses produtores, no interior da unidade familiar se aproximam da mencionada por Chayanov - como descrito no capítulo inicial -, não podemos deixar de mencionar que os condicionantes da sua

decisão de firmar o contrato de integração estão relacionados com a capacidade da propriedade - dada as suas características em termos de extensão e de especificidade do solo - de lhe gerar renda. Esses refletem, por sua vez, a problemática da distribuição de terras no Brasil, o fato de que o desenvolvimento capitalista tenha internamente se construído a partir de uma distribuição de terra extremamente desigual. A região Sudoeste do Paraná é apenas um retrato deste desenvolvimento. As transcrições anteriormente mencionadas revelam ainda que a decisão pela integração foi condicionada pela própria inserção desses sujeitos, de suas unidades familiares no sistema econômico que os abarca. Ou seja, ainda que a lógica que os faz movimentar-se dentro da unidade não seja a do capitalista, as decisões que ele toma são condicionadas pelo desenvolvimento desse sistema econômico de produção que é dominante e que o envolve. Quando o entrevistado 09 argumenta que através do resultado oriundo da integração ele esperava “dar estudo pros dois meninos né, pra eles não ter que bater cabeça como a gente” e que também queria evitar a condição de “ser empregado” o que verificamos é, a atualidade dos dois paradigmas - o de Lênin e o de Chayanov - para se tratar a questão do pequeno produtor integrado no Sudoeste do Paraná. Ora, o estudo dos filhos se coloca como uma demanda da família, que para ser atendida exige a organização da unidade familiar e dos trabalhos que nela são realizadas com vistas a atender tal demanda, levando-se em conta, no entanto, a disponibilidade de trabalho na família. No caso específico desse produtor, a disponibilidade de mão de obra se resume a ele e à esposa, dessa forma, as atividades foram e são desenvolvidas levando em conta esse número. De outra forma, ao priorizar a formação dos filhos - que não vivem mais na propriedade, que já são formados e vivem na cidade - esses produtores tomaram decisões que indicam que a terra que até então atendeu as necessidades postas pela família, não encontrará na mesma família a continuidade da de tal estrutura organizativa da produção. No caso específico desse produtor, ele deixa claro que manterão a terra apenas enquanto possam trabalhar, pois os filhos têm outras profissões e não pensam em voltar para o campo. Portanto, ao mesmo tempo em que as decisões desse pequeno produtor explicam a sua permanência na terra, na medida em que elas tenham levado a organizar o trabalho na propriedade, a envolver-se em determinadas atividades, como a avicultura, com vistas a evitar a sua proletarização e atender as necessidades da família, elas também evidenciaram que ele está inserido num sistema econômico tal que reflete sobre ele a sua tendência mais geral. Mas veja, o movimento é contraditório, pois ao mesmo tempo em que a decisão tomada por ele permite ao capital utilizar-se de seu

trabalho sob uma relação não tipicamente capitalista – firmada na integração – e, por meio dela, valorizar-se, ele também vai gerando o esgotamento da manutenção de tal relação, na medida em que os filhos não substituirão – nesse caso específico, o lugar do pai.

Se tomássemos as transcrições dos 03 integrados que foram mencionadas após a do integrado 09, poderíamos tecer várias considerações no mesmo sentido, confirmando a necessidade de se considerar os dois paradigmas para tratar da questão do pequeno produtor integrado à agroindústria, mais especificamente à Sadia, no Sudoeste do Paraná. Acreditamos, portanto, que não podemos tratar a questão da decisão da integração, amparados apenas na lógica do equilíbrio trabalho-consumo, proposta por Chayanov. Acreditamos que ela caberia integralmente apenas se o produtor tivesse de fato escolhas plenas, o que não nos parece ser o caso, diante dos condicionantes para a geração de renda advindos do tamanho e das características da propriedade e ainda, do fato essencial de que ele não se encontra isolado, ele não vive em um mundo à parte, ele integra a sociedade capitalista e as leis econômicas que a regem impactam sobre ele, inclusive – como mencionamos – a partir das decisões que ele toma.

Por outro lado, também entendemos que esse produtor ao inserir-se no processo de integração, evidenciou a sua resistência à condição de assalariado. Para evitar tal condição ele se integra, ele se torna “parceiro”. O que temos aqui é a contradição presente, é o indivíduo atuando na história. Ele não é um agente passivo, ainda que a sua condição ativa se reverta também em ganhos para O Capital. Como ressaltou Oliveira (2008) e Martins (1982), dentre outros, ele faz parte do processo de reprodução ampliada do capital, transferindo-lhe renda, sem, contudo manter com o capital uma relação tipicamente capitalista. Portanto, concordamos com Chayanov que a sua lógica é diversa da capitalista, mas não podemos reduzir a decisão da integração a uma questão de “escolha”, isolada do contexto externo que o rodeia, o de uma sociedade regida pela lógica da acumulação capitalista. A escolha plena só acontece, onde de fato existem alternativas diversas que garantam resultados positivos. O contexto que investigamos não nos mostrou esse cenário. Por outro lado, apesar da forma desfavorável sob a qual se dá tal escolha, o pequeno produtor prefere manter sua condição na terra, a sua condição de não assalariado, ainda que para isto ele tenha que se tornar “parceiro” do capital. No balanço do pequeno produtor, melhor parceiro que “empregado”. A esse respeito, cabe ressaltar que a parceria ou integração aparece para ele como algo que lhe confere maior liberdade do que a possuída pelo assalariado, na medida em que ele

trabalho no que é dele – é o que acreditam – e que eles não têm que cumprir horários rígidos. Apesar do trabalho no aviário e das condições do manejo serem determinadas pela empresa e ainda, do trabalho nas demais atividades da propriedade serem organizadas em função do trabalho no aviário, a maioria afirma que apesar do comprometimento que o aviário exige, eles não se sentem presos ao cumprimento de um horário, como seria o caso se fossem assalariados.

Como vemos, são vários os pontos mencionados pelo produtor integrado que explicam a razão da sua integração à agroindústria, no caso específico à Sadia. Todos envolvem necessariamente a conjugação dos condicionantes advindos da lógica que rege o capitalismo – que formam o contexto macro no qual ele está inserido, e a partir do qual ele decide - à lógica particular que o orienta. Do lado da empresa, por sua vez, o que encontramos foi a clara noção do porque integrar. Na resposta foram evidenciados vários pontos. Entendemos ser interessante destacá-los pela própria transcrição da fala do seu representante.

Pra empresa é vantajosa por vários pontos. Primeiro porque é mais produtivo do que se mantivéssemos a criação com trabalhadores assalariados. Nós temos alguns aviários com mão de obra assalariada e comprovadamente os da integração obtém resultados melhores; Segundo, a empresa não tem gasto com infra estrutura; Terceiro, com a integração ela pode atender com mais tranqüilidade o mercado. (PESQUISA DE CAMPO, REPRESENTANTE DA EMPRESA).

Evidencia-se assim que a contabilidade capitalista não coloca dúvidas sobre a rentabilidade da integração. Note, ele demonstra que há inclusive um comparativo estabelecido entre a produtividade do trabalhador assalariado e do integrado, e que o resultado deste aponta que ela obtém maior vantagem através da utilização do trabalho do produtor integrado. Esta resposta foi algo que nos chamou muito a atenção. Primeiro, pelo que o entrevistado mencionou, o comparativo foi estabelecido com base no ganho de peso das aves em um determinado tempo. Esse ganho de peso se mostrou mais favorável no caso do produtor integrado. Nesse sentido, ele classificou que o integrado é mais produtivo. Ainda que não estejamos falando de uma relação de exploração tipicamente capitalista – no caso do produtor integrado -, o que verificamos por esta fala é que há um instrumental capaz de mensurar – ainda que de forma aproximada -, os diferenciais de produtividade oriundos de uma relação não capitalista com uma capitalista. Ora, é perfeitamente possível para a empresa calcular o valor produzido pelo

funcionário assalariado e o valor produzido pelo produtor integrado, deduzir os custos²⁰⁸ que ela tem em cada caso e verificar por qual meio ela obteve maior excedente. Portanto, não há para o capital, nenhuma restrição em estabelecer uma relação de “parceria” que lhe seja tão vantajosa, ainda que ela não seja uma relação de trabalho tipicamente capitalista.

Se retomarmos Marx em Teorias da Mais Valia, quando nos aditamentos ele menciona que o Capital faz com que enxerguemos relações capitalistas mesmo onde elas não existem, verificamos que o que a empresa faz é justamente isto. No seu comparativo, ela busca mensurar se o trabalho do produtor integrado é produtivo, ou seja, ela idealmente transforma seu parceiro em assalariado para poder qualificá-lo como produtivo ou não. Em Marx, fica clara a impossibilidade desta relação, na medida em que o que define o caráter produtivo do trabalho é a forma como se estabelece a relação de trabalho por meio da qual acontece a produção. Mas, idealmente o capital realiza esta mágica. Por outro lado, em Marx não está de forma alguma negada, a faculdade do capital em utilizar-se de relações de trabalho não capitalistas para acumular. Neste aspecto, a relação estabelecida pelo processo de integração entre a Sadia e o pequeno produtor no Sudoeste Paranaense, parece nos exemplificar muito claramente, que esta prática está em pleno curso em nossos dias.

Por outro lado, não podemos deixar de mencionar que na entrevista o representante da empresa deixou claro que se a empresa tem vantagem na integração com o produtor. Na sua fala, o produtor também é beneficiado nesta relação,

[...] afinal ele tem garantia de recebimento, tem regularidade, não precisa ficar se batendo pra vender a mercadoria, ele têm assistência técnica, recebe a ração, recebe os insumos de que precisa, recebe o pinto de um dia. A empresa arca com 93% dos custos da produção e ele com 7%, é só ele trabalhar direitinho que vai ter bom resultado, porque a única despesa que ele tem é com água, luz, lenha, maravalha e veneno de rato.

Veja só que interessante o que na verdade reforça a vantagem da empresa é considerado por ela como vantagem do produtor. Neste sentido podemos considerar:

1. Todos os elementos citados são “fornecidos” ao produtor porque ele é o “fiel depositário” de algo que pertence à empresa, a matéria-prima. Portanto, lhe é

²⁰⁸Um comparativo em termos de rentabilidade, envolvendo o trabalho do integrado e do assalariado, mesmo desconsiderando a questão dos custos com capital fixo (que no caso da integração é enormemente reduzido para a empresa) se mostra mais positivo pela utilização do trabalho do produtor integrado, conforme informação obtida da entrevista realizada na Sadia, em Francisco Beltrão-PR.

fornecido para uso específico, para preservar a qualidade da matéria-prima que deverá ao final de um dado período ser entregue à empresa. É interesse dela, portanto, assegurar a integridade daquilo que lhe pertence. A esse respeito vale ainda acrescentar, que na medida em que a matéria-prima não pertence ao produtor, ele detém apenas parcialmente as condições de produção, o que por sua vez lhe atrela ainda mais à empresa. Ele não é fornecedor da matéria-prima em sua integralidade, ele apenas participa de uma das fases do desenvolvimento desta matéria-prima – a engorda -, ele cumpre uma das etapas do processo, tal como numa linha de produção. E, como vimos, para cumprir essa etapa ele efetua uma série de investimentos que, se adquiridos com recursos próprios devem por seu uso ter seu valor consumido; se adquiridos via financiamento devem ser utilizados com vistas a pagar o valor principal e os juros agregados ao financiamento.

2. A garantia de recebimento do produtor é, por outro lado, a garantia de fornecimento da empresa. Pelo contrato de integração ela se livra das sazonalidades, das variações de oferta e pode ajustar a produção da matéria-prima de acordo com sua percepção e com seus acompanhamentos do mercado.
3. Terceiro, ela tem o fornecimento garantido sem que para isto precise fazer investimento em estrutura física para a referida produção, o que é algo reconhecido por ela como de extrema importância.
4. Quarto, por ser receptora exclusiva da matéria-prima, portanto, monopsonica, com relação ao integrado e por atuar enquanto coordenadora/orientadora da produção, ela pode estabelecer regras, como inclusive previsto no contrato, que lhe assegure minimizar seus custos.

Outros pontos poderiam ser mencionados, mas acreditamos que estes sejam suficientes para que ressaltemos como de fato a Teoria do Agribusiness está incorporada no discurso da empresa. Os pontos que na realidade lhe asseguram vantagens é por ela considerada/colocado como vantagem real do integrado.

Avançando no contrato, não pudemos deixar de observar uma particularidade. O contrato é composto de partes distintas que falam de forma isolada das “Obrigações do Integrador (Empresa) e do Integrado”. São 09 as cláusulas que tratam da obrigação da empresa com o integrado enquanto que 23 as que tratam das obrigações do Integrado com a empresa. Se considerarmos as sub-cláusulas, no primeiro caso elas somam 11 enquanto que no segundo, para 65.

Evidentemente não tivemos como deixar de nos perguntar por que tamanha diferença, Procuramos inicialmente interpretar que tal diferença advinha da necessidade de explicar as práticas relativas ao manejo, o que demandaria um quantitativo evidentemente maior. No entanto, a leitura do contrato mostrou que ali não consta nada referente às técnicas de manejo, ou seja, não há nenhuma descrição do processo técnico, ainda que esteja explícito que o produtor deva efetuá-lo de acordo com as orientações da empresa, repassadas por meio dos técnicos do Fomento, que mantém constante contato com os integrados, por meio das visitas periódicas feitas durante o período de alojamento do lote. Portanto, as 23 cláusulas tratam especificamente de questões que:

1. Colocam a produção sob o controle da empresa, o que acaba implicando no condicionamento do próprio trabalho e do dia a dia do produtor nas demais atividades da propriedade;
2. Na prática limitam o poder de decisão do integrado no que se refere à produção no aviário;
3. Tornam o produtor integrado responsável por quaisquer prejuízos que o lote venha a sofrer, praticamente isentando a empresa de qualquer ônus;
4. Condicionam o produtor integrado a promover modificações na propriedade para cumprir normas de biossegurança em geral, necessárias à manutenção do aviário.

Não é nosso propósito ficar descrevendo os diversos aspectos técnicos que envolvem o trabalho do produtor integrado. Nosso propósito é explicitar de que maneira esta relação se mantém, qual o comprometimento do trabalho familiar, qual o impacto deste trabalho nas demais atividades da unidade familiar, que resultados financeiros advém de tal atividade, as tensões que envolve esta relação. Enfim, aspectos gerais que podem retratar como se materializa a subordinação do pequeno produtor ao capital, neste caso, representado pela Sadia, e que evidenciem o papel que ele representa para o capital.

Começemos pelo dispêndio de trabalho que ela envolve. À exceção de 02 produtores integrados, o trabalho utilizado no aviário era da família. Na maioria dos casos, demandava-se para a atividade o trabalho de pelo menos duas pessoas – geralmente o casal -, especialmente quando a propriedade possuía mais de um aviário, como por exemplo, dois aviários de tamanho médio – 1200 metros quadrados cada um. Neste aspecto, vale mencionar que dos 28 produtores entrevistados, 04 tinham

capacidade instalada superior a 2400 metros quadrados, os demais possuíam aviários com tamanhos que variavam de 600 a 1800 metros quadrados, predominando, no entanto os de 1200 metros quadrados.

De uma forma geral os entrevistados não consideravam o trabalho exigido pelo aviário como pesado. No entanto, foram unânimes em dizer que exige dedicação, exige visita constante ao aviário tanto durante o dia, quanto durante a noite – neste último caso especialmente no inverno -, mesmo que ele esteja totalmente automatizado. Houve o destaque de que esta rotina de idas e vindas ao aviário não cessa, é de “segunda a segunda”, havendo folga somente no intervalo entre um lote ou outro, quando há uma média de 7 a 10 dias antes de alojar o novo lote. Portanto, mesmo quando o aviário é todo automatizado, é preciso abastecer a máquina que aquece o aviário com a lenha, rastelar a cama, observar se está tudo certo com as aves, se não há um número de aves mortas que exceda o normal, etc. Se o aviário não for todo automatizado, ou seja, se o comedouro, o cortinado, o sistema de aquecimento/ventilação exigir trabalho manual, a dedicação do produtor integrado tem que ser ainda maior.

Com relação aos produtores entrevistados, apenas 04 (14%) possuíam aviários ainda considerados rústicos, nos quais o abastecimento de ração era ainda manual, por exemplo. A unidade familiar compromete assim parte importante do seu dia e condiciona as demais atividades em relação à atividade do aviário, já que para 100% dos entrevistados o aviário é considerado como a principal fonte de renda da propriedade. Para além dessa rotina de idas e vindas se estender pelos dias úteis da semana, ela prossegue também nos dias “santos²⁰⁹”, isso fica claro quando eles mencionam que não há domingo nem feriado, o trabalho é de segunda a segunda. Chamou-nos a atenção o fato de que para além de condicionar as demais atividades, o aviário exige que a unidade familiar organize a sua vida social em função do trabalho que nele se realiza. A família nunca pode viajar conjuntamente, sempre tem que ficar alguém pra tomar conta. Ficou marcada para nós a seguinte fala: “Quando eles tira o lote a gente aproveita pra ir na missa lá na matriz, que a gente gosta muito. Mas é só nesse intervalo, a gente aproveita pra ir na cidade, pra visitá um conhecido, depois tem que começá tudo de novo.” A mesma pessoa que fez esta afirmativa também mencionou o seguinte.

²⁰⁹ Expressão corrente entre os produtores integrados.

A gente não pode reclamá que o trabalho seja pesado. Não é não. E também, a gente tem liberdade. A gente vai lá de manhã, rastela, vê se tá tudo certo, se tiver alguma ave morta a gente cata e depois coloca pra compostagem. Depois a gente dece aqui toma um cafezinho. Quem é que na cidade, trabalhando num escritório, por exemplo tem essa liberdade? Aqui nós somo livre pra organiza o nosso tempo. Nós sabemo de nossa obrigação e se nós não cumpri nós é que somos prejudicados. Então não dá pra reclamá, é só trabaiá direitinho. (PRODUTOR INTEGRADO 05).

Transparece nesta fala a importância dada à manutenção da liberdade com relação ao tempo. O produtor associa a condição do assalariamento à prisão, à perda do direito de ir e vir. O trabalho na propriedade não é considerado sob este aspecto, ele se mistura com os pequenos prazeres de estar em casa, próximo da família, usufruindo de pequenas “regalias”, como por exemplo, tomar um cafezinho na hora que surgir o desejo. Essa aparente *independência* sobre si mesmo reforça todo o esforço do pequeno produtor em se manter no campo, proprietário das condições de produção, mais precisamente neste caso, de parte delas neste caso, com a *liberdade* de ser o organizador de seu dia de trabalho, de sua rotina, ainda que esta já esteja fortemente influenciada, condicionada pela atividade que pelo contrato de integração lhe ocupa, mas que não lhe subsume, pelo menos do ponto de vista formal, já que ele não é um assalariado do capital e que ao menos parte dos meios de produção lhe pertencem. E para todos os efeitos, o contrato permite desenvolver outras atividades – de caráter econômico-produtiva –, desde que, evidentemente não causem prejuízo à atividade do aviário. A esse respeito, vale ressaltar que foi comum encontrarmos produtores integrados desenvolvendo atividades alheias à do aviário. Uma em especial nos chamou a atenção, porque muito incentivada pela empresa, o plantio de eucaliptos. Ora, tal prática, além de minimizar os custos para o produtor integrado – e de forma indireta, a pressão junto à empresa quando do acerto financeiro do lote –, reforça o comprometimento ambiental da empresa, sendo mais um elemento a lhe adequar às regras exigidas das empresas que participam do comércio internacional. Vale destacar, que os programas de reflorestamento são um dos citados nos Relatórios Anuais da empresa, em espaço específico voltado para tratar do seu comprometimento com a produção sustentável.

A respeito do dispêndio de trabalho, transcrevemos abaixo algumas falas que demonstram a consciência do produtor à respeito.

Olha, bem agora, principalmente pela noite, porque de dia é mais quente então é um pouquinho melhor. Mas por esses dias agora quando não é lenha é botar ração, é rastelar, é o dia inteiro envolvido. Digamos que se o dia tem 24 horas, umas 12 nós ficamos lá. Dá pra dizer que a gente fica lá 12 horas.

Porque como eu disse, quando não é uma coisa é outra. Então você vive ali, não têm jeito. E é de segunda a segunda. E de fim de semana ou não sai ou arruma alguém pra ficar no teu lugar. Eu não arrisco. O aviário trabalha fechado. Dá uma queda de luz, morre cem por cento dos frangos. E não precisa meia hora, é dez minutos. (PRODUTOR INTEGRADO 09).

Agora no inverno a gente tem que ir pelo menos 03 vezes no dia pra abastecer de lenha, principalmente se os pintinhos for pequeninhos, se é um dia que esquenta e tem sol. Se é um dia de chuva tem que ir mais . E à noite é no máximo a cada 2 horas agora no inverno. Além disso a gente tem que mexer a cama, abrir espaço pra eles. Tem que fazer o fogo. É o dia todo em função. Mas agora melhorou porque sem ter que dar ração, estando automatizado ajuda um eito né. [...] Hoje, entre mexer a cama, rastelar, catar os mortos e fogo e tal, também tinha que vacinar eu nem di conta até meio dia. A tarde você folga cada pouco, mas o dia inteiro tem que estar indo lá. Isso é todo dia, inclusive sábado e domingo. (PRODUTOR INTEGRADO 11).

24 horas. Ainda que não se tenha muito trabalho devido à automação, as idas e vindas são o dia todo, especialmente no inverno porque tem que colocar lenha para o sistema de aquecimento. No inverno em média a gente tem que levantar pra ir lá três vezes à noite pra abastecer de lenha. O melhor mesmo é dormir lá no aviário. (PRODUTOR INTEGRADO 24).

Esse diálogo acerca do processo de trabalho trouxe outra questão à tona, o aspecto relativo à tecnologia empregada no aviário. Já tínhamos certa noção da importância dada pela empresa no quesito da técnica, fruto das visitas realizadas informalmente a alguns produtores com os quais estabelecemos certo vínculo de amizade desde que chegamos à região. As andanças pelas comunidades nos revelaram instalações grandes e modernas já do ponto de vista externo, o que evidentemente nos levava a concluir que também o eram internamente. A rusticidade do aviário do pequeno produtor de outrora, já não é mais a realidade predominante no Sudoeste do Paraná. Neste sentido, a pesquisa de campo que empreendemos quando da tese apenas reforçou tal aspecto, além de evidenciar outras nuances.

Quando travamos o diálogo com a empresa, ela ratificou que havia todo um trabalho dos técnicos do Fomento no sentido de mostrar para o produtor que quanto mais ele adotasse equipamentos modernos, mais eficientes, melhores seriam os seus resultados. No entanto, ele reforçou que não havia da parte da empresa nenhuma “imposição” neste sentido. A preocupação era com o resultado do lote. Se o produtor cumprisse com as questões de biossegurança, tanto ambiental quanto sanitária, não interessava a ela se o integrado possuía comedouro manual ou automático, se ele tinha sistema de aquecimento e de exaustão automático ou não, enfim, o importante era o resultado. Diante de tal resposta perguntei a ele como estava no geral o nível de automatização dos aviários na região, ao que ele mencionou:

Um percentual bastante elevado tem priorizado o investimento na modernização dos aviários, os produtores têm entendido que a modernização é vantajosa pra eles, poupa trabalho. Um ponto importante é que o governo tem disponibilizado linhas de crédito pro pequeno produtor, o que tem facilitado. Diante disto muitos têm investido. Mas sempre tem aqueles que são mais teimosos.

Partindo da sua resposta, questioneei se esse percentual de automatização elevado não interferiria no resultado final do lote dos produtores, haja vista que semanalmente a empresa calcula o CAP - Conversão Ajustada Prevista²¹⁰, que serve de base para o acerto dos lotes da semana seguinte. Ora, se o CAP levava em conta o resultado de todos os produtores, e se a automatização se estendia a um percentual significativo deles, parecia-nos evidente que isto se refletiria num CAP com melhor conversão alimentar. Esse CAP, conseqüentemente impactaria no conjunto dos produtores integrados e não somente nos que possuíam aviários mais automatizados. A partir de nossa colocação ele mencionou que até podia sim haver certa influência, mas que:

[...] o fator principal é a dedicação do produtor, o manejo mais cuidadoso. Nós temos casos de integrados com aviários totalmente automatizados mais que apresentam resultados inferiores a integrados que possuem aviários com comedouros ainda manuais, por exemplo. Então, ainda que a automatização seja importante e estimulada pela empresa, o essencial é o cuidado que o integrado dispensa no lote. E esse cuidado com o lote é uma característica muito marcante do produtor aqui do sul. O integrado do sul é muito mais produtivo que o do Mato Grosso, por exemplo, e lá os aviários são totalmente automatizados.

Com essa fala ficou claro que havia sim influência, mas que esta poderia ser contrabalançada – sob nosso entendimento apenas parcialmente -, com a maior dedicação do trabalhador, segundo argumento do representante da empresa. Por outro lado, o comparativo que ele fez entre os produtores integrados dos Estados do Sul e do Mato Grosso nos permitiu lembrar a contabilidade já mencionada por ele. Os produtores integrados do Mato Grosso possuem aviários totalmente diferenciados, com capacidade instalada muito superior aos do Sul. Lá, o trabalho que é despendido no aviário não é o do produtor e de sua família, mas o trabalho assalariado. Na entrevista, o próprio

²¹⁰ A conversão ajustada prevista representa o resultado médio em termos de quantos quilos de ração foi necessário para se produzir um quilo de carne. Ela leva em conta o resultado de todos os avicultores que entregaram lote na semana. Por esse resultado se chega a uma média, dada por programa informatizado. Será o CAP desta semana que dará o CAP a ser considerado no acerto do lote dos produtores que entregarem o lote na semana seguinte.

representante da empresa revelou que possuíam um integrado no Mato Grosso que sozinho detinha 100 aviários de 4800 metros quadrados cada. Ora, no sul um aviário de 2400 metros quadrados é considerado grande! Há, portanto um diferencial imenso entre estes dois integrados. A lógica que os rege é diversa.

O integrado do Mato Grosso em nada se aproxima do camponês descrito por Chayanov, a lógica que o move e a acumulação de capital que ele realiza é tipicamente capitalista. Para a empresa não há obstáculo em aceitar esse produtor do sul como parceiro, o que lhe importa é o resultado que ele lhe patrocina que, como vimos, é perfeitamente contabilizado por ela, mesmo que a relação de trabalho estabelecida entre eles não possa ser caracterizada como tipicamente capitalista. A contabilidade capitalista ainda assim calcula de forma ideal a sua “produtividade” e, por este meio, o converte em “trabalhador produtivo”, ainda que de fato não lhe caiba esse rótulo do ponto de vista teórico.

Portanto, apesar do discurso da empresa de que o maior peso está na dedicação do produtor, é claro para nós que a ampliação da automatização acaba impactando no CAP, ao conferir uma maior produtividade ao trabalho. Dessa forma, há uma tendência de que os produtores sejam incitados a realizar investimentos com vistas à modernização dos aviários. O próprio contrato deixa evidente que é necessário que ele se preocupe com a questão do investimento no aviário. Sob este aspecto, ainda que no contrato apareça que “é facultado ao Integrado, adequar ou não a propriedade, instalações e equipamentos para o desenvolvimento da atividade avícola e o aprimoramento qualitativo das aves entregues para o abate” (CONTRATO, p. 9), na prática o que acaba acontecendo é uma pressão velada pela adaptação. Essa pressão já é visível no próprio instrumento contratual, haja vista que antes do “poder de decisão” conferido ao integrado ele menciona uma série de “considerandos” que o instam à adaptação constante do aviário. Estes, evidentemente, não aparecem como demanda da empresa, mas do mercado. A empresa aparece na figura de solidária ao seu parceiro, que lhe orienta no sentido de impedir que a falta de informação o prejudique nos resultados. Ela reproduz assim o discurso teorizado tanto em Shultz, quanto mais tarde, pelos teóricos da Teoria do Agribusiness, já referenciada anteriormente. Vejamos:

[Considerando que:

- a) O mercado consumidor prima por produtos desenvolvidos sob a observância de normas de biossegurança, segurança alimentar, bem estar animal, rastreabilidade, ambiental e sanitária. A observância destas normas exige adequação da propriedade e bom manejo dos animais.

- b) O resultado da criação e terminação depende essencialmente dos cuidados dispensados pelo integrado aos animais. A adequação da propriedade, instalações e equipamentos para o desenvolvimento da atividade avícola e o aprimoramento qualitativo das aves entregues para abate, pressupõe investimento;
- c) As aves de melhor qualidade possibilitam maior poder de barganha perante o mercado consumidor, possibilitando, inclusive, melhores resultados econômicos na atividade avícola;
- d) A necessidade de se estabelecer as normas em respeito aos resultados econômicos obtidos em face das aves criadas e engordadas até terminação, e disponibilizadas, com maior valor agregado. (**CONTRATO, p. 9**).

Portanto, é *considerando* tudo isso que o integrado pode dizer sim ou não aos investimentos no aviário e à sua conseqüente modernização. Novamente nos parece que o contexto a partir do qual se realiza a “escolha” não é assim tão favorável. Mas, de qualquer forma, a sua lógica de decisão deve ser considerada. Efetivamente nos surpreendemos com as respostas. Acreditávamos que iríamos encontrar respostas que preponderantemente evidenciassem que não havia alternativa a seguir, que não a de realizar os investimentos necessários, acessando para tanto as linhas de investimento disponibilizadas, através do BNDES, pelo Banco do Brasil, pelas Cooperativas de Crédito da região, que conforme um dos produtores disponibiliza até “duzentos mil contos por CPF, pra investir no aviário”. (PRODUTOR INTEGRADO 01).

Mas, como dito, nos surpreendemos. Surpreendemo-nos com a lógica dessa gente, com o seu raciocínio simples, mas tão cheio de sabedoria. Surpreendemo-nos com a razão que move as suas vidas, com os valores que os cercam. Surpreendemos-nos por gente que tão sinceramente nos acolheu e nos fez entender que existe tanta riqueza onde ela materialmente quase não existe, ao menos do ponto de vista do Capital.

Questionamos cada produtor quanto à automatização do aviário, perguntando se a haviam feito e quando? Se pretendiam fazer outras? Também perguntamos se o aviário havia sofrido modificações estruturais e se eles tinham intenção de promover outras modificações neste sentido, ampliando a capacidade de alojamento. As respostas foram várias, mas em todas ficou evidente o seguinte: os investimentos são realizados sempre levando em conta a capacidade de trabalho na família. Ou seja, o investimento era realizado com vistas a economizar trabalho em face do número reduzido de pessoas na unidade de produção.

Na maioria das unidades familiares que entrevistamos, as atividades eram realizadas pelo casal e um ou dois filhos. A tendência verificada foi da evasão dos jovens do campo, ou seja, os filhos dos proprietários têm saído do campo pra estudar e não tem retornado a ele. Dos 28 produtores entrevistados 21 vivenciavam esta condição,

os filhos tinham saído pra estudar e viviam na cidade, tinham vidas independentes e não tencionavam voltar. Em alguns casos haviam se “formado” e já exerciam profissão em outros Estados – o que era dito com grande orgulho. Mesmo dentre aqueles produtores que ainda tinham os filhos em casa, estes eram poucos, 01 ou 02 que haviam ficado, os demais também possuíam sua vida, sua casa e não se envolviam com a atividade do aviário, atrelada à casa paterna.

Ou seja, na maioria dos casos a decisão pela automatização aparecia como forma de garantir a própria manutenção no campo, haja vista que a redução do número dos indivíduos envolvidos com o trabalho na unidade familiar vinha se reduzindo. Portanto, levava-se em conta a necessidade da família. Tendo em vista tal necessidade, passou a se priorizar a manutenção das atividades que garantiam a Renda necessária a atender tais atividades. Como na maioria das propriedades, 24 delas, o aviário era considerada como a Atividade Principal em termos de geração de Renda, a lógica era preservá-lo, daí a opção pela modernização.

No entanto, ainda que a maioria tivesse realizado investimentos relativos à modernização (25) e todos tivessem promovido mudanças de adequação e/ou ampliação da estrutura, apenas 04 (14%) se mostraram dispostos a continuar investindo em ampliação da estrutura física. A continuidade do investimento em automatização era algo não descartado, posta pela própria necessidade da propriedade e, de certa forma pelas constantes cobranças da empresa, afirmativa esta que inclusive contrariava a informação que nos havia sido dada pelo representante da empresa.

Portanto, o entendimento da decisão do produtor integrado só pode ser alcançado à luz da sua lógica e das condições sob as quais ela se realiza. A automatização não é empreendida por ele a fim de necessariamente aumentar a sua possibilidade de gerar excedente – ainda que ele visualize isto também -, e nem tão somente por “pressão” da empresa – mesmo que esta lhe exerça certa influência. A modernização é decidida como forma de manutenção da atividade, em face da redução na mão de obra familiar. A postura do produtor com relação à modernizar e/ou ampliar só pode ser entendida levando-se em conta a sua lógica particular, portanto, e o que a rege é a preservação da família sob a melhor condição possível, na unidade produtiva. Novamente podemos identificar aqui a especificidade da lógica camponesa, descrita por Chayanov. Abaixo segue algumas das falas que justificavam tal postura:

Ah sim, eles sempre estão solicitando alguma coisa. Eles pediram pra colocar as cortinas, mas ao mesmo tempo, nós temos com a cortina boa. Vai uns 3000 conto pra trocar as cortina cada aviário. Então esse dinheiro aí, pra nós deixar as outras que não vai ocupar... então deixa, vamos esperar mais um pouco. Eles também pediram pra cercar né, que é a biossegurança ao redor do aviário. Mas por agora a gente não vai fazer, a não ser que eles obrigue. Mas isso aí não é uma coisa só da Sadia, é o mercado que pede, o mercado estrangeiro tá pedindo. Agora aumentar o aviário nós não vamo, não temos mais gente pra trabaíá, é só eu e o mano. (PRODUTOR INTEGRADO 11).

Olha nós começemos com um aviário pequeno, depois dobramo o tamanho dele. Agora a gente não vai aumentar mais não. Aumentar pra quê? Uma que a gente não dá conta de mais trabalho e outra que dessa vida a gente não leva nada. Agora mudar os equipamentos de lá de dentro a gente procura sempre que possível fazer. Eles sempre pedem pra gente fazer melhorias, se adequar. Mas a gente sempre dá um passo de cada vez. A gente não fica fazendo dívida que não pode fazer. Faz pouco nós colocamo o cortinado novo e automatizamo o aquecimento e os comedouro. Mas nós fizemo isso pra melhorar o serviço pra nós. Porque só eu e a esposa tava difícil. Assim facilita a vida né. Melhorá financeiramente não melhorou muito não, a gente pelo menos não viu grande diferença. Apesar que eles deram uma ajudinha a mais por causa da adequação que a gente fez né. Eles dão sempre um incentivo pra quem melhora o aviário. (PRODUTOR INTEGRADO 01).

A gente fez outro aviário além do primeiro. A gente se adequou a tudo o que eles pediram Eles pedem, mas não obrigam ninguém a fazer. Na verdade se você se dispuser a fazer eles te ajudam. Geralmente os que reclamam estão nesses barracões ultrapassados ou não capricham. Porque a Sadia é assim, se você fez, se você tem o arco, se tá tudo automático e coisa eles também te ajudam. Agora quem é relaxado, daí não tem nada com eles. Mas também tem uma coisa. Eles pagam um tanto a mais pra você fazer o que eles querem, cercar por exemplo. Mas depois que todo mundo cercar eles param de pagar. Então é assim. Mas nós não pode reclamar, nossos lotes tem dado bom e o tamanho dos nossos aviários também tão bom. Pra aumentar mais a gente ia ter que contratar peão e daí não vale a pena. Agora no caso do segundo aviário nós aumentemo porque tinha condições, tinha mão de obra da família que dava pra utilizá, e daí juntô a fome com a vontade de comê e foi-se o boi com a corda, rrsrrsrrs. Num dia o técnico me encontro num bar lá na cidade e depois de uma cervejinha e outra ele me convenceu a construir. (PRODUTOR INTEGRADO 17).

Por outro lado, não se pode negar que a tendência verificada da redução na mão de obra familiar, da sua não renovação dentro da família, na medida em que os filhos têm priorizado outras ocupações, externas à propriedade rural apontam para a confirmação da tendência afirmada por Lênin.

No que se refere há questão da modernização dos aviários, pelas respostas verifica-se que há de fato certa pressão da empresa no sentido da modernização e da ampliação. Diversos produtores destacaram que a empresa sempre recomenda a ampliação com base no argumento de que o custo que ela tem para o técnico ir até lá fazer a verificação em 01 aviário é o mesmo que ela teria se ele fosse lá pra verificar 02. Essa pressão se justifica plenamente na lógica que rege a empresa e em todo o processo

de reestruturação ao qual ela se submeteu desde a década de 1990, e se expressa na constante referência em seus relatórios anuais à necessidade de cortar custos. Daí a sua preocupação em manter a maioria dos integrados mais próximos à unidade de abate, conforme se verificou na parte que discutimos os procedimentos metodológicos que nortearam a pesquisa de campo.

Os maiores custos de transporte enfrentados com aqueles integrados localizados mais distantes poderiam ser assim compensados com a ampliação da capacidade instalada destes. Este fato se confirmou na pesquisa de campo. Em resumo, toda a reestruturação por qual ela passou internamente foi estendida à sua relação com o integrado. Esse, ainda que sofrendo a influência da pressão da empresa toma a decisão pautado numa lógica que leva em conta o bem estar da família e não a acumulação por si só. Isso não quer dizer que o excedente não seja desejado, mas que ele se volta para aumentar o bem estar da unidade familiar e não para ser revertido em uma exploração do tipo capitalista. Ou seja, não necessariamente o pequeno produtor ao acumular algum excedente se transforma em capitalista. Não queremos dizer que tal transição não ocorra, tão somente que no estudo de caso que nos ocupa não a verificamos de forma significativa. Vale lembrar que dos 28 entrevistados, 02 apenas tinham em suas propriedades uma família que moravam na propriedade e ajudavam no trabalho do aviário, recebendo por isto um percentual que variava entre 20 e 25% do resultado bruto do aviário. Portanto, não podemos em nosso estudo de caso qualificar a maioria dos pequenos produtores entrevistados como agricultores profissionais ou empresários agrícolas.

A esse propósito, é interessante mencionar que quando estávamos agendando as visitas aos integrados tentamos marcar uma entrevista com o único produtor que tinha capacidade instalada superior a 4800 metros quadrados, pois soubemos que ele mantinha estes aviários basicamente com o trabalho de terceiros. Não obtivemos sucesso nas diversas tentativas do agendamento e os funcionários não tinham autorização para nos dar quaisquer informações. Soubemos que ele era um empresário do ramo do comércio e que não vivia na propriedade.

Assim, nos parece claro pelos resultados expostos, que ainda que a possibilidade da conversão do pequeno produtor em capitalista exista, ela de fato não tem se materializado, não para o caso estudado. Em nosso entendimento dois pontos a impedem: a lógica do pequeno produtor e a relação de produção ampliada na qual ele está envolto. Esta segunda, por meios dos resultados financeiros que auferem da relação

de integração estabelecida com a empresa acaba limitando a sua expansão e, por meio dela a sua acumulação.

A este aspecto, é preciso considerar que ao mesmo tempo em que a empresa o insta ao investimento, ela o leva por este meio a enfrentar uma série de custos a ele relacionados. Ora, as parcelas de financiamentos devem ser pagas e o pagamento exige que ele mantenha o aviário em pleno funcionamento – o que também é um objetivo seu -, portanto, a geração do excedente passa a ser direcionado em boa parte para o pagamento do financiamento. Este ponto revela um aspecto importante. As recomendações de adequação/investimento constante na modernização do aviário atuam não somente no sentido de ampliar a produtividade e melhorar a competitividade para a empresa, mas também como forma de atrelar o pequeno produtor a ela. Na medida em que ele promove as mudanças, e em quase 100% dos casos ela se dá via financiamento (apenas 02 produtores disseram ter realizado os investimentos com base em recursos próprios), ele acaba se “amarrando à empresa²¹¹”, inclusive pra que não perca integral ou parcialmente o valor investido no aviário.

Esta questão do investimento é tão importante que merece a insistência da empresa no contrato. O instrumento contratual busca pela inserção de incentivos financeiros garantir que o integrado faça os investimentos que o “mercado pede”. Neste sentido, ela estabeleceu o que chama de SSP - Sistema de Produção Sadia. Formalmente, é facultado ao integrado participar ou não dele, como aparece transcrito abaixo

Estando o Integrado disposto a adotar o Sistema Sadia de produção (SSP) e, por consequência, investir para criar e engordar até terminação, de forma a disponibilizar para a Sadia, aves de melhor qualidade, além das obrigações constantes no item 3, acima, obriga-se o integrado. (CONTRATO, p. 09-10, 23-26)

No entanto, a sua inserção a ele o submete a um acompanhamento constante, tanto no que diz respeito aos procedimentos, quanto no que se refere aos equipamentos e à condição das instalações internas e externas aos aviários. A lógica aplicada internamente na empresa é aqui estendida ao produtor em sua propriedade. Mesmo que ele detenha todas as condições de produção – o que não é o caso - e que a execute, ele não a controla. Este sistema de acompanhamento que é freqüente, é que dirá a cada lote em quais níveis do Sistema de Produção Sadia ele se enquadra e, por conseguinte qual o

²¹¹ Fala do Produtor Integrado 01.

percentual que ele receberá em função de tal quadro. O fato de que em um dos lotes o integrado cumpra com todas as condições exigidas para participar em cada nível, não significa que no lote seguinte ele continuará a estar apto. A cada lote os procedimentos e os equipamentos voltarão a ser avaliados, uma ou quantas vezes durante a permanência do lote a empresa julgar necessário. O recebimento do percentual pelo enquadramento nos níveis fica, portanto, condicionado às avaliações realizadas pela empresa. Não há, portanto nenhuma segurança efetiva de que o integrado receberá esse percentual de “incentivo”. Por outro lado, fica claro que esse mecanismo atua basicamente como forma de controlar o trabalho do produtor.

A esse respeito, vale observar que diversos produtores consideram que esses incentivos são na realidade mecanismos de manipulação e que não tendem a garantir uma remuneração permanente. O próprio contrato prevê que as exigências de adequação que qualifica o produtor em cada um dos níveis do SSP, seja o SSP Estrutural²¹² ou o SSP Procedimentos²¹³, possam ser alteradas pela empresa de acordo com a necessidade “imposta pelo mercado”. Ora essa imposição do mercado aparece sempre como algo muito subjetivo, afinal, como o pequeno produtor pode contestar isto? Portanto, o próprio contrato evidencia que esse mecanismo pode ser facilmente manipulado pela empresa.

Como dito, as entrevistas realizadas junto aos produtores evidenciaram que parte significativa deles tem consciência de que há essa possibilidade de manipulação e de que na prática a tendência é que eles deixem de ser pagos, ao menos com base nos parâmetros sob os quais foram construídos. Ou seja, o integrado entende que a partir do momento que a maioria esteja adequada às exigências de um dado nível, aquilo se torna o normal, portanto, o que era premiado por fazer a diferença passa a ser considerado corriqueiro, comum, obrigação do produtor em possuir/apresentar. Eliminam-se tais itens, que constavam das exigências, por já terem sido alcançados pela ampla maioria, e se estabelecem outros. E dessa forma, tudo começa novamente.

Daí você tem o barracão, se você põe o arco ganha mais 15%, se cercar ganha mais 10%. Daí eles pediram pra gente cercar. No mês que nós começamos o muro, naquele lote eles já deram 25% pra incentivar. Mas quando todo mundo tiver cercado eles cortam os 25% porque eles pagam pra forçar você fazer, quando todo mundo fizer não tem mais porque pagar. (PRODUTOR INTEGRADO 24).

²¹² Verificar no instrumento contratual em anexo, a partir da página 09.

²¹³ Idem.

A respeito da “amarração” indireta do integrado à empresa, pudemos verificar que apesar da presença na região de outras agroindústrias dedicadas também ao abate e ao processamento da carne de frango, havia entre os produtores integrados a crença de que não valia a pena deixar a Sadia por uma empresa menor. Um dos integrados fez a seguinte ponderação:

A Saída é a Sadia né. Pense bem, se acontece qualquer problema no mercado as outra que são menor e tudo vão quebrar, elas não tem a estrutura que a Sadia tem. Então é melhor a gente ficar com ela porque não é qualquer coisinha que vai derrubar ela não. Vê só essa crise que ela passou ai né. Nós praticamente nem sentimo nada, não houve nem demora nos alojamento. Por aí se vê né que ela é forte. E pelo que a gente sabe, um ou outro que saiu e foi lá pra CEVA²¹⁴, já tá arrependido e que vortá. Mas agora só se a Sadia quisé né. (PRODUTOR INTEGRADO 01).

Há, portanto um processo de construção da dependência do integrado com relação à empresa, tanto do ponto de vista econômico quanto do ponto de vista psicológico. Neste último caso, papel fundamental é desenvolvido pelos técnicos do setor de “Fomento” que por meio das visitas à propriedade estabelecem uma relação mais próxima com os produtores, ganhando sua confiança e sua “amizade” e por meio dela exercendo um processo de convencimento que atua no sentido de:

1. Mostrar ao integrado que a empresa só quer o melhor para ele;
2. Evidenciar ao integrado que o resultado financeiro depende exclusivamente dele;
3. Destacar que a empresa é líder, e que ele é privilegiado por fazer parte dela, por ser seu “parceiro”, quando “tantos” outros são rejeitados.

Com relação aos 03 pontos transcrevemos abaixo alguns comentários dos integrados que expressam muito claramente o quanto eles tem incorporado o referido discurso. No que diz respeito ao ponto três, destacamos que em transcrições anteriores já apareciam comentários que exaltavam o “poder” que a empresa tem.

Olha, eu acho que a melhoria depende mais do produtor integrado do que da Sadia mesmo. Como eu disse, acho que as variações dos resultados do lote depende mais da atenção que se dá ao lote. No meu caso eu praticamente consigo sempre passar dos resultados esperados. Mas a maioria dos integrados não. Só que eles não fala que eles largam o aviário e vão jogar

²¹⁴ Agroindústria presente na região.

bola no final de semana. E aí acabam falando que a Sadia tá roubando na conversão e coisa e tal. Mas na verdade é eles mesmo que não cuidam direito. (PRODUTOR INTEGRADO 07).

A Sadia se você fizer bem certinho do jeito que eles te mandam você tem lucro. Senão não teria tanta gente querendo aviário né. Olha, dá mais do que trabalhar de empregado né. Já tão até dizendo que vão começar cobrar por vaga né. Se o cara quiser colocar aviário vai ter que comprar a vaga. É o que tão dizendo por aí. (PRODUTOR INTEGRADO 06).

Nossa, a gente tem uma relação muito boa com os técnicos, de amizade mesmo. Pena que eles não ficam mais que dois ano, acho que a empresa tem medo de que a amizade aumente muito. Mas eles vêm aqui, toma café com a gente, explica pra gente direitinho como fazer pra melhorar. A gente vê que eles faz de tudo pra que a gente tenha bom resultado né. Mas Daí quando eles vão embora a gente fica triste, fica com saudade mesmo. Tá certo que de vez em quando a gente recebe um lote em que os pintinhos pesa menos, e ás veis o resultado não é tão bom. Mas a gente também não pode esperar receber só lote bom né. Hoje eu recebo um lote bom e o vizinho não, da outra vez é justo que ele receba um bom e eu não né. Então a gente não pode querer que o melhor venha só pra gente né. (PRODUTOR INTEGRADO 05).

Há que se ratificar que a visão que os integrados têm com relação à empresa integradora não é construída só a partir da relação estabelecida com os técnicos do Setor de Fomento. A representatividade econômica e financeira da empresa é divulgada constantemente na mídia mais comum acessada pela grande massa, nas agressivas campanhas publicitárias que ela constantemente veicula na imprensa. Por outro lado, a significação econômica da empresa na região acaba por enfatizar a impressão que é complementada e lapidada no contato estabelecido de forma mais próxima entre o integrado e os técnicos da empresa.

O exposto até aqui nos permitiu verificar que a forma sob a qual se estabelece o trabalho é totalmente coordenada e orientada pela empresa. Os materiais a serem utilizados, a forma do manejo, os investimentos e adequações necessárias, tudo se faz sob um rígido acompanhamento do Setor de Fomento. Não é somente a coordenação do trabalho, é mais que isso, o trabalho dedicado à criação, à engorda do frango – pinto de um dia -, nada tem a ver com a forma pela qual ele acontecia outrora, quando a atividade não havia sofrido a interferência do capital. Quando o capital adentra na atividade ele subverte, ele transforma a relação natural que envolvia o camponês em tal trabalho. Há uma subsunção real na medida em que o trabalho na terra e nas atividades caracteristicamente desenvolvidas no espaço rural é transformado, como é o caso específico da criação de frangos. No entanto, a subsunção real ocorre sem que a subsunção formal se efetive. É por subsumir o produtor que a empresa o condiciona à

realização das adequações/investimentos “exigidos” pelo mercado, o que combina perfeitamente com o discurso utilizado desde Schultz, quando se buscava justificar a modernização da agricultura via Revolução Verde, aprofundado depois pelos teóricos da Teoria do Agribusiness.

A nosso ver essa combinação de controle da produção e condicionamento do investimento marca uma estratégia da empresa no sentido de assegurar o seu fornecedor de matéria-prima. O discurso da empresa, no entanto, procura ratificar que as melhorias também se convertem em vantagens para o integrado, que se o integrado estiver lucrando ela também estará e que, portanto é interesse da empresa que ele cresça. No entanto, apesar desta relação ‘tão amistosa’, é preciso que o integrado entenda que existem muitos querendo ocupar o seu espaço. Pelo que podemos extrair das conversas com os produtores, este discurso tem surtido razoável efeito, ainda que ele não seja plenamente aceito.

Ora, a necessidade de imprimir o temor junto ao integrado possui sua razão de ser, ou seja, só pode ser compreendida se levada em conta a significância que possui este integrado para a empresa. Diversas são as pistas que indicam neste sentido. Primeiro, o próprio esforço empreendido no sentido do convencimento, executado rotineiramente e com a normalidade das relações de “amizade” que se firmam entre os técnicos da empresa e o integrado; Segundo, os mecanismos que visam proibir o integrado de expor assuntos referentes à integração que ele mantém com a empresa, o que está observado inclusive contratualmente. A esse propósito, vale lembrar que vivenciamos enfaticamente a ação de um destes mecanismos, quando um dos técnicos proibiu expressamente que um dos integrados nos recebesse para a entrevista; Terceiro, a ampliação do distanciamento no qual a empresa tem ido buscar a sua matéria-prima na região evidencia que de fato, o pequeno produtor localizado mais próximo não é descartável, situação esta potenciada pelo indicativo de estrangulamento futuro do fornecimento sob tal modalidade, haja vista a ausência de herdeiros da atividade, ainda que formalmente eles existam; Por fim, o próprio comparativo efetuado pela empresa entre o retorno do produtor integrado e do produtor assalariado de frangos.

De fato, há um lugar para esse pequeno produtor, no capitalismo, há um lugar para ele na Sadia. O desafio que se coloca para a empresa parece ser como garantir que ele o continue ocupando. Passemos agora à discussão da aferição da Renda da unidade Familiar.

7.3.1- Renda Bruta, Custos, Renda Líquida: a Contabilidade do Pequeno Produtor do Sudoeste do Paraná

Ao longo do período em que mantivemos contato com os produtores integrados, pudemos experimentar as diferenças em termos da concepção dos valores que lhes são essenciais, bem como, com relação à forma pela qual conduzem o seu dia a dia. O seu tempo é outro, as suas preocupações são outras. A sua contabilidade também é outra. Eles não enxergam a riqueza apenas sob a forma como a enxerga o capitalista. Eles não a visualizam apenas no dinheiro, no resultado das vendas externas do excedente da horta, do pomar, que realizam. Para eles a riqueza está em tudo o que produzem na propriedade, inclusive naquilo que não se transforma em moeda, naquilo que consomem. Daí a sua contabilidade do tempo, do dinheiro, da vida em geral ser específica. Daí a contabilização dos resultados financeiros da propriedade desconsiderar as características presentes na contabilidade da empresa capitalista.

Todas as unidades familiares que visitamos produziam na propriedade algum tipo de lavoura de subsistência. Todas tinham o cultivo de verduras e de frutas que atendiam (na maioria dos casos) em boa parte as necessidades da família, gerando ainda um excedente que era negociado na maioria das vezes na cidade sob duas formas: de porta em porta, onde mantinham já uma “cartela” de fregueses fixos, que não raras vezes compravam ainda no sistema da cadernetinha²¹⁵, pagando no final do mês; ou nas feiras semanais que aconteciam, por exemplo, na Praça da Igreja Matriz – como é o caso na cidade de Francisco Beltrão. Em alguns casos os “fregueses” se dirigiam até a propriedade pra comprar as mercadorias “fresquinhas”. Portanto, o que excedia da lavoura de subsistência se convertia em uma dada quantidade de dinheiro, que é pelo produtor considerado como uma entrada, uma rubrica que compõe a sua renda.

Por sua vez, os produtos da lavoura que ele consome não são por ele contabilizados, não entram no somatório formal da receita, mas eles têm efetivamente a dimensão de que possuem valor, e isto fica muito claro em suas falas.

Olha, o que salva nós é que a gente produz muita coisa do que a gente precisa, daí a gente não precisa gastá né. A gente tem aqui o feijão, tem a

²¹⁵ A cadernetinha nada mais é que a venda na base do fiado, da confiança. Ele entrega o produto e anota na caderneta – uma espécie de controle primário – a dívida do cliente, a quem ele sempre chama de “vizinha” ou “vizinho”.

batata, tem as hortaliça, tem o leite, tem umas vaquinha e uns porquinho que de vez em quando a gente tira um para carnear. E daí a gente vai levando, não falta nada pra nós. Não dá pra vivê com luxo, mas a vida é boa, a gente tá no que é da gente, a gente faz o nosso horário. Cê entende né o que eu quero dizer? (PRODUTOR INTEGRADO 01).

Aqui em casa é a muié que cuida da horta e que tira o leite. O que ela faz vendendo as hortaliça e as fruta, quando é época, é dela. Esses tempo mesmo ela fez um dinheirinho até bom e com ele acabou comprando umas coisa nova que ela queria lá pra cozinha. Daí ela ficou contente né. Então aqui em casa todo mundo se vira, todo mundo trabalha. Os filhos tão estudando fora, mas quando eles vêm de férias também têm que pegar no batente né. Enquanto a gente tiver força pra trabalhar a gente não sai daqui não. Agora nós temos consciência que estamos ficando velhos né. E daí eu não sei, os filhos não vortam pra cá não. Um deles tá se formando por esse ano e diz que vai ser professor de universidade, o outro também tá na universidade. Ih, eles nem pensam em trabalhar na roça, rrsrrsrrsrrsrrs. (PRODUTOR INTEGRADO 04)

Fica evidente, portanto, que mesmo não havendo quantificação do valor monetário no sentido estrito, eles reconhecem a existência de tal valor nos produtos que são por eles produzidos e consumidos. Por outro lado, os excedentes são de uma forma geral contabilizados, de maneira bastante simples. Um dos produtores tinha inclusive uma caixa com vários caderninhos, nos quais registrava tudo o que entrava de renda monetária, fruto das atividades desenvolvidas pelos integrantes da unidade familiar. Ele tinha registro de mais de 15 anos. De um lado Receitas, onde aparecia: venda da horta e do pomar, venda de leite, aviário, aposentaria da nona.... Do outro lado, as despesas: inúmeras poderiam ser citadas, mas chamou nossa atenção a presença de despesas que envolviam a conservação do aviário, que deveriam ter uma fonte de previsão (para fins de depreciação), mas que não existia segundo inclusive nos confirmou verbalmente o produtor.

Na contabilidade dos Custos não apareciam a mão de obra nem a depreciação, estas não eram vistas como despesa e como tal não havia uma reserva de valor mensal que a salvaguardasse. Os reparos exigidos no caso do aviário eram realizados conforme a necessidade, não havendo previsão de valor para isto. Foi isto o que encontramos na maioria dos casos. Mas houve exceções. Dos 28 produtores, 02 previam mensalmente os gastos com depreciação e sacavam uma dada quantia que era reservada para quando fosse necessário emprender os gastos. No essencial, foi a seguinte a contabilidade que encontramos, de um lado Receitas em Geral e do outro Despesas. O resultado líquido era o que garantia o conforto da família, a manutenção das condições das propriedade – o que incluía, portanto o desgaste dos equipamentos utilizados na produção em geral – e o investimento sempre pedido pela Sadia. O cálculo do pequeno produtor do Sudoeste

do Paraná nos remete à contabilidade do camponês de Chayanov. Apesar do distanciamento geográfico e temporal que os separa, a perspectiva que possuem tem grande semelhança.

Nossa preocupação, para além de verificar as condições nas quais ele estruturava a contabilidade da unidade familiar era também apreender o resultado líquido que ele obtinha no aviário. Nesse sentido, questionamos a questão dos resultados financeiros oriundos da atividade. Esta foi uma parte bastante interessante da entrevista. Até então muitos deles vinham afirmando que a relação com a empresa era tranqüila, que não havia nenhum problema com os técnicos, que eles eram bem tratados e que não tinham “queixas” neste sentido. No entanto, ao entrar no aspecto do resultado financeiro muitos deles revelaram severo descontentamento, o que evidenciou que o casamento não era assim tão feliz. Várias questões afloraram. Primeiro, um bom percentual deles, 21 dos 28, argumentaram que os lotes apresentavam muita variação de resultado de um para outro. Que às vezes eles esperavam um lote “fantástico” e na hora do acerto aparecia um resultado que “não dava pra acreditar”. Foram várias as expressões de descontentamento, reproduzimos algumas:

Ih, a variação é muita. O último que eu entreguei, eu entreguei com uma média absurda pela idade. Só que quando veio o resultado do lote eu fiquei com as pernas quebrada. Teve gente que entregou que a média deu a metade da minha e tirou muito mais que eu. Eu não entendo o que eles fazem não. Eu acho que é a tal da conversão ajustada que ninguém entende. É ali que eles fazem o dinheiro. Se você pegar e for descontando, descontando, o aviário não te dá nada. Na verdade tem gente que faz conta que o aviário dá dinheiro, mas ele não faz a conta do salário dele nem do que ele gasta pra trocar uma lâmpada que precisa aqui, outra coisa ali. No meu caso eu ainda tenho que pagar o financiamento, mas mesmo que tivesse pago eu acho que não dava grande coisa se fosse contar o meu salário. (PRODUTOR INTEGRADO 11).

Ah acontece muita variação, mesmo dentro de uma mesma estação. Tem lotes que você nem imagina que vai acontecer isso né, mas depois é só passando lá que você vai ver o resultado, que eles vão te explicar. Eu confio no que eles estão me passando, porque não adianta eu correr atrás disso, não compensa. É claro que se dá lotes ruins, tu vai ficar sentido. Tu vai ver que trabalhou os 30 dias, todos os dias e não deu o resultado que tu tava esperando né, mas são coisas que acontece. Mesmo que a gente fale, lamente, não é só com a gente que acontece. (PRODUTOR INTEGRADO 05).

Agora tem ocorrido pouco. Mas já aconteceu bastante. Dá diferença porque todo lote é diferente. Um lote nunca é igual o outro. Depende de muita coisa. Depende do cuidado, da qualidade do lote que a gente recebe. E também aconteceu uns problema muito grande com a Sadia. De um cara que aplicou muito dinheiro e perdeu tudo né. E daí, quem é que vai pagar o pato né? É sempre o avicultor né. Um pouquinho de cada um que eles tiram por lote eles vão recuperando esse valor né. É do boi que sai o coró né. (PRODUTOR INTEGRADO 04).

Mas dentre os 28 também encontramos ao menos 04 que se diziam plenamente satisfeitos. Possuíam aviários totalmente automatizados em comparação com os demais e faziam parte do SSP Sadia nos níveis mais altos. Orgulhavam-se de dizer do bom relacionamento que tinham com a empresa e de que o resultado financeiro que obtinham era fruto da sua dedicação ao aviário e da seriedade com que encaravam as recomendações e orientações dos técnicos. Um deles chegou a dizer que os que ficavam reclamando da Sadia o faziam por serem “colonos ignorantes²¹⁶”, que não dispensavam o devido trabalho ao aviário e depois queriam receber um valor que não haviam produzido. Reproduzimos abaixo uma das respostas que exprimiu a referida satisfação.

No meu caso quando acontece é pouca. Mas eu acredito que tais variações são mais em decorrência do clima, tanto no inverno quanto no verão. É daí que entra a dedicação do avicultor. Ele tem que estar atento pra controlar isto, pra evitar a variação da temperatura. No meu caso a climatização está automatizada, então a variação praticamente foi eliminada. Mesmo quando eu não tinha o aviário todo automatizado a variação que eu tinha era pouca, mas eu nunca descuidei do aviário e das orientações da empresa. Esse negócio que dizem por aí que alguns lotes já chegam ruim isso é mentira. É claro que pode acontecer de vir um pintinho menor, mas isso não vai interferir nada no valor. No meu caso nunca interferiu. Essa semana mesmo eu vou ir lá na empresa receber um prêmio de produtividade. Os vizinho fica tudo de olho, mas é fruto do trabalho. (PRODUTOR INTEGRADO 07).

Olha, uma vez ou outra que deu uma variação, mas depois que nós automatizamos principalmente, que fizemos as adequações que eles pediram, não tivemos mais resultados ruins. E tem outra coisa né, é nós que cuidamos do aviário e a gente não fecho o olho né, tá sempre atento. Agora teve uma época que nós pagava um peão pra cuidar do aviário. Vixi, meu Deus, era só lote ruim. Assim, depois que nós assumimos, que nós começamos a cuidar não tivemos mais variações, daí começamos a ganhar dinheiro com o aviário. Por isso que eu falo, a Sadia é assim ó, se você fizer o que eles pedem e se você trabalhar direitinho, você tem lucro com eles. (PRODUTOR INTEGRADO 28).

Encontramos em tais falas, portanto a expressão de duas realidades distintas. Mas mesmo no caso destes produtores satisfeitos, quando solicitamos que eles nos fizessem uma demonstração geral acerca da Receita Bruta do Aviário e dos Custos que enfrentavam, nos dando um panorama do resultado final, o que verificamos foi em pelo menos 02 deles certo constrangimento, ao verificar que se contabilizada a mão-de-obra a vantagem não era assim tão concreta. Vamos especificar apenas um dos casos, dentre os 04 que se mostravam satisfeitos, para ter uma noção de qual era o seu rendimento líquido, contabilizando como despesa apenas o salário, deixando inclusive de fora a

²¹⁶ Produtor Integrado 07.

depreciação. Cabe observar que levamos em conta o resultado médio dos últimos 3 lotes, o que incluía um lote de verão e dois lotes de inverno. Vejamos:

Tabela 37
Receita e Despesa de um Aviário de
1200 m²

Renda Bruta do Aviário	4500
Maravalha (cama para o aviário)	- 700
Lenha	- 1200
Luz	- 300
Renda Líquida	2300

Fonte: Pesquisa de Campo

No caso desse integrado, ele possuía um aviário de 1200 metros, com capacidade de alojamento média de 19200 frangos, 16 frangos por metro quadrado²¹⁷. As despesas que relacionamos foram as que a maioria dos integrados disse contabilizar sobre tal rubrica. Como já mencionamos, foram raros os casos que consideravam uma reserva mensal para depreciação. No caso da lenha, o produtor informou que gastava entre 30 e 40 metros de lenha por lote, pagando o valor de 40 a 45 reais o metro de lenha. Calculamos o gasto mínimo, 30 metros. Com relação à maravalha – material empregado para a cama do aviário - estamos contando apenas a reposição e não a troca inteira. Para a reposição ele comprava 20 metros ao custo médio de 35 reais o metro, o que dava 700 reais. Portanto, não se contabilizou mão de obra nem depreciação nem pagamento de juros do financiamento, nem outras despesas, com raticida, por exemplo. Ou seja, consideramos o melhor cenário. Esse rendimento equivale ao período de no mínimo 32 dias. Em média o lote fica 25 a 28 dias com o produtor. Quando se retira o lote é necessário fazer a higienização do aviário, o que exige de 7 a 10 dias. Dessa forma, o período mínimo seria 32 dias. Se repartirmos esse rendimento entre as pessoas envolvidas no trabalho do aviário, teremos que a renda individual líquida seria de R\$ 1.150,00.

²¹⁷ Cálculo feito a partir das informações constantes do relatório técnico que a empresa nos forneceu -- mencionado na parte que discutimos a metodologia. Ressaltamos que o representante da empresa nos informou que a média de alojamento de frangos por metro quadrado chega a 18. Como os números divergiam, resolvemos utilizar o resultado oriundo do relatório que tivemos acesso.

É preciso lembrar que o trabalho é executado de “segunda a segunda”, de dia e de noite, e que ainda que ele não seja contínuo, envolve boa parcela do dia de trabalho do produtor. Apesar do resultado, mesmo assim o produtor - apesar de relativamente constrangido - , disse que acredita ter uma renda boa, que ninguém que trabalha na cidade sem estudo ganha tal valor. Voltamos a ressaltar o que já fizemos em outro momento. Para além do processo de convencimento exercido pela empresa, essa postura também reserva outra racionalidade, na qual aquilo que é essencial pode ser obtido com a referida renda, o que, portanto, a torna “satisfatória”. O fato de que boa parte da subsistência seja produzida na própria unidade familiar, reforça ao produtor a impressão da “vantagem”, na medida em que ela de certa forma acaba em grande parte sendo uma renda “extra”, que pode ser utilizada para comprar certos “luxos”. E ainda, o fato de que a propriedade produza boa parte da subsistência, assegura que de fato essa renda seja para eles significativa, servindo, inclusive para acumular algum excedente.

Voltando no entanto às considerações quanto ao resultado financeiro obtido, se assumirmos a mesma postura da empresa e fizermos a contabilidade ideal que ela faz, buscando apreender o que o integrado representa para ela, comparativamente com o funcionário assalariado, chegaremos de fato à conclusão que o “excedente” de valor que ele gera para a empresa é significativo. Mas, apesar desta evidência, é claro para nós que teoricamente não podemos fazer tal relação e, a partir dela, qualificar o pequeno produtor integrado do Sudoeste do Paraná, como trabalhador produtivo, na medida em que ele não está formalmente subsumido ao capital, na medida em que ele não está numa relação de trabalho especificamente capitalista. Isso não nos impede, no entanto, de verificarmos empiricamente que ele faz parte da reprodução ampliada do capital, e que a forma pela qual a relação entre eles está estabelecida, implica que ele lhe transferira um excedente de valor. Nesse caso, ele transfere valor na medida em que representa menor custo de produção para o capital. Essa é uma das formas pela qual o pequeno produtor integrado participa do ciclo de valorização do capital.

Ainda a respeito da evidente vantagem que a empresa auferi nesta relação, é preciso mencionar outro ponto que nos chamou a atenção na conversa com os produtores e depois na análise do contrato. À exceção de dois produtores, todos os demais alegaram ter que pagar as despesas relativas ao carregamento do lote (que inclusive não contabilizamos no modelo simplificado, pela discrepância entre o que consta do contrato e a afirmação dos produtores). A informação que obtivemos da maioria dos produtores, foi que por ocasião da data do carregamento do lote eles

ligavam para o “gato²¹⁸” na cidade. Era este “gato” que tinha a equipe para se efetivar o carregamento. A grande maioria disse que até um lote anterior ao da entrevista esta despesa estava a seu encargo, mas que desde então a Sadia estava enviando as equipes de trabalho contratadas de uma firma terceirizada. No entanto, apesar de formalmente ser a dona dos frangos já em fase de terminação, e a contratante da equipe de carregamento, os integrados foram quase unânimes em afirmar que eles estavam pagando pelo menos metade desta despesa.

O contrato, por sua vez, coloca apenas a questão do transporte como de responsabilidade da empresa, o que deixa margem para a interpretação de que a apanha é de obrigação do integrado, apesar da irracionalidade que isto aparenta, haja vista que o frango pertence à Sadia e o integrado pagar pra devolver o que já é dela. As informações dos integrados foram que apesar da suposta mudança, eles acabavam na prática pagando por isto.

Sempre a gente pagava, agora neste último lote eles começaram a pagar. Eu sinto que eles começaram a pagar porque em pouco tempo eles teriam problemas trabalhistas porque as pessoas que carregavam não tinham nem um auxílio se se machucavam, não tinham nada, saíam de madrugada, eram bóias frias né. Tinha o chamado gato, por exemplo, alguém que morava no Pinheirão, e tinha lá um carro dele. Ele se denominava que tinha uma equipe. Ele cobrava da gente 150 reais, às vezes até menos. (PRODUTOR INTEGRADO 09).

A gente chamava 15 pessoas e saía do nosso bolso o pagamento. Tá certo que agora sai do mesmo jeito, a firma paga, mas desconta daí né. Porque eles descontam no lote. Porque se deu 3300 no lote eles descontam 300 de carregamento e vão mandar limpo né. Então mesmo que não apareça sou eu que pago. (PRODUTOR INTEGRADO 11).

Antes a gente que contratava a equipe e pagava. Agora é a Sadia que contrata e a gente paga metade. Eles diz que é metade. Mas fica mais caro agora que antes, quando a gente mesmo contratava. (PRODUTOR INTEGRADO 01).

A Sadia contrata a empresa e eles contratam o pessoal com carteira assinada e tudo. É uma equipe de 12 pessoas. O último lote a Sadia que pagou 100%. O pessoal diz que no fim das contas quem paga é nós. Mas isto não é verdade. (PRODUTOR INTEGRADO 07).

Como se verifica, há um desencontro entre a resposta de uma maioria e de uma minoria. Não identificamos nos borderôs de acerto de lote que tivemos acesso - que se encontra no anexo -, nenhuma rubrica de desconto que pudesse ser associada à apanha das aves, o que, portanto nos leva a supor que formalmente o pagamento seja feito pela empresa. Se somarmos as expressões de descontentamento, às diversas manifestações

²¹⁸ Que tinha um grupo de carregadores.

que ressaltam a compreensão de que a atividade que desenvolvem em parceria deveria ser melhor remunerada, e ainda, a tentativa ainda em construção – quando da pesquisa de campo – de se estabelecer uma associação dos produtores integrados da Sadia, constatamos que diferentemente do que alegava Kautsky, desenvolve-se formas de consciência ligada à sua atividade, diversa daquela que preside o empresário capitalista, ainda que de teor corporativo, sabem que é preciso construir alguma espécie de organização, que os represente, que os fortaleça, como ressaltou tão bem um dos integrados.

Sozinho a gente não é ninguém. Pra gente ter força tem que se juntar. Eu sei que em Chapecó eles montaram uma lá e tá dando resultado. Olha, se tiver uma associação bem coordenada e se eles chegarem na empresa e disserem que se não for assim ninguém mais aloja, daí é todo mundo. Por isso que tem que ter uma boa participação, 50 a 60% dos avicultores. Tão dizendo que vai ter até mais. (PRODUTOR INTEGRADO 09).

Acho que seria bom pra nós. Acho que eles lutariam mais pelo produtor. De janeiro pra cá começaram a fazer reuniões. Mas uns outros anos atrás já tentaram fazer e a Sadia interferiu. Tem um vizinho aqui que foi numas 3 reunião, mais ainda não tinha diretoria, eles só tavam conversando pra montar. Daí os técnicos disseram para ele que se fosse em mais reunião eles não iam alojar mais. Foi o que nós soubemos. Mas acho que tem que participar porque daí é mais direito pra gente, a associação vai lutar pela gente. (PRODUTOR INTEGRADO 11).

Fica evidente nos textos transcritos da entrevista que alguns produtores têm consciência de que precisam se organizar. O caminho neste sentido está em construção, envolve os movimentos e decisões diárias de cada homem e mulher que compõe a unidade familiar dessas pequenas propriedades. Envolve a decisão de participar ou não de uma reunião com vistas a discutir a possibilidade e a necessidade de se construir uma associação que os represente. Envolve a decisão de enfrentar as restrições impostas pela empresa, pois a Sadia, apesar de apresentar-se como quase independente do integrado, mostra nas pressões que exerce a sua dependência.

A empresa para o produtor representa por meio da integração não somente um agente que lhe submete, lhe subverte, mas que por tal relação lhe possibilita manter-se “independente”, dono de si mesmo, da sua terra. Entendemos que a integração com a empresa aparece a ele como uma forma de enfrentamento e de resistência ao assalariamento, à proletarização, uma forma de manter-se enquanto pequeno produtor. Por mais que essa decisão lhe coloque como transferidor de excedente para o capital, na medida em que ele se agrega ao círculo de reprodução ampla do capital, ela também lhe

afastar a condição de assalariado. Portanto, a integração não é uma relação de uma via, ela é uma relação que se firma a partir de uma decisão que o integrado toma levando em conta uma racionalidade que lhe é particular, mas que é condicionada pelos desenvolvimentos mais amplos do modo capitalista de produção.

Como já mencionamos, não acreditamos ser possível enquadrar esse pequeno produtor no modelo de camponês descrito por Chayanov, haja vista que as suas decisões são pautadas por sua racionalidade específica – o que concordamos com Chayanov –, mas que levam em conta, condicionantes que extrapolam o contexto familiar. Por outro lado, não consideramos esse indivíduo como um agricultor profissional ou como um empresário agrícola, as categorias teóricas que nos movem e a realidade empírica nos impedem de fazê-lo.

Preferimos, portanto dizer que ele conserva do camponês de Chayanov a especificidade de sua racionalidade e que reúne a esta o contexto externo trazido pelo desenvolvimento do capitalismo para tomar as suas decisões. Ele não é o mesmo camponês, não no sentido estrito, mas traz daquele a mesma insistência em se manter na terra e em ter uma leitura da vida que prioriza o bem estar do grupo familiar, o que o move eventualmente para a acumulação de bens de teor totalmente distinto do capitalista. Não há nada que impeça que este indivíduo específico tenha lugar no processo mais amplo de reprodução do capital. Esse lugar é por ele ocupado de forma ativa e consciente, ainda que o capitalismo extraia vantagens na relação que com ele estabelece. Assumir que a sua postura é consciente implica, por outro lado, em negarmos que ele não seja sujeito, participe na construção da história - ainda que ela reafirme a tendência do fim do pequeno produtor sob o capitalismo. Não podemos fazê-lo por várias razões, mas principalmente porque a pesquisa de campo nos confirmou o mencionado. Não podemos porque as categorias de Marx nos mostram que é possível sim considerar a existência e o lugar do pequeno produtor, mais especificamente, do pequeno produtor integrado à Sadia, no Sudoeste do Paraná, na sociedade capitalista, sem que para isto tenhamos que mudar a sua conceituação.

Por outro lado há que se reafirmar que a pesquisa de campo nos confirmou a importância de Lênin e de Chayanov para a apreensão da situação contemporânea do pequeno produtor integrado à Sadia no Sudoeste Paranaense. Os dois paradigmas, ao nos permitir o trânsito nos dois níveis, o da unidade familiar e o do sistema econômico, nos possibilitou compreender a permanência do camponês, bem como a consideração efetiva de que a tendência posta por Lênin não pode ser desconsiderada. A perspectiva

de Chayanov nos permite visualizar que a lógica camponesa, que privilegia o atendimento das necessidades da família e, a partir dela e da disponibilidade da mão de obra toma as decisões de produção, bem como; a forma como o pequeno produtor calcula os custos que enfrenta na unidade de produção familiar – desconsiderando a mão de obra como custo -, auxiliam no referido entendimento. A perspectiva de Lênin, por outro lado, nos indicou: a dificuldade da renovação do trabalho familiar; a presença de produtores integrados que conduzem a unidade de produção com base no trabalho assalariado, como no caso do produtor integrado – que não aceitou conceder a entrevista - que mantém o aviário a partir da mão de obra assalariada. O elemento curioso nesse caso é que o produtor em questão – conforme informações obtidas junto a vizinhos da propriedade - tem uma empresa comercial já de longa data e a instalação do aviário é posterior à existência dela. Como dito, não tivemos oportunidade de entrevistá-lo, no entanto, nesse caso específico, parece-nos que o aviário – considerado de grande porte para a região Sul (superior a 4800 metros) – permite não somente a extração de trabalho excedente, mas também, auxilia na cobertura dos custos que a manutenção da propriedade exige além de ser útil à valorização do capital da agroindústria à qual ele é integrado.

Além desse caso, há que se considerar ainda os dois produtores que desenvolvem as atividades na propriedade a partir de uma relação de parceria informal – é como eles a denominam - firmada com uma família que ali mora. No referido caso, o pagamento é feito a partir de um percentual do resultado bruto da produção oriunda das atividades desenvolvidas na propriedade – dentre as quais, a produção avícola integrada e a produção leiteira, num dos casos integrada e noutro, realizada de forma independente, ou seja, vendida de porta em porta.

No caso desses dois produtores, a utilização da mão de obra de terceiros é permanente e não formalizada. Num dos casos, a sua utilização é condição para a manutenção da propriedade, haja vista que o proprietário e sua esposa não moram na propriedade e que apenas ele se envolve com as atividades ali desenvolvidas. Os resultados oriundos de tais atividades não tem sido empregados numa acumulação de caráter capitalista, na medida em que: o integrado não tem intenção de investir em outras atividades ou mesmo modernizar/ampliar a atividade que desenvolve de forma integrada; não objetiva ampliar a quantidade de mão de obra de terceiros na propriedade; os excedentes que a propriedade tem lhe rendido ao longo do tempo têm sido utilizados no atendimento das necessidades da família. Portanto, mesmo nessa

situação acreditamos que não é possível associar a figura desse produtor a de um empresário da agricultura.

Com relação ao outro produtor, a utilização do trabalho de terceiros segue as mesmas características do produtor mencionado anteriormente. Já com relação à aplicação futura dos resultados financeiros oriundos das atividades desenvolvidas na propriedade, ele objetiva ampliar a capacidade instalada na integração avícola em mais um aviário de 2500 metros. No entanto, há que se observar que essa disponibilidade de ampliação é entendida como factível, tendo em conta o somatório da mão de obra que vive na propriedade (a familiar e a de terceiros). No caso específico desse produtor, os excedentes gerados na propriedade têm sido aplicados também no atendimento das necessidades da família, dentre as quais, conceder uma formação “mais adequada” às duas filhas – que concluíram a “faculdade de direito e de fisioterapia”, desenvolvendo suas carreiras em outras cidades no interior do mesmo Estado. O novo contexto familiar – filhas adultas e independentes financeiramente -, as perspectivas atuais do referido produtor quanto à aplicação dos resultados oriundos da propriedade se voltam para a manutenção do que materialmente já foi “conquistado” e para, “quem sabe” comprar algum imóvel que possa ser alugado, gerando uma “rendinha extra” que a gente possa usar pra assegurar a “velhice”. Portanto, também nesse caso não nos parece que possamos tratá-lo como um empresário da agricultura, ele não objetiva ampliar a quantidade de mão de obra de terceiros utilizada para desenvolver as atividades na propriedade. Na realidade ele estabeleceu já o limite até o qual as atividades podem ser ampliadas, como citado anteriormente. A entrevista revelou que a necessidade que lhe parece agora como fundamental é garantir uma “velhice²¹⁹” tranqüila para ele e a esposa, o que pode ser feito, por exemplo, pela inversão do que se puder acumular em “imóveis” que lhe gerem renda, como ele mesmo mencionou. Ao mesmo tempo, ele evidenciou que tem clareza que as filhas não ocuparão seu lugar na propriedade, o que mais uma vez aponta para o esgotamento da mencionado anteriormente. Portanto, o que verificamos é em cada caso mencionado a necessidade da utilização dos dois paradigmas para a compreensão da sua manutenção e, ao mesmo tempo da confirmação da tendência ao seu esgotamento, mas também do papel que ocupam no processo de valorização do capital.

²¹⁹ Apesar da menção que o referido produtor faz à velhice, há que se ratificar que quando da entrevista ele tinha apenas 52 anos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando iniciamos a pesquisa junto ao pequeno produtor integrado da avicultura no Sudoeste do Paraná, tínhamos uma imagem pré-concebida deste pequeno produtor. Devemos confessar que ela advinha em grande parte de toda a propaganda que se faz da chamada “agricultura familiar” e da conversa com alguns colegas que retratavam a condição de tal produtor como bastante confortável, tratando-os efetivamente como “pequenos capitalistas”. De outra forma, a importância dada à agricultura familiar na região é tal, que ela elegeu deputados tanto à esfera estadual quanto à nacional. De outra forma, a importância da “agricultura familiar” – para nós do papel que ela cumpre no circuito de valorização do capital - se confirma, por exemplo, na criação a partir dos anos 1990 de uma política de crédito voltada para ela, o PRONAF.

Na medida em que resgatamos as categorias que em Marx permitem qualificar o trabalho e, portanto, o trabalhador produtivo, e as confrontamos com o resultado da pesquisa de campo, verificamos a improbabilidade de caracterizar o pequeno produtor integrado à avicultura do Sudoeste do Paraná como “produtivo” do ponto de vista da relação de trabalho especificamente capitalista. Esse produtor não é sob este ponto de vista um trabalhador produtivo. Não é porque não existe entre ele e a Sadia uma relação formal de assalariamento, ou seja, não há subsunção formal, ainda que a relação de integração na qual ele está inserido permita à empresa projetar nele uma subsunção ideal que, por sua vez, permite a ela inclusive verificar a vantagem em termos de geração de excedente que esse produtor lhe gera, comparativamente ao trabalhador assalariado.

De outra forma, há que se ressaltar que o produtor integrado detém parcialmente as condições de produção, pois além da força de trabalho ele detém – ao menos formalmente, na medida em que a terra pode estar hipotecada – a posse do capital fixo necessário à condução da atividade. Ou seja, ele detém a terra, detém as instalações nas

quais realiza a prestação do serviço/desenvolvimento, da matéria-prima – a engorda do pinto de um dia -, que por sua vez, não lhe pertence, lhe é fornecido pela empresa, como o é a ração e os medicamentos necessários ao bom desenvolvimento da matéria-prima. Portanto, cabe aqui algumas considerações: 1) ele não é proprietário da matéria prima. O pinto de um dia não é para ele uma mercadoria que ao final de um dado período ele vende para a Sadia, pois ela já é propriedade da Sadia; 2) O que ele vende para Sadia é a prestação de um serviço, ou seja, ele não vende força de trabalho, mas a prestação de um serviço que, por sua vez se traduz na “engorda” do pinto de um dia. Essa engorda significa, por sua vez, a agregação de valor à matéria-prima sobre a qual o integrado – e a sua família – despendem trabalho. No entanto, como não é força de trabalho que o capitalista compra, para ele não interessa quantas unidades de mão de obra se envolveram na atividade da avicultura, o que lhe interessa é o resultado materializado no peso do frango, quando do fechamento do lote; 3) O resultado financeiro do lote é influenciado pelos parâmetros dentro dos quais a empresa condiciona a produção, sempre justificados como demanda do mercado.

Diante de tais considerações, se o integrado não é um trabalhador assalariado, se ele não é não é também um trabalhador produtivo do ponto de vista de uma relação de trabalho tipicamente capitalista, qual o lugar que ele ocupa na produção capitalista? Mais especificamente, quem ele é para a Sadia? Ela diz formalmente que ele é seu “parceiro”, com quem ela firma uma relação contratual de integração que evidencia – o que se verificou pela análise contratual - perfeitamente o seu lugar subordinado nesta relação.

Essa subordinação se expressa dentre outros pontos, na própria forma da construção do contrato, que assevera as obrigações do integrado, o que se verifica na enorme quantidade de cláusulas que ele deve cumprir, e, de outra forma, relativiza as obrigações da empresa, como se visualiza no número de cláusulas infinitamente menor que versam sobre as suas obrigações para com o integrado. As obrigações da empresa se limitam ao fornecimento da matéria-prima e dos insumos necessários à produção, bem como ao respectivo pagamento do serviço que o seu “parceiro” lhe presta. No entanto, não há nenhum órgão que acompanhe as suas ações junto ao pequeno produtor, nem o cumprimento de suas obrigações, enquanto que, por outro lado, ela, por meio do seu Setor de Fomento agrícola, coordena e acompanha todas as ações do produtor relativamente à atividade da produção agrícola.

É neste contexto de coordenação e acompanhamento integral da atividade avícola desempenhada pelo produtor integrado que a lógica produtivista que rege a empresa capitalista foi, portanto, transposta para a atividade desenvolvida pelo integrado. O seu trabalho e as instalações nas quais ele o realiza são observadas lote a lote, visita a visita dos técnicos do Fomento, que por meio dos parâmetros da empresa determinam qual status o produtor integrado deve ocupar (se SSP Estrutural Nível I ou II, por exemplo). Esse enquadramento “voluntário” em um destes status do SSP lhe permite percentuais adicionais sobre o resultado financeiro do lote. Ou seja, ele é condicionado a participar de uma constante auditoria, a fim de fazer jus a um rendimento “extra” ao final do lote.

Por outro lado, essa participação lhe conduz a uma necessidade de investimento sempre constante nos equipamentos do aviário, atrelando-o com maior força à empresa, na medida em que a renda do aviário passa a significar a condição de pagar o financiamento. Essa lógica de acompanhamento produtivista à qual a Sadia lhe submete, age em pelo menos dois sentidos. Primeiro, desencadeia aumentos de produtividade que criam parâmetros, status diferenciados nos quais são qualificados os diversos produtores integrados, estabelecendo um processo competitivo entre os mesmos. Evidentemente a grande beneficiária é a empresa, que obtém médias de conversão alimentar cada vez melhores e conseguem com isto ganhar em competitividade. Segundo, ela garante pelo aumento do endividamento do produtor, a estabilidade do seu fornecimento de matéria prima.

Mas, apesar de todas as contradições que demonstram relação subordinada que o produtor integrado ocupa na relação de integração, o discurso da empresa é de que o pequeno produtor agrícola do Sudoeste Paranaense é seu parceiro, ele não é seu assalariado, ele é alguém com quem ela celebra um contrato de integração, que detém “pleno conhecimento” de tudo o que a relação implica. Como já ressaltado, o fato de que ele não seja seu assalariado, não implica que a empresa não tenha feito os comparativos entre ele e o trabalhador assalariado que executa as mesmas funções, haja vista que a empresa possui – de forma pouco expressiva – aviários nos quais detém mão de obra assalariada, tanto em termos de custo, quanto em termos de produtividade. O resultado a que chegou, sem levar em consideração a questão dos custos fixos, foi da vantagem advinda da relação da integração. Ora, se a questão dos custos fixos forem agregados, essa vantagem se estende ainda mais.

Portanto, ainda que este produtor não tenha com a Sadia uma relação tipicamente assalariada, não sendo, portanto, desse ponto de vista trabalhador produtivo, ele participa da reprodução ampliada do capital da Sadia, na medida em que transfere a ela excedente, ainda que não excedente na forma especificamente capitalista – a da mais-valia -, haja vista que a relação de exploração capitalista não está presente na relação que ele detém com ela.

Esse excedente é gerado, por sua vez, a partir do contexto todo da produção da unidade familiar, e da lógica específica que a rege. Ou seja, só é possível compreender que o produtor se proponha a desenvolver uma atividade que lhe renda um valor tão restrito, enxergando-o, não raras vezes como satisfatório, se levarmos em conta os seguintes aspectos: primeiro, ele tem na propriedade a geração de grande parte de sua subsistência, o que minimiza os gastos que ele tem que fazer no mercado para a subsistência da unidade familiar; segundo, as características da pequena propriedade do Sudoeste do Paraná em grande monta o “força” à desenvolver outras atividades além da lavoura de subsistência, ainda que esta lhe garanta a produção de um excedente que é comercializado no mercado. É, portanto, por possuir pouca terra e na maioria das vezes terra “quebrada”, onde os produtos da lavoura típicos da Revolução Verde encontram espaço reduzido, que a avicultura – no caso específico que tratamos -, mas não só ela, lhe aparece como necessário complemento da Renda, ganhando não raramente status principal na formação da mesma; Por fim, o fato de que a sua produção na unidade familiar se dê com base numa lógica que leva em conta a satisfação da família e não a acumulação por si só, como na empresa capitalista.

É esse conjunto que lhe faz estabelecer e manter a relação com o capital, no caso específico, com o capital representado pela Sadia. Ou seja, ele o faz de forma ativa. Ele não é passivo no processo. Ele, com a sua lógica específica, que leva em conta a manutenção na terra – negando a condição do assalariamento, que a ele aparece como sinônimo de perda de liberdade -, mas com melhoria nas condições da família, vê na avicultura uma das possibilidades de ampliar a Renda da Unidade Familiar. Ele não olha para ela necessariamente a partir da lógica do capitalista, e sendo assim, ele não necessariamente pode ser considerado um empresário da agricultura ou um capitalista da agricultura. A parte do excedente que lhe sobra, que não é consumida ou repassada para o capital, se destina – na maioria dos casos – ao atendimento das necessidades familiares e à ampliação do seu conforto e não em investimento sob a forma capitalista. Ou seja, no geral, os pequenos produtores da região não tem estabelecido com o

resultado oriundo da renda da unidade familiar, relações de trabalho assalariadas, nas quais ele contrata e explora força de trabalho. Tal ocorrência se verifica, mas é exceção e não regra. Portanto, ele também não pode, a partir das categorias de Marx, ser enquadrado como um capitalista, o que não significa, como já dito, que ele não produza excedente.

Com base no exposto, ainda que não assentado numa relação de trabalho especificamente capitalista, o pequeno produtor do Sudoeste do Paraná participa do processo de Reprodução Ampliada do Capital, transferindo parte do excedente gerado em sua unidade familiar para o capital. Essa transferência pode ser visualizada nos seguintes pontos: primeiro, ele permite por meio da relação de integração que firma com a empresa a redução do custo com mão-de-obra por ela enfrentado, cálculo aliás quantificado pela empresa, nos comparativos que ela estabelece em termos de custo e de produtividade, entre este avicultor e o assalariado; segundo, por meio da integração ele permite à empresa reduzir os custos com investimento fixo, haja vista que o investimento com a instalação do aviário e dos equipamentos que ele exige são por ele enfrentados; terceiro, ao buscar os financiamentos necessários, seja para iniciar a integração avícola ou para mantê-la nos padrões demandados pelo “mercado”, conforme lhe ressalta a empresa, ele se converte em campo de aplicação para o capital financeiro.

Portanto, o lugar do pequeno produtor integrado à Sadia no Sudoeste do Paraná pode ser compreendido dentro da sociedade capitalista, na medida em que ele participa – ainda que através de uma relação de trabalho não capitalista - da valorização do capital da referida empresa. O fato de que este pequeno produtor não se configure dentro de uma relação de assalariamento não implica, portanto que ele deixe de acumular, de gerar um excedente. Essa, por sua vez ocorre de forma particular, porque a contabilidade que ele realiza é específica, ou seja, porque dentre outros pontos ele não quantifica o trabalho familiar sob a rubrica de custo. É a partir dessa lógica que podemos compreender o seu “excedente” e a manutenção da relação de integração com o capital da agroindústria aqui mencionada.

A relação expressa na integração evidencia que a lógica capitalista permite que o Capital faça uso de relações não capitalistas de produção, para levar adiante o seu processo de valorização. Evidentemente, o avanço capitalista não aparece à sociedade tão friamente traduzido, para todos os efeitos, sempre há uma necessidade nobre envolvida no processo de valorização capitalista, tal como no caso da Sadia, que se colocou como missão a cumprir, “o atendimento das necessidades de alimentação do ser

humano, com produtos saborosos e saudáveis, [...]”, como expresso num de seus relatórios anuais.

Por fim, o fato de que não tenhamos identificado na relação de integração que aqui nos ocupou, a subsunção formal do trabalho ao capital, nos deparamos com os elementos que envolvem e, do nosso ponto de vista, ampliam a subsunção real do trabalho ao capital, na medida em que: 1) o trabalho desenvolvido pelo produtor foi totalmente modificado e segue sendo coordenado, alterado e controlado do ponto de vista da produtividade do trabalho pela empresa; 2) a empresa controla o trabalho sem deter o capital fixo imobilizado no aviário; 3) a empresa atua fortemente na determinação do investimento fixo realizado pelo produtor integrado, seja no momento em que ele adentra na condição de integrado, seja posteriormente, quando ela demanda a modernização do aviário. Esses dois últimos pontos, portanto, parece-nos agravar a subsunção real do trabalho ao capital, ainda que esta ocorra fora de uma relação de trabalho especificamente capitalista. Do exposto podemos não somente apreender a razão de ser do pequeno produtor integrado à Sadia, mas também que a sua realidade pode ser compreendida a partir do uso das categorias marxistas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R.. **Transformações na Vida Camponesa: o sudoeste paranaense.** Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais, USP, São Paulo, 1981.

_____, R. **Política de Crédito do Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF): resultados e limites da experiência brasileira nos anos 90.** Cadernos de Ciência e Tecnologia, Brasília, v. 22, n. 1, p. 53-66, jan./abr. 2005.

_____, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** São Paulo, Edusp, 2007.

_____, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão.** 1990. Tese (Doutorado) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

AGRIBUSINESS COUNCIL. **Agricultural Initiative in the third world: a report on the conference – science in agribusiness in the seventies.** Lexington Books, 1975.

ALMEIDA, R. **Identidade, Distinção e Territorialização: o processo de (re) criação camponesa no Mato Grosso do Sul.** Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2003.

ALMEIDA E SILVA, M de. **Evolução do Melhoramento Genético de Aves no Brasil.** Revista Ceres ISSN 0034-737X. jul/Ago 2009, p. 438-445.

ANDERSON, R. G. Increasing Competence in Developing nations. In: AGRIBUSINESS COUNCIL. **Agricultural Initiative in the third world: a report on the conference – science in agribusiness in the seventies.** Lexington Books, 1975.

ARASHIRO, O. **A história da Avicultura do Brasil,** Gessulli. São Paulo, Gessulli Editores, 1989.

ARAÚJO, P. F. C; SCHUCH, G. E. **Desenvolvimento da Agricultura**: educação, pesquisa e assistência técnica. São Paulo, Pioneira, 1977.

ARENDR, A. **Imperialismo e expansão do poder**: as origens do totalitarismo – uma análise dialética. Rio de Janeiro, Editora Documentários, 1976.

ARROYO, G. **Transnacionales et agriculture**: bases théoriques et methodologiques dún project. Paris, Central, 1979.

AVÉ-LALLEMANT, R. **Viagem pelo Sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1953, Vol I.

BALHANA, A. P., Machado, B. P. e WESTPHALEN, C. M., 1969 – **História do Paraná** – Grafipar, Curitiba.

BARTRA, A. **El Hombre de Hierro**: los limites sociales y naturales del capital. México, Itaca, 2008. 213p.

BELATO, D. **Os Camponeses Integrados**. Tese (Doutorado) Programa de Pós Graduação em História, UNICAMP, Campinas, 1985.

BNDES. **Relato Setorial**. Avicultura. Ago/1995. Disponível em http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/c/ohcemento/relato/rsfrango.pdf. < acesso em 12/12/2007 >.

BONETI, L. W. Formação e Apropriação do Espaço territorial do Sudoeste do Paraná. In: ALVES, A. F.; FLÁVIO, L. C.; SANTOS, R. A. dos. **Espaço e Território**: interpretações e perspectivas do desenvolvimento. Francisco Beltrão, Unioeste, 2005.

BOSERUP, E. **Evolução Agrária e Pressão Demográfica**. São Paulo, Hucitec/Polis, 1987.

BRUNO, R. **Agronegócio, Palavra Política**. In: Bruno, R; (org). Um Brasil Ambivalente. Rio de Janeiro, Mauad X, 2009, p. 113-30.

CARVALHO, T. M. de. **Coerção e consenso na primeira república**: a guerra do contestado (1912-1916). Tese de Doutorado, UFF, 2009.

CADE. **Ato de Concentração nº 8012.007776/2008-99**.

_____. **Parecer 06531/2009**. Resposta ao Ato de Concentração nº 8012.007776/2008-99.

_____. **Parecer 06510/2010**. Resposta ao Ato de Concentração nº 08012.004423/2009-18.

CEAG – Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina. **Análise do Sistema de Integração Agroindustrial em Suínos e Aves em Santa Catarina**. Florianópolis, SC, 1978, 311p.

CHANDLER JR; R. F. New developments in rice research. In: AGRIBUSINESS COUNCIL. **Agricultural Initiative in the third world: a report on the conference – science in agribusiness in the seventies.** Lexington Books, 1975.

CHAYANOV, A. V. **La Organización de la Unidad Econômica Campesina.** Buenos Aires, Nueva Visión, 1974.

CODESUL. **O Papel social do pequeno Estabelecimento rural no Paraná.** Ago, 1978. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/sistemas/publicacoes/conteudo.php?ano=1978>. <Acesso em: 07/01/2010>.

COMIN, A & MULLER, G. **Crédito, Modernização e atraso.** São Paulo, CEBRAP. (Cadernos CEBRAP, Nova Série, 6).

CORREA, R. L., 1970 A – O Sudoeste Paranaense antes da Colonização – In: **Revista Brasileira de Geografia**, nº 32, jan./mar.

COSTA, A. D; SILVA, I. M. da. A Sadia e a Internacionalização do Agronegócio Paranaense. In: Anais do V Ecopar – Encontro Paranaense de Economia, Curitiba, PR, 2007.

Da SILVA, Harryson Luiz. **A Gestão do Território pelo Grupo Sadia no Município de Concórdia Santa Catarina.** Dissertação de Mestrado, Florianópolis, SC. 225p.

DALLA COSTA, A. J. **O Grupo Sadia e a Produção Integrada.** O lugar do camponês no complexo agroindustrial. Dissertação (Mestrado) – UFPR, São Paulo.

_____. **Agroindústria Brasileira Contemporânea: inovações organizacionais e transformações tecnológicas na avicultura.** Tese (Doutorado), Université de la Sorbonne Nouvelle Paris III, Paris, 1997.

DAVIS, J. H; GOLDBERG, R. A. **A Concepto of Agribusiness.** Boston, Harvard University, Graduate School of Business Administration, 1957.

DELGADO, G. da C. **Capital Financeiro no Brasil,** São Paulo, Ícone, 1985.

DELGADO, G; et alii. **Agricultura e Políticas Públicas.** Brasília, IPEA, 1990, 574p (Série IPEA, n 127)

DIAS, C. M. N. P. **Trabalho Produtivo e Trabalho Improdutivo: de Marx à polêmica marxista** (Napoleoni, Rubin e Mandel). Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

DOBB, M. **A Evolução do Capitalismo.** (Coleção Os Economistas). São Paulo, Nova Cultural, 1983.

DONGHI, T. A. **História da América Latina.** Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2011.

DREIFUSS, R. A. **1964, a Conquista do Estado.** São Paulo, Vozes, 2006.

DUBY, G. **Histoire de la France Rurale**. Paris, Ed. du Seuil, 1976. (Col. L'Univers Historique), V. 4.

FEDER, E. **Violência y Despojo del Campesinato**: el latifundismo en América Latina. México, siglo XXI, 1972.

FLEURY, M. T. L. **Cooperativas Agrícolas e Capitalismo no Brasil**. São Paulo, Global editora, 1983.

FLORA, J. D. **Rosas na coroa, pranto na vida**: a história silenciosa da camponesa oestina ítalo-catarinense. 1920-1985. Dissertação (Mestrado). Universidade de Passo Fundo, 2005.

FLORES, E. **Industrialização e Desenvolvimento do Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Geografia, UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2009.

FONTANA, A. **História da Minha Vida**. Petrópolis, Vozes, 1980

FURSTENAU, V. **A Política de Crédito Rural na Economia Brasileira pós 1960**. Ensaios. FEE (Fundação de Economia e Estatística), Porto Alegre, 8 (1), p. 139-154.

GEORGE, S. **Comment Meurt l' Autre Moitié du Monde**. Paris. Edition Robert Lafont, 1976.

_____, S. **O Mercado da Fome**: as verdadeiras razões da fome no mundo. São Paulo, Paz e Terra, 1978, 307p.

GERVAIS, M; et. ali. La FinM de la France Paysanne. In: DUBY, G. **Histoire de la France Rurale**. Paris, Ed. du Seuil, 1976. Col. L'Univers Historique, v. 4.

GONÇALVES NETO, W. **Estado e Agricultura no Brasil**, São Paulo, Hucitec, 1997.

GORENDER, J. Gênese e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo Brasileiro. In: Stédile, J. P. **A Questão Agrária Hoje**. Porto Alegre, Editora UFRGS, 1994.

GRAZIANO DA SILVA, J. F. **Estrutura Agrária e Produção de Subsistência na Agricultura Brasileira**. São Paulo, Hucitec, 1978.

_____, J. F. **O que é Questão Agrária**. São Paulo, Brasiliense, 1986.

_____, J. F. **Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura**. São Paulo, Hucitec, 1981, 210p.

GUIMARÃES, M. K. **Crédito Rural**: enfoque de política agrária brasileira. São Paulo, Nobel, 1974.

IANNI, O. **O colapso do populismo no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

_____, O. **A Formação do Estado Populista na América Latina**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1991.

IPARDES. **Subdivisão, Posse e Uso da terra no Paraná**. Curitiba, IparDES, 1976, 209p. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/sistemas/publicacoes/conteudo.php?ano=1976>. <Acesso em: 05/01/2010>.

JOHNSTON, B; KILBY, P. **Agricultura e Transformação Estrutural: estratégias econômicas de países em desenvolvimento**. Rio de Janeiro, Zahar, 1977.

JULY, J. R.; et alii. **Atualização em Avicultura e Ornitopatologia**. São Paulo, Verbo Divino, 1971.

KAUTSKY, K. **A Questão Agrária**. São Paulo, Proposta, 1980.

LAZIER, H. **Francisco Beltrão: 25 anos de Lutas, de Trabalho e de Progresso**. Francisco Beltrão, Editora Folha do Sudoeste Ltda., s/d.

LÊNIN, V. I. **O Desenvolvimento do Capitalismo na Rússia**. 2ª Ed. São Paulo, Nova Cultural (Os Economistas), 1985.

LESSA, S. **Para além de Marx: crítica da teoria do trabalho imaterial**. São Paulo, Xamã, 2005.

LOUREIRO, M. R. (org). **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo, Cortez, 1981.

MALTHUS, T. R. **Ensaio Sobre a População**. Coleção Os Economistas, São Paulo, Nova Cultural, [1798] 1996, p.233-378.

MARTINS, J. **A Imigração e a Crise do Brasil Agrário**. São Paulo, Pioneira, 1973, p. 09-203.

_____. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. 4ª. ed. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____, J. de S. **Expropriação e Violência**. São Paulo, Hucitec, Pioneira, 1982, p. 08-181.

_____, M. D. **O Banco Mundial e a Terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo, Viramundo, 2004

_____, R. S. **Acompanhamento e Assistência Técnica aos Produtores Avícolas Integrados à Empresa Sadia S/A**. TCC. Departamento de Agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina. Santa Catarina, 2008.

MARX, K; et ENGELS, F. **Lettres sur Le capital**. Paris. Editions Sociales, 1964.

_____. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 03, O Processo Global de Produção Capitalista. Vol. VI. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

_____. **Teorias da Mais Valia**. Vol. I. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

MARX, K. Para a Crítica da Economia Política. In: MARX, Karl. **Marx**. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. Manuscritos Econômicos Filosóficos de 1844. In: MARX, Karl. **Marx**. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. O Dezoito Brumário de Luiz Bonaparte. In: MARX, Karl. **Marx**. Coleção Os Pensadores. São Paulo, Abril Cultural, 1978.

_____. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I, vol. I e II, São Paulo, Difel, 1985.

_____. **Manuscritos Econômico-Filosóficos**. São Paulo, Boitempo, 2004.

_____. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. São Paulo, Centauro, 2004.

_____. K. **Formações Econômicas Pré-Capitalistas**. São Paulo, Paz e Terra, 2006.

MOREIRA, R. J. **Agricultura Familiar**: processos sociais e competitividade. Rio de Janeiro, Mauad, 197p.

MOURA, M. M. **Camponeses**. São Paulo, Ática, 1986.

NAKANO, Y.– A Destruição da Renda da Terra e da Taxa de Lucro na Agricultura. In: **Revista de Economia Política**, Vol. 1, nº 3, julho/setembro, 1981.

NAVARRO, Z. Políticas Públicas, Agricultura Familiar e os Processos de Democratização em Áreas Rurais Brasileiras (com ênfase para o caso do Sul do Brasil). In: **XX Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS)**. Caxambu/MG, Outubro de 1996.

NETO, J. M. B. **Duplo Caráter do Trabalho**, Valor e Economia Capitalista. Tese (Doutorado), Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, USP, São Paulo, 2002.

NEVES, D. P. **Lavradores e Pequenos produtores de Cana**: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. São Paulo, Zahar, 1981, 209p.

OLIVEIRA, A. U. Agricultura e Indústria no Brasil. **Boletim Paulista de Geografia**. São Paulo, n. 58, set. 1981.

_____. A Questão Agrária Hoje. In: **Stédille, J. P. A questão Agrária Hoje**. Porto Alegre: editora da UFRGS, 1994.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª Ed. São Paulo, Contexto, 2001.

_____. As Transformações no Campo e o Agronegócio no Brasil. In: CARTILHA DA CONCRAB. **O Agronegócio x Agricultura Familiar e a Reforma Agrária**, Rio de Janeiro, Concrab, 2004.

PADIS, P. C. **Formação de uma Economia Periférica: o caso do Paraná**. São Paulo, Hucite, 1981, p. 147-181 (caps 11-12).

PECOITS, W. 1978 – Entrevista à **Revista Atenção**. Ano 1, nº 2, Curitiba, 1978.

PEDROSA, M. S. **Terra de Resistência: táticas e estratégias camponesas no sertão carioca**. Dissertação de Mestrado. UFRGS, 2003, 212p.

PEGORARO, E. **Dizeres em Confronto: a revolta dos posseiros de 1957 na imprensa paranaense**. Niterói, 2007. Dissertação (Mestrado em História Social) – UFF/UNICENTRO, Niterói/Guarapuava. Disponível em: http://www.historia.uff.br/stricto/teses/Dissert-2007_PEGORARO_Everly-S.pdf. Acesso em: 20/04/2010.

PEIXOTO, D. **1916, Campanha do Contestado**. Episódios e Impressões, Rio de Janeiro, s/d.

QUEIROZ, M. V. **Messianismo e Conflito Social: a guerra sertaneja do contestado: 1912-1916**, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

RICARDO, D. **Princípios de Economia Política e Tributação**. (Os Economistas), São Paulo: Nova Cultural, 1996, p. 49-60 e 93-108.

REVISTA AVES E OVOS. Revista mensal, APA - Associação Paulista de Avicultura, São Paulo, SP, jan. de 1993.

REVISTA EXAME. Editora Abril. **Edição 500**, ano 24, número 05, 04/03/1992, p. 23

REVISTA INTEGRAÇÃO. Fundação Atílio Francisco Xavier Fontana. Edição comemorativa de 45 anos, SP, 1989.

RIZZI, A. **Mudanças tecnológicas e Restruturação da Agroindústria Agroalimentar: o caso da indústria de frangos no Brasil**, tese de doutorado, Unicamp, Campinas, 1993, 193p.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e Estrutura de O Capital**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2001.

RUBIN, I. I. **A Teoria Marxista do Valor**. São Paulo, Brasiliense, 1980.

SADIA. Relatórios Anuais 1998 a 2008. disponível em www.sadia.com.br, < acesso em 05 jan/2011>.

SANTOS, R. A. **O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste Paranaense**. São Paulo, 2008. Tese (doutorado em geografia) – UNESP, Presidente Prudente.

SANTOS, R. A. **O Processo de Modernização da Agricultura no Sudoeste Paranaense**. Tese (Doutorado), Programa de Pós Graduação em Geografia, UNESP, Presidente Prudente, 2008.

SANTOS, J. V. T. **Colonos do Vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital**. São Paulo, Hucitec, 1978, 182p.

SCHNEIDER, S. **Agricultura Familiar e Pluriatividade**. Tese de doutorado, UFRGS, 1999, 186p.

SCHULTZ, T. W. **A Transformação da Agricultura Tradicional**. Rio de Janeiro: Zahar, 1965.

SHANIN, T. A Definição de Camponês: conceituações e desconceituações, o velho e o novo em uma discussão marxista. Estudos CEBRAP, São Paulo, 25, 1980.

SILVA, H. L. **A Gestão do Território pelo Grupo Sadia no Município de Concórdia, Santa Catarina**. Dissertação de Mestrado, UFSC, Florianópolis, 1991, 225p.

SILVA, S. Formas de Acumulação e Desenvolvimento do Capitalismo no Campo. In: PINSKY, J. (org.). **Capital e Trabalho no Campo**. São Paulo, Hucitec, 1979. p. 7-24.

SILVA, S. **Valor e Renda da Terra: o movimento do capital no campo**. São Paulo, Polis, 1981.

SMITH, A. **A Riqueza das Nações: investigação sobre sua natureza e suas causas**. Vol. I. Coleção Os Economistas. São Paulo, Nova Cultural, 1996, p. 5 - 475

SORJ, B. **Camponeses e Agroindústria; transformação social e representação política na avicultura brasileira**. Rio de Janeiro, Zahar, 1982,

SORJ, B. et. alii. **Da Lavoura às Biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional**. Rio de Janeiro, Campus, 1990, **180p**.

_____, B. **Estado e Classes Sociais na Agricultura Brasileira**, São Paulo, editora da Unicamp, 1996.

TEIXEIRA, J. C. **Modernização da Agricultura no Brasil: impactos econômicos, sociais e ambientais**. Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros. Seção Três Lagoas, Três Lagoas – MS, V. 2, nº 2, ano 2, Set/2005.

TEIXEIRA, F. M. P. et. TOTINI, M. **História Econômica e Administrativa do Brasil**. São Paulo, Ática, 1994.

UBABEFF. **Relatório Anual**, 2010.

VELHO, O. G. **Capitalismo Autoritário e Campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento. São Paulo, Difel, s/d, p. 137-157.

VINHAS, M. **Problemas Agrário-Camponeses do Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972, 335p.

VINHAS DE QUEIROS, M. **Messianismo e Conflito Social**: a guerra sertaneja do contestado – 1912/1916. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1966.

WACHOWICZ, R. C. **Paraná, Sudoeste**: ocupação e colonização. Curitiba, Vicentina, 1987.

WACHOWICZ, R. C.. **História do Paraná**. Curitiba, Vicentina, 1988.

WEFFORT, F. **O Populismo na Política Brasileira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

WILKINSON, J. **O Estado, a Agroindústria e a Pequena Produção**. São Paulo, Hucitec, 1986, 219.

WILLEMS, E. **A Aculturação dos Alemães no Brasil**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, INL/MEC, São Paulo, 1980.

WILLIAMSON, O. E. **Les institutions de l'économie**. Paris, Inter Editions, 1985.

WOLF, E. R. **Guerras Camponesas do Século XX**. São Paulo, Global Editora, 1984.

<http://www.cimmyt.org>

<http://www.ciat.cgiar.org>

ANEXOS